



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Henrique Cintra Santos

Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria:
movimentos LGBTQIA+ na ditadura militar brasileira e na Alemanha Oriental

Florianópolis
2024

Henrique Cintra Santos

Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria:
movimentos LGBTQIA+ na ditadura militar brasileira e na Alemanha Oriental

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em História Global.

Orientador(a): Profa. Dra. Janine Gomes da Silva

Florianópolis
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Santos, Henrique Cintra

Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria : movimentos LGBTQIA+ na ditadura militar brasileira e na Alemanha Oriental / Henrique Cintra Santos ; orientadora, Janine Gomes da Silva, 2024.

406 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. História Global. 3. História LGBTQIA+. 4. Ditadura Militar. 5. Alemanha Oriental. I. Silva, Janine Gomes da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Henrique Cintra Santos

Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria:
movimentos LGBTQIA+ na ditadura militar brasileira e na Alemanha Oriental

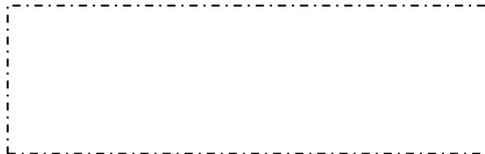
O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 22 de fevereiro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Joana Maria Pedro, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Elias Ferreira Veras, Dr.(a)
Universidade Federal de Alagoas

Prof.(a) Benito Bisso Schmidt, Dr.(a)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em História.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Profa. Dra. Janine Gomes da Silva
Orientadora

Florianópolis, 2024

Dedico essa tese à Alessandra, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Janine Gomes da Silva, minha orientadora, por ter aceitado me orientar e por todo o apoio nesses cinco anos. Obrigado por uma orientação amigável e sempre aberta ao diálogo.

Agradeço também a todas as professoras e professores, do programa de pós-graduação na UFSC ou de outras universidades, que estiveram envolvidas/os com este trabalho. Em especial, meu agradecimento à Joana Maria Pedro, ao Elias Ferreira Veras e ao Benito Bisso Schmidt pela participação nos processos de qualificação e defesa dessa tese.

É importante reconhecer e também registrar gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) pelo financiamento dessa pesquisa.

Sou grato também às funcionárias e aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth em Campinas e do Schwules Museum em Berlim. Obrigado pela atenção e disponibilidade para a pesquisa, principalmente durante a pandemia.

Quero agradecer também a todas as pessoas que me receberam em Florianópolis ou em Berlim, fazendo dessas mudanças algo mais leve e divertido. Agradeço, em especial, à Allana pela amizade e todas as risadas desde o primeiro dia de aula.

Agradeço também à Dani, Bia, Carol, Cora, Gabi, Laís, Nath e ao Érick, que acompanham esse processo desde a graduação e me apoiaram no sentido mais diverso do verbo.

Agradeço ao Thales, por me fazer sempre rir dos percalços durante não apenas o processo do Doutorado, mas no decorrer da vida.

Agradeço ao Renan, que não apenas esteve comigo durante todo esse processo, mas fez viagens por conta do Doutorado, dividiu horas no arquivo e aguentou todas as minhas lamentações.

Sou grato ao meu irmão, Victor, quem comemorou todas as minhas conquistas e me lembra sempre o significado de altruísmo.

Agradeço imensamente ao meu pai, a pessoa que, desde quando eu era criança, repetiu que a maior herança que ele poderia deixar seria nossa educação. Ele não apenas acreditou nisso, como realizou a promessa. Essa tese é a materialização maior disso.

Por fim, agradeço a quem devo minha existência e a quem dedico este trabalho, minha mãe. A pessoa que não apenas acompanhou cada pequena conquista minha desde os primeiros anos escolares, mas que me ensinou três coisas que espero que essa tese transmita: o respeito à diversidade, o significado de resiliência e a potência que o amor nos dá. Obrigado, mãe.

*Eles tentaram nos matar
desde que o mundo é mundo,
é isso que eles fazem.*

E o que a gente faz é sobreviver sendo linda.

(Personagem Rose em “Os Primeiros Soldados”, 2022)

RESUMO

Essa tese pretende aproximar os campos da História Global e o dos Estudos de Gênero e Sexualidade, visto que, até então, ambos têm se interseccionado de forma bastante limitada. A partir do enfoque em dois contextos na Guerra Fria, a ditadura militar no Brasil e o regime ditatorial na Alemanha Oriental, é analisado de que forma ambos os lados da disputa ideológica encontraram na repressão às sexualidades dissidentes um instrumento político e discursivo. Além disso, é almejado também observar como tais sujeitos resistiram a estes regimes e construíram movimentos políticos em seus países. Utilizando documentos do movimento LGBTQIA+ brasileiro, parte do Arquivo Edgard Leuenroth em Campinas, e do movimento homossexual alemão oriental, disponível no Schwules Museum em Berlim, o trabalho dá especial destaque às conexões globais mantidas por estes grupos. Ao realizar tal análise, desconstrói-se uma narrativa típica da Guerra Fria que desconsidera as diferentes iniciativas e os protagonismos transnacionais mantidos pelos dissidentes da cisheteronormatividade na Europa Central e do Leste e no Sul Global. Essa compreensão mais complexa e atenta às nuances e conexões globais atesta a proficuidade de um olhar global para a historiografia queer. Ao mesmo tempo, comprova a necessidade da História Global considerar a diversidade de gênero e sexualidade em seus empreendimentos.

Palavras-chave: História Global; História LGBTQIA+; Ditadura Militar; Alemanha Oriental.

ABSTRACT

This dissertation aims to bring together the fields of Global History and Gender and Sexuality Studies, since both have intersected in a very limited way. With a focus on two contexts in the Cold War, the military dictatorship in Brazil and the dictatorial regime in East Germany, it is analyzed how both sides of the ideological dispute found a political and discursive instrument in the repression of dissident sexualities. Furthermore, it is also intended to observe how these subjects resisted these regimes and built political movements in their countries. Using documents from the Brazilian LGBTQIA+ movement, part of the Edgard Leuenroth Archive in Campinas, and the East German homosexual movement, available at the Schwules Museum in Berlin, the work gives special emphasis to the global connections maintained by these groups. When carrying out such an analysis, a typical narrative of the Cold War is deconstructed, which disregards the different initiatives and transnational roles maintained by dissidents of cisheteronormativity in Central and Eastern Europe and the Global South. This more complex understanding of global nuances and connections attests to the fruitfulness of a global look for a queer historiography. At the same time, it proves the need for Global History to consider gender and sexuality diversity in its endeavors.

Keywords: Global History; Queer History; Military Dictatorship; East Germany.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Novas infecções pelo HIV registradas em Berlim Ocidental e Berlim Oriental...	247
Tabela 2 - Registros da visita de Winston Leyland na imprensa brasileira.....	300
Tabela 3 – Grupos que responderam à campanha de defesa do Lampião.....	325
Tabela 4 - Revistas e jornais que publicaram sobre a campanha de defesa ao Lampião.....	328
Tabela 5 – Contatos e cooperações estabelecidas pelo Somos.....	336

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AK	Arbeitskreis (Grupo de Trabalho)
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CS	Convergência Socialista
DCPC	Divisão de Censura e Diversões Públicas
DOI	Destacamento de Operações de Informações
ECL	Europa Central e do Leste
EEIP	Eastern Europe Information Pool
CNV	Comissão Nacional da Verdade
FDJ	Freie Deutsche Jugend (Juventude Alemã Livre)
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
HAW	Homosexuelle Aktion Westberlin (Ação Homossexual de Berlim Ocidental)
HIB	Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin (Grupo de Interesse Homossexual de Berlim Oriental)
ILAG	Associação Internacional de Lésbica, Gays, Pessoas Trans e Intersexo
KPD	Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista Alemão)
LAIP	Latin America Information Pool
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
RDA	República Democrática Alemã
SED	Sozialistische Einheitspartei Deutschlands (Partido Socialista Unificado da Alemanha)
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)
STASI	Ministerium für Staatssicherheit (Ministério para a Segurança do Estado)
WhK	Das Wissenschaftlich-humanitäre Komitee (O Comitê Científico Humanitário)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	HISTÓRIA GLOBAL	17
1.2	HISTÓRIA COMPARADA.....	22
1.3	HISTÓRIA GLOBAL E OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	26
1.4	DESVENDENDO AS CONEXÕES: SOBRE A PESQUISA	33
2	CAPÍTULO 1 – PARA ALÉM DE STONEWALL: UMA HISTÓRIA GLOBAL QUEER E DESCENTRALIZADA.....	47
2.1	STONEWALL E IDENTIDADES – ENTRE O GLOBAL E O LOCAL.....	53
2.1.1	Visões globais sobre a sexualidade: projetos diversos.....	55
2.1.2	O mito fundador a partir de Stonewall.....	57
<i>2.1.2.1</i>	<i>Apagamentos: antecedentes substanciais.....</i>	<i>59</i>
<i>2.1.2.2</i>	<i>Descontinuidade e difusão: mito de Stonewall e sua incessante colonialidade identitária.....</i>	<i>63</i>
2.2	DISCURSOS DE ATRASO E REPLICAÇÃO: MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL E NA RDA ENTRE 1973 E 1989.....	83
2.2.1	Alemanha Oriental e 1989: a descontinuidade operada pelos mitos de isolamento e atraso.....	83
2.2.2	Brasil: diversificando as lentes teóricas sobre a homossexualidade.....	87
3	CAPÍTULO 2 – AMBIVALÊNCIA ALEMÃ ORIENTAL: RESISTÊNCIAS DISSIDENTES ATRÁS DO MURO DE BERLIM.....	94
3.1	RESISTÊNCIA QUEER NA ALEMANHA: PRIMEIROS PROTAGONISMOS....	96
3.1.1	O ápice repressivo alemão às sexualidades dissidentes e a esperança pelo fim do 175.....	100
3.2	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ: DITADURA PARTICIPATIVA.....	104
3.2.1	Stasi: o órgão da vigilância e da repressão em uma ditadura participativa.....	109
3.3	A CONJUNTURA AMBIVALENTE PARA O DESENVOLVIMENTO HOMOSSEXUAL NA RDA.....	114
3.3.1	Disputas de memória e esquecimento pós-reunificação.....	114
3.3.2	O moralismo pós-guerra, a concepção socialista sobre a homossexualidade e o silenciamento público.....	121
3.4	HOMOSEXUELLE INTERESSENGEMEINSCHAFT BERLIN: CONSTRUINDO UM MOVIMENTO (1973 – 1979).....	136

3.4.1	Atravessando o Muro de Berlim: a geração de 1968 e as transformações culturais e políticas.....	137
3.4.2	<i>Nicht der Homosexuelle ist pervers, sondern die Situation, in der er lebt</i> (Não é o homossexual que é perverso, mas a situação na qual ele vive).....	143
3.4.3	Atravessando o Muro de Berlim: o filme-manifesto chega ao Mocca-Bar.....	147
3.4.4	O Muro de Berlim se abre momentaneamente: o Weltfestspiele.....	150
3.4.5	Vértices locais de uma integração global.....	156
3.4.6	A reação estatal aos contatos estrangeiros: homossexualidade e espionagem....	160
3.4.7	HIB: atividades, demandas e obstáculos.....	168
3.4.8	A resposta da Stasi ao HIB.....	180
3.5	CRISE DO ESTADO ALEMÃO ORIENTAL E A RETOMADA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL (1982 – 1990)	185
3.5.1	Surge uma alternativa secular: o Sonntags-Club.....	196
3.5.2	Reações iniciais da Stasi e a adoção de uma política de concessões.....	199
3.5.3	O silenciamento público é (parcialmente) desestabilizado: concessões e transformações queers na Alemanha Oriental.....	204
3.5.4	O caso de Frank Schüler, o estratégico fim do Parágrafo 151, a vigilância da Stasi e a fundação do Courage.....	217
3.6	OS CONTATOS INTERNACIONAIS E O PROTAGONISMO NA ECL NOS ANOS 1980.....	232
3.7	A RESPOSTA DO ESTADO AO HIV/AIDS.....	243
3.7.1	Os impactos da queda do Muro de Berlim nas discussões sobre HIV/AIDS.....	248
3.8	PREOCUPAÇÕES COM A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ.....	251
3.9	O PARADOXO DA CONCESSÃO E DA REPRESSÃO: OS LIMITES E ALCANCES DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA RDA.....	253
4	CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO: UM PROTAGONISTA NA SOLIDARIEDADE GLOBAL.....	262
4.1.	IDENTIDADES DESVIANTES E SOCIABILIZAÇÃO HOMOSSEXUAL NO SÉCULO XX.....	262
4.1.1	A República, os grandes centros e as disputas identitárias.....	263
4.2	A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: HOMOSSEXUALIDADE, A RETÓRICA ANTICOMUNISTA E O ATENTADO “À MORAL E AOS BONS COSTUMES”.....	276
4.2.1	Ditadura militar e seus agentes de repressão.....	277
4.2.1.1	<i>A ditadura militar e não civil-militar.....</i>	278

4.2.1.2	<i>Os órgãos de repressão</i>	280
4.2.1.3	<i>A censura</i>	283
4.2.1.4	<i>O anticomunismo moral sexual</i>	285
4.3	O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO NA DITADURA MILITAR	293
4.3.1	Pacote cultural e oportunidade política: a consolidação do MHB	294
4.3.2	Lampião da Esquina e os grupos do MHB: intensificação das conexões e trocas transnacionais	302
4.3.3	Surgem os grupos do MHB	312
4.3.4	Solidariedade transnacional ao Lampião	320
4.3.5	Resistência do MHB à violência policial	329
4.3.6	Expansão das conexões transnacionais com o MHB	334
4.4	NOVAS DEMANDAS E OPORTUNIDADES: O MHB SE REESTRUTURA.....	341
4.4.1	Continuidades: imprensa, publicações e expansão de redes transnacionais de solidariedade	344
4.4.2	O impacto do HIV/AIDS	347
4.4.3	Campanha pela despatologização da homossexualidade e no Código de Ética dos Jornalistas	351
4.4.4	Campanha do MHB na Constituinte	354
4.4.5	MHB como promotor de solidariedade transnacional e o saldo da reestruturação nos anos 1980	357
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: CENÁRIOS GLOBAIS E CAMINHOS DE PESQUISA	361
5.1	CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA GLOBAL LGBTQIA+	367
5.2	OUTROS CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA GLOBAL DIVERSA	379
	REFERÊNCIAS	381
	APÊNDICE A – MAPAS	405

1 INTRODUÇÃO

Um ano antes da queda do Muro de Berlim, ocorreu em 1988 em Berlim Ocidental um encontro internacional entre representante de grupos homossexuais¹ da Europa Ocidental, dos EUA, do Canadá e da Austrália. Entre as atividades se destacou a ida dos visitantes à Berlim Oriental, a então capital da antiga República Democrática Alemã (RDA). A visita ao lado oriental de Berlim e o contato com o movimento homossexual e lésbico da Alemanha Oriental – como era comumente chamada a RDA na época - impressionaram especialmente os visitantes suíços, austríacos e australianos, os quais frisaram que a legislação quanto à homossexualidade na RDA teria um caráter progressista bastante desenvolvido em relação ao bloco capitalista em um contexto de Guerra Fria (Tammer, 2013, p. 56). O progressismo alemão oriental – o qual não pode ser colocado como um traço constante na história da RDA – não se restringia às leis que descriminalizaram a homossexualidade no país, mas também se traduzia na série de concessões feitas pelo Estado alemão oriental em seus últimos anos de existência – como filmes, trabalhos de pesquisa, discussões públicas sobre a homossexualidade, entre outros (Hillhouse, 1990, p. 588). Essas transformações na sociedade alemã oriental diziam respeito não apenas às mudanças culturais, econômicas e políticas em curso na região, mas foram respostas às exigências colocadas pelo movimento homossexual desenvolvido nas últimas duas décadas em que se manteve a divisão alemã. No entanto, essa ação dissidente e de impacto na história da Alemanha Oriental foi largamente eclipsada nas políticas de memória coletiva do pós-unificação. Mais do que isso, as conexões multidirecionais do movimento homossexual alemão oriental atravessaram tanto o Muro de Berlim e a Cortina de Ferro – em direção aos países ocidentais – como estabeleceram esses grupos homossexuais da RDA como modelos de inspiração centrais entre os países do bloco de influência soviética. Entretanto, esses vértices transnacionais de protagonismo foram ostensivamente suplantados das empreitadas historiográficas em torno de uma compreensão global sobre as sexualidades dissidentes no século XX.

As conexões que podem ser traçadas a partir do movimento homossexual alemão chegam também ao Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), particularmente entre os contatos estabelecidos entre correspondentes lésbicas da RDA e o brasileiro Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) – o que resultou na publicação no boletim *Chanacomchana* de uma

¹ O termo homossexual será utilizado nesse trabalho para se referenciar à forma com que majoritariamente se identificavam as sexualidades e gêneros dissidentes nos anos aqui estudados (décadas de 1970 e 1980). No entanto, o termo LGBTQIA+ também será evocado no decorrer do texto a fim de se adequar à maneira mais diversa que hodiernamente se nomeia tais identidades e sujeitos.

entrevista sobre a situação da homossexualidade na Alemanha Oriental. Esse é um exemplo entre conexões multidirecionais em um campo global de atuação de movimentos homossexuais diversos do qual não apenas grupos da RDA alcançaram protagonismos como também grupos e sujeitos diversos ligados ao MHB. Por exemplo, alguns vértices de protagonismo alcançados pelo MHB dentro de uma rede global de conexão entre diferentes movimentos homossexuais são: a campanha transnacional pela defesa do *Lampião da Esquina*; a articulação do grupo carioca Triângulo Rosa durante a Constituinte junto a entidades homossexuais estrangeiras; ou então o ativismo internacional brasileiro contra a cláusula 28 inglesa de cunho homofóbico durante a administração de Margaret Thatcher.

Portanto, o presente trabalho, ao sugerir uma metodologia comparativa dentro de uma perspectiva de História Global para observar os movimentos homossexuais durante o Brasil na ditadura militar e na antiga Alemanha Oriental nas décadas de 1970 e 1980, almeja compreender melhor as relações entre regimes autoritários – e ideologicamente díspares – e as sexualidades dissidentes, mas também contribuir para uma História LGBTQIA+ global diversa, em que as narrativas não fiquem concentradas ao protagonismo alcançado – mas não exclusivamente – pelo Norte Global.

Logo, a fim de sumarizar a proposta de pesquisa aqui pretendida, o *objetivo geral* dessa pesquisa pode ser definido como: comparar dentro de uma perspectiva de História Global os empreendimentos de resistência realizados por organizações e indivíduos homossexuais no Brasil e na República Democrática Alemã durante as décadas de 1970 e 1980, observando não apenas as especificidades locais, mas também as conexões queer² e as transformações empreendidas em uma mesma situação global.

Além disso, alguns *objetivos específicos* centrais podem ser apontados – direcionando a pesquisa e o olhar para as fontes escolhidas. De forma a ilustrar de modo o mais didático possível, dispus esses objetivos em três perguntas orientadoras. Assim, pretendo questionar quais são as interconexões, trocas e transformações em uma rede global que permeiam a construção de movimentos homossexuais no Brasil e na RDA. Além disso, de que forma a integração global e as conexões traçadas por tais cenários podem ter contribuído no fortalecimento das reivindicações dos movimentos homossexuais perante os dois Estados autoritários e repressivos? Por fim, como as interconexões empreendidas pelos movimentos homossexuais desses países podem pluralizar a história LGBTQIA+ e a da Guerra Fria?

² O termo “queer” é empreendido aqui para embarcar uma pluralidade de sujeitos desviantes em gênero e/ou sexualidade em ambos os contextos estudados. Portanto, não deve ser lido como uma categoria estanque, mas aberta, marcada exatamente pela sua não uniformidade/fixação.

Ao optar pela aproximação entre a História Global e os estudos sobre gênero e sexualidade – intersecção ainda pouco observada – defendo a proficuidade de uma empreitada epistemológica como tal para que seja possível diversificar as narrativas que adentram noções globais sobre as sexualidades e seus movimentos sociais no século XX. Entretanto, empreender a História Global neste trabalho pode levantar questões sobre a admissibilidade de tal perspectiva para um trabalho como este. A possibilidade, por exemplo, de realizar estritamente uma pesquisa comparativa pode despontar como alternativa à empreitada aqui apresentada. No entanto, defendo o empreendimento da história comparada como metodologia em História Global, focando em aproximar a História Global e os Estudos de Gênero e Sexualidade – argumento este que perpassa todo o trabalho. Dessa forma, em um primeiro momento, antes de propriamente começar a costurar as conexões engajadas pelos movimentos homossexuais no Brasil e na Alemanha Oriental, procuro realizar um exercício teórico-metodológico.

Sendo assim, em *História Global* contextualizo a miríade de diferentes tensões que atravessam a noção de uma visão global para a história e observo algumas das especificidades que fazem despontar a História Global como uma perspectiva particular hodiernamente. Observo também algumas das razões pelo interesse crescente pelo campo, determinadas críticas direcionadas ao trabalho dos historiadores globais, assim como alguns dos principais desafios que o pesquisador enfrenta ao se engajar em um trabalho de História Global. Já em *História Comparada* noto a existência antiga dessa subárea da História, assim como algumas das principais críticas direcionadas à abordagem comparativa. Nesse sentido, aponto para uma “virada global” na História Comparada e a potencialidade de sua aproximação como método para a História Global.

Em *História Global e os Estudos de Gênero e Sexualidade* enfatizo o distanciamento observado ainda atualmente entre os dois campos. A partir de alguns restritos trabalhos empreendidos a fim de sobrepujar esse afastamento, noto algumas das crenças temáticas e metodológicas que têm contribuído para a carência de intersecção entre essas duas propostas. Por fim, é no caráter relacional, contra hegemônico e contestante desses dois campos que foco a possibilidade de se incitar um maior cruzamento entre a perspectiva de História Global e as questões sobre o gênero e a sexualidade.

1.1 HISTÓRIA GLOBAL

A História Global é uma perspectiva particularmente recente e é uma reflexão em curso e resultante de um anseio mais amplo por pensar e compreender a História a partir da superação do Estado-Nação como única alternativa de recorte espacial e metodológico. Visto a hegemonia

que a tradicional historiografia em torno do Estado-Nação manteve e, em muitos momentos, ainda mantém, a História Global se destaca particularmente como uma proposta contra hegemônica, construída sem um centro epistêmico, espacial e temporal único, o que a leva a eleger como fulcral a multiplicidade de conexões e de pontos de vista.

O historiador alemão Sebastian Conrad (2016), em seu trabalho seminal no qual almejou sistematizar um programa teórico e metodológico para a perspectiva de História Global, indica a preocupação desta para com os chamados três Cs: *comparação*, *conexão* e *causalidade*. Essas três operações se ligariam à ideia de *integração*, frisando a necessidade de comparar, conectar e apontar movimentos específicos, considerando-os partes integradas a processos globais. Desse modo, o global não é algo adicional ou externo, mas constitutivo, agindo sobre o objeto de pesquisa e sendo moldado por ele. No entanto, apesar de essa ser uma proposta programática que atualmente alcança projeção e adesão significantes, a História Global, devido o seu desenvolvimento recente e as suas aspirações, não dispõe de uma definição unânime. Isso não significa, todavia, que não haja pretensões bastante claras e comuns àqueles que se inserem nessa empreitada. Além do já citado sobrepujamento das fronteiras nacionais, evitando o nacionalismo metodológico, percebe-se constante a intenção de provincializar o Ocidente, despreendendo-se, assim, do eurocentrismo, ocidentalismo (Júnior, 2017, p. 487) e colonialidades³.

Além desses traços claros que atravessam as reflexões sobre a História Global, há algumas confusões que se revelam no uso do termo “global”. Usualmente ocorre uma desorientação provocada pelo uso desse termo, pois gera em alguns leitores desatentos a pressuposição de que um trabalho dentro dessa perspectiva teria que dar conta de cobrir o mundo todo. Este certamente não é o caso da História Global, já que o “global” que a nomeia não necessariamente se refere a uma abrangência ilimitada do recorte espacial da pesquisa, mas sim à forma, à perspectiva, às escolhas teóricas e metodológicas para observarmos nosso problema de pesquisa. Dessa forma, apesar da retórica do global - especialmente a partir da sua ligação popular com a ideia de globalização - “sugerir uma cobertura ilimitada, muitos tópicos são melhor exibidos em quadro menores” (Conrad, 2016, p. 12, tradução nossa⁴).

³ Pereira (2015) define colonialidade como “uma estrutura conceitual, política, ética e de gestão das esferas do social que se forjou na Europa nos primeiros séculos de colonização” (p. 412). Aqui defendo que se a História Global pretende evitar o eurocentrismo e, principalmente, superar as fronteiras do Estado-Nação, refletir sobre a colonialidade e superá-la deve fazer parte de sua abordagem. Assim, “outras experiências políticas, culturais, econômicas e de produção do conhecimento” (Ibid.) devem atravessar essa perspectiva.

⁴ No original: “[...] suggest limitless coverage; but many topics are best displayed in smaller frames.”

Essa confusão que comumente acompanha o uso da palavra “global” é bastante discutida e desconstruída pelos teóricos que nos últimos anos têm se debruçado na tentativa de tracejar preocupações comuns às diversas propostas colocadas pela História Global. Talvez o termo deveria ser Histórias Globais, sempre no plural, devido à diversidade e descentralidade que cada teórico traz para tal perspectiva. De qualquer forma, grande parte parece concordar sobre o jogo de escalas que está colocado pela História Global. Não se trata, como já vimos, de uma cobertura total e/ou mundial por conta do uso do substantivo “global”, mas sim de olhar para o nosso problema de pesquisa com a consciência de que nossos recortes e escolhas não mais estão restritos ao Estado-Nação e, portanto, podem e devem ser estabelecidos de forma a melhor responder as demandas que nossos objetivos de pesquisa nos trazem. Portanto, História Global não deve ser um referente exclusivo à macro história (Conrad, 2016, p. 12) ou voltar sua atenção apenas a grandes processos transnacionais, mas precisa ser compreendida como “uma nova sensibilidade aos agentes, forças e fatores históricos em escalas acima e abaixo daquelas de nação ou região” (Drayton; Motadel, 2018, p. 13, tradução nossa⁵).

Essa abertura metodológica postulada pela História Global significa que uma diversidade de sujeitos e locais pode ser observada por essa perspectiva. Assim, em princípio, há a potencialidade legítima de qualquer objeto, sujeito e local se tornar o foco de um trabalho em História Global (Conrad, 2016, p. 8). No entanto, essa potencialidade deve ser mensurada de acordo com os objetivos e as demandas emanadas a partir do objeto de pesquisa. O uso dessa perspectiva não deve ser indiscriminado, já que ela apresenta certamente uma maior proficiência para determinados recortes temporais e espaciais do que outros. Ou seja, não quer dizer que a História Global é uma perspectiva que sempre será cabível, mas que ela pode ser considerada nos mais diversos recortes caso haja consciência de suas possibilidades e limitações.

Se a História Global se destaca como mais relevante para certos objetos de pesquisa, é interessante questionar as razões pela significativa expansão dessa perspectiva, especialmente na última década. Nessa conjuntura, o mundo pós-colonial trouxe novas demandas para a História, principalmente ao “desafiar os pressupostos da supremacia branca que organizaram dois séculos das ciências humanas no Ocidente” (Drayton; Motadel, 2018, p. 5, tradução nossa⁶). Isso começou a colocar em xeque o eurocentrismo e a colonialidade de uma

⁵ No original: “a new sensitivity to the historical agents, forces, and factors at scales above and below those of the nation or region.”

⁶ No original: “[...] challenged the white supremacist assumptions which had quietly ordered two centuries of the human sciences in the West.”

historiografia até então fortemente centrada no Estado-Nação. Além disso, outra transformação que pode ser apontada como mais uma fomentação dos processos que culminariam na reflexão sobre a perspectiva de História Global é a *history from below*. Ou seja, um maior anseio, em especial a partir dos anos 1960, por se debruçar sobre os processos históricos a partir das vozes emanadas pelos grupos subordinados (Drayton; Motadel, 2018, p. 6). Nesse sentido, pode-se notar uma ligação epistemológica entre esse movimento nos anos 1960 - em que as mulheres, os pobres e os não-brancos passaram a ser observados como agentes históricos - e a ascensão do Sul Global e seus agentes para a História no final do século XX, processo que produziria reflexões fulcrais para superar o nacionalismo metodológico, contestar os pressupostos da colonialidade e produzir a diversidade de projetos epistemológicos que atravessam a perspectiva de História Global.

Acontecimentos como o fim da Guerra Fria no início dos anos 1990 e a crise geopolítica internacional que seguiu os ataques de 11 de setembro de 2001 também são observados como momentos-chave em que há uma intensificação do interesse em compreender processos globais. Nesse sentido, a História Global se desenvolveu também como uma investida para “responder desafios sociais e a demanda para uma perspectiva mais inclusiva e menos estritamente nacional sobre o passado” (Conrad, 2016, p. 1, tradução nossa⁷). Destarte, o observável crescimento no número de eventos acadêmicos, publicações e grupos de pesquisa dedicados a compreender e se engajar na História Global está localizado nessa intersecção de eventos geopolíticos em um mundo pós-colonial, na qual novos sujeitos a partir de suas agências reclamam o seu reconhecimento como agentes históricos e o Sul Global se destaca não apenas como um sujeito para a História, mas de produção e de epistemologias próprias.

Apesar de uma intersecção de propostas e epistemologias diversas, a História Global apresenta um traço claro a partir de todo esse emaranhado político e teórico: a pretensão contra hegemônica a fim de superar os nacionalismos, eurocentrismos e as colonialidades do saber. Por isso, é uma perspectiva particularmente polêmica já que pode, muitas vezes, ser interpretada como uma explícita contestação a paradigmas diversos, como o da história nacional (Conrad, 2016, p. 4). Exatamente por esse caráter questionador e de ataque a pressupostos centenários sobre o fazer histórico, a História Global evidentemente sofre resistências diversas.

Uma minuciosa análise das críticas direcionadas à História Global ultrapassa o escopo da discussão aqui pretendida. Por ora, é plausível comentar sobre as denúncias sobre pretensões imperialistas que usualmente têm sido apontadas em relação à História Global. Sanjay

⁷ No original: “[...] to social challenges and to the demand for a more inclusive, less narrowly national perspective on the past.”

Subrahmanyam é um historiador indiano e uma das principais vozes sobre a História Global hodiernamente. Em uma conferência no *Collège de France*, o historiador expôs algumas origens da História Global e no decorrer da discussão destacou que, entre os críticos dessa perspectiva, esta é vista “como um desejo do imperialismo acadêmico americano de destruir a boa e velha tradição da história nacional e substituí-la por uma perspectiva imperial e imperialista” (Subrahmanyam, 2017, p. 236). Para ele essas críticas são esperadas, visto que as origens da História Global são ostensivamente iniciadas a partir de processos no Norte Global, os quais, em uma lógica pós-colonial, certamente seriam recebidos com resistência. A possibilidade de projetos e resultados imperialistas a partir da História Global não deve ser ignorada, mas incorporada na própria discussão epistemológica dessa perspectiva. Ora, se a História Global se lança como contra hegemônica e questionadora da ordem teórica e metodológica com que a historiografia tem sido escritas até então, o indagar deve estar colocado não apenas para os outros fazeres históricos, mas redirecionados também para a própria História Global.

Nesse sentido, o contínuo engajamento do Sul Global na produção de trabalhos em História Global é essencial para o amadurecimento da perspectiva e para a inserção de epistemologias que consigam potencializar a superação dos eurocentrismos, a colonialidade do saber e dos imperialismos da academia estadunidense, evidenciados entre os críticos. Há, no entanto, diversos obstáculos tanto para a promoção da História Global como perspectiva útil nessas regiões quanto para a inserção nos ciclos de debates acadêmicos - ainda bastante centrados no Norte Global - dos trabalhos feitos por pesquisadoras/es do Sul Global. Nesse sentido, a História Global não se vê imune às “hierarquias do conhecimento”. Um primeiro obstáculo notado é a predominância dos países anglófonos na produção em História Global. Tal centralidade é bastante impeditiva, especialmente para a América Latina, região que mantém historicamente um contato ostensivamente maior com a produção científica em francês ou espanhol do que aquela produzida na Inglaterra ou América do Norte (Conrad, 2016, p. 216). O segundo ponto a ser observado diz respeito à limitação linguística imposta pela predominância do Inglês, língua que tem sido considerada como o idioma da academia⁸, especialmente entre os trabalhos de História Global. Essa preeminência encobre a produção científica feita em outros idiomas - mesmo quando traduzidos - e ignora outras tradições historiográficas, dinâmica que evidentemente contradiz a retórica inclusiva e não-eurocentrada

⁸ Trabalhos como o de Finardi e França (2016), a partir de um recorte quantitativo junto a base indexadora *Scopus*, expõem como a baixa produção em inglês no campo das Artes e Humanidades no Brasil se traduz em uma restrita circulação internacional.

da História Global. Além disso, um terceiro ponto diz respeito às demandas que tal abordagem coloca ao pesquisador. As dificuldades no desenvolvimento de habilidades linguísticas, por exemplo, obstruem o engajamento do pesquisador em um trabalho em História Global, visto que usualmente tais problemas de pesquisa e os círculos de discussão científica requerem habilidades linguísticas diversas. Além disso, a necessidade de acesso a diversos arquivos e de dedicação exclusiva à pesquisa destaca o problema em torno do financiamento. Nesse sentido, “a economia global e política da academia é um fator crucial para se compreender [...] o panorama desigual da produção de conhecimento” (Conrad, 2016, p. 217, tradução nossa⁹).

Vemos, portanto, uma proposta contra hegemônica e que em seu escopo está majoritariamente localizado o anseio pelo findar dos centros hegemônicos da produção de conhecimento. Mas, ao observarmos os obstáculos, percebemos inúmeros centros de hegemonia no interior dos ambientes institucionais que estão engajados na História Global, o que, em muitos sentidos, limita os efeitos descentralizadores que essa perspectiva propõe. Portanto, criticar o eurocentrismo, a colonialidade ou o imperialismo estadunidense não é suficiente, já que a História Global precisa localizar na sua própria autocrítica e transformação uma de suas etapas de produção epistemológica. Desta maneira, vale a definição do historiador José D’Assunção Barros, para o qual a História Global deve

apreender os múltiplos pontos de vista, e depois interconectá-los, mas sem submetê-los a uma lógica única, tal como ocorre com uma das perspectivas da história tradicional. Em uma palavra, trata-se de construir uma história sem um centro único. A história global, neste caso, não é nem pensada como um agregado desconectado de histórias nacionais, e nem é tratada como uma história universal que tenta submeter todas as histórias a uma caminhada única da civilização [...] (Barros, 2019, p. 5).

Portanto, nessa seção pretendi observar como a História Global deve ser percebida como uma reação às mudanças políticas, sociais e econômicas observadas na virada do século, mas também como uma resposta às transformações e aos questionamentos no interior da própria disciplina da História na segunda metade do século XX. Além disso, vale ressaltar que se trata de uma perspectiva descentralizada e perpassada por disputas internas de “narrativas, temáticas, metodológicas ou até mesmo epistemológicas” (Júnior; Sochaczewski, 2017, p. 487), necessárias ao seu almejo por superar o nacionalismo metodológico e as abordagens eurocêntricas.

1.2 HISTÓRIA COMPARADA

⁹ No original: “The global political economy of the academy is a crucial factor in understanding (...) the uneven landscape of knowledge production.”

A História Global não é, porém, a única abordagem que propõe pensar as historiografias a partir de um olhar global. O pesquisador Diego Olstein (2014), por exemplo, atesta que, ao se almejar um olhar global dentro da História, dispomos de pelo menos doze vertentes distintas, mas que mantêm diálogos e até mesmo se confundem em suas propostas programáticas.¹⁰ Entre elas, destaca-se a História Comparada, uma abordagem considerada uma resposta quase que natural a partir do momento que damos relevância a observar o mundo a partir de “novos padrões de interconexão” (Barros, 2019, p. 6).

A abordagem em História Comparada tem, no entanto, uma trajetória bem mais antiga e duradoura que a História Global. As contribuições de Marc Bloch na década de 1920, por exemplo, podem ser apontadas entre as origens do estabelecimento dos estudos em História Comparada, um campo que teria sido apresentado como revolucionário, constituindo um domínio instigante e promissor de uma nova promessa historiográfica (Barros, 2007, p. 8). Todavia, o método comparativo tem sido regularmente criticado, especialmente devido à valorização hodierna das conexões e fluxos, o que produz desconfiança a uma certa rigidez metodológica que o método comparativo *a priori* poderia impor. Tais críticas partem, em muitos momentos, da própria literatura que pretende pensar a história a partir de um quadro global e que chega a apontar a História Global como um “antídoto às abordagens comparativas” (Conrad, 2016, p. 39, tradução nossa¹¹). No entanto, hoje é possível reconhecer uma *virada global* na História Comparada, o que significa que não haveria contradição entre as duas abordagens e que o método comparativo seria uma estratégia inevitável ao investigar processos históricos em uma escala global (Conrad, 2016, p. 40).

Mesmo colocando a História Comparada como um método pertinente para se investigar processos históricos dentro de uma perspectiva de História Global, as críticas direcionadas ao método comparativo devem ser consideradas não apenas por levantarem questões pertinentes, mas como parte do próprio processo de *virada global* que se vê em curso na História Comparada. Nesse contexto, um dos problemas fulcrais com as metodologias comparativas reside na ameaça da “leitura forçada”. Ou seja, pode haver a “insistência em ajustar as

¹⁰ Conrad (2016) aponta consciência para as sobreposições que são observadas entre os emaranhados das diversas propostas para se pensar a história a partir de um olhar global. Porém, para o historiador, a História Global mantém diferenças importantes em relação a essas outras alternativas. Em especial, ele destaca a “ênfase em conexões, integração e sua determinação em superar noções anteriores, entre elas os conceitos de civilizações discretas, de difusão europeia e de narrativas teleológicas” (p. 36, tradução nossa). No original: “[...] emphasis on entanglements and integration and its determination to move beyond earlier notions, among them the concepts of discrete civilizations, of European diffusion, and of teleological narratives”.

¹¹ No original: “[...] antidote to comparative frameworks”.

realidades examinadas a um determinado modelo que já se encontrava definido previamente” (Barros, 2007, p. 18). Essa é uma armadilha que espreita as comparações e que pode promover a lógica da *falta*, isto é, uma análise atravessada por avaliações de situações em termos de atraso e/ou um “ainda não” (Conrad, 2016, p. 40). Uma investigação engajada a partir de tal métrica colocaria problemas expressivos para a História Global, pois reproduziria a lógica de centros, de espaços hegemônicos de produção do conhecimento e, conseqüentemente, a subsistência de eurocentrismos, pretensões imperialistas, entre outros. Dessa forma, além do desafio de superar tal lógica analítica, a História Comparada também necessitaria sobrepujar alguns outros vícios que assombram as empreitadas comparativas, como é o caso do desdém às diferenças internas, o que acaba homogeneizando os sujeitos, além da ameaça da reprodução de percepções típicas das narrativas nacionalistas (Conrad, 2016, p. 41).

Apesar da pertinência das críticas, a concepção do método comparativo como uma abordagem sistemática, rígida e exclusiva a casos independentes não deve encontrar mais adesão atualmente. Ou seja, o método comparativo apresenta a possibilidade hoje de se desprender dos binarismos a partir do momento que deixou de evitar processos globais que atravessam e são atravessados pelos seus objetos de pesquisa. Dessa forma, entre a miríade de trabalhos desenvolvidos a partir de um quadro metodológico comparativo, podemos perceber a História Comparada

cada vez mais tomando a História Global como seu ponto de partida e desenvolvendo suas investigações a partir de um pano de fundo com contextos globais. De fato, alguns dos trabalhos mais empolgantes no campo da História Global usaram lentes comparativas, embora com uma diferença. Ao invés de considerar duas unidades – dois países, duas cidades, dois movimentos sociais – separados e dados, eles os colocam diretamente em contextos sistêmicos os quais ambos se relacionam e respondem de maneiras diferentes. Ao situar os dois em uma situação global comum, as próprias comparações se tornam parte da abordagem de História Global (Conrad, 2016, p. 44, tradução nossa¹²).

Dessa forma, a História Comparada passa a ser parte de um grupo amplo de gêneros da historiografia para se pensar a história globalmente e que, entre os quais, além do método comparativo, também se destaca a perspectiva de História Global. Isto é, percebe-se transformações contemporâneas no método comparativo, observando uma abertura deste a “possibilidades diversas como o cruzamento e o entrelaçamento, ao lado da comparação mais tradicional” (Barros, 2019, p. 27). A virada global da História Comparada a auxilia, portanto,

¹² No original: “[...] increasingly take global history as their point of departure, and pursue their inquiries against a backdrop of global contexts. Indeed, some of the most exciting work in the global history field has used a comparative lens, albeit with a difference. Instead of taking two units—two countries, two cities, two social movements—as separate and given, they place them squarely within systemic contexts to which they both relate and respond in different ways. By situating the two in a common global situation, the comparisons themselves become part of the global history approach.

evitar a reprodução de nacionalismos ou a dicotomia estrita entre semelhanças e diferenças. Dessa forma, o pesquisador não deve tomar seus objetos de comparação como separados e ontológicos, mas sim permeados e permeando um contexto com o qual ambos mantêm relações de modos distintos.

No entanto, o Estado-Nação como unidade de comparação, conforme é o caso aqui do Brasil e da RDA, pode sofrer críticas quanto ao risco da manutenção de nacionalismos. Contudo, superar nacionalismos não se trata de excluir o Estado-Nação das historiografias, mas reconhecê-lo como um tipo específico e não como única unidade possível de comparação (Albuquerque, 2018, p. 10). Nesse sentido, a pesquisa de Conrad sobre memória no Japão e na Alemanha contribui para ilustrar a abordagem comparativa como escolha metodológica dentro de um projeto de História Global.

Entre os estudos sobre memória, nota-se um especial interesse por compreender processos pelos quais tipos de memórias coletivas são instituídas. Nesse sentido, a memória nacional desponta como um tipo específico e ilustrativo para se observar os processos de produção, legitimação e também os efeitos das memórias coletivas (Halbwachs, 1990). Podemos presumir então a relação íntima mantida entre memória e os nacionalismos. Nesse sentido, Conrad chama atenção para as discussões que observam e defendem a memória como “o último vestígio de uma ‘cultura’ nacional” (Conrad, 2020, p. 133). No entanto, o historiador desconstrói a ideia da memória nacional como um produto restrito a processos contidos e restritos aos seus domínios nacionais. Para isso, ele se volta para as diferentes formas com que Japão e Alemanha lidaram com seus crimes e derrotas na Segunda Guerra Mundial, não restringindo tais processos às dinâmicas internas desses países, mas as situando em um contexto global. Para isso, o autor emprega uma abordagem comparada que enxerga a produção da memória em ambos os países a partir do conceito de “memórias entrelaçadas”, evitando interpretações que essencializam processos históricos e os restringem a um contexto nacional específico.

Ao empenhar o método comparativo dentro de uma perspectiva de História Global, Conrad suplantou a lógica analítica que vê a história dessas memórias circunscrita apenas aos seus respectivos países e conseguiu traçar diversas outras relações dentro de uma situação global que perpassa/é perpassada pelos processos internos de cada país. Em última instância, a abordagem comparativa a partir de uma perspectiva de História Global auxiliou na compreensão da identidade nacional como “produto – e não a pré-condição – de processos de interação transnacional, intercâmbio e entrelaçamento” (Conrad, 2020, p. 142).

Por fim, nessa seção procurei esboçar a aproximação entre História Global e História Comparada, duas abordagens que hodiernamente estão colocadas dentro de um contexto mais amplo para empreender um olhar global para a História. Defendo, dessa forma, a abordagem comparativa como uma escolha metodológica pertinente para um trabalho de História Global. A comparação deve ser incentivada, mas não tomando os objetos como unidades contidas em si e estanques. Penso que a empreitada comparativa junto a História Global potencializa o dinamismo que tal perspectiva tem colocado para os estudos históricos. Dessa forma, acredito que a História Global hoje se tornou necessária e se afastar dela

parece ser a resposta menos óbvia ao ressurgimento do nacionalismo populista. Uma das razões para o crescimento do populismo nacionalista é o domínio das narrativas nacionais no imaginário histórico popular. Ao conectar o ressentimento atual com as falsas memórias da grandeza nacional perdida, essas narrativas já são argumentos inconscientes sobre a História Global. Novos tipos de história nacional e global emaranhados, particularmente quando falam ao público, têm tipos importantes de contribuições a fazer. Eles podem até nos fornecer uma sensação de humanidade global compartilhada (Drayton; Motadel, 2018, p. 15, tradução nossa¹³).

Se a História Global desponta, portanto, como uma perspectiva nos estudos históricos especialmente relevante no momento político hodierno, é curioso, no entanto, o pouco diálogo que tal perspectiva mantém com os estudos de gênero e sexualidade – campo fulcral em transformações epistemológicas significantes nas ciências humanas nas últimas décadas. É particularmente esse afastamento que almejo contribuir para sua superação ao interpretar os movimentos homossexuais no Brasil e na RDA dentro de uma perspectiva de História Global.

1.3 HISTÓRIA GLOBAL E OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os historiadores Richard Drayton e David Motadel destacam os anos 1960 como um momento em que as vozes até então silenciadas - pela falsa universalidade atribuída ao homem branco, cisgênero, heterossexual e europeu - passaram a ser tomadas como sujeitos históricos a partir de suas agências e demandas político-sociais que reverberaram na historiografia. A partir dessa contextualização, pode-se notar a relevância da perspectiva de História Global hoje, não sendo mais possível voltar atrás “da ‘virada global’ no nosso século, assim como não

¹³ No original: “[...] would seem to be the least obvious response to the resurgence of populist nationalism. One of the reasons for the rise of nationalist populism is the dominance of national narratives in the popular historical imagination. As they connect present resentment to false memories of lost national grandeur, these narratives are already unselfconscious arguments about global history. New kinds of entangled national and global history, particularly as they speak to the public, have important kinds of work to do. They may even provide us with a sense of a shared global humanity.”

poderíamos voltar a uma história que não prestasse atenção às mulheres e aos pobres” (Drayton; Motadel, 2018, p. 5, tradução nossa¹⁴).

A partir dessa citação, presume-se uma relevância dos estudos históricos em uma perspectiva global equivalente à necessidade de prestarmos atenção nas mulheres e às diversas classes sociais no decorrer de nossas produções científicas. No entanto, ao considerarmos o contínuo - ainda que hodiernamente contestado - distanciamento entre a perspectiva de História Global e dos Estudos de Gênero e Sexualidade, tal afirmação soa irônica e atravessada pela ausência autocrítica que em alguns momentos circunda os teóricos em História Global.

Antes de tudo, é importante apontar que o campo de Estudos de Gênero e Sexualidade é aqui compreendido como um empreendimento majoritariamente iniciado das áreas das ciências humanas e que traz um campo epistêmico próprio. Além disso, trata-se de um domínio atravessado por inúmeras iniciativas (Matos, 2008), o que significa uma pluralidade de sujeitos, temas e abordagens (Simões; Carrara, 2014). Assim, traçar aqui um histórico da formação desse campo e explicar as suas diversas iniciativas e vertentes extrapolaria significativamente o espaço aqui disponível. No entanto, é relevante sublinhar que se trata de um conjunto de epistemologias e de objetos de estudo bastante diverso, mas que já há bastante tempo foi reconhecido como útil, pertinente e parte constitutiva dos estudos históricos.

Joan Scott (1990), ao rememorar seu célebre artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado pela primeira vez em inglês no ano de 1986, toma a supressão - imposta pelos editores - de um ponto de interrogação no título de seu artigo como partida para refletir sobre o uso da categoria gênero nos últimos anos. Scott enfatiza que as questões de gênero nunca podem estar completamente resolvidas ou respondidas e que seu uso como categoria de análise para a História deve sempre ser colocado como uma interrogação, não apenas a fim de suprimir tentativas essencialistas para com a categoria, mas principalmente pelo fato de gênero ser “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 86). Portanto, o ponto de interrogação marcaria a necessidade de investigar como tais relações são produzidas, podendo subverter as tentativas de naturalização dessas relações e suas opressões. A autora sublinha que o ponto de interrogação em seu artigo devesse talvez não ter sido suprimido de modo a propor um constante lembrete de que “gênero em si é uma questão que é somente respondida de forma fragmentada através das investigações acadêmicas, entre

¹⁴ No original: “[...] from the ‘global turn’ in our century, any more than we could go back to a history which paid no attention to women or the poor.”

elas a história” (Scott, 2008, p. 1429, tradução nossa¹⁵). Devemos, então, observar a História Global também como uma proposta epistemológica em que o ponto de interrogação no gênero e na sexualidade se faz necessário. No entanto, apesar de observamos paralelos entre os dois campos, o da História Global e dos Estudos de Gênero e Sexualidade, especialmente em relação ao caráter contestador e relacional que atravessam suas propostas, um distanciamento entre eles ainda é constante.

Merry Wiesner-Hanks é uma historiadora estadunidense e se estabeleceu nas últimas décadas como uma das principais vozes que procura contestar esse distanciamento e argumentar pela potencialidade do cruzamento de tais perspectivas. A autora aponta que, apesar dos diversos paralelos programáticos que podem ser traçados entre os estudos de gênero e a História Global, ainda há pouca interação entre esses campos (Wiesner-Hanks, 2011, p. 361). A título de ilustração, ela indica que entre 2005 e 2011, de todos os livros submetidos ao prêmio anual da *World History Association*, dois a três livros dentre os trinta submetidos abordavam gênero ou a história das mulheres e nenhuma obra se debruçava sobre questões da sexualidade¹⁶.

Alguns processos são apontados por Wiesner-Hanks para tentar compreender o distanciamento entre esses dois campos. O primeiro ponto destacado pela autora parte de uma característica comum ao conteúdo programático dessas duas áreas, mas que não necessariamente promoveu uma maior intersecção entre elas. Para a historiadora, os estudos globais e/ou transnacionais, assim como os estudos sobre gênero e sexualidade, propõem interpretações revisionistas sobre a História. Isso significa que cada um desses campos se engajou na desconstrução de categorias que eram tidas como naturais para as historiografias: a nação e o homem heterossexual. Isso teria produzido nos dois domínios uma concentração em

¹⁵ No original: “[...] gender itself is a question that is only ever answered piecemeal through the investigations of scholars, historians among them.”

¹⁶ Não consegui acesso à lista dos livros submetidos entre 2011 até 2021 para o *World History Association Bentley Book Prize*. No entanto, ao olhar os ganhadores dessa última década, nenhuma das obras está diretamente inserida no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Além disso, a base de dados e publicações em três periódicos importantes para os estudos em História Global confirma essa tendência: o *Journal of World History*, publicado pela *University of Hawai'i*, o *Journal of Global History*, publicado pela *Cambridge University Press*, e o periódico *Esboços*, ligado ao Programa de Pós-Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina. Nessas três importantes publicações, percebe-se que poucos trabalhos publicados têm na categoria de gênero seu ponto teórico de análise. Tal restrição cresce ainda mais em relação a trabalhos sobre sexualidade, homossexualidade, questões LGBTQIA+, entre outras. Há, no entanto, uma iniciativa recente de aproximação desses campos: um dossiê de 2017 no *Journal of World History* intitulado *Gender and Empire* e que traz contribuições importantes na intersecção dos estudos de gênero e a História Global. A revista *Esboços* possui uma quantidade maior de artigos focados em questões de gênero e sexualidade. No entanto, a revista mudou seu foco para História Global apenas em 2019. Sendo assim, há ainda um encontro mínimo na revista entre gênero, sexualidade e a perspectiva de História Global. Gênero e sexualidade nesses periódicos são temas majoritariamente transversais às discussões e referenciados timidamente no decorrer dos textos ou em notas de rodapé.

sua própria “linha de revisão”, processo em que ambos acabaram não prestando atenção no que estava sendo empreendido pelo outro (Wiesner-Hanks, 2011, p. 363).

Uma segunda razão traçada pela autora é o binômio convergência e diferença. Nesse sentido, as diversas abordagens na história que pretendiam empreender uma visão global para os processos históricos enfatizaram conexões e o cruzamento de fronteiras, o que foi chamado por muitos como a “história da grande convergência”. Por outro lado, os estudos históricos que tomaram o gênero como categoria de análise se empreenderam muito mais em pensar na divergência, prestando atenção na complexidade das categorias de diferença e na interseccionalidade que atravessa as relações de gênero. Assim, percebemos que dificuldades de cruzamento metodológico e uma crença de que um campo só poderia estar voltado à convergência enfatizaram ainda mais tal afastamento.

A historiadora Angelika Epple também se empenhou para compreender a carência de intersecção entre a História Global e os Estudos de Gênero e Sexualidade, promovendo uma defesa obstinada pela proficuidade para a História a partir desse cruzamento. A autora defende especialmente que gênero e história global “se baseiam nos mesmos pressupostos teóricos básicos: as unidades de análise não são vistas como ‘recipientes’ fechados, mas são examinadas como construções sociais por meio de relações e diferenças” (Epple, 2012, p. 88, tradução nossa¹⁷). Assim, ambos os domínios partilhariam uma lógica epistemológica comum embasada pela percepção *relacional* dos processos analisados. No entanto, segundo a autora, os caminhos tracejados por cada subdisciplina para alcançar tal percepção devem ser observados como os pontos que produziram seus afastamentos. Ela nota que os estudos de gênero tentaram compreender essa categoria a partir de processos relacionais entre masculinidades e feminilidades e atravessados por outros processos históricos, mas que o olhar relacional não se estendeu para as unidades de análise espacial. Por outro lado, para a História Global o pensamento relacional teria sido desenvolvido exatamente pelas discussões sobre eurocentrismo e o que ela chama de “virada espacial”. Nesse processo, a categoria de gênero teria sido ocultada, promovendo o “paradoxo de uma História Global com atores predominantemente masculinos e sem um gênero relacional” (Epple, 2012, p. 88, tradução nossa¹⁸).

¹⁷ No original: “[...] auf denselben theoretischen Grundannahmen basieren: Analyseeinheiten werden nicht als abgeschlossene „Container“ betrachtet, sondern sie werden über Relationen und Differenzen als soziale Konstrukte untersucht.”

¹⁸ No original: “Dies führte zu dem Paradox einer Globalgeschichte mit überwiegend männlichen Akteuren ohne relational gedachtes Geschlecht.”

Epple contribui de uma forma bastante original para a discussão e intersecção entre História Global e os estudos sobre gênero. Ao invés de recorrer à dicotomia proposta pelo binômio da convergência e diferença, a autora parte de um compartilhamento de pressuposto teórico entre ambas as áreas, porém localiza o seu afastamento nos processos díspares que cada domínio traçou para o desenvolvimento de um pressuposto comum: o olhar relacional. Dessa forma, ela é enfática ao defender que ambas “são baseadas nos mesmos pressupostos teóricos básicos. As unidades de análise devem ser examinadas por meio de suas relações. Essas relações são criadas por meio de diferenças, ou seja, por meio de gradações, hierarquizações e assimetrias” (Epple, 2012, p. 99, tradução nossa¹⁹).

A abordagem de Epple é bastante útil, especialmente por explicar esse afastamento a partir de seus encontros teóricos e não na comumente citada oposição entre convergência e diferença. Aliás, entre os próprios teóricos em História Global já tem sido observada uma diligência por desconstruir o pressuposto de que estudos a partir de uma perspectiva global estariam sempre fadados a traçar processos com efeitos de convergência. Para Jürgen Kocka, por exemplo, os estudos em História Global compartilhariam a atenção e ênfase nas interações, trocas e inter-relações entre as diversas unidades espaciais. No entanto, o autor chama a atenção para a necessidade de apontar para mais um critério que designaria especialmente a História Global hodierna: a questão da diferença. Dessa forma, “ao invés de esperar uma tendência universal na direção de maior convergência e homogeneização, os historiadores globais não se surpreendem ao detectar que a interação crescente pode produzir novas diferenças” (Kocka, 2012, p. 4, tradução nossa²⁰).

Portanto, se para os estudos de gênero há a necessidade de enxergar a perspectiva de História Global sem o pressuposto de um olhar exclusivo a processos de convergência, para a própria História Global é necessário entender que não só “os termos ‘colônia’, ‘metrópole’ e ‘barbárie’, mas também ‘homem’ e ‘mulher’ não descrevem entidades pré-definidas, mas sim as criam” (Epple, 2012, p. 99, tradução nossa²¹). A partir disso, uma aproximação e transformação bidirecional entre esses dois campos, ainda que tímidas, têm sido empreendidas recentemente. Nessa conjuntura, destacam-se as investigações históricas sobre os movimentos

¹⁹ No original: „[...] beruhen auf denselben theoretischen Grundannahmen. Analyse-einheiten sind über ihre Relationen zu untersuchen. Diese Relationen erzeugen und werden erzeugt durch Differenzen, also durch Abstufungen, Hierarchisierungen, Asymmetrien.“

²⁰ No original: “Instead of expecting a universal trend towards more convergence and homogenization, global historians are not surprised to detect that increasing interaction may produce new differences (...)”.

²¹ No original: “[...] dass die Begriffe „Kolonie“, „Metropole“, „Zivilisation“, „Barbarei“, aber auch „Mann“ und „Frau“ keine vorgegebenen Entitäten beschreiben, sondern sie erzeugen.”

feministas e os movimentos LGBTQIA+ como recortes temáticos que têm observado a aproximação teórico-metodológica entre ambas as subdisciplinas (Wiesner-Hanks, 2011, p. 365).

Leila Rupp, uma importante historiadora feminista, escreveu sobre a necessidade de pensarmos a sexualidade, especialmente a homossexualidade, a partir de uma perspectiva de História Global. Rupp reconhece os desafios na aproximação entre uma perspectiva global e os estudos sobre a homossexualidade - ou em seus termos “sexualidade entre mesmo-sexo” (Rupp, 2001). Entretanto, a partir de exemplos trazidos da própria história, mas também da antropologia, a autora destaca como uma visão global pode contribuir para intensificarmos ainda mais o olhar relacional produzido pelos estudos de gênero e sexualidade. Assim, Rupp questiona as próprias noções de sexualidade, sexo, prazer etc. A historiadora produziu, por exemplo, em 2009 um dos principais exemplos entre o leque limitado disponível de obras que se dispõem discutir sobre sexualidade a partir de uma perspectiva de História Global. Nesse sentido, seu livro *Sapphistries: a Global History of love between women* se lança com certo pioneirismo nessa empreitada (Rupp, 2009).

Essas contribuições de Rupp, apesar de extremamente pertinentes, especialmente para intensificar a atenção acadêmica para tal discussão, ainda carecem de uma intersecção teórica robusta entre os dois campos. Tal insuficiência seria significativamente evitada em uma coletânea intitulada *A Global History of Sexuality: the modern era* (Buffington, 2014). As autoras e autores que compõem a obra trazem um aparato teórico que almeja o diálogo entre as questões globais e as contribuições do campo dos estudos de gênero e sexualidade. Aliás, a própria escolha do nome pretende apontar para essa aproximação, já que o termo global é somado ao nome da obra História da Sexualidade, de Michel Foucault (2020), extremamente influente para os estudos de gênero, especialmente sobre as sexualidades. Dessa maneira, a coletânea trouxe contribuições bastante relevantes, especialmente ao não focar seu recorte espacial apenas no Norte Global, contribuindo com uma diversidade de análises, inclusive sobre o Brasil. Apesar de sua relevância e seus cuidados, a coletânea reproduz algumas visões caras para o estudo das sexualidades, particularmente a concepção de difusão unidirecional de uma identidade *gay* global, um conceito problemático, como discutiremos posteriormente.

Analisar criticamente tais obras não restringe a pertinência de sua leitura, já que traçam questionamentos influentes para o contínuo engajamento de se trazer a epistemologia do olhar global para dentro dos estudos de gênero e sexualidade, e vice-versa. Esses - entre outros trabalhos que poderiam ser citados - apontam que o afastamento dessas áreas, como propõem Wiesner-Hanks e Epple, se mantém, mas há uma série de iniciativas recentes importantes no

sentido de superar a não intersecção programática desses domínios. Nesse sentido, a contribuição recente da historiadora Sonja Levsen também merece destaque. Ao interseccionar a preocupação por um olhar global à atenção às questões de gênero e sexualidade, a autora propõe repensar a crença vastamente difundida de que a contestação moral sobre o sexo e a sexualidade consiste em uma demanda transnacional dos acontecimentos de 1968, por exemplo. Assim, a historiadora sugere que a discussão sobre a moralidade em torno do sexo e da sexualidade foi um traço especialmente relevante para a nova esquerda alemã, mas não para os franceses ou britânicos, como é usualmente acreditado. A autora argumenta, através de uma série de recortes empíricos e de fontes, que enquanto na sociedade alemã ocidental a discussão sobre a sexualidade encontrou eco nos mais diversos setores da sociedade, na França esse tópico quase não encontrou pertinência entre os debates. Dessa forma, a memória sobre 1968 na França enquanto um evento em que a sexualidade foi ostensivamente presente seria produto de um enquadramento de memória, o qual utilizou de exemplos singulares e restritos entre os protestos de 1968 e os transformou em uma espécie de memória nacional sobre o período (Levsen, 2019). Apesar do seu foco se restringir ao Norte Global, em particular a Europa Ocidental, o trabalho de Levsen traz uma contribuição enorme aos estudos sobre gênero e sexualidade. Ora, se a sexualidade não pode ser atribuída como uma característica transnacional dos eventos de 1968, podemos reconsiderar, por exemplo, a partir de quais processos é possível conectar a intensificação da formação de grupos homossexuais no fim da década de 1960 e no início da década de 1970 com a suposta influência atribuída aos protestos de 1968.

Esses são alguns exemplos que se engajaram na aproximação entre História Global e as questões de gênero e sexualidade e traçaram alguns caminhos entre uma infinidade de abordagens e recortes temáticos, espaciais e temporais que tal intersecção entre subdisciplinas poderia oferecer para a História. Eles mostram que parte de academia já percebeu a potencialidade dessa intersecção e tem empreendido significativo esforço para um comprometimento de pesquisa localizada nesse cruzamento. Destaco, nesse sentido, o próprio Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual a tese aqui apresentada é desenvolvida, e que em 2017 mudou sua área de concentração para a História Global. A revista acadêmica *Esboços*, vinculada ao programa, também passou a concentrar seu interesse pelos estudos históricos em perspectiva global. Nesses espaços institucionalizados se destaca o Laboratório de Estudos de Gênero e Sexualidade (LEGH), o qual, estando ligado a um programa de História Global e com um acervo significativo sobre a história das mulheres e dos feminismos durante as ditaduras civil-militares do Cone Sul (Silva; Pedro; Wolff, 2018), aponta para um potencial grande em intensificar a aproximação entre os

estudos de gênero e sexualidade e as propostas programáticas trazidas pela História Global. Essa potência institucional é um exemplo bastante promissor das mudanças em curso nos últimos anos, mas não significa, no entanto, que não haja ainda resistência a tais empreendimentos. Novamente a historiadora Wiesner-Hanks alerta que as conquistas devem ser celebradas, mas nota que

embora investigar gênero possa parecer evidente para estudantes e estudiosos mais jovens, também existem muitos historiadores que continuam a ver isso como uma moda passageira, apesar do fato de que tais julgamentos se tornam mais difíceis de manter com o passar das décadas (Wiesner-Hanks, 2014, p. 74, tradução nossa²²).

Ao propor uma comparação da construção e desenvolvimento de movimentos homossexuais no Brasil e na Alemanha Oriental a partir de uma perspectiva de História Global, localizo minha pesquisa exatamente como uma tentativa de contribuir para a contínua aproximação e intersecção desses dois campos. É importante frisar também que, apesar da diversificação dos sujeitos históricos e dos recortes temáticos ser extremamente importante, não se trata apenas disso. Como bem observa Epple, um olhar transnacional certamente faz parte há considerável tempo dos estudos de gênero e sexualidade, assim como uma presença transversal de discussões sobre masculinidade, feminilidade, sexualidade, entre outros, são transversais aos estudos com uma visão global dos processos históricos. O que se propõe, no entanto, é mais do que isso. Uma reflexão “sobre gênero e História Global a partir de um fundamento teórico comum poderia resolver o preconceito de gênero na História Global e encorajar a história do gênero a realizar estudos macroestruturais. O ganho seria enorme” (Epple, 2012, p. 88, tradução nossa²³). É necessário, portanto, um atravessamento epistemológico: o gênero “contaminando” a perspectiva de História Global e vice-versa, talvez produzindo algo novo.

1.4 DESVENDANDO AS CONEXÕES: SOBRE A PESQUISA

Para começarmos a cruzar esses dois recortes, Brasil e RDA, em uma mesma situação global comum, é necessário, em um primeiro momento, voltarmos às especificidades locais de cada contexto. Nesse sentido, entre as disputas de memória sobre as sexualidades dissidentes

²² No original: “Although investigating gender may seem self-evident to students and younger scholars, there are also many historians who continue to view this as a passing fad, despite the fact that such judgments become more difficult to maintain as the decades pass.”

²³ No original: „[...] dass eine Reflexion der Geschlechter- und Globalgeschichte auf das gemeinsame theoretische Fundament den Gender-Bias der Globalgeschichte auflösen und die Geschlechtergeschichte zu makrostrukturellen Studien ermuntern könnte. Der Gewinn wäre enorm.“

na RDA, há geralmente a polarização discursiva entre uma repressão total ou uma suposta liberalização sexual. Se o primeiro parecer reproduz as concepções reducionistas da Guerra Fria, o segundo é produto de uma heteronormatividade que desconsidera a invisibilidade à qual homossexuais e lésbicas estavam submetidos.

As primeiras duas décadas do pós-guerra, por exemplo, marcam uma séria preocupação estatal moralizadora a fim de lidar com a memória recente do nazismo. Para os homossexuais, essa primeira metade de existência da RDA significou a manutenção da criminalização da homossexualidade através do parágrafo 175. No entanto, em 1968 ocorre a exclusão deste, um ano antes do mesmo ato na Alemanha Ocidental ou das revoltas de Stonewall nos EUA. A descriminalização significou novas oportunidades para esses indivíduos e, assim, surge em 1973 o que é considerado a primeira onda do movimento homossexual alemão oriental, o *Homosexuellen Interessengemeinschaft Berlin* (HIB). Porém, a vigilância e a repressão às atividades do HIB junto ao seu posterior desmonte são manifestações do significado prático restrito que a descriminalização teve.

Nos anos 1980, momento de crise política e econômica, houve uma nova intensificação do movimento homossexual na RDA, especialmente com a formação de novos grupos em cooperação com as Igrejas Protestantes. Outras iniciativas não associadas às entidades religiosas também se desenvolveram, como é o caso do grupo *Sonntags-Club*. Nesse contexto, com a acentuação da crise econômica, o Estado passou a ficar mais receoso às insatisfações populares. Assim, a fim de freá-las, algumas concessões foram feitas: reportagens e programas de rádio sobre a homossexualidade e a homofobia; uma peça de teatro sobre o tema; e a produção em 1989 do filme *Coming Out*, o qual inseria a homossexualidade em uma típica narrativa socialista alemã estatal.

O movimento homossexual alemão oriental, então, se desenrola nas últimas duas décadas de existência da RDA e se divide em dois momentos principais: começo dos anos 1970 com a criação do HIB; e o segundo na década de 1980, com a formação de grupos dentro e fora da Igreja Protestante e as concessões alcançadas juntas à preocupação pragmática estatal. Pela quase completa ausência de uma bibliografia em português sobre o movimento homossexual na RDA, o capítulo 2 apresentará em maiores detalhes tais desenvolvimentos.

De forma análoga, o movimento homossexual brasileiro também vê seu início apenas na década de 1970: o golpe militar de 1964 e a instituição do AI-5 em 1968 postergaram a intensificação do movimento para 1978, ano em que é criado o periódico *Lampião da Esquina* e o grupo Somos. Apesar desses avanços se estabelecerem em um momento marcado pelo relaxamento de certas práticas de censura e repressão, as ações empreendidas por esses grupos

não foram recebidas de maneira plácida pelas instituições militares. Nesse âmbito, destacam-se o processo judicial contra o *Lampião da Esquina*, acusado de atentado à moral e aos bons costumes, e a continuidade das prisões arbitrárias de indivíduos LGBTQIA+ pela polícia militar. A crise econômica que o Brasil enfrentou na década de 1980 junto aos inúmeros impactos da epidemia HIV/AIDS significaram a reestruturação do movimento homossexual brasileiro no decorrer dos anos 1980, surgindo novas entidades protagonistas. Sobressaem-se nesse momento a luta contra o HIV/AIDS e o consolidar da redemocratização brasileira com atuação de grupos homossexuais nas discussões do período da Constituinte. Nesse cenário, destacam-se duas entidades principais: o *Grupo Gay da Bahia* e o *Grupo Triângulo Rosa*. Assim, sumariamente, no contexto brasileiro também pode-se apontar para dois momentos principais no movimento homossexual no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

A queda do Muro de Berlim em 1989 e a reunificação alemã significaram o desaparecimento de modos específicos de organização econômica, social e cultural que marcaram quatro décadas da República Democrática Alemã. Apesar do caráter autoritário do Estado alemão socialista já ter recebido significativa atenção, um interesse dentro dos estudos de gênero e sexualidade sobre a RDA permanece ainda tímido, em especial em relação às sexualidades dissidentes. Já no contexto brasileiro, a década de 1980 marcou o período da redemocratização, colocando fim ao período da ditadura militar no país. Apesar de uma expressiva atenção acadêmica nas duas últimas décadas, as memórias das dissidências de sexualidade e suas resistências durante a ditadura ainda carecem de maior multiplicidade teórica entre as análises empreendidas (Pinto; Alves, 2020) – especialmente se partirmos de uma perspectiva global.

Portanto, dois cenários em que as resistências LGBTQIA+ às violências de ambos Estados demandam maior atenção pela História. Além dessa carência, é necessário pluralizar as narrativas em torno das trocas e interconexões globais entre movimentos homossexuais, superando a narrativa restrita sobre a influência única norte-americana. Assim, propõe-se, no presente trabalho, o olhar comparado dentro de uma perspectiva de História Global para os empreendimentos realizados por organizações e indivíduos LGBTQIA+ no Brasil e na Alemanha Oriental durante as décadas de 1970 e 1980 observando não apenas suas especificidades, mas as trocas, interconexões, transformações e protagonismos empreendidos dentro de uma mesma situação global.

Porém, mais do que apenas expandir as interpretações feitas sobre ambos os contextos, a preocupação da História Global por questionar certas acepções hegemônicas é um traço fulcral para esse trabalho. Ora, se pensarmos na dicotomia entre “ocidente” e “resto” que ainda

cruza os estudos sobre as sexualidades dissidentes e os movimentos homossexuais/LGBTQIA+, não se deve apenas questionar o que se entende por não-ocidente, mas desestabilizar a própria noção de Ocidente – o qual geralmente é colocado como o “fixo” ou “dado”. Mas, por que, então, a escolha do Brasil durante a ditadura e da República Democrática Alemã – dois contextos tão distantes geograficamente e antagônicos ideologicamente no contexto da Guerra Fria?

Como observaremos, a Europa Central e do Leste (ECL) foi historicamente percebida como o intermediário entre o Ocidente e o *outro*, o “resto”. Nesse sentido, a região foi durante todo o século XX – mas também após o fim da Cortina de Ferro no início dos anos 1990 – apreendida como atrasada em relação à Europa Ocidental, seja em relação à economia, à política ou, então, à questão da suposta inexistência de movimentos homossexuais e a luta por direitos LGBTQIA+. No entanto, desde pelo menos a década de 1970 já havia na região uma atividade expressiva de grupos homossexuais se organizando, assim como redes e espaços de sociabilidade homossexual nos grandes centros urbanos atrás da Cortina de Ferro. Nesse âmbito, a Alemanha Oriental se destaca não apenas pelo movimento homossexual mais estabelecido na região – assim atestado pelos relatórios produzidos pela Associação Internacional de Lésbica, Gays, Pessoas Trans e Intersexo (ILGA) – como constituía uma das principais influências para os homossexuais dentro do Bloco Socialista – como é possível observar nos estudos do movimento homossexual polonês anterior a 1989 (Szulc, 2018). Ainda assim, grande parte desse protagonismo observado na RDA foi eclipsado no período pós-unificação em que as historiografias passaram a se restringir ao contexto alemão ocidental como a história LGBTQIA+ fulcral de *toda* a Alemanha. Já o Brasil é considerado um dos movimentos LGBTQIA+ mais bem sucedidos na América Latina (Dehesa, 2007) e já apresentava uma notória influência durante o período da ditadura militar. No entanto, muitas historiografias continuam traçando uma determinação no movimento homossexual no país a partir dos EUA, uma observação que não deve ser totalmente negada, mas que precisa ser problematizada – dando espaço a outros fluxos e influências, inclusive protagonismos do próprio movimento homossexual brasileiro – a fim de evitar as narrativas imperialistas e o apagamento de narrativas do Sul Global. Além disso, apesar de paralelos no decorrer da primeira metade do século XX entre as identidades de sexualidades dissidentes do contexto brasileiro, o estadunidense, o europeu, entre outros, muitos autores continuam negando que o Brasil participaria de uma mesma tradição ocidental e outros claramente o tomam como não-ocidental (Carrara, Simões, 2007). Maiores detalhes sobre essas relações serão apresentados no capítulo seguinte, mas por ora vale destacar que o Brasil – de forma análoga à RDA - também

ocupa esse contexto intermediário, pelo qual às vezes é tomado como mais próximo do Ocidente, outras vezes mais afastado, mas sempre visto em um espaço interposto e sujeito às interpretações eurocêntricas e imperialistas do Norte Global. Observar, portanto, esses dois polos localizados nessas regiões meio-termo, ao mesmo tempo que pluraliza as narrativas sobre as sexualidades dissidentes do Sul Global, acaba concomitantemente contestando as aceções sobre o próprio Norte Global.

A segunda característica que justifica a motivação pela aproximação dos dois cenários recai na mesma situação comum global em que ambos se inserem, a da Guerra Fria (Duara, 2011). Se no Brasil - sob influência ideológica e política dos Estados Unidos, portanto, no polo capitalista – a homossexualidade foi no interior do regime da ditadura militar apreendida como uma ameaça comunista a fim de desmoralizar a sociedade brasileira e, portanto, atacá-la, na Alemanha Oriental – atrás da Cortina de Ferro e, portanto, junto ao bloco de influência da União Soviética – a homossexualidade era interpretada como símbolo da decadência capitalista e algo que, em última instância, teria promovido o nazismo. Ou seja, em um contexto de disputa política e ideológica na Guerra Fria, ambos os regimes – o militar no Brasil e o socialista na figura do SED²⁴ na RDA - tomavam a homossexualidade dentro de suas ideologias, pelas quais às vezes justificavam a manutenção de seus regimes ditatoriais, principalmente tentando apontar para *ataques* ou *influências* exteriores, materializadas, no caso, na homossexualidade. Ao mesmo tempo, ambos os Estados não tinham uma política traçada para lidar com a homossexualidade, a qual era recebida de forma paradoxal pelas instituições: ora alvo de repressões, censura e vigilância, ora passível de certas concessões. Vê-se, por exemplo, que concomitante às atitudes de vigilância e opressão, em ambos os locais houve desenvolvimento de movimentos por direitos, assim como cultura e espaços de sociabilização homossexuais.

Dessa forma, ao comparar as duas conjunturas no interior de uma perspectiva de História Global, pode-se potencializar a diversificação de narrativas que embasam a História LGBTQIA+ global – contestando também suposições eurocêntricas e imperialistas do Norte Global. Tal exercício é imprescindível, como se pode justificar a partir do caso do *Global Encyclopedia of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer (LGBTQ) History*, lançado em 2019²⁵ e que se veicula como uma enciclopédia global da história LGBTQIA+. Apesar da relevância da proposta, entre as centenas de capítulos apresentadas na enciclopédia, apenas cinco são destinados ao Brasil e nenhum ao contexto da RDA. Essa exclusão ocorre devido à

²⁴ *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, o principal partido no interior da RDA e que - junto a um aparato institucional diverso – empreendia um regime político no país bastante autoritário e repressivo.

²⁵ Cf. Chiang, 2019.

tradição historiográfica sobre o movimento homossexual (hoje LGBTQIA+ e suas variantes) em se concentrar usualmente no mito fundador de Stonewall, firmando uma narrativa de disseminação da *gay liberation* a partir dos EUA em direção aos outros países. Quando outros cenários são considerados, eles dizem respeito, principalmente, à França, à Inglaterra, ao Canadá e à Austrália. Mesmo a Alemanha Ocidental, com sua permanente conexão com os EUA, raramente recebe a devida atenção. Assim, contextos como o Brasil ou a RDA têm suas memórias dissidentes nesses trabalhos apagadas ou - quando raramente aparecem - submetidas a um anseio e uma imitação passiva pelo que se desenrolava em solo norte-americano.

Pretende-se aqui, então, uma contra narrativa, uma que ao comparar o Brasil e a RDA em uma perspectiva global, observe as conexões, as trocas e transformações dentro de uma situação comum global, mas em permanente relação com as especificidades locais. Assim, pode-se pluralizar não apenas as narrativas que montam uma memória global sobre o movimento LGBTQIA+, mas também diversificar as direções pelas quais as trocas e as influências se desenrolavam: ao invés de uma infundável imposição das ações estadunidenses – ou da Europa Ocidental - , almeja-se observar, por exemplo, que as iniciativas dos grupos brasileiros podem ter se interconectado com entidades estrangeiras, como também as trocas que os alemães orientais mantinham com outras localidades, atravessando o Muro de Berlim. Ao mesmo tempo podemos compreender as implicações e relações mantidas entre regimes autoritários, as sexualidades, a resistência dos corpos dissidentes e as interpretações ideológicas feitas sobre estes, assim como notar a maneira com que as questões sobre a sexualidade foram instrumentalizadas de forma semelhantes entre regimes autoritários opositores dentro do contexto da Guerra Fria.

Para tanto, como já relatado, o trabalho aqui proposto se insere no campo da História Global e toma a História Comparada como metodologia de pesquisa no interior da perspectiva de História Global. Assim, após o debate sublinhado nessa introdução, espero que tenha ficado evidente que a pesquisa aqui apresentada não se trata de uma análise fechada à constatação de diferenças e semelhanças entre dois recortes espaciais, mas uma metodologia que aproxime dois contextos e os observe em sua multiplicidade de conexões e fluxos dentro de uma situação global comum. Assim, ao invés de tomar o método comparativo como promotor de polarizações entre dois Estados-Nação, aqui a comparação é utilizada ao contrário: notar que muito mais que diferenças e semelhanças, os processos globais que atravessam as questões da sexualidade e dos movimentos homossexuais e lésbicos em ambos os contextos não estão contidos em si ou ligados apenas a um centro, mas partes de uma rede de fluxos multidirecionais.

Sendo o campo da História Global ainda relativamente emergente e com uma série de interpretações sobre seu conteúdo programático e, especialmente, metodológico, ainda há certas contrariedades em relação à melhor metodologia em História Global. Para Pamela Croosley (2015), por exemplo, os historiadores dentro de uma perspectiva em História Global não partiriam de fontes primárias, mas de pesquisas realizadas por outros historiadores, ou então de outras áreas. Já para Júnior e Sochaczewski (2017), o “historiador global pode tanto lançar mão de pesquisas secundárias em suas análises como de fontes primárias, atentando para as especificidades de cada lado no âmbito de uma pesquisa multiarquivo” (p. 493). Portanto, as possibilidades de fontes são diversas e devem responder às demandas colocadas pelos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, constatou-se que uma pesquisa multiarquivo se fazia necessária para os objetivos e os temas aqui propostos.

Há atualmente uma crítica na academia à negligência do campo da História, de forma geral, sobre as questões das sexualidades dissidentes na Alemanha Oriental. Além disso, devido ao processo burocrático que envolveu a reunificação alemã na década de 1990, os arquivos referentes ao movimento homossexual e lésbico alemão oriental só foram disponibilizados integralmente ao acesso público no ano de 2017 (Schmidt, p. 154). Por esses fatos, a produção sobre esse contexto ainda é tímida e, dessa forma, requer que uma pesquisa como tal recorra às fontes primárias e aos trabalhos já produzidos sobre o período. No que tange ao contexto brasileiro, apesar de haver uma produção bem mais rica e diversa sobre as sexualidades dissidentes no período da ditadura - se comparado à produção alemã - a perspectiva global ainda pouco se interseccionou com tais produções. Ademais, o acervo escolhido para a pesquisa, presente no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), teve parte catalogada apenas recentemente e seu material majoritariamente não se encontra online. Ou seja, o acervo apresenta potencialidades ainda pouco exploradas. É por isso, então, que aqui a escolha pelo multiarquivo – tanto fontes primárias quanto secundárias – se faz necessária a fim de lidar com as carências historiográficas sobre o tema e responder os objetivos propostos.

Para o contexto alemão oriental, o *Schwules Museum*²⁶ foi o local selecionado para o trabalho com as fontes primárias oferecidas pelo seu acervo. O *Schwules Museum* é um complexo no bairro de *Schönenberg* que combina exposições, arquivos e uma rica biblioteca LGBTQIA+ na capital alemã. A ideia de abrir o *Schwules Museum* teria partido do movimento homossexual berlinense ocidental após a realização em 1984 da exposição *Eldorado* –

²⁶ Informações práticas sobre o *Schwules Museum* e sobre o acervo podem ser acessadas em: <https://www.schwulesmuseum.de>

Homosexuelle Frauen und Männer in Berlin 1850-1950 sobre a vida de homossexuais e lésbicas na cidade de Berlim entre os séculos XIX e XX (Dobler, 2013). Desde a sua formação, o local passou por diversas transformações e hoje possui um dos acervos principais na Europa para o estudo sobre as dissidências da cisheteronormatividade no continente. A pesquisa foi realizada presencialmente nas dependências do *Schwules Museum* entre outubro de 2021 e abril de 2022 e foi possibilitada pela concessão de uma bolsa de pesquisa pela agência alemã Deutsche Akademische Austauschdienst (DAAD), a partir de um acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para observar o desenvolvimento do movimento homossexual e lésbico da RDA – e, principalmente, os fluxos e conexões globais que o atravessavam e nos quais este se engajava – escolhi os seguintes agrupamentos documentais disponíveis no *Schwules Museum*:

(a) *AIDS-Hilfe DDR*: os documentos de fundação da associação; relatórios, informes e registros de atividades internas.

(b) *Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage*: correspondência com a ILGA; diversos folhetos; correspondências enviadas e recebidas;

(c) *Brasilien*: reportagens diversas sobre o contexto brasileiro; correspondências do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

(d) *Coming Out*: artigos midiáticos; documentos de autorização do roteiro e de produção; correspondências institucionais sobre o projeto.

(e) *Deutsches Demokratisches Republik*: registros e notícias sobre o parágrafo 175 antes da reunificação; arquivo sobre o *Weltfeste* de 1973; arquivos e relatórios produzidos pelo *Ministerium für Staatssicherheit*; documentos diversos sobre cultura e sexualidades dissidentes na RDA; reportagens diversas da Alemanha Ocidental e da Alemanha Oriental acerca das sexualidades dissidentes no contexto alemão oriental; documentos e reportagens sobre as medidas e discussões em relação à epidemia do HIV/AIDS; documentos do grupo de pesquisa da Humboldt Universität zu Berlin.

(f) *Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität*: documentos de grupos ligados à Igreja Protestante, em especial manuscritos, materiais de divulgação, programas de atividades, pastas com o controle de correspondências etc. Entre os principais grupos, destacam-se: *Arbeitskreis Homosexualität der Evangelische Stadtmission Magdeburg*, *Arbeitskreis Homosexualität in der Adventgemeinde Berlin*, *Arbeitskreis Homosexualität in der ESG Leipzig*, *Lesben in der Kirche* e *Schwulen in der Kirche*.

- (g) *Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin*: documentos de fundação do grupo; fotos das atividades e dos eventos; correspondências recebidas e enviadas; documentos de vigilância e relatórios produzidos pela Stasi sobre o grupo.
- (h) *Sonntags-Club*: textos de organização do *Interessengruppe Theorie*; materiais de divulgação do grupo; os folhetos publicados no decorrer dos anos 1980.
- (i) os arquivos pessoais entregues ao *Schwules Museum* de personalidades que marcaram a história do movimento homossexual na RDA. Entre eles, destacam-se os documentos diversos de Frank Schüler, Bodo Amelang, Rudolf Klimmer e Dieter Berner.
- (j) arquivos do movimento homossexual alemão ocidental: o acervo de Michael Holy e do *Homosexuelle Aktion Westberlin*.

O arquivo do *Schwules Museum* ainda conta com cerca de 1500 títulos de periódicos provenientes de diversas localidades, dos quais foi possível investigar, principalmente, quatro publicações: *Siegestäule*, *him* e *DU&ICH*. Apesar de serem periódicos da Alemanha Ocidental, o acesso a essas publicações se justificou por serem citados por autores como tendo expressiva circulação – ilegal - na RDA e também por aparecerem em cartas e registros de trocas de correspondências nos arquivos brasileiros.

Uma última fonte em relação ao contexto alemão oriental provém dos relatórios produzidos pela ILGA. A partir de 1981 a organização, centrada na Europa Ocidental, passou a realizar levantamentos anuais sobre a situação dos homossexuais nos países da ECL, dando destaque proeminente para a Alemanha Oriental. Nesse sentido, apesar de serem documentos curtos e sucintos, os relatórios entre 1982 e 1989 são relevantes para a pesquisa, pois auxiliam observar a associação interpretava a homossexualidade atrás do Muro de Berlim e se havia – ou não – o conhecimento sobre o movimento homossexual alemão oriental. O acesso a tais produções pôde ser feito totalmente online através da digitalização realizada dessas fontes²⁷.

No que concerne ao contexto brasileiro, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi escolhido como a fonte principal para essa pesquisa. O AEL conta com um acervo indispensável para aqueles que pretendem estudar movimentos sociais no Brasil, entre eles o movimento homossexual. O arquivo

foi fundado no ano de 1974 na Unicamp, abrigado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) a partir da coleta e preservação da documentação pessoal do militante anarquista Edgard Leuenroth – jornalista e líder da Greve Geral de 1917, a primeira grande mobilização dos trabalhadores/as no Brasil. O Arquivo foi criado com o propósito de preservar documentos relacionados à história da formação do

²⁷ Os relatórios foram disponibilizados na íntegra por Szulc (2018) na página online que acompanha o lançamento de seu livro: <https://www.transnationalhomosexuals.pl/reports>

proletariado no Brasil. Posteriormente, devido à recuperação e doação de uma variedade de documentos que perspectivavam os diversos movimentos sociais brasileiros a partir de seus diferentes vieses, o AEL se consolidou como referência de preservação da memória(s) dos movimentos feminista, lésbico, homossexual e travesti. Também, de um modo geral, das militâncias de esquerda atuantes no período da ditadura civil-militar brasileira (Zacchi; Borges, 2020, p. 81).

É nesse contexto que o AEL recebeu no decorrer dos anos 1980 e 1990 uma série de documentos de diversos grupos do movimento homossexual brasileiro²⁸, assim como arquivos pessoais de ativistas que atuaram nesses grupos durante as duas primeiras décadas do movimento homossexual no país. No entremeio desse material, destacam-se as principais fontes escolhidas para a presente pesquisa, as quais foram acessadas em dois momentos. Entre janeiro e março de 2020 houve um primeiro trabalho de coleta e pesquisa nos arquivos do AEL, processo esse que foi interrompido pela pandemia da COVID-19 e a suspensão das atividades presenciais. Um segundo momento de trabalho no AEL ocorreu entre julho e setembro de 2022, com o AEL já reaberto e apto a receber novamente pesquisadores de forma presencial. Entre as coleções acessadas, destaco:

- (a) *Outra Coisa*: circulares produzidas pelo grupo para debate interno; e controle de correspondência recebida e enviada.
- (b) *SOMOS*: material diverso contendo documentos produzidos pelo grupo para circulação interna; controle de correspondência recebida e enviada; as publicações realizadas pelo grupo; e registros de seus contatos internacionais.
- (c) *Triângulo Rosa/João Antônio Mascarenhas*: acervo pessoal de João Antônio Mascarenhas; campanha transnacional pela defesa do Lâmpião da Esquina; registros internacionais sobre o Lâmpião da Esquina; documentos sobre a articulação internacional a fim de obter respaldo teórico-legal para campanha pela discussão sobre orientação sexual na Constituinte; a ação transnacional do Triângulo Rosa contra a cláusula 28 na Inglaterra; e correspondências recebidas e enviadas.
- (d) *Turma OK*: publicações e circulares de diversos grupos brasileiros, como o *Grupo Gay da Bahia*; periódicos diversos.
- (e) Periódicos sortidos estrangeiros: publicações estrangeiras e voltadas ao público homossexual, especialmente de países da Europa Ocidental na segunda metade do século XX. Alguns números específicos dessas publicações foram selecionados por noticiarem e manterem interlocução com o MHB.

²⁸ ZANATTA, Elaine M. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

(f) *Lampião da Esquina*: apesar de apenas alguns números terem sido acessados presencialmente no arquivo do AEL, a disponibilidade do periódico digitalmente²⁹ facilitou driblar as restrições impostas a pesquisa por conta da epidemia.

Destaco que o material escolhido no AEL não diz respeito à totalidade dos documentos sobre o movimento homossexual brasileiro que o arquivo possui. No entanto, essa seleção foi feita pela potencialidade do tipo da documentação disponível em tracejar vértices de conexões e fluxos globais com esses grupos.

Em relação a tais fontes primárias, é importante notar ainda uma série de considerações metodológicas relevantes. Podemos agrupar a documentação aqui considerada – tanto presente no AEL quanto no *Schwules Museum* - em dois conjuntos centrais: o acervo dos grupos dos movimentos homossexuais – e de seus ativistas; e as publicações que circulavam nesses contextos. Por isso, é necessário apontar para alguns preceitos metodológicos particulares ao se refletir sobre cada um desses conjuntos.

Tanto o arquivo AEL como o do *Schwules Museum* são considerados aqui como arquivos vivos, como proposto pelo sociólogo Sam Bourcier (2020). Nesse sentido, acessar tais documentos como parte de um arquivo vivo é uma estratégia que se difere das maneiras com que hegemonicamente se tem investigado outros tipos de arquivos, como aqueles arqueológicos e administrativos. Considerar o arquivo vivo é tomar de forma crítica as fontes que são por ele fornecidas. Dessa forma, ao abandonar um olhar passivo e positivista para o arquivo, “complexifica-se o entendimento sobre os mecanismos e as relações de poder que envolvem a atividade de seleção, arquivamento, disponibilização e financiamento das fontes documentais de um arquivo” (Zacchi; Borges, 2020, p. 86).

Ao ter em mente a perspectiva do arquivo vivo e a criticidade que acompanha tal empreitada, os silêncios e as permanências que atravessam os documentos disponibilizados não devem ser tomados como dados, mas problematizados. Isso se torna ainda mais imprescindível ao considerarmos as questões LGBTQIA+. Dessa forma,

considerando que, durante todo o século XIX e grande parte do XX no mundo ocidental, as sexualidades dissidentes foram invisibilizadas, excluídas e marginalizadas de instâncias públicas da vida social, sob um discurso médico-jurídico patologizante e criminal, como não se questionar na atualidade sobre a especificidade e a importância social, cultural e histórica que representam as (r)e(s)istências dos arquivos vivos LGBTQIA+? (Zacchi; Borges, 2020, p. 86).

Os silenciamentos que esmaeceram institucionalmente as experiências dissidentes de gênero e/ou sexualidade se traduzem para a forma com que os arquivos estão dispostos e o

²⁹ Todas as edições do periódico podem ser acessadas online através do Grupo Dignidade: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>

conteúdo – e a falta deste – que oferecem. Isso, conseqüentemente, outorga desafios e demandas metodológicas específicas para o pesquisador. Nesse sentido, Jack Halberstam (1998), ao reparar nos desafios impostos ao tratar sobre o tema da sexualidade, sugere que uma metodologia queer pode ser considerada uma metodologia carniceira, já que necessita colocar em prática “diferentes métodos para coletar e produzir informação sobre sujeitos que foram deliberadamente ou acidentalmente excluídos dos estudos tradicionais sobre o comportamento humano” (p. 13, tradução nossa³⁰). É por conta das lacunas produzidas pelos apagamentos desses sujeitos e suas experiências, assim como pelo debruçar acadêmico muitas vezes ainda tímido sobre tais temas, que a escolha de fontes aqui não se restringiu ao material específico produzido por selecionados grupos homossexuais, mas também considerou publicações e periódicos relevantes que possam complementar os lapsos que entremeiam tais acervos.

Dessa forma, considera-se indispensável reconhecer a relevância do AEL ao preservar e disponibilizar ao público “memórias e patrimônios materiais e culturais de grupos sexuais, étnicos, políticos e sociais que foram fundados, se expandiram e lutaram durante o período ditatorial e na redemocratização no Brasil” (Zacchi; Borges, 2020, p. 89). Da mesma forma, o *Schwules Museum* cumpre também esse papel institucional pelo qual resguarda memórias de resistência e sociabilidade dissidentes da cisheteronormatividade da antiga Alemanha Oriental. Assim, ao atuar como uma das únicas instituições na Alemanha em que a experiência da homossexualidade no passado socialista é reconhecida como imperiosa de resguardo e disseminação pública, o *Schwules Museum*, assim como o AEL, opera também enquanto arquivo vivo de luta.

Enquanto os acervos provenientes dos grupos dos movimentos homossexuais e lésbicos brasileiros e alemães formam o conjunto principal das fontes aqui consideradas, o segundo conjunto de documentos – os periódicos impressos – devem receber algumas atenções metodológicas específicas. Dentre as diversas preocupações, destaco a necessidade de - segundo as demandas colocadas pelos objetivos/temas da pesquisa presente - identificar os responsáveis pelas publicações, assim como seus colaboradores; o público para o qual a revista se direcionava; e a forma de organização interna do conteúdo (Luca, 2006, p. 142). À título de exemplo, um dossiê de 1977 encontrado entre os documentos de João Antônio Mascarenhas relata os planos da criação de um periódico – o *Lampião da Esquina* – e um público almejado: homossexuais de classe média/alta considerados “intelectuais”. Essa informação é relevante

³⁰ No original: “[...] different methods to collect and produce information on subjects who have been deliberately or accidentally excluded from traditional studies of human behavior.”

não só para compreendermos o Lampião da Esquina e sua proposta editorial, como também para observar quais traços de fluxos e conexões globais eram privilegiados pelos editores e despontavam nas páginas do periódico. Isto é, ao acessar essas publicações, é imprescindível “ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes, buscando evidenciar – e cativar – o seu público-leitor” (Lapuente, 2016, p. 18).

À vista disso, o que pretendo frisar é o cuidado interpretativo/contextual com todo o conjunto de documentos das fontes da pesquisa aqui apresentadas. Assim, tanto os arquivos diretamente produzidos pelos grupos e ativistas dos movimentos homossexuais quanto aos periódicos selecionados devem, como proposto por Le Goff, ser considerados a partir de suas “condições de produção” (Le Goff, 1994).

Majoritariamente será empreendida uma análise qualitativa, mas que não se isenta do empréstimo de ferramentas textuais tipicamente encontradas em trabalhos quantitativos a fim de ilustrar as discussões. Já destaco como exemplo, em vista disso, a produção de algumas tabelas quantitativas e alguns mapas ilustrativos que estampam e quantificam as interações, o número e a diversidade de grupos no mundo que mantiveram relações com o MHB.

Vale ressaltar mais uma vez que o enfoque dado ao acessar, ler e interpretar as fontes acima destacadas foi orientado pelos objetivos da pesquisa em empreender uma perspectiva de História Global para a problemática. Assim sendo, há um claro privilégio aos recortes que evidenciam e ajudam a arquitetar a rede multidirecional de fluxos, conexões e protagonismos em que ambos os contextos – alemão oriental e brasileiro – se encontravam.

Por fim, ao empreender uma abordagem comparada sob uma virada global, almejo responder especialmente as três questões colocadas pelos objetivos específicos da pesquisa: as conexões e trocas globais desses movimentos; a instrumentalização de tais conexões como estratégias de resistência; e como tais narrativas pluralizam como compreendemos a História LGBTQIA+ global. Portanto, ao priorizar as relações transnacionais evidenciadas pelos arquivos pretendo sublinhar quais as conexões, trocas e protagonismos dentro de uma mesma rede global que permeiam os movimentos homossexuais no Brasil e na RDA. Assim, ao conectar tais acontecimentos com as fontes secundárias – ou seja, os diversos trabalhos já produzidos sobre ambos os contextos e selecionados para a pesquisa – pretendo observar de quais formas tais conexões e uma integração global contribuíram – ou não – para o fortalecimento desses movimentos e suas reivindicações perante seus respectivos Estados autoritários. Finalmente, a pluralização dessas narrativas pode promover novas compreensões

para a História LGBTQIA+ global, descentralizando os protagonismos globais para os movimentos homossexuais.

No primeiro capítulo, discutirei a forma com que as dissidências da cisheteronormatividade têm sido observadas a partir de uma perspectiva global e destacar a necessidade de uma descentralização das narrativas que formam uma História Queer global. Assim, destaca-se a análise do mito em torno de *Stonewall* e a imprescindibilidade em observar seus antecedentes e os apagamentos que sua narrativa tem promovido. No segundo capítulo, realizaremos uma longa viagem pela antiga Alemanha Oriental, conhecendo seus precedentes, as especificidades de seu regime autoritário e, é claro, a construção de um movimento homossexual e lésbico nas décadas de 1980 e 1990. Ao observar a situação das sexualidades dissidentes no país, os ativismos desenvolvidos, suas conexões transnacionais e a reação estatal a tais projetos de emancipação, pretendo frisar a integração da RDA – e do movimento homossexual alemão oriental – a tendências globais e a ambivalência de um Estado autoritário e pragmático. No terceiro capítulo, nos voltaremos ao contexto brasileiro durante a ditadura militar no país. Ao relatar o desenvolvimento do MHB na década de 1970 e sua diversificação durante o período de redemocratização, destacarei suas conexões globais, observando, principalmente, os protagonismos empreendidos pelo MHB, realçando uma narrativa que diversifica os vértices ativos de uma História Global queer. Por fim, observaremos a integração global desses dois movimentos – inclusive possíveis contatos entre eles – e questões mais específicas, como a ação transnacional da ILGA e a Guerra Fria e seus discursos que informaram de forma distintas ambos os regimes autoritários sobre as sexualidades dissidentes. Terminamos não almejando uma conclusão fechada, mas apontando para caminhos que continuem intensificando um olhar global dissidente de gênero e/ou sexualidade.

2 CAPÍTULO 1 – PARA ALÉM DE STONEWALL: UMA HISTÓRIA GLOBAL QUEER E DESCENTRALIZADA

Se defendo que o Brasil durante a ditadura e o antiga República oriental alemã entre as décadas de 1970 e 1980 são dois recortes espaciais e temporais pertinentes para se pluralizar a História LGBTQIA+ global, devo primeiro localizar o contexto em que uma percepção global sobre as sexualidades dissidentes se deu até hoje. Isso significa também não se referir apenas a trabalhos em História, já que grande parte das produções realizadas tem origem em outras áreas das Ciências Humanas – o que desponta como mais um indício da necessidade da História se voltar mais para tais questões. Ou seja, apontar para algumas leituras realizadas sobre a homossexualidade – e outras sexualidades dissidentes – a partir de perspectivas globais diversas, assim como as implicações problemáticas das leituras feitas a partir delas, é um primeiro ponto fulcral para introduzir a História Global no campo e chegar ao recorte proposto pela pesquisa. Além disso, insisto nesse capítulo sobre a necessidade de trazer discussões que se afastem do Norte Global, mas que, ao problematizarem as leituras globais feitas sobre a homossexualidade até então, ressignifiquem não apenas o que entendemos por “Oriente” ou Sul Global, mas revoguem a própria fixidez insistida pelo “Ocidente”. Assim, prezando pela descentralização da História LGBTQIA+, procuro confirmar a preocupação da História Global contra os eurocentrismos, imperialismos e a colonialidade do saber.

Nas próximas páginas, ao localizar problemas contemporâneos em torno das discussões sobre as sexualidades dissidentes, procuro frisar como empregar a História Global para retomar a História LGBTQIA+ da segunda metade do século XX pode não apenas desconstruir eurocentrismos e a colonialidade do saber que ainda emanam sobre a História, como também pode ser uma estratégia discursiva e política para lidar com as disputas hodiernas em torno da sexualidade. Portanto, retomar o mito em torno dos acontecimentos de Stonewall³¹ e a problemática que envolve os discursos homonacionalistas das Guerras Queer despontam como uma primeira estratégia exemplificadora para tal argumentação.

Na década de 1990, com as comemorações de 25 anos dos eventos que ficaram conhecidos como Stonewall, alguns autores e pesquisadores notaram o discurso universalizante que engendrava as narrativas e celebrações ao redor desse acontecimento. Naquele momento, começava a se perceber os problemas de se localizar no contexto estadunidense uma espécie de origem universal das identidades homossexuais/LGBTQIA+ contemporâneas e dos

³¹ Stonewall dá nome a uma série de revoltas e protestos realizados pela comunidade homossexual/LGBTQIA+ de Nova York em junho de 1969.

movimentos organizados por tais sujeitos. Já em 2019, no contexto de comemoração dos 50 anos de Stonewall, a imprensa empreendeu um espaço significativo para informar sobre as celebrações e rememorar o significado das manifestações que marcaram a cidade de Nova York em junho de 1969. Entre tais representações na mídia, destaco:

50 anos de Stonewall: O Big Bang do movimento de emancipação queer (Der Tagesspiegel, 27/06/2019)³².

Logo a luta passou também a ser travada muito além dos Estados Unidos. Nos primeiros anos após as revoltas da Christopher Street, multiplicaram-se os grupos e organizações políticas de homossexuais no Reino Unido, Finlândia, Islândia e Alemanha, por exemplo, mas também em Israel, Austrália e Japão (Deutsche Welle, 28/06/2019)³³.

Após os choques de rua de 1969 em Nova York, despontaram movimentos de emancipação LGBT pelo mundo afora, quase simultaneamente (UOL Notícias, 28/06/2019)³⁴.

A maioria dos historiadores concorda que essas revoltas são a certidão de nascimento de movimentos contemporâneos de protesto de gays e lésbicas, esquecendo de passagem que a comunidade queer já estava se organizando muito antes desses eventos (RTS Culture, 29/06/2019)³⁵.

Nas citações destacadas acima, pelo menos nas três primeiras, é possível perceber que o reconhecimento de Stonewall como um evento central e com pretensão de significado universal continua a ser disseminado pela grande imprensa, adentrando o imaginário popular. A última citação, por outro lado, ainda que parta de uma notícia que majoritariamente divide os mesmos pressupostos, apresenta a ressalva de que um antecedente é eclipsado nessas narrativas universais em torno de Stonewall. De qualquer forma, a preocupação de certos pesquisadores com os apagamentos possíveis engendrados pelos discursos de comemoração de 25 anos de Stonewall nos anos 1990 continua válida – e pouco discutida - hodiernamente.

Esses discursos – os quais, de diversas formas, tentam sustentar um suposto alcance universal das identidades de gênero e sexualidade do Ocidente³⁶ - podem ser interpretados

³² No original: “50 Jahre Stonewall: Urknall der queeren Emanzipationsbewegung“ – Disponível em: <https://www.tagesspiegel.de/gesellschaft/queerspiegel/50-jahre-stonewall-urknall-der-queeren-emanzipationsbewegung/24498122.html> Acesso em: 13 abr. 2021.

³³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/50-anos-após-stonewall-luta-lgbt-continua/a-49334678> Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/06/28/50-anos-apos-stonewall-luta-lgbt-continua.htm> Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁵ No original: “La plupart des historiens s’accordent sur le fait que ces émeutes constituent l’acte de naissance des mouvements de revendications gays et lesbiens contemporains, oubliant au passage que la communauté queer s’organisait déjà bien avant ces événements.” – Disponível em: <https://www.rts.ch/info/culture/10521397-50-ans-de-stonewall-le-mouvement-libérateur-qui-a-fait-naitre-la-gay-pride.html> Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁶ Os conceitos de Ocidente e Oriente nesse trabalho não devem ser tomados em suas noções geográficas (Bortoluci, 2008), mas sim como uma noção arquitetada discursivamente durante o período colonial e produzindo

atualmente como alicerces fulcrais para o que tem sido reconhecido como Guerras Queer ou o homonacionalismo. Guerra Queer se refere aos “debates internacionais sobre a homossexualidade e aos modos como estes vieram a representar debates mais amplos sobre cultura, tradição e direitos humanos” (Altman; Symons, 2016, p. 17, tradução nossa³⁷). Tais dissensões acabam polarizando e criando binômios particulares na política internacional como “entre ‘gay-friendly’ e ‘homofóbico’ ou, alternativamente, países, culturas ou até civilizações inteiras ‘decadentes’ ou ‘decentes’” (Szulc, 2018, p. 1, tradução nossa³⁸). Atravessando tais polarizações e disputas, encontra-se a noção de homonacionalismo. Tal termo foi cunhado particularmente por Jasbir Puar (2007) para se referenciar a um processo em que a inclusão, ou não, de políticas LGBTQIA+ passou a ser um traço de diferenciação e promoção de disputas nas dinâmicas geopolíticas globais. Nesse sentido,

a progressiva inclusão dos direitos LGBT dentro do aparato legal e normativo dos chamados países ‘desenvolvidos’ permitiu o estabelecimento de uma hierarquia geopolítica que marca o nível de modernidade e maturidade de um país com base na aceção dos direitos LGBT [...] criando assim fortes efeitos racistas. O ‘homonacionalismo’ constitui uma proposta analítica para compreender e contextualizar historicamente a deseabilidade de incluir os direitos LGBT dentro do marco legal dos Estados-Nação [...] (Balcells; Tarrés, 2015, p. 1810, tradução nossa³⁹).

Os discursos homonacionalistas que adentram as disputas geopolíticas – imperialistas – das Guerras Queer (re)encenam a recorrente diferenciação que supostamente existiria entre o Ocidente e o *resto*, mas agora no âmbito da sexualidade e das políticas LGBTQIA+. No entanto, por mais que essas dissensões se desenrolem discursivamente, seus resultados práticos podem ser gravíssimos – especialmente para os sujeitos com sexualidades ou identidades de gênero

“polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, bom – e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ruim. Uma vez constituídos, tais binarismos tornam-se ferramentas para pensar e analisar a realidade” (Costa, 2006, p. 119). Entender tal polarização significa empreender uma interpretação pós-colonial para a História, evidenciando a colonialidade que atravessa tais noções e observando como é o próprio autointitulado Ocidente que cria e define o que é Oriente (Said, 2003) ou não-Ocidente. Para o trabalho presente – tendo em mente como a História tem tomado até então as questões sobre gênero e sexualidade – manteremos em mente que ostensivamente se tem interpretado os Estados Unidos e a Europa Ocidental como o lócus das identidades sexuais contemporâneas, seus movimentos sociais e uma suposta adesão global destas. Dessa forma, quando mencionado o Ocidente no trabalho, deve-se o ler como uma categoria historicamente produzida e que se refere aos Estados Unidos e Europa Ocidental, ou o Norte Global.

³⁷ No original: “[...] contemporary international debates about homosexuality, and the ways these have come to stand for broader debates about culture, tradition and human rights.” - A não ser que evidenciado, todas as traduções aqui feitas são de minha autoria e serão acompanhadas de uma nota de rodapé com o texto original.

³⁸ No original: “[...] between ‘gay-friendly’ and ‘homophobic’ or, alternatively, ‘decadent’ and ‘decent’ countries, cultures, regions or even entire ‘civilizations’.”

³⁹ No original: “[...] la progresiva inclusión de los derechos LGTB dentro del aparato legal y normativo de los denominados países “desarrollados” ha permitido el establecimiento de una jerarquía geopolítica que marca el nivel de modernidad y madurez de un país con base en la aceptación de los derechos LGTB [...] creando así fuertes efectos racistas. El ‘homonacionalismo’ constituye una propuesta analítica para comprender y contextualizar históricamente la deseabilidad de incluir los derechos LGTB dentro del marco legal de los Estados nación [...]”

dissidentes e diversas no mundo todo. Se para o Ocidente o homonacionalismo é acionado a fim de desvalorizar e discriminar imigrantes árabes, muçumanos, entre outros, no não-Ocidente – que na concepção das Guerras Queers englobaria todas as regiões que não sejam América do Norte, Europa Ocidental, Austrália e Israel (Szulc, 2018, p. 1) – esse discurso é apoderado usualmente como uma alternativa política (extremista) ao Ocidente. Nesse sentido, enquanto Putin adentra essas guerras político-discursivas como contraponto à defesa dos direitos LGBTQIA+, a fim de “reestabelecer a Rússia como o líder de um sistema de valores alternativo ao modelo ocidental dominante”, percebemos na Hungria uma estratégia similar entre seus líderes, os quais se empreendem nessas Guerras Queers e clamam por uma *contrarrevolução* a fim de contestar centros de decisão na União Europeia e alcançar apoio popular dentre seus “constituintes nacionais” (Szulc, 2018, p. 224, tradução nossa⁴⁰).

A Polônia e a adoção de “zonas livres de LGBT” (Žuk; Plucinski; Žuk, 2021) por governos locais em 2019 e 2020 é claramente mais um exemplo das implicações políticas e sociais que os discursos homonacionalistas ou do interior das Guerras Queer alcançam⁴¹. A LGBTfobia que embasa tais deliberações - em um governo com fortes raízes nacionalistas - deve ser lida também como uma “luta contra um modelo europeu de democracia e a rejeição da visão de uma Europa comum, multicultural e diversa. É também uma forma de compensação cultural e ideológica pelos déficits econômicos da parte mais pobre da Europa” (Žuk; Plucinski; Žuk, 2021, p. 19, tradução nossa⁴²). Fica, portanto, evidente a questão dos direitos LGBTQIA+ como estratégia discursiva que se intersecta com inúmeras variantes das dinâmicas geopolíticas e econômicas. Por fim, o Brasil deve ser citado como um último exemplo que foi impelido para o interior dessas Guerras Queer. Se nas últimas décadas a morosidade do poder legislativo foi suprida pela ação do judiciário na garantia de avanços significativos aos direitos LGBTQIA+ (Pedra, 2020), o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e as eleições de 2018 marcaram uma guinada política e discursiva bastante conversadora, em especial no que concerne às questões sobre gênero e sexualidade. Nesse sentido, destacam-se as *fakes news* propagadas por políticos e partidos de direita extremistas e que transformaram o projeto do

⁴⁰ No original: “[...] to re-establish Russia as the leader of an alternative value system to the dominant Western model.”

⁴¹ Os autores mostram como a decisão de governos municipais poloneses em se declararem como zonas livres de LGBTQIA+ engendra um discurso com diversas similaridades à propaganda antissemita do período anterior a Segunda Guerra Mundial. A partir da análise dos discursos dos promotores de tal projeto no país, os autores observaram como noções de tradição, valores cristãos e identidade nacional são conjurados tanto em posições LGBTfóbicas quanto antissemitas..

⁴² No original: “[...] fight against the European model of democracy and the rejection of the vision of a common, multicultural and diverse Europe. It also forms a cultural and ideological compensation for the economic deficits of the poorer part of Europe.”

“Escola sem Homofobia” no polêmico e falacioso “kit gay” (Cardoso, 2019) ou então a sua insistência pelo combate à suposta “ideologia de gênero”. Vale destacar o apelo desses discursos ao que chamariam de tradicional, particularmente quando evocam a ideia da manutenção da “família tradicional brasileira” – essa lida de acordo com a cisheteronormatividade – a qual estaria, por forças locais e às vezes globais, ameaçada. Em vista disso, discursos conservadores que atacam os direitos LGBTQIA+ buscam especialmente “distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas” (Miskolci; Campana, 2017, p. 743). Mais um exemplo fecundo, portanto, para se verificar como as questões sobre os direitos LGBTQIA+ acabaram adentrando as dinâmicas políticas e sociais locais e globais.

Essas Guerras Queer - e o homonacionalismo que em parte as engendra - deveriam ser notadas como farsas, já que – especialmente quando desenvolvidos em contextos de disputas transnacionais – são compostos por discursos “muito mal fundamentados em diferenças ‘essenciais’ – ‘naturais’ e ‘tradicionais’- entre regiões particulares” (Szulc, 2018, p. 224, tradução nossa⁴³). Ou seja, ao invés de fundados na diversidade que perpassa as noções de gênero e sexualidade, tais discursos estão especialmente conectados à ideia de identidades fixas e supostamente essenciais – seja do lado que defende alguns direitos LGBTQIA+, seja daquele que os contrapõe. Nesse sentido, são concepções que, assim como noções de cultura e política, reforçam binômios, especialmente entre conceitos de Ocidente e *resto*.

A partir de uma proposta queer decolonial para se observar as sexualidades na Palestina, por exemplo, a pesquisadora Walaa Alqaisiya (2018) salienta a imprescindibilidade de se revogar conceitos ocidentais sobre gênero e sexualidade ao se debruçar sobre o contexto palestino. Nesse sentido, uma intersecção entre uma abordagem queer e a proposta decolonial se desenvolveria contestando os pressupostos constantemente reiterados sobre uma “suposta universalidade de um regime ocidental dualista entre hetero/homo e que desconsidera ambas as nuances e especificidades de outros contextos” (p. 36, tradução nossa⁴⁴). Portanto, o que Alqaisiya chama a atenção é para a necessidade de suprimir a insistência pela universalidade das identidades de sexualidade e gênero e dos modelos de movimentos homossexuais/LGBTQIA+ desenvolvidos nos EUA e na Europa Ocidental. É tomar eventos como Stonewall e celebrá-los por sua relevância, mas sem delegá-los como universais a todos

⁴³ No original: “[...] very poorly grounded in ‘essential’—‘natural’ or ‘traditional’—differences between particular regions.”

⁴⁴ No original: “[...] supposed universality of a Western regime of hetero/homo dualism and that dismisses both the nuances and specificities of other contexts.”

os dissidentes de gênero e sexualidade no mundo, ou como ponto de partida dos diversos movimentos que foram desenvolvidos pela luta por direitos para tais indivíduos. Stonewall, nessa lógica, deve ser compreendido como não o principal, mas um entre diversos vértices globais que catalisaram uma maior atenção política e social para as questões sobre as sexualidades e identidades de gênero.

Logo, se objetivarmos contestar noções essencialistas que embasam as Guerras Queer e que têm consequências violentas para aqueles sujeitos que são atravessados por elas, a História precisa recusar a universalidade proposta pelas narrativas ocidentais sobre a sexualidade e os movimentos LGBTQIA+, não apenas contestando as interpretações feitas sobre o não-Occidente, mas sobre o próprio Norte Global e o eurocentrismo e/ou imperialismo que cruzam as interpretações hegemonicamente feitas sobre este. Opor-se ao discurso essencialista das Guerras Queer - e aos efeitos materiais produzidos por estas – significa diversificar e pluralizar a forma com que a História compreende as identidades de sexualidade e gênero, assim como os movimentos por direitos políticos advindos desses sujeitos. A proposta deve estar fundada na descentralização das narrativas e a atenção à multidirecionalidade global de fluxos e transformações – especialmente a partir do século XX – que atravessa/é atravessada a/pela sexualidade, o gênero e as interpretações identitárias e políticas a partir destes. É necessário atentar, por exemplo, para como

paradigmas de identidades homossexuais e modelos de ativismo que viajavam do Ocidente para o Oriente, mas também (em menor medida) no sentido contrário, já eram produtos de múltiplas influências culturais e, como tal, informavam, mas não determinavam os entendimentos sobre homossexualidade em seus locais de chegada. Em outras palavras, é vital reconhecer a co-constituição mútua de diferentes identidades geopolíticas (Szulc, 2018, p. 225, tradução nossa⁴⁵).

Desta maneira, se as historiografias passarem a se preocupar mais com as interações globais multidirecionais que operam nas questões sobre sexualidade – e também gênero – podemos almejar uma maior diversidade sobre como é escrita a História sobre tais sujeitos, não os reduzindo às suposições essencialistas e universalizantes. Da mesma forma, diversificar as narrativas pelas quais escrevemos a História pode ser um passo singelo, mas indispensável, para que os direitos LGBTQIA+ - ou das outras sexualidades e/ou identidades de gênero dissidentes – no mundo passem a ser uma discussão transnacional, mas pautadas em suas especificidades locais em diálogo com fenômenos globais – ao invés de os reduzir à centralidade imperialista

⁴⁵ No original: “[...] homosexual identity paradigms and activism models travelling from the West to the East, but also (to a lesser extent) the other way round, were already products of multiple cultural influences and as such they informed, without therefore determining, the understandings of homosexuality at their places of arrival. In other words, it is vital to recognize the mutual co-constitution of different geopolitical entities.”

que é até hoje observada na hegemonia que o Norte Global ocupa nessas discussões. Compreender, por exemplo, como a Polônia no século XX desenvolveu um movimento homossexual próprio e interseccionado por fluxos de trocas e influências múltiplos pode, potencialmente, auxiliar na contestação ao governo atual polonês que vê os direitos LGBTQIA+ como imposições de algo supostamente exclusivo ao Ocidente e que, portanto, iria de desencontro àquilo considerado como tradicional e/ou nacional. Da mesma forma, como é aqui o caso do presente trabalho, observar de forma comparada os movimentos homossexuais no Brasil e na antiga República Democrática Alemã (RDA) nas décadas de 1970 e 1980 significa apreender novos protagonismos na História LGBTQIA+ global, complexificando também como as histórias desses países e de seus respectivos regimes autoritários da época em questão têm sido produzidas.

Para esse empreendimento, a perspectiva de História Global desponta como profícua, não apenas por superar os limites impostos pela categoria do Estado-Nação – possibilitando mirar a multidirecionalidade de fluxos entre o local e o global – como também por suas pretensões contra hegemônicas e que visam sobrepujar preposições eurocêntricas, imperialistas e denunciar a colonialidade do saber que ainda restringe as narrativas observadas pelas historiografias.

2.1 STONEWALL E IDENTIDADES – ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

Se até aqui defendi a aproximação entre História Global e estudos de gênero e sexualidade, nessa seção almejo traçar algumas das principais interpretações com que as sexualidades, em especial a homossexualidade, têm sido observadas e interpretadas a partir de olhares globais diversos, assim como os problemas decorrentes disso. Dessa forma, se a sexualidade tem já sido interpretada e revisitada de forma transnacional, especialmente a partir do conceito de globalização, pelo menos desde a década de 1990, o que, então, a História Global poderia contribuir para essa discussão? Eis a reflexão que pretendo pautar até o fim dessa seção.

Nos anos 1990, com a intensificação da preocupação acadêmica em compreender fenômenos localizados no conceito de globalização e a disseminação - no campo dos estudos de gênero e sexualidade - de obras que inaugurariam o que hoje reconhecemos como teoria queer⁴⁶, em especial na academia norte-americana, intensificaram-se os projetos destinados a

⁴⁶ É importante destacar que o que chamamos de teoria queer é, assim como a História Global, um campo epistemológico no qual o atravessamento por perspectivas diversas e concorrentes se faz constitutivo. Além disso,

refletir sobre a sexualidade humana, suas identidades e movimentos políticos. A antropóloga Elizabeth Povinelli e o historiador George Chauncey souberam identificar bem essa guinada no campo das ciências humanas junto aos estudos sobre a sexualidade: na virada do século defenderam a necessidade de refletir de forma transnacional sobre a sexualidade (Povinelli; Chauncey, 1999). Os autores previram muitos dos desafios que um projeto como este colocaria para os pesquisadores, em especial a contestação e a revisão de certas crenças epistêmicas e históricas que a academia, em grande parte, dividia há bastante tempo. No entanto, é exatamente nesse potencial contestador que reside a defesa pelo contínuo engajamento científico nesse sentido. Para ilustrar sua argumentação, os autores se debruçam sobre a homofobia institucionalizada durante a Guerra Fria nos Estados Unidos. Segundo os autores, o preconceito como política institucional do período foi largamente interpretado como uma consequência doméstica produzida pelo discurso anticomunista, os efeitos do período pós-guerra e as relações políticas internas do contexto estadunidense. No entanto, a defesa dos pesquisadores é que tais explicações são desestabilizadas ao serem inseridas em um olhar relacional em que o transnacional é o recorte espacial das relações e transformações. Dessa forma, cenas de expulsão de homossexuais de cargos parte da burocracia estatal, a repressão aos espaços de sociabilidade homossexual nos grandes centros e a interpretação da sexualidade dissidente como uma ameaça à nação foram eventos

desenvolvidos ao mesmo tempo em diversos países europeus, sejam governados por regimes social-democratas de esquerda ou pela direita em regimes democratas-cristãos, bem como na Austrália, Nova Zelândia e em outros lugares. A transnacionalidade desses discursos não pode ser explicada por referência à política republicana do pós-guerra ou preocupações puramente de segurança interna; ela nos força a pensar mais amplamente sobre os imperativos da reconstrução social no mundo pós-guerra e pós-Depressão e sobre a circulação transnacional de ideias, ideologias políticas e medos (Povinelli; Chauncey, 1999, p. 443, tradução nossa⁴⁷).

As pesquisadoras Inderpal Grewal e Caren Kaplan também subscrevem à relevância de um olhar transnacional para com a sexualidade, mas alertam para a necessidade de ir além de apenas a inscrição de um recorte espacial mais amplo e menos limitado ao Estado-Nação. Para as autoras, uma virada epistemológica deve também ser empreendida, visto o perigo de o global muitas vezes ser compreendido de forma restrita como uma força homogeneizante ou “um

há considerável discussão sobre a existência da teoria queer no Sul Global ou se, dentro dos jogos geopolíticos da produção de conhecimento, ela teria se transformado e produzido algo novo na região. Cf. Miskolci (2017).

⁴⁷ No original: “[...] developed at the same time in many European countries, whether ruled by left-wing Social Democratic regimes or by right-wing Christian Democratic regimes, as well as in Australia and New Zealand and elsewhere. The transnationality of these discourses cannot be explained by reference to postwar republican politics or purely domestic security concerns; it forces us to think more broadly about the imperatives of social reconstruction in the postwar, post-Depression world and about the transnational circulation of ideas, political ideologies, and fears.”

movimento neocolonial de ideias e capital do Ocidente para o não-Ocidente” (Grewal; Kaplan, 2001, p. 663, tradução nossa⁴⁸). Dessa forma, a defesa aqui da História Global como uma perspectiva que pode auxiliar na superação de tais preceitos eurocentrados deve partir do traçar de um breve histórico e dos problemas que circundam a forma com que a homossexualidade e a história do movimento LGBTQIA+ têm sido observados até então.

2.1.1 Visões globais sobre a sexualidade: projetos diversos

Com o seu texto seminal *Global Gaze/Global Gays*, Dennis Altman (1997)⁴⁹ influenciou uma geração de acadêmicos voltada às questões da sexualidade a se debruçarem sobre a intersecção entre a produção de identidades e os processos de globalização. Se por um lado o artigo contribuiu enormemente para que a academia no Norte Global diversificasse seus recortes espaciais e se distanciasse de contextos usualmente privilegiados nos estudos sobre a homossexualidade no século XX - particularmente os Estados Unidos e a Europa Ocidental - a argumentação de Altman também reproduziu e reforçou preceitos neocoloniais, localizando a origem de uma força global, *a priori* homogeneizante, especialmente a partir dos EUA.

Global Gaze/Global Gays é introduzido por Altman (1997) com uma narrativa sobre as comemorações dos 25 anos de Stonewall. O bar *Stonewall Inn* era um local conhecido de sociabilização entre indivíduos cujas identidades de gênero e/ou sexualidade eram vistas como dissidentes e, na lógica vigente naquele momento, passíveis de recorrentes batidas policiais. No entanto, em 28 de junho de 1969 alguns frequentadores resistiram à ação da polícia ali em curso, o que gerou uma série de revoltas e manifestações contra a polícia e que perduraram durante alguns dias. Esses eventos acabaram sendo reconhecidos como o impulsionador pelo movimento da *gay liberation* (ou liberação gay) nos EUA⁵⁰. Entretanto, Altman observa que durante as comemorações dos 25 anos da revolta de Stonewall foi observado um discurso que localizava nos eventos de junho de 1969 o nascimento dos movimentos homossexuais contemporâneos. Segundo Altman, os organizadores dos eventos comemorativos encontraram,

⁴⁸ No original: “[...] a neocolonial movement of ideas and capital from West to non-West.”

⁴⁹ Dennis Altman é um acadêmico australiano que se tornou um dos pioneiros na produção acadêmica sobre o que ficaria conhecido como *gay liberation* (liberação gay). Altman é influência central na produção científica sobre os movimentos homossexuais desenvolvidos na segunda metade do século XX, especialmente no contexto estadunidense e australiano. Altman é atualmente professor na *La Trobe University*. Cf. <https://www.latrobe.edu.au/about/management/organisation/senior/vc-fellow-altman>

⁵⁰ Obras como as de David Carter (2004) e Martin Duberman (2019) podem ser consultadas a fim de observar como se desenrolaram esses eventos em junho de 1969. Além disso, uma coletânea editada pela *New York Public Library* (2019) com textos literários sobre os acontecimentos precedentes, concomitantes e posteriores a Stonewall também contribui para uma compreensão razoável desses eventos.

no entanto, relativa dificuldade para convidar grupos estrangeiros, especialmente aqueles provenientes de países em desenvolvimento, nas palavras do autor. Assim, havia uma noção de universalidade sendo inserida em torno de *Stonewall*, o que apontaria que a ideia “da universalidade das identidades ‘gays’ e ‘lésbicas’ estaria emergindo na retórica dos grupos” (Altman, 1997, tradução nossa⁵¹).

Apesar de no decorrer do texto Altman problematizar o discurso da universalidade que estaria sendo engendrado às narrativas sobre Stonewall, o pesquisador acaba reproduzindo a visão de que a “globalização levou a uma acelerada americanização e homogeneização da cultura (gay)” (Binnie, 2004, p. 6, tradução nossa⁵²). Assim, o autor produz uma lógica argumentativa permeada pela ideia de difusão, uma difusão unidirecional e direta, do Ocidente para o não-Ocidente. Em um capítulo de sua autoria publicado quatro anos depois de *Global Gaze/Global Gays*, Altman incita diversos apontamentos sobre a necessidade de se observar as agências locais como respostas e/ou resistências aos processos de caráter global. No entanto, a ideia de difusão de uma identidade gay global a partir do Ocidente continua perpassando a proposta do pesquisador. Dessa forma, ele atesta que “as imagens e a retórica de um mundo gay assertivo se espalham rapidamente dos Estados Unidos e de outros países ocidentais depois de 1969” (Altman, 2001, p. 29, tradução nossa⁵³). A escolha do ano de 1969 localiza a afirmação de Altman nos acontecimentos de Stonewall e seu discurso confirma mais uma vez a lógica da difusão. Não se trata aqui de negar a força imperialista que os Estados Unidos exerceu nas últimas décadas, traço constantemente apontado nos estudos sobre globalização. Menos ainda, não almejo diminuir a potencialidade que os processos de globalização tiveram sobre as identidades dissidentes de sexualidade e/ou gênero. O problema que deve ser percebido na retórica emanada por Altman é a sua ideia de que as identidades homossexuais modernas estariam *exclusivamente* relacionadas a um processo de difusão que seria sempre unidirecional, homogeneizante e pautado na americanização da homossexualidade. Dessa forma, apesar de suas tentativas e ressalvas que claramente operam como tentativas de não reproduzir eurocentrismos e/ou não reinscrever a colonialidade na leitura desses processos, Altman reitera exatamente aquilo que pretendia problematizar no início do artigo *Global Gaze/Global Gays*:

⁵¹ No original: “[...] the universality of ‘gay’ and ‘lesbian’ identities is emerging in the rhetoric of groups”.

⁵² No original: “[...] globalization has led to an accelerated Americanization and homogenization of (gay) culture”. Entendo que a escolha pelo uso da palavra *gay* entre parênteses tenha sido uma estratégia textual encontrada pelo autor para apontar que a retórica da homogeneização e americanização da cultura a partir da globalização é um pressuposto problemático não recluso aos estudos sobre a sexualidade, mas que atravessa as discussões sobre globalização no geral.

⁵³ No original: “[...] the images and rhetoric of a newly assertive gay world spread rapidly from the United States and other Western countries after 1969.”

se em 1994 o autor enxerga como problemática a universalidade atribuída à Stonewall durante as comemorações realizadas naquele ano, seu discurso, no entanto, reinsere essa universalidade e reitera a ideia de difusão a partir dos acontecimentos de junho de 1969.

2.1.2 O mito fundador a partir de Stonewall

A pesquisadora em feminismo decolonial e teoria queer, Paola Baccheta (2022), em seu artigo sobre alianças locais, regionais e transnacionais empreendidas por mulheres lésbicas da capital indiana Nova Deli nos anos 1980, localiza um discurso recorrente na academia estadunidense nos anos 1990 em que era promovida a ideia de que os países pós-coloniais teriam, *finalmente*, desenvolvido movimentos homossexuais, *queer*, ou o contemporâneo LGBTQIA+. Para a autora, esse discurso não só é colocado a partir de uma série de apagamentos, como é largamente corroborado por dinâmicas geopolíticas de poder que produziram o que a autora chama de “fantasia-de-difusão-a-partir-de-Stonewall”. Essa expressão proposta por Baccheta é um signo adequado para nomear tanto o discurso universalizante ilustrado em *Global Gaze/Global Gays* a partir das comemorações de Stonewall em 1994 quanto para a própria argumentação defendida por Altman.

De forma análoga, Thomas Piontek (2006) sugere que uma história queer começaria por “esquecer” Stonewall. O verbo esquecer é destacado por mim entre aspas pois a proposta de Piontek não está disposta a negar a relevância dos acontecimentos de Stonewall e, principalmente, o papel político contestador do projeto pela liberação gay que se desenvolveu posteriormente, mas descentralizá-lo da forma com que se teria, até então, escrito a História sobre os movimentos homossexuais/LGBTQIA+. O título provocador de um dos capítulos de Piontek, *Forget Stonewall: Making Gay History Perfectly Queer*⁵⁴, atua como uma incitação para se questionar os significados sobre os acontecimentos de Stonewall e os processos que o procederam. Dessa forma, se é impossível desconsiderar totalmente Stonewall, Piontek propõe “questionar a noção de que Stonewall tenha algum tipo de significado fixo e definitivo” (Piontek, 2006, p. 29, tradução nossa⁵⁵).

A fim de interrogar a centralidade imposta às narrativas sobre Stonewall e os diversos apagamentos que decorrem a partir desse privilégio instituído, é importante primeiramente interrogar como tais discursos são produzidos. Conforme registra Piontek, o conceito de “começos”, interpretado por Edward Said, auxilia a observar a produção discursiva em torno

⁵⁴ Esqueça Stonewall: fazendo uma história gay perfeitamente queer.

⁵⁵ No original: “[...] to question the notion that it has some kind of settled definitive meaning.”

de Stonewall, ou a chamada fantasia-de-difusão-a-partir-de-Stonewall. Para Said, a noção de “começos” é empreendida a fim de “criar sequências, períodos, formas e medidas que atendam às nossas demandas perceptivas. Uma vez que as vimos, essas ordens são singularizadas: assumimos que elas continuam ordenando até o fim dos tempos, e que não há nada que possamos fazer sobre isso” (Said, 1975, p. 77, tradução nossa⁵⁶). Ou seja, a partir do momento em que há a compreensão para a forma como a sociedade produz a ideia de “começos” e utiliza desses discursos a fim de interpretar a história, percebe-se a necessidade de se refletir sobre as consequências interpretativas produzidas a partir da narrativa que localiza em Stonewall o começo do movimento gay, homossexual ou LGBTQIA+ contemporâneo.

Os discursos que inauguram as noções de começo e difusão a partir de Stonewall estão arquitetados através de enquadramentos interpretativos que enxergam uma diferença radical entre os desenvolvimentos observados nas últimas décadas e qualquer coisa ocorrida anteriormente aos protestos de junho de 1969. São, dessa forma, narrativas fabricadas a partir de dimensionamentos específicos discursivos que “inevitavelmente arriscam criar uma historiografia enganosa de antes e depois através de uma ênfase em descontinuidade” (Piontek, 2006, p. 10, tradução nossa⁵⁷). É importante destacar que a interpretação sobre Stonewall embasada nas noções de “começo”, produzindo descontinuidades, radicalidade e um suposto protagonismo que o asseguraria a ideia de difusão, deve ser localizada como um processo à nível local, nacional e global. Assim, se aqui pretendo desconstruir a singularidade que é atribuída à Stonewall em nível global, é preciso apontar a ressalva de que também se trata de uma narrativa produzida e universalizada à nível local/nacional. Elizabeth Armstrong e Suzanna Crage se engajaram, por exemplo, em analisar como eventos bastante restritos como os vistos em Nova York em junho de 1969 foram potencializados e ancorados como um episódio de protagonismo, com significado e potência para construção de uma memória gay nacional. A análise das autoras mostra as condições e os artifícios empreendidos discursivamente para esse empreendimento e nos ajuda a perceber que se há uma pretensão de universalidade nas narrativas sobre Stonewall hodiernamente, tais processos tiveram que também ser empreendidos no interior do próprio EUA (Armstrong; Crage, 2006). Sumariamente: Stonewall tem uma importância incontestável, no entanto, a radicalidade e o

⁵⁶ No original: “[...] create sequences, periods, forms, and measurements that suit our perceptual needs. Once we have seen them, these orders are left alone: we assume that they go on ordering to time’s end, and there is nothing we can do about it.”

⁵⁷ No original: “[...] inevitably risks creating a misleading before- and-after historiography through its overemphasis on discontinuity.”

protagonismo, que hoje se supõem atrelados a esse episódio, em um primeiro momento não encontravam respaldo unânime nem a nível regional e/ou nacional.

2.1.2.1 Apagamentos: antecedentes substanciais

As narrativas em torno de Stonewall funcionam, especialmente, a partir de diversos apagamentos. Por consequência, o mito da difusão e a ideia de “começo” em torno dos eventos eclipsam o passado e colonizam as narrativas sobre o presente. O historiador Jeffrey Weeks, ao traçar um histórico do contexto estadunidense pela liberação gay, apesar de em muitos momentos reproduzir a noção de difusão unidirecional a partir do Ocidente, parece concordar que tais narrativas sobre Stonewall desconsideram uma pré-história substancial (Weeks, 2015, p. 46). Portanto, o passado passa a ser produzido como “uma massa amorfa sem quaisquer características distintivas [...] durante o qual havia apenas opressão incessante. Em contraste, Stonewall é representado como um começo *absoluto*, o grau zero da liberação gay e lésbica” (Piontek, 2006, p. 10, tradução nossa)⁵⁸).

Apesar de a presente tese focar no caso alemão oriental da segunda metade do século XX, o contexto alemão anterior a Segunda Guerra Mundial é imprescindível para a história da sexualidade e, em especial, da homossexualidade. Sobretudo no período entre guerras conhecido como República de Weimar, a capital alemã era um local privilegiado de construção de uma rede de sociabilidade homossexual composta por inúmeros espaços de diversão, consumo e de publicações impressas, mas também de grupos organizados, como veremos em maiores detalhes no próximo capítulo. Como o historiador Robert Beachy (2014) defende, esse momento anterior aos conflitos que se desenrolariam com a ascensão dos nazistas em 1933 pode ser considerado um primeiro movimento homossexual. Não se trata aqui de retirar o mito fundador localizado em Stonewall e apontá-lo para o contexto alemão, mas frisar que há uma pré-história abundante que, caso considerada, problematiza bastante a manutenção das narrativas que impõem uma radical descontinuidade a partir Stonewall.

De forma análoga, o antropólogo Gert Hekma (2015) nota que movimentos de luta por direitos dos homossexuais eram na primeira metade do século XX uma iniciativa primordialmente alemã, o que não quer dizer, no entanto, que não havia promoção de sociabilidades específicas, entre outras iniciativas, para dissidentes de gênero e/ou sexualidade

⁵⁸ PIONTEK, 2006, p. 10, tradução nossa. No original: “[...] an amorphous mass without any distinguishing features (...) during which there was only unrelieved oppression. In contrast, Stonewall itself is represented as an *absolute* beginning, the zero degree of gay and lesbian liberation.”

em outros locais. Nesse sentido, Barry Adam (2001) abrange o olhar espacial para essas iniciativas, como também chega a apontar para um caráter transnacional desses processos já no período anterior aos conflitos da Segunda Guerra Mundial. O pesquisador destaca, por exemplo, que o primeiro engajamento para a promoção de um movimento homossexual organizado nos EUA aconteceu já nos anos 1920 a partir de um soldado que em seu ofício teria entrado em contato com os movimentos em curso na Alemanha. Além disso, mesmo com os impactos da Segunda Guerra Mundial, foi mantido o protagonismo de publicações independentes no que concerne à promoção de identidades em torno das dissidências de gênero e/ou sexualidade. Nesse quesito, o periódico suíço trilingue *der Kreis* (1932-67) merece destaque não apenas por ter resistido ao turbulento período de conflitos no continente europeu, mas pela expressiva extensão temporal durante a qual a publicação continuou sendo produzida (Adam, 2001, p. 167). Assim, se nos anos 1960 ainda perdurava uma publicação consolidada no período entre guerras, também podemos observar outras iniciativas sendo pautadas anteriormente à Stonewall. Gary Kinsman (1996) nota que no contexto canadense dos anos 1960 foram dois imigrantes holandeses que tiveram um protagonismo basilar para a construção do primeiro grupo de movimento homossexual no país, especialmente lançando mão de suas experiências consolidadas em Amsterdã. Dessa forma, os restritos exemplos aqui mencionados frisam a existência de uma história substancial e anterior a Stonewall que não deve ser ocultada a partir dos discursos de uma descontinuidade radical a partir de 1969. Isto é, esses desenvolvimentos devem ser tomados em sua relevância incontestável para a compreensão da criação de uma identidade homossexual, de novas terminologias e de um senso identitário em comum que são condições prévias para a promoção posterior das lutas pelos direitos LGBTQIA+ (Hekma, 2015, p. 25).

Se resgatar essa pré-história inviabiliza o discurso da “descontinuidade” implicado em torno de Stonewall, a movimento homófilo⁵⁹ do período imediato após a Segunda Guerra Mundial contesta ainda mais tal narrativa. Talvez um dos efeitos mais possantes das narrativas em torno de Stonewall foi o quase total apagamento dos grupos homófilos da década de 1950 e 1960 de uma memória nacional estadunidense, mas também das historiografias produzidas sobre sexualidade e gênero. Apesar de popularmente a imagem desses grupos ser

⁵⁹ Conforme traça Jackson (2015), o termo “homófilo” é cunhado por um ativista e médico homossexual alemão e teria se popularizado quando foi adotado por uma organização homossexual holandesa em 1946. Segundo o autor, o termo passou a ser utilizado por diversos grupos e organizações no decorrer da década de 1950, dispensando explicações sobre o seu significado e associação com a defesa por direitos dos homossexuais.

frequentemente associada a uma visão conservadora nos anos 1950⁶⁰, as políticas e a visão de mundo dos homófilos hoje “parecem mais próximos de nós em alguns aspectos do que os dos liberacionistas gays, que os mandaram para a lata de lixo da história” (Jackson, 2015, p. 31, tradução nossa⁶¹). Não se trata aqui de discutir a política empreendida pelos homófilos e se realmente hoje o movimento LGBTQIA+ adota uma postura mais próxima destes do que as dos que defendiam a radicalidade da liberação gay. Todavia, notar a expressiva presença e ação desses grupos é mais um exercício de retomar uma pré-história complexa que o mito de Stonewall oculta.

É possível localizar um protagonismo relevante atrelado ao primeiro grupo homófilo estadunidense, o *Mattachine Society* de São Francisco, fundado em 1951 (D’Emilio, 1983), mas organizações do tipo eram também presentes em diversas outras localidades dos Estados Unidos, inclusive também em grande parte da Europa Ocidental e Escandinávia. No entanto, não podemos restringir a circulação de tais projetos e discussões políticas apenas para esse Norte Global. Nesse sentido, o historiador Víctor Macías-Gonzáles (2014) destaca, por exemplo, que a homossexualidade no México entre os anos 1930 e 1970 merece um maior empreendimento inquisitivo acadêmico já que apresenta contornos profícuos para se compreender as mudanças complexas que o México vivenciou no decorrer do século XX. O autor aponta que o rápido processo de urbanização atrelado às condições de moradia e a centralidade das tradições de gênero formavam um emaranhado interpretativo sobre a sexualidade local e para a promoção de identidades a partir da sexualidade. Nesse sentido, Macías-Gonzáles introduz um quarto elemento: a produção teórica e política do movimento homófilo que circulava nos grandes centros urbanos mexicanos e permeava as transformações que vinham se intersectando com as sexualidades dissidentes. Ou seja, mesmo não necessariamente havendo a proclamação de grupos identificados como homófilos, um trânsito transnacional de tais discussões deve ser considerado. Nesse sentido, havia um projeto internacionalista dos grupos homófilos para não apenas promover a circulação de ideias e bibliografias, como também a ambição em pesquisar e descrever interações sexuais dissidentes no mundo todo, projeto este que desponta como indício de uma visão transnacional entre os grupos homófilos (Churchill, 2009).

⁶⁰ São usualmente acusados de um posicionamento pouco contestatório e demasiadamente assimilacionista. Como observa Jackson (2015.), “muitos líderes desses movimentos se escondiam atrás de pseudônimos” (p. 31), o que para as gerações que seguiram era um sinal da timidez política e carência de assertividade desses grupos.

⁶¹ No original: “[...] seems closer to us in some respects than that of the gay liberationists who consigned them to the dustbin of history.”

Martin Meeker (2001), ao reconhecer a ausência de uma considerável atenção historiográfica ao *Mattachine Society*, se comparado à centralidade alcançada por Stonewall, defende uma revisão do período, principalmente em relação ao teor conservador atribuído popularmente e pelas historiografias ao grupo. O autor aponta que a fundação da *Mattachine Society* em Los Angeles em 1951 se deu após um grupo pequeno de homossexuais que dividiam preceitos ideológicos comunistas resolverem se organizar pelos direitos dos homossexuais como cidadãos. No entanto, mais importante do que considerar esse propulsar a partir da intersecção às leituras de propostas comunistas, deve-se frisar que em um primeiro momento havia uma considerável radicalidade nas propostas do grupo. Estas só viriam a ser suprimidas após um racha que este sofreu em 1953 e que culminou na adoção de políticas mais conservadoras a partir das quais os homossexuais teriam de se “ajustar a uma vida em uma sociedade homofóbica adotando morais sociais e culturais heterossexuais” (Meeker, 2001, p. 79, tradução nossa⁶²). Dessa forma, mesmo que em 1969 não houvesse muitos resquícios da proposta política radical de transformação da sociedade, que estava presente no começo dos anos 1950 entre os fundadores do *Mattachine Society*, retornar aos precedentes à Stonewall, particularmente nesse momento do movimento homófilo, permite desconstruir muito de seu mito fundador e de descontinuidade radical. Portanto, ao notar que os ativistas homófilos já proclamavam o slogan *gay is good* bem antes de 1969 (Weeks, 2015, p. 46), percebe-se que

a “geração de Stonewall”, então, não foi pioneira nem na postural radical do movimento gay nem em suas táticas militantes. Na verdade, os militantes gays do começo dos anos 1970 continuaram de onde os fundadores da *Mattachine* haviam parado no início dos anos 1950, continuando uma tradição de uma política gay radical estabelecida pelo movimento homófilo inicial. A afirmação de que o movimento gay constituiu uma ruptura radical com a política homófila deveria ser entendida como uma função da retórica revolucionária e da conceituação historiográfica que os gays radicais exigiam (Piontek. 2006, p. 19, tradução nossa⁶³).

Portanto, essa seção pretendeu observar como os discursos hegemônicos em torno dos acontecimentos de junho de 1969 em Nova York operam a partir de apagamentos, especialmente dos precedentes ao evento. Nesse sentido, Piontek, ao propor um programa de uma história queer, postula certos preceitos que considero condizentes a um projeto que vise a intersecção entre História Global e os estudos de gênero e sexualidade. À vista disso, uma leitura de Stonewall propriamente queer rejeitaria uma interpretação que o coloque como um

⁶² No original: “[...] adjust to life in a homophobic society by adopting heterosexual social and cultural mores.”

⁶³ No original: “The “Stonewall generation,” then, pioneered neither the radical stance of the gay movement nor its militant tactics. In fact, gay militants in the early 1970s picked up where the founders of *Mattachine* had left off in the early 1950s, continuing a tradition of radical gay politics established by the early homophile movement. The claim that the gay movement constituted a radical break with homophile politics should be understood as a function of the revolutionary rhetoric and historiographic conceptualization that gay radicals required.”

momento histórico único e de “começos”, apostando, portanto, na “impossibilidade de oferecer uma interpretação singular a qualquer evento particular” (Piontek, 2006, p. 9, tradução nossa⁶⁴).

2.1.2.2 *Descontinuidade e difusão: mito de Stonewall e sua incessante colonialidade identitária*

Se por um lado há o apagamento de antecedentes e uma pré-história gay/LGBTQIA+ vultosa, o discurso de “começo” e “descontinuidade” que cerca Stonewall promove a fantasia de difusão, a qual se articula a uma ideia de origem de todos os outros consequentes movimentos gays/homossexuais no mundo e a noção da difusão de uma identidade gay global cada vez mais americanizada. Contudo, o estímulo aos estudos com uma visão global da sexualidade a partir dos anos 1990 e os impactos da teoria queer tentaram problematizar nos últimos anos a ideia de difusão de uma identidade gay global. Dessa forma, essas novas propostas nas ciências humanas

levaram a um considerável debate sobre se existe um sujeito gay global, e caso exista, como pode ser caracterizado. Se alguém aceita que há uma identidade gay comum, do que ela é formada? Quem está incluída e excluída a partir dessa identidade? Quem é o Outro dessa identidade gay global? (Binnie, 2004, p. 38, tradução nossa⁶⁵).

Tais questões, que nessa seção serão levantadas por alguns exemplos de estudos no Norte e do Sul Global, pretendem traçar preocupações para as quais a História Global deve se voltar e tem grande potencial de contribuição. Enquanto até então observei o suplantar dos precedentes à Stonewall, o presente após 1969 deve ser observado como constantemente emprisionado pela incessante colonialidade que o discurso de difusão e origem engendra. Desse modo, até que ponto o desenvolvimento de movimentos homossexuais/LGBTQIA+ nas mais diversas localidades poderia ser interpretado apenas como resultado de uma difusão unidirecional de identidades e culturas queer estadunidenses?

Para Peter Drucker, a pluralidade de movimentos homossexuais observados durante a segunda metade do século XX não deve ser apreendida como mímica ou cópia dos movimentos estabelecidos na Europa Ocidental e na América do Norte (Drucker, 1996). Assim, devemos ter em conta como a multiplicidade de vidas e experiências queer acaba sendo suplantada pela insistência em uma suposta identidade dissidente homogênea, realidade que demanda uma atenção maior para com a interseccionalidade promovida pelas diferenças de raça, gênero, e

⁶⁴ No original: “[...] impossibility of offering a singular interpretation of any particular event.”

⁶⁵ No original: “[...] has led to considerable debate about whether a global gay subject exists, and if so, how it can be characterized. If one accepts there is a common gay identity, what does it consist of? Who is included and excluded from within this identity? Who is the Other of this global gay identity?”

classe e também a existência de propostas diversas para o que se entenderia por movimento LGBTQIA+ (Piontek, 2006, p. 23).

A partir da necessidade de desconstruir a universalidade de certas categorias, as ciências humanas têm se debruçado sobre a problemática, em especial áreas como a Antropologia e, em menor grau, a História. Destaca-se, nesse quesito, particularmente a centralidade do continente asiático no interior de uma virada ao Sul Global e o engajamento científico sobre expressões diversas de identidades queer nessas regiões que não corresponderiam aos modelos “ocidentais”, os quais historicamente e erroneamente foram vistos como difundidos globalmente e com traços universais.

O antropólogo Martin Manalansan traz uma das melhores contribuições para se refletir sobre os efeitos que as narrativas de difusão sobre Stonewall provocam. O autor questiona, por exemplo, em quem está a confirmação da legitimidade de uma leitura de Stonewall como a origem do desenvolvimento de identidades gays e lésbicas e o que tal afirmação de origem provocaria. Além disso, seu trabalho almeja particularmente indagar como e quais locais e práticas ficariam subordinados à Stonewall a partir do seu mito fundador (Manalansan, 1997, p. 486). Para ele, assim como Dennis Altman, mas dentro de uma proposta bastante díspar, Manalansan localiza nas festividades de 1994 sobre os 25 anos de Stonewall a propagação de diversos discursos que instrumentalizam a ideia do mito fundador e de difusão. Para tal, ele destaca o texto presente no guia oficial produzido pela organização do evento e no qual poderia ser lido:

As pessoas vão comemorar a rebelião que transformou o Movimento Homófilo existente em nosso movimento contemporâneo e global pelos direitos de lésbicas, gays e pessoas trans. Nosso objetivo é mobilizar a maior marcha e manifestação de direitos humanos que o mundo já viu. Temos vitórias das quais nos orgulhar e injustiças para protestar. Com orgulho, celebramos nossa coragem e realizações em todo o mundo (New York Pride Guide *apud* Manalansan, 1997, p. 497, tradução nossa)⁶⁶.

Expressões como “global” e “em todo o mundo” empreendidas no texto do guia oficial do evento localizam a premissa difundida de que as festividades não diziam respeito apenas ao contexto regional ou nacional estadunidense, mas indexariam uma conquista comum compartilhada globalmente por todos os dissidentes de sexualidade e/ou gênero. É exatamente essa defesa da ideia de uma universalidade aos acontecimentos de Stonewall que Manalansan

⁶⁶ No original: “People will celebrate the rebellion that transformed the existing Homophile Movement into our contemporary, global, Lesbian, Gay and Transgender Rights Movement. Our goal is to mobilize the largest human rights march and rally the world has ever seen. We have victories to be proud of and injustices to protest. With pride, we celebrate our courage and accomplishments from around the world.”

contesta, sublinhando como a mídia e uma consciência popular dividem há muito tempo a crença de que a cultura e a política gay e lésbica americanizados teriam se espalhado e sido adotadas pelo mundo todo (Manalansan, 1997, p. 485).

Para a constante disseminação da universalidade atribuída no Ocidente às categorias como *gay* e *lésbica*, Manalansan aponta o papel operante de associações internacionais nessa reiteração. Nesse sentido, destaca-se a ILGA: como veremos em mais detalhes, a organização foi fundada em 1978 a fim de representar os grupos e movimentos homossexuais/LGBTQIA+ do mundo todo. No entanto, mesmo com a proposta internacionalista dessa organização, a ILGA há bastante tempo tem dado prioridade ao continente europeu e se inspirado

por uma certa ideia de Europa e as promessas que ela teria para os direitos LGBT. Seus fundadores pensavam que os valores europeus teriam um sentido particular para os homossexuais e que as instituições europeias (notadamente o Conselho Europeu) poderiam, como as Nações Unidas, os ajudar a conquistar novos direitos e aumentar a pressão sobre os Estados mais relutantes (Ayaoub; Paternotte, 2016, p. 59, tradução nossa⁶⁷).

Portanto, apesar da relevância da centralização de esforços políticos junto às organizações e espaços institucionais de decisão internacionais, a ILGA emprega uma visão bastante eurocêntrica sobre as identidades sexuais e o tipo de luta política por direitos para esses sujeitos. Essa particularidade se manifesta, segundo Manalansan, especialmente no *The Pink Book*, uma publicação realizada uma série de vezes pela ILGA e que atuava como uma espécie de relatório a partir de uma “visão global” endereçada a analisar os desafios e a posição legal e social das sexualidades dissidentes em diversos países (Manalansan, 1997, p. 489). O pesquisador observa tais produções bibliográficas a partir, principalmente, do contexto filipino, lócus central de sua produção acadêmica. Nesse comprometimento, Manalansan nota o uso indiscriminado de conceitos como o de “armário”⁶⁸, “homofobia”, “gay” e “lésbica”, o que notoriamente mostra a ausência de uma “interrogação das premissas ocidentais que atravessam

⁶⁷ No original: “[...] par une certaine idée de l’Europe et des promesses qu’elle ouvrait pour les droits LGBT. Ses fondateurs pensaient que les valeurs européennes avaient un sens particulier pour les homosexuels et que les institutions européennes (notamment le Conseil de l’Europe) pouvaient, comme les Nations unies, les aider à conquérir de nouveaux droits en augmentant la pression sur les États les plus réticents.”

⁶⁸ O conceito de “estar no armário” ou “sair do armário” são noções que tanto no inglês (*in the closet*, por exemplo) quanto no português se referem ao ato de assumir ou não a sua dissidência de sexualidade e/ou gênero em relação à cisheteronormatividade hodierna. É um conceito bastante difundido a partir das posições consideradas mais radicais que os diversos movimentos homossexuais tomaram nos anos 1970 e pode ser apontado como um conceito central de nossa sociedade para se interpretar e organizar as sexualidades. O “assumir-se”, a “saída do armário” é para Sedgwick (2007) a representação da força que a imagem do armário tem em nossa sociedade, atestando um papel central não só para aquele que *a priori* o armário se refere, o homossexual, mas também para a própria manutenção da heteronormatividade.

cada termo, como se eles fossem naturais, conceitos dados que não precisariam ser contextualizados” (Manalansan, 1997, p. 489, tradução nossa⁶⁹).

A fim de ilustrar a sua crítica à pretensão de universalidade de eventos, como o de Stonewall, e de identidades ocidentais como “gay”, “lésbicas”, entre outros, Manalansan se volta para o contexto filipino, a partir da figura do *bakla*. O termo *bakla* é parte do idioma tagalo e utilizado na sociedade filipina para designar sujeitos cujas performances são lidas como atravessadas por certa feminilidade, travestismo e/ou homossexualidade. Percebe-se que *bakla* é empreendido em uma miríade de identificações que intersectam noções de classe e de gênero na sociedade filipina. Assim, por um lado *bakla*

é visto de forma estereotipada como existindo em espaços vulgares do carnaval (*baklang karnabal*), o salão de beleza (*parlorista*) e no mercado (*baklang palengke*). Por outro lado, o *bakla* é também visto como o homem travestido com o coração feminino (*pusong babae*), procurando pelo homem verdadeiro e se esforçando por não cair na vulgaridade ou na feiura funesta. Essas imagens formam parte do discurso do cotidiano e algumas vezes adentram as obras de escritores e ativistas gays filipinos (Manalansan, 1997, p. 491, tradução nossa⁷⁰).

Bakla mantém uma relação paradoxal dentre os sujeitos filipinos cujas identidades de gênero e/ou sexualidade contestam a cisheteronormatividade da sociedade. Enquanto para certos sujeitos o *bakla* é apreendido a partir de uma familiaridade àquilo que seria visto como “tipicamente” filipino, para outros o *bakla* é visto de forma pejorativa. Isso fica claro ao observar a comunidade homossexual imigrante filipina em Nova York, exercício que para Manalansan (1997) aponta como as identidades produzidas junto a sexualidade devem ser sempre interpretadas com uma visão interseccional que considere classe, raça, gênero e, no caso comentado por ele, o status de imigrante (p. 492).

Ao realizar entrevistas com imigrantes homossexuais filipinos em Nova York, o pesquisador percebeu que certas práticas entre os *gays* estadunidenses, como o travestismo, ou também o fazer *drag*, eram interpretados por alguns imigrantes filipinos como uma demonstração inapropriada e comparadas dentro de um discurso pejorativo pelo qual percebem a performance empreendida pelo *bakla* - algo vulgar segundo suas percepções. Por outro lado, um traço constante observado por Manalansan em sua pesquisa é formado pelas tensões que as negociações identitárias entre homossexuais filipinos e *gays* estadunidenses promovem. Nesse

⁶⁹ No original: “[...] interrogating the Western assumptions embedded in each term, as if they were natural, given concepts that did not need to be contextualized [...]”

⁷⁰ No original: “[...] is stereotypically seen to exist in the vulgar public spaces of the carnival (*baklang karnabal*), the beauty parlor (*parlorista*), and the marketplace (*baklang palengke*). On the other, the *bakla* is also seen as the cross-dressing man with the female heart (*pusong babae*), searching for the real man and trying hard not to slip into vulgarity or dismal ugliness. These images form part of everyday discourse and sometimes find their way into the works of Filipino gay writers and activists.”

sentido, enquanto na Filipinas discussões sobre raça não atingiam um papel proeminente no interior das relações entre indivíduos dissidentes em suas sexualidades, ao adentrarem os espaços de sociabilidade *gay* nos EUA, suas relações passaram a ser constantemente atravessadas por questões de raça, como além de classe e a própria condição de imigrante. Em seu levantamento, Manalansan notou que, se por um lado nem todos os informantes discorrem sobre preconceitos raciais vivenciados, a grande maioria atesta que parte dos espaços destinados à comunidade *gay* não está necessariamente aberta a eles. Dessa forma, ao perceberem as tensões raciais que excluem sua permanência em certos espaços, houve uma aproximação entre os filipinos e outros grupos específicos de homens *gays*, em especial asiáticos⁷¹. Assim, apesar de ainda haver uma aversão dos filipinos em serem reconhecidos como asiáticos e noções estereotipadas entre eles sobre japoneses e chineses, a sua classificação como “oriental” outorgada pela comunidade *gay* norte-americana fomentou novas alianças e até mesmo a criação de um grupo ativista próprio (Manalansan, 1998, p. 500).

Se em alguns instantes esses imigrantes homossexuais filipinos continuam utilizando uma matriz de inteligibilidade pejorativa sobre o *bakla*, em contrapartida há momentos em que há um retorno à identidade *bakla* e um autorreconhecimento como tal a fim de demarcar suas diferenças em relação ao *gay* norte-americano. A divergência sobre o conceito de “assumir-se” (o chamado *coming out*) é bastante representativa dessas demarcações: segundo Manalansan, para grande parte desses indivíduos a identidade não é vista como algo “declarado”, mas sim “vestido”. Portanto, ser homossexual, ou então *bakla*, não significa postular isso verbalmente, mas percebido como “vestir uma capa” e, portanto, visível. Um dos informantes de Manalansan relata o seguinte:

Aqui na América as pessoas sempre falam sobre tudo, incluindo aquelas coisas que você realmente não sente a necessidade ou necessariamente quer divulgar... não é óbvio, de qualquer forma? Falar é luxo. Muitos de nós [filipinos] não temos esse luxo. Além disso, eu não acho que nós precisamos [falar sobre nossas identidades sexuais]. Quando eu vejo outro *bakla*, ele não precisa dizer nada. Eu não tenho que dizer nada. Instantaneamente, nós sabemos (Transcrição de entrevista concedida à Manalansan, 1997, p. 499, tradução nossa⁷²).

⁷¹ Trabalhos recentes notam as tensões que se instalam entre sexualidade e processos de imigração, assim como os processos de resiliência no que concerne tais desafios. Poon *et al.* (2017), por exemplo, observam como a narrativa do Canadá como um destino receptivo e amigável aos LGBTQIA+ é questionada ao observar a experiência de imigrantes homossexuais chineses no país. Assim, a exclusão desses sujeitos se dá não exclusivamente em relação à sua sexualidade, mas interpelada por uma série de outros marcadores, como raça, classe e sua condição de imigrante..

⁷² No original: “Here in America, people always talk about everything, including those things that you really don't need to or necessarily want to divulge ... isn't it all obvious anyway? Talking is a luxury. A lot of us [Filipinos] don't have that luxury. Besides, I don't think we need it [talking about sexual identities]. When I see another *bakla*, he does not need to say anything. I don't have to say anything. Instantly, we know.”

A partir da constatação da forma díspar com que a identidade é engendrada e assumida entre ambas as sociedades, podemos observar que a noção de “armário” ou de “sair do armário” (ou seja, assumir-se) são processos atravessados por diversas variantes e não podem ser colocados como universais e/ou generalizados para todas as sociedades (Manalansan, 1997, p. 501). Da mesma forma, universalizar categorias como *gay*, *lésbica* ou as intenções e políticas defendidas a partir de Stonewall também são empreendimentos discursivos que ignoram ostensivamente as variantes e as disparidades que intersectam a produção de identidades de gênero e/ou sexualidade.

O sociólogo Ken Plummer sugere recusar qualquer interpretação que observe a homossexualidade como um grupo universal dividindo um mesmo trajeto em direção a um estado mais “avançado”, a identidade *gay*. Para o autor, as experiências entre mesmo gênero e as percepções identitárias que decorrem delas devem ser percebidas a partir de origens diversas e díspares devires (Plummer, 1992, p. 17). É nesse sentido que Manalansan observa o *bakla* não como uma condição prévia da sociedade filipina à assimilação da identidade *gay*, mas igualmente como um senso moderno de si. Ou seja, as estratégias implicadas por homossexuais imigrantes filipinos nos EUA mostram um resgate da identidade *bakla* “como uma forma de sobreviver e até mesmo prosperar no interior dos espaços da América atravessados por raça, classe, etnia e gênero” (Manalansan, 2003, p. 186, tradução nossa⁷³).

Enquanto Manalansan observou o *bakla* especialmente a partir das tensões percebidas nos processos de imigração de homossexuais filipinos, Bobby Benedicto se volta para a identidade *bakla*, mas agora especificamente no contexto da capital filipina Manila. Em seu projeto, Benedicto almejou observar como os sujeitos residem nas fronteiras entre o local e o global e como essa relação fronteira junto a hierarquias de raça, gênero e classe condicionam a produção da sexualidade e suas identidades. O pesquisador, então, rechaça a defesa da existência de uma identidade *gay* global e introduz o conceito de uma “globalidade *gay* imaginada”, a qual seria produzida através de representações no “mercado e sustentadas por uma rede de cenas (urbanas) que separadamente, mas similarmente, dependem do apagamento de outros homens *gays*, tanto em Manila como em aquelas cidades lidas como epicentros do mundo *gay*” (Benedicto, 2008, p. 319, tradução nossa⁷⁴). Ou seja, essa globalidade *gay* imaginada estaria fortemente condicionada ao mercado, fortalecida pelo conceito das chamadas

⁷³ No original: “[...] ideology as a way to survive and even flourish within the racial, ethnic, class, and gendered spaces of America.”

⁷⁴ No original: “[...] the market and sustained by a networking of (urban) scenes that separately, though similarly, depend on the erasure of othered *gay* men, both in Manila and in those cities read as epicenters of the *gay* globe.”

idades gay globais, como é o caso de Manila, e produziria exclusões identitárias a fim de (re)confirmar a difusão e a adesão a uma identidade gay global comum. No caso observado pelo autor, o apagamento seria especialmente direcionado para a identidade *bakla*.

O empreendimento discursivo e predatório do setor de serviços e lazer em Manila tenta afirmar a capital como uma cidade gay global⁷⁵. Benedicto analisa esse processo e nota como muitos locais de lazer, como clubes e espaços de festas, oferecem em seus anúncios a promessa de uma experiência que localizaria Manila em um espaço global comum compartilhado majoritariamente por cidades ocidentais. “Muito em breve as festas em Manila estarão no mesmo nível que as festas em Nova York, Miami, Palm Springs, Montreal [...]” ou “Nossos estilos de vida hoje em dia parecem algo pescado fresco das ruas de Castro em São Francisco ou Oxford em Sydney” (Benedicto, 2008, p. 323, tradução nossa⁷⁶) e diversas variantes são alguns dos discursos comerciais observados por Benedicto e que almejam a inserção de Manila como um dos vértices da globalidade gay imaginada.

No entanto, se pensamos nas conclusões de Manalansan sobre a exclusão percebida por filipinos em espaços de sociabilidade gay em Nova York, esse anseio observado por Benedicto em Manila – de aproximar os espaços de sociabilidade homossexual da capital às imagens gays hegemônicas dos grandes centros do Norte Global - desponta como paradoxal. O incongruente dessa relação fica ainda mais realçado ao considerarmos a fala de um dos informantes de Manalansan: “Eu costumava pensar que eu tinha vindo para a América para ser gay, mas então eu percebi que eu vim para a América para ser realmente um *bakla*” (Manalansan, 2003, p. 97, tradução nossa⁷⁷). Para Benedicto o paradoxo que atravessa esses paralelos deve ser resolvido por meio de recortes espaciais a partir de proximidade e distanciamento. Os informantes de Manalansan reconhecem prontamente o caráter restritivo que entremeia a globalidade gay imaginada exatamente pela proximidade que mantêm com um local imaginado como expoente desses vértices urbanos gays globais, Nova York. Assim, os imigrantes homossexuais filipinos nesses espaços são abruptamente indagados por sua diferença e excluídos por ela, o que os

⁷⁵ A atração que tais cidades gays globais operam dentro de uma globalidade gay imaginada é investigada por França (2015) em relação à cidade de Barcelona. A autora percebe a instrumentalização discursiva operada pelo mercado e que produz um imaginário sobre a cidade como sendo cosmopolita e global em relação à sexualidade. A partir de um trabalho etnográfico, França não apenas observa tais processos através de um festival direcionado ao público gay, como aponta a intersecção de imagens de brasilidade (atravessadas por noções de classe, gênero e raça) que adentram as relações dessa cidade gay global.

⁷⁶ Esses trechos foram coletados pelo autor na revista *Icon Magazine* na edição de julho/agosto de 2005. No original: “‘Pretty soon partying in Manila will be at par with the parties of New York, Miami, Palm Springs, Montreal,’ or ‘Our lifestyles these days . . . look like something fished out fresh from the streets of Castro in San Francisco or Oxford in Sydney’”.

⁷⁷ No original: “I used to think that I came to America to be gay, but then I realized that I came to America to be a real bakla.”

informa que “a globalidade gay inscrita para a cidade é uma alegação que exclui os filipinos, entre outros muitos sujeitos queer” (Benedicto, 2008, p. 322, tradução nossa⁷⁸). Por outro lado, a ambição de Manila por se inscrever como vértice dessa comunidade global imaginada é possível precisamente, pois o discurso e as imagens da globalidade gay operam a partir de um afastamento produtivo, ocultando dos filipinos que permanecem em Manila as estratégias excludentes que se revelam violentamente para aqueles que se dirigem à vida gay de Nova York. Ou seja,

a separação geográfica de Manila de tais locais permite que seus residentes sejam mais plenamente interpelados na identidade gay global do que suas contrapartes diaspóricas, uma vez que a ausência de uma experiência de deslocamento/exclusão compartilhada é também a ausência de qualquer ímpeto para performar *bakla* e o recuperar de sua posição subordinada dentro de sistemas locais de exclusão baseados na abjeção a partir do status de classe baixa e efeminação (Benedicto, 2008, p. 323, tradução nossa⁷⁹).

Bakla, uma interpretação filipina das identidades locais dissidentes de gênero e/ou sexualidade, é analisada a partir de sua implicação bidirecional dentro de uma relação entre global e local. Nos estudos de Manalansan, o discurso universalizante propagador de uma globalidade gay imaginada é desmitificada no interior da experiência migratória filipina em Nova York, o que, em última instância, promove um retorno ao *bakla*. Já com Benedicto, a pulsão do mercado encontra na promoção do discurso sobre a cidade gay global uma ferramenta lucrativa. Pelo distanciamento geográfico e a ausência de um enfrentamento excludente direto com as dinâmicas violentas que fomentam a globalidade gay imaginada, a expressão identitária local, o *blaka*, vê sua marginalização continuamente exacerbada. Assim, não é o caso de se atestar o desaparecimento do *bakla*, já que não está desaparecendo, mas sim “‘sendo desaparecido’ por meio de estratégias de invisibilização *autorizadas* pelo mercado local” (Benedicto, 2008, p. 318, tradução nossa⁸⁰).

Portanto, ao desprivilegiar o Norte Global como recorte espacial-temático para refletir sobre as identidades modernas a partir da sexualidade, conceitos reafirmados dentro de uma falácia universalizante - como a identidade gay, lésbica, o sair do armário, entre outros processos que entrecruzam a sexualidade humana - são contestados. Mark McLelland (2000),

⁷⁸ No original: “[...] the global gayness ascribed to the city is a claim that excludes Filipinos, among many otherable queer subjects.”

⁷⁹ No original: “Manila’s geographic separation from such sites allows its residents to be more fully interpellated into global gay identity than their diasporic counterparts, since the absence of a shared experience of displacement/exclusion is also the absence of any impetus to perform *kabaklaan* and to recover it from its subordinated position within local exclusionary systems based on the abjection of lower-class status and effeminacy.”

⁸⁰ No original: “[...]‘being disappeared’ through strategies of invisibilization and discipline *authorized* by the local market [...]”

por esse ângulo, tenta responder em seu trabalho a questão sobre se há uma identidade gay japonesa. Para isso, o autor demonstra no começo dos anos 2000 como as interpretações sobre a sexualidade e as identidades que são produzidas a partir desses processos no Japão diferem largamente em diversos aspectos daquelas observadas na América do Norte e Europa Ocidental - e projetadas como supostamente universais.

O primeiro indício argumentado por McLelland decorre de um levantamento sociolinguístico realizado pelo autor em que ele apresenta uma miríade de signos que são empreendidos na nomeação de identidades diversas sobre a sexualidade japonesa. Essa primeira aproximação através da linguagem e os significados que afloram desta permitiram o autor constatar como naquele momento as interpretações sobre a homossexualidade nipônica estavam largamente entrecruzadas com noções de gênero, especialmente a ideia de transgênero, e com as formas como a indústria de entretenimento agrupavam tais identidades (McLelland, 2000, p. 461). O termo e a noção identitária *gay* aparecem nesse levantamento, o que para o autor é resultado de um processo iniciado nos anos 1990 pelo qual representações midiáticas de homens homossexuais – e em menor grau sobre mulheres lésbicas – afloraram no país, promovendo pela primeira vez na região uma discussão pública sobre a homossexualidade. Nesse processo, termos emprestados no inglês, como *gay*, foram introduzidos na sociedade japonesa. Entretanto, como defende McLelland, aqueles que se identificam com modelos ocidentais de ser “gay” ou “lésbica” seriam naquele momento uma minoria no Japão.

Um dos principais contrastes reside, mais uma vez, na noção do “assumir-se”. Grande parte dos homossexuais japoneses insistia que sua atração homossexual não representa algo inusitado e, portanto, não necessitava ser verbalmente proferida. McLelland observa que esses homens homossexuais preponderantemente não dividem um anseio por transformação social ou sobre o conceito de família (McLelland, 2000, p. 467), dois âmbitos largamente enquadrados em noções da cisheteronormatividade. Isso não significa, no entanto, que não haja uma parte, mesmo que limitada, de homossexuais que adotam discursos ocidentais como forma não apenas de compreenderem/produzirem suas identidades, mas também de ação política. O grupo OCCUR para luta por direitos dos homossexuais japoneses é para o autor um exemplo claro de uma aproximação ao Ocidente. Isso fica evidente ao observar que em um evento realizado em Londres na década de 1990, integrantes do grupo defenderam que era imprescindível para os japoneses potencializarem um entendimento de si a partir da ideia de “gay” e “lésbica” a fim de embasar um movimento comunitário forte direcionado a pressionar o governo por transformações no que diz respeito aos direitos civis para os homossexuais. Para McLelland, esse posicionamento e a intersecção do grupo OCCUR com incentivos e trocas com

organizações e pesquisadores gays e lésbicos estrangeiros é um perfeito exemplo da “ação da globalização”, algo não necessariamente negativo para o pesquisador. Entretanto, ele destaca que muitos pesquisadores ocidentais que se debruçam sobre o contexto japonês, especialmente a partir da organização OCCUR, cooptam todos os sujeitos dissidentes em sua sexualidade

a partir dessa terminologia importada e dão a impressão a um observador externo de que o Japão está de alguma forma ‘atrás’ de alguns pressupostos ideias americanos-europeus no que concerne aos direitos homossexuais. Mulheres e homens com desejo homossexual e que se identificam com modelos ocidentais de ser ‘gay’ ou ‘lésbica’ são, no entanto, uma minoria no Japão (McLelland, 2000, p. 468, tradução nossa⁸¹).

O efeito do “atraso” é produzido discursivamente a partir da reiteração das categorias ocidentais como sendo o senso moderno de si para o qual o mundo todo precisaria convergir em uma trajetória supostamente modernizadora e de desenvolvimento. Isso provoca não apenas interpretações falaciosas sobre as identidades e a sexualidade no Japão, mas reverbera entre parcela dos próprios japoneses, promovendo a ideia de falta e exclusão. Isso fica claro em uma das falas dos informantes de McLelland:

Recentemente parecem ter sido publicados mais livros gays do que antes, mas eu ainda penso que não é o suficiente. Esses tipos de livros têm sido bem úteis em confirmar o fato de que eu sou gay. De agora a diante há questões importantes que eu tenho que pensar sobre minha própria vida gay. Eu posso dizer que livros que discutem a questão ‘Por que eu sou gay?’ são muito importantes para mim. De alguma forma, até mesmo com meus amigos gays eu não consigo discutir questões como ‘O que você pensa sobre ser gay?’ ou ‘Como você vai viver como um gay daqui para frente?’. Eu não tenho ideia do que os outros gays japoneses pensam sobre essas coisas. Mesmo que o número de outros gays pensando [sobre essas coisas] ser pequeno, eu ainda quero saber [sobre eles]. Então, eu gostaria que você disponibilizasse os resultados de sua pesquisa logo. Eu acho que seria útil para algumas pessoas (Transcrição de entrevista concedida a Mark McLelland, 2000, p. 468, tradução nossa⁸²).

Uma análise da fala desse informante não deve deslegitimar seus incômodos e angústias. Pelo contrário, a ausência de uma discussão pública sobre a homossexualidade e as angústias decorrentes desse silenciamento devem ser notadas como traços importantes de serem discutidos entre a sociedade nipônica. No entanto, é bastante intrigante verificar como o acesso

⁸¹ No original: “[...] through this imported terminology and it gives the impressions to an outside observer that Japan is somehow ‘behind’ some supposed Euro-American ideal with regard to gay rights. Same-sex desiring men and women who identify with Western models of being ‘gay’ or ‘lesbian’ are, however, a minority within a minority in Japan.”

⁸² A tradução não é acompanhada dos termos originais em japonês. No original: “Recently there seem to be more gay-related books being published than before but still I think that there are not yet enough. These kinds of books have been very useful in confirming the fact that I’m gay [jibun ga gei de aru koto]. From now on there are important issues I need to think about in my own gay life [jibun no gei raifu]. I can say that books which discuss the issue ‘Why am I gay?’ [naze jibun ga gei] are very important to me. Somehow, even with my gay friends I’m not able to discuss questions like ‘What do you think about being gay?’ or ‘How are you going to live as a gay from now on?’ I have no idea what other Japanese gays think about these things. Even if the number of other gays thinking [about these things] is small, I still want to know [about them]. So, I’d like you to make the results of your research known soon. I think it would be useful for some people.”

a materiais provenientes de outras sociedades produziu inquietações nesse sujeito e o levou a refletir sobre a sua sexualidade de uma maneira que grande parte dos homossexuais japoneses não adotava. Mais curioso ainda é como ele delega a minimização de seu tormento à publicação dos resultados de pesquisa de um observador ocidental (no caso o historiador Mark McLelland), o que, em sua lógica, contribuiria para “responder questões sobre ele mesmo que não são usualmente trabalhadas em sua própria sociedade” (McLelland, 2000, p. 468, tradução nossa⁸³).

Enquanto Manalansan e Benedicto apontaram a partir da identidade *bakla* para a violência do discurso que promove uma globalidade gay imaginada, McLelland sublinha a impossibilidade de uma compreensão adequada da sexualidade no Japão caso haja insistência em uma matriz de inteligibilidade ocidental. Não se trata, portanto, de negar aos homossexuais japoneses, por exemplo, a possibilidade de se engajarem em um tipo de atuação política pelos direitos dos homossexuais próxima daquela empreendida em locais como Estados Unidos ou Europa Ocidental. Mas é crucial registrar o etnocentrismo imbricado em interpretações que julgam as experiências com a sexualidade do povo japonês a partir de ideia de *atraso* em relação a um modelo divulgado pelo Norte Global. Pensar historicamente essas relações imbricadas nas interpretações sobre a homossexualidade e na construção de movimentos políticos através de uma perspectiva de História Global é uma estratégia extremamente profícua na contestação dessas prerrogativas eurocêntricas e imperialistas.

Nessa lógica, Peter Jackson (2009) contribui enormemente ao pensar em um olhar global queer sobre os processos capitalistas e de mercado que atravessam a sexualidade e a produção de identidades e respostas políticas no mundo. Ao se voltar para o contexto tailandês, Jackson enxerga que as análises feitas sobre as relações entre dinâmicas globais e a produção de culturas dissidentes de gênero e/ou sexualidade foram falhas, até então, por reafirmarem a ideia de difusão a partir dos Estados Unidos e outros países europeus ocidentais, o que localizou “a fonte e a agência da vida moderna queer apenas no Ocidente” (p. 358, tradução nossa⁸⁴).

Em sua análise sobre o contexto tailandês no decorrer do século XX, o pesquisador observa as intersecções entre mercado e a produção e interpretação de identidades de gênero e/ou sexualidade dissidentes. Ao focar na centralidade que o gênero possui para a formação das categorias sobre a sexualidade, especialmente articuladas a ideia de transgênero, Jackson frisa, por exemplo, que a insistência contemporânea em comparar uma globalidade gay com as identidades homossexuais e/ou transgêneros “tradicionais” acaba ignorando a ação local do

⁸³ No original: “[...] in answering questions about himself which are not currently addressed in his own society.”

⁸⁴ No original: “[...] by locating the source and agency of modern queer life solely in the West.”

mercado nas origens dessas identidades igualmente modernas. Sua argumentação reside, principalmente, na defesa pelo abandono da associação infundada que vê o imbricar entre gênero e sexualidade na produção de identidades transgênero na Ásia como

resíduos pré-capitalistas de tradição e, ao invés disso, traçar como o mercado providenciou um espaço para que o moderno filipino *bakla*, o tailandês *kathoey*, o indonésio *waria*, e outras identidades transgêneros para além do Ocidente se formassem ao redor da mercantilização de normas modernas de beleza feminina (Jackson, 2009, p. 360, tradução nossa⁸⁵).

Ou seja, essas identidades em contextos asiáticos e centradas em noções de gênero foram formadas concomitantemente ao desenvolvimento ocidental de categorias como *gay*, sendo assim, identidades modernas e sincrônicas de um processo de transformações globais em relação aos seus contextos locais. Jackson reconhece que processos globais de conexões e trocas produzem padrões culturais queer, mas que sincronicamente há diferenciação cultural lado a lado de semelhanças transnacionais. Isso quer dizer que, se é imprescindível observar processos globais que conectam e promovem similaridades entre culturas de gênero e sexualidade, é também indispensável “ênfatizar que formas locais de modernidade queer emergiram a partir da agência dos membros de cada sociedade” (Jackson, 2009, p. 359, tradução nossa⁸⁶). É dentro desse escopo que o autor pretende observar como que o mercado – largamente apontado como o motor central dos processos de globalização e, *a priori*, promotor de convergências – produz tanto semelhanças quanto diferenças transnacionais.

Críticas a abordagem de Jackson podem se fundar especialmente na premissa de que ele estaria desconsiderando o impacto exercido pelo mercado capitalista, especialmente a partir dos Estados Unidos, e os efeitos avassaladores desse processo. No entanto, é exatamente a partir do reconhecimento do caráter predatório exercido pelo mercado que muitas vezes se torna difícil desconstruir ideias de difusão como as produzidas por Stonewall e a produção de uma globalidade gay imaginada. Isso não quer dizer que Jackson, ou o trabalho aqui presente, desconsidere as implicações que o próprio mercado condiciona, mas reconhece que as relações que atravessam gênero e sexualidade não são apenas unidirecionais, mas multidirecionais, com protagonismos e efeitos diversos. Ou seja, a emergência do capitalismo não representa uma imposição total de modernidades do Norte Global com consequências apenas destrutivas para as identidades locais. Isto é, “as múltiplas modernidades do mundo atual não podem ser

⁸⁵ No original: “[...] precapitalist residues of tradition and instead trace how the market has provided a space for the modern Filipino *bakla*, Thai *kathoey*, Indonesian *waria*, and other transgender identities beyond the West to form around the commodification of modern norms of feminine beauty.”

⁸⁶ No original: “[...] emphasize that local forms of queer modernity have emerged from the agency of the members of each society.”

explicadas como um filho bastardo de um único capitalismo ocidental estrangeiro que teria subjogado e violado tradições locais” (Jackson, 2009, p. 364, tradução nossa⁸⁷). Com isso, o trabalho de Jackson evidencia os contornos de uma transformação queer global emergida “de diferentes processos paralelos em nível nacional e de diferenciação cultural-sexual a partir do mercado” (Jackson, 2009, p. 363, tradução nossa⁸⁸).

Para ilustrar e embasar a sua argumentação, o autor parte para a análise da imprensa alternativa homossexual emergida em Bangkok durante a segunda metade do século XX. Através de fontes impressas e orais, ele observa os processos que culminaram na produção e disseminação de periódicos com propostas diversas, mas comumente focados em um público consumidor homossexual. O pesquisador percebe que essas primeiras produções surgiriam especificamente de iniciativas locais e que apenas após já consolidadas é que tiveram contato com produtos e publicações ocidentais voltadas ao público *gay*. O caso da fundação da publicação *Mithuna Junior* nos anos 1980 é bastante ilustrativo desse processo: o seu fundador resolveu iniciar esse projeto, pois tinha um pequeno círculo de amigos homossexuais e havia recebido a dica do editor de outra revista, o qual recebia cartas de diversos homens tailandeses pedindo a publicação de nus masculinos. Assim, com capacidades linguísticas em inglês bastante limitadas, sem nunca ter visto um homem ou publicação gays do Ocidente ou realizado uma viagem internacional, esse sujeito fundou o periódico especificamente para essa parcela da população, o que para Jackson é evidência das forças motoras locais para a expansão de uma cultura homossexual tailandesa no começo dos anos 1980 (Jackson, 2009, p. 373). Jackson observa ironicamente que o editor de *Mithuna Junior* certamente entrou em contato com revistas *gays* de países ocidentais, mas ao invés de *Mithuna Junior* ter sido desenvolvida a partir de precedentes ocidentais, ela foi pensada a partir do contexto tailandês e se transformou na porta de entrada para o contato com interlocutores ocidentais, e não o contrário. Essa ironia observada por Jackson - a qual contesta parte dos protagonismos que as historiografias têm observado em processos globais para com gênero e sexualidade - aponta a importância da imprensa homossexual não somente como produtos de identidades previamente colocadas, mas também de reafirmação de tais identidades. Além do mais, enquanto de fato há semelhanças de culturas gays mercantilizadas com o Ocidente, o caso tailandês da *Mithuna Junior*, no entanto,

⁸⁷ “The multiple modernities of today’s world cannot be explained as the bastard children of a single, foreign Western capitalism that has overpowered and raped local traditions.”

⁸⁸ No original: “[...] emerged from parallel processes of nation-level, market-based sex-cultural differentiation.”

“emergiu como um fenômeno largamente independente em um ambiente similar de mercado capitalista” (Jackson, 2009, p. 377, tradução nossa⁸⁹).

A questão observada a partir do caso de *Mithuna Junior* é certamente uma pergunta de pesquisa conveniente para uma aproximação entre a perspectiva de História Global e os estudos de gênero e sexualidade. Para o autor, se reconhecemos que as mudanças em relação às identidades e culturas de gênero e sexualidade ocorreram simultaneamente em Nova York e em Bangkok, é irrealizável a manutenção do discurso de uma difusão unidirecional de identidades queer a partir do Ocidente e uma adesão por parte do não-Ocidente. A pergunta de pesquisa passa a ser, dessa forma, como e por que tais modificações ocorreram de formas pujantes, similares, mas também díspares, em ambos os contextos no decorrer do século XX. Por fim, uma citação de Jackson extensa, mas potente, sintetiza o caráter contestador produzido por um olhar global das relações que atravessam a sexualidade e questionam as narrativas essencialistas da globalidade gay imaginada. Assim, a discussão provida a partir do caso tailandês

mostra a necessidade de inserir a história do papel do mercado em processos globais queer para antes da onda mais recente de influências globalizantes que se intensificaram após o fim da Guerra Fria. Processos globais queer têm uma história consideravelmente mais profunda do que é representado na maioria das análises sobre o fenômeno. As culturas públicas do *gay* e do moderno transgênero *kathoey* emergiram em Bangkok décadas antes da era da internet, e a palavra *gay* já estava sendo usada pelo homem masculino homossexual naquela cidade em alguns anos antes que as revoltas de Stonewall em junho de 1969 no Greenwich Village em Nova York observassem o estabelecimento do movimento pela liberação gay no Ocidente. Identidades gays já estavam presentes em Bangkok antes que os soldados americanos estivessem estacionados na Tailândia durante a Guerra do Vietnã ou antes que a massa de turismo internacional começasse nos anos 1970. Isso significa que precisamos questionar relatos que posicionam todas as culturas modernas queer do não-Ocidente como um efeito posterior de transformações presumidamente ocorridas primeiramente nos Estados Unidos nos anos 1960 (Jackson, 2009, p. 365, tradução nossa⁹⁰).

A proposta feita por Jackson para observar tais transformações – nos EUA, na Europa Ocidental, na Tailândia etc. – de forma concomitante e não dentro de uma lógica de difusão questiona diretamente os discursos que reconhecem uma única identidade homossexual

⁸⁹ No original: “[...] emerged as a largely independent phenomenon in a similar environment of market capitalism.”

⁹⁰ No original: “[...] how the need to push the history of the market’s role in global queering back before the beginning of the most recent wave of globalizing influences that intensified after the end of the Cold War. Global queering has a considerably deeper history than is represented in most accounts of the phenomenon. New forms of sexual subjectivity have been apparent in Thailand since at least the early 1960s. Public gay and modern transgender *kathoey* cultures emerged in Bangkok decades before the Internet era, and the word *gay* was being used by masculine homosexual men in that city some years before the June 1969 Stonewall uprising in New York City’s Greenwich Village saw the establishment of the modern gay liberation movement in the West. Gay identities were already in place in Bangkok before American servicemen were based in Thailand during the Vietnam War and before international mass tourism began in the 1970s. This means we need to question accounts that position all modern non-Western queer cultures as after-effects of transformations assumed to have taken place first in the United States in the 1960s.”

moderna – a identidade *gay* – e localizam sua origem no Ocidente, mais especificamente nos EUA. Além disso, tal aproximação à problemática coloca em xeque a ideia de difusão a partir de Stonewall de identidades, práticas culturais e políticas engendradas pela sexualidade dissidente. Dentro dessa lógica, para não restringir sua reflexão ao contexto tailandês, Jackson se volta para outras localidades, entre elas o contexto brasileiro do século XX, particularmente a partir do trabalho de James Green.

Para compreendermos a menção que Jackson faz sobre o Brasil em sua argumentação, é necessário despende alguns parágrafos sobre a questão das identidades sexuais no Brasil. Peter Fry dedicou-se durante a década de 1970 a escrever um trabalho que se tornaria seminal para os estudos sobre a homossexualidade na antropologia brasileira. Fry esboça os modelos taxonômicos para a interpretação/construção da homossexualidade no Brasil. Em sua discussão, o autor observa dois modelos principais: o hierárquico e o igualitário. O primeiro estaria fundado e direcionado para hierarquias de gênero, especialmente atravessando o binômio masculinidade/atividade sexual e feminilidade/passividade sexual (Carrara; Simões, 2007). Esse primeiro modelo, o hierárquico, ficaria marcado popularmente pelo binômio bicha/bofe⁹¹. O segundo modelo, o igualitário, teria sido desenvolvido sobretudo a partir das transformações sancionadas pelos discursos médicos, nos quais se observa uma desarticulação entre gênero e sexualidade. O dualismo agora colocado partiria entre os conceitos de heterossexualidade e homossexualidade.

O modelo hierárquico – atravessado pelas noções de gênero - descrito por Fry, ao contrário do que postulariam alguns autores (como é o caso de Richard Parker, como veremos na próxima seção), “não aponta para qualquer traço singular e, menos ainda, não ocidental da sociedade brasileira. Ao contrário, é ele que nos ancora firmemente nessa mesma tradição” (Carrara; Simões, 2007, p. 72). A fim de justificarem essa afirmação, os pesquisadores Sérgio Carrara e Júlio Assis Simões observam na obra do historiador George Chauncey um paralelo profícuo. Chauncey se debruçou sobre a cidade de Nova York no período anterior à Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no intervalo de 1890 a 1940, e observou as transformações da metrópole junto às dinâmicas atreladas à homossexualidade, as interpretações identitárias desta e a promoção de locais de sociabilidade em que cruzavam dinâmicas ao redor da homossexualidade (Chauncey, 1994). O trabalho de Chauncey realça a

⁹¹ No modelo hierárquico “a categoria ‘homem’, nesse caso, abarcaria todos os indivíduos do sexo masculino que supostamente mantivessem posição ‘ativa’ em relações sexuais com mulheres ou homens, indiferentemente. Homens sexualmente ‘passivos’, tratados como ‘bicha’, ‘viados’ etc., seriam percebidos como uma espécie de híbridos, nos quais atributos anatômicos masculinos se misturariam a características de gênero femininas (as famosas almas femininas em corpos masculinos)” (Carrara; Simões, 2007, p. 69).

existência de “uma centralidade na hierarquia de gênero nos sistemas classificatórios das culturas homossexuais masculinas urbanas nos EUA antes da Segunda Guerra Mundial” (Carrara; Simões, 2007, p. 72). Portanto, se no Brasil era observado o binômio bicha/bofe, nos EUA esse dualismo era colocado pelas noções de *fairy* ou *queer* contra o *trade*⁹², sendo o último não passível de rotulação caso tivesse relação sexual com os dois primeiros e mantivesse seu papel “ativo”.

Carrara e Simões notam que Dennis Altman, mesmo não propriamente compreendendo a lógica que engendraria tal sistema, teria reconhecido a existência do modelo hierárquico nos EUA até pelo menos os anos 1950 e seu caráter perene entre classes populares na segunda metade do século XX (Altman, 1996). A concomitância entre um modelo hierárquico e igualitário e a leitura de sua adesão a partir de uma lógica atravessada pela noção de classe também foram processos que Fry apontou no contexto brasileiro. Dessa forma, os autores observam que Altman, o qual explicitamente considerava o Brasil como não-ocidental, identificou nos EUA “um processo muito semelhante ao que, no mesmo momento, Fry identificava no Brasil” (Carrara; Simões, 2007, p. 73). Além disso, se os paralelos podem ser traçados entre Brasil e EUA - o que localiza o contexto brasileiro e estadunidense em uma conjuntura “ocidental” comum de organização de práticas e identidades sexuais – variações de tal modelo também eram similarmente reconhecidos em países europeus desde a Antiguidade e continuaram sendo localizados na América do Norte e na Europa até recentemente.

A partir da intersecção desses paralelos, há a contestação dos limites discursivos traçados entre aquilo que *a priori* seria ocidente e não-ocidente, tradicional e moderno, atrasado e desenvolvido, entre outras tantas paridades ostensivamente disseminadas na academia. É nesse sentido que Jackson cita o caso brasileiro em seu artigo sobre Bangkok. A partir do trabalho de James Green (2019) sobre a homossexualidade no Rio de Janeiro e em São Paulo no decorrer do século XX, Jackson observa como Green

nota paralelos entre as culturas dos gays de Nova York e a da homossexualidade masculina no Brasil no começo do século XX. Green sugere que esses paralelos não resultaram de algum contato entre gays em Nova York e no Rio na década de 1920, mas emergiram a partir da agência de homens brasileiros afeminados que teriam se baseado em um estoque semelhante de imagens da moda europeia sobre a beleza

⁹² Carrara e Simões (Ibid.) explicam que *fairy* e *queer* eram termos empreendidos a partir de gradações para identificar homens com uma performance lida como exageradamente “afeminada” e aqueles menos. No entanto, “tanto *fairies* como *queers* almejavam como parceiro ideal um *trade*, um ‘homem de verdade’, encarnado preferencialmente na figura de um soldado, marinheiro ou trabalhador braçal, que podia se relacionar sexualmente com as *fairies* ou *queers* sem ser rotulado com tal, desde que conservasse a aparência masculina e o papel ‘ativo’” (p. 72).

feminina ‘para expressar suas próprias noções do que era estético e sedutor’ (Jackson, 2009, p. 371, tradução nossa⁹³).

Ou seja, os modelos correlatos aqui traçados por Jackson, mas também observados por Carrara e Simões, descentralizam o Ocidente – mais especificamente os Estados Unidos e a Europa Ocidental – como o ponto de partida único e “difusor” de identidades modernas homossexuais. Jackson aprofunda ainda mais a sua argumentação ao – de forma correlata à Green com Nova York e o Rio de Janeiro - almejar observar construções/expressões identitárias correlatas nos EUA e na Tailândia na primeira metade do século XX. Para isso, ele lança a mão de uma observação linguística sobre a interpretação das práticas sexuais e a produção de identidades decorrente destes processos em ambos os contextos. O pesquisador notou paralelos entre a figura estadunidense dos *wolves* (*lobos*, literalmente) e o tailandês *seua bai* (*bi-tigers* no inglês ou *tigres-bi* no português)⁹⁴, mas destacou que o uso nova-iorquino do termo *wolf* não teria influenciado a aderência linguística e de construção identitária cunhada pelo emprego de *seua bai*. Ou seja,

cada termo surgiu independentemente para descrever homens que, no entanto, possuíam papéis de gênero e interesses sexuais similares em cada sociedade. Embora talvez constitua apenas uma nota de rodapé na história global da sexualidade, esse exemplo demonstra, no entanto, que processos semelhantes podem independentemente produzir resultados semelhantes em culturas queer geograficamente separadas (Jackson, 2009, p. 372, tradução nossa⁹⁵).

As narrativas apresentadas nessa seção⁹⁶ interrogam as noções hegemônicas sobre os processos pelos quais se desenvolveram as identidades homossexuais (ou LGBTQIA+) e - em

⁹³ No original: “[...] remarks on parallels between gay New York and Brazil’s male homosexual cultures in the early twentieth century. Green suggests that these parallels did not result from contact between gay New York and gay Rio in the 1920s, but emerged from the agency of effeminate Brazilian men who independently drew on a similar stock of then fashionable European images of feminine beauty ‘to express their own notion of what was aesthetic and seductive’.”

⁹⁴ Segundo Jackson (2009), os *wolves* conciliavam um interesse homossexual e uma masculinidade exacerbada. Seu interesse sexual poderia ser direcionado a homens ou mulheres, independentemente, portanto, do gênero e direcionado aos tipos de prazeres que poderia receber (p. 371) Segundo Chauncey (2019) o fato de os *wolves* “se considerarem algo diferente de queer atesta tanto para a ausência em sua cultura de um binarismo heterossexual-homossexual afiado, o qual teria inevitavelmente os classificados como homossexuais [...]” (p. 88, tradução nossa – No original: “regarded themselves as something other than queer attests both to the absence of a sharp hetero-homosexual binarism in their culture, which would inevitably have classified them as homosexual [...]”). Já o termo *seua bai* se refere a homens que se sentiam atraídos sexualmente por mulheres e homens. Como observa Jackson (2009), *seua bai* se refere a uma bissexualidade masculina “ativa” combinada a uma figura masculina violenta (p. 372).

⁹⁵ No original: “Each term arose independently to describe men who, nonetheless, had similar gender roles and sexual interests in each society. While perhaps constituting only a footnote in a global history of sexuality, this example nonetheless shows that similar processes may independently produce similar outcomes in geographically separated queer cultures.”

⁹⁶ A grande parte das discussões aqui propostas – a fim de desconstruir preceitos essencialistas e eurocêtricos sobre a sexualidade, sugerindo, assim, uma aproximação à História Global – recorreu ao contexto asiático. Isso mostra que um dos caminhos até hoje usualmente empreendido para se repensar a forma com que a história

menor grau – os movimentos homossexuais/LGBTQIA+ na contemporaneidade. Se por um lado tais narrativas contestam a descontinuidade inaugurada pelo mito de Stonewall e sua ambição proposta pela “fantasia-de-difusão-a-partir-de-Stonewall”, por outro também inquirirem o que é uma identidade homossexual moderna, as próprias noções de centro e periferia ou o binômio global/local.

Natalie Oswin é uma geógrafa hoje professora na Universidade de Toronto, mas que estava vinculada à Universidade Nacional de Singapura na época em que escreveu o texto *Decentering queer globalization: diffusion and the ‘global gay’*. Em seu artigo seminal, Oswin (2006) partiu da premissa de que a virada global ainda teria sido pouco engajada pelos geógrafos queer e, portanto, escreveu seu trabalho para promover tal aproximação, particularmente a fim de conduzir a uma abordagem queer global pós-colonial. A autora, então, advoga que o trabalho que tenha uma perspectiva global interseccionada às discussões *queer* e pós-coloniais deve não apenas estar atento à diversidade de narrativas e processos que entrecruzam as relações identitárias e políticas condicionadas por noções sobre a sexualidade, mas principalmente superar a ideia de que influências e fluxos de noções queer irradiariam unilateralmente do Ocidente para o *resto*, ou do global para o local. Sebastian Conrad, apesar de não especificamente se preocupando com uma abordagem que leve em consideração as questões sobre gênero e sexualidade, chama a atenção de que muitos críticos sobre a História Global observam o perigo da reprodução de preceitos imperialistas, já que vários “historiadores globais falam de interações e emaranhamentos, mas na verdade se concentram estreitamente em relações entre o Ocidente e o ‘resto’” (Conrad, 2016, p. 218, tradução nossa⁹⁷). Oswin, nesse sentido, leva a crítica para suas últimas instâncias e propõe a superação das próprias noções de global e local, já que a primeira é ostensivamente vista como englobante das categorias “universais” e “estáveis” do Ocidente, enquanto a segunda enquadra o “exotismo” do *outro*, o qual é sempre apreendido a partir da lógica universalizante do global, do “Ocidente”. Nesse sentido, o *bakla* filipino, as identidades diversas sobre a homossexualidade nipônica ou então o *seua bai* tailandês não devem ser examinados como condições tradicionais ou prévias a um encontro com o moderno, mas “propriamente compreendidos fora de uma

LGBTQIA+ tem sido escrita e se voltar para o Oriente, especificamente a Ásia. No entanto, percebe-se que ainda há um exercício bastante limitado em se voltar de forma inquisitiva para o próprio Ocidente, o que aponta para uma limitação da potência contestadora que a História tomou, até então, nesse sentido.

⁹⁷ No original: “[...] global historians speak of interactions and entanglements, but in fact narrowly focus on relations between the West and the ‘rest’.”

relação imaginária com uma identidade *gay* universal ou ocidental” (Oswin, 2006, p. 782, tradução nossa⁹⁸).

Superar o discurso universalizante que ronda os eventos de *Stonewall* não é estratégia suficiente, já que o desafio fulcral seria não apenas desprivilegiar, mas descentralizar (Oswin, 2006, p. 783). Assim, as trocas e fluxos que podem ser traçados não mais devem estar localizados no binômio global/local, mas precisam ser percebidos como movimentos *queer* descentralizados, multidirecionais e até contraditórios⁹⁹. Deste modo, além de abdicar da análise do local a partir de uma métrica que estaria colocada pelo global (ou ocidental), as intenções se voltam para a instabilidade como chave interpretativa central. As próprias identidades *gays* ocidentais passam a ser exploradas a partir de suas instabilidades (Oswin, 2006, p. 787). Ou seja, se o esforço recai na descentralização de *Stonewall* como evento catalisador para todo o globo, ele deve também ser problematizado entre as narrativas sobre o que se considera como o Ocidente.

Quando propõe uma abordagem *queer* pós-colonial, Oswin está sugerindo uma perspectiva que faça muito mais do que pluralizar as narrativas e os sujeitos que são abordados nas pesquisas. A autora pretende contestar a forma com que se tem indagado a sexualidade humana, principalmente aqueles considerados dissidentes, e as categorizações que utilizamos para direcionarmos nossa análise (no caso da pesquisadora, especialmente os recortes espaciais). Piontek, quando propôs que a História finalmente se interseccionasse com a perspectiva *queer*, parece subscrever à concepção de Oswin, já que para ele

recuperar o passado *gay* e lésbico não pode jamais significar simplesmente a inserção no cânone histórico de grupos previamente excluídos. Tal estratégia permitiria no máximo somente mudanças cosméticas, não mudanças estruturais, já que retrata o problema somente como sendo uma história ruim do que questionando a forma com que a história tem se construído tradicionalmente (Piontek, 2006, p. 8, tradução nossa¹⁰⁰).

⁹⁸ No original: “[...] properly understood outside some imaginary relationship to a universal or Western gay identity.”

⁹⁹ Carrillo (1999) observa, por exemplo, como a sociedade mexicana e as interpretações que nela se fazem sobre a homossexualidade estão atravessadas por um rápido e desigual desenvolvimento econômico e as influências transnacionais, especialmente a partir dos EUA e Europa. No entanto, o autor discorre sobre a hibridez que deve ser observada nesses processos e que, ao invés de postular que os homossexuais nesse contexto seguiriam uma homogeneização identitária na direção do *gay* estadunidense, tais transformações devem ter consciência das inúmeras contradições que as acompanham. Cf. CARRILLO, Héctor. Cultural Change, Hybridity and Male Homosexuality in Mexico. *Culture, Health & Sexuality*, v. 1, n. 3, p. 223-238, 1999.

¹⁰⁰ No original: “[...] reclaiming the gay and lesbian past can never mean simply inserting previously excluded groups into the historical canon. Such a strategy permits at best purely cosmetic changes, not structural ones, for it portrays the problem solely as being bad history instead of questioning the way history has been traditionally constructed.”

Ao trazer diversos exemplos que partem de um olhar global junto das questões sobre a sexualidade, citou-se um leque de contestações sobre noções hegemônicas pelas quais tem se observado até hodiernamente as sexualidades dissidentes, suas expressões identitárias e políticas. Assim, descentralizou-se Stonewall como lócus único de noções modernas sobre a homossexualidade e de ações políticas direcionadas à transformação social e à luta contra o preconceito. O combate contra o eurocentrismo, a colonialidade do saber e o imperialismo imbricados em narrativas históricas desponta nos exemplos aqui citados a fim de questionar até mesmo as noções de global e local e frisar o multidirecionamento dos fluxos, trocas e conexões. Wiesner-Hanks cita a polarização entre a *diferença* imbricada *a priori* nos estudos de gênero e sexualidade em contraste com a *convergência* supostamente foco da História Global. Aqui, vemos que Manila, como suposto vértice de uma comunidade gay global imaginada, é instrumentalizada, especialmente a partir do mercado, no sentido de uma convergência sobre as identidades homossexuais. No entanto, a identidade *bakla* não desaparece, principalmente quando o imigrante homossexual filipino é perpassado em Nova York pela violência e a desigualdade que o chamado *gay global* opera. Já o cenário japonês do começo do século XXI observava uma intensa invasão naquela sociedade por representações midiáticas *gays* estadunidenses, o que certamente provocou novas demandas e inquietações em alguns indivíduos, mas encontrou uma resistência notável entre as expressões identitárias locais. Nesse sentido, Bangkok desponta como um recorte espacial em que expressões identitárias e culturais modernas de homossexualidade emergiram concomitantemente ao Ocidente, e não como resultados dos fluxos e trocas com o *gay* nova-iorquino. Poderia também citar o Brasil, o qual para muitos teóricos *gays* do Norte Global seria não-ocidental e, portanto, *a priori*, teria um histórico no que concerne às representações sobre a sexualidade impossível de ser localizado em um espaço comum de transformações observadas no Ocidente. No entanto, como observado aqui na seção, paralelos entre modelos classificatórios no Brasil e nos EUA podem ser traçados já no contexto anterior a Segunda Guerra Mundial e não significam, necessariamente, resultados diretos de trocas ou influências entre os dois locais. Ou seja, a História Global e os estudos de gênero e sexualidade devem ser autorizados a operar coadunados tanto sobre a convergência como a diferença. Como observou Jackson (2009), é necessário entender, por exemplo, como um sistema capitalista global propiciou tanto convergências como a agência local produtora de contrastes. Portanto, superar o distanciamento entre História Global e os estudos de gênero e sexualidade deve se iniciar pelo sobrepujar da noção de que na primeira caberia apenas convergência e no segundo campo apenas o olhar para a diferença. A concomitância dessas abordagens é possível e profícua se focarmos no potencial relacional e

contestador dessas perspectivas, almejando vencer os eurocentrismos, colonialidades, imperialismos e a cisheteronormatividade.

Na próxima seção tratarei mais especificamente sobre o Brasil e a RDA, especialmente no tocante à escolha desses dois contextos para um olhar que observe as identidades e os movimentos homossexuais no mundo como plurais, a partir de diversos protagonismos, transformações, trocas e fluxos descentralizados. Nesse sentido, antes de passarmos aos próximos capítulos e conhecermos ambos os contextos de forma detalhada, aqui focarei em alguns preceitos sobre esses recortes e que pretendo discutir ao longo do trabalho.

2.2 DISCURSOS DE ATRASO E REPLICAÇÃO: MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL E NA RDA ENTRE 1973 E 1989

2.2.1 Alemanha Oriental e 1989: a descontinuidade operada pelos mitos de isolamento e atraso

Em 1989, Jürgen Lemke publicou o livro *Ganz normal anders – Auskünfte schwuler Männer*, um trabalho de História Oral que se tornaria o primeiro livro na RDA ou em qualquer outro país socialista a documentar as vidas de homossexuais (Peck; Lemke, 1991, p. 145). Dois anos após a publicação de seu livro e a queda do Muro de Berlim, Lemke concedeu uma entrevista em que discutiu a situação do homossexual na Alemanha pós-unificação. No processo de unificação alemã, já a partir da abertura das fronteiras com a queda do muro em 9 de novembro de 1989, muitos alemães ocidentais e moradores de Berlim Ocidental se surpreenderam ao “descobrir que a vida gay na RDA e especialmente em sua capital produziu uma própria subcultura altamente desenvolvida – em parte gay, em parte alemã oriental” (Peck; Lemke, 1991, p. 145, tradução nossa¹⁰¹). Na direção contrária, no entanto, Lemke reflete que se em um primeiro momento a vida homossexual na Alemanha Ocidental, em especial Berlim Ocidental, produzia nos homossexuais do lado oriental uma intensa curiosidade e excitação, tal sentimento foi logo sobrepujado após os primeiros momentos de entusiasmo depois da unificação. Nas palavras do autor: “muitos aspectos da vida gay no Ocidente pareciam realmente excitantes em um primeiro momento; nós estávamos menos entusiasmados após os conhecê-los” (Peck; Lemke, 1991, p. 146, tradução nossa¹⁰²). Tal desilusão é observada por

¹⁰¹ No original: “[...] to find that gay life in the GDR and especially in its capital city produced a highly developed subculture all its own - in part gay, in part GDR.”

¹⁰² No original: “Many aspects of gay life in the West seemed really exciting at first; we were less enthusiastic after we got to know them.”

Lemke a partir do individualismo encontrado na comunidade homossexual de Berlim Ocidental, particularmente se comparado à solidariedade forte que, segundo o autor, era um traço central das redes de sociabilidade homossexual em Berlim Oriental.

Tais reflexões realizadas dois anos após a queda do Muro de Berlim, ainda que limitadas e restritas a personalidades intelectuais da RDA, atestam como havia uma rede/cultura própria de sociabilidade homossexual na RDA, com traços bastante distintos daqueles encontrados no intercâmbio proporcionado após os eventos de 1989. Não se trata, portanto, de uma tentativa de *cópia* malsucedida daquilo em curso na Alemanha Ocidental ou, então, uma ausência total de uma sociabilidade homossexual na Alemanha Oriental, reinando *a priori* apenas um estado de repressão generalizado - como muito era disseminado nos discursos que atravessavam o contexto de enfrentamento ideológico da Guerra Fria.

É preciso compreender, portanto, como se desenvolveram os discursos que atestavam uma repressão total atrás da Cortina de Ferro¹⁰³ e a inexistência de espaços homossexuais de sociabilidade em locais como a Alemanha Oriental – crenças que vão em desencontro ao que é percebido na entrevista de Lemke e que a pesquisa aqui desenvolvida pretende demonstrar. Nesse sentido, pressupostos eurocêntricos e imperialistas, sobretudo dentro de uma lógica político-discursiva de Guerra Fria, observam a ECL¹⁰⁴ como o *Outro* intermediário em relação ao Ocidente. A antropóloga Jill Owczarzak, ao propor uma abordagem que intersecta os estudos pós-coloniais às análises da experiência pós-socialista na região, sugere que a ECL é há muito observada como “nem totalmente civilizada nem totalmente selvagem” (Owczarzak, 2009, p. 4, tradução nossa¹⁰⁵). A autora localiza a origem de tal discurso em um período bastante anterior a Segunda Guerra Mundial ou ao período da Guerra Fria: o Iluminismo do século XVIII. A noção da ECL como um território habitado por um povo “bárbaro” teria sido nesse período disseminada, mas revisitada e atualizada durante os conflitos armados e ideológicos do século XX. Tal lógica teria ainda sido empreendida a fim de interpretar a experiência pós-socialista da região, a qual de forma perene foi vista como atrasada em relação ao Ocidente.

¹⁰³ Feuerlicht (1995) atesta que o termo ficou popularmente conhecido após um discurso de Winston Churchill em 1946 em que a expressão foi utilizada para representar a divisão ideológica (comunismo/capitalismo) em curso na Europa. O termo foi largamente utilizado durante o período da Guerra Fria e é hoje presente em grande parte das historiografias sobre o período. Feuerlicht chama atenção, no entanto, que a expressão tem uma origem bem mais antiga e que seu uso moderno foi cunhado em 1945 pelo Ministro de Propaganda nazista, Joseph Goebbels..

¹⁰⁴ A ideia de Europa Central e do Leste segue a conceituação de Kramer (2003), para o qual o termo deve ser entendido tanto em um “senso político como geográfico. Ele se refere aos seis países além da União Soviética que eram membros do Pacto de Varsóvia até meados de 1991: Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Romênia.” (p. 179). No original: “[...] political as well as geographic sense. It refers to the six countries other than the Soviet Union that were members of the Warsaw Pact until mid-1991: Bulgaria, Czechoslovakia, East Germany, Hungary, Poland, and Romania.”.

¹⁰⁵ No original: “[...] neither fully civilized nor fully savage.”

A noção da ECL como uma região *a priori* atrasada em relação ao Ocidente – o qual nesses discursos eurocêntricos e imperialistas corresponderia à Europa Ocidental e à América do Norte – obviamente possui implicações nas formas com que as experiências de sexualidades dissidentes nessas regiões foram interpretadas para a História LGBTQIA+ global. Para o historiador Lukasz Szulc, quatro mitos principais estariam relacionados a certos preceitos errôneos sobre a História LGBTQIA+ da região. Eles seriam

(1) a homogeneidade e (2) a essência da região, assim como (3) a narrativa teleológica sobre a transição da ECL depois de 1989 do comunismo para ideais ocidentais de capitalismo, democracia e ética. Eles se baseiam todos em outro mito, o de (4) quase total isolamento da ECL durante a Guerra Fria, e decorrem da desistoricização da homossexualidade na região (Szulc, 2018, p. 5, tradução nossa¹⁰⁶).

Apesar do mito de total isolamento atrás da Cortina de Ferro já ter sido frequentemente questionado¹⁰⁷, discursos que o reproduzem ainda encontram aderência tanto no imaginário popular sobre a Guerra Fria como também em historiografias. No caso alemão oriental, a ideia de isolamento se torna ainda mais simbólica e insuscetível de contestação, especialmente devido à materialidade dada à noção a partir do Muro de Berlim. Assim, os mitos apresentados por Szulc, fortemente informados pela ideia de isolamento atrás da Cortina de Ferro, desistoricizam a homossexualidade na região - assim como as outras dissidências de gênero e/ou sexualidade – através de uma série de apagamentos e da essencialização da região a partir de um raciocínio centrado na ideia de opressão e atraso (em relação ao Ocidente).

O eurocentrismo e a colonialidade do saber que imbricaram tais noções sobre a ECL estimularam após 1989 o discurso de que com o final da Guerra Fria a região entraria em uma espécie de “retorno para a Europa”. Ou seja, a ECL deveria vencer o seu suposto atraso em relação à Europa Ocidental, em uma espécie de “colonização voluntária” (Szulc, 2018, p. 6). No interior de tal lógica, o período anterior à queda do Muro de Berlim e do Bloco Soviético como um todo é “percebido como perdido, uma espécie de não-tempo sem avanços econômicos, políticos e sociais, incluindo a ausência de alguma adoção de direitos LGBT e nenhum desenvolvimento de ativismo LGBT” (Szulc, 2018, p. 6, tradução nossa¹⁰⁸).

¹⁰⁶ No original: “[...] (1) the homogeneity and (2) the essence of the region, as well as (3) the teleological narrative of the CEE’s ‘transition’ after 1989 from communism to Western ideals of capitalism, democracy and ethics. They are all based on yet another myth of (4) the near total isolation of CEE during the Cold War, and stem from the dehistoricization of homosexuality in the region.”

¹⁰⁷ Richmond (2003), por exemplo, traz um trabalho de História Cultural em que observa, principalmente, as trocas culturais atravessando a Cortina de Ferro – algo que problematiza e complica a manutenção da ideia de total isolamento. O autor observa as dinâmicas dessas trocas, assim como as implicações políticas, sociais para a queda do Bloco Soviético.

¹⁰⁸ No original: “[...] perceived as wasted, a kind of no-time of no economic, political and social advancements, including the absence of any adoption of LGBT rights and any development of LGBT activism.”

É possível perceber, dessa forma, que tais interpretações sobre a ECL, a Guerra Fria e os eventos de 1989 operam a partir da lógica de descontinuidades. Se a “fantasia-de-difusão-a-partir-de-Stonewall” (Baccheta, 2002) em sua insistência na descontinuidade apaga toda uma pré-história e coloca Stonewall como início indiscutível da radicalidade do movimento de liberação gay nos EUA, os discursos sobre a ECL, especialmente sobre os eventos que levaram à queda do Bloco Soviético a partir de 1989, são interpelados também pela ideia de ruptura: antes não haveria ação política alguma ou sociabilidade LGBTQIA+ na região e agora com o “retorno a Europa” essa situação de total repressão se transformaria. Portanto, a ideia de total isolamento

possibilita e reforça o mito de uma ECL homogênea, essencialmente diferente do Ocidente, pelo menos em termos de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. E é a ideia de quase total isolamento do Bloco Oriental, combinada com a noção de estagnação comunista (o não-tempo comunista), que perpetua a narrativa teleológica de uma transição da ECL de uma situação sem ativismo e direitos LGBT para uma com éticas ocidentais de gênero e sexualidade. O ano de 1989 [...] marca o fim do isolamento e, portanto, é estabelecido como o início dos tempos para a ECL: o início do processo de alcançar o Ocidente, assim como o início da introdução de direitos LGBT e a emergência de ativismo LGBT (Szulc, 2018, p. 7, tradução nossa¹⁰⁹).

A colonialidade e o eurocentrismo que embasam tais conceituações apagam a História LGBTQIA+ da região no período anterior a 1989 e excluem esse terreno das discussões sobre os direitos de tais indivíduos. A ECL – no interior dessas interpretações – teria entrado nos debates sobre os direitos LGBTQIA+ apenas quando deixa de existir como um bloco político-ideológico, ou seja, após a queda do comunismo no continente (Szulc, 2018, p. 42). A fim de superar tais interpretações, mais do que apenas reconhecer as pretensões eurocêntricas e imperialistas que as cercam, é necessário observar 1989 – ou então as revoltas de Stonewall – como eventos catalíticos (Darsey, 1991), ao invés de torná-los “pontos de início dos movimentos LGBT ou de globalização sexual” (Szulc, 2018, p. 47, tradução nossa¹¹⁰).

Portanto, nos próximos capítulos pretendo traçar exatamente o oposto ao que tais interpretações têm usualmente atestado à História LGBTQIA+ da ECL, aqui mais especificamente a Alemanha Oriental. As dissidências de sexualidade no antigo regime alemão socialista certamente enfrentavam um regime opressor e cujo projeto de sociedade almejado

¹⁰⁹ No original: “[...] enables, and reinforces, the myth of a homogenous CEE, essentially different from the West, at least in terms of gender- and sexuality-related issues. And it is the idea of the near total isolation of the Eastern Bloc, combined with the notion of communist stagnation (communist no-time), that perpetuates the teleological narrative of CEE’s transition from no LGBT rights and activism to a Western ethics of gender and sexuality. The year 1989 [...] marks the end of the isolation and, thus, is established as the beginning of time for CEE: the beginning of the process of catching up with the West as well as the beginning of the introduction of LGBT rights and the emergence of LGBT activism.”

¹¹⁰ No original: “[...] beginning points of LGBT movements or sexual globalization.”

não encontrava, em grande parte da história da RDA, espaço para a homossexualidade. No entanto, como veremos, desde a década de 1970 se desenvolveu um movimento e redes de sociabilidade homossexuais no país, os quais mantinham, largamente, fluxos de trocas e influências com outros países – dentro e fora da Cortina de Ferro, ou do Muro de Berlim. Observaremos, portanto, que em 1968 o governo alemão oriental descriminalizou a homossexualidade – superando em um ano a mesma medida na Alemanha Ocidental. Contemplaremos também como já em 1973 foi criado em Berlim Oriental o primeiro grupo homossexual organizado da ECL - o *Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin* (HIB) – e como que durante os anos 1980 uma segunda onda do movimento homossexual e lésbico alemão oriental se desenvolveu, operando, em grande parte, sob respaldo da Igreja Protestante em uma atitude contestadora ao regime político em curso no país. Além disso, poderemos observar na RDA o movimento homossexual e lésbico transpondo o Muro de Berlim de forma multidirecional: um fluxo de trocas pujante com o movimento homossexual da Alemanha Ocidental, em especial com Berlim Ocidental; o diálogo com o movimento homossexual britânico, especialmente no *Weltfestspiele* em 1973; e o protagonismo do movimento homossexual e lésbico da RDA entre os países da ECL, sendo um dos movimentos mais desenvolvidos atrás da Cortina de Ferro e operando como inspiração para os dissidentes de sexualidade de outros países. Por fim, vale destacar que também perceberemos que os contatos transnacionais atuavam em convergência e divergência: se por um lado a RDA estava inserida em tendências econômicas e culturais globais – o que influenciava esse movimento homossexual e lésbico, e é mais uma evidência contra o mito de total isolamento – o movimento homossexual e lésbico alemão oriental não era, em grande parte, contra o ideal socialista promovido pelo Estado da RDA e almejava as sexualidades dissidentes reconhecidas dentro desse projeto de sociedade. Dessa forma, 1989 não inaugura a discussão sobre os direitos LGBTQIA+ na região nem observa a emergência de um movimento das sexualidades dissidentes, já que estes existiam há pelo menos duas décadas. Além disso, a História LGBTQIA+ na região não pode ser apreendida dentro da lógica do atraso ou da mímica em relação ao Ocidente, mas considerando outras noções de ação política homossexual, a multidirecionalidade de fluxos e trocas globais, assim como a diversidade de protagonismos.

2.2.2 Brasil: diversificando as lentes teóricas sobre a homossexualidade

Sobre o contexto brasileiro, um interesse significativo das historiografias pela homossexualidade e as outras identidades de gênero e/ou sexualidade dissidentes é um

fenômeno recente, especialmente a partir das duas primeiras décadas do século XXI. Como observam o historiador Elias Ferreira Veras e a historiadora Joana Maria Pedro, os estudos sobre as homossexualidades no Brasil desde a década de 1970 se concentraram, em grande medida, na antropologia e na sociologia. Tal invisibilidade no campo da História não poderia ser creditada a uma carência de fontes, já que estas seriam resultados do próprio processo interpretativo que governa a operação historiográfica. Por isso, a supressão da homossexualidade – assim como outras identidades de gênero/sexualidade – pode ser explicada “pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história: sobretudo, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico, que, ao eleger determinados temas – eleição política – deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias” (Pedro; Veras, 2015, p. 96). Ou seja, as escolhas políticas que atravessam a pesquisa acadêmica explicam, em grande medida, essa exclusão. Tais negociações políticas são dadas não apenas pela ação individual do historiador, mas estão também condicionadas às dinâmicas institucionais da pesquisa, à oferta de financiamentos, entre outras variantes que impactam e (re)direcionam os rumos da ciência no país. Portanto, voltar-se para as homossexualidades nas historiografias “significa fazer uma releitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas, bem como realizar uma crítica ao fazer historiográfico tradicional” (Pedro; Veras, 2015, p. 104).

Nesse sentido, Rhanielly Pinto e e Jorge Alves traçam um importante olhar para as contribuições da historiografia brasileira sobre as masculinidades gays no Brasil. A partir do compilado apresentado pelos autores (Pinto; Alves, 2020), é possível apreender que uma preocupação a partir de uma perspectiva global para com o movimento LGBTQIA+ brasileiro ou as identidades homossexuais no país ainda apresenta estreita adesão. É claro que um diálogo ou uma atenção transnacional pode despontar como transversal a certos trabalhos. Porém, majoritariamente não há um protagonismo dessas discussões nessas pesquisas – situação que fica ainda mais escassa se pensarmos no que tem sido produzido em História Global no Brasil. Portanto, para que possamos traçar um olhar breve sobre como o movimento homossexual/LGBTI+ no Brasil e suas identidades têm sido analisadas a partir de um olhar global, é necessário voltarmos sempre para trabalhos na antropologia, sociologia e áreas afins.

Por esse ângulo, Richard Parker - antropólogo estadunidense brasilianista - se sobressai como um dos nomes centrais que empreenderam uma preocupação global para analisar as identidades homossexuais no país, suas ações políticas e de sociabilidade, assim como as relações transnacionais juntas ao processo de globalização. Destaco, nesse sentido, sua obra “Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil”, publicada originalmente em inglês em 1999 e traduzida para o português em 2002.

Uma das principais aspirações do pesquisador nessa obra é realizar uma pesquisa que considere as relações entre global e local, mas que supere a dicotomia eurocêntrica e imperialista entre *Ocidente* e o *Resto*. No entanto, mesmo com suas pretensões contra hegemônicas, o antropólogo comete certas interpretações que, pelo contrário, reafirmam tal dicotomia e a ideia de difusão unidirecional dos EUA/Europa Ocidental para o “resto”.

Assim como o antropólogo Peter Fry nos anos 1970, Parker observa os modelos taxonômicos para se organizar e interpretar as sexualidades no Brasil. Logo, o autor também nota dois modelos: um hierárquico, direcionado especialmente às noções de gênero; e outro igualitário, particularmente engendrado a partir de um discurso médico. Porém, suas observações a partir dessa contestação localizam o Brasil entre os polos de “tradição” e “modernidade”, sendo o último proveniente dos EUA e da Europa e o primeiro “tipicamente” ligado ao machismo latino-americano e resultado de uma economia de *plantation*. Ou seja, para ele, o modelo hierárquico – em suas palavras “tradicional” – deve ser

ancorado em um conjunto mais amplo de significados e práticas que em todo o mundo latino passou a ser conhecido genericamente como ‘machismo’ [...] E no Brasil, pelo menos, pode estar enraizado ainda no complexo sistema cultural e social que foi gradualmente formado em torno de um modo concreto de produção – a economia rural de *plantation* que dominou a vida brasileira durante quase quatro séculos, e que só muito recentemente deu lugar (ainda que parcialmente) à rápida urbanização e industrialização dos últimos cinquenta anos (Parker, 2002, p. 54).

A leitura que Parker faz do modelo taxonômico hierárquico – centrado nas concepções de gênero - como representante de uma “tradição” decorrente do suposto machismo latino-americano e da economia de *plantation* desconsidera, por exemplo, que George Chauncey (1994) observou um modelo hierárquico bastante semelhante em Nova York no período já anterior a Segunda Guerra Mundial e que encontrava bastante adesão até pelo menos a década de 1950 – posteriormente sendo relacionado a certas hierarquias de classe. Portanto, na análise provida por Parker,

a transformação do popular em nacional é tão temerária quanto o enraizamento da “tradição brasileira” em um modo de produção particular, a *plantation*. Como a oposição ativo/passivo e as categorias sexuais que organizava estavam presentes em lugares em que não havia *plantation*, como os países europeus, a maior parte dos EUA e vários outros da própria América Latina, a afirmação se reduz a uma espécie de fantasia economicista (Carrara; Simões, 2007, p. 91).

Se por um lado Parker desconsidera esses paralelos que Carrara e Simões (2007) traçam entre diversos países da América Latina e nos EUA, ele mesmo parece se contradizer. Em uma das notas de rodapé, o antropólogo - apesar de não notar as evidências do mesmo modelo em solo estadunidense - realça pesquisas que observam o modelo hierárquico não somente em

diversos países da América Latina, mas também territórios do Mediterrâneo e em “várias áreas culturais ainda mais distantes” (Parker, 2002, p. 329). De alguma forma, tal constatação ficou restrita a uma nota de rodapé e certamente complicaria bastante a argumentação defendida pelo autor. Ademais, outro ponto problemático a ser destacado é que Parker em suas discussões prioriza a observação de fluxos em sentidos de importação e exportação. Isso fica evidente quando o autor alega que é necessário um maior engajamento a fim de compreender de forma mais plena a “incorporação global de racionalidades médicas e científicas ocidentais” (Parker, 2002, p. 66)¹¹¹. Por isso, Carrara e Simões chamam a atenção para como Parker insiste em uma diferença essencial entre a cultura brasileira e latino-americana em relação ao Norte Global. Dessa forma,

a sociedade brasileira “se defronta” e “interage” com o Ocidente como se não tivesse sido parte dele desde sempre. O esforço de Parker em ultrapassar uma abordagem simplista da relação “norte”/“sul” ou “centro” /“periferia” deve ser reconhecido, mas, em seu modelo de análise, as culturas periféricas somente seriam “ativas” dentro dos limites impostos por uma “passividade” englobante ou estrutural. O movimento inicial que acontece no “centro” independe delas. Elas o incorporam, processam e, dadas certas circunstâncias especialíssimas, conseguem exportá-lo reelaborado. O movimento tem sua origem sempre em seu “exterior” (Carrara; Simões, 2007, p. 92).

Altman, como destaquei nas seções anteriores, em seu artigo *Global Gaze/Global Gays*, acertou ao notar a necessidade de olhar para processos globais e a questão das identidades homossexuais. A grande crítica a ele é ter apreendido tais processos a partir da lente singular que vislumbra uma irrefreável homogeneização e americanização. Parker tenta evitar a mesma trajetória argumentativa de Altman, mas ainda reproduz lógicas de importação e exportação cujas dinâmicas enxergam o centro exclusivamente nos EUA e Europa Ocidental, como também ignora paralelos entre os imaginados Norte e Sul Globais que certamente contestariam noções do que é “tradicional”, “moderno”, “ocidental” e “não-ocidental”. Além disso, o protagonismo desses processos é banido ao Brasil e outros países da América Latina.

Se ao se debruçar sobre as identidades homossexuais no Brasil ainda há claramente um discurso que não escapa do eurocentrismo e de certa colonialidade historiográfica, isso também pode ser apontado entre as análises feitas sobre a história do MHB. A fim de ilustrar o problema de tais abordagens, cito o trabalho de José Gomes e Maria Zenaide, no qual os autores almejam discutir a noção de cidadania a partir da história do movimento homossexual/LGBTQIA+ no país. Em uma breve apresentação contextual sobre a formação do MHB, os pesquisadores

¹¹¹ Dessa citação, poderíamos apontar não apenas a lógica de exportação/importação, mas também a noção de que tais racionalidades seriam exclusivamente ocidentais. Ora, certamente não devemos negar a relevância do conhecimento médico ocidental, mas é relevante localizar a colonialidade do saber e as dinâmicas geopolíticas desiguais que atravessam tais processos. O problema aqui é localizar tais noções modernas sobre a homossexualidade exclusivamente no Ocidente e presumir uma abrangência e aderência global a tais noções.

reproduzem diversas noções atreladas ao mito de difusão a partir de Stonewall (Gomes; Zenaide, 2019) – o que é bastante simbólico, já que o texto é de 2019 e reflete como essas noções continuam perenes na academia brasileira. Os autores subscrevem totalmente ao discurso da descontinuidade, começo e difusão a partir de Stonewall e chegam a atestar, por exemplo, que teria sido “exatamente nos Estados Unidos que aconteceu o surgimento do Movimento Homossexual Moderno” (Gomes; Zenaide, 2019, p. 5). Além disso, afirmam que o movimento LGBTQIA+ contemporâneo teria “seu surgimento marcado pela Revolta de Stonewall, que influenciou a expansão da luta contra a intolerância em outros países, inclusive no Brasil” (Gomes; Zenaide, 2019, p. 8). Grande parte dessas considerações é embasada pelos autores a partir de um artigo de James Green, no qual é sugerido que os movimentos homossexuais que surgiram na década de 1970 teriam se inspirado “no massivo movimento de gays e lésbicas nos EUA” (Green, 2003, p. 17).

Mais uma vez devo frisar que não se trata de recusar a relevância que Stonewall exerceu e que ainda exerce para a História LGBTQIA+ global. E também não podemos omitir as experiências de ativistas nos EUA e na Europa Ocidental e que viriam a ter protagonismo no MHB: como é o caso do João Silvério Trevisan (Trevisan, 2018), do João Antônio Mascarenhas (Howes, 2003) ou do próprio James Green, por exemplo. Porém, acredito ser problemático localizarmos em Stonewall uma centralidade de influência para a origem do MHB.

No quarto capítulo veremos que o Brasil possui uma pré-história queer rica anterior ao MHB, especialmente antes do estabelecimento do AI-5 em 1968 ou do golpe militar de 1964. Carmen Guimarães (2004) aponta, por exemplo, para as construções de vários grupos e espaços de sociabilidade homossexuais no Rio de Janeiro durante a década de 1960. Já Rogério Costa discorre sobre a importância do *O Snob*, publicação independente voltada ao público homossexual no início da década de 1960 e que, assim como muitas outras ações, se viu impossibilitada de dar continuidade a suas atividades por conta da ditadura militar, particularmente a partir do AI-5. Assim, temos dois exemplos dentre inúmeros outros que poderiam ser citados a fim de apontar para o Lâmpião da Esquina ou o Grupo Somos a partir de 1978 como a materialização de um fortalecimento e resistência que estavam sendo empreendidos já há algum tempo. Como sugere a pesquisadora Regina Facchini (2005), se não fosse pelo golpe de 1964 e as subsequentes ações de censura e repressão, talvez um movimento homossexual no Brasil já teria se desenvolvido na segunda metade dos anos 1960.

Não podemos desconsiderar também que os fluxos e influências que chegavam dos Estados Unidos ou de outras localidades, especialmente do Norte Global, não tinham uma adesão unânime e sem resistência pelo MHB. A resistência, por exemplo, dos próprios

participantes do movimento em relação à categoria de identificação *gay* – com alguns tomando o termo a partir do neologismo *guei*, a fim de combater o imperialismo observado nessa adoção – demonstra a multidirecionalidade e o papel da agência dentro de trocas globais. O movimento homossexual no país não teria surgido, portanto, apenas através da influência de Stonewall, mas a partir de diversos fluxos multidirecionais de trocas globais e como resposta à realidade política, social e cultural local. Além disso, o período de distensão política e da contracultura certamente devem ser tomados dentro desse caldeirão complexo que engendra o contexto de surgimento do MHB. Defendo, dessa forma, que, ao contrário da reprodução da “fantasia-de-difusão-a-partir-de-Stonewall”, é necessário um olhar mais complexo e antenado à complexidade que envolve processos globais interagindo com demandas locais. Pretendo também demonstrar como o MHB ocupou posições de protagonismos em uma rede global de movimentos homossexuais e foi tomado, em alguns momentos, como exemplo e influência para a luta pelos direitos homossexuais em outras localidades. Portanto, observar o MHB a partir da História Global não é apenas traçar influências e trocas com o exterior que tenham penetrado o movimento no país, mas notar também os impactos do MHB e alguns dos fluxos globais os quais ele atravessava e pelos quais era também atravessado.

Analisar, portanto, os movimentos homossexuais do Brasil e da RDA – o primeiro na América Latina e o segundo na ECL, ou seja, intermediários entre o “ocidente” e o “outro” - entre 1973 e 1989 a partir de uma perspectiva de História Global é partir de uma lente global, mas não contida especificamente na observação de processos convergentes – muitos menos homogeneizantes. Trata-se perceber as “redes” e os “fluxos”. Para Szulc, ao se observar processos globais, especialmente ligados às identidades e movimentos dissidentes da cisheteronormatividade, deve-se tomar o mundo globalizado através da noção de “redes”. Essas redes são compostas por diversos

nós – entendidos como localizações geográficas ou, mais precisamente, entidades geopolíticas – e conexões entre os nós. Acho a metáfora da rede útil porque [...] ela nos permite reconhecer (1) estruturas geopolíticas: alguns nós são mais influentes que outros (centros e periferias), o que exige de nós que sejamos ‘críticos dos modos em que o centro ocupa a periferia’; e (2) a multiplicidade de conexões entre os nós, o que nos ajuda a ir além da tese de ‘homogeneização’ e ampliar nosso foco para considerar a real diversidade de influências (Szulc, 2018, p. 220, tradução nossa¹¹²).

¹¹² No original: “[...] nodes—understood as geographical locations or, more accurately, geopolitical entities—and connections between the nodes. I find the network metaphor useful because [...] it allows us to recognize (1) geopolitical structures: some nodes are more influential than others (centres and peripheries), which requires from us that we remain ‘critical of the ways in which the center occupies the peripheries’; and (2) the multiplicity of connections between nodes, which helps us to go beyond the thesis of ‘homogenization’ and broaden our focus to consider the actual diversity of influences

Observar os movimentos homossexuais no Brasil e na Alemanha Oriental a partir de um olhar global e considerando a noção de rede me parece bastante pertinente. Junto a ideia de redes, considero também a concepção de “fluxos”, os quais devem ser tomados como multidirecionais. Ou seja, esses fluxos “não ocorrem somente a partir dos centros para as margens, mas também das margens para os centros, como também entre os centros e entre as margens, mesmo que eles não sejam todos da mesma intensidade” (Szulc, 2018, p. 223, tradução nossa¹¹³). Analisar, portanto, os dois contextos aqui propostos possibilita exatamente traçar novos fluxos dentro de uma rede global, o que diversifica como a História LGBTQIA+ global é contada. Pode-se, dessa maneira, apreender novos centros, fluxos multidirecionais e outros protagonismos que não estão restritos à narrativa de influência de Stonewall, por exemplo. Por outro lado, ao observar os dois contextos e compará-los, podemos concomitantemente também abranger as análises sobre os impactos que ambos os regimes autoritários – de natureza e trato ideológico diversos e antagônicos dentro do contexto da Guerra Fria – tiveram sobre as sexualidades dissidentes.

¹¹³ No original: “[...] they do not run only from centres to margins but also from margins to centres as well as between centres and between margins, even if they are not all of the same strength.”

3 CAPÍTULO 2 – AMBIVALÊNCIA ALEMÃ ORIENTAL: RESISTÊNCIAS DISSIDENTES ATRÁS DO MURO DE BERLIM

Rudolf Klimmer, nascido em Dresden em 1905 e graduado como médico em 1930, é um dos principais exemplos de um homossexual que sofreu não apenas a perseguição nazista, mas que teve que lidar com as ambivalências do governo alemão oriental e com o silenciamento público sobre as sexualidades dissidentes. Por ser membro do *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD – Partido Comunista Alemão) durante a República de Weimar, no período entre guerras, Klimmer teve seu posto de médico assistente na Universidade de Leipzig cancelado logo que os nazistas chegaram ao poder em 1933. No entanto, a perseguição à Klimmer chegaria ao seu ápice não por sua posição política, mas as acusações que recebeu sobre sua homossexualidade, sendo enquadrado no parágrafo 175, a legislação alemã que desde a unificação do país era utilizada para enquadrar e prender homens acusados de atos homossexuais, como veremos melhor adiante. No fim de 1937, Klimmer foi preso em Frankfurt am Main acusado de violar o parágrafo 175 por ter sido flagrado com um garoto de programa. Sua sentença veio logo em 1938, cumprindo cinco meses preso e recebendo uma proibição de cinco anos para cargos de serviço público. Apesar de Klimmer não ter sido levado a algum campo de concentração – o que não foi o caso para milhares de outros homossexuais – ele seria acusado e preso novamente em 1941¹¹⁴.

Levando em conta a sua perseguição sob o regime nazista e seu conhecimento médico, que o levou a se tornar um dos sexólogos pioneiros na RDA, Klimmer se tornou uma das principais vozes contra a criminalização da homossexualidade no período imediato do pós-Guerra. Já em 1946, momento em que a RDA ainda não era um Estado oficial, mas uma zona de ocupação soviética na parte leste de território alemão, ele pleiteou para que Associação dos Perseguidos pelo Regime Nazista (*Vereinigung der Verfolgten des Naziregimes*) reconhecesse os homossexuais como parte das vítimas da ditadura de Hitler e buscasse reparação para tais indivíduos (Steinle, 1997, p. 200). Dessa forma, Klimmer iniciava uma cruzada pessoal de duas décadas na sociedade alemã oriental do pós-guerra defendendo a descriminalização da homossexualidade e o reconhecimento das vítimas homossexuais no que seria um dos cernes ideológicos da RDA, a chamada luta antifascista. Esse discurso se baseava na ideia de que os comunistas teriam sido a principal resistência ao nazismo, o que não apenas justificaria a ocupação soviética no território, mas também seria instrumentalizado para a legitimação da

¹¹⁴ RUDOLF Klimmer: Arzt und Sexualwissenschaftler. Disponível em: <http://www.klimmer.rosa-winkel.de/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

declaração de um Estado separado, a RDA. Esse discurso seria constantemente reiterado nessa sociedade, aparecendo, por exemplo, nas falas de seus cidadãos, como é no caso do livro *Ganz Normal Anders: Auskünfte schwuler Männer* de Jürgen Lemke, lançado em 1989, contendo depoimentos de diversos homossexuais moradores da RDA, e considerado o primeiro livro do gênero no Leste Europeu. Entre as narrativas apresentadas, um dos entrevistados atesta que em sua infância havia um sentimento de orgulho constante pelo fato de seu pai “pertencer àqueles que liberaram a Alemanha do fascismo” (Lemke, 1989, p. 41, tradução nossa¹¹⁵). Percebe-se, assim, que o Estado alemão oriental incumbia em sua narrativa oficial e em seus cidadãos o seu preceito antifascista, algo que já começava a ser propagado no imediato pós-guerra.

Já em 1948, um ano antes da fundação oficial do Estado da RDA, Klimmer percebia a centralidade que o discurso antifascista ganhava entre as autoridades daquela zona de ocupação e, portanto, passou a intensificar a sua campanha que procurava utilizar da perseguição nazista homossexual como argumento para a descriminalização da homossexualidade no futuro Estado alemão socialista. Nesse sentido, Klimmer escreveu, por exemplo, em 1948 a autoridades do estado de Thüringen denunciando um professor universitário que não apenas teria sido membro do partido nazista, mas também escrito materiais de cunho antisemita e que impulsionavam a perseguição nazista aos homossexuais¹¹⁶. Assim, o médico procurava mostrar que a perseguição aos homossexuais durante o Terceiro Reich estava intrínseca à ideologia nazista.

As correspondências e petições de Klimmer o colocaram em contato com diversas autoridades da zona de ocupação soviética e que viriam a exercer cargos importantes na futura Alemanha Oriental. No entanto, grande parte das respostas recebidas não confirmava um engajamento na direção almejada por Klimmer. É o caso, por exemplo, do vice-presidente responsável pelo Ministério da Saúde que, já em junho de 1947, havia se posicionado a favor do fim do 175, mas observado que não havia possibilidade política naquele momento, atestando a existência de tarefas mais urgentes¹¹⁷. Ou seja, por mais que a campanha do médico naquele período fosse extremamente corajosa e tivesse chamado a atenção de diversas autoridades para o problema colocado pela criminalização da homossexualidade, as tentativas realizadas por Klimmer para a descriminalização ou a compensação aos homossexuais vítimas do nazismo falharam (Jensen, 2002, p. 324). Observa-se, dessa forma, um dos primeiros sinais do traço

¹¹⁵ No original: “[...] daß mein Vater zu denen gehörte, die Deutschland vom Faschismus befreit hatten“.

¹¹⁶ Carta de Rudolf Klimmer ao Herrn Generalstaatsanwalt im Lande Thüringen, 4 jun. 1948. Arquivo Schwules Museum, Nachlass Rudolf Klimmer, Korrespondenz zum 175 (1947-1963).

¹¹⁷ Carta do Vizepräsident der Deutsche Zentralverwaltung für das Gesundheitswesen ao Rudolf Klimmer, 4 jun. 1947. Arquivo Schwules Museum, Nachlass Rudolf Klimmer, Korrespondenz zum 175 (1947-1963).

ambivalente que marcaria a história das sexualidades dissidentes na RDA: se, por um lado, reconhecia-se a proposta antifascista do projeto socialista para uma nova Alemanha, os homossexuais não exerceriam uma participação ativa, pelo menos não publicamente.

3.1 RESISTÊNCIAS QUEER NA ALEMANHA: PRIMEIROS PROTAGONISMOS

Klimmer, no entanto, não estava inaugurando uma nova discussão na sociedade alemã, mas dando continuidade a um debate sobre a descriminalização da homossexualidade que havia começado no fim do século XIX e que foi interrompido durante os 12 anos de ditadura nazista e retornaria no pós-guerra, sendo apenas totalmente superado em 1994, após a reunificação alemã. Observar o desenvolvimento desse debate é relevante, pois denota uma herança discursiva e legal sobre a homossexualidade que a RDA herdaria e teria que ressignificar aos novos preceitos do projeto de sociedade socialista que este Estado almejava desenvolver.

Berlim pode ser considerada o local medular para o desenvolvimento de uma identidade moderna homossexual e uma primeira construção discursiva e imagética de capital global gay. Em 1862, o jurista Karl Heinrich Ulrichs escreveu uma carta ao seu irmão relatando sua vida em Berlim e que acabou sendo um dos primeiros registros de um *coming out* - ou assumir-se homossexual. Ao cunhar o termo *uraniano* para designar indivíduos que posteriormente seriam conhecidos e identificados como homossexuais, Ulrichs atestou que “Berlim me parece ser o quartel-general dos Uranianos” (Dobler, 2003, p. 9, tradução nossa¹¹⁸). Assim, ele narrava um processo que começaria no fim do século XX e atingiria seu apogeu na República de Weimar, período em que a capital alemã ficou internacionalmente famosa pela sua noite libertária e a sua subcultura homossexual desenvolvida.

Em 1907, sete anos antes da capital alemã sofrer as crises impostas pela Primeira Guerra Mundial, um *uraniano* – ou homossexual, como tais sujeitos cada vez mais passavam a se intensificar – podia se dirigir ao bar Mikado no entorno da Potsdamer Platz, uma das regiões centrais mais movimentadas de Berlim já naquele período. O Mikado era o estabelecimento homossexual mais conhecido de Berlim e sua fama ultrapassava a subcultura homossexual, sendo conhecido pelos frequentadores da noite da capital do Império Alemão e proibido aos soldados durante a Primeira Guerra (Dobler, 2003, p. 48). Saindo do Mikado, era possível também comprar em algumas das bancas de jornais e revistas da capital o jornal *Der Eigene*, o qual era publicado desde o final do século XIX e é reconhecido como a primeira publicação

¹¹⁸ No original: “In Berlin scheint allerdings auch mir ein Hauptsitz der Uranier zu sein“.

homossexual da história (Dobler, 2003, p. 35). Caso ainda desejasse, um sujeito homossexual nesse período poderia atravessar os limites dos estabelecimentos e publicações da subcultura homossexual e procurar uma atividade política sob o olhar público e se tornar membro do *Das Wissenschaftlich-humanitäre Komitee* (WhK), a primeira organização homossexual do mundo. O WhK, criado em 1897, tinha como objetivo promover e alcançar um projeto de emancipação homossexual e contava com a direção de Magnus Hirschfeld, o médico e sexólogo que se tornaria mundialmente conhecido e um dos nomes principais do movimento homossexual alemão anterior à Segunda Guerra Mundial (Dobler, 2003, p. 32).

Se, por um lado, essas possibilidades homossexuais de sociabilização, fontes de informação e associações disponíveis em Berlim naquele momento denotam uma efervescência dissidente no começo do século XX, há também um outro lado nesse processo: o constante preconceito e a perseguição legal e policial aos quais os homossexuais se viam submetidos. Tal opressão era melhor representada e colocada em prática pela existência do parágrafo 175, o qual tinha sido adotado do código penal prussiano no momento da unificação alemã em 1871. Dessa forma, o parágrafo 175, em sua versão original, definia: “a fornicação antinatural cometida entre pessoas do sexo masculino, ou entre homens e animais, será punida com prisão; perda de direitos civis também pode ser reconhecida” (Kappe, 1991, p. 210, tradução nossa¹¹⁹). Observava-se, dessa forma, a solidificação de um processo de secularização da perseguição aos homossexuais nos territórios germânicos. Se nos séculos anteriores, a criminalização da homossexualidade era dada através de um discurso pautado na moral religiosa, via-se, no fim do século XIX e no decorrer do século XX, uma criminalização baseada em pressupostos médicos e jurídicos, que definiam noções de normalidade, anormalidade ou, então, antinatural.

É nesse entrecruzamento entre proliferação de espaços de sociabilidade, publicações e organizações homossexuais junto de uma definição legal da perseguição a essa sexualidade dissidente que Beachy defende que “a emergência de uma identidade baseada na noção de uma orientação sexual fixa foi inicialmente um fenômeno alemão e especialmente berlinense” (Beachy, 2014, p. 12, tradução nossa¹²⁰). Não se almeja aqui criar mitos fundadores dentro de uma historiografia queer. Pelo contrário, ao observar esses processos, para além de contextualizar uma herança história que a RDA teria de lidar, pretende-se notar como vértices de protagonismo no que concerne ao desenvolvimento de identidades LGBTQTIA+ e de criação

¹¹⁹ No original: „Die widernatürliche Unzucht, welche zwischen Personen männlichen Geschlechts oder von Menschen mit Thieren begangen wird, ist mit Gefängnis zu bestrafen; auch kann auf Verlust der bürgerlichen Ehrenrechte erkannt werden“.

¹²⁰ BEACHY, 2014, p. 12, tradução nossa. No original: “[...] the emergence of an identity based on the notion of a fixed sexual orientation was initially a German and especially a Berlin phenomenon”.

de organizações e grupos são descentralizados e antecedem os anos 1950 e 1960. Se em 1969 Nova York é um polo incontornável na História Queer global, no começo do século XX Berlim apresentava um protagonismo incontestável nesses processos e que definiria desafios e obstáculos específicos da sociedade alemã que os homossexuais da RDA, e também da Alemanha Ocidental, teriam de enfrentar no pós-guerra.

Esse processo de efervescência cultural dissidente, criação de espaços de sociabilidade homossexual e, principalmente, organização de movimentos por uma emancipação e descriminalização da homossexualidade alcançaria o seu ápice na República de Weimar, o período culturalmente rico, mas politicamente e economicamente conturbado dos anos entreguerras. Magnus Hirschfeld, o mesmo médico que havia fundado o WhK antes da Primeira Guerra, inaugurou o *Institut für Sexualwissenschaft* em 1918, um local destinado ao estudo científico da sexualidade humana, localizado na região do Parque Tiergarten, a poucas quadras do centro de decisão político alemão, o *Reichstag*. O instituto continha salas para exames médicos, escritórios, uma rica biblioteca e era o local do Museu Hirschfeld, o qual colocava à mostra de seus visitantes uma série de artefatos e pinturas relacionadas à sexualidade humana (Beachy, 204, p. 9). Christopher Isherwood, o famoso escritor homossexual britânico, que havia se encantado com a liberdade sexual e a efervescência cultural berlinense, tendo morado em Berlim até a ascensão dos nazistas, relembra a sua primeira visita ao museu de Hirschfeld. Ao observar as peças e pinturas ali expostas,

Christopher riu porque estava envergonhado. Ele estava envergonhado porque, finalmente, estava sendo colocado frente a frente com sua tribo. Até então, ele se comportava como se a tribo não existisse e a homossexualidade fosse um modo de vida privado descoberto por ele e alguns amigos. Ele sempre soube, é claro, que isso não era verdade. Mas agora ele era forçado a admitir parentesco com esses bizarros companheiros de tribo e seus costumes desagradáveis (Isherwood, 1976, p. 19, tradução nossa¹²¹).

Ou seja, o espaço criado por Hirschfeld representava não apenas as possibilidades de produção científica e cultural ao redor das sexualidades dissidentes naquele período, mas também simboliza o processo de uma construção coletiva em torno do que significava ser homossexual e a identidade que se projetava em cima desse desejo.

Para além do *Institut für Sexualwissenschaft* ou o WhK, outros grupos centrados na questão da homossexualidade também eram ativos no contexto da República de Weimar.

¹²¹ No original: “Christopher giggled because he was embarrassed. He was embarrassed because, at last, he was being brought face to face with his tribe. Up to now, he had behaved as though the tribe didn’t exist and homosexuality were a private way of life discovered by himself and a few friends. He had always known, of course, that this wasn’t true. But now he was forced to admit kinship with these freakish fellow tribesmen and their distasteful customs”.

Podemos citar o *Der Bund für Menschenrecht*, responsável pelos maiores bailes com um público particularmente homossexual e lésbico nesse período (Dobler, 2003, p. 77), ou o *Gemeinschaft der Eigenen*, dirigido por Adolf Brand e mantenedor de uma série de disputas políticas e teóricas com Hirschfeld (Dobler, 2003, p. 89). Essas organizações e as de Hirschfeld seriam as principais responsáveis – ainda com diferenças significativas teóricas e de estratégia política - por campanhas pela descriminalização da homossexualidade no território alemão, isto é, o fim do parágrafo 175. Para a historiadora Laurie Marhoefer, observar esse ativismo desenvolvido durante a República de Weimar é essencial para compreendermos o discurso político ativista homossexual que predominaria por grande parte do século XX. Para a pesquisadora, teria sido nesse período que “vários componentes característicos do movimento de liberação gay e lésbico do século XX foram pela primeira vez usados em um contexto de democracia de massas” (Marhoefer, 2015, p. 8, tradução nossa¹²²). Assim, traça-se novos pontos de protagonismo e influência que devem ser considerados em uma historiografia queer sobre o século XX.

Em um contexto de maior visibilidade dos sujeitos e espaços de sociabilidade homossexual, concomitante à maior atuação das organizações pelo fim do 175, casos de violência e, principalmente, de extorsão cresciam em Berlim. Para Hirschfeld, os crimes de chantagem e extorsão realizados aproveitando a ameaça do parágrafo 175 eram um dos principais argumentos de reivindicação da necessidade de rever a disposição legal em relação à homossexualidade. Ainda que durante a República de Weimar a perseguição legal aos homossexuais fosse significativamente menor do que se veria durante a ditadura nazista, a chance de ser denunciado e sentenciado sob a previsão do 175 possibilitava uma série de casos de extorsão e de vidas destruídas na capital alemã. Hirschfeld estimava que 30% dos homossexuais em Berlim sofreram chantagens em algum momento (Beachy, 2014, p. 82). A preocupação do médico e sexólogo judeu em relação aos efeitos da criminalização da homossexualidade datava desde o suicídio de um dos seus pacientes, o que o levou a fundar o WhK no começo do século XX (Beachy, 2014, p. 87).

Durante os anos 1920, portanto, a luta contra o parágrafo 175 se intensificou de forma inédita, observando em nomes como o de Hirschfeld ou de Adolf Brand os seus principais articuladores. É importante sublinhar que, apesar da centralidade incontestável de Berlim nesse momento, organizações e grupos preocupados com a luta contra o 175 e a assistência necessária àqueles enquadrados pelo parágrafo se formaram em diversas cidades alemãs, chegando a 28

¹²² No original: “[...] that several characteristic components of twentieth-century gay and lesbian liberation were first put to use in the context of mass democracy.”

idades em 1923 (Beachy, 2014, p. 224). Tal engajamento político traria resultados inesperados e expressivos. Possuindo o apoio - ainda que com restrições e certamente não unânime - de representantes de partidos como o KPD ou o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD), uma votação de uma comissão do *Reichstag* aprovou em 1929 a eliminação do parágrafo 175 (Beachy, 2014, p. 220), uma decisão que era um resultado histórico e inesperado de uma década intensa de organizações e grupos diversos pleiteando pelo fim da criminalização da homossexualidade no território alemão. No entanto, apesar dessa conquista significativa, a situação caótica que se tornou a República de Weimar a partir de 1930 impediu que os parlamentares pudessem levar à voto e instituir legalmente o que a comissão especial do *Reichstag* havia deliberado.

A brutalidade repressiva que se instalaria no país a partir de 1933 com a ascensão ao poder pelos nazistas impediria qualquer resolução em relação à questão do 175 e, mais do que isso, significaria um ataque à subcultura homossexual e o apagamento da memória nacional do ativismo homossexual construído na República de Weimar. Se, por um lado, os ativistas contemporâneos à Hirschfeld conceberam o tom da emancipação homossexual durante o século XX (Marhoefer, 2015), a destruição promovida pelos nazistas impediu que se reconhecesse, por muito tempo, tal contribuição. Dessa maneira, como o historiador Robert Beachy aponta de forma sagaz,

a suprema ironia, talvez, é que as paradas do orgulho gay realizadas todos os verões desde a década de 1970 em Berlim e outras grandes cidades alemãs sejam conhecidas coloquialmente como CSD, ou “Christopher Street Day”, uma alusão aos protestos de 1969 no Stonewall Inn, o suposto berço do “moderno movimento pelos direitos homossexuais” (Beachy, 2014, p. 247, tradução nossa¹²³).

3.1.1 O ápice repressivo alemão às sexualidades dissidentes e a esperança pelo fim do 175

Na manhã de 6 de maio de 1933, o “Berliner Lokalanzeiger” informou que a ação para limpar as bibliotecas de Berlim de livros de espírito não alemão começaria na manhã daquele dia e que os alunos da Universidade de Educação Física queriam iniciar esta ação no *Institut für Sexualwissenschaft* (Grau, 2013, p. 60, tradução nossa¹²⁴).

¹²³ No original: “The supreme irony, perhaps, is that the gay pride parades held every summer since the 1970s in Berlin and other major German cities are referred to colloquially as CSD, or “Christopher Street Day”, an allusion to the 1969 riots at the Stonewall Inn, the putative birthplace of the “modern homosexual rights movement”.

¹²⁴ No original: “Am Morgen des 6. Mai 1933 brachte der „Berliner Lokalanzeiger“ die Nachricht, daß die Säuberungsaktion der Berliner Bibliotheken von Büchern undeutschen Geistes am Vormittag dieses Tages einsetzen würde und daß die Studenten der Hochschule für Leibesübungen diese Aktion im Institut für Sexualwissenschaft einleiten wollten.“

Atualmente, em frente ao prédio principal da Universidade Humboldt e ao lado do secular prédio da *Staatsoper*, uma das principais casas de ópera na capital, está a praça Bebelplatz. Ao centro desse espaçoso quadrilátero rodeado por prédios históricos há uma lacuna em seu pavimento que, para muitos visitantes, pode passar despercebida. Ao se aproximar, encontra-se ali uma profunda escavação protegida por um vidro espeço e coberta por estantes de livros vazias e iluminadas por uma forte luz que realça a pintura branca que o revestimento recebeu, dando a impressão de um contínuo e infinito vazio àquela fossa. Trata-se de uma instalação feita pela artista Micha Ullman como espaço de memória para os eventos que ali se desenrolaram em 10 de maio de 1933, quando nazistas atearam fogo no meio da Bebelplatz a uma série de obras literárias e outras peças artísticas, entre elas os mais de 10 mil livros que faziam parte da biblioteca do *Institut für Sexualwissenschaft* de Hirschfeld.

O relato que abre essa seção narra a ação que possibilitou a apreensão dos livros que faziam parte do instituto e que significou não apenas o fim das atividades da organização, mas uma prévia explícita do tratamento que as sexualidades e identidades de gênero dissidentes receberiam durante o regime nazista. A ação, que se deu poucos meses após a ascensão dos nazistas ao poder, aconteceu em um momento em que Hirschfeld não se encontrava em Berlim e se recuperava de seu estado de saúde debilitado no exterior. Ao perguntarem incisivamente pelo paradeiro de Hirschfeld durante a invasão do instituto, os criminosos comemoraram o estado de saúde do médico sexólogo e comentavam: “Então tomara que ele morra sem nós, assim não precisamos antes enforcá-lo ou assassiná-lo” (Grau, 2013, p. 63, tradução nossa¹²⁵). Magnus Hirschfeld não voltaria ao seu Instituto e nem à Berlim, morrendo em 1935 na França. Começava, assim, o período de maior perseguição aos homossexuais na Alemanha e o momento em que o parágrafo 175 foi levado às últimas instâncias.

Foi durante o regime nazista que o parágrafo 175 foi reformado. Mas, ao contrário do que o nascente movimento homossexual quase havia conseguido durante a República de Weimar, as mudanças no 175 não descriminalizaram a homossexualidade: houve uma reforma a fim de intensificar e facilitar a perseguição aos homossexuais. Em junho de 1935, foi aprovada uma modificação do 175 que transformava o termo *widernatürliche Unzucht* (fornicação antinatural) para apenas *Unzucht* (fornicação). Isso foi feito, pois, até então, era necessário provar que os acusados teriam realizado contato sexual que envolvesse o sexo anal ou oral, por exemplo. Ao deixar apenas o termo *Unzucht*, procurava-se excluir essa especificidade, fazendo com que atos como dois homens nus deitados juntos pudessem já ser enquadrados sob a

¹²⁵ No original: “Na, dann krepirt er hoffentlich auch ohne uns; dann brauchen wir ihn ja nicht erst aufhängen oder totschiagen“

acusação do parágrafo 175 (Grau, 2013, p. 93). Além disso, foi criada uma nova extensão à legislação que criminalizava a homossexualidade masculina, surgindo o 175^a, o qual prescrevia penas mais severas para atos que envolvessem, principalmente, prostituição ou o contato sexual entre indivíduos maiores de 21 anos com aqueles menores de 21 (Grau, 2012, p. 94).

Jens Dobler documenta como homossexuais foram mandados para campos de concentração já nos primeiros anos de regime. Segundo registros dos campos de concentração, já no fim de 1934 era possível encontrar homossexuais acusados sob o parágrafo 175 presos no campo de concentração Columbia, na região sul de Berlim (Dobler, 2003, p. 192). No entanto, a partir de 1935 com a reforma do 175, intensificou-se a perseguição legal aos homossexuais no Terceiro Reich e, conseqüentemente, o número de homossexuais enviados aos campos de concentração cresceu. É importante frisar que o número daqueles acusados sob o parágrafo 175 é maior do que daqueles que acabaram sendo deportados para campos de concentração, o que significa que nem todo homossexual legalmente denunciado era enviado para os campos. Já durante a Segunda Guerra Mundial, um decreto de Himmler – o qual foi particularmente responsável por grande parte das medidas contra os homossexuais – estabeleceu que aqueles acusados pelo 175 e que fossem casos ligados à prostituição, a relações com menores de 21 anos ou que tivessem antecedentes criminais deveriam ser encaminhados aos campos de concentração. Estima-se que o número de homossexuais enviados aos campos seja entre cinco e seis mil indivíduos, dos quais apenas um terço teria sobrevivido (Grau, 2013, p. 327). Assim, o nazismo foi responsável pelo período de maior violência e perseguição aos homossexuais no território alemão, sendo o regime de Hitler responsável pelo assassinato, castração, perseguição legal e o pavor diário de milhares de dissidentes de sexualidade e/ou gênero naquele período.

Com a derrota dos alemães na Segunda Guerra Mundial, um leitor leigo pode presumir mudanças radicais nas atitudes da sociedade para com as questões ligadas à moral e à sexualidade. No entanto, o ano de 1945 e a rendição alemã não resultaram em uma transformação radical ao que vinha acontecendo anteriormente (Evans, 2011, p. 12). É claro que o caos instituído pelo fim da guerra e a derrota alemã produziu lacunas que foram aproveitadas por muitos indivíduos. Esse é o caso, por exemplo, da confusão jurídica que se instalou em Berlim, a qual passou a ser ocupada pelas forças vitoriosas da Guerra, sendo cada zona ocupada regida por preocupações legais diferentes. Isso possibilitava aos berlinenses uma maior margem de ação a fim de “subverter a intromissão das autoridades em suas vidas no dia a dia” (Evans, 2011, p. 6, tradução nossa¹²⁶). Já em 1947, por exemplo, havia uma preocupação

¹²⁶ No original: “[...] to subvert the intrusion of the authorities in their day-to-day lives [...]”.

dos Aliados em desnazificar o código legal alemão. Porém, as discussões e decisões da comissão responsável por esse processo não consideraram de imediato o caso do parágrafo 175 e sua extensão 175^a. Isso provocava uma intensa confusão entre os juízes, os quais não tinham certeza se deveriam considerar a versão reformada nazista do 175 ou aquela em voga durante a República de Weimar (Huneke, 2022a, p. 54).

A própria confusão dos limites entre o público e o privado em uma cidade destruída pelos bombardeios foi utilizada a favor da transgressão, mesmo que momentânea, de certos preceitos legais. Esse é o caso dos bunkers, os quais eram inúmeros em Berlim e que confundiam os juízes em relação ao seu teor público ou privado. Dessa forma, esses espaços passaram a ser utilizados, principalmente, por garotos de programa e seus clientes, os quais viam nos bunkers não apenas uma forma de não serem acusados de atos impróprios em público, mas um local que os esconderia da ameaça do 175 (Evans, 2011, p. 43).

Talvez exatamente por esse período confuso, não só legalmente, mas de transformações rápidas e crises nos territórios alemães ocupados, é que Rudolf Klimmer considerou que havia chance de pleitear pelo fim do 175. Além da incerteza jurídica, a experiência recente traumática dos homossexuais proporcionada pelos nazistas se apresentava com um novo e forte argumento pelo fim da criminalização da homossexualidade. Em carta não datada – mas anterior à 1949, já que o destinatário é colocado como parte do regimento da área ocupada soviética na Alemanha – Klimmer inicia a defesa do fim do 175 atestando: “Durante o regime nazista houve também uma cruel perseguição a milhares de homens homossexuais. Ninguém menos do que o próprio criminoso nazista Himmler foi quem declarou essas pessoas como inimigos do Estado do nacional-socialismo”¹²⁷. Ou seja, vê-se claramente a utilização dos crimes nazistas contra os homossexuais como argumento para a dissolução completa do parágrafo 175.

Outro motivo possível para o engajamento de Klimmer era o fato de que a formação da RDA em 1949 seguia a inauguração do *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* (SED) – ou Partido Socialista Unificado da Alemanha – que se tornaria o partido do governo do Estado da RDA e havia sido fundado através da fusão forçada entre os partidos KPD e o SPD. Ambos os partidos políticos, como já observado anteriormente, mostraram uma inclinação, ainda que parcial, pela dissolução do parágrafo 175 durante a República de Weimar. Portanto, isso colocava a esperança de que o Estado alemão oriental em formação pudesse apresentar uma

¹²⁷ Carta do Rudolf Klimmer ao Chef der Deutschen Juritzverlag, sem data. Arquivo Schwules Museum, Nachlass Rudolf Klimmer, Korrespondenz zum 175 (1947-1963), tradução própria. No original: „Während des nazistischen Regimes setzte auch eine grausame Verfolgung vieler hunderttausender homosexueller Männer ein. Kein geringerer Naziverbrecher als Himmler selbst war es, der diese Mensch als erste Staatsfeinde des Nationalsozialismus erklärte.“

disposição política favorável à descriminalização da homossexualidade - ou ao menos esperava indivíduos como Klimmer.

Portanto, quando finalmente criada em 1949, a RDA herdava mais de 70 anos de criminalização da homossexualidade na Alemanha e os horrores sofridos pelos homossexuais durante o nazismo. Paradoxalmente, isso não significou, no entanto, o fim do 175 – pelo menos não nesse momento. Se durante o nazismo os dissidentes da cisheteronormatividade lidaram com um Estado abertamente oposto a qualquer dissidência de sexualidade e/ou gênero, o que significou o regime socialista iniciado no pós-guerra? Quais eram os desafios que o movimento homossexual que se estabeleceria na Alemanha Oriental a partir dos anos 1970 teria que enfrentar? Qual era o projeto socialista que o SED almejava para os territórios alemães do leste e qual era o espaço ocupado pela homossexualidade nesse escopo?

3.2 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ: UMA DITADURA PARTICIPATIVA

Em abril de 1975, o café Mokka-Bar na *Friedrichstraße* no lado oriental de Berlim - a poucos metros do muro que desde 1961 isolava o território de Berlim Ocidental dentro da RDA – foi fechado pelas autoridades da capital sem que grandes explicações ou motivos fossem explicitados. Poucos dias depois ao fechamento do bar, o *Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin* (HIB) – ou Grupo de Interesse Homossexual de Berlim – escreveu uma *Eingabe* - uma espécie de petição, prática bastante comum entre a população da RDA¹²⁸ - às autoridades alemães, na qual se lia:

Há poucos dias foi fechado o café "Mokka-Bar" no Hotel "Sofia", um espaço gastronômico que, como demonstrava a sua grande afluência e elevada rotatividade, cumpria uma função importante ao servir a população de Berlim. [...] Não é segredo que era, principalmente, a população homossexual de Berlim que frequentava este café na Friedrichstraße. Ao contrário de outros estabelecimentos gastronômicos, era possível utilizá-lo para comunicação. Por razões específicas, os homossexuais dependem dessa possibilidade de comunicação¹²⁹.

¹²⁸ As *Eingaben* eram bastante populares na RDA, sendo muitas vezes um dos únicos canais pelos quais os cidadãos podiam ter alguma margem de oposição crítica ao regime ou de pleitear pelos seus direitos e suas insatisfações (Mühlberg, 1999, p. 464).

¹²⁹ Carta *Eingabe*, 12 abr. 1975. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin (HIB), Korrespondenz (n. 4), tradução nossa. No original: „Vor wenigen Tagen wurde im Hotel „Sofia“ das Espresso „Mokka-Bar“ geschlossen, eine gastronomische Einrichtung, die, so bewiesen der große Zustrom und der hohe Umsatz, eine wichtige Funktion bei der Versorgung der Bevölkerung Berlins erfüllt. [...] Es ist kein Geheimnis, daß in diesem Espresso in der Friedrichstraße vor allem die homosexuelle Bevölkerung Berlins verkehrte. Sie benutzte im Unterschied zu anderen gastronomischen Einrichtungen, diese zur Kommunikation. Aus spezifischen Gründen sind Homosexuelle auf eine solche Kommunikationsmöglichkeit angewiesen.“

Nessa *Eingabe*, o HIB – criado em 1973, sendo o primeiro grupo homossexual da RDA e de toda a área sob influência da URSS – não apenas apresenta sua indignação ao fechamento de um espaço importante para a população berlinense como também discorre sobre o uso desse espaço pela comunidade homossexual da capital, realçando a exclusão desses sujeitos que os colocava dependentes de alguns poucos estabelecimentos na cidade.

A existência de um grupo abertamente homossexual na RDA já na década de 1970 - muito antes das imagens populares dos protestos da *Wende*¹³⁰ no país em 1989 – mandando petições ao regime e demandando explicações pelo fechamento de um estabelecimento parte de sua restrita subcultura homossexual é um fato ostensivamente desconhecido da história da RDA e que parece ser uma imagem bastante diversa às representações populares da Alemanha Oriental na atualidade. Já imediatamente após a dissolução da RDA e a reunificação alemã, a literatura, o cinema e, principalmente, a televisão popularizaram uma narrativa sobre um Estado totalitário com uma população impossibilitada de qualquer autonomia e colocada sob um estado de total ausência de liberdade (Betts, 2010, p. 2). As representações populares sobre a Stasi – ou *Ministerium für Staatssicherheit*, Ministério para a Segurança do Estado, o órgão responsável pela vigilância e controle da população na RDA – contribuíram imensamente para a propagação e reafirmação desse imaginário sobre a sociedade alemã oriental. O livro best-seller *Stasiland* (Funder, 2006), sobre as memórias de uma vida sob vigilância na RDA, ou ainda o filme *Das Leben der Anderen*, narrativa ganhadora do Oscar e focada na perspectiva de um dos oficiais da Stasi¹³¹, são exemplos de produções artísticas de grande alcance que reafirmam o teor repressivo e vigilante da RDA como seu principal traço em uma memória coletiva sobre a Alemanha no século XX. Mais recentemente, a plataforma de streaming Netflix lançou a série original *Kleo*¹³² relatando os impactos violentos das disputas internas da Stasi na vida de uma ex-agente. Assim, tais representações, ainda que tragam algo verdadeiro sobre o Estado da RDA e sobre como seu ímpeto repressivo impactou as pessoas, popularizaram apenas um aspecto dessa sociedade, ainda que seja um que jamais deva ser esquecido. No entanto, há outras narrativas que devem ser retomadas e que problematizam a ideia de um Estado totalitário e de uma completa impossibilidade de margens de ação nessa população.

¹³⁰ O termo significa “mudança” ou “transição” e é utilizado na Alemanha para designar os protestos pacíficos que marcaram o ano de 1989, culminando na queda do Muro de Berlim e na posterior reunificação alemã.

¹³¹ Ainda que o filme consiga humanizar a figura da Stasi, ao focar nas tensões e incoerências de um agente que trabalhava para o órgão estatal, o prêmio de Melhor Filme Estrangeiro durante a cerimônia do Oscar em 2007 certamente contribuiu para popularizar esse aspecto da história da RDA (Dueck, 2008).

¹³² KLEO. Criação de Viviane Andereggen. Alemanha: Netflix, 2022-, son., color. Série exibida pela Netflix.

A RDA é fundada em 1949 com o propósito de levar à prática o projeto de sociedade idealizado pelo alemão Karl Marx. Sob a supervisão e controle de uma URSS fortalecida no pós-guerra e prestes a adentrar a Guerra Fria, construía-se uma nova sociedade na porção oriental do território alemão dividido e devastado pela Segunda Guerra Mundial. Em suas quatro décadas de existência, o país construiu um regime de cunho autoritário e que perseguiu e controlou a sua população de maneiras diversas, talvez sendo a mais simbólica delas o Muro de Berlim. Construído em 1961 para impedir que cidadãos alemães orientais continuassem a emigrar para Berlim Ocidental¹³³, movimento que enfraquecia ainda mais uma RDA politicamente instável e economicamente em crise, o muro se tornou um símbolo da Guerra Fria. No entanto, para compreendermos a possibilidade da construção de um movimento homossexual no país e da existência de um dispositivo como as *Eingaben*, é preciso fazer a pergunta: era a Alemanha Oriental um Estado totalitário? Ou, como o historiador Paul Betts (2010) questiona, “é correto concluir que a sociedade da RDA estava inescapavelmente mantida nas garras de um ‘Estado totalitário’ murado? O Estado da RDA realmente conseguiu eliminar completamente a sociedade civil e até mesmo a vida privada [...]?” (p. 3, tradução nossa¹³⁴).

Para a historiadora Mary Fulbrook, ao se considerar a História Social da RDA, a abordagem desse Estado a partir da lente do totalitarismo perde sua aplicabilidade. Assim, a autora sublinha que ultrapassando os estereótipos usualmente reforçados sobre a RDA e se engajando em compreender os aspectos que a História Social pode realçar sobre essa sociedade, observa-se uma “complexidade muito maior e uma gama mais diversa de experiências e modos de vida do que o simples vocabulário preto e branco de punição da Guerra Fria pode compreender ou retratar” (Fulbrook, 2005, p. 8, tradução nossa)¹³⁵. Dessa forma, a fim de propor uma alternativa à teoria de um Estado totalitário, Fulbrook sugere que observemos a RDA como uma “ditadura participativa” (*participatory dictatorship*) ou um “Estado colmeia” (*honeycomb State*), termos que para ela não pretendem negar o aspecto ditatorial da RDA, mas frisar que tal sistema foi mantido pela participação ativa de muitos de seus sujeitos (Fulbrook, 2005, p. 17).

Para se ter uma ideia da participação da sociedade na construção e manutenção do Estado, estima-se que entre 8 e 16% da população tenha em algum momento trabalhado em

¹³³ Cf. Kempe, 2013.

¹³⁴ No original: “But is it accurate to conclude that GDR society was inescapably held in the grip of a walled-in ‘totalitarian state?’ Did the GDR state really succeed in completely doing away with civil society and even private life [...]”.

¹³⁵ No original: “[...] reveals a greater complexity and a more diverse range of experiences and ways of living than the simple black-and-white vocabulary of Cold War castigation can comprehend or portray”.

algumas das instituições estatais e outras organizações ligadas ao regime (Fulbrook, 2005, p. 267). Seja em locais mais próximos dos centros de decisão, como o SED, ou então em associações como a *Freie Deutsche Jugend* (FDJ ou Juventude Alemã Livre), uma organização de massa da qual todos os jovens deveriam participar, a participação da sociedade era massiva e contínua no decorrer da história da RDA. É por isso que Fulbrook defende a noção de uma “ditadura participativa” como muito mais pertinente do que aquela que tenha a ideia de um Estado totalitário em seu cerne. Dessa forma, a historiadora pretende mostrar como

o exercício do poder foi em muitas áreas muito mais multifacetado e complexo, e também menos sinistro e repressivo, do que os teóricos totalitários querem nos fazer acreditar. O “Estado” ou o “regime” não eram um ator unitário, que simplesmente fazia coisas (principalmente desagradáveis) para a massa mal definida e indiferenciada do “povo”. Havia claramente aspectos extremamente repressivos e totalmente repreensíveis do regime do SED; mas também houve áreas em que milhares de cidadãos cooperaram e se sentiram capazes de perseguir objetivos e ideais comuns (Fulbrook, 2005, p. 29, tradução nossa¹³⁶).

É exatamente esse aspecto participativo que auxilia entender como em longos e diversos períodos de tempo, diferentes daqueles de claro embate – como os acontecimentos de 1953, 1961 ou a *Wende*¹³⁷ - a RDA não se manteve através de uma repressão direta, mas a partir de uma internalização por parte da população das dinâmicas e regras colocadas para o funcionamento dessa sociedade (Fulbrook, 2005, p. 19). Há nisso um paradoxo: por mais que os aparatos repressivos, como a Stasi, continuassem a crescer durante as quatro décadas e fossem uma presença sabida por todos, os mais de 40 anos do Estado alemão oriental não podem ser descritos como uma constante e intermitente repressão de sua população. Da mesma forma que as instituições estatais despontavam como a possibilidade iminente de repressão, parte expressiva da população participava da manutenção desse sistema e era ciente dos limites e possibilidades de ação aos quais estavam submetidos. Ou seja, esse sistema - mantido não apenas pelas instituições, mas pela sua população – não pode ser interpretado como uma “extensão do ‘Estado’ que estava ‘fazendo alguma coisa’ para uma ‘sociedade’ concebida como

¹³⁶ No original: “The exercise of power was in many areas both far more multifaceted and complex, and also less sinister and repressive, than totalitarian theorists would have us believe. The ‘state’ or the ‘regime’ was not a unitary actor, which simply did (mostly nasty) things to the ill-defined, undifferentiated mass of ‘the people’. There were clearly hugely repressive and utterly reprehensible aspects of the SED regime; but there were also areas in which thousands of citizens cooperated and felt they were able to pursue common goals and ideals.”

¹³⁷ Como já apresentados, o ano de 1961 marca as tensões que levaram à construção do Muro de Berlim, enquanto a *Wende* se refere aos protestos e aos movimentos que lavaram à queda do Muro e à dissolução da RDA a partir de 1989. Já em 1953 aconteceu uma série de protestos de trabalhadores que estavam extremamente insatisfeitos com a situação política e, principalmente, econômica do DDR. Após o episódio ter sido duramente e violentamente reprimido pelas forças estatais, o SED permaneceu vigilante e apreensivo às insatisfações dos trabalhadores, conseguindo impedir que movimento parecido acontecesse novamente, pelo menos até 1989 (Gehler; Steininger, 2018)

separada do ‘Estado’”: ao contrário, era a própria forma como a sociedade como um todo era estruturada” (Fulbrook, 2005, p. 264, tradução nossa¹³⁸).

Atualmente, ao ler sobre essa coparticipação de grande parcela da população na manutenção de um Estado hoje representado como totalitário, alguns podem se sentir compelidos a colocarem tais sujeitos como cúmplices ou coniventes às barbaridades cometidas por estratos desse regime. No entanto, para além da válida discussão moral que pode advir dessa análise, é necessário frisar que a participação de diversas parcelas dessa comunidade na manutenção do Estado, ainda que essencial, era vista apenas mais como um fato da vida diária, como a forma com que as coisas funcionavam naquela sociedade (Fulbrook, 2005, p. 267).

Ao apresentar tal leitura sobre a RDA, acaba-se eliminando uma dicotomia estanque entre Estado e sociedade, sublinhando que as relações na Alemanha Oriental eram complexas – e paradoxais – demais para caberem na lente interpretativa do totalitarismo. É por isso que era perfeitamente possível alguém trabalhar e fazer parte das instituições e organizações partes das estruturas de poder, mas concomitantemente ser crítico ao regime, como será possível observar entre os participantes do movimento homossexual. Portanto, ao abordarmos a RDA como uma “ditadura participativa”, podemos começar a compreender melhor um sistema que “era sustentado a partir de uma miríade de micro relacionamentos de autoridade e poder estendidos, em que a dicotomia entre ‘Estado’ e ‘sociedade’ simplesmente não se sustenta [...]” (Fulbrook, 2005, p. 266, tradução nossa¹³⁹).

Visto a centralidade da participação ativa da população para a manutenção de um sistema complexo de instituições, as *Eingaben* tinham protagonismo nessas relações entre vigilância, repressão e contribuição popular. Além das *Eingaben* serem um canal que prometia uma margem de criticidade e demanda por parte da sociedade, elas também eram importantes para o Estado entender quais eram as insatisfações da população, podendo atender tais exigências ou repreendê-las, segundo a avaliação feita. De forma análoga, é também por isso que institutos de pesquisa, como o *Zentralinstitut für Jugendforschung* (ZID) – que se direcionava mais a compreender a parcela jovem da população –, eram tão importantes para o SED em um esforço contínuo para entender e influenciar o humor da população quanto ao regime durante os mais de 40 anos de existência da RDA (Fulbrook, 2005, p. 22). Nessa relação entre uma “ditadura participativa”, repressão e preocupação com as insatisfações populares, a

¹³⁸ No original: “[...] an extended ‘state’ that was ‘doing something’ to a ‘society’ conceived of as separate from the ‘state’: rather it was the very way society as a whole was structured”.

¹³⁹ No original: “[...] a system sustained through myriad micro-relationships of extended power and authority, the dichotomy between ‘state’ and ‘society’ simply does not hold up.”

Stasi com certeza se sobressai como o local em que todo esse emaranhado complexo e paradoxal se encontrava mais explicitamente.

3.2.1 Stasi: o órgão da vigilância e da repressão em uma ditadura participativa

Frank Schüler, morador da região central de Berlim Oriental, no dia 30 de novembro de 1984, deixou o Conselho da Subprefeitura do bairro Mitte em Berlim Oriental às 13:33h, andou pela Dirkenstraße e atravessou por um túnel até a Karl-Liebkecht-Straße, onde embarcou na linha de ônibus 57 às 13:36h. No ônibus, Schüler observou as pessoas pagarem suas passagens e depois permaneceu desinteressado em seu assento do lado da janela, até o seu desembarque na Invalidenstraße às 13:45h. Às 13:54 Schüler adentrou seu apartamento na Pflugstraße onde permaneceu pelo menos até às 20:00, tendo acendido as luzes por volta das 17h¹⁴⁰.

Essas informações – para nós, extremamente banais – acompanhavam fotos tiradas escondidas que ilustravam e comprovavam o que estava sendo anotado e eram comuns nos milhares de relatórios produzidos por agentes e oficiais da Stasi sobre as pessoas que se encontravam sob sua vigilância. Todos os passos e atividades deveriam ser observados e registrados frente a uma paranoia que reinava entre tais agentes sobre o potencial subversivo que até as atividades mais corriqueiras poderiam apresentar. Frank Schüler, um homossexual e que havia solicitado uma autorização para emigrar do país, fazia parte do contingente enorme que estava sendo mantido sob a vigilância da Stasi, o nome pelo qual era conhecido o *Ministerium für Staatssicherheit*, ou Ministério para a Segurança do Estado.

Em 8 de fevereiro de 1950, um parlamento (*Volkskammer*) provisório se reuniu em Berlim Oriental, quatro meses após a fundação do Estado da RDA. Entre os tópicos discutidos estava uma suposta série de ataques e de destruições a indústrias e fazendas recentemente estatizadas, algo que foi interpretado pelas autoridades presentes como uma intensificação de forças capitalistas contra a projeto em curso na Alemanha Oriental. Assim, sugeriu-se transformar o *Hauptverwaltung zum Schutz der Volkswirtschaft* - uma espécie de secretaria responsável pela proteção econômica do país – no *Ministerium für Staatssicherheit*, a Stasi. Em poucos minutos e entre alguns discursos, uma das principais instituições da RDA foi criada (Gieseke, 2014, p. 12).

A Stasi se transformaria e expandiria durante os anos, exercendo papel fulcral na vigilância, espionagem, controle e repressão de diversos estratos da população em território

¹⁴⁰ Beobachtungsbericht, 30 nov. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 4).

doméstico, mas também tendo influência e desenvolvendo projetos em território internacional. Eventos como os protestos de junho de 1953 ou a construção do Muro de Berlim em agosto de 1961 foram momentos de tensão política e econômica na RDA, mas que auxiliaram no fortalecimento e expansão do contingente trabalhando na Stasi e seus projetos desenvolvidos.

Mesmo a RDA atingindo considerável estabilidade econômica e política no decorrer dos anos 1960 (fruto não apenas da estabilização populacional com a construção do Muro de Berlim, mas também do reconhecimento internacional proporcionado pela *Ostpolitik*¹⁴¹), a Stasi não parou de se expandir até a crise que o país adentrou no fim dos anos 1980. O fechamento das fronteiras com a construção do Muro de Berlim, por exemplo, pode ser interpretado por alguns como uma garantia para que a Stasi pudesse desacelerar o seu crescimento, já que a RDA havia atingido um maior controle e segurança de seu território. No entanto, a Stasi passou a justificar a manutenção da sua expansão alegando que com o fechamento das fronteiras, muitos “elementos hostis não poderiam mais sair da RDA e, portanto, fortaleceriam o ‘subterrâneo político’” (Gieseke, 2014, p. 53, tradução nossa¹⁴²). Por mais que tais justificativas fizessem parte de investidas institucionais para a manutenção da legitimidade de tais órgãos, havia uma parcela de crença em proposições como estas, já que essa justificativa faz parte da constante paranoia da Stasi – como também do SED e outras instituições sob seu controle – sobre forças subversivas ameaçando o país.

Para visualizar as proporções atingidas pela Stasi, o historiador Jens Gieseke revela dados interessantes: quando o Muro foi construído, a Stasi contava com 20.000 funcionários; dez anos depois, quando Erich Honecker assumiu como Secretário-Geral do SED, a Stasi havia mais do que dobrado de tamanho, atingindo 45.000 trabalhadores; em 1982 o número tinha subido para 81.500, momento que, com a crise financeira em curso, o órgão começou a diminuir seu ritmo de crescimento. De qualquer forma, em outubro de 1989, pouco antes da queda do Muro de Berlim, a Stasi contava com 91.015 funcionários. A incidência chegava, dessa forma, a 1 agente da Stasi para cada 180 habitantes, enquanto na URSS a proporção de agentes de instituições semelhantes era de 1 para cada 595 habitantes, na Checoslováquia 1 para cada 867 e na Polônia 1 a cada 1574 habitantes (Gieseke, 2014, p. 49). Comparando com o regime nazista, a *Gestapo* de Hitler contava com cerca de 7.000 oficiais para uma população de 66

¹⁴¹ A *Ostpolitik* (ou Política do Leste) foi uma mudança na forma com que a Alemanha Ocidental mantinha relação com a RDA. A fim de lidar com o passado recente criminoso nazista e de rever as relações históricas da Alemanha com o Leste, a Alemanha Ocidental passou a manter diálogo direcionado a mais compreensão e convivência pacífica com a RDA, o que ajudou esta a alcançar maior reconhecimento internacional, estabilizando-a politicamente e facilitando novas parcerias econômicas (Krell, 1991).

¹⁴² No original: “[...] many hostile elements could no longer leave the GDR and would therefore strengthen the “political underground.”

milhões de pessoas, enquanto na RDA a população de 16,4 milhões de habitantes possuía a Stasi com mais de 91.000 oficiais ativos (Fulbrook, 2005, p. 271).

Além do contingente enorme de oficiais empregados, o órgão contava com aqueles que eram chamados de *inoffizielle Mitarbeiter* (IM ou colaboradores informais). Eram cidadãos não formalmente empregados na Stasi e que, por pressão das autoridades, ameaças feitas pelo órgão ou em troca de recompensas financeiras, espionavam a população e repassavam informações aos oficiais da Stasi. Após a *Wende* e o acesso dos arquivos da Stasi ao público, falava-se que a RDA era uma “nação de traidores” (Gieseke, 2014, p. 77), já que inúmeras famílias, grupos de amigos, associações, entre outros descobriram a presença de um IM em seu meio. Para se ter uma ideia da proporção de IMs que a Stasi alcançou, se na década de 1950 o órgão contava com entre 20 e 30.000 colaboradores informais, em 1975 esse número chegou a 180.000, quantidade que permaneceu mais ou menos constante até a dissolução da RDA (Gieseke, 2014, p. 81). Visto o número exorbitante de IMs que a Stasi conseguiu recrutar, não é de se estranhar, portanto, a noção de “nação de traidores”, já que a abertura dos arquivos pessoais produzidos pela Stasi significou não apenas o fim de diversas relações, mas também a desestabilização das noções de si, havendo o medo de que “a própria biografia pudesse ser apresentada sob uma luz tão totalmente estranha que a própria identidade da pessoa fosse questionada” (Fulbrook, 2005, p. 278, tradução nossa¹⁴³).

Isso tudo não deve ser lido, no entanto, como prova de que a população havia colaborado de boa vontade com a Stasi, visto que havia certamente a prática de recrutamento dessas pessoas sob pressão, ameaçando-as seja pessoalmente, economicamente, profissionalmente e até sob o uso da violência física. Assim, ao considerarmos a noção de ditadura participativa, as colaborações com a Stasi precisam ser compreendidas sob uma luz bastante específica no que concerne às implicações e ao caráter da ação em comparação àquelas outras instituições mais visíveis na sociedade (Fulbrook, 2005, p. 279). Isto é, a colaboração com um órgão como a Stasi era de natureza e sob implicações muito diversas daquelas envolvidas em uma participação voluntária em outros grupos e eventos ligados ao Estado, como um grupo de mulheres, campos de férias para a juventude, entre outros.

Compreender a magnitude da inserção e presença da Stasi nessa sociedade é relevante para a análise do movimento homossexual desenvolvido no país, já que a vigilância e controle por parte da Stasi certamente incidiu sobre e impactou o movimento a partir dos anos 1970. Contando com a espionagem dos grupos, a vigilância nos espaços de sociabilização

¹⁴³ No original: “[...] that one's own biography might be presented in such a totally alien light that one's very identity was challenged.”

homossexual, o recrutamento de IMs dentro do movimento, entre outras ações, a presença da Stasi nas atividades do movimento homossexual é parte essencial da história queer da RDA. Isso atesta as relações complexas e paradoxais entre Estado e sociedade no interior de uma ditadura participativa.

É exatamente pela natureza complexa que essa ditadura participativa apresentava que Fulbrook também utiliza a metáfora do “Estado colmeia”. Isto é, uma visão a partir da ideia de totalitarismo não é adequada a RDA, pois a participação da população no regime era diversa e intensa, tendo diversos segmentos daquela sociedade contribuindo em atividades específicas e relevantes para a manutenção do regime – eis, portanto, a metáfora da colmeia utilizada por Fulbrook. Tal participação era intensa, pois uma parcela grande, em um momento ou outro, participou ativamente das organizações/instituições do regime. Tratava-se também de uma participação diversa, tendo, por um lado, professores atuando junto aos jovens na FDJ, mas, por outro lado, os IMs da Stasi espalhados pela sociedade. Assim, na RDA a “participação na multiplicidade de pequenas células de uma colmeia formada pela sobreposição de muitos elementos que se sobrepõem e se cruzam nas redes de poder e organização social da RDA foi, portanto, bastante difundida” (Fulbrook, 2005, p. 279, tradução nossa¹⁴⁴). Esse funcionamento complexo e diverso de colaboração para a manutenção do regime na RDA não significa, no entanto, que *poder* na RDA era dividido entre muitos, sendo este concentrado nas mãos de uma pequena elite, em especial os altos (e restritos) escalões do SED.

Visto as noções da Alemanha Oriental como uma ditadura participativa estruturada como uma colmeia de indivíduos colaborando de formas diversas e intensas, entende-se melhor como as fronteiras entre Estado, sociedade e indivíduo se tornam tão mal demarcadas, interpelando-se e se confundindo. Assim, os próprios limites entre público e privado na RDA acabam se tornando um aspecto importante para compreender essa sociedade peculiar, mas também o próprio movimento homossexual.

Com a existência da Stasi e de tantos outros órgãos e instituições adjacentes responsáveis pela censura e controle da população, é possível atestar uma quase completa inexistência de uma esfera pública de discussão e expressão na RDA. Pelo fato de inexistir uma real esfera pública de debate – o que significou também o silenciamento público sobre a homossexualidade por muito tempo – é que o espaço/esfera privado na Alemanha Oriental se tornou tão politicamente importante e potente (Betts, 2010, p. 3).

¹⁴⁴ No original: “Participation in the multiplicity of little honeycomb cells of the many overlapping and intersecting elements in the GDR networks of power and social organisation was thus very widespread [...]”.

Ao contrário do que as análises a partir do totalitarismo atestariam, o espaço privado na RDA não desapareceu, tornando-se não apenas um local de resguardo em relação a uma realidade tão vigiada, mas também um espaço politicamente potente e perigoso, principalmente aos olhos da Stasi. A própria paranoia e a vigilância que a Stasi mantinha sobre todos os aspectos da vida privada de seus cidadãos são provas da permanência do espaço privado nessa sociedade como uma zona de certa margem de autonomia. Caso este não existisse, por que a Stasi teria feito um esforço tão gigante – visto os números de IMs, por exemplo – para vigiar e tentar compreender todas as camadas da vida privada alemã oriental? A Stasi se desenvolveu não para terminar com o espaço privado dessa sociedade, mas para exatamente lidar com a insistente permanência – e periculosidade – deste. Dessa maneira, os espaços familiares, de relacionamento, da sociabilidade da comunidade homossexual etc. permaneceram potentes e bem quistos pelos alemães. Mesmo que infiltrados pela Stasi, o que ocorria mais do que era esperado, tais esferas se tornaram cada vez mais uma fonte de preocupação para as autoridades, como veremos em relação aos grupos homossexuais.

Portanto, a Alemanha Oriental se tratava de uma ditadura participativa em que sociedade e Estado se confundiam em suas fronteiras, em que muitos participavam ativamente do funcionamento do regime – isso podendo significar mais uma tarefa banal do dia a dia, sem qualquer convicção política maior – e que houve a permanência do apreço pelo espaço privado com o seu potencial crítico, político e de margens de autonomia. É por isso que as memórias hodiernas sobre a RDA são tão complexas e disputadas, com muitos indivíduos sublinhando e defendendo aspectos totalmente ordinários e normais de suas vidas nesse país. Em um projeto para o YouTube chamado *Das Andere Leben*¹⁴⁵, antigos cidadãos da RDA são convidados a recontar aspectos de suas vidas naquela sociedade e que acham que foram totalmente obliterados pelas narrativas hegemônicas atuais sobre a Alemanha Oriental. Entre as falas disponíveis, observa-se uma clara indignação em relação ao esquecimento dos aspectos sociais que o Estado da RDA proveu aos seus habitantes assim como a condução de vidas perfeitamente “normais” dentro daquela sociedade. Ou seja, tais colocações adentram um campo de disputas de memória e que denotam a complexidade dessa sociedade e seu funcionamento. Não se pretende aqui esquecer o real lado sombrio desse regime, responsável pela repressão violenta de diversos segmentos da comunidade. No entanto, é importante expandir o entendimento sobre essa sociedade, observando outras nuances, distanciando-se das análises dicotômicas típicas de uma retórica da Guerra Fria e sublinhando as ambiguidades que marcaram essas quatro décadas

¹⁴⁵ KOMMUNISTISCHE Organization. *Das Andere Leben*. Youtube, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/WB7DPBAfP-4>. Acesso em 2 mar. 2023.

nos territórios alemães do Leste. Assim, por exemplo, enquanto para muitos a Stasi era uma presença conhecida, porém considerada apenas como mais um fato banal do dia a dia, para outros indivíduos essa presença significou impactos e restrições perversas em suas vidas (Fulbrook, 2005, p. 277).

É nesse domínio formado pela ausência de espaço público de discussão (sobre a homossexualidade), da importância do espaço privado (para a construção de espaços de sociabilidade homossexual), da preocupação com a vigilância e repressão exercida pela Stasi (com grupos e indivíduos homossexuais sob constante espionagem) e, ao mesmo tempo, com a participação ativa no regime (com alguns grupos homossexuais se recusando a fazer oposição ao Estado) e com disputas sobre a memória na RDA (uma vida homossexual específica e “perdida” com a reunificação alemã) é que devemos localizar a discussão aqui presente.

3.3 A CONJUNTURA AMBIVALENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA RDA

3.3.1 Disputas de memória e esquecimento pós-reunificação

Qualquer turista que visite hoje Berlim encontrará em seu ponto mais central e turístico o Fórum Humboldt, inaugurado em setembro de 2021. O monumento, que serve como local para instalações artísticas e centro gastronômico, é uma reconstrução – ainda que replicando apenas a fachada – do *Berliner Schloss*, palácio construído em meados do século XV para abrigar a família real de Hohenzollern e quase completamente destruído no fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 (Costabile-Henning, 2017, p. 445). O simbolismo histórico do prédio e a sua localidade estratégica na capital atestam a centralidade da construção para a apresentação da capital alemã aos seus visitantes: ao norte da construção está a *Berliner Dom*, a catedral da cidade, e a ilha dos museus, patrimônio da Unesco; no seu lado oeste se expande a *Unter den Linden* com suas casas de ópera, o Museu Histórico Alemão, as embaixadas e, por fim, o Portão de Brandemburgo, monumento símbolo do país. Ao lado leste da fachada do Fórum Humboldt está a Alexanderplatz e sua icônica Torre de TV, símbolo moderno da capital alemã e um dos poucos restantes, ainda que bastante imponente, vestígios da RDA e da arquitetura do lado oriental da cidade. Poucos sabem, no entanto, que nesse mesmo lugar, onde hoje a fachada do Fórum Humboldt encara o centro berlinense, estava o *Palast der Republik*, ou Palácio da República. Desde em 1976, o prédio que ali havia sido construído abrigava o *Volkshammer*, a Câmara representativa da RDA, e era também o destino de muitos berlinenses

orientais e visitantes de diversas partes, os quais atendiam ali as diversas atividades culturais e gastronômicas disponíveis. Se para os visitantes atuais, tal informação passa despercebida, na memória dos habitantes da antiga Alemanha Oriental, ali constava um espaço público que era mais do que apenas um prédio administrativo, mas sim um “verdadeiro palácio do povo” (Costabile-Henning, 2017, p. 446).

Após a reunificação alemã em 1990, as discussões sobre o futuro do *Palast der Republik* duraram quase duas décadas e simbolizam a pluralidade de perspectivas e as disputas no interior das políticas de memória do pós-reunificação. A decisão pela demolição do *Palast* foi uma de grandes proporções entre diversas outras que – em graus diferentes – apagam vestígios da antiga e extinta RDA. Decisões como a renomeações de ruas em Berlim Oriental¹⁴⁶ ou a retirada de monumentos e símbolos socialistas são dinâmicas que, assim como o fim do *Palast*, são vistas pelos antigos cidadãos da RDA como decisões dominadas por alemães ocidentais em uma tentativa de apagar a experiência que tiveram durante as quatro décadas na Alemanha Oriental, uma ação interpretada como deliberadamente obliterando um capítulo importante da história alemã recente (Costabile-Henning, 2017, p. 448). Tais decisões urbanísticas, não tomadas sem uma série de controversas e resistências, vão contra a necessidade de se desenvolver um plano de urbanização que respeite não só o passado, mas a experiência e a memória coletiva dos berlinenses orientais (Neill, 2007, p. 180).

Tais apagamentos e contestações, no entanto, não ocorrem apenas em relação aos grandes monumentos e projetos arquitetônicos, mas também nas narrativas e lembranças populares feitas sobre a RDA. A antropóloga Daphne Berdahl indica inúmeros exemplos de disputas sobre as memórias da vida na Alemanha Oriental. Em seu estudo etnográfico em uma Alemanha já reunificada nos anos 1990, a pesquisadora observa uma série de narrativas circulando no país e que hoje é conhecida como *Ostalgie*, o neologismo alemão que funde as palavras *Ost* (leste) e *Nostalgie* (nostalgia) (Berdahl, 1999). Esse sentimento de nostalgia à vida “perdida” com a reunificação teve seus primeiros indícios em artefatos de consumo. Percebia-se dois claros movimentos: se, por um lado, alemães ocidentais passaram a procurar e colecionar antigos produtos da RDA como forma, muitas vezes, de deboche, por outro lado, cidadãos da antiga Alemanha Oriental se voltaram aos seus antigos e extintos produtos como forma de (re)afirmar suas identidades, em uma defesa às piadas feitas pelos seus compatriotas ocidentais e à política de reunificação claramente inclinada às demandas do antigo governo ocidental (Santos, 2021, p. 90).

¹⁴⁶ Durante os anos 1990 não apenas a renomeação de diversas vias urbanas importantes de Berlim Oriental como também a escolha de nomes com um teor abertamente antissocialista (Huyssen, 1997, p. 60).

Essas disputas em torno da memória em um país recém reunificado não ficaram só no campo do consumo, mantendo também relação intrínseca com discursos sobre tópicos ligados às relações de gênero e à sexualidade no antigo território alemão socialista. Talvez algo não esperado com o processo de reunificação foi o interesse público e da imprensa sobre questões sobre a vida sexual nos dois lados do Muro. Já em junho de 1990, sete meses após a queda do Muro e quatro meses antes da reunificação, o jornal ocidental *Die Zeit* publicou uma reportagem com a seguinte manchete: “Finalmente sexo! Abriu em Leipzig o primeiro Sex Shop da RDA” (Stock, 1990). A reportagem discorre sobre os preparativos para a abertura de uma loja de artigos pornográficos em Leipzig, presumivelmente a primeira loja desse tipo na RDA. Não apenas o título da reportagem (Finalmente Sexo!), mas o tom da narrativa, que destaca a curiosidade e o interesse dos moradores locais sobre o novo empreendimento, sugerem que, até então, algo teria sido proibido aos alemães orientais: o sexo e o prazer. Assim, fica implícito que é com a queda do Muro e a invasão de empreendimentos capitalistas ocidentais no território alemão do Leste que essa população poderá, finalmente, ter acesso a esse prazer sexual.

Um acontecimento que ajudou a impulsionar essa concepção de uma RDA reprimida sexualmente foi o sucesso atingido por Beate Uhse. A empresária alemã ocidental atuava na área de Sex Shop desde 1965, quando abriu sua primeira loja em Hamburgo (Herzog, 2005, p. 145), expandindo o negócio pelo país e o diversificando ao viabilizar aos clientes a possibilidade de compararem seus produtos através do correio. Uhse se tornou uma das marcas mais conhecidas na Alemanha Ocidental e um símbolo das transformações em relação à moral e ao sexo ocorridas no país durante o século XX. No final dos anos 1990, por exemplo, estima-se que 98% dos adultos alemães conheciam o nome de Uhse (Rönicke, 2019, p. 4). Nas semanas posteriores à abertura das fronteiras entre ambos os territórios alemães, Uhse teria enviado caminhões com seus produtos para a RDA, devido a uma suposta alta demanda (Herzog, 2005, p. 216). O interessante é que a relação que os alemães orientais começaram a construir com a figura de Uhse tomou contornos diversos àqueles do contato da empresária com os alemães ocidentais. A partir da análise das cartas que os alemães orientais enviaram a Uhse, percebe-se que o conteúdo destas ia muito além da aquisição de objetos sexuais, encontrando na Uhse um contato maior com o Ocidente e, por vezes, a procura de conselhos diversos (Fritz, 2011, p. 124). Assim, as filas longas em frente aos Sex Shops (tanto naqueles que abriram na RDA quanto naqueles em Berlim Ocidental visitados pelos moradores orientais nos dias que seguiram a abertura das fronteiras), e que logo se dissipariam, teriam vindo de um sentimento geral entre os habitantes da RDA de que eles tinham sido excluídos de certos processos - como aqui a comercialização do prazer sexual (Herzog, 2005, p. 216). O que muitos observadores do

lado ocidental esqueceram de perceber era que tal curiosidade não estava restringida à questão sexual, espalhando-se por outros diversos aspectos que o acesso a novas oportunidades de consumo oferecia.

O que poderia ter sido interpretado como interesse por um tipo específico (e comercializado) de experiência sexual foi cooptado em uma série de disputas de memórias sobre o passado da RDA como um indício de que se trataria de um país reprimido em níveis diversos, inclusive sexualmente. O que tais conclusões feitas pela imprensa e pelos alemães ocidentais preferiram não considerar foi uma série de vozes da RDA que estavam, já naquele momento, expressando a existência de uma cultura sexual alemã oriental específica e que estaria se perdendo com o processo de reunificação. Assim, gradualmente nos anos que seguiram a reunificação, em um processo contínuo de disputas sobre a memória coletiva, surgiu um contradiscurso que hoje ainda é bastante difundido: o de que a RDA teria possibilitado “uma sexualidade natural, não comercializada e não corrompida pelas demandas do capitalismo” (McLellan, 2011, p. 206, tradução nossa¹⁴⁷). Para a promoção dessa narrativa, a questão das mulheres na RDA foi central. Nesse sentido, foi retomada a independência econômica das mulheres como condição fulcral para o desenvolvimento de uma experiência sexual livre das imposições econômicas. A etnógrafa Kristen Ghodsee observa que uma emancipação das mulheres na Alemanha Oriental teria sido alcançada por políticas públicas diversas, como sistema de saúde universal, creches, licenças maternidades, entre outras. Para a autora, esse cenário teria libertado as mulheres de uma experiência sexual submetida a uma lógica mercadológica de seus corpos, como ocorria na Alemanha Ocidental e nas sociedades capitalistas como um todo. Dessa forma, para a autora, as relações na RDA teriam sido “no geral mais honestas, autênticas e, simplesmente, melhores” (Ghodsee, 2018, p. 174, tradução nossa¹⁴⁸).

No entanto, assim como em relação ao discurso ocidental de que na RDA havia uma total repressão sexual, tal ideia de uma abolição das influências mercadológicas na experiência sexual alemã oriental também deve ser problematizada. Nesse sentido, a problemática da prostituição obtém destaque, visto que o SED orgulhosamente destacava uma suposta ausência da prática na RDA como sinal da superioridade desse Estado e a indicação da decadência moral do capitalismo. Entretanto, apesar de realmente quase não ser identificada a prática da prostituição na Alemanha Oriental, ela ainda certamente acontecia em ambientes cujos frequentadores faziam parte dos altos escalões do governo e, principalmente, onde eram

¹⁴⁷ No original: “[...] a natural, uncommercialised sexuality, unsullied by the demands of capitalism”.

¹⁴⁸ No original: “[...] are generally more honest, authentic, and, well, just better.”

recebidas as autoridades e importantes visitantes estrangeiros¹⁴⁹. Além disso, a noção de emancipação econômica feminina também deve ser vista de forma mais crítica, pois ela apresenta uma série de limitações. Em relação a uma discussão sobre as relações de gênero e à divisão das tarefas domésticas, por exemplo, pouco se modificou na RDA, deixando as mulheres ainda como as responsáveis majoritárias pelo fardo do trabalho formal conciliado ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos (Frink, 2001). Além disso, apesar de as mulheres terem atingido níveis de educação formal iguais ou superiores aos dos homens, elas permaneceram, preponderantemente, em postos de trabalho que não exigiam altos níveis de formação e ganhavam cerca de 25 a 30% a menos do que os homens (Harsch, 2015, p. 102) – dado esse que já problematiza bastante a afirmação de uma emancipação econômica, por exemplo.

De qualquer forma, um contradiscurso, parte explícita da *Ostalgie*, foi fortalecido durante as últimas décadas, tendo personalidades como a atriz Katharina Thalbach declarado: “nós no Leste fazíamos mais sexo e tínhamos mais sobre o que rirmos” (Bazinger, 2008). Além disso, segundo entrevistado de Josie McLellan, na RDA “nem tudo era bom, mas em princípio você podia viver sua sexualidade livremente” (McLellan, 2011, p. 1, tradução nossa¹⁵⁰).

Por conseguinte, percebe-se duas narrativas distintas: a primeira, geralmente proferida pelos alemães ocidentais, que enxerga um caráter totalmente repressivo no Estado da RDA; e a segunda que é, em sua maioria, defendida pelos próprios cidadãos da antiga RDA, em uma espécie de *Ostalgie*, e que atesta uma liberdade sexual intensa e especificamente alemã oriental. Tais choques entre explicações contrárias são típicos de do processo que Michael Pollak aponta como dinâmica coletiva, muitas vezes paradoxal e conflitante, de construção de uma memória nacional (Pollak, 1992, p. 6). A construção de uma memória nacional – nesse caso, a memória nacional de um país recém reunificado – passa por uma série de disputas que marcam o enquadramento dessa memória. Apesar desse processo ocorrer de forma intensa em ambientes institucionais – seja nas universidades, seja pelo almejo político ou ideológico do governo em exercício – ele também se dá entre a população. No caso alemão, temos, portanto, uma sociedade formada por aqueles que apoiavam o regime do SED, outros que sofreram as consequências da repressão exercida pelo Estado e ainda parte da sociedade atual, os alemães ocidentais, que mesmo não tendo vivenciado a experiência coletiva na Alemanha Oriental,

¹⁴⁹ Cf. Brüning, 2020..

¹⁵⁰ No original: “[...] not everything was good in East Germany, but in principle you could live out your sexuality freely”.

enxergam-se como cúmplices dessa memória e, assim, adentram as disputas para esse enquadramento da memória nacional.

As narrativas aqui expostas, principalmente a que romantiza a experiência alemã oriental a partir da *Ostalgie*, ocorrem pelo próprio caráter ambivalente da RDA. Certamente havia um teor repressivo significativo, com a figura da Stasi sendo símbolo preponderante desse cenário, e que não se esquivava das questões que envolviam moral e sexualidade. No entanto, é também importante reconhecer que os alemães orientais realmente “tinham experimentado transformações radicais em normas (hétero)sexuais em suas duas décadas anteriores a reunificação” (McLellan, 2011, p. 207, tradução nossa¹⁵¹). Ao trazer essas narrativas conflitantes, não é pretendido aqui confirmar alguma delas e refutar a outra, mas chamar atenção para o fato de que talvez ambas tenham algo de verdade (Herzog, 2005, p. 188). Mais um sinal da natureza paradoxal e ambígua que se observava na Alemanha Oriental e que, certamente, teria implicações específicas nas experiências e nas demandas colocadas pelo movimento homossexual e lésbico no país.

Talvez o perigo maior de aceitar acriticamente um discurso como o da *Ostalgie* é que ela acaba suplantando outras vozes que registrariam uma experiência na RDA bastante diferente (McLellan, 2011, p. 214), como pode ser o caso daqueles que escapavam da cisheteronormatividade, por exemplo, e que estavam excluídos de muitos direitos básicos acessíveis a qualquer casal heterossexual no país. Portanto, se de alguma forma há uma independência econômica das mulheres e uma relativa libertação sexual em relação às amarras mercadológicas, os efeitos disso certamente eram díspares para as mulheres lésbicas, por exemplo.

Assim, ao recuperar a história do movimento homossexual na Alemanha Oriental, pretende-se também retomar narrativas outras, essas que fazem parte das “memórias subterrâneas”, aquelas provenientes de minorias e cujo conteúdo usualmente se difere dos discursos hegemônicos que regram a construção de memórias nacionais (Pollak, 1992). As memórias subterrâneas e dissidentes na RDA são necessárias, pois não apenas trazem novos escopos para a memória coletiva do país como também apresentam elas mesmas processos de disputa e de divergências entre si. Cerca de 25 anos após a queda do Muro de Berlim, ao relembrar sua experiência como um homem homossexual na RDA, Eduard Stapel, ativista do movimento homossexual alemão oriental, atestou que a situação dos gays e lésbicas na Alemanha Oriental não teria sido muito distinta daquela encontrada no vizinho ocidental,

¹⁵¹ No original: “[...] East Germany *had* experienced radical changes in (hetero)sexual norms in the two decades before reunification.”

especialmente no que se refere à LGBTfobia experimentada (Stapel, 2017, p. 143). Por outro lado, Jürgen Lemke, escritor homossexual na RDA, em um evidente engajamento típico da *Ostalgie*, vê uma perda significativa com o fim do Estado alemão oriental e a dissolução de uma experiência homossexual que seria fortemente diversa daquela encontrada na sociedade capitalista, particularmente em relação ao individualismo que, segundo o autor, dominava as relações da subcultura homossexual de Berlim Ocidental (Peck; Lemke, 1991, p. 151). Dessa forma, voltar-se às experiências dos dissidentes da cisheteronormatividade na RDA pode auxiliar não apenas a recuperar uma parte insistentemente silenciada sobre a Alemanha Oriental, como também compreender melhor a questão do “Estado colmeia” e suas explícitas ambiguidades, as quais impactavam a comunidade homossexual e que ainda despontam em suas narrativas hoje em dia. Assim, notar tais narrativas diversas, ambíguas e, às vezes, conflitantes significa não apenas adentrar uma discussão doméstica, mas que era perpassada e estava ligada a nós de conexões transnacionais.

Em 10 de agosto de 1990, momento de grande incerteza para os alemães orientais, com uma reunificação cada vez mais próxima e uma imprensa minuciosamente explorando todos os aspectos da vida na RDA, um acadêmico estadunidense escreveu ao grupo *Courage*, um dos muitos grupos homossexuais e lésbicos surgidos na década de 1980 no país. Na carta, o pesquisador esclarece que ele faz parte de um programa de intercâmbio e passará um período na Universidade de Humboldt a fim de compreender quais eram os impactos do processo de reunificação e dissolução da RDA na vida de homossexuais e lésbicas¹⁵². Portanto, ele se dirigia aos grupos homossexuais ativos no país naquele momento para que pudessem ser uma fonte primária para a pesquisa. Porém, no final de outubro do mesmo ano, com a Alemanha já reunificada, o grupo recebeu uma outra carta de um correspondente que estava nos EUA e que teria participado de um congresso na Universidade de Harvard e presenciado a palestra do mesmo pesquisador que tinha entrado em contato com o *Courage* sobre sua pesquisa em Berlim. O correspondente relata que tal professor teria afirmado que não havia mais um movimento homossexual na RDA, e que muitos dos grupos, inclusive o *Courage*, teriam apenas sido um braço cooptado pelo Estado. Além disso, o professor teria defendido que com o professo de reunificação, os homossexuais alemães orientais teriam desistido do movimento que construíram e estariam apenas festejando e aproveitando as oportunidades da Alemanha Ocidental, insinuando a ausência de valor da comunidade e subcultura homossexuais da RDA. Para a testemunha presente no evento, a fala era uma evidente “tentativa de apagar tudo que o

¹⁵² Carta de pesquisador do Bates College ao grupo *Courage*, 10 ago. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

socialismo havia começado a alcançar na RDA e também difamar as conquistas que os gays alemães orientais atingiram”¹⁵³. Destarte, torna-se evidente como as disputas sobre memória também adentraram nas experiências de habitantes dissidentes da cisheteronormatividade e se desenrolaram para além dos limites domésticos alemães, tornando-se parte de embates discursivos sobre uma memória e/ou história queer global.

Tais memórias subterrâneas, diversas e ambíguas devem ser retomadas. O turista que adentrar o Fórum Humboldt hoje em Berlim precisa ser lembrado não apenas do palácio ali construído no século XV, mas também do *Palast der Republik* na RDA e sua função cultural e de sociabilização na capital alemã oriental. No entanto, mais do que isso, o visitante também precisa ter a chance de ser informado que no teatro que ali havia no *Palast der Republik*, logo ao lado da Câmara parlamentar da RDA, foi apresentado em 1990 uma das últimas peças daquele local, chamada *Männerbiographie in der DDR: Ich bin Schwul* (Biografias Masculinas na RDA: eu sou gay)¹⁵⁴. Isto é, um dos últimos trabalhos a serem apresentados no teatro de um dos prédios mais importantes da Alemanha Oriental foi sobre biografias homossexuais no país, um fato que, certamente e infelizmente, os visitantes do Fórum Humboldt atualmente não são informados sobre. Caso fossem, poderiam indagar: afinal, a RDA reprimia os homossexuais e seu movimento ou houve uma aceitação e apoio a tais dissidentes?

3.3.2 O moralismo pós-guerra, a concepção socialista sobre a homossexualidade e o silenciamento público

No verão de 1950, pouco menos de um ano após a fundação da RDA, Rudolf Klimmer, quem já vimos anteriormente, dava continuidade a sua campanha pela descriminalização da homossexualidade no país, algo que vinha se empenhando desde o imediato pós-guerra, quando o território alemão no Leste ainda era apenas uma ocupação da URSS e a RDA um projeto incerto. Como destacado anteriormente, Klimmer recebeu uma carta do Vice-presidente do Supremo Tribunal alemão oriental atestando que havia “problemas mais urgentes” do que a descriminalização da homossexualidade no país. Presume-se, a partir de tal resposta, que a autoridade apenas se esquivava dos pedidos feitos por Klimmer e, possivelmente, trazia uma

¹⁵³ Auszüge aus Brief, 28 out. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Korrespondenz AGH Courage (n. 8d), tradução nossa. No original: “[...] a blatant attempt to eradicate all that socialism had begun to achieve in the GDR, and also to denigrate the achievements of East German gays.”

¹⁵⁴ *Männerbiographie in der DDR: Ich bin schwul*, brochura sem data. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik - DDR, Bildung, Kunst und Kultur Jürgen Lemke (n. 18).

resposta genérica para não explicitamente mostrar sua concordância à continuidade da criminalização de atos homossexuais pelo parágrafo 175.

Entretanto, a preocupação com questões de gênero, sexualidade e questões sobre morais sexuais estavam presentes nos territórios alemães ocupados - e, portanto, na futura RDA - desde o imediato pós-guerra. Para muitos berlinenses ficou evidente que, para as autoridades, tão importante quanto limpar as ruas dos destroços da guerra seria restaurar as morais consideradas tradicionais e que estariam sendo colocadas em xeque pelo que tais conservadores consideravam como uma escancarada licenciosidade pública no pós-guerra (Evans, 2003, p. 605). Assim, apesar de os anos 1950 e 1960 poderem ser interpretados como sinais de um certo progressismo na sociedade alemã oriental, principalmente no que concerne à independência econômica feminina e uma crescente aceitação oficial do sexo heterossexual antes do casamento, a RDA nesse período também desenvolveu um conservadorismo sexual e distintivamente socialista (Herzog, 2005, p. 196) – enquanto no lado alemão ocidental se desenvolvia também um tipo de conservadorismo, mas fundado em preceitos religiosos.

Em seus primeiros anos, a Alemanha Oriental passou por um momento de extrema instabilidade social, econômica e política, a qual era fomentada não apenas pelos estragos da guerra, mas também advinda das transformações em curso para a construção do projeto socialista nesse território – com a coletivização de produções agrícolas, a estatização de indústrias e os confiscos de propriedades privadas. Nesse contexto, o Estado se voltou à defesa de uma moral afincada não somente em um ideal de sociedade para o futuro da RDA, mas também a fim de redirecionar os esforços da sociedade ao fortalecimento econômico da nação. Assim, o conservadorismo sexual em curso naquele período pode ser justificado pelo desespero não apenas das autoridades – como da população – em superar o estado lamentável que se encontrava a economia e as condições sociais do país (Herzog, 2005, p. 199). Para isso, uma moralidade sexual que defendia um prazer focado na promoção de um futuro socialista alemão – ou seja, o sexo visando a natalidade – foi predominante nesse primeiro momento. Dessa forma,

a busca por um estado moral vinculava a normalização política às visões populares e oficiais de respeitabilidade, identificação de gênero e comportamento preferencial, elementos que guiaram sociólogos, juristas, reformadores jurídicos e alemães comuns em sua compreensão das causas e consequências do comportamento ilícito. Mais importante, eles serviram como um barômetro para avaliar a ‘renovação humanista’ como marcadores de patriotismo e do verdadeiro modo de vida alemão (Evans, 2005, p. 357, tradução nossa¹⁵⁵).

¹⁵⁵ No original: “The quest for a moral state linked political normalization to popular and official visions of respectability, gender identification, and preferred comportment, elements of which guided sociologists, jurists, legal reformers, and average Germans in their understanding of the causes and consequences of illicit behavior.

Essa “renovação humanista” pretendia traçar uma diferenciação entre o regime socialista e os crimes recentes nazistas, justificando as transformações em curso. Isso ficava claro ao observar a política de desnazificação da sociedade, a qual também englobava questões morais. No entanto, no que concerne aos homossexuais, tal “renovação humanista” parecia não os englobar. Para os dissidentes da cisheteronormatividade, os primeiros anos de construção da Alemanha Oriental representam o período em que a política contrária à homossexualidade atingiu seu pico na história da RDA, dando continuidade a um sentimento de incerteza e perseguição aos homossexuais, o que, ironicamente, foi tão prevalente no Terceiro Reich.

Algo bastante importante a se realçar na análise desse período é que se a RDA possuía motivos específicos ao seu contexto para se engajar em uma cruzada moralista em sua população, ela também estava concomitante integrada a uma tendência global durante o início da Guerra Fria em “politizar e regular comportamentos e ações consideradas aberrantes, anormais ou doentes. Ou seja, reforma moral foi uma característica estadista universal na Guerra Fria” (Evans, 2005, p. 356, tradução nossa¹⁵⁶). Na Alemanha Ocidental era observada também uma cruzada moral, mas fincada em preceitos cristãos. Já nos EUA, um dos principais polos da Guerra Fria, a cruzada moral aconteceu de forma explícita a partir dos anos 1950, resultando em centenas de homossexuais demitidos de seus postos públicos de trabalho (Cervini, 2021).

No contexto específico alemão oriental, com a sombra recente do nazismo e a implementação de um regime sob a influência da URSS – a qual grande parte da população se opunha, visto o anticomunismo perpetuado pela ditadura de Hitler – essa tendência conservadora ganhou contornos específicos. Nesse sentido, destaca-se a noção de “antifascismo” como presente nesses discursos conservadores dos anos 1950 e também como um dos cernes da identidade nacional da RDA e da narrativa que pretendia justificar e estabilizar a existência de tal país. A retórica adotada pelo Estado universalizava o nazismo igualando-o ao fascismo, assim apagando qualquer traço de que se tratava de um fenômeno especificamente alemão. Dessa forma, o discurso antifascista propagado defendia que o fascismo (e, portanto, o nazismo) tinha como pré-condição a sociedade capitalista. Ou seja, pretendia-se afirmar que, ao abolir o capitalismo dessa sociedade, a RDA caminhava também

Most importantly, they served as a barometer with which to gauge ‘humanist renewal’ as markers of patriotism and the true German way of life.”

¹⁵⁶ No original: “[...] to both politicize and regulate actions and behaviors deemed aberrant, abnormal, and unhealthy. In short, moral reform was a universal feature of Cold War statecraft”.

para uma realidade em que o fascismo (ou os horrores do nazismo) não poderia mais ocorrer (Monteath, 1999, p. 99).

A retórica antifascista teve resultados práticos e não ficou restrita apenas aos discursos políticos. Apesar de processos judiciais de desnazificação terem ocorrido em ambos os territórios alemães, a Alemanha Oriental, ao ser comparada com sua vizinha ocidental, apresentou uma consistência muito maior e até mesmo certa severidade na desnazificação do país (Monteath, 1999, p. 100). As estatísticas confirmavam tal tendência, mostrando que as chances de um indivíduo vir a ser julgado e condenado por ter cometido crimes nazistas eram de seis a sete vezes maiores na RDA (Fulbrook, 2020, p. 302).

As noções sobre as sexualidades dissidentes na Alemanha Oriental são perpassadas por essa tensão entre a construção de um Estado alemão socialista, o passado recente nazista e as disputas ideológicas em curso da Guerra Fria. Como observado mais anteriormente, Rudolf Klimmer, já no imediato pós-guerra, articulava uma campanha para a descriminalização da homossexualidade. Com leitura da retórica antifascista que se desenvolvia já em 1946 na área alemã ocupada pela URSS, Klimmer não apenas registrou petições para a descriminalização da homossexualidade como também protocolou um pedido de recompensa financeira aos homossexuais levados aos campos de concentração (Jensen, 2002, p. 323). No entanto, ambas iniciativas falharam. Observando a centralidade do discurso antifascista nesse momento, a pergunta lógica que deve ser colocada é: se, como vimos, os homossexuais haviam sido vítimas da ditadura de Hitler e a RDA se colocava como a maior oposição ao nazismo, por que, então, foi negado o reconhecimento destes entre essas vítimas? Tal evidente incoerência não era, entretanto, uma novidade na RDA, visto que o próprio KPD e SPD (futuros formadores do SED) tinham se comportado de maneira ambígua logo após a ascensão dos nazistas ao poder. Ambos os partidos durante os 12 anos de ditadura nazista - por mais que quase tenham aprovado o fim do 175 na República de Weimar – foram responsáveis por um discurso que visava conectar os nazistas à homossexualidade e, dessa forma, desmoralizar o regime (Oosterhuis, 1995, p. 228).

O que se observou na Alemanha durante o fim da década de 1920 e no decorrer dos anos 1930 foi um discurso de que o nazismo era resultado da homossexualidade. O partido SPD, em especial, procurou popularizar uma narrativa de que a homossexualidade seria aceita e difundida nos altos escalões nazistas (Oosterhuis, 1995, p. 228). Alguns eventos cruciais ajudaram a alavancar tais rumores plantados pelo SPD e outros setores de oposição e da imprensa. O principal deles foi a polêmica em torno do caso de Ernst Röhm, a qual foi utilizada como prova irrefutável de uma homossexualidade generalizada entre as autoridades próximas

a Hitler¹⁵⁷. Denúncias sobre casos de homossexualidade no interior da *Schutzstaffel* (SS), a organização paramilitar comandada por Heinrich Himmler, acabaram também sendo instrumentalizadas e divulgadas por opositoristas, entre eles comunistas, o que culminou no estabelecimento da pena de morte a homossexuais na SS (Giles, 2002, p. 265) e uma intensificação das investidas de Himmler nas políticas contra os homossexuais e no envio destes para os campos de concentração. O alcance de tais narrativas ligando o nazismo à homossexualidade ultrapassou as fronteiras espaciais e temporais da Alemanha durante os anos 1930 e 1940, já que na atualidade ainda há uma série de especulações e até mesmo pesquisas de historiadores que almejam comprovar ou refutar tal suposição¹⁵⁸.

Todavia, não são só apenas essas relações conflitantes entre partidos e a questão da homossexualidade que a RDA herdaria. Outra tendência que contribuiria para um posicionamento hostil no que dizia respeito à homossexualidade teria ocorrido na URSS desde 1917. Logo após a revolução, a homossexualidade foi descriminalizada na URSS, o que, para muitos, foi vista como um sinal de uma revolução sexual em curso no país (Healey, 1993). Isso logo mudaria com o stalinismo, resultando na recriminalização da homossexualidade e na intensificação da perseguição aos homossexuais na União Soviética (Healey, 2002, p. 356). Isto é, a retórica utilizada por opositoristas ao nazismo na Alemanha deve também ser compreendida a partir de um contexto em que a própria URSS voltava a observar a homossexualidade como uma ameaça e sob o signo da anormalidade. Talvez o escritor soviético Maxim Gorki tenha traduzido da melhor forma o ânimo moral daquele período, atestando: “Extermine todos os homossexuais, e o fascismo desaparecerá” (Oosterhuis, 1995, p. 236, tradução nossa¹⁵⁹).

A Alemanha Oriental herdou, portanto, uma visão informada pelos embates com o nazismo, a influência da URSS e uma concepção que via a homossexualidade como um vício capitalista degenerado – e, nessa lógica, ligado também ao fascismo. Assim, as dissidências da cisheteronormatividade apareciam como conectadas à decadência aristocrática e burguesa e como uma prática não produtiva e ainda irracional, a qual não traria nenhuma contribuição ao futuro da nação (Oosterhuis, 1995, p. 238). Isso significava que em um momento em que o Estado tentava convencer a sua população sobre a necessidade de um esforço comunitário a fim

¹⁵⁷ Ernst Röhm era um dos oficiais mais próximos a Hitler e sua homossexualidade era bastante conhecida, inclusive pelo ditador. Ao utilizar esse fato para desestabilizar a moral do regime nazista, partidos opositoristas e a imprensa acabaram provocando o mandado de assassinato de Röhm, o que deu início também à intensificação das políticas nazistas contra a homossexualidade.

¹⁵⁸ Cf. Machtan, 2001.

¹⁵⁹ No original: “Exterminate all homosexuals, and fascism will vanish.”

de canalizar o fortalecimento do regime e de sua economia, qualquer sugestão para uma reforma legal que descriminalizasse práticas sexuais não reprodutivas poderia significar um novo obstáculo para a aceitação pública do regime (Grau, 1999, p. 5). Por isso, o Estado via a necessidade de promover a defesa de uma de heterossexualidade socialmente responsável e produtiva (Evans, 2010, p. 555).

Logo, em uma sociedade que se pretendia como alternativa contrária ao nazismo e que presava por uma moral socialista, a defesa ou a visibilidade da homossexualidade poderiam perturbar uma transição entre o fascismo para o socialismo real (Evans, 2010, p. 556). A negação às petições feitas por Klimmer, portanto, serviram não apenas para sublinhar esse posicionamento oficial em um momento de crise, mas também para concretizar um silenciamento e uma ausência de espaço público de discussão sobre a homossexualidade. Esse silenciamento relegava às margens um grupo de indivíduos que não seria considerado como parte da comunidade (antifascista) da RDA. Isso significou que, durante a maior parte da existência desse Estado, as autoridades mantiveram uma recusa generalizada sobre o tópico da homossexualidade, como também evitavam reconhecer qualquer tipo de minoria ou grupos marginalizados dentro desse Estado (Herzog, 2008, p. 77). Esse silenciamento veio também acompanhado pela manutenção do parágrafo 175 no novo território alemão socialista.

Em 1959, dez anos após a fundação oficial da RDA e quase 15 anos de contínua campanha de Rudolf Klimmer – a qual continuaria pelo menos até 1963¹⁶⁰- pela descriminalização da homossexualidade, o diretor do *Institut für Sozialhygiene* (Instituto de Higiene Social) respondeu às contínuas cartas escritas por Klimmer e defendeu que a homossexualidade não era condizente com a moral socialista¹⁶¹, posicionamento esse que Klimmer continuaria encontrando pelo decorrer da década de 1950 e, em partes, durante a década de 1960. Por essa suposta incompatibilidade entre o que acreditavam ser a homossexualidade e o projeto que defendiam para uma Alemanha Oriental socialista, o parágrafo 175 foi continuado no país, mas com algumas especificidades. Como mostrado anteriormente, durante o nazismo, o parágrafo 175 foi reformado, abrangendo seu escopo de ação, assim como a criação do adicional 175^a, o qual se dirigia, principalmente, a casos envolvendo prostituição e àqueles em que havia relação entre maiores e menores de 21 anos. As reformas legais na RDA em curso nos anos 1950, e que mantinham o ideal de desnazificar

¹⁶⁰ Carta do Deutscher Demokratischer Rundfunk Redaktion ao Rudolf Klimmer, 8 jul. 1963. Arquivo Schwules Museum, Nachlass Rudolf Klimmer, Korrespondenz zum 175 (1947-1963).

¹⁶¹ Carta do diretor do Institut für Sozialhygiene der Universität Rostock ao Rudolf Klimmer, 17 dez. 1959. Arquivo Schwules Museum, Nachlass Rudolf Klimmer, Korrespondenz zum 175 (1947-1963).

o código penal alemão, resolveram pelo retorno à versão do 175 anterior à 1935, mas mantiveram a extensão feita pelo 175^a, mesmo este sendo uma criação exclusivamente nazista. Mostrava-se, dessa forma, os limites do almejo antifascista em abolir do código penal qualquer traço do nazismo e também uma especial preocupação do Estado em relação à ameaça da “sedução” da juventude por homossexuais (McLellan, 2001, p. 115).

Apesar de ser uma invenção legislativa nazista, a manutenção do 175^a foi justificada pelas autoridades, pois se trataria de uma lei baseada em “ideias progressistas que defendiam a integridade sexual e, assim, o desenvolvimento saudável da juventude” (Evans, 2010, p. 554). Essa decisão foi bastante relevante para determinar os desafios que os homossexuais enfrentariam nessa sociedade, já que tal parecer cristalizava o argumento central que dominaria as discussões sobre a descriminalização ou não da homossexualidade no país: a suposta necessidade de proteger a juventude de ser coagida a tais atos (Grau, 1999, p. 7). Desta maneira, o Estado da RDA deixava claro o impacto da herança que o influenciava: tanto o nazismo quanto o regime de Stalin viam na homossexualidade um símbolo de perigo à juventude e de ameaça à integridade nacional (Evans, 2010, p. 554), ainda que sob crenças e ideologias com objetivos díspares, fato que influenciaria os limites das transformações das atitudes oficiais da RDA quantos às sexualidades dissidentes em suas primeiras décadas.

Enquanto a preocupação com a ameaça da homossexualidade à juventude era um traço comum entre a RDA e a sua vizinha ocidental, a retomada da versão do parágrafo 175 anterior ao regime nazista foi uma especificidade da Alemanha Oriental, não ocorrendo o mesmo no lado ocidental. Apesar de tal resolução poder dificilmente ser considerada uma atitude progressista, esta não foi a única particularidade da RDA em relação ao 175. Como já evidenciado, da mesma forma que o país tinha herdado noções da homossexualidade ligadas ao nazismo e ao regime de Stalin, havia setores propensos a levar adiante a herança histórica do SPD e do KPD no que condizia à atuação dos partidos durante a República de Weimar em relação ao 175. Essa ambivalência entre propensão à maior liberalização e à manutenção da criminalização estava, portanto, nas mãos do grau de estabilidade do regime, o qual ditava as margens disponíveis para transformações legais ou sociais no país (Grau, 1999, p. 9).

Condições de maior estabilidade política e econômica no país foram aparecendo, ainda que timidamente, no decorrer dos anos 1950. Assim, houve dois momentos nessa década em que se discutiu, ainda que sob portas fechadas e sem conhecimento público, a possibilidade de reformas e de descriminalização da homossexualidade. Em 1952, nas discussões para um novo Código Penal no país, estabeleceu-se que a homossexualidade deveria ser descriminalizada entre adultos, havendo provisões legais apenas para casos que envolvessem coerção,

prostituição ou relação sexual com menores de 21 anos (Grau, 1999, p. 10). Apesar de ser uma resolução significativa – especialmente por ter sido considerada já nos anos imediatamente após a fundação da RDA – a discussão apresentava limitações que se entenderiam por muitos anos, tendo os presentes, em grande parte, expressado visões que consideravam a homossexualidade como um comportamento típico das classes altas de sociedades capitalistas (Grau, 1999, p. 11). De qualquer forma, as chances apresentadas nesse primeiro momento foram frustradas pela crise dos protestos de junho de 1953, momento que levou ao regimento do SED a aguçar suas atividades de vigilância, repressão e, conseqüentemente, a sua cruzada moral nessa sociedade¹⁶², visando uma intensificação produtiva, industrial e econômica.

Um segundo momento de discussão (não pública) sobre a descriminalização da homossexualidade se deu entre 1957 e 1958, momento em que o Estado planejava mais uma vez a reforma do Código Penal no país. Os participantes das discussões decidiram pela descriminalização da homossexualidade entre adultos sob a crença de que os casos de homossexualidade no país cairiam com as condições sociais e de saúde pública disponibilizadas pelo Estado socialista (Grau, 1999, p. 15). Assim, reafirmava-se a convicção de que as dissidências de sexualidade seriam um fenômeno típico de sociedades capitalistas, não havendo condições para tal processo no socialismo. De qualquer forma, apesar da comissão ter posicionamento favorável à discussão, tal proposta não foi levada adiante, já que havia um receio sobre as conseqüências imprevisíveis que a descriminalização traria (Grau, 1999, p. 16). Em um momento ainda frágil economicamente e de grande êxodo da RDA – quatro anos antes da construção do Muro de Berlim – o medo em relação à reação popular se fazia muito presente, o que dificultou a continuidade ao parecer dado pela comissão para o novo Código Penal. No entanto, se, por um lado, não houve o fim do 175 durante tais discussões na década de 1950, por outro lado, o

SED discretamente instruiu a polícia e os juizes a não mais processar ou prender homens adultos envolvidos em atividades homossexuais consensuais, e isso certamente marcou um contraste importante com a criminalização coordenada em andamento, repleta de batidas policiais e sentenças de prisão, na Alemanha Ocidental (Herzog, 2008, p. 77, tradução nossa¹⁶³).

Por mais que não houvesse ainda condições para uma descriminalização oficial, na realidade houve uma sugestão para a descontinuidade prática da lei - mais um traço ambíguo e

¹⁶² Evans se debruça sobre uma região de grande concentração de trabalhadores de minas de urânio na RDA, observando como as medidas que almejavam a promoção de uma moral socialista – nesse caso, o policiamento da homossexualidade entre tais trabalhadores – se intensificou a partir da crise de 1953 (Evans, 2005).

¹⁶³ No original: “SED quietly instructed police and judges no longer to prosecute or imprison adult men engaged in consensual homosexual activity, and this certainly marked an important contrast to the ongoing coordinated criminalization, replete with police raids and prison sentences, in West Germany.”

distintivo da história queer na RDA. Assim, enquanto na Alemanha Ocidental a intensidade de homossexuais enquadrados legalmente e levados a prisão permanecia em níveis que, em muitos momentos, não se diferenciavam em nada daqueles observados durante o regime nazista, na Alemanha Oriental, a partir de 1957, o parágrafo 175 praticamente deixou de ter aplicabilidade legal, com a exceção de poucos casos. Para nível de comparação, se na RDA houve já na década de 1950 o desestímulo às forças policiais e às autoridades jurídicas no uso do 175, na Alemanha Ocidental, entre 1945 e 1969, ocorreram cerca de 100 mil acusações e 50 mil condenações sob o parágrafo 175 (Burgi, 2016, p. 28), um número muito semelhante ao do Terceiro Reich e muito superior ao durante a República de Weimar (9.375 acusações), por exemplo¹⁶⁴.

Uma ressalva indispensável que deve ser feita sobre esse momento é que, mesmo com tais significativas diferenças no tratamento da homossexualidade nos dois territórios alemães nesse período, não é possível atestar que a RDA tenha adotado uma posição progressista em relação ao tema. Afinal, tais discussões e sugestões jurídicas não foram feitas publicamente, o que significava uma ausência de uma discussão pública sobre a questão e, na prática, a continuidade da ameaça diária do 175 na vida dos homossexuais, já que estes desconheciam tais deliberações feitas pelas autoridades. Além disso, como já exposto, o silenciamento e a falta de espaço público para a homossexualidade permaneceram e relegavam os homossexuais ao isolamento, ao sofrimento e à invisibilidade, especialmente nessas duas primeiras décadas.

Em termos de locais de sociabilização homossexual, por exemplo, até o fim dos anos 1950, havia apenas um único bar homossexual (não oficialmente ao público) em Berlim Oriental, o *Albrechtseck*, o qual ficava próximo a um setor de controle entre o lado ocidental e oriental da cidade, sendo muito visitado também por moradores de Berlim Ocidental (Borowski, 2017a, p. 111). Em relação às mídias impressas e ao rádio, existia praticamente um silêncio absoluto sobre as dissidências da cisheteronormatividade. Quando estas eram mencionadas, as publicações geralmente a abordavam em um tom abertamente depreciativo. Portanto, esse silenciamento deliberado e constante traduzia a concepção dominante de que a homossexualidade, além de uma condição típica de uma sociedade capitalista em decadência, tratava-se de um problema médico, sobre o qual a população não deveria ser informada (McLellan, 2011, p. 117).

¹⁶⁴ Edward Dickinson nota a agressividade que a Alemanha Ocidental perseguiu legalmente casos de homossexualidade, principalmente na década de 1950. Segundo os dados compilados, a incidência de casos criminais envolvendo acusações de relações homossexuais era em 1951 3 vezes maior do que durante a República de Weimar. Esse cenário apenas se expandiu entre 1951 e 1959, tendo uma extensão de 44% na incidência de casos registrados e denunciados (Dickinson, 2007, p. 236).

Com a quase ausência de estabelecimentos comerciais destinados à comunidade homossexual e o silenciamento público e midiático, esses sujeitos encontravam em locais escondidos e de encontros furtivos a possibilidade para criar relações, contatos e uma limitada aliança. Nesse sentido, a abundância de parques públicos em Berlim Oriental contribuía para a formação de espaços informais de encontro. O parque *Friedrichshain*, não muito distante do bar *Albrechtseck*, apresentava aos homossexuais uma função bastante diversa daquela tida pelo público geral. Ali, encontravam a “possibilidade de conhecer alguém rapidamente pelo parque ou nos banheiros públicos” (Dobler, 2003, p. 270, tradução nossa¹⁶⁵).

Para além dessas limitadas opções, até 1961, quando ainda era possível atravessar as fronteiras entre os dois lados de Berlim, muitos homossexuais costumavam visitar a cena mais diversificada e com mais opções de estabelecimentos em Berlim Ocidental. No entanto, com a construção do Muro, houve também o encerramento dessa alternativa para uma sociabilização homossexual (Dobler, 2003, p. 269), o que indica que o Muro de Berlim a partir de 1961 teve impactos e influências que vão muito além das narrativas tradicionais e que confirmam a necessidade da historiografia queer, a fim de retomar um outro passado, uma história que não é cis, hétero ou uniforme (Dinshaw, 2007, p. 185). Nesse contexto, um desses frequentadores dos estabelecimentos disponíveis na época relata o quanto visitava bares em Berlim Ocidental, em especial aqueles na região da *Kurfürstendamm*, no famoso bulevar na cidade, e como ele foi obrigado a sair às pressas para voltar ao lado oriental na madrugada de 13 de agosto de 1961 quando foi avisado que havia começado o fechamento definitivo das fronteiras com a construção do Muro (Borowski, 2017a, p. 114).

A concepção de que a sexualidade e suas práticas deveriam estar concentradas na construção futura de uma nova sociedade ditava uma moral sexual específica e excluía aqueles que a contradiziam, considerando-os imorais e proibidos da sociedade visionada pelo regime (Borowski, 2017a, p. 54). Enquanto isso ficava claro na restrição dos espaços de sociabilização ou no silenciamento sobre a discussão em espaços públicos, havia efeitos também profundos na vida pessoal e profissional desses indivíduos. Para além do sentimento de exclusão e solidão, muitos enfrentavam desafios específicos no meio profissional por conta de sua sexualidade. Michael, ao rememorar a sua vida na Alemanha Oriental, destaca as dificuldades impostas aos homossexuais dentro de companhias de dança e teatro, mesmo sendo uma área que apresentava, geralmente, uma tolerância maior às expressões dissidentes de gênero e/ou sexualidade. Ele frisa que logo na audição para futuros bailarinos, havia uma atenção especial à presença ou não

¹⁶⁵ No original: “Die Möglichkeiten schnell jemanden im Park oder der öffentlichen Toilette kennen zu lernen, waren hier fast perfekt, wie Eingeweihte erzählten“.

de comportamentos que pudessem ser interpretados como indícios de homossexualidade (Borowski, 2017a, p. 110). Outros relatos confirmam essa tensão e destacam narrativas com consequências drásticas, como a história de dois rapazes sendo obrigados a deixar sua formação em balé por expressarem assumidamente a sua homossexualidade (Borowski, 2017a, p. 151).

Logo, nas recordações desses indivíduos, fica evidente o silenciamento forçado de suas identidades e vivências, em especial nas décadas de 1950 e 1960. A historiadora Maria Borowski nota como as falas dos seus entrevistados demonstram que os “homens homossexuais experimentavam uma pressão obviamente forte para que fossem melhores do que homens heterossexuais e, assim, pudessem ser reconhecidos no ambiente de trabalho” (Borowski, 2017b, p. 56, tradução nossa¹⁶⁶). Além disso, relatos de homossexuais que procuravam ajuda médica ou psicológica expõem que os profissionais aconselhavam que, para se ter uma melhor situação, seria aconselhável que tais sujeitos não deixassem sua homossexualidade ser percebida nos ambientes que frequentavam. É por isso que a *Tunte*¹⁶⁷ era a figura mais reprovada socialmente e repreendida até mesmo entre os próprios homossexuais. A *Tunte*, a priori, negava-se a condizer com as aspirações performativas que a cisheteronormatividade tenta impor, sendo, assim, a figura mais potente e perigosa para quebrar com o silenciamento ao qual se via submetida. Se para a sociedade hegemônica, a *Tunte* era o símbolo máximo do desrespeito à moral socialista, para os homossexuais ela seria um “mau homem homossexual” (Borowski, 2017b, p. 55, tradução nossa¹⁶⁸).

Se para os homens homossexuais havia tal silenciamento acompanhado de escassos momentos de sociabilização – nos poucos bares disponíveis e nos banheiros e parques públicos – essas duas primeiras décadas na RDA para as mulheres lésbicas podem ser descritas como um momento de extrema invisibilidade (Borowski, 2017b, p. 57). Como já discutido, apesar dos evidentes esforços estatais e progressos na direção de uma independência econômica feminina na RDA, tais transformações pouco foram traduzidas em uma discussão ou ressignificação sobre os esperados papéis de gênero nessa sociedade (Borowski, 2017b, p. 23). Dessa forma, enquanto aos homens ainda existia a possibilidade de levarem uma vida homossexual, ainda que escondida, para as mulheres lésbicas havia pouco reconhecimento de sua identidade e a elas eram aconselhados o casamento com algum homem e, principalmente,

¹⁶⁶ No original: “Homosexuelle Männer empfanden offensichtlich einen starken Druck, besser zu sein als heterosexuelle Männer, um auf der Arbeitsstelle anerkannt zu werden.“

¹⁶⁷ *Tunte* é um termo utilizado em alemão para descrever homossexuais que apresentam não apenas dissidência em sua sexualidade, mas que também enfrentam as imposições normativas de gênero. Assim, são conhecidos como homossexuais com uma performance mais próxima ao feminino.

¹⁶⁸ No original: “[...] ‘schlechte’ homosexuelle Männer[...].”

a gravidez (Borowski, 2017b, p. 61). Ursula Sillge ilustra essa invisibilidade das mulheres lésbicas ao citar o livro *Die Homosexualität beim Mann* – ou “A Homossexualidade no Homem” – lançado em 1963 e o qual, como o nome já deixa evidente, excluía totalmente a homossexualidade feminina. Por ser o primeiro livro na RDA a discorrer abertamente sobre a questão da homossexualidade, segundo Sillge, tal publicação evidencia a ignorância em torno das mulheres lésbicas naquela sociedade (Sillge, 1991, p. 12).

Tal atitude em relação às mulheres lésbicas nos anos 1950 e 1960 – e que mudaria lentamente e de forma restrita nos anos 1970 e 1980 – ecoaria até os anos finais da RDA. Em 1989, um programa de TV alemão oriental - em um momento bem diverso às atitudes oficiais com a homossexualidade, como veremos - perguntou nas ruas o que os pais fariam caso seus filhos fossem homossexuais. Uma das entrevistadas prontamente respondeu: “isso não pode acontecer comigo. Eu tenho uma filha” (Sillge, 1991, p. 10). Desta maneira, até a dissolução da Alemanha Oriental, uma forte invisibilidade das mulheres lésbicas continuou entre a população. Retornando aos anos 1950 e 1960, a própria legislação contribuía, de forma paradoxal, para esse cenário. O parágrafo 175, desde a sua primeira versão – e a que estava junto com o 175^a em vigor na RDA – não mencionava a homossexualidade feminina, a partir da convicção da não necessidade de tal provisão legal. Essa crença, também dividida pelos nazistas, considerava que as mulheres apresentavam uma incidência muito menor de atos homossexuais e que não apresentavam uma ameaça à moral da nação. Isto é, se na sociedade a sua invisibilidade se dava, em grande parte, pelas imposições que as concepções sobre gênero provocavam, nem mesmo a perversa criminalização da homossexualidade colocava em pauta a sexualidade dissidente dessas mulheres.

Por conseguinte, observa-se aqui a invisibilidade e o silenciamento que, ainda que com graus e efeitos bastante diversos, recaíam sobre homens e mulheres dissidentes da cisheteronormatividade na RDA. Como já notado, a Alemanha Ocidental apresentava nesse período uma perseguição legal aos homossexuais muito mais afincada do que na sua vizinha oriental. Entretanto, talvez uma das diferenças fulcrais nesse período é que do lado ocidental havia um espaço público de discussão e debate, inclusive sobre a homossexualidade. Assim, tal invisibilidade específica da RDA teve consequências profundas na biografia e nas experiências desses indivíduos (McLellan, 2011, p. 214). Entre os efeitos notados na vida desses sujeitos, um que é usualmente esquecido é a invisibilidade histórica dessas pessoas, a exclusão de uma parte constitutiva e que pode dar significado à dor experimentada por um conjunto comum de identidades marginalizadas (Brown, 1995, p. 220). Isto é, o silenciamento público e a invisibilidade desses sujeitos os impediram de ter conhecimento de um passado comum que os

mostrasse projetos prévios de emancipação homossexual e as estratégias utilizadas por tais grupos precedentes (Jensen, 2002, p. 322). Assim, esse silenciamento fazia com que tal comunidade às vezes pouco soubesse sobre o passado de perseguição nazista aos homossexuais e, principalmente, sobre o ativismo durante a República de Weimar. Vale destacar, no entanto, que apesar desse apagamento de um passado acontecer pelas razões específicas apontadas aqui sobre a RDA, tal esquecimento, ainda que sob condições, causas e efeitos díspares, também se dava na Alemanha Ocidental. Mais do que isso, como a presente tese defende, tais apagamentos acontecem ainda hoje, quando parte da historiografia insiste em desconsiderar uma série de experiências prévias de ativismo LGBTQIA+ em detrimento de outras.

De qualquer forma, mudanças simbólicas importantes, ainda que não significativas na prática, começariam a ocorrer no fim dos anos 1960. Em 1963, após as tentativas fracassadas durante os anos 1950, o SED voltou a pleitear por uma reforma no Código Penal. Esse momento oferecia uma situação propícia a reformas, visto que a RDA gozava de certa estabilidade após o fechamento das fronteiras com o Muro de Berlim em 1961 e tinha alcançado alguns sucessos em projetos econômicos. Em um processo que só seria concluído em 1968, o parágrafo 175 foi totalmente eliminado na Alemanha Oriental, descriminalizando atos homossexuais consensuais entre adultos. No entanto, essa descriminalização, ainda que um marco simbólico para a história queer alemã e da Europa, teve um caráter bastante específico e que ressalta a falta de espaço público de discussão na RDA.

Como resume muito bem Josie McLellan, o fim do parágrafo 175 na Alemanha Oriental se deu “não com um estrondo, mas com um gemido” (McLellan, 2011, p. 116, tradução nossa¹⁶⁹). A metáfora sublinha como o processo de descriminalização “não foi o resultado de uma liberalização geral das atitudes em relação à sexualidade como tal [...] nem houve qualquer discussão pública sobre por que o Parágrafo 175 foi excluído em vez de substituído” (Grau, 1999, p. 18, tradução nossa¹⁷⁰). Essa ausência de uma real liberalização e de uma discussão pública fica ainda mais evidente ao considerar que a descriminalização foi acompanhada da criação de um novo parágrafo, o 151, o qual colocava como idade legal para encontros heterossexuais a idade de 14 anos, enquanto adultos não poderiam ter relações homossexuais com menores de 18 anos. Essa inserção de uma nova normativa legal promovia uma clara distinção entre heterossexuais e homossexuais, reforçando a preocupação do Estado de que os homossexuais representavam um perigo de sedução à espreita da juventude alemã socialista.

¹⁶⁹ No original: “[...] it was not with a bang, but with a whimper.”

¹⁷⁰ No original: “[...] homosexuality was not the result of a general liberalization of attitudes toward sexuality as such [...] nor was there any public discussion as to why the Paragraph 175 had been deleted instead of replaced.”

Além disso, diferentemente do 175, as mulheres lésbicas eram agora consideradas nessa lei, já que esta também previa penalizações legais para atos entre mulheres e garotas menores de 18 anos pela primeira vez na história do território alemão (Evans, 2010, p. 560).

Realizando uma descriminalização silenciosa e inserindo o parágrafo 151, o Estado garantia ferramentas discursivas, políticas e legais suficientes para que pudesse atuar caso houvesse qualquer consequência negativa de uma possível “popularização” da homossexualidade no país (Grau, 1999, p. 18), a qual se tratava de um temor para algumas autoridades em relação ao fim do 175. Isto é,

a abolição formal da discriminação penal não foi acompanhada pela abolição do tabu social que o regime SED impôs à homossexualidade e a qualquer manifestação pública quando chegou ao poder [...] sua situação social real permanecia oculta da consciência pública (Grau, 2002, p. 332, tradução nossa¹⁷¹).

Tais limitações consideráveis não devem, entretanto, eclipsar o valor simbólico e de alívio para muitos homossexuais. Afinal, tal ato significou uma conquista pela qual grupos anteriores haviam pleiteado desde a virada de século. Além disso, especialmente relevante foi o fim da constante presença da ameaça legislativa na vida de tantos sujeitos. Como expressa bem um dos entrevistados pelo escritor Jürgen Lemke ao recordar esse momento:

ah, sim, foi uma verdadeira libertação a abolição do parágrafo, antes mesmo do outro Estado alemão. Por muitos anos, esse dever de perdoar a si mesmo foi uma compulsão determinante na minha vida. Sofri por ter que mentir e fingir. No trabalho, em todos os lugares. [...] Sem querer, vivia-se na ilegalidade, na anarquia, na condição de injustiça constante, na possibilidade constante de ser acusado e, o que era mais comum, na abertura impiedosa à chantagem. Esta condição deu origem a muitos crimes, uma cadeia de mentiras hediondas e suas consequências (Lemke, 1989, p. 140, tradução nossa¹⁷²).

A descriminalização da homossexualidade na RDA pode também ser lida dentro de uma série de ações simbólicas e com pouco resultado prático, mas que eram realizadas a fim de angariar prestígio internacional ao regime do SED em um cenário de disputas globais na Guerra Fria. Ao abolir o 175, a Alemanha Oriental se aproximava de códigos penais mais progressistas na ECL em relação à homossexualidade, como era o caso da Polônia e da Checoslováquia, e se afastava da situação legal conservadora que ainda estava em curso na Alemanha Ocidental, a

¹⁷¹ No original: “Hinzuweisen ist aber auch darauf, dass die formale Aufhebung der strafrechtlichen Diskriminierung nicht begleitet, war von der Aufhebung des gesellschaftlichen Tabus, das das SED-Regime mit dem Machtantritt über die Homosexualität und jede öffentliche Manifestation verhängt hatte [...] ihre tatsächliche gesellschaftliche Situation aber blieb aus dem öffentlichen Bewusstsein ausgeblendet.“

¹⁷² No original: “Oh ja, es war eine wirkliche Befreiung, die Abschaffung des Paragraphen, noch vor dem anderen deutschen Staat. Lange Jahre war dieses Sich-vergeben-Müssen ein bestimmender Zwang in meinem Leben. Ich litt darunter, lügen und heucheln zu müssen. Auf der Arbeit, überall. [...] Ohne zu wollen, lebte man in Illegalität, in Gesetzlosigkeit, im Status des dauernden Unrechtes, des ständigen Angeklagt-werden-Könnens und, was das Gemeinste war, der gnadenlosen Erpressbarkeit. Dieser Zustand hat viele Verbrechen geboren, eine Verkettung von grässlichen Lügen und ihren Folgen.“

qual viria a descriminalizar a homossexualidade entre adultos apenas um ano depois, em 1969, ainda que não eliminando totalmente o 175. Isto é, em um cenário de Guerra Fria, esse movimento legal antes da Alemanha Ocidental era um passo na direção da promoção de uma imagem de uma RDA moderna e progressista. Na verdade, para realizar esse quase ato propagandístico, sem qualquer tipo de discussão pública sobre o tópico e já não utilizando legalmente o 175 desde 1957, a descriminalização não requereu do Estado uma grande mudança em suas práticas em relação às sexualidades dissidentes (McLellan, 2011, p. 118). Essa ausência de necessidade de grandes transformações práticas na forma com que o Estado já vinha lidando com a homossexualidade atesta para o fato de que o fim do 175 foi mais uma estratégia pragmática de autopromoção do regime e que se embasava muito mais na indiferença do Estado para com tais indivíduos do que qualquer sinal de conscientização das autoridades (Taylor, 2014, p. 304).

De qualquer maneira, uma das consequências do fim do 175 na concepção estatal foi a de que as autoridades passaram a acreditar que, com a descriminalização, teriam resolvido por completo a questão da discriminação e isolamento dessa parcela da população (Tammer, 2013, p. 17). Seja por desconhecimento do Estado sobre os problemas enfrentados por homossexuais e lésbicas no país – ignorância fruto dos anos de silenciamento promovidos pelo próprio regime – ou por deliberada recusa de realmente considerar o bem-estar dessa comunidade, a posição oficial passou a ser essa. No entanto, no fim da década de 1960, “o problema mais profundo que homens gays e lésbicas enfrentavam não era o de ilegalidade, mas o de invisibilidade” (McLellan, 2011, p. 118, tradução nossa). Dessa forma, homossexuais continuaram sofrendo obstáculos na procura de parceiros, na concessão de apartamentos pelo governo, para a promoção de espaços de sociabilização, entre outros desafios.

Terminava-se, portanto, um período de ilegalidade dos dissidentes da cisheteronormatividade na Alemanha Oriental, após duas décadas de um moralismo socialista e de crises econômicas e políticas que obstruíam o fim do parágrafo 175. Mas, como o caso da RDA deixa bem evidente, a legalidade nem sempre é acompanhada de liberalização, a qual só pode ocorrer caso a descriminalização venha acompanhada de um ativismo público (McLellan, 2011, p. 115). Assim, apesar do ano de 1968 representar um “ponto de inflexão” (Kleres, 2000, p. 52) para homossexuais e lésbicas na Alemanha Oriental, ainda demoraria mais cinco anos até que se iniciasse um movimento homossexual no país.

3.4 HOMOSEXUELLE INTERESSENGEMEINSCHAFT BERLIN: CONSTRUINDO UM MOVIMENTO (1973 – 1979)

Em 1975 o grupo que escreveu uma *Eingabe* ao Estado exigindo explicações sobre o fechamento de um bar destinado ao público homossexual em Berlim Oriental era o *Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin* (HIB). O bar fechado era o *Mocca-Bar* e que, acompanhando em 1973 espaços como o *City-Klause* ou o *Johannis-Eck* (Rausch, 2006, p. 153), todos na Friedrichstraße na região central da cidade, formava a pequena subcultura homossexual na capital alemã oriental.

Foi exatamente nas redondezas *Mocca-Bar* que Peter Rausch conheceu Michael Eggert em 1972, um encontro que levou ambos a discutirem durante quase um ano sobre a existência de condições na RDA para se pleitear politicamente pela emancipação homossexual no país. Esse encontro acabaria originando HIB, o primeiro grupo do tipo organizado no território alemão oriental e que deu início a um movimento homossexual no país.

É possível apresentar o HIB, sua formação e seu desenvolvimento na década de 1970 tendo como escopo espacial o território restrito à Alemanha Oriental. Nesse sentido, a legalidade da homossexualidade desde 1968 e a necessidade de maior espaço público de discussão e de visibilidade às sexualidades dissidentes despontariam como as causas principais do desenvolvimento do HIB. Ainda que tais acontecimentos sejam fulcrais para essa análise, eles não dão conta de uma rede de influências e conexões que ia além dos limites impostos pelo Muro de Berlim e que insere a formação de um movimento homossexual alemão oriental dentro de um contexto global de surgimento de propostas de ativismo homossexual durante a Guerra Fria.

Isto é, mesmo centrando a análise em torno de um caso especial, o do movimento homossexual na Alemanha Oriental, pretende-se aqui não reproduzir o nacionalismo metodológico. Em outras palavras, as escalas de análise aqui presentes são diversas e se confundem, produzindo interconexões “entre diferentes tipos de escalas espaciais de análise como o local, o nacional, o regional e o global” (Szulc, 2018, p. 9, tradução nossa¹⁷³). Assim, antes de discorrermos sobre a história do HIB, é imprescindível compreendermos as condições locais e transnacionais que possibilitaram o seu surgimento.

¹⁷³ No original: “[...] between different spatial scales of analysis such as the local, the national, the regional and the global.”

3.4.1 Atravessando o Muro de Berlim: a geração de 1968 e as transformações culturais e políticas

Um dos mitos principais que aqui se pretende desfazer é a narrativa de que a Europa Central e do Leste (ECL) estaria totalmente isolada atrás da Cortina de Ferro. Tal mito se sobressai ainda mais no caso específico da RDA pelo simbolismo operado pelo Muro de Berlim, uma literal barreira física tentando separar os lados competidores da Guerra Fria. Para dar início ao questionamento do grau de isolamento ou não dessa região, destacam-se algumas transformações culturais e políticas transnacionais da segunda metade dos anos 1960 e que atravessam o contexto no qual foi possível o HIB ser inaugurado nos anos 1970.

Os últimos anos da década de 1960 podem ser interpretados como um período de transição política, cultural e econômica na Alemanha Oriental (Evans, 2010a, p. 332). Enquanto no decorrer dos anos 1950 e inícios da década de 1960, o Estado impunha uma série de propostas que visava transformações rápidas e intensas para cumprir o plano de uma sociedade socialista futura, no fim dos anos 1960 o SED passaria a adotar um olhar mais pragmático para a sociedade e para as políticas públicas em vigor, visando muito mais lidar com as condições do socialismo real vivenciado do que visionar uma utopia futura.

É nesse contexto de transformações políticas internas que a RDA também se viu integrada a um contexto global de transformações políticas, sociais e culturais, momento que ficou simbolizado pelo ano de 1968 e sua geração de jovens e estudantes. Observa-se, portanto, um processo que tinha a sociedade alemã oriental integrada a dinâmicas globais, mas que eram traduzidas às especificidades do regime e da sociedade. Tal aspecto misto – a integração global com efeitos locais distintos – é uma característica que não apenas marcaria esse momento, mas que também acompanharia o próprio movimento homossexual que se desenvolveria no país.

Nesse período, houve uma série de transições nas atitudes que a sociedade e o Estado mantinham com a cultura. Assim, se nos anos 1950 influências como o rock preocupavam as autoridades – sendo a figura de Elvis Presley considerada uma ameaça à moral das mulheres no país (Poiger, 2000, p. 179) – no final da década de 1960, a enorme influência da *beat music*, por exemplo, importunaria as autoridades e salientaria a impossibilidade do regime, mesmo com a força incontestável da Stasi, conter totalmente a inserção dessa sociedade em tendências culturais globais.

A *beat music* nesse momento, com eficácia equivalente a várias discussões políticas em curso no país, promovia “um novo sentimento de vida que atravessou as fronteiras das nações

e dos blocos, trazendo consigo um impulso às vezes rudimentar, mas sempre poderoso, antiautoritário” (Brown, 2009, p. 95, tradução nossa¹⁷⁴). Exatamente pela potência com que essa nova tendência cultural atingia seu público, a preocupação das autoridades com tal influência começou a se intensificar, fazendo com que o Estado chegasse a promulgar um *Beatverbot* a partir de 1965, proibindo a promoção do estilo de música *beat* no país (Evans, 2010a, p. 336). Como a proibição alcançava pouco resultado prático, as autoridades chegaram a incentivar a formação de versões alemãs orientais de bandas de *beat*, em uma atitude desesperada de coibir o que reconheciam como a invasão da decadência capitalista.

Entretanto, a música não era o único canal pelo qual a juventude se sentia como parte integrante de um uma série de referências compartilhadas globais. Isto é, os roteiros de trocas culturais e de informações eram variados, especialmente no caso de Berlim, onde as transferências entre o lado ocidental e oriental eram mais intensas e continuaram clandestinamente mesmo com a construção do Muro em 1961 – o que ficará evidente também ao observar o caso específico do movimento homossexual.

Deste modo, membros da juventude daquele período rememoram o sentimento de um pertencimento a uma transformação cultural e política comum, notando que os jovens da geração de 1968 “eram exatamente como seus irmãs e irmãos no Ocidente, marcados pela música do período e o sentimento de vida que ela transportava” (Brown, 2009, p. 88, tradução nossa¹⁷⁵). Em outras palavras, tanto a geração de 1968 na RDA quanto a da Alemanha Ocidental, por exemplo, compartilhavam referências culturais comuns e almejavam uma política antiautoritária semelhante. Dessa forma, os protestos que são o símbolo desse período, tanto no lado Ocidental quanto no Leste, ainda que apresentando dinâmicas e formatos díspares, devem ser observados como parte de um mesmo fenômeno (Brown, 2009, p. 90).

Todavia, apesar de interligados e informados por um quadro conceitual e ideológico comum, os desdobramentos locais desses discursos nos chamam a atenção para observar como conexões globais devem ser percebidas também através dos seus efeitos locais díspares e que mostram a necessidade de ter a História Global como ferramenta para não apenas observar processos de homogeneização e/ou convergência, mas também divergência. Uma das primeiras disparidades conforme às especificidades locais, e talvez a mais óbvia, era a forma com que essas propostas antiautoritárias se relacionavam aos contextos políticos e econômicos de cada

¹⁷⁴ No original: “[...] a new life feeling that flowed across the borders of nations and blocs, carrying with it a sometimes inchoate but always powerful anti-authoritarian impulse [...]”.

¹⁷⁵ No original: “[...] were, exactly like their sisters and brothers in the west, stamped by the music of this time and the life feeling that it transported.”

lado alemão. Como rememora um dos participantes de protestos realizados na RDA nesse período, enquanto a geração de 1968 na Alemanha Ocidental sonhava com uma revolução política em uma democracia liberal, a geração de 1968 no lado oriental não procurava transformar a democracia, mas primeiro conquistá-la (Goltz, 2012, p. 57). É exatamente por essa razão que, enquanto entre a juventude alemã ocidental a questão do Vietnã e as lutas anticoloniais do Sul Global despontaram como principal motor político dos protestos, na RDA um dos pontos centrais de entusiasmo entre a geração de 1968 foi a (quase) experiência democrática da Primavera de Praga (Goltz, 2012, p. 60). Nessa lógica, a tentativa de democratização da Checoslováquia representou a esperança para aqueles que pleiteavam por processo semelhante no interior do socialismo alemão.

Para organizar conceitualmente essa interação entre um conjunto de referências globais comuns e desdobramentos locais específicos, o historiador Timothy Brown sugere diferenciar o “1968 grande” do “1968 pequeno”. Dessa maneira,

o “grande 1968” é o complexo emancipatório formado pela cultura jovem internacional, por um lado, e um conjunto associado de ideias antiautoritárias, por outro; o “pequeno 1968” é a forma que o complexo maior assume em um cenário nacional individual. Assim, por exemplo, quando nos referimos à “Alemanha Oriental de 1968”, entendemos um evento que guarda semelhança com outros eventos em outros lugares na mesma época e está conectado a eles em maior ou menor extensão por ligações mais ou menos orgânicas – um evento no qual os atores se entendem como parte de um fenômeno global e participam de ideias e práticas em circulação geral. No entanto, também entendemos um evento em que tanto a valência das ideias políticas do “grande 1968” quanto as condições que regem a recepção da cultura jovem transnacional são sutis, mas decisivamente diferentes do que em outros lugares (Brown, 2009, p. 71, tradução nossa¹⁷⁶).

As condições locais de admissão de tendências antiautoritárias globais tiveram desdobramentos específicos na sociedade alemã oriental. Ao observar de forma comparada os acontecimentos desse período na Alemanha Ocidental e na RDA, fica claro que a principal diferença nesses desdobramentos é a falta de um espaço público para ação na última. Ou seja, enquanto no lado ocidental protestos em larga escala eram observados, no regime do SED o espaço de ação era extremamente limitado, relegando a juventude de 1968 à distribuição de panfletos e pequenos protestos, como a exibição de bandeiras ou dizeres nas janelas, especialmente após a intervenção soviética em Praga e o fim do sonho da democratização.

¹⁷⁶ No original: “The “big 1968” is the emancipatory complex made up of international youth culture, on the one hand, and an associated set of anti-authoritarian ideas, on the other; the “small 1968” is the form the larger complex takes in an individual national setting. Thus, for example, when we refer to the “East German 1968,” we understand an event that bears resemblance to other events elsewhere around the same time and is connected to them to a greater or lesser extent by more or less organic linkages—an event in which actors understand themselves as part of a global phenomenon and partake of ideas and practices in general circulation. Yet we also understand an event in which both the valence of the political ideas of the “big 1968” and the conditions governing the reception of transnational youth culture are subtly but decisively different than they are elsewhere.”

Assim, de forma irônica e paradoxal, é possível dizer que a ausência de um espaço público e de discussão para as insatisfações dessa juventude significou que, em última instância, não existiu algo como 1968 na Alemanha Oriental (Brown, 2009, p. 96). Tal afirmação faz ainda mais sentido ao se observar as lembranças recentes feitas por ativistas de 1968, destacando a *Wende* de 1989 como um resultado direto da circulação de ideias e tendências culturais durante os anos 1960. Percebe-se, portanto, que há geralmente uma ligação nesses discursos desses ativistas e que almeja relacionar o ativismo de 1968 ao fim da Alemanha Oriental e à reunificação em 1990 (Goltz, 2013, p. 54). Isto é, na RDA

o “pequeno 1968” local desapareceu, por assim dizer, no buraco da memória. Foi apenas com o *Wende* (a “mudança”) de 1989 e suas consequências na reunificação alemã que a busca por um “1968” da Alemanha Oriental como tradição democrática e sinal de resistência contra a “segunda ditadura alemã” realmente começou. Em outras palavras, “1968” é muito mais uma construção da memória social (Brown, 2009, p. 96, tradução nossa¹⁷⁷).

Tendo em mente a reflexão pretendida ao afirmar que na Alemanha Oriental não teria ocorrido algo como 1968, é necessário sublinhar, no entanto, que isso não quer dizer que não devemos considerar ou estudar a geração e os desdobramentos de 1968 no contexto alemão socialista. Afinal, trata-se de um enfoque extremamente útil, já que sublinha a integração do território alemão oriental a conexões e trocas culturais e políticas globais. Mais do que isso, a ambiguidade do regime do SED naquele momento demonstra um posicionamento paradoxal que o Estado manteria no decorrer de sua história, inclusive com o movimento homossexual. Um silêncio em relação à Primavera de Praga – que, para muitos, foi mal interpretado como um sinal de que na RDA poderia acontecer o mesmo – logo foi substituído por repressão a qualquer demonstração de apoio aos vizinhos tchecos. De forma análoga, se em um momento as autoridades clamavam pela proibição da *beat music*, logo em seguida havia versões alemãs orientais desse estilo de música, amenizando as possíveis insatisfações públicas de uma total proibição. Percebe-se, assim, uma contradição persistente entre as declarações humanitárias feitas pelo regime e a repressão vivenciada (Brown, 2009, p. 80). O Estado alemão oriental, até o seu último momento, divergiu entre concessões e repressões, almejando atingir um equilíbrio útil que o legitimasse e pudesse controlar as inquietudes e insatisfações da população.

Essa ambivalência do regime também se estendia às questões da sexualidade e da moral socialista defendida pelo regime. Como já notado, a primeira década do DDR foi marcada por

¹⁷⁷ No original: “[...] the local “small 1968” disappeared, as it were, into the memory hole. It was only with the *Wende* (the “change”) of 1989 and its aftermath in German reunification that the search for an East German “1968” as a democratic tradition and sign of resistance against the “second German dictatorship” really began. 114 In other words, “1968” is very much a construction of social memory [...]”.

um conservadorismo pós-guerra bastante latente. No entanto, as transformações nos anos 1960 também levaram o regime a adotar uma posição ambígua em relação às questões sobre a sexualidade. Assim, a segunda metade dos anos 1960 observou uma alternância entre perspectivas liberais e conservadoras (Herzog, 2008, p. 80). A discussão sobre o comportamento das mulheres e as relações sexuais anteriores ao matrimônio representa um dos tópicos em que ambivalência das autoridades era revelada. Enquanto alguns atestavam a periculosidade à moral feminina no engajamento de relações sexuais antes do casamento, havia também um esforço das instituições em apresentar o país como um local propício para os jovens se envolverem romanticamente e de forma descompromissada (Herzog, 2008, p. 129). A tentativa de promover uma imagem liberal e atrativa aos jovens era parte de uma série de anseios que os discursos oficiais mantinham em relação à Alemanha Ocidental. Como mudanças culturais e sociais também estavam em curso no vizinho capitalista, simbolizadas, principalmente, na figura da geração de 1968, e que modificavam a ideia de uma Alemanha Ocidental defensora de um moralismo cristão, era como se a RDA necessitasse sublinhar as vantagens sexuais oferecidas pelo socialismo (Herzog, 2008, p. 81), em um claro sinal das disputas em relação a tópicos culturais, morais e de sexualidade no interior da Guerra Fria.

Essas disputas discursivas no interior das próprias instituições não devem, contudo, serem lidas como apenas artificiais. Havia realmente modificações em relação às formas com que a população experimentava e refletia sobre práticas sexuais e a moral que as atravessava. Da mesma forma que o fim do 175 é um dos precedentes à formação do HIB, por exemplo, é também relevante considerar nesse contexto a ambivalente liberalização dos costumes na sociedade alemã oriental nesse período, a qual promoveu, ainda que timidamente, novas liberdades aos cidadãos. Um exemplo dessas transformações no final dos anos 1960 é a questão da prática de nudismo. O nudismo possui uma história longa na sociedade alemã, tendo sido popularizada, especialmente, durante a República de Weimar no período entre guerras (McLellan, 2011, p. 146). Durante o Terceiro Reich, no entanto, a prática teria sofrido uma série de ataques por parte do regime de Hitler, situação que viria a ser apaziguada em um compromisso entre nazistas e naturalistas, com uma articulação confusa entre nudismo e higiene racial (Jefferies, 2006, p. 82). Na Alemanha Oriental, o nudismo foi inicialmente banido pela não oficialização dos grupos de nudismo no país, tendo as autoridades considerado a prática como imoral e motivada apenas por interesses sexuais (McLellan, 2011, p. 149). No entanto, a grande maioria dos adeptos continuou realizando o nudismo, mesmo sob a não oficialização da prática por parte do Estado. Assim, na década de 1960 ficou claro para o SED que as suas previsões de que a prática ficaria restrita a apenas algumas praias isoladas tinham

sido mal calculadas. No fim, essa intensificação observada nos anos 1960 viria acompanhada pela aceitação da prática pelo Estado, tendo os alemães orientais chegado no período de reunificação com uma taxa de mais de 80% da população como adeptos do nudismo em locais de banho como lagos e praias (McLellan, 2011, p. 144). Assim, percebe-se que, se a ambivalência pragmática do regime o colocava entre liberalizações e restrições, em alguns campos a população conseguia espaço de manobra que colocava novas demandas ao Estado e, conseqüentemente, atingia certo relaxamento de normas.

Essa atitude ambígua do Estado continuaria e se intensificaria ainda mais nos anos 1970 com as transformações políticas, econômicas e sociais que a substituição de Walter Ulbricht por Erich Honecker na direção do SED em 1971 trouxe à RDA. A ascensão de Honecker ao poder inaugurou um período de pragmatismo que procurava atender as necessidades e, principalmente, as demandas de consumo da sociedade. Assim, as instituições adotaram uma postura ainda mais paradoxal que combinava a continuidade de práticas de repressão e espionagem, a permanência parcial de certo moralismo socialista e, principalmente, a preocupação por atender as desejos de consumo da população. Fulbrook (2005) lê esse momento como o ponto de solidificação de um “socialismo de consumo”, conjuntura que combinava um crescente individualismo na RDA e uma intensa dependência da população ao Estado (p. 59) – situação que se complicaria e se desenvolvia na crise econômica que marcaria os anos 1980.

Nesse cenário, Honecker almejava promover uma nova fase na história da RDA, dando especial atenção à construção de uma imagem doméstica e internacional de uma Alemanha Oriental próspera e estável (McLellan, 2011, p. 28). A propaganda estatal passou a sublinhar cada vez mais - não apenas internacionalmente, mas, principalmente, para a sua própria população – as vantagens que somente o socialismo poderia prover (Wolle, 2004, p. 65). Tal atitude teria também efeitos em áreas para além do consumo ou da economia. Em relação, por exemplo, à posição do Estado sobre a cultura e a moral socialista, em 1972 o novo líder chegou a atestar que não deveria haver tabus na produção cultural, declaração esta que teria sido circunstancial, com intensões apenas de propaganda e com pouco significado prático (Fulbrook, 2005, p. 58). Assim, a RDA manteve a ambivalência em relação aos costumes e à moral: se havia o receio de uma escalada de insatisfação popular, o regime fazia concessões, em outros momentos, a repressão e a vigilância eram mantidos.

Essas transformações, principalmente no que diz respeito ao consumo e ao acesso de bens, podem ser comparadas às dinâmicas que aconteciam concomitantemente nos países capitalistas nos anos 1960 e 1970 (Fulbrook, 2005, p. 61). Verifica-se, portanto, paralelos

inegáveis em tendências econômicas e de comportamentos de consumo, o que apontava para “o fim do ‘campo socialista’ como uma economia regional praticamente autossuficiente, protegida dos caprichos da economia mundial” (Hobsbawm, 1995, p. 345). Isto é, o bloco socialista, assim como o bloco capitalista, estava à mercê de uma economia global cada vez mais flutuante e imprevisível. Ou seja, além de uma integração a conexões culturais e políticas globais, a RDA se via cada vez mais integrada a uma economia global, concentrada na popularização de novos bens de consumo e na individualização da sociedade.

Nessa rápida expansão da aquisição de bens de consumo, o número de casas com acesso à televisão aumentou significativamente. Concomitantemente, o Estado, que até então lutava contra o acesso da população ao sinal de televisão vindo da Alemanha Ocidental, resolveu tolerar a audiência oriental aos canais alemães ocidentais. Essa mudança ocorreu em mais uma tentativa de suprir a vontade da população por mais opções de lazer e também promover certa estabilidade ao regime, já que as autoridades acreditavam que o sinal da televisão ocidental liberado desestimularia a vontade de muitos de emigrarem da RDA, já que teriam matado a sua curiosidade sobre o outro lado do Muro (Betts, 2010, p. 144). O acesso à programação da televisão ocidental passou a ser disseminado na sociedade alemã oriental, a qual procurava esses canais por diversas razões, mas, principalmente, em busca de programas de entretenimento (Meyen, 2004, p. 361).

Assim, com novas influências vindas da música e da literatura – como na geração de 1968 – e o consumismo autorizado no começo dos anos 1970, os alemães orientais passaram a participar de tendências globais de consumo, lazer e cultura. Apesar do simbolismo que o Muro de Berlim e a retenção física da população alemã oriental possuem dentro do imaginário da Guerra Fria, isso não quer dizer que essa população não estava integrada a dinâmicas globais em relação à economia, à política e à cultura. E isso não seria diferente em relação às questões sobre a moral e a sexualidade. É nesse contexto de ambivalência entre liberalização e repressão, de integração global e desdobramentos locais e de transformações culturais e econômicas em que o movimento homossexual na Alemanha Oriental surge.

3.4.2 *Nicht der Homosexuelle ist pervers, sondern die Situation, in der er lebt* (Não é o Homossexual que é perverso, mas a situação na qual ele vive)

Assim como a RDA havia feito um ano antes, a Alemanha Ocidental descriminalizou a homossexualidade para maiores de 21 anos em 1969, mas também mantendo uma maioria legal desigual entre homossexuais e heterossexuais (Whisnant, 2012, p. 203). No entanto,

apesar da importante mudança legal, a qual proporcionava novas possibilidades políticas e de organização para os homossexuais naquele momento, a Alemanha Ocidental também continuava sendo uma sociedade repressiva em relação às sexualidades dissidentes. É nessa conjuntura que a revista *Der Spiegel* resolveu cobrar do Estado ações educacionais e de conscientização sobre o preconceito com a homossexualidade no país (Saxe, 2014, p. 6).

A resposta morosa do Estado a tal demanda veio através de um projeto do canal estatal WDR (*Westdeutscher Rundfunk*), que encomendou à Rosa von Praunheim - hoje um dos grandes nomes do cinema *queer* alemão - a produção de um filme que tratasse sobre questões ligadas à homossexualidade. O projeto se transformou em uma espécie de filme-manifesto e que acabou se tornando o marco catalizador de um movimento *schwul*¹⁷⁸ alemão ocidental na década de 1970. Praunheim procurou conciliar a possibilidade política do momento – visto que a juventude de 1968 se reorganizava e se dividia entre vários movimentos sociais no período, inclusive alguns se juntando depois ao movimento *schwul* no país¹⁷⁹ – com a produção acadêmica em curso. Para completar a produção, então, convidou o pesquisador Martin Dannecker - que conduzia uma pesquisa sociológica intitulada *Der gewöhnliche Homosexuelle* (O homossexual comum) - à construção do longa.

A narração-comentário do filme, em sua maioria formulada por Dannecker, trazia em sua base um aspecto surpreendentemente radical para aquele momento. O texto-manifesto do sociólogo, com a ajuda de Praunheim, foi sendo adaptado a uma linguagem mais acessível e que se aproximasse mais de uma linguagem cinematográfica. Assim, já no começo da década de 1970, o enredo criticava a *Zwangsheterosexualität*, ou “heterossexualidade compulsória” (Henze, 2019, p. 157)¹⁸⁰. Além disso, o texto chamava a atenção para a necessidade de

¹⁷⁸ A palavra *schwul* pode ser traduzida para o inglês pelo termo *gay* ou por *bicha* (entre diversas outras variantes) no português. Essas possibilidades variadas e não fixas de tradução ocorrem, pois o termo é utilizado especificamente no alemão para se referir às sexualidades dissidentes, em especial a homossexualidade masculina. Como mostra Dobler (2012), ainda há poucas pesquisas que se debruçam sobre o surgimento do termo e as suas transformações de significado no decorrer dos séculos. De qualquer forma, o autor mostra que a palavra *schwul* teve seu sentido redefinido no decorrer do século XIX, passando a identificar cada vez mais – e de forma pejorativa – homens e mulheres que apresentavam uma sexualidade dissidente. Dessa forma, por um período, o termo designava tanto homens homossexuais como mulheres lésbicas e funcionava como uma ofensa a esses indivíduos. Na década de 1970, com o surgimento de um movimento homossexual e lésbico na Alemanha Ocidental, houve um engajamento linguístico para ressignificar o uso do termo, adotando essa injúria e atribuindo um significado identitário a ela, sublinhando o orgulho por ser *schwul*. Portanto, na segunda metade do século XX, o termo *schwul* passou a cada vez mais ser utilizado para designar esses sujeitos, principalmente homens homossexuais. As mulheres, de certa forma, pararam de ser englobadas pela palavra e o termo lésbica (*lesbisch*) se popularizou. Assim, o movimento homossexual que surgiu na Alemanha Ocidental foi denominado de *Schwulenbewegung*. No entanto, o termo *schwul*, ainda que conhecido na RDA e, em alguns momentos, utilizados pelos dissidentes da cisheteronormatividade, não recebeu uma utilização ampla. Por isso, quando falarmos de *schwul* ou *Schwulenbewegung*, estaremos nos referindo ao contexto alemão ocidental. Por outro lado, ao nos referirmos à RDA, utilizaremos os termos *homossexual*.

¹⁷⁹ BROWN, 2009, p. 83.

¹⁸⁰ HENZE, 2019, p. 157.

organização política dos *schwul* por uma emancipação e não apenas uma integração do dissidente de sexualidade à sociedade hegemônica. O interessante é que, ao contrário das gerações de ativistas nos anos 1980 e diante, essa iniciada nos anos 1970, como Dannecker e Praunheim, “não podiam recorrer a nenhuma estrutura política gay existente. Eles formularam suas críticas com base na subcultura e no comportamento dos homossexuais” (Henze, 2019, p. 158, tradução nossa¹⁸¹). Isso se devia a um apagamento na sociedade alemã dos movimentos homossexuais observados anteriormente à Segunda Guerra Mundial. Além disso, essa geração inaugurava uma proposta diferente daquela observada nos círculos de Hirschfeld na República de Weimar, por exemplo. Enquanto os homossexuais no período entreguerras pleiteavam pela descriminalização e a integração de um certo modelo de identidade homossexual na sociedade, a geração de 1970 propunha uma emancipação que desestruturasse os ideais heteronormativos da população.

O filme-manifesto¹⁸² acompanha Daniel, um morador de Berlim Ocidental e que aparece no filme em suas tramas de relacionamento e suas aventuras na subcultura *schwul* da cidade naquele momento. Ao apresentar o desenrolar de dramas de um estereótipo homossexual, o filme não apenas se dirige às causas sociais do sofrimento *schwul* naquela sociedade, mas também dirige críticas à própria subcultura. Assim, se por um lado o preconceito, a cisheteronormatividade e o capitalismo são apontados como fontes da opressão aos dissidentes de sexualidade, por outro lado a falta de aliança, a predominância do individualismo e a ausência de uma politização no interior da subcultura também são criticados.

Dessa maneira, o documentário de Praunheim serviu, principalmente, para a promoção da importância de uma consciência sobre o *Schwulsein* (Pretzel, 2012, p. 12), isto é, viver abertamente como *schwul*, não escondendo a sua identidade, como forma de um projeto político para uma radical transformação da sociedade. Ou seja, ao delinear as causas sociais e da própria subcultura para a opressão na qual tais dissidentes de sexualidade se encontravam, o documentário se dirigiu a essa comunidade como “um chamado à luta, um chamado de confrontação e abandono do silêncio e da marginalização” (Saxe, 204, p. 7, tradução nossa¹⁸³). Ao encerrar o documentário com os dizeres “*Freiheit für die Schwulen!*” (Liberdade para os

¹⁸¹ No original: “[...] konnten sie auf keine bestehenden schwulenpolitischen Strukturen zurückgreifen. Sie formulierten ihre Kritik anhand der Subkultur und des Verhaltens von Schwulen.”

¹⁸² NICHT der homosexuell ist pervers, sondern die Situation, in der er lebt. Direção: Rosa von Praunheim. Produção de Rosa von Praunheim. Alemanha, 1971. DVD.

¹⁸³ No original: “[...] está dirigida al colectivo schwul como un llamado a la lucha, un llamado de confrontación y abandono del silencio y la marginación.”

homossexuais), Dannecker e Praunheim clamavam para que a comunidade se tornasse mais ativa e organizada politicamente (Henze, 2019, p. 167).

E foi exatamente isso que o filme provocou: as suas exibições em 1971 foram acompanhadas por discussões, algo que promoveu a inauguração de diversos grupos *schwul* organizados na Alemanha Ocidental e a formação de um *Schwulenbewegung* – ou movimento homossexual - no país. Entre os anos 1971 e 1973, período em que o filme mais foi exibido nos cinemas e também na televisão, ao menos 48 grupos *schwul* teriam sido criados, muitos como resultado direto das discussões feitas após a exibição do filme (Henze, 2019, p. 170). A evidente influência do filme-manifesto não aparece apenas na inauguração desses grupos, mas também na retórica radical política e de ativismo que o *Schwulenbewegung* desenvolveu nos anos 1970. Como fica claro em 1971 nos documentos de fundação do *Homosexuelle Aktion Westberlin* (HAW) – principal grupo dos anos 1970 na Alemanha Ocidental e importante para entendermos o movimento homossexual na RDA, como veremos -, o grupo procurava colocar em prática a tese defendida pelo filme-manifesto, como o problema da *Zwangheterosexualität*, levando evidentes partes do documentário como inspiração para visão política do grupo e seu ativismo¹⁸⁴.

Alguns teóricos hoje chegam a atestar que o filme de Praunheim teria sido o *Stonewall* alemão. Essa afirmação se faz profícua, caso a entendamos como o documentário sendo um substancial “ponto de partida do Schwulenbewegung alemão ocidental” (Henze, 2019, p. 182). Isso não quer dizer, no entanto, que Praunheim ou a geração dos primeiros grupos surgidos na década de 1970 estivessem traduzindo ou reproduzindo para o contexto alemão a atmosfera dos acontecimentos de Stonewall e do projeto de *Gay Liberation* dos EUA. É claro que esses indivíduos dissidentes e, geralmente, ligados a grupos de esquerda dividiam um repertório cultural e político comum global. No entanto, o *Schwulenbewegung* que surgiu na Alemanha Ocidental não ocorreu somente por conta de possíveis influências políticas e culturais comuns com o outro lado do Atlântico, mas deve ser visto também como resultado de condições locais específicas e que, em parte, respondiam a uma tradição de ativismo alemão bem anterior à *Stonewall* (Saxe, 2014, p. 3).

O impacto da (semi)descriminalização da homossexualidade no território alemão ocidental em 1969 propiciou um contexto mais complexo do que apenas uma influência unilateral a partir dos acontecimentos nos EUA. Se a descriminalização ocorreu em 25 de junho de 1969, Stonewall aconteceria apenas dias depois (Holy, 2012, p. 43). Além disso, o próprio

¹⁸⁴ Infoblatt Homosexuelle Aktion Westberlin, sem data. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Aktion Westberlin, Divers.

diretor já esclareceu que, nos anos de produção do filme, desconhecia os eventos de Stonewall, o que pode ser visto como indício de que os slogans e expressões que marcam o filme, como *Raus aus den Toiletten, rein in die Straßen* (Fora dos banheiros, já para as ruas), são “slogans locais, independente da retórica da Frente de Liberação Gay estadunidense” (Wright, 1998, p. 105, tradução nossa¹⁸⁵).

Se Stonewall era desconhecido por Praunheim no começo da década de 1970, os acontecimentos no contexto norte-americano alcançariam o posto de referência para o *Schwulenbewegung* apenas no fim da década de 1970 (Holy, 2012, p. 57). Isto é, não se trata aqui de atestar uma “essencialidade” alemã nos desdobramentos que promoveram o documentário de Praunheim e a inauguração de um movimento *schwul*, mas de descentralizar *Stonewall* como o ponto de partida e de influência único no período. A circulação global de ideias e tendências culturais era um traço comum no período. Porém, em relação à Stonewall, os grupos de Nova York não parecem ter tido influência expressiva nos acontecimentos em solo alemão ocidental, pelo menos não nesse período. Por outro lado, o documentário e o recém-criado *Schwulenbewegung* tiveram uma expressiva influência no desenvolvimento de um movimento homossexual no vizinho oriental – ainda que com desdobramentos bastante díspares daqueles observados na Alemanha Ocidental.

3.4.3 Atravessando o Muro de Berlim: o filme-manifesto chega ao Mocca-Bar

Contrariando a ideia de uma Alemanha Oriental isolada atrás da Cortina de Ferro durante a Guerra Fria, o movimento homossexual surgido na RDA na década de 1970 só pode ser compreendido como parte “de uma de uma revolução sexual em toda a Europa, cuja história ainda está em sua infância” (McLellan, 2012, p. 108, tradução nossa)¹⁸⁶. Ao observamos o desenvolvimento do HIB em 1973 como fenômeno integrado a um contexto europeu amplo de novos movimentos sociais, acabamos também reinterpretando a própria história e funcionamento dos Estados do Leste Europeu. Podemos, dessa forma, não apenas desconstruir mitos cristalizados pelos discursos de disputa ideológica-política na Guerra Fria, mas compreender melhor as dinâmicas e transformações que essa sociedade vivenciou naquele período. Além disso, gostaria de propor que, mais do que apenas observar essa dinâmica como parte de um contexto mais amplo europeu de movimentos sociais, é necessário visualizar esse desenvolvimento como parte de dinâmicas e transformações globais que mesclavam mudanças

¹⁸⁵ No original: “[...] indigenous slogans, independent from the rhetoric of the American Gay Liberation Front.”

¹⁸⁶ No original: “[...] of a Europe-wide sexual revolution, whose history is still in its infancy”.

em relação à moral e à sexualidade com discursos emanados das disputas ideológicas da Guerra Fria. Para começarmos a entender melhor isso, é relevante notar que, por mais que o HIB tenha sido também uma resposta à falta de espaço público de discussão sobre a homossexualidade e aos preconceitos que essa sociedade apresentava, o surgimento do grupo está conectado a acontecimentos e influências da Alemanha Ocidental, em especial de Berlim Ocidental.

Junto do fim do parágrafo 175 em 1968 na RDA, houve a abertura de mais locais destinados à clientela homossexual, mesmo que não assumidamente. É claro que a expansão de espaços de uma subcultura gay aconteceu de forma contida e nada comparável ao que se observava no lado ocidental, por exemplo. Ainda assim, o crescimento era nítido (Huneke, 2022a, p. 163) e abria novas possibilidades de contatos entre esses dissidentes de sexualidade. A partir de 1972, uma mudança importante no controle das fronteiras entre os dois Estados alemães aconteceu: os moradores de Berlim Ocidental poderiam visitar o lado oriental da cidade – o contrário não era possível, claro. Isso facilitou e intensificou o contato entre homossexuais dos dois lados do muro, viabilizando novas amizades, relacionamentos e encontros sexuais furtivos (Tammer, 2013, p. 20).

Nesse contexto de novos espaços de sociabilização e um maior fluxo entre Berlim Ocidental e Oriental, Michael Eggert – um dos fundadores do HIB, como já destacado – em 1972 continuava visitando constantemente o Mocca-Bar na região de Friedrichstraße, um dos principais pontos de cruzamento de fronteira no Muro de Berlim e, conseqüentemente, uma região que propiciava maiores chances de contato entre moradores de Berlim Oriental e visitantes ocidentais. Nesse ano, durante uma de suas visitas ao bar, Eggert conheceu um participante do *Schwulenbewegung* da Alemanha Ocidental. Aproveitando as novas possibilidades de cruzamento de fronteira, o visitante resolveu ir até Berlim Oriental para não apenas conhecer o lado alemão socialista, mas entrar em contato com a comunidade homossexual da cidade (Tammer, 2013, p. 22). Durante esse encontro casual, entre outros que aconteceram no mesmo período, Michael Eggert acabou sendo informado sobre o ativismo emancipatório *schwul* na Alemanha Ocidental e pôde ter acesso a diversos documentos e materiais que acabavam atravessando ilegalmente o Muro de Berlim junto desses visitantes (Huneke, 2022a, p. 146). A partir desses encontros e a leitura das publicações e dos documentos disponibilizados, Eggert acabou lendo sobre o documentário de Praunheim, o que, mesmo sem ter assistido o documentário, levou ele a discutir com Peter Rausch sobre a possibilidade de um movimento semelhante na RDA (McLellan, 2012, p. 109).

Peter Rausch e Michael Eggert haviam se conhecido no mesmo período em uma sauna na Gartenstraße (Tammer, 2012, p. 23), região próxima ao Mocca-Bar e outros bares

frequentados por homossexuais, formando um evidente, ainda que tímido, circuito de locais de uma subcultura homossexual na capital. Ambos logo iniciaram uma amizade que ajudaria na consumação de eventos importantes, como a criação do HIB. Nesse sentido, Michael Eggert dividiu com Rausch as informações que havia recebido do movimento na Alemanha Ocidental. Ao rememorar esse momento de troca de informações com Berlim Ocidental e as suas discussões com Eggert, Rausch sublinha como esse trânsito de ideias havia chamado a sua atenção para as causas do preconceito e da exclusão social que ele vivenciava. Para Rausch, foi somente a partir desse contato e com as discussões realizadas junto de Eggert que ele, finalmente, teria compreendido algo importante do seu passado: o parágrafo 175 que tinha sido algo abominável e errado, não a sua homossexualidade (Huneke, 2022a, p. 146).

O que deu o pontapé central para o desenvolvimento de um movimento homossexual no lado socialista alemão foi a exibição do documentário de Praunheim em 1973 pelo canal alemão ocidental ARD, o qual era acessível aos cidadãos do lado oriental. Apesar do sinal disponível, os alemães orientais não tinham acesso detalhado aos horários da programação, o que teria significado a possibilidade de a transmissão ter passado despercebida aos homossexuais de Berlim Oriental (McLellan, 2012, p. 109). No entanto, Eggert teve contato novamente com turistas ocidentais na cidade e que lhe avisaram que o documentário seria exibido nacionalmente na televisão no dia 15 de janeiro (Tammer, 2013, p. 23).

A data de fundação do HIB foi colocada, portanto, exatamente no dia 15 de janeiro de 1973, já que o filme, acompanhado da discussão transmitida logo após a exibição, levou Michael Eggert, Peter Rausch e entre outros amigos expectadores a declararem a fundação de um grupo, o qual não apenas se inspirava no chamado à politização feito pelo manifesto-político de Praunheim, mas também já traduzia para um contexto local alemão oriental as informações que esses sujeitos tinham sobre o movimento *schwul* da Alemanha Ocidental. Nesse sentido, particularmente o grupo HAW de Berlim Ocidental serviu não apenas de inspiração para a criação do HIB, mas também para a sua nomeação.

A influência do documentário na criação de um movimento homossexual na RDA chama a atenção para três pontos importantes. O primeiro deles é a indiscutível relevância e o êxito do clamor político intencionado por Praunheim e Dannecker para o documentário, instigando à ação não apenas o público da Alemanha Ocidental, mas também do lado oriental. Além disso, a segunda característica a ser notada é o significado que as transformações sociais, culturais e de consumo tiveram para possibilitar a criação desse movimento. A preocupação do Estado em atender as demandas de consumo, a popularização dos aparelhos de televisão e a tolerância oficial aos canais ocidentais certamente possibilitaram o contato desses indivíduos

com o mesmo propulsor de um movimento homossexual na Alemanha Ocidental. Por fim, a troca de materiais e o aviso sobre a exibição do documentário dado por visitantes homossexuais ocidentais evidenciam que naquele momento “conexões entre as cenas gays orientais e ocidentais já estavam relativamente bem estabelecidas” (McLellan, 2012, p. 109, tradução nossa) e continuariam - às vezes de forma mais intensa, outras muito esporadicamente – até a reunificação alemã.

Em um primeiro momento, o HIB recém-criado enfrentou dificuldades para se organizar como um pleiteador para as demandas da comunidade homossexual e, principalmente, para expandir o seu número de participantes. Ou seja, mesmo que houvesse a existência de um grupo ciente da necessidade de organização a fim de lutar contra a opressão à qual estavam submetidos, a RDA continuava sem um espaço público de discussão. Além disso, por mais que os espaços de sociabilidade existissem em maior quantidade, eles não eram disponíveis a todos – seja pela falta de divulgação ou barreiras financeiras. Ainda, havia um sentimento constante de medo no que concerne à formação de qualquer grupo que não fosse reconhecido pelo Estado. A existência e presença da Stasi eram um fato sabido por todos e as implicações de um envolvimento em um grupo como o HIB eram imprevisíveis e temidas. Portanto, em um primeiro momento, o HIB enfrentou barreiras e dificuldades para se promover e expandir. Um segundo impulso que ajudaria o grupo viria com mais uma conexão transnacional de contatos e ideias no *Weltfestspiele* realizado mais tarde naquele ano.

3.4.4 O Muro de Berlim se abre momentaneamente: o Westfestspiele

O *Weltfestspiele der Jugend und Studenten* – um festival destinado a jovens e estudantes dos países do Bloco Soviético, mas com a participação de delegações de países capitalistas – aconteceu entre 28 de julho e 5 de agosto de 1973 em Berlim Oriental. Entre os objetivos do Estado, estava não apenas uma propaganda doméstica e internacional sobre os sucessos do projeto socialista, como também acelerar o reconhecimento internacional desse Estado (Wesenberg, 2007, p. 10). Com a realização do festival, almejava-se a apresentação de uma nação jovem, dinâmica e internacionalizada. Para a população de Berlim Oriental, o *Weltfestspiele* significou a possibilidade de entrar em contato com visitantes estrangeiros, festejar e tomar as ruas da capital (McLellan, 2011, p. 28). À vista disso, o *Weltfestspiele* pode ser considerado um dos momentos em que Berlim Oriental mais estava aberta ao mundo e recebia estrangeiros. Entre as delegações do evento, a soma de participantes oficiais chegou a

25.600, de 140 diferentes nações. Já os visitantes e espectadores chegaram à marca de 8 milhões de pessoas viajando à capital¹⁸⁷.

Essa relativa tolerância – em relação às demonstrações nas ruas e aos contatos estrangeiros – licenciada pelo Estado deve ser lida como circunstancial e aparente, já que nos bastidores do festival, a Stasi estava fortemente mobilizada, tendo até mesmo cancelado férias programadas de funcionários, a fim de “manter todos os residentes que atrairiam a atenção negativa de alguma forma sob 'controle operacional' até o final do festival” (Wesenberg, 2007, p. 19, tradução nossa¹⁸⁸). Os números de atividades de vigilância e controle ilustram bem a situação: 2.293 pessoas presas de forma preventiva; 2.577 mantidas sob vigilância em suas casas; 800 pessoas foram obrigadas a deixar a capital; 477 levadas a hospitais psiquiátricos; e 19.779 cidadãos foram impedidos de viajar até Berlim Oriental¹⁸⁹. Ou seja, observa-se mais um exemplo da ambivalência que marca a história da RDA: uma aparente concessão era acompanhada da intensificação da vigilância e da repressão. Nesse sentido,

o *Weltfestspiele* de 1973 foi um modelo para o futuro. Permitia-se agora um pouco de liberdade, desde que consistisse apenas em gestos e símbolos; um pouco de tolerância era apropriado, desde que fosse aplicado apenas às aparências; e um pouco de romance revolucionário gozava de tolerância benevolente (Wolle, 2008, p. 273, tradução nossa).

Essa tolerância parcial e comedida ficaria ainda mais evidente com a primeira demonstração pública de homossexuais no RDA que ocorreu de forma conturbada exatamente durante o *Weltfestspiele*.

Entre as várias delegações que participaram do evento, a britânica contou com a participação de Peter Tatchell, ativista inglês do *London Gay Liberation Front*, o qual viu na sua participação no *Weltfestspiele* uma chance de promover a ideia de *gay liberation* (liberação gay) atrás da Cortina de Ferro (McLellan, 2012, p. 110). Como pontapé inicial para seu plano, Tatchell produziu um pequeno panfleto de duas páginas, traduzindo-o para o alemão e algumas outras línguas. O documento chamado *Schwul heißt homosexuell* (*Schwul* significa homossexual)¹⁹⁰ apresentava o *London Gay Liberation Front* aos participantes do *Weltfestspiele*, assim como definia seus objetivos e as razões para a luta por uma “liberação

¹⁸⁷ Die X. Festspiele 1973 in Ost-Berlin, 10 abr. 2015. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik, Jugend Politik und Sport Weltfestspiele der Jugend 1973 (n. 14).

¹⁸⁸ No original: “[...] alle in irgendeiner Weise negativ aufgefallenen Einwohner bis zum Festivalende unter ‘operativer Kontrolle’ zu halten.”

¹⁸⁹ Die X. Festspiele 1973 in Ost-Berlin, 10 abr. 2015. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik, Jugend Politik und Sport Weltfestspiele der Jugend 1973 (n. 14).

¹⁹⁰ Schwul heißt homosexuell, sem data. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik, Jugend Politik und Sport Weltfestspiele der Jugend 1973 (n. 14).

gay”. Mostrando laços discursivos com o movimento gay norte-americano, o documento aposta em slogans do *gay liberation* como *Gay is good* (“Gay é bom”) e introduz uma concepção emancipatória ao leitor. Da mesma forma que o filme-manifesto de Praunheim clamava por uma valorização do *Schwulsein* (a identidade schwul), o texto no documento usa expressões que visam sublinhar essa valorização: *Schwul ist gut; Schwul ist stolz; schwul ist zornig; schwule befreiung* (*Schwul é bom; Schwul é orgulho; Schwul está com raiva; Liberação Schwul*). Traçando as origens históricas da repressão ao homossexual, o documento observa essa marginalização tanto nas sociedades capitalistas quanto nos países socialistas. Ao citar Cuba, por exemplo, o documento adverte: “infelizmente, muitos de nossos camaradas comunistas ignoraram as revoluções culturais/sexuais ao estabelecerem repúblicas socialistas economicamente fortes”. Assim, Tatchell localiza a luta por uma emancipação homossexual como um ponto comum para ambos os lados da Cortina de Ferro, sugerindo uma maior troca entre os homossexuais dessas regiões e apresentando o *London Gay Liberation Front* como um interlocutor disponível aos homossexuais alemães orientais para o fortalecimento de tal projeto.

Ao rememorar esses acontecimentos de 1973, Tatchell afirma que desembarcou na RDA carregando em suas malas cerca de 5000 cópias do panfleto em inglês, outras centenas em alemão e 300 cópias em outras línguas. Ele apenas conseguiu passar pela fiscalização na imigração sem mais problemas pelo conteúdo que carregava, pois o guarda que o teria revistado estava demasiadamente atarefado com a quantidade de estrangeiros chegando ao país devido ao festival (McLellan, 2012, p. 110).

Em um relatório escrito por Tatchell¹⁹¹ pós a sua visita ao *Weltfestspiele*, ele reconta as principais atividades e contatos que realizou em Berlim Oriental durante o evento. A divulgação de panfletos havia sido feita, principalmente, em bares da capital que eram recomendados como direcionados a uma clientela homossexual. Interessante é que o ativista nota a surpresa de alguns interlocutores locais com o fato de um estrangeiro britânico se colocar como apoiador do socialismo, o que sublinha a difusão entre a população dos discursos ideológicos sobre o lado oposto da disputa no interior da Guerra Fria. Tatchell conta sobre o seu encontro com alguns moradores que já estavam ativos em Berlim Oriental almejando a politização e organização dos homossexuais na RDA – os quais presumivelmente eram integrantes do HIB – e também nota a recepção curiosa de cidadãos heterossexuais em relação às propostas da *gay liberation*. O encontro com membros da delegação polonesa e soviética relatado por Tatchell traça uma característica interessante desse esforço realizado pelo ativista, já que a entrega de

¹⁹¹ Bericht von den X. Weltfestspiele 1973 in Berlin, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sammlung Holy – Homosexuelle Aktion Westberlin.

folhetos a esses membros de outros países da ECL pode ter significado uma circulação das propostas trazidas por Tatchell para locais bem além do *Weltfestspiele* em Berlim Oriental. A atuação do ativista nesses locais e a distribuição dos panfletos colocaram indivíduos não apenas de Berlim em contato com Tatchell e o grupo londrino, tendo ele atestado no final de 1973 o recebimento de cartas de homossexuais de localidades diversas da Alemanha Oriental. Além disso, há indícios de que, anos depois, na segunda metade dos anos 1970, uma cópia desse panfleto ainda estaria em circulação em Erfurt, região central da Alemanha a quase 300km de Berlim (Brühl, 2006, p. 109).

Além da distribuição de panfletos em locais estratégicos de sociabilidade homossexual em Berlim Oriental, Tatchell procurou junto às autoridades uma autorização para que pudesse realizar em algum campo de concentração uma homenagem aos homossexuais presos e assassinados durante o nazismo, demanda essa que foi negada pelo Estado¹⁹². Interessante aqui observar como já em 1973, Tatchell adiantava uma prática que seria um ponto fulcral de ativismo homossexual nos anos 1980, como veremos adiante: as diversas tentativas de homenagear e relembrar os homossexuais vítimas nos campos de concentração e o almejo pelo reconhecimento pelo regime sobre a homossexualidade como parte da retórica antifascista e de resistência ao nazismo.

Quase no fim de sua estadia na RDA, no dia 3 de agosto de 1973, Tatchell conseguiu o aceite e um espaço para que pudesse falar em uma conferência sobre direitos da juventude que aconteceria na Universidade Humboldt. Enquanto Peter Rausch e Michael Eggert, vestidos com seus trajes da FDJ, distribuía folhetos sobre a emancipação homossexual à plateia, Tatchell se direcionava ao público introduzindo um debate sobre a homossexualidade que não estivesse pautado em acepções médicas ou jurídicas, mas sim, sobre uma proposta política emancipatória e denunciando as origens da repressão e o preconceito sofrido por tais indivíduos. Assim que alertados do teor da fala de Tatchell, as autoridades presentes desativaram o serviço de tradução simultânea, alegando uma suposta falha técnica. No entanto, contrariando a tentativa de censura das autoridades, Tatchell se recusou a deixar o espaço enquanto não pudesse completar a sua fala, o que, para o descontentamento das autoridades alemãs, acabou sendo concedido (McLellan, 2012, p. 110). Interessante notar que nesse fórum estavam presentes também visitantes de Berlim Ocidental, em especial membros do grupo HAW, o que possibilita sugerir que pode ter ocorrido uma articulação de Tatchell e o movimento *schwul* ocidental para a

¹⁹² Bericht von den X. Weltfestspiele 1973 in Berlin, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sammlung Holy – Homosexuelle Aktion Westberlin.

promoção de sua conferência. De qualquer forma, não há documento ou entrevistas realizadas que comprovem isso.

Apesar de ter sofrido tentativas de obstrução por parte das autoridades – como ficou claro com o encerramento do serviço de tradução – essa atividade, para além do seu valor simbólico na principal universidade do país naquele momento, significou também a divulgação das ideias de um movimento homossexual para um grupo mais amplo e diverso, o que talvez não seria possível apenas no interior dos espaços da subcultura homossexual. Além disso, para Rausch e Eggert, vestidos com seus uniformes da FDJ, o fórum significou a primeira vez que os dois se apresentavam abertamente como homossexuais de forma pública na Alemanha Oriental (Tammer, 2013, p. 25).

O episódio de (quase)censura na Humboldt não foi, no entanto, a única tentativa de impedir que Tatchell divulgasse os conceitos sobre uma emancipação homossexual para o público do *Weltfestspiele*. No penúltimo dia do evento, Tatchell resolveu se dirigir aos lagos da região de Grünau, no sudeste da capital, para atividades de lazer e levou consigo cópias do panfleto, as quais foram solicitadas por vários membros da FDJ enquanto Tatchell visitava os lagos. Para sua surpresa, de forma repentina, uma integrante da FDJ pegou alguns dos folhetos e, nas palavras de Tatchell: "os queimou na frente dos meus olhos e depois pediu a todos que fizessem o mesmo"¹⁹³. Não há informações concretas se essa ação foi orquestrada de forma espontânea por esses jovens que ali observaram a distribuição de panfletos ou se eles tinham sido ordenados por autoridades para que, não por simples coincidência, procurassem impedir a continuidade da divulgação feita pelo ativista. De qualquer forma, aqui fica evidente o teor participativo da (parte) população dentro do regime, atuando de forma ativa para a manutenção e a garantia de preceitos sobre o que seria ou não aceitável naquela sociedade.

A última atividade realizada junto à visita de Tatchell – e talvez a mais significativa – aconteceu no dia 5 de agosto durante passeata de encerramento do evento. Tatchell montou uma placa onde se lia: *Homosexuelle Befreiung – Revolutionäre Homosexuelle unterstützen den Sozialismus* (Liberação Homossexual – homossexuais revolucionários apoiam o socialismo) e *GLF London – Bürgerrecht für Homosexuelle* (GLF London – Direitos Civis para os Homossexuais). No entanto, o ativista lembra que, ao se dirigir para o evento, um grupo de oficiais da polícia o abordou exigindo que ele não levasse a placa, pois, segundo eles, os dizeres

¹⁹³ Bericht von den X. Weltfestspiele 1973 in Berlin, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sammlung Holy – Homosexuelle Aktion Westberlin, tradução nossa. No original: “[...] es vor meinen Augen verbrannte und dann alle anderes aufforderte, das Gleiche zu tun.”

confundiriam a juventude e eram um insulto ao Estado da RDA¹⁹⁴. Apesar de conseguir se esquivar da polícia, Tatchell teve que lidar com a pressão da maioria dos membros da delegação britânica que queriam impedi-lo de desafiar as autoridades e ir à passeata em posse da placa. O debate se transformou em um embate físico, sendo Tatchell atacado fisicamente e a placa quebrada em duas partes por membros da delegação britânica. Isso não significou, no entanto, que Tatchell, junto de outros apoiadores, inclusive membros do HIB, desistiram da ação. Seu pequeno grupo se dirigiu aos manifestantes levantando durante o percurso uma das metades da placa que encontraram e em que se lia *homosexuelle Befreiung* (liberação homossexual). Nas palavras de Tatchell, ele e seus apoiadores desfilaram por Berlim Oriental e “entoaram slogans de liberdade gay em alemão e distribuíram literatura em alemão para a grande multidão” (McLellan, 2012, p. 111, tradução nossa¹⁹⁵). Ocorria, dessa forma, a primeira manifestação homossexual pública no país.

Assim, se no começo de 1973 o filme-manifesto de Praunheim deu o pontapé vital para a fundação do HIB, o *Weltfestspiele* funcionou como uma integração, mesmo que momentânea, do nascente movimento homossexual do país em uma rede global de trocas e conexões para projetos emancipatórios homossexuais. Ou seja,

os jovens ativistas em Berlim Oriental experimentaram-se pela primeira vez como representantes de interesses homossexuais diante de um público internacional e também da RDA. Eles se sentiram validados e apoiados pela presença de grupos e pessoas como Peter Tatchell, que já representava preocupações homossexuais com muita autoconfiança e foi capaz de apresentar análises teóricas de discriminação contra gays e lésbicas. Durante aqueles dias do verão de 1973, uma onda de material informativo de movimentos gays ocidentais varreu a RDA (Tammer, 2013, p. 25, tradução nossa¹⁹⁶).

Contudo, a tentativa de boicote da fala de Tatchell no fórum da Humboldt e a intervenção das autoridades em relação à demonstração da placa no dia final do evento são ações que também deixaram claro que para o HIB - ao contrário do seu vizinho HAW ou o GFL de Tatchell - demonstrações públicas, oposição política ou grupos independentes do Estado não seriam táticas possíveis dentro da ditadura do SED (Huneke, 2022a, p. 142).

¹⁹⁴ Bericht von den X. Weltfestspiele 1973 in Berlin, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sammlung Holy – Homosexuelle Aktion Westberlin.

¹⁹⁵ No original: “[...] chanted gay lib slogans in German and distributed literature in German to the large crowd.”

¹⁹⁶ No original: “[...] erlebten sich die jungen Aktivisten Ost-Berlins zum ersten Mal als Vertreter homosexueller Interessen vor einer internationalen aber auch vor der DDR- Öffentlichkeit. Bestätigt und unterstützt fühlten sie sich durch die Anwesenheit von Gruppen und Personen wie Peter Tatchell, die homosexuellen Anliegen bereits sehr selbstbewusst vertraten und theoretische Analysen zur Diskriminierung von Schwulen und Lesben darlegen konnten. In diesen Tagen im Sommer 1973 schwappte außerdem eine Welle von Informationsmaterialien der westlichen Schwulenbewegungen in die DDR.“

3.4.5 Vértices locais de uma integração global

O desenvolvimento do HIB, portanto, não foi um produto apenas das condições locais às quais estavam submetidos os homossexuais na RDA. Se por um lado, a repressão que sofriam e a falta de um espaço público de discussão sobre a homossexualidade certamente levaram esses ativistas a se organizarem, por outro lado, o HIB também respondia a uma rede global de trocas e conexões da qual fazia parte. Assim como a ambivalência do Estado, o Muro de Berlim não conseguiu isolar totalmente essa sociedade, a qual já se encontrava economicamente, culturalmente e politicamente integrada em um contexto global de disputas da Guerra Fria e mudanças rápidas na cultura, no entretenimento, nos costumes e, claramente, nas atitudes sobre a sexualidade.

Reconhecer isso deve levar em conta, no entanto, que tal integração e conexão não querem dizer que o movimento homossexual no Alemanha Oriental, na figura do HIB, tenha apenas replicado as influências que recebia através das conexões que mantinha com o Ocidente. Nesse sentido, o HIB desenvolveu uma retórica emancipatória homossexual bastante socialista e que adentrava a gramática discursiva dessa ditadura participativa.

O próprio nome HIB - *Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin* - é a primeira indicador desse atravessamento entre influências do Ocidente e uma adaptação local socialista para uma emancipação homossexual nos limites e possibilidades da RDA. Quando questionado sobre a escolha do nome, Eggert relembra que HIB tinha direta inspiração aos nomes do grupo berlinense HAW (*Homosexuelle Aktion Westberlin*) ou do grupo muniquense HAM (*Homosexuelle Aktionsgruppe München*), combinações sempre de três letras e que haviam chamado a atenção de Eggert por serem siglas fáceis e cativantes (McLellan, 2012, p. 115). O uso de *Interessengemeinschaft* (comunidade de interesse) no lugar de *Aktionsgruppe* (grupo de ação) deve ser visto, no entanto, como Eggert levando as influências que recebia à gramática política e cultural vivida na RDA, já que a escolha pelo uso do termo *Interessengemeinschaft* – largamente utilizado no país - procurava facilitar o pedido do grupo pelo reconhecimento oficial da associação junto às autoridades (McLellan, 2013, p. 23). Percebe-se, dessa maneira, “a mistura complexa entre o socialismo da RDA e as políticas emancipatórias do Ocidente que formaram o HIB” (McLellan, 2012, p. 115, tradução nossa¹⁹⁷).

A partir de 1974, o HIB passaria a traduzir melhor tais influência e as articular na formação de uma retórica do grupo que procurava se localizar dentro dos objetivos da sociedade

¹⁹⁷ No original: “[...] the complex mixture of GDR socialism and Western emancipatory politics which shaped the HIB.”

socialista almejada pelo SED. Nesse contexto, um documento chamado “Plano para a Criação de uma Centro da Comunidade Homossexual” chegou às mãos das autoridades – em especial, a *Stasi* – e no qual a demanda do HIB por um espaço para um centro de convivência homossexual era defendida não a partir dos argumentos típicos do *Schwulenbewegung* ou do *Gay Liberation*, mas através de ideais defendidos pela sociedade socialista. Assim, o documento argumentava que

os tabus anti-gays não eram nativos do socialismo, mas sim um resquício do passado capitalista. Apontava que o progresso social levou a “uma mudança profunda na consciência” entre gays e lésbicas, levando-os a começar “a questionar a justificativa social para sua situação a partir uma perspectiva marxista”. [...] a estigmatização de gays e lésbicas era incompatível com a promessa utópica do socialismo. Eles queriam ajudar o Estado a criar “oportunidades para nós, homossexuais, para o pleno desenvolvimento de nossas personalidades socialistas” (Huneke, 2022a, p. 147, tradução nossa¹⁹⁸).

Para além da ligação evidente com a retórica do SED ao falar sobre o desenvolvimento pleno desses cidadãos socialistas, o documento ressignifica o discurso que colocava no capitalismo a origem da decadência homossexual – ideia tão recorrente nesse período. Aqui é o sentimento anti-homossexual que é visto como próprio do capitalismo. Ou seja, o documento não apenas classifica a homofobia como algo não propriamente socialista, como também pretende apontar para a homossexualidade como um traço que é possível fazer parte de um pleno cidadão socialista.

A influência dos diálogos mantidos com o Ocidente estava presente no documento também. Da mesma forma que no filme-manifesto de Praunheim há uma crítica à limitação do homossexual ao contato furtivo em espaços públicos, como o *Klappe*¹⁹⁹, o documento cita a ausência de oportunidades e espaços de sociabilidade homossexual no país e que poderiam auxiliar os homossexuais a compreenderem sobre as causas de seu sofrimento e exclusão (Huneke, 2022a, p. 148).

Se em um momento o documento traduz para uma gramática alemã oriental alguns argumentos de seus vizinhos homossexuais capitalistas, em outro leva a sua adaptação socialista às últimas instâncias expressando a sua devoção pelo regime. Isso era claramente uma estratégia do HIB para tentar dissipar uma das principais preocupações que o regime tinha em relação a

¹⁹⁸ No original: “[...] anti-gay taboos were not native to socialism but rather a holdover from the capitalist past. It pointed out that social progress had led to “a deep- seated change in consciousness” among gay men and lesbians, causing them to begin “to question the social justification for their situation from a Marxist perspective.” [...] stigmatization of gay men and lesbians was incompatible with socialism’s utopian promise. They wanted to help the state create “opportunities for us homosexuals for the full development of our socialist personalities.”

¹⁹⁹ Esse termo é popularmente utilizado por falantes de alemão para designar os banheiros públicos. Para a comunidade homossexual da época e seu restrito leque de opções de sociabilização, esses espaços e, portanto, tal expressão ganharam uma importância e utilidade ainda maiores.

um grupo como ele, isto é, o perigo político e desestabilizador de seus contatos com o Ocidente – como veremos mais adiante. Para desconstruir tal receio das autoridades e levá-los a adotarem a demanda colocada pelo HIB, o texto direcionava uma direta crítica ao mundo capitalista, atestando que, apesar de parecer um local desejável para os homossexuais, o Ocidente seria um local de exploração. Assim, a retórica adotada procurava convencer as autoridades de que o Estado da RDA não era um inimigo às demandas colocadas pelo movimento, mas sim um potente aliado (Huneke, 2022a, p. 149).

Há vários exemplos que ilustram esse giro constante entre referências internacionais e a fusão de um discurso pela emancipação homossexual com um projeto socialista de sociedade. Em uma análise de uma reportagem publicada em uma revista sobre a questão da homossexualidade, por exemplo, o grupo aponta para as causas do sofrimento e exclusão social dos homossexuais, terminando a sua análise com os dizeres em caixa alta: *Schwulsein ist keine Krankheit, sondern macht Spaß!* (Ser *schwul* não é nenhuma doença, é diversão!)²⁰⁰. Há aqui uma clara reprodução do tipo de palavras de ordem que eram a todo momento reiteradas no *Schwulenbewegung* na Alemanha Ocidental, destacando o orgulho da identidade *schwul* e distanciando-o de discursos que a patologizavam.

Em contrapartida, a ideia de promover um *Christopher Street Day* (CSD) – a fim de celebrar e coincidir com a mesma data que as paradas do orgulho gay eram realizadas nos EUA - aos moldes do que muitos grupos no Ocidente começavam a realizar não reverberou positivamente entre os integrantes do movimento homossexual da RDA. Tal proposta foi considerada demasiadamente americana e, em seu lugar, decidiu-se pela celebração de uma espécie de *Pfingstentreffen* (popular festa cristão alemã de Pentecostes), estratégia também adotada pelo *Schwulenbewegung* na Alemanha Ocidental, pelo menos naquele momento. Nas palavras de Eggert, o HIB recusou realizar uma comemoração como o CSD e, no lugar, promover uma espécie de *Pfingstentreffen*, pois este se tratava já de uma tradição no movimento dos trabalhadores e entre os integrantes da FDJ (McLellan, 2012, p. 117) . Dessa maneira, o grupo encontrava mais uma forma de localizar seus ideais dentro daquilo que era reconhecido como tipicamente alemão e socialista.

É possível notar, desse modo, três tipos principais de contatos com movimentos homossexuais de outras localidades, em especial a Alemanha Ocidental: 1) o contato midiático, ou seja, aquele em que chegavam até a RDA revistas, publicações e filmes; 2) contatos esporádicos individuais, que se formavam, principalmente, a partir da visita de homossexuais

²⁰⁰ Kurzer Kommentar zur Schnabls Plädoyer für eine Minderheit, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, HIB Material (n. 3).

de Berlim Ocidental aos bares do lado oriental; 3) os contatos com grupos organizados, como foi o caso do GLF no *Weltfestspiele* e, de forma mais robusta, o HAW de Berlim Ocidental. Essas conexões e trocas são essenciais para entendermos o desenvolvimento de um movimento homossexual no país e a construção do HIB. Entretanto, tais conexões não devem ser vistas como definidoras da retórica desenvolvida pelo HIB, já que é evidente que as influências que atravessavam o Muro de Berlim eram adaptadas – outras descartadas – a um ideal emancipatório socialista e que lidava com as possibilidades e limites de uma vida homossexual no interior de uma ditadura participativa.

Logo, tendo constantemente a consciência sobre tais desdobramentos locais específicos, podemos reconhecer que os ativistas do HIB também “tinham muito em comum com os ideais e valores da liberação gay no Ocidente. Seu trabalho deve ser visto como parte de uma tentativa europeia mais ampla de politizar o privado e criar formas alternativas de vida” (McLellan, 2012, p. 126, tradução nossa²⁰¹). E tal conclusão é certamente relevante para uma historiografia queer que pretenda realmente entender o ativismo LGBTQIA+ na Europa e no mundo, em especial em relação à ECL. Como Szulc (2018) realça, a região do Leste Europeu continuou a ser interpretada sob a lente do atraso e a ideia de que tais países, após 1989, estariam retornando ao Ocidente. Esse discurso, informado pela retórica típica da Guerra Fria, desistoriciza a região, através da reafirmação de uma série de mitos – como é o caso do suposto total isolamento da região atrás da Cortina de Ferro. Como já evidenciado aqui, a Cortina de Ferro era mais permeável do que se imaginava e a região se encontrava integrada a dinâmicas globais econômicas, políticas e sociais. No que concerne às questões sobre as sexualidades dissidentes, ainda que muitos insistam em afirmar que não havia um movimento homossexual na região, nas narrativas aqui apresentadas já fica evidente que esse não era o caso. O movimento homossexual na RDA, por exemplo, começou a se desenvolver muito antes de 1989. Ou seja, após a queda do Muro de Berlim e o ápice da crise no Bloco Soviético, não houve um retorno da região ao Ocidente ou, finalmente, a inauguração de um movimento homossexual na região. Esse movimento já existia e estava integrado a uma rede global de grupos, movimentos e propostas de emancipação.

²⁰¹ No original: “[...] the HIB activists had a great deal in common with the ideals and values of gay liberation in the West. Their work should be seen as part of a broader European attempt to politicize the personal and create alternative forms of living”

3.4.6 A reação estatal aos contatos estrangeiros: homossexualidade e espionagem

Uma questão importante ao se notar essas ligações e contatos com o exterior é a reação das autoridades, em especial a Stasi, a esse tipo de conexão empreendida pelo HIB. Exatamente pelo começo do desenvolvimento do HIB estar tão conectado a diálogos com o Ocidente, uma das grandes preocupações da Stasi eram esses contatos e o potencial subversivo que isso poderia indicar ao HIB. A Stasi não só produziu relatórios extensos sobre as atividades do HIB como também contou com a colaboração de pelo menos 6 informantes informais (IM) em Berlim e Leipzig a fim de vigiar o grupo (Huneke, 2022a, p. 160). Entre os interesses da Stasi em relação ao HIB, houve três enfoques principais. O primeiro deles era traçar um mapa de Berlim Oriental que mostrasse os locais e as características da subcultura homossexual na capital. Para isso, era pedido aos IMs que estes detalhassem o máximo possível os locais frequentados pelos dissidentes de sexualidade na cidade e como eram as suas dinâmicas (Huneke, 2022a, p. 160). A paranoia por minuciosamente registrar e mapear os pontos dessa subcultura parece ter sido realizada de forma bem-sucedida: em 1990, em um momento de reunificação e em que a imprensa alemã se debruçava sobre os diversos relatos de abusos da Stasi sofridos por cidadãos da RDA, o jornal *Berliner Zeitung* publicou a narrativa de um homem homossexual que teria sido chamado pela polícia alemã oriental para dar depoimento durante uma investigação sobre o assassinato de um homossexual em *Prenzlauer Berg* – região que seria central da subcultura homossexual nos anos 1980. O depoente relembra como a polícia já sabia que ele era homossexual, tendo mostrado fotos suas retiradas pela Stasi e uma série enorme de mapas que registravam pontos da subcultura homossexual na cidade (Osang, 1990).

O segundo enfoque da vigilância da Stasi em relação ao HIB era listar seus participantes esporádicos e membros oficiais, buscando não apenas ter um controle do tamanho e das atividades do grupo, mas entender as inclinações políticas desses participante e o potencial subversivo dessas pessoas (Huneke, 2022a, p. 160). Um dos pedidos mais recorrentes da Stasi ao IMs era que estes providenciassem alguma lista ou livro de registros dos participantes ativos no grupo. Aparentemente, e para o pesar dos oficiais da Stasi, tal lista nunca teria sido produzida pelo HIB – possivelmente porque sabiam dos riscos de tal registro. Já o terceiro enfoque – e talvez o principal e o mais trabalhado por eles - era entender e registrar os contatos do HIB com o Ocidente, o que é de especial relevância para a presente tese.

Em um dos primeiros relatórios produzidos pela Stasi com a ajuda de um IM, os redatores notam o contato com homossexuais em Berlim Ocidental como um dos impulsos para

a formação do HIB²⁰², o que, presumivelmente, aguçou a preocupação dessas autoridades e fez com que, em grande maioria dos relatórios, fosse discernido quais participantes dos eventos vinham do vizinho capitalista. Por exemplo, em uma das principais atividades públicas do grupo e de teor festivo, a apresentação de cabaré *Hibaré*, a contínua presença de estrangeiros chamava bastante a atenção da Stasi. Nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1976, duas apresentações do *Hibaré* ocorreram em dois bares de Berlim Oriental. No relatório produzido com a ajuda de um IM, as autoridades sublinham: “estrangeiros de países não socialistas estiveram presentes em ambos os eventos. Em 27 de fevereiro, dois americanos, ambos estudantes em Berlim Ocidental. Em 28 de fevereiro, esses dois americanos também estiveram presentes”²⁰³. O relatório registra ainda que o convite teria sido feito através de Michael Eggert e que, além dos estudantes americanos de West Berlin, também estariam presentes cinco franceses, dois britânicos e um membro do HAW. Já em relação a uma festa promovida pelo HIB em junho de 1976 no apartamento de Michael Eggert, um outro informante destacou para um oficial da Stasi a presença de quatro visitantes de Berlim Ocidental, um outro visitante americano e um morador do interior da Alemanha Ocidental²⁰⁴.

A partir de entrevistas e dos diagnósticos realizados com os IMs, a Stasi produziu diversos relatórios que não narravam especificamente uma atividade ou evento, mas tentavam produzir e atualizar uma noção detalhada do funcionamento e dos membros do grupo. Em um desses documentos, a Stasi chega a informar que o HIB contava com 10 membros oficiais de Berlim Ocidental²⁰⁵ – informação essa que não foi possível confirmar em nenhum outro documento ou relato realizado pelos membros. Acredito que a Stasi, em certos momentos, pela ausência de um documento claro do HIB sobre seus participantes, confundia contatos e visitas de interlocutores do lado ocidental com algum tipo de participação oficial no grupo. Isso parece ser o caso, já que, apesar de aqui observarmos uma troca constante entre os dois lados do Muro, essas participações de visitantes estrangeiros eram furtivas, sem uma consistência ou oficialização por parte do HIB. Além disso, tais conexões foram se dissipando no decorrer dos

²⁰² Stasi Bericht, 24 fev. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi-Überwachung (n. 1).

²⁰³ Tonbandabschrift, 5 mar. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi-Überwachung (n. 1), tradução nossa. No original: “[...] auf beiden Veranstaltungen waren Ausländer aus dem nichtsozialistischen Ausland anwesend. Am 27. 2. Zwei US-Amerikaner, die beide in Westberlin studieren. Am 28. 2. waren diese beiden US-Amerikaner ebenfalls anwesend.”

²⁰⁴ Stasi Bericht, 28 jul. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi-Überwachung (n. 1).

²⁰⁵ Stasi Bericht 000111, sem data. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi-Überwachung (n. 1).

anos 1970 e sendo evitadas por ambos os lados – tanto os homossexuais de Berlim Ocidental (na figura do HAW) quanto pelos próprios participantes do HIB.

Teresa Tammer, em seu trabalho com história oral, observa que até 1976 os contatos com Berlim Ocidental, em especial com o grupo HAW, teriam sido recorrentes e a principal rota para que publicações e materiais de movimentos homossexuais de localidades diversas chegassem até o HIB. Até então, “os membros do HIB acreditavam que os contatos, especialmente com estudantes de esquerda em Berlim Ocidental, não teriam consequências negativas para eles” (Tammer, 2013, p. 27, tradução nossa²⁰⁶). Todavia, isso mudaria a partir de 1976, com a recusa do Estado em reconhecer oficialmente o grupo e, principalmente, com a proibição da entrada de Volker Eschke na RDA. Eschke era psicólogo, membro do HAW e do SEW (*Sozialistische Einheitspartei Westberlins*) – uma espécie de partido-irmão do SED em Berlim Ocidental – e tinha programado uma visita ao HIB para realizar uma palestra e discussão sobre a situação dos homossexuais na Europa Ocidental. Pelo fato de ser membro do HAW, morador de Berlim Ocidental e pelo conteúdo da palestra programada, as autoridades – que já vinham preocupadas com o contato constante do HIB com indivíduos de nações capitalistas – proibiram a entrada de Eschke no país, interceptando-o na imigração entre as fronteiras de Berlim. Tal acontecimento para os membros do HIB foi interpretado “como um sinal claro do Estado de que qualquer troca com os berlinenses ocidentais, mesmo que fossem “camaradas”, era indesejável” (Tammer, 2013, p. 27, tradução nossa²⁰⁷). A partir disso, o HIB resolveu que manteria apenas contatos informais e esporádicos com o Ocidente (McLellan, 2012, p. 120).

No entanto, esse afastamento não ocorreu exclusivamente por parte do HIB, já que o HAW pouco se engajou para um trabalho conjunto com o HIB e até mesmo aconselhava contra tal possibilidade. Ou seja, grande parte dos contatos estabelecidos entre homossexuais no lado oriental e ocidental ocorreu através de relações esporádicas e pessoais, o que deve ser frisado para evitar a ideia de que havia uma cooperação articulada entre ambos os lados, mas muito mais uma relação instável e fragmentada. Uma primeira razão para isso era a quase ausência de informações sobre o movimento da RDA nas publicações do *Schwulenbewegung* (Tammer, 2013, p. 28). Esse absentismo dificultava um maior interesse pelo que se desenrolava do outro lado do Muro e impossibilitava grandes cooperações. Um segundo obstáculo para uma intensificação do diálogo entre tais grupos pode ser observado nos estágios bastante díspares

²⁰⁶ No original: “[...] “hatten die HIB-Mitglieder geglaubt, dass Kontakte zumal zu linken Studenten in West-Berlin keine negativen Konsequenzen für sie haben würden.”

²⁰⁷ No original: “[...] als ein eindeutiges Signal von Seiten des Staates, dass jeglicher Austausch mit West-Berlinern, wenngleich es sich um “Genossen” handelte, unerwünscht war.”

de desenvolvimento desses movimentos durante a década de 1970. O *Schwulenbewegung* na Alemanha Ocidental passou por processos intensos de institucionalização e diferenciação, surgindo entidades diversas em partidos, igrejas, sindicatos etc. Além disso, a subcultura *schwul* se expandiu e diversificou, tendo a primeira livraria gay da Europa sendo aberta em Berlim Ocidental em 1978 e até mesmo uma editora própria sendo inaugurada, a *Verlag rosa Winkel* (Tammer, 2013, p. 29). Enquanto isso, o movimento homossexual no lado oriental, apesar de ter conseguido desenvolver novos espaços privados de sociabilização homossexual, passou praticamente toda a década lutando pelo reconhecimento oficial do grupo pelo Estado e a abertura mínima de espaços públicos de discussão e sociabilização para essa comunidade.

Uma terceira razão para o afastamento – e provavelmente a principal – foi o conflito interno ideológico no interior do *Schwulenbewegung*. O grupo HAW, por exemplo, era assumidamente orientado para uma crítica ao capitalismo, se autoafirmando como parte de um movimento marxista. Além disso, pelo fato de muitos de seus membros serem parte do SEW – como era o caso do psicólogo Eschke barrado na fronteira com a Alemanha Oriental– eles procuravam evitar qualquer crítica ao Estado da RDA (Henze, 2019, p. 136). Isso levava muitos a se absterem de críticas aos abusos do SED ou da Stasi – como no caso da proibição de fronteira ao Eschke – e até mesmo a se posicionarem contra o contrabando de publicações do HAW para o HIB (McLellan, 2012, p. 119). Por outro lado, mesmo os setores do *Schwulenbewegung* que estavam mais propícios a manter um diálogo crítico com o movimento na Alemanha Oriental acabavam esbarrando em uma linguagem política do HIB que podia dar a impressão de uma espécie de conservadorismo do qual grupos como o HAW não apenas queriam se distanciar, mas que viam de forma bastante crítica. O uso de *homossexual* e não *schwul*, além de termos como *Interessengemeinschaft* ou *Freizeitgestaltung* (atividades de lazer) – os quais eram típicos da gramática discursiva da RDA – podem ter parecido aos homossexuais ocidentais como uma postura conservadora do movimento em desenvolvimento na RDA (McLellan, 2012, p. 120).

Assim, seja pelo risco que o HIB corria ao manter contatos formais e de cooperação com o HAW, seja por conta da recusa a uma posição crítica ao SED pelo *Schwulenbewegung*, uma cooperação coordenada entre ambos os lados não ocorreu e as poucas tentativas realizadas nesse sentido se dissiparam a partir de 1976. Portanto, essas conexões com o Ocidente devem ser vistas mais como rotas pessoais, informais e desarticuladas. Entretanto, se essa ausência de um trabalho conjunto estruturado é observável, por que a Stasi desprenhia tanta atenção e esforço para minuciosamente observar os contatos com o Ocidente e a presença de estrangeiros nas atividades do HIB?

Como já notado anteriormente, a visão do Estado sobre a homossexualidade e as possíveis identidades de gênero/sexualidade dissidentes era atravessada não apenas por noções herdadas dos embates entre nazismo e comunismo na Segunda Guerra Mundial como também levava em consideração os discursos do interior da Guerra Fria. Sendo a homossexualidade vista por muitos como produto da suposta decadência capitalista, a presença de contatos do Ocidente em atividades e eventos do HIB adentrava esse discurso e reforçava as suspeitas do potencial subversivo de um grupo como este. No entanto, há mais uma visão específica sobre a homossexualidade que aguçava a preocupação, principalmente, da Stasi. Entre os discursos diversos sobre a homossexualidade no interior da Guerra Fria, um que é central para entender a visão da Stasi é aquele que conectava a homossexualidade à espionagem.

O SED acabou desenvolvendo uma atitude ambivalente a esses sujeitos dissidentes em sua sexualidade, oficialmente não concedendo “poder nem significado a gays ou lésbicas” (Huneke, 2022a, p. 117, tradução nossa²⁰⁸). Como vimos, se por um lado desde meados dos anos 1950 o Estado já descontinuava as perseguições legais contra a homossexualidade, por outro, recusava-se a reconhecer qualquer tipo de demanda desses grupos ou a oferecer um espaço público de discussão e sociabilidade. Assim, em um primeiro momento, a Stasi seguiu esse posicionamento, pouco se interessando pelos dissidentes da sexualidade no país. No entanto, no decorrer da década de 1960, a Stasi foi gradativamente adotando um discurso que conectava a homossexualidade à espionagem, ao potencial subversivo e à penetração de forças do Ocidente no país.

Nesse momento, observa-se não só na Alemanha Oriental, como também em seu vizinho capitalista e em outros países da Europa Ocidental, uma expansão dos serviços de inteligência e espionagem, algo que foi acompanhado de um aumento do temor pela espionagem homossexual (Huneke, 2022b, p. 4). Esse medo não se relacionava a um discurso novo daquele momento, mas era produto de uma série de estereótipos e preconceitos desenvolvidos no decorrer de todo o século XX e que procurava atestar um caráter de risco e dúvida aos indivíduos dissidentes em sua sexualidade. Havia a crença, por exemplo, de que a prática homossexual estava sujeita a chantagens, o que deixava esses indivíduos suscetíveis à recrutamento forçado. Outros defendiam um caráter conspirativo dos homossexuais e uma pré-disposição desses sujeitos para atividades de subversão. Existiam aqueles ainda que insistiam no caráter patológico mental da homossexualidade, ligando-a a uma maior disposição a ideias comunistas (Huneke, 2022b, p. 5). Esse último aspecto mostra que, assim como tais discursos

²⁰⁸ No original: “[...] neither power nor significance to gay men or lesbians.”

acabaram inaugurando na *Stasi* uma preocupação em relação ao potencial de espionagem dos homossexuais, tal desenvolvimento também se deu no Ocidente, ainda que com argumentos contrários.

Assim, houve uma transformação lenta, mas consistente, na forma como a *Stasi* olhava para a homossexualidade e para a sua subcultura. Se na década de 1950 a agência não realizava nenhum tipo de conexão entre espionagem e homossexualidade, na década de 1960 esses oficiais começariam a recrutar cada vez mais agentes e IMs para tentar desestabilizar o que eles presumiam como o engajamento de forças do Ocidente no interior da subcultura gay (Huneke, 2022a, p. 108). A crença difundida era de que, pela suposta suscetibilidade dos homossexuais ao recrutamento por forças inimigas, os espaços da subcultura homossexual estariam infiltrados por forças de espionagem capitalistas.

Um caso específico em 1960 pode ser apontado como o intensificador dessa preocupação da *Stasi*. Um homossexual morador de Berlim Oriental teria sido convidado por um conhecido - com o qual mantinha relações sexuais esporádicas - a prestar serviços para uma agência de inteligência ocidental, presumidamente da Alemanha Ocidental. Isso levou a *Stasi* a agir rapidamente e a recrutá-lo antes que ele pudesse começar a prestar serviços de espionagem para forças do Ocidente (Huneke, 2022a, p. 109).

Esse e outros casos de homossexuais que foram recrutados - não só pela *Stasi*, como também por agências na Alemanha Ocidental - mostram o alcance de tais estereótipos em relação aos homossexuais, fazendo com que essas agências procurassem candidatos que espionassem e reportassem sobre essa subcultura. Ou seja, a causa de seus atos de espionagem não era a sua sexualidade dissidente. Pelo contrário, o que fazia com que esses sujeitos fossem recrutados era o preconceito e a paranoia das forças de segurança sobre tais identidades. Os documentos que formam todo o processo de recrutamento e do trabalho de espionagem prestado por esse caso específico, totalizando mais de 400 páginas, atestam que o seu recrutamento aconteceu “tanto porque esperavam poder usá-lo para recrutar mais informantes da subcultura gay quanto porque acreditavam que sua subcultura havia sido infiltrada por um círculo de espões ocidentais” (Huneke, 2022b, p. 9, tradução nossa²⁰⁹).

Outro caso observado deixa claro o potencial que a *Stasi* reconhecia em membros da subcultura homossexual. Um relatório produzido sobre um morador de Karl-Marx-Stadt - hoje renomeada como Chemnitz - aponta para o constante contato desse indivíduo com círculos gays

²⁰⁹ No original: “[...] both because they expected to be able to use him to recruit further informants from the gay subculture and because they believed he subculture had been infiltrated by a ring of Western spies.”

da Alemanha Ocidental, sublinhando o acesso desses círculos a figuras importantes da inteligência do governo alemão capitalista. Dessa forma,

os funcionários da Stasi viam sua homossexualidade como um recurso de inteligência. Por causa de seus numerosos contatos na subcultura expansiva e opaca, os gays não eram apenas perigosos para o Estado, mas também idealmente situados como agentes (Huneke, 2022a, p. 112, tradução nossa²¹⁰).

Uma característica dos espaços da subcultura homossexual que, particularmente, chamavam a atenção da Stasi era o caráter diversificado em termos de classe social nesses espaços. Com a presença de pessoas com funções na sociedade bastante díspares – trabalhadores de fábricas, professores, funcionários governamentais, entre outros – esses locais apresentavam um ambiente propício para a extração de diversos tipos de informações e de fontes diversas (Huneke, 2022b, p. 12). A subcultura homossexual era interpretada, portanto, não apenas como uma zona opaca, escondida e com potencial de risco e subversão, mas como um local que prometia oportunidades únicas de vigilância e espionagem.

Há, dessa forma, um paradoxo enorme na relação que a Stasi – e, no geral, o Estado – passou a manter com esses indivíduos e seus locais de sociabilidade, visto que estes “eram valiosos para as agências de inteligência precisamente porque tinham acesso a uma subcultura que só existia porque suas tendências sexuais eram criminalizadas ou, no mínimo, um tabu” (Huneke, 2022b, p. 13, tradução nossa²¹¹). Isto é, as ações que faziam um homossexual ser lido como útil à Stasi eram as mesmas que o colocavam sob risco de perseguição por forças policiais. Isso nos faz refletir sobre a própria natureza das informações e relatórios produzidos por essas relações de recrutamento e espionagem que a Stasi – entre outras agências no interior da Guerra Fria – manteve com tais sujeitos homossexuais. Até que ponto esses relatórios descreviam dinâmicas realmente subversivas nesses locais ou se tratava apenas de uma reprodução dos preconceitos e paranoias dessas instituições? Em outras palavras, torna-se fundamental questionarmos “se a inteligência reunida por meio de tais práticas é realmente outra coisa senão a paranoia do Estado de segurança olhando para si mesma” (Huneke, 2022b, p. 17, tradução nossa²¹²).

Outra ressalva a ser feita é como isso se dava em relação às lésbicas. Apesar de certamente o Estado e a Stasi mostrarem ressalvas também com as movimentações e grupos

²¹⁰ No original: “[...] the Stasi officials viewed his homosexuality as an intelligence asset. Because of their numerous contacts in the expansive and opaque subculture, gay men were not only dangerous to the state but also ideally situated as agents.”

²¹¹ No original: “They were valuable to intelligence agencies precisely because they had access to a subculture that only existed because their sexual proclivities were criminalized or, at the very least, taboo.”

²¹² No original: “[...] whether the intelligence gathered through such practices is ever really anything other than the paranoia of the security state staring back at itself.”

feitos por mulheres lésbicas no país, como ficará evidente mais adiante, essa preocupação sobre o potencial de espionagem e de subversão dessas mulheres não era recorrente. Isso mostra que, enquanto o parágrafo 151 reconhecia as relações lésbicas – e denotava preocupação com a “periculosidade” destas à juventude – a sua invisibilidade e a falta de espaços de sociabilização próprios permaneceram tão potentes na RDA que não chegaram a despertar maiores preocupações por parte da Stasi. Isto é, ao observar a realidade das sexualidades dissidentes no país, um recorte de gênero é essencial, já que este nota não apenas as conjunturas diversas das experiências dissidentes no país como também um tratamento diferenciado por parte da Stasi.

Isso posto, a subcultura homossexual passou ser percebida como um local de penetração de forças capitalistas subversivas, mas, ao mesmo tempo, também um espaço com potencial para espionagem e reconhecimento de informações. Assim, não é surpreendente que, quando um movimento homossexual começou a se desenvolver na RDA e a manter contatos – mesmo que inconstantes e não coordenados – com o Ocidente, os oficiais de segurança do Estado, em especial a Stasi, começaram, em sua noção paranoica, a enxergar as demandas e petições colocadas pelo HIB não como um movimento legítimo, mas como uma tentativa de forças capitalistas para deslegitimar e desestabilizar o regime do SED (Huneke, 2022a, p. 117).

Essa é uma característica da forma com que a Stasi via a questão da homossexualidade que auxilia na compreensão mais geral do posicionamento do Estado em relação ao movimento homossexual a partir dos anos 1970. Geralmente, os trabalhos sobre vigilância no século XX possuem uma lente bastante foucaultiana que observa o Estado e o poder como reguladores, promovendo uma governança de si. Essa relação de controle é o que teria, nos dois últimos séculos, contribuído para a formação de identidades sexuais, como explicita bem Foucault (2020) em *História da Sexualidade*. Nesse viés, quando se fala sobre os Estados da segunda metade do século XX, enfatiza-se usualmente o aspecto repressivo dessa vigilância. No entanto, o que se observa na preocupação e na ação da Stasi com os espaços de sociabilidade homossexual e seus contatos com o Ocidente não é uma tentativa estritamente de exclusão ou total repressão dessa comunidade homossexual. Pelo contrário, a preocupação estava nas possíveis infiltrações desses espaços e do seu potencial subversivo ao Estado, o que fazia desses locais uma fonte útil para se vigiar e controlar a fim de angariar informações profícuas de cunho policial, militar, político etc. (Huneke, 2022b, p. 3).

Essa constatação não deve ser interpretada como um sinal de que não houve repressão das sexualidades dissidentes ou do movimento homossexual na RDA. Em diversos momentos, a Stasi e outras instituições estatais atuaram para limitar e impedir ações e demandas desses grupos. No entanto, a partir da década de 1970, essa relação entre Estado e movimento

homossexual não foi uma baseada em preceitos morais, mas muito mais na preocupação paranoica do Estado em relação ao potencial subversivo que tais grupos aparentavam possuir. Dessa forma, o Estado e suas forças de espionagem estavam lidando com o movimento homossexual seguindo o mesmo preceito paranoico que informava as ações oficiais em relação a qualquer manifestação cultural, política ou social que demonstrasse escapar da imagem de sociedade socialista almejada e se aproximar daquela considerada símbolo da decadência capitalista. Assim, se até mesmo o uso de calças jeans, cabelos longos ou a reprodução de certos estilos de música (Fulbrook, 2005, p. 90) eram observados como sinais de perigo à estabilidade do Estado em um contexto de Guerra Fria, o movimento homossexual, seu suposto potencial de espionagem e seus contatos com o Ocidente não seriam observados por outra lente a não ser a da subversão. No entanto, conforme os anos se passaram, as demandas da sociedade ficaram mais impacientes e as crises políticas e econômicas mais intensas, o que levaria o Estado a realizar certas concessões, mas nunca a abandonar sua preocupação vigilante e paranoica.

Portanto, o HIB surgiu em um contexto em que a ambivalência do Estado da RDA havia se constituído como um fato diário e seria mantida até a queda do Muro de Berlim em 1989. A homossexualidade não era praticamente mais motivo de perseguição legal desde 1957 e havia sido oficialmente descriminalizada (ainda que não completamente) desde 1968. Além disso, essa sociedade se via integrada a mudanças econômicas, sociais e culturais globais, o que, em conjunto ao almejo de Honecker pela promoção de uma RDA internacionalmente moderna e que garantisse as necessidades de consumo de sua população, trouxe desdobramentos locais novos e que transformavam a sociedade alemã oriental. Ao mesmo tempo, o Estado via o surgimento do movimento homossexual não preponderantemente a partir de uma questão moral, mas de uma preocupação com a segurança e estabilidade do regime. Isso explica a continuidade da falta de espaço público de discussão e as diversas recusas das autoridades em reconhecer as demandas que o HIB fazia durante os anos 1970, como veremos adiante.

3.4.7 HIB: atividades, demandas e obstáculos

As atividades do HIB planejadas para a primeira metade de 1976 eram variadas, procurando superar os diversos silenciamentos e privações aos quais os homossexuais e lésbicas se viam submetidos na RDA. Para além das atividades burocráticas de organização interna do grupo, havia, por exemplo, encontros específicos para se estudar as sexualidades dissidentes no decorrer da história – atividade que almejava sobrepujar a privação de conhecimento que esses grupos sofreram em relação a um passado histórico comum. Além desse exemplo, a

programação contava ainda com excursões ao teatro e ao cinema, destacando o plano de realizarem tais atividades sempre em grupo²¹³. Essa ânsia por atividades culturais em grupo nos remete ao primeiro objetivo do HIB: “o grupo como uma família para seus membros e amigos, como um lugar de segurança e parceria” (Rausch, 2006, p. 154, tradução nossa²¹⁴).

As atividades de lazer em grupo eram extremamente valorizadas a fim de estimular um senso de comunidade entre indivíduos que, até então, haviam sido constantemente excluídos socialmente. Piqueniques no verão ou encontros dominicais para dividir um simples café e um bolo na casa de algum dos membros do HIB se tornaram, conseqüentemente, atividades recorrentes (McLellan, 2012, p. 113). Diversos registros fotográficos dos primeiros anos do grupo²¹⁵ mostram recorrentes excursões a lagos e campos com a realização de piqueniques. Nesse sentido, uma das primeiras atividades realizadas logo que o grupo foi fundado em 1973, ainda no inverno, havia sido exatamente uma dessas suas excursões grupais no campo²¹⁶.

A insistência do HIB, em seus primeiros anos de existência, por atividades de lazer em locais privados ou longes do centro da capital pode ser mal interpretada como um sinal de que o grupo tinha se fechado em seu próprio nicho. Mas como já observado, o espaço privado na RDA - seja em uma reunião familiar, seja um encontro para café entre os membros do HIB – tinha contornos específicos e potentes nessa sociedade, inclusive politicamente. De qualquer forma, o HIB não restringiu suas atividades apenas à promoção do lazer comunitário privado. Assim, o segundo objetivo do grupo era: "Trabalho na subcultura, assessoria e informação, solidariedade e apoio à vida, atividades de lazer, trabalho político e cultural e muitas festas" (Rausch, 2006, p. 154, tradução nossa²¹⁷).

No que diz respeito à promoção de trabalhos culturais e festas, o cabaré *Hibaré*, montado e produzido pelos membros do HIB, é um exemplo desse segundo objetivo do grupo e de uma atividade que extrapolava o nicho “privado” de seus membros. As diversas ocasiões em que o *Hibaré* foi apresentado eram consideradas um destaque no calendário do HIB. A apresentação era dividida em 10 performances musicais e teatrais em que vários dos membros do grupo participavam tanto na montagem quanto como atores²¹⁸ e cujo roteiro procurava

²¹³ Arbeitsplan für das 1. Halbjahr, 1976. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, HIB Material (n. 3).

²¹⁴ No original: “Die Gruppe als Familie für ihre Mitglieder und Freunde, als Ort der Geborgenheit und Partnerschaftsgestaltung”

²¹⁵ Fotos, datas diversas. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²¹⁶ Erste Ausflug der HIB nach ihrer Gründung, 15 jan. 1973, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²¹⁷ No original: “Wirken in der Sub, Beratung und Information, Solidarität und Lebenshilfe, Freizeitgestaltung, politische und kulturelle Arbeit und viele Partys.”

²¹⁸ *Hibaré*-Programm, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Diverses (n. 5).

introduzir uma crítica à sociedade cisheteronormativa. Assim, a narrativa “geralmente tinha um tom político e satírico, como, por exemplo, um esquete em que os habitantes da Terra visitam um planeta onde os heterossexuais são uma pequena e oprimida minoria” (McLellan, 2012, p. 121, tradução nossa²¹⁹).

Como os diversos registros fotográficos do *Hibaré* mostram²²⁰, não apenas o conteúdo da peça introduzia questões sobre as sexualidades dissidentes, mas a própria vestimenta dos atores desafiava as imposições cisheteronormativas que também se dão em relação à moda (McLellan, 2015, p. 412). Assim, observa-se a adoção de um vestuário que confundia os limites performativos do gênero²²¹. Esse traço semiótico junto ao enredo provocativo não apenas eram um exercício de reflexão teórica e política para os próprios membros, como também alcançavam um público para além dos limites do grupo. Registros da Stasi sobre o depoimento de um IM que teria assistido ao *Hibaré* em fevereiro de 1976 sublinham que o espetáculo havia agradado a todos os presentes, inclusive aqueles clientes regulares e que não haviam ido ao bar intencionalmente pela apresentação (McLellan, 2012, p. 122).

O terceiro objetivo do HIB era: “Relações públicas, defesa junto a autoridades, mídia, especialistas, organizações etc., educação e informação” (Rausch, 2006, p. 154, tradução nossa²²²). Esse objetivo talvez tenha sido o que mais preocupava o Estado e a Stasi e que também demonstra que o grupo tinha como proposta mais do que a promoção de espaços de sociabilidade homossexual ou de uma subcultura. Havia a intenção por um trabalho que inserisse a homossexualidade no espaço público ou, em alemão, no *Öffentlichkeit*. Esse é um termo com significados variados e que nos ajuda a compreender as intenções e demandas que esse nascente movimento homossexual possuía. Dessa forma,

Öffentlichkeit surge repetidamente em memórias, entrevistas e relatos contemporâneos. Isso geralmente é traduzido como “a esfera pública”, mas, dependendo do contexto, também pode ser traduzido como “em público”, “publicidade” ou “público em geral”. De fato, muitos gays e lésbicas sentiam fortemente que os problemas da homossexualidade na esfera pública abrangiam todas essas três áreas (McLellan, 2011, p. 119, tradução nossa²²³).

²¹⁹ No original: “The scripts often had a political and satirical edge, as for example with a skit in which Earth-dwellers visit a planet where heterosexuals are a small and oppressed minority.”

²²⁰ VII. 270 Sylvester im Kabarett ‚Hibaré‘, 1975, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²²¹ Fotos Hibaré, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, HIB Material (n. 3).

²²² No original: “Öffentlichkeitsarbeit, Interessenvertretung gegenüber Behörden, Medien, Fachleuten, Organisationen usw., Aufklärung und Information.”

²²³ No original: “*Öffentlichkeit* comes up again and again in memoirs, interviews, and contemporary accounts. This is often translated as ‘the public sphere’, but depending on context can be also be rendered as ‘in public’, ‘publicity’, or ‘the general public’. In fact, many gay men and lesbians felt strongly that the problems of homosexuality in the public sphere encompassed all three of these areas”.

Nessa circunstância, um dos primeiros e principais contatos do grupo com o Estado foi o processo para requisitar a abertura de um *Kontaktzentrums der homosexuellen Bevölkerung Berlins* (Centro de Contato para a População Homossexual de Berlim)²²⁴. Até aquele momento, as atividades do grupo eram desenvolvidas nos apartamentos dos membros e em restaurantes ou clubes alugados (Rausch, 2006, p. 156). Essas opções significavam espaços às vezes pequenos demais ou com altos custos. Além disso, pelo fato de o grupo não ser reconhecido oficialmente, muitos estabelecimentos acabavam recusando os pedidos de locação feitos pelo HIB. Esse desafio fica evidente em carta do grupo em agosto de 1976 a um cientista famoso na RDA e que o grupo acreditava que poderia auxiliar nas demandas junto ao Estado. No documento, lê-se: “[...] por exemplo, tentamos alugar barcos de passeio da Frota Branca ou serviços de catering para eventos, mas a polícia não aprovou”²²⁵. Assim, a não oficialidade do grupo fazia com que, em diversos momentos, este não recebesse aprovação das autoridades para locação de estabelecimentos ou a promoção de eventos.

A escolha estratégica do termo *Interessengemeinschaft* (“grupo de interesse” – termo típico da RDA) – como já destacado – também estava relacionada à tentativa de solucionar tal impasse. Ao incluir o termo no nome do grupo, seus membros esperavam que fossem beneficiados por uma nova lei que previa a oficialização de organizações do tipo *Interessengemeinschaften* (McLellan, 2012, p. 115). Além da nomeação estratégica, o grupo adotou um discurso que procurava combinar suas demandas, a sua homossexualidade e uma retórica socialista. Fica evidente, por exemplo, como o grupo colocava o pedido pela abertura de um centro de convivência homossexual como uma possibilidade de atividade de lazer especificamente socialista²²⁶ e à qual todos os cidadãos tinham direito. Mas as tentativas de reconhecer o grupo oficialmente ou de conseguir do Estado um espaço ou uma autorização para a abertura de um *Kontaktzentrum* foram ambas negadas (Rausch, 2006, p. 156).

Nesse sentido, a situação do grupo mudou em 1976 quando receberam a ajuda de Charlotte von Mahlsdorf, ícone da população LGBTQIA+ alemã no século XX e uma das mais famosas travestis a viver abertamente sua identidade na RDA²²⁷. Charlotte ofereceu espaços do

²²⁴ Schwerpunkte zur Konzeption für die Einrichtung eines Kontaktzentrums der homosexuellen Bevölkerung Berlin, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Diverses (n. 5).

²²⁵ Carta do Peter Rausch (HIB) ao Dr. Schnabl, 23 ago. 1976, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4), tradução nossa. No original: “[...] haben wir z.B. versucht, Ausflugsschiffe der Weißen Flotte oder gastronomische Räumlichkeiten für Veranstaltungen zu mieten, die aber polizeilich nicht genehmigt wurden.“

²²⁶ Carta do Peter Rausch (HIB) ao Dr. Schnabl, 23 ago. 1976, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

²²⁷ A trajetória de Mahlsdorf, desde o seu sofrimento durante o Terceiro Reich até a sua vida na RDA e na pós-reunificação, é bem documentada em sua autobiografia *Ich bin meine eigene Frau* e no documentário do mesmo nome, dirigido também por Rosa von Praunheim. Cf. Mahlsdorf (2004).

museu que havia ajudado a fundar e a dirigir – com peças e móveis do fim do século XIX – para que o HIB pudesse utilizar como local para suas atividades. Assim, segundo o fundador Peter Rausch, teria se iniciado “o período mais lindo na vida do grupo” (Rausch, 2006, p. 156). A ajuda de Mahlsdorf também permitiu ampliar o número de participantes que frequentavam os encontros - realizados, principalmente, aos domingos - e tirar o grupo, mesmo que parcialmente, de uma situação de incerteza em relação ao planejamento de suas atividades.

Com essa nova fase sediada na propriedade de Mahlsdorf, as atividades passaram a se diversificar bastante. No programa para o segundo semestre de 1976, o grupo havia organizado uma discussão sobre a Alemanha nos anos 1930, a situação dos homossexuais na Europa Ocidental e sobre o tratamento dado pelo Movimento dos Trabalhadores (*Arbeiterbewegung*) aos participantes homossexuais e lésbicas²²⁸. Além disso, eventos culturais planejados pelo grupo²²⁹ abrangiam atividades como a análise de cartas românticas de teor homossexual enviadas no decorrer da história, a leitura da lírica homoerótica disponível na RDA, a apresentação dos destinos de férias mais populares entre os homossexuais e, curiosamente, um debate sobre a ideia de que todo dançarino é homossexual²³⁰. Os registros fotográficos mostram ainda uma série de outras atividades que, muitas vezes, não estavam formalmente planejadas e registradas nos programas de atividades do grupo: *Adventsfeier* (Celebração do Advento)²³¹; *Frühlingsfest* (Festa da Primavera)²³² com jogos nos jardins; chás da tarde e outros momentos culinários²³³; apresentações musicais e teatrais envolvendo disputas performáticas com desestabilização dos pressupostos de gênero para vestimentas²³⁴, próximo do que hodiernamente conheceríamos como performances *drag queen*; entre outras tantas festas, incluindo, algumas vezes, a presença da própria Charlotte, algo que só é visível nos registros fotográficos²³⁵. A quantidade de frequentadores de tais eventos ultrapassava, muitas vezes, o

²²⁸ HIB Saisonanzeiger, 1976, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Diverses (n. 5).

²²⁹ In Mahlsdorf, 1977, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

²³⁰ Interessante observar que na divulgação desse debate, o termo utilizado era *schwul* e não *homosexuell*. Isso mostra que, ainda que não largamente utilizado pelo movimento, o termo *schwul* era presente em alguns momentos e atividades, ocorrendo uma aproximação linguística que ultrapassava as fronteiras entre ambas as Alemanhas.

²³¹ *Adventsfeier der HIB in Mahlsdorf im Vorraum der Mulackritze*, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²³² *Frühlingsfest im Gründerzeit-museum Mahlsdorf*, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²³³ *HIB – Nachmittag in der Mulackritz in Mahlsdorf*, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²³⁴ *Veranstaltungsabend in Mahlsdorf*, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

²³⁵ *HIB – Party in Mahlsdorf*, sem data, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Fotos (n. 7).

número de membros regulares do HIB. Alguns eventos de cunho social, como as festas, chegavam a conter 200 participantes de uma única vez (McLellan, 2012, p. 113).

Percebe-se uma evidente mescla entre atividades que eram, particularmente, destinadas ao público LGBTQIA+ ali presente e aquelas outras que traziam ao grupo eventos reconhecidamente símbolos da cultura alemã socialista oriental. Tal peculiaridade é relevante, pois mostra que o almejo pela combinação das demandas do grupo à sociedade alemã oriental não era apenas uma estratégia argumentativa deste em relação ao Estado, mas traduzida em algumas práticas cotidianas. Enquanto na Alemanha Ocidental, as atividades eram muito mais restritas àquilo considerado típico da subcultura *schwul*, na RDA, em diversos momentos, a programação do HIB não diferia muito daquela realizada entre a juventude socialista da FDJ, por exemplo, mesmo que inserindo o tópico da sexualidade dissidente e práticas que desestabilizavam a cisheteronormatividade naqueles espaços.

Os quase dois anos em que o grupo pôde desfrutar dos espaçosos aposentos e jardins proporcionados pelo museu de Mahlsdorf foram interrompidos abruptamente por uma interdição despachada pela *Berliner Volkspolizei*, a polícia berlinense, e que proibia Mahlsdorf de continuar abrigando as atividades do HIB. Esse é um exemplo claro de que, enquanto, na maior parte do tempo, a Stasi se fazia presente nos eventos, mas apenas observando ou recrutando IMs, em outros momentos ela interferia diretamente nas atividades do grupo, exercendo uma repressão ativa ao movimento homossexual. Assim, com a interrupção do acesso aos espaços do museu, o HIB se viu obrigado a intensificar a sua pressão e seu diálogo com o Estado (Rausch, 2006, p. 157).

Em 23 de outubro de 1978, o grupo escreveu ao *Berliner Bezirkssekretariat des Kulturbundes der DDR* (Seção distrital berlinense da Secretaria de Cultura da RDA). A carta enviada²³⁶ segue uma lógica argumentativa repetidamente adotada pelo grupo no período. Iniciava-se o texto chamando atenção para o fato de que haveria em Berlim cerca de 50 mil homossexuais, a partir da ideia de que 4% da população era dissidente em sua sexualidade – no entanto, os autores da carta não mencionam alguma referência que corrobore tais dados. A carta segue destacando que os homossexuais frequentavam, de forma geral, os mesmos locais que os heterossexuais, passando suas vidas tendo suas identidades e demandas desconhecidas. Ao traçar, primeiramente, certa noção de igualdade entre tais cidadãos, a carta, então, parte para mostrar a forma desigual com que os homossexuais acessavam, experimentavam e eram recebidos nesses lugares. O HIB cita, por exemplo, que as concepções de produtividade, típicas

²³⁶ Carta do HIB ao Berliner Bezirkssekretariat des Kulturbundes der DDR, 23 out. 1978, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

de sociedades capitalistas, ainda não teriam sido superadas no país, já que noções estanques de “casamento” ou “família” excluía as dissidências da cisheteronormatividade. Nesse sentido, a carta sublinha a contínua influência do cristianismo e suas instituições para a manutenção desses juízos excludentes e denuncia como a divisão do trabalho na sociedade alemã oriental ainda reproduzia “papéis de gênero” (*Geschlechterrollen*). Por fim, o documento se volta às demandas específicas dos homossexuais, destacando, por exemplo, as possibilidades infinitas (clubes, discotecas, salões de dança, bares, anúncios nos jornais etc.) que homens heterossexuais possuíam para conhecer alguém. Por conta dessas especificidades e exclusões, o HIB pedia a ajuda das autoridades para que fosse possível a abertura de um centro de convivência para os *homosexuelle Werktätige* (trabalhadores homossexuais). Interessante aqui sublinhar o uso do termo “trabalhadores” a fim de, mais uma vez, frisar ao Estado que se tratava de uma comunidade que era parte ativa da construção do projeto de uma Alemanha socialista.

Em carta de 23 de fevereiro de 1979, temos registro da insatisfação do grupo pelo fato de que os contatos do HIB com diversas instituições ainda não haviam promovido nenhum resultado²³⁷. Nessa carta, endereçada à *Volkskammer* (a Câmara dos representantes), o grupo contesta a decisão da instituição em não responder a solicitação do HIB e ter redirecionado esta ao Ministério do Interior (*Ministerium des Innern*). A carta explicita a sua apreensão destacando que a reclamação feita não era uma preocupação de segurança ou ordem nacional, mas, muito mais, sobre “sua concepção de um modo de vida socialista, cultura, moralidade, sua educação, informação e política social”²³⁸. Na correspondência fica evidente não só como o grupo continuava adotando uma gramática discursiva própria alemã socialista, mas, principalmente, a ideia de risco atribuída pelo Estado às atividades do grupo. Dessa forma, o HIB era visto como uma ameaça à estabilidade e à segurança nacional, seja pelos seus – raros, naquele momento – contatos com o Ocidente, seu questionamento ao que seria uma “moral socialista”, a concepção sobre a especial inclinação homossexual à espionagem, entre outras crenças e paranoias.

A carta surtiu efeito, sendo o grupo convidado para uma conversa com o *Gesundheitsministerium* (Ministério da Saúde). Ou seja, se no fim de 1978 o HIB estava em contato com a secretaria de cultura e depois com o *Volkskammer*, agora as demandas do grupo tinham sido enviadas do Ministério da Saúde. Isso evidencia como vários setores do Estado estavam cientes do desenvolvimento de um movimento homossexual no país e também como

²³⁷ Carta de Peter Rausch (HIB) à *Volkskammer der DDR* Abt. Ausschüsse-Eingaben, 23 fev. 1979, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

²³⁸ Tradução nossa. No original: “[...] seine Auffassung von sozialistischer Lebensweise, Kultur, Moral, seine Bildungs-, Informations- und Sozialpolitik.“

as autoridades realizavam um jogo burocrático – repassando as *Eingaben* sem revolvê-las – a fim de deslegitimar as demandas do grupo. De qualquer forma, a reunião com o Ministério da Saúde não foi produtiva, motivando o HIB a escrever mais uma carta ao *Volkskammer*, insistindo que não se tratava de um tópico relacionado à saúde, mas sobre a disponibilidade de espaços de convivência (Rausch, 2006, p. 158). Dessa maneira, o HIB submetia a sua terceira *Eingabe* em menos de um ano, expressando a sua insatisfação com o tratamento desprezado pelas autoridades: "Estamos muito insatisfeitos com esta situação e gostaríamos de esclarecer novamente o motivo de nossa petição"²³⁹. Mais uma vez, a fim de convencer as autoridades do caráter socialista de sua requisição, o grupo reitera que sua participação igualitária na sociedade não deveria apenas ser garantida em relação ao trabalho, mas também no que concerne ao lazer. O grupo defende que esse seu direito deveria ser considerado como uma consequência esperada e lógica do fim do parágrafo 175 e ainda lembrou a tradição alemã comunista em apoiar o fim da criminalização da homossexualidade durante a República de Weimar.

O último capítulo desse embate entre o HIB e o Estado aconteceria em 20 de setembro de 1979, quando o grupo foi convidado para uma conversa com o *Ministerrat der DDR* (Conselho de Ministros da RDA). O protocolo²⁴⁰ da reunião registra a total recusa do Estado nesse momento em atender as demandas dos dissidentes de sexualidade e/ou gênero no país. A posição oficial transmitida era de que: "a participação dos homossexuais na vida social está dada; ou seja, todos os cidadãos têm as mesmas oportunidades [...]"²⁴¹. Apesar do representante do *Ministerrat* colocar que entendia a existência de problemas específicos enfrentados por essa comunidade, ele destacou também a impossibilidade do "apoiar os homossexuais". Para deixar ainda mais clara a posição do Estado sobre qualquer identidade dissidente da cisheteronormatividade, o representante ministerial ainda reiterou que a RDA prezava a ideia de que os relacionamentos deveriam servir à conservação da sociedade. Entrava em campo, portanto, o discurso oficial que prezava por relações heterossexuais e, de preferência, que resultassem na expansão da população alemã oriental. Por fim, a discussão deixou evidente a recusa oficial em apoiar de qualquer forma o HIB e provou que o fim do parágrafo 175 pouco tinha a ver com qualquer traço progressista da RDA. Segundo o representante do governo, as

²³⁹ Carta de Peter Rausch (HIB) à Volkskammer der DDR Abt. Ausschüsse-Eingaben, 9 jun. 1979, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4), tradução nossa. No original: "Wir sind mit dieser Situation sehr unzufrieden und möchten nochmals den Grund unserer Eingabe konkretisieren."

²⁴⁰ Tradução nossa. No original: Protokoll über das Gespräch beim Ministerrat der DDR, 20 set. 1979, Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

²⁴¹ "Die Beteiligung der Homosexuellen am gesellschaftlichen Leben ist gegeben; das heißt alle Bürger haben die gleichen Möglichkeiten [...]."

organizações homossexuais no país não seriam permitidas para que não corresse o risco de elas influenciarem jovens indecisos e os impedirem de escolherem pelo lado “melhor”, ou seja, a heterossexualidade.

Essa recusa em reconhecer as necessidades específicas da comunidade homossexual não foi, no entanto, encontrada apenas em instituições diretamente representantes do Estado. Em 1975, antes do grupo conseguir os espaços do museu de Mahlsdorf, o HIB resolveu pleitear a sua necessidade de um espaço ao *Tribune*, publicação do *Freier Deutscher Gewerkschaftsbund*, o sindicato dos trabalhadores da RDA. Em julho de 1975, o HIB escreveu ao *Tribune*²⁴² descrevendo sua situação, suas necessidades e as razões pelas quais era possível dizer que o fim do 175 não havia significado melhorias significativas na vida dos homossexuais. O grupo justificou sua iniciativa de pedir ajuda ao *Tribune*, ressaltando que os dissidentes da sexualidade também eram trabalhadores ativos e contribuía para a construção da sociedade socialista alemã, o que lhes concederia o direito de viverem suas vidas privadas da forma que desejassem. Ao contrário da morosidade que os órgãos estatais respondiam, o *Tribune* respondeu em 13 dias, declarando que acreditava que o fim do 175 teria sido suficiente para libertar tais sujeitos do estigma de “anormais”. Confirmava-se, dessa forma, que muitos acreditavam que a descriminalização teria sido suficiente para lidar com as demandas das sexualidades dissidentes. A resposta do *Tribune* chegou acusar o HIB de estar fomentando uma espécie de *Ghetto-Denken* (pensamento de gueto) e insinuava que os homossexuais deveriam usar as possibilidades disponíveis a todos para realizarem as suas atividades²⁴³.

O HIB logo redigiu uma resposta²⁴⁴ à publicação realçando os clichês e preconceitos que o órgão utilizava, os quais eram provas da necessidade de se combater a ainda permanente intolerância. O grupo criticou o uso da expressão *Ghetto-Denken*, afirmando que não se debruçaria sobre tal escolha linguística, deixando apenas implícito a seriedade da expressão em uma sociedade ainda começando a lidar com seu passado recente nazista e tomada pelo discurso antifascista da RDA. Ainda observou que se havia essa espécie de pensamento de gueto, era exatamente por conta do posicionamento hegemônico da sociedade quanto à homossexualidade. Além disso, o grupo atestou que, até aquele momento, apenas juristas e médicos teriam se dedicado à questão das sexualidades dissidentes, sem realmente terem considerado o lado social da questão. A correspondência, que se estende por diversas páginas,

²⁴² Carta do HIB ao *Tribune*, 1975. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁴³ Carta do *Tribune* ao HIB, 22 jul. 1975. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁴⁴ Carta do Bodo Amelang (HIB) ao *Tribune*, 22 set. 1975. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

tenta convencer o Tribune do caráter histórico e social do preconceito contra essa comunidade. No entanto, a publicação logo respondeu afirmando que suas atividades só poderiam atender à classe trabalhadora por inteiro, e termina, com explícito tom irônico, dizendo que o fato de apenas juristas e médicos terem se debruçado sobre o assunto talvez fosse porque eles eram os únicos que poderiam ajudar tal comunidade²⁴⁵. Apesar de o HIB ter respondido novamente e de forma bastante incisiva, expressando a sua indignação e reiterando que a homossexualidade não era uma categoria criminal ou médica²⁴⁶, a questão permaneceu não resolvida e ignorada.

Já que a demanda por espaço para o desenvolvimento do grupo não era atendida, deixando claro o posicionamento estatal às sexualidades dissidentes, o HIB passou a atuar também em outras frentes, procurando quebrar o silenciamento público sobre a homossexualidade e a proteger os poucos espaços que formavam a subcultura homossexual no país. Em relação a tais espaços, o grupo procurou angariar maior proteção da política, em especial aos locais públicos que a comunidade frequentava. Em junho de 1978, a *Berliner Volkspolizei* foi cobrada por mais ação envolvendo ataques físicos a homossexuais no parque Friedrichshain, um dos pontos principais dessa subcultura homossexual em Berlim Oriental²⁴⁷. A demanda, no entanto, não foi recebida com grande entusiasmo pela polícia, a qual sugeriu ao grupo que parassem de frequentar o parque durante a noite.

Canais midiáticos, em especial os jornais, revistas e a televisão, também foram alvo de ação do HIB a fim de suplantar o silenciamento do espaço público. Já em maio de 1973, Bodo Amelang, um dos principais articuladores do movimento homossexual no país, recebeu a resposta²⁴⁸ do *Wochenpost* - jornal de grande circulação em Berlim – sobre uma solicitação que havia feito para que o jornal discutisse a questão da homossexualidade em sua publicação, possibilidade essa que o jornal confirmou, mas sem especificar quando ou como pretendia fazer isso.

Em relação aos canais de televisão, em 1976 houve a tentativa de convencer que o popular *Sie und Er und 1000 Fragen* (Ela, ele e 1000 perguntas) – um programa de cunho educacional dedicado, principalmente, a relacionamentos – destinasse um de seus episódios ao tema da homossexualidade. O *Studio Halle*, responsável pela produção da atração, respondeu

²⁴⁵ Carta do Tribune ao HIB, 2 out. 1975. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁴⁶ Carta de Siegfried Spremberg (HIB) ao Tribune, 3 dez. 1975. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁴⁷ Carta da Volkspolizei-Inspektion Berlin-Friedrichshain ao HIB, 7 jul. 1978. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁴⁸ Carta do Wochenpost ao HIB, 9 mai. 1973. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

brevemente que o tópico homossexualidade certamente deveria ser discutido no programa, mas que, até aquele momento, tal discussão não era prevista²⁴⁹. Ou seja, percebia-se um padrão nas respostas desses veículos midiáticos: concordavam com a sugestão, mas não sabiam quando poderiam atendê-la. Após insistências, o HIB receberia duas respostas negativas do estúdio em que o programa era produzido: a primeira²⁵⁰ dizia que a atração era destinada a discutir problemas de família (*Familienprobleme*), o que, na lógica da produção, automaticamente excluía a homossexualidade; o segundo retorno²⁵¹ afirmava que o público-alvo era formado por possíveis cônjuges (*Eheleute*), deixando implícito a exclusão dos homossexuais desse grupo. No entanto, no começo de 1977, um dos produtores principais respondeu ao grupo concordando com a demanda e narrando que já havia sugerido o tema e se oferecido para escrever o episódio, mas que, entretanto, houve resistência na equipe em relação ao tema, já que o nome do programa era “*Sie und er*” (Ela e ele)²⁵².

Se os canais de televisão e as mídias impressas se recusavam a discutir as sexualidades dissidentes, o HIB procurou questionar jornais e revistas sobre as razões pelas quais anúncios de procura por relacionamento homossexual não podiam ser publicados, prática que era tão popular entre os casais heterossexuais. Tentando suprir a ausência de espaços destinados à conexão e sociabilidade entre homossexuais, o HIB escreveu em janeiro de 1976 à *DEWAG-Werbung*, uma espécie de agência governamental controladora de anúncios e propagandas. Na carta, um membro do HIB questiona tal proibição, argumentando de forma bastante semelhante às outras cartas aqui já analisadas: destacando a quantidade de homossexuais estimada em Berlim e defendendo o teor social de tal medida dentro de um projeto socialista para a sociedade²⁵³. Pouco mais de um mês após o envio desse requerimento, há o registro de uma segunda tentativa de dialogar com a *DEWAG*, cobrando um posicionamento da agência à solicitação do grupo²⁵⁴. Todavia, as fontes consultadas indicam que as demandas pela autorização de anúncios nos jornais e revistas permaneceu sem repostada pela agência.

²⁴⁹ Carta do Studio Halle à Bodo Amelang (HIB), 22 nov. 1976. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁵⁰ Carta do Studio Halle à Bodo Amelang (HIB), 15 out. 1976. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁵¹ Carta do Studio Halle à Bodo Amelang (HIB), 14 dez. 1976. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁵² Carta do Dr. Siegfried Schnabl à Bodo Amelang (HIB), 21 jan. 1977. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, Korrespondenz (n. 1).

²⁵³ Carta de Michael Unger (HIB) à DEWAG-Werbung, 9 jan. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

²⁵⁴ Carta de Michael Unger (HIB) à DEWAG-Werbung, 29 fev. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Korrespondenz (n. 4).

Percebe-se, dessa maneira, que seja em espaços para encontros, seja na assistência policial, no debate televisivo ou na publicação de anúncios, os homossexuais enfrentavam um constante silenciamento público durante os anos 1970, ainda que a homossexualidade não fosse mais criminalizada no país. No entanto, apesar de proibidos de publicar anúncios nesses veículos, foram as revistas e periódicos diversos os locais em que a homossexualidade mais apareceu nesse período, ainda que nunca dando realmente espaço para que o tema fosse discutido por alguém da própria comunidade.

Algumas reportagens realmente mostravam a intenção de discutir o tópico de uma forma diversa e sem a reprodução de preconceitos. É o caso da reportagem *Plädoyer für eine Minderheit* (Apelo por uma minoria), publicada em 1973 na revista *Magazin*, uma das principais revistas do país. Na reportagem, o médico entrevistado defendia que a homossexualidade era um problema somente no sentido de que a própria sociedade o produzia ao não reconhecer o preconceito em torno do tópico (Schnabl, 1973). Outros artigos, ainda que também reiterando a intenção pela pluralidade de vozes sem a disseminação de preconceitos, acabavam exibindo posicionamentos bastante problemáticos. Em uma discussão publicada em 1978 na revista *Deine Gesundheit* - destinada ao debate sobre as questões de saúde da população – há supostos especialistas que chegam a afirmar que a homossexualidade “poderia ser corrigida”²⁵⁵. Dessa forma, por mais que esses artigos quebrassem momentaneamente o silêncio público na discussão sobre as sexualidades dissidentes, às vezes acabavam por reiterar os preconceitos e paranoias que rondavam o tópico. Além disso, ainda que relevantes para aquele momento, tais manifestações na mídia ocorram de forma isolada e sem qualquer constância. Durante a década inteira de 1970, houve apenas 12 ocasiões em que algum veículo midiático discutiu ou citou a questão da homossexualidade²⁵⁶.

Já que nenhum dos veículos midiáticos realmente estava disponível para dar um espaço de expressão ao HIB ou à comunidade homossexual, o grupo chegou a se engajar na produção de um minidocumentário sobre a sua subcultura em Berlim Oriental. O filme, que se chamaria *Auf der Such nach dem Glück* (À Procura da Felicidade), começaria no centro de Berlim Oriental, a Alexanderplatz, mostrando que ali milhares de pessoas passavam todos os dias, mas que poucos sabiam que, entre os transeuntes presentes, uma porcentagem considerável era homossexual²⁵⁷. O filme, então, faria uma espécie de viagem guiada pela vida homossexual e

²⁵⁵ HOMOSEXUALITÄT. *Deine Gesundheit*, n. 31, 1978, p. 53.

²⁵⁶ Anotações de Amelang para documentário, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, HIB Material (n. 3).

²⁵⁷ *Auf der Such nach dem Glück*, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Bodo Amelang, HIB Material (n. 3).

seus espaços em Berlim Oriental. Não há registro, no entanto, do filme concluído ou descrição sobre o produto final.

Portanto, o HIB se encontrava no final da década de 1970 sem o espaço de Mahlsdorf, sem o reconhecimento oficial do grupo ou a possibilidade de abertura de um *Kontaktzentrum* e com os veículos públicos midiáticos praticamente fechados aos homossexuais. Nas palavras do próprio fundador do HIB,

parecia não haver necessidade de projetos de autoajuda na RDA. Uma discussão pública sobre isso também não foi possível. A mídia estava disponível apenas para cartas (inéditas) ao editor. A televisão não deixou nem um especialista falar. Não havia dinheiro para nossas próprias publicações. Os editores não apoiavam nossas pequenas tentativas de publicação. Locais de informação ou protestos estavam fora de qualquer consideração (Rausch, 2006, p. 159, tradução nossa²⁵⁸).

Dessa forma, “a política de obstrução do Estado valeu a pena: em vez de radicalizar lésbicas e gays, o HIB foi impedido de espalhar sua mensagem e até mesmo o mais incansável dos ativistas acabou exausto” (McLellan, 2012, p. 124, tradução nossa²⁵⁹). Após as incansáveis tentativas de diálogo com o Estado, a mídia e outros setores, o HIB foi se dissipando e suas atividades foram encerradas antes da virada de década. Parecia, de certa forma, como se as autoridades pouco tinham dado atenção ao movimento homossexual e lésbico em construção no país. No entanto, por mais que estivessem se recusando a atender as demandas do grupo, o Estado estava bastante ciente das atividades do HIB e preocupado com seu potencial, como os documentos da Stasi nos deixaram como registro.

3.4.8 A resposta da Stasi ao HIB

Apesar da recusa oficial em ajudar ou reconhecer as demandas do HIB, isso não significa, no entanto, que o Estado não estava acompanhando de perto suas atividades. A *Stasi* conseguiu recrutar um IM participante do HIB, o qual contribuiu com informações internas do grupo e na produção de relatório detalhando o HIB. Esses relatórios se intensificaram apenas a partir de 1976, momento em que houve uma maior diversificação e crescimento do grupo, especialmente com a ajuda do espaço disponibilizado por Mahlsdorf. Em relatório de janeiro

²⁵⁸ No original: “Es schien in der DDR keinen Bedarf für Selbsthilfeprojekte zu geben. Eine öffentliche Diskussion darüber war auch nicht möglich. Die Medien standen uns höchstens für (unveröffentlichte) Leserbriefe zur Verfügung. Das Fernsehen ließ nicht mal einem Fachmann zu Wort kommen. Für eigene Veröffentlichungen fehlte das Geld. Verlage unterstützten unsere kleine Veröffentlichungsversuche nicht. Info-Stände oder Demonstrationen standen außerhalb jeder Erwägung.“

²⁵⁹ No original: “The state’s policy of obstruction had paid off: rather than radicalizing lesbians and gay men, the HIB was prevented from spreading its message and even the most indefatigable of activists were ultimately exhausted.”

de 1976, a Stasi atesta erroneamente que o grupo estaria em atividade apenas desde 1975. Esse erro temporal e a ausência de registros de relatórios sobre o grupo anteriores a 1976 podem ser compreendidos como um indício de que, em seus primeiros anos de formação, o HIB se desenvolveu de forma mais privada e difusa. É com a estabilidade e expansão do grupo em 1976 – após recusas estatais de auxiliar na procura por espaço – que a Stasi volta suas atenções para o movimento homossexual alemão oriental.

A partir do momento que a Stasi e seus agentes começaram a vigiar as atividades do HIB, deu-se início ao registro de minúcias sobre esses indivíduos. No primeiro documento sobre o grupo em 1976²⁶⁰, há um enfoque especial nos objetivos e nos tópicos que estavam sendo discutidos durante as atividades, destacando o entusiasmo dos membros em debater a homossexualidade nos campos da cultura, da arte e sob um olhar sociológico ou filosófico. O documento descreve as condições em que tais atividades eram realizadas, marcando a preponderância na utilização de apartamentos dos próprios membros. Além disso, há uma preocupação do IM em discernir a sua participação no HIB, destacando que ele não fazia parte da direção do grupo, mas que estava presente no comitê fundador pela relação próxima que mantinha com muitos dos membros. Por fim, o relatório atesta algumas informações que nos chamam a atenção para sempre observar esses textos de forma crítica, relativizando a confiabilidade de todas as informações dispostas. O parecer observa que os membros pagariam uma quantia mensal ao HIB – fato esse não verificável em nenhuma outra fonte – e que o grupo contava com um caixa com reservas de mais de 10.000 marcos alemão orientais. Considerando as reclamações constantes do grupo pela falta de recursos financeiros, tal alegação parece pouco plausível. Esses tipos de informações devem ser notados como uma articulação entre crenças e paranoias da Stasi sobre o potencial subversivo desses grupos – ou de qualquer um que se distanciasse do Estado – como também produto dos próprios IMs, os quais podiam relatar inverdades a fim de garantir que a Stasi estivesse satisfeita com seu trabalho. É, dessa forma, que vários outros absurdos aparecem em relatórios da Stasi, como a denúncia de que o símbolo do HIB era uma suástica nazista (McLellan, 2012, p. 123).

Pouco mais de um mês após o primeiro grande relatório sobre o grupo, a Stasi produziu outro ainda maior no fim de fevereiro de 1976 utilizando o mesmo IM. O relatório²⁶¹ descreve a formação do HIB como resultado direto da discriminação que esses indivíduos sofriam no

²⁶⁰ Bericht der Verwaltung Rückwärtige Dienste Operative Sicherung, 21 jan. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi Überwachung (n. 1).

²⁶¹ Bericht der Verwaltung Rückwärtige Dienste Operative Sicherung, 24 fev. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi Überwachung (n. 1).

interior da sociedade alemã oriental por conta de sua homossexualidade. Desse modo, o documento salienta que cada participante teria sido

difamado e marginalizado de alguma forma pelos principais funcionários do nosso Estado por causa de sua disposição. Estas más experiências de indivíduos em várias áreas da nossa economia, da nossa vida, levaram à generalização nos primórdios do grupo de que todo o sistema como tal seria inadequado e não capaz de garantir uma liberdade garantida que deveria ter resultado da liberalização do § 175²⁶².

Tal colocação – ainda que informada por um dos IM que era homossexual e participante do IM – é bastante interessante, pois ela reitera o discurso adotado pelo HIB e que o grupo utilizava para pleitear suas demandas junto do Estado. Ainda que os relatórios nem sempre espelhassem o posicionamento oficial do Estado, aqui se tem a agência principal de espionagem e informações da RDA afirmando que as insatisfações dos homossexuais tinham fundamentos na própria incapacidade do sistema em garantir os seus direitos e em abolir o preconceito contra estes sujeitos. Isso deixa claro que o Estado estava ciente de seu papel na exclusão desses indivíduos e, mais uma vez, reitera a ambiguidade que reinava nas decisões políticas da RDA.

O relatório descreve ainda alguns dos principais participantes do HIB, em especial os fundadores e os demais envolvidos com a gestão do grupo. Um dos membros é descrito não apenas pela sua função no grupo e sua profissão, mas até mesmo a partir do seu temperamento, destacando que o sujeito poderia facilmente ficar nervoso. Este é um claro exemplo de como a Stasi se debruçava sobre os detalhes mais inesperados e banais daqueles que espionava. Por fim, o documento registra a preocupação do órgão pelo suposto potencial subversivo e desestabilizador que o HIB poderia apresentar. De um modo paranoico e hiperbólico, a Stasi estimava que o grupo era capaz de mobilizar 500 pessoas de uma vez e que, com a contínua intensificação de suas atividades, o HIB poderia chegar à marca de 5000 participantes.

Para além desses extensos relatórios que visavam apresentar o grupo em detalhes, havia outros menores e que se dedicavam a atividades específicas realizadas pelo HIB, atestando a presença constante da Stasi. Em março de 1976, por exemplo, a Stasi relata²⁶³ as duas noites de *Fasching*, uma espécie de baile de Carnaval, promovidas pelo grupo. As comemorações foram acompanhadas pela apresentação do *Hibaré*, o teatro no estilo cabaré do grupo, e teriam contado com a presença de 65 pessoas na primeira noite e 160 na segunda. O número expressivo de

²⁶² Tradução nossa. No original: „Jeder einzelne von ihnen war aufgrund seiner Veranlagung in irgendeiner Form von leitenden Funktionären unseres Staates diffamiert und zurückgestellt worden. Diese schlechten Erfahrungen der einzelnen auf verschiedenen Gebieten unserer Wirtschaft, unseres Lebens, führten bei diesen ersten Anfängen der Gruppe zur Verallgemeinerung dahingehend, daß das ganze System als solches untauglich wäre und nicht in der Lage, eine garantierte Freiheit, die durch die Liberalisierung des § 175 an sich gegeben wäre, durchzusetzen.“

²⁶³ Bericht der Verwaltung Rückwärtige Dienste Operative Sicherung, 5 mar. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi Überwachung (n. 1).

participantes fez a Stasi se preocupar com o teor da narrativa contada pelo *Hibaré*, mas o IM destacou que a apresentação apresentou um conteúdo político muito restrito, tendo agradado o público presente.

Em outro relatório de abril do mesmo ano, a Stasi se mostra particularmente interessada pela resolução do HIB em participar novamente dos desfiles de comemoração do dia 1º de maio, Dia do Trabalho. Em 1975 o grupo já tinha participado do desfile comemorativo tendo entrado de maneira não oficial entre a multidão e formando uma fileira apenas com homossexuais e lésbicas do HIB. Ainda que não reconhecidos por alguma placa ou escrito que se tratava de um grupo homossexual – passando despercebidos entre a população e as autoridades – essa ação foi uma das duas únicas oportunidades em que esses dissidentes teriam participado abertamente de manifestações na RDA após o *Weltfestspiele* em 1973 (McLellan, 2012, p. 115). A atenção dada por tal relatório²⁶⁴ em 1976 à resolução pela participação no desfile daquele ano parece ter ocorrido pela preocupação da Stasi sobre se o grupo se comportaria da mesma forma que no ano anterior. Segundo o relatório, o HIB havia combinado de, nessa segunda participação, utilizar um triângulo rosa na roupa como forma de identificação.

A utilização do triângulo rosa é uma estratégia bastante relevante e que localiza o movimento homossexual na RDA como vértice ativo de uma identificação transnacional com a perseguição nazista aos homossexuais. Como observa o historiador Sébastien Tremblay, a recuperação do triângulo rosa – o símbolo que homossexuais eram obrigados a usar nos campos de concentração – foi um processo nos anos 1970 e 1980 que só pode ser compreendido a partir de um olhar transnacional, em especial o da História Global (Tremblay, 2021, p. 380). O historiador foca seu estudo transnacional sobre o triângulo rosa nos contextos da Alemanha Ocidental, Estados Unidos e Canadá. Assim, o pesquisador mostra como os militantes alemães ocidentais identificaram no triângulo rosa uma narrativa compartilhada que sinalizava continuidades entre a perseguição nazista e a discriminação e perseguição que experimentavam naquele momento (Tremblay, 2021, p. 383). Isto é, para Tremblay, a utilização do símbolo do triângulo rosa – que passou a ser usado em diversas manifestações na Alemanha Ocidental – era mais do que uma instrumentalização dessa memória, mas um processo de identificação desses ativistas e de sua luta (Tremblay, 2021, p. 384). O triângulo rosa teria atingido o contexto norte-americano mais para o fim dos anos 1970, sendo ressignificado durante os anos 1980 no contexto da crise da epidemia do HIV/AIDS, sugerindo simetrias entre o Terceiro Reich e as políticas estatais que continuavam negando uma política pública ativa no combate à pandemia,

²⁶⁴ Bericht der Verwaltung Rückwärtige Dienste Operative Sicherung, 29 abr. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi Überwachung (n. 1).

em especial nos EUA. Ou seja, para Tremblay, o triângulo rosa teria se transformado na segunda metade do século XX em um contexto transnacional nos dois lados do Atlântico. No entanto, o autor desconsidera que esse processo, ainda que utilizando estratégias díspares, também ocorria na RDA²⁶⁵.

O interessante dessa participação com o triângulo rosa é que o HIB – além da instrumentalização/identificação da memória de perseguição nazista aos homossexuais - estava utilizando tanto um dos principais eventos comemorativos do RDA (o 1º de maio) quanto a tradição discursiva antifascista do regime a fim de reconhecer publicamente o grupo. O trajar do símbolo de perseguição nazista aos homossexuais pretendia publicamente afirmar que esses dissidentes da cisheteronormatividade também faziam parte de uma tradição antifascista e teriam sido perseguidos pelo nazismo. Além disso, ao realizar tal manifesto, o triângulo rosa funcionaria como lembrete de que a perseguição aos homossexuais não havia se dissipado e ainda era uma realidade na própria RDA. O desfile do Dia do Trabalhador poderia, assim, ser um ataque à continuidade do silenciamento público sobre a homossexualidade no país. Não é de se espantar, portanto, que a Stasi tenha produzido relatórios sobre esse plano e se preocupado sobre as possíveis implicações que tal ação poderia ter.

No entanto, atividades com um potencial público político muito menor também se tornavam um alvo de atenção dos agentes de espionagem. A Stasi produziu, por exemplo, um relatório²⁶⁶ sobre um *Kremserfahrt* do grupo – passeio de charabanc, uma espécie de carruagem com espaço para várias pessoas e, usualmente, ligado a atividades de lazer e turismo. O que chamou a atenção das autoridades não teria sido o passeio em si, mas o fato de que, segundo o julgamento feito pelos observantes, o comportamento e a vestimenta dos participantes os identificavam facilmente como um grupo homossexual. Tais demonstrações públicas incomodavam as autoridades, que já haviam notado em relatório anterior²⁶⁷ o objetivo do grupo em demonstrar a sua homossexualidade no ambiente de trabalho e em espaços públicos. Isto é, a Stasi enxergava como destabilizador e subversivo demonstrações públicas de traços performativos que colocassem em xeque o binarismo da cisheteronormatividade. Sobre o evento de *Kremserfahrt*, o próprio HIB o registrou em diversas fotografias o evento, em que é possível notar uma grande quantidade de pessoas, a maioria homens homossexuais, em uma

²⁶⁵ Podemos ainda ampliar o escopo e considerar que nos anos 1980 esse processo se desenrolava também no Brasil, tendo um dos grupos homossexuais e lésbicos protagonistas daquele momento chamado Triângulo Rosa, como veremos.

²⁶⁶ Bericht der Verwaltung Rückwärtige Dienste Operative Sicherung, 28 jul. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi Überwachung (n. 1).

²⁶⁷ Bericht der Verwaltung Rückwärtige Dienste Operative Sicherung, 24 fev. 1976. Arquivo Schwules Museum, Homosexuelle Interessengemeinschaft Berlin, Stasi Überwachung (n. 1).

carruagem, alguns sem camisa e outros com uma vestimenta mais curta típica do verão, e traços que indicavam uma interação do grupo com os pedestres ao redor e o fotógrafo. Percebe-se, dessa forma, que seja um evento abertamente político, como a participação no Dia do Trabalho, seja em uma atividade de lazer em público, a Stasi poderia reconhecer um potencial subversivo em qualquer um deles, passando a registrar minuciosamente todos os detalhes.

O que tais relatórios apontam – parte pequena dos muitos existentes, alguns não disponíveis e outros restritos às pessoas alvos da espionagem – é que as autoridades estavam plenamente cientes das atividades, organização e demandas do HIB. Da mesma forma com que o trabalho da Stasi certamente provocou a proibição dos encontros em Mahlsdorf, presumivelmente seus relatórios também informavam as recusas estatais às demandas colocadas pelo HIB a partir de 1978, culminando em sua dissolução a partir de 1979. Além disso, tais documentos deixam evidente que, se oficialmente e publicamente era reiterado o posicionamento de que o fim do 175 teria sido o suficiente, nos bastidores o Estado estava ciente de que a “questão homossexual” estava longe de ser solucionada.

3.5 CRISE DO ESTADO ALEMÃO ORIENTAL E A RETOMADA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL (1982 – 1990)

Berlim Oriental, Borsigstraße. O sóbrio salão do seminário de línguas da Academia Evangélica da Igreja na RDA estava lotado. Os homens e as mulheres – a maioria com menos de quarenta anos, mas também mais velhos – ouviram atentamente a discussão e a troca de experiências. Os mais novos nunca haviam experimentado nada parecido em suas vidas; aqui, no meio da RDA, entre tantos desconhecidos, podiam compartilhar as suas preocupações mais privadas e fazer confissões inusitadas - sem falsa vergonha ou medo de indiscrição e repressão (Walter, 1982, tradução nossa²⁶⁸).

Ao ler a descrição acima, um observador desatento raramente irá pressupor que se tratava de encontro de um grupo homossexual sob a proteção da Igreja Protestante. No entanto, com a recusa do Estado em reconhecer as demandas de homossexuais e lésbicas nos anos 1970, esses indivíduos se voltaram à única instituição que mantinha uma significativa independência em relação àquele, a Igreja Protestante.

²⁶⁸ No original: “Ostberlin, Borsigstraße. Der nüchterne Saal im Sprachenkonvikt der evangelischen Akademie der Kirche in der DDR war voll besetzt. Gespannt hörten die Männer und Frauen – die meisten unter vierzig, aber auch ältere – der Diskussion und dem Austausch von Erfahrung zu. So etwas hatten die Jüngeren zeitlebens noch nicht erlebt; hier, mitten in der DDR, unter so vielen unbekanntem Menschen, konnten sie ihre höchst private Sorgen ausbreiten, und ungewöhnliche Bekenntnisse ablegen – ohne falsche Scham oder Furcht vor Indiskretion und Repression“.

A Igreja na Alemanha Oriental era a única instituição que havia se mantido independente do Estado, estabelecendo uma relação ora de aproximação ora de oposição ao SED. Por isso, em incontáveis momentos, a Igreja era interpretada pelo regime como uma oposição ideológica adversária (Goeckel, 1994, p. 85). A Igreja Protestante, no entanto, não deve ser lida apenas como uma suposta fonte de oposição na RDA, mas como parte intrínseca dessa ditadura participativa. Como ficou mais evidente com a abertura dos arquivos da Stasi após a queda do Muro, setores da Igreja, assim como da população, colaboravam não apenas com as forças de espionagem e repressão, mas com a manutenção do regime (Goeckel, 1994, p. 84). Ou seja, ainda que independente, tal situação só foi possível a partir de certos comprometimentos feitos pela Igreja ao Estado, assim como tudo na RDA.

Nos anos 1980, em um momento em que a Alemanha Oriental entrava cada vez mais em uma crise econômica, a qual tinha impactos na estabilidade política do SED, e em um período em que cresceu a individualização da sociedade, o consumismo e a integração dessa população a tendências globais culturais e políticas, o papel oposicionista da Igreja se expandiu. Nesse sentido, a Igreja Protestante funcionou como uma espécie de instituição guarda-chuva protetora de diversos grupos de oposição. Dessa forma, círculos que discutiam questões sobre poluição ambiental, desigualdade social, fim das armas nucleares, a defesa da paz, entre outros tópicos ligados, principalmente, ao conceito de direitos humanos encontraram um lar nesses espaços religiosos. Vale ressaltar que a Igreja não necessariamente atuava como uma instigadora desses grupos, mas muito mais como uma proteção física: um espaço em que podiam se encontrar e estar menos suscetíveis às intervenções do Estado. Além disso, apesar de críticos do Estado, tais grupos baseavam sua visão no desenvolvimento de um socialismo mais humano, sem haver realmente a intenção de derrubá-lo (Schröder; Schneider, 1994, p. 257). De qualquer forma, o debate e a ação política desenvolvida por esses grupos resultaram nos protestos pacíficos que marcaram a *Wende* em 1989, culminando na queda do Muro de Berlim e, em última instância, no fim regime do SED. É exatamente nesse espaço religioso que grande parte das iniciativas que marcam o movimento homossexual dos anos 1980 se deu.

Após o ativismo que tinham experimentado com o HIB nos anos 1970 e a recusa do Estado em realizar qualquer concessão, os dissidentes da cisheteronormatividade, no começo dos anos 1980, se encontravam na legalidade, mas enfrentando o insistente silenciamento público para debate. Além disso, exemplos de preconceitos contra homossexuais e lésbicas no país eram numerosos nesse período. No início da década, um grupo havia entrado com um pedido para utilizar um local de reunião e, ao invés de ter recebido autorização, foram todos colocados em terapia, sendo testados medicamente e recebendo laudos diversos, como o de

duas lésbicas que tinham sido classificadas como “lésbicas biológicas” pelos médicos, ao constatarem um nível de testosterona acima do normal (Evans, 2010, p. 565). Em outro caso, um oficial policial foi pressionado a desistir de seu posto após colegas terem descoberto cartas íntimas suas em seu armário e o terem acusado com frases como “Hitler esqueceu de te matar com gás” (Evans, 2010, p. 564, tradução nossa²⁶⁹).

É nesse contexto que, de forma semelhante àquela em que Peter Rausch e Michael Eggert tinham se encontrado em uma sauna em 1971, Eduard Stapel e Christian Pulz se conheceram em um banheiro público de Leipzig em 1981. Assim, 10 anos depois do encontro entre dois berlinenses que daria início ao HIB, esses dois moradores homossexuais de Leipzig desenvolveriam uma amizade na qual refletiriam sobre a situação de sua comunidade na RDA, o que os levou a iniciar uma série de encontros privados para debater tais mazelas com outros homossexuais (Huneke, 2022a, p. 190).

No mesmo ano aconteceu em Berlim o debate “Você pode falar sobre isso? – A homossexualidade como questão para a teologia e a comunidade”, que reuniu um grupo de cerca de 200 participantes interessados na discussão teológica sobre a homossexualidade, incluindo Eduard Stapel. Ao retornar a Leipzig, Stapel junto daqueles que já estavam debatendo os desafios dos homossexuais no país fundaram o *Arbeitskreis Homosexualität Evangelische Studentengemeinde Leipzig* (Dönitz, 2017, p. 110), o primeiro grupo homossexual desde a extinção do HIB no fim da década de 1970.

Dava-se início ao que Peter Rausch, o pioneiro fundador do HIB nos anos 1970, descreveria como a *Wende* dos homossexuais nos anos 1980, um momento de transformação significativa da sociedade alemã oriental no que concerne ao debate sobre as sexualidades dissidentes (Huneke, 2022a, p. 189). Nessa conjuntura, o movimento começou a se expandir rapidamente pelo país, mostrando que a situação política do período e a proteção dada pela Igreja Protestante formavam um contexto diverso daquele que o HIB enfrentou nos anos 1970.

O *Arbeitskreis* (AK) de Leipzig, que começou com uma frequência entre 50 e 60 pessoas por encontro, logo começou a se expandir, chegando a juntar 150 pessoas em um único debate (Huneke, 2022a, p. 191). Essa expansão, no entanto, não ficou restrita ao AK em Leipzig, já que outros grupos começaram a se formar nas grandes cidades da RDA. Ainda em 1982, o grupo *Gesprächkreis Homosexualität* foi fundado em Berlim, e logo depois, em 1983, o grupo *Schwule in der Kirche* (Gays na Igreja) também surgiu em Berlim Oriental (Tammer, 2013, p. 32), o qual viria a ser um dos grupos mais ativos na década. Além desses três grupos,

²⁶⁹ No original: “Hitler forgot to gas you”.

rapidamente também se desenvolveram grupos ligados à Igreja Protestante em Dresden, Erfurt, Jena, Halle, Magdeburg, Rostock, Karl-Marx-Stadt, entre outras cidades de grande e médio porte na RDA²⁷⁰. A própria estrutura física e de comunicação da Igreja Protestante explica essa rápida expansão. Em outubro de 1983, por exemplo, um evento sobre teologia e homossexualidade foi novamente realizado, recebendo mais de 200 participantes.

As mulheres lésbicas, nesse momento, começaram a conquistar maior protagonismo dentro do movimento, principalmente se comparado ao HIB. No decorrer da história queer da RDA, é possível constatar um contínuo trabalho conjunto entre homens homossexuais e mulheres lésbicas – cenário diverso ao da Alemanha Ocidental, em que uma separação evidente e às vezes brutal ocorria. No entanto, ainda que continuassem coordenando atividades em conjunto com os grupos majoritariamente dominados por homens, as mulheres na década de 1980 criaram o seu próprio grupo, pelo menos em Berlim e Jena. Assim, por exemplo, surgiu em Berlim o grupo *Lesben in der Kirche*, ou Lésbicas na Igreja (Sillge, 1991, p. 97). Já em Jena, um grupo de mulheres lésbicas começou a publicar a revista *frau anders*, provavelmente a primeira publicação de imprensa homossexual na Alemanha Oriental (McLellan, 2011, p. 127). No entanto, apesar da relevância de uma publicação do tipo, a revista era produzida de forma ilegal, sem autorização do Estado para a sua produção ou comercialização, o que significava que a sua circulação ficava restrita ao grupo de Jena ou entre outros contatos de lésbicas no país (Sillge, 1991, p. 36).

Esse desenvolvimento relativamente independente das mulheres lésbicas nos anos 1980 culminaria em uma série de atividades especificamente direcionadas a elas. Talvez o melhor exemplo seja o evento *Lesben im Umfeld Kirche*, realizado em 1989 em Magdeburg e exclusivamente destinado às ativistas lésbicas na RDA. No convite para o evento, as organizadoras escrevem: “estamos aqui há muito tempo. Mas não fomos notadas por muito tempo. Também mantivemos isso escondido de nós mesmas, até mesmo sob o manto do movimento homossexual dominado por homens na RDA”²⁷¹. Ou seja, essas mulheres passaram a promover espaços próprios de discussão e estratégias de ação, pois almejavam um ativismo que lidasse com suas demandas específicas e que pudesse dialogar com a interseccionalidade

²⁷⁰ Arbeitshinweise über die Entwicklung und Aktivitäten von Zusammenschlüssen Homosexuelle in der DDR und Anzeichen ihres politischen Mißbrauchs durch feindlich-negative Kräfte, 6 jan. 1986. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik (DDR), Staat und Politik Ministerium des Inneren (Stasi/Polizei) (n. 4).

²⁷¹ Evangelische Kirche der Kirchenprovinz Sachsen – *Lesben im Umfeld Kirche*, 1989. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Diverse Materialsammlung zum Thema Homosexualität – Studien, Arbeitspapiere, Artikel (n. 8), tradução nossa. No original: “Wir sind schon lange da. Aber wir wurden lange nicht wahrgenommen. Wir habens uns auch selbst verborgen gehalten, sogar noch unterm Mantel des männergeprägten Homosexuellenbewegung der DDR [...]”

com a qual tais mulheres se percebiam, sendo profícuo debaterem com outros grupos de mulheres.

Havia, portanto, um movimento homossexual se diversificando e espalhando pela Alemanha Oriental, com a peculiaridade de estarem se desenvolvendo sob tutela – mesmo que apenas física – da Igreja Protestante. Por mais que tal associação com a Igreja seja curiosa, não se tratava de algo exclusivo na RDA, ainda que aqui acontecesse de forma mais abrangente. Iniciativas para reconciliar religião e homossexualidade aconteciam em algumas igrejas na Alemanha Ocidental e nos EUA desde a década de 1970 (Huneke, 2022a, p. 192). Ainda que em nenhum desses países tenha sido possível observar algo do escopo que se deu na Alemanha Oriental, trata-se de mais um indício de dinâmicas globais que atingiam de formas díspares realidades locais específicas, inclusive a RDA.

A inserção dos grupos nesses espaços religiosos não foi, no entanto, recebida de forma unânime pela Igreja Protestante no país. Houve certamente uma série de disputas internas e críticas de setores diferentes da Igreja sobre a presença de grupos homossexuais e lésbicos nas dependências e atividades desses centros religiosos (Hillhouse, 1990, p. 593). No entanto, a Igreja Protestante alemã oriental contava com uma estrutura bastante descentralizada, o que fazia com que a decisão de acolher ou não esses sujeitos recaísse nas mãos individuais de cada congregação, ministros, entre outras autoridades (Huneke, 2022a, p. 192). Essa descentralização também significou uma maior margem de trabalho para os grupos, os quais desenvolveram atividades diversas e que atendessem aos almejos específicos de cada um.

Entre os objetivos diversos de cada grupo, é possível classificá-los em dois grandes aglomerados: objetivos sociais e objetivos políticos (Huneke, 2022a, p. 193). Em relação ao primeiro, os grupos ligados à Igreja mantiveram costumes vistos já no HIB: a tentativa de suprir a ausência de locais de sociabilização, a promoção de eventos, festas, encontros etc. No entanto, como perceberam pela experiência do HIB, ainda que tais atividades fossem imprescindíveis, a situação dos homossexuais no país apenas se modificaria com uma atuação também política, que pressionasse o Estado a enxergar o homossexual como uma identidade integrada à sociedade socialista. Como expressa Peter Birmele, um dos organizadores do *Gesprächskreis* de Berlim, sua motivação para a criação do grupo surgiu não apenas do desejo de compartilhar e debater sobre problemas e aflições que só poderiam ser discutidos de forma conjunta entre sua própria comunidade, mas também da necessidade de retirar o tabu sobre a homossexualidade na sociedade alemã oriental, colocando-a no espaço público (Dönitz, 2017, p. 115).

Portanto, as atividades realizadas por cada grupo eram variadas, o que mostra que o movimento nos anos 1980 se diversificou. Para o cronograma de 1985, o grupo *Arbeitskreis Homosexualität* de Leipzig planejou discussões sobre a moral cristão sexual e o lugar da homossexualidade na Igreja – tópicos evidentemente mais ligados à teologia – mas também um debate sobre a utilização ou não dos banheiros públicos como pontos de sociabilidade homossexual e uma discussão sobre a situação das mulheres na sociedade socialista²⁷². Em 1988 essa alternância entre tópicos mais ligados à teologia e outros típicos da subcultura homossexual continuava, mas agora com a inserção de discussões sobre o HIV/AIDS²⁷³. Obviamente que atividades que lidassem com questões teológicas ou sobre a epidemia do HIV/AIDS diferiam bastante dos tópicos discutidos no HIB nos anos 1970, mas continuidades entre as duas décadas também eram perceptíveis. Nesse sentido, fotos dos encontros do grupo de Leipzig mostram a manutenção de atividades que promovessem um sentimento de comunidade entre o grupo, assim como era visível nos registros visuais do HIB. Deste modo, práticas de encenação teatral, celebrações e debates acompanhados do compartilhamento de café ou pequenas refeições são registrados nessas fotografias²⁷⁴. Da mesma forma, vários bailes, festas e comemorações faziam parte do programa²⁷⁵, assim como as constantes idas a campos de concentração a fim de prestar homenagens aos homossexuais vítimas do nazismo²⁷⁶.

Esse almejo por criar um sentimento de comunidade e de solidariedade – também visto no HIB dos anos 1970 – continuou forte entre os grupos nos anos 1980, já que era uma forma de suprimir e compensar os anos em que muitos desses participantes permaneceram isolados nessa sociedade. Havia também uma preocupação em prover uma rede de apoio e segurança social. Por isso, o grupo *Schwulen in der Kirche* de Berlim, um dos mais ativos naquele período, chegou a abrir uma poupança que auxiliasse aqueles membros ativos que tivessem caído em algum tipo de crise social ou financeira (Huneke, 2022a, p. 193). O *Schwulen in der Kirche* orientava suas atividades a partir de três conceitos: *Emanzipation*, *Partizipation* e *Integration*

²⁷² Arbeitskreis Homosexualität der evangelischen Studentengemeinde Leipzig – Termine des 1. Halbjahres 1985, 1 jan. 1985. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Arbeitskreis Homosexualität in der ESG Leipzig (n. 5).

²⁷³ Arbeitskreis Homosexualität der evangelischen Studentengemeinde Leipzig – Frühjahrsprogramm, 1988. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Arbeitskreis Homosexualität in der ESG Leipzig (n. 5).

²⁷⁴ Fotos diversas, sem data. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Fotomaterial zu Aktivitäten des Arbeitskreis Homosexualität in der ESG Leipzig (n. 6).

²⁷⁵ Steinbarfasching, 22 fev. 1984. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Fotomaterial zu Aktivitäten des Arbeitskreis Homosexualität in der ESG Leipzig (n. 6).

²⁷⁶ Fahrt nach Buchenwald, 12 jan. 1986. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Fotomaterial zu Aktivitäten des Arbeitskreis Homosexualität in der ESG Leipzig (n. 6).

(emancipação, participação e integração)²⁷⁷, três objetivos que – na concepção do grupo - direcionariam a forma com que seus participantes deveriam atuar na sociedade. No programa de 1984, percebe-se um interesse dos membros por trazer pesquisadores para discutirem temas como o relacionamento homossexual na sociedade socialista ou a homossexualidade durante o Terceiro Reich²⁷⁸. Já em 1987, temas como *Zwangsheterosexualität* (heterossexualidade compulsória) são colocados em pauta, algo bastante inédito naquele momento, e Charlotte von Mahlsdorf volta em cena no movimento homossexual e lésbico, visitando as atividades do grupo e depois os recebendo para atividades de lazer em seu museu, o mesmo que era utilizado pelo HIB²⁷⁹. Interessante é que o grupo também montava programações específicas para os seus membros mais novos, em especial atividades que lidassem com a história das sexualidades dissidentes e do seu ativismo na Alemanha e no mundo. Dessa maneira, o grupo também apresentava um interesse pelo movimento de *Gay Liberation* dos EUA, destinando um de seus debates a entender Stonewall e se tal movimento poderia ser considerado parte ou não de uma proposta anti-imperialista.

O *Schwulen in der Kirche* também se engajou na publicação de pequenos folhetos, chamados de *Info-Brief*, que funcionavam como uma espécie de comunicação do grupo, mas que acabava ampliando sua circulação, atingindo meios para além de seus membros. Para driblar qualquer acusação do Estado de se estar publicando sem alguma autorização, a publicação era acompanhada da mensagem: *Nur zur innerkirchlichen Information* (Apenas para informações internas da Igreja)²⁸⁰. No entanto, a publicação foi expandindo seu conteúdo e escopo. Em 1986, por exemplo, a *Info-Brief* não apenas apresentava o cronograma do grupo, mas fazia uma lista com os grupos homossexuais e lésbicos na RDA, discorria sobre a experiência e relatos de homossexuais que foram levados aos campos de concentração nazistas, colocava um modelo de *Eingabe* que poderia ser enviado a fim de pleitear pelo fim do parágrafo 151 e divulgava até mesmo um encontro para debater homossexualidade e racismo no México²⁸¹. Em atualizações feitas no *Info-Brief* de 1988, o folheto continuava a expandir o seu escopo, relatando e divulgando a existência de quatro grupos homossexuais em

²⁷⁷ Thesen zur Emanzipation, Partizipation und Integration schwuler Männer in Gesellschaft und Kirche der DDR, sem data. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3a).

²⁷⁸ Vorläufiges Programm für das 1. Halbjahr. 1984. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3a).

²⁷⁹ Schwule Jugend Gruppe. 1987. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3a).

²⁸⁰ Info Brief 1, sem data. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3b).

²⁸¹ Info Brief 1, 1986. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3b).

desenvolvimento na Polônia e seus endereços. Nesse momento, a publicação contava já com 24 páginas, sendo um dos meios mais ricos – e não oficiais – de divulgação e discussão utilizados pelo movimento nesse período²⁸².

É interessante observar, a partir da análise dessas programações e atividades, um movimento comum nos grupos ligados à Igreja: nos anos imediatos após sua formação, a questão teológica era predominante, mas ela vai dando lugar a uma atuação mais voltada à emancipação homossexual, a atividades de intervenção e demandas junto ao Estado e no estabelecimento de contatos para além da RDA. Assim, esses grupos intensificaram o interesse por conhecer e entrar em contato com iniciativas de ativismo homossexual e lésbico em outras localidades. Nesse sentido, alguns grupos buscaram diálogo com outras iniciativas que também mantivessem relações a Igreja. Dessa forma, há indícios de troca de cartas entre grupos homossexuais ligados à Igreja na RDA e a *Metropolitan Community Church of Philadelphia* nos EUA, a qual estaria inclusive planejando uma visita a esses grupos na Alemanha Oriental no início de 1989²⁸³. Pode-se presumir os efeitos que o contato desses grupos com uma igreja norte-americana tinha sobre as suspeitas e a paranoia da Stasi.

As tentativas de se refletir sobre como atuar e modificar a realidade das sexualidades dissidentes no país se expandiram durante a década. À vista disso, o *Arbeitskreis Homosexualität* de Magdeburg, por exemplo, programava em 1987 um evento no qual traria convidados de outras cidades, inclusive pesquisadores e membros universitários, para discutir formas de integrar homossexuais no projeto de sociedade socialista. O chamado ao evento clamava pela reflexão sobre o que significaria tal integração e o que homossexuais e lésbicas esperavam desse processo²⁸⁴. Além disso, o programa de 1989 era diverso, apresentando os diferentes assuntos sobre os quais o grupo foi se interessando e atuando no decorrer da década: se a questão teológica ainda era presente, ela era apenas uma entre muitos outros tópicos, os quais se expandiam para continuar o debate sobre emancipação/integração, sobre a existência da homossexualidade na natureza e em outras espécies e intensificação do trabalho de conscientização sobre HIV/AIDS²⁸⁵.

²⁸² Info Brief 4, 1988. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3b).

²⁸³ Carta da Metropolitan Community Church of Philadelphia à Bund der Evangelischen Kirche in der DDR, 4 jan. 1989. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Sammlung Thomas Tunsch (n. 10a).

²⁸⁴ Tagungsprogramm, 1987. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Arbeitskreis Homosexualität der Evangelischen Stadtmission Magdeburg (n. 4).

²⁸⁵ Jahresprogramm, 1989. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Arbeitskreis Homosexualität der Evangelischen Stadtmission Magdeburg (n. 4).

Os grupos também desenvolveram atividades coordenadas entre si, sendo a principal delas o *Tagung der Koordinierungsgruppe der kirchlichen Arbeitskreise "Homosexualität" in der DDR* (ou Conferência da Grupo de Coordenação dos Círculos de Trabalho sobre Homossexualidade na Igreja da RDA), uma espécie de conferência anual do movimento. Na edição de 1988, pelo menos 16 grupos homossexuais e lésbicos ligados à Igreja participaram do evento em Schwerin²⁸⁶. No ano seguinte, em dezembro de 1989, o escopo do evento aumentaria, abrangendo aqueles não ligados à Igreja – os quais ainda veremos - e juntando 20 grupos homossexuais e lésbicos em um encontro em Berlim. O evento clamava por uma maior articulação entre os grupos, em especial devido aos novos desafios que surgiriam com a situação política do país após a Queda do Muro²⁸⁷. Assim, apesar de espalhados pela Alemanha Oriental, ligados a congregações diferentes e com posicionamentos e objetivos díspares, havia uma integração e articulação entre tais grupos.

É importante destacar também que os grupos não apenas promoveram atividades fechadas entre seus membros ou somente em cooperação com outros círculos homossexuais e lésbicos. Houve também esforços para inserir o tópico das sexualidades dissidentes em espaços públicos. Já em 1983, por exemplo, o *Gesprächskreis Homosexualität* de Berlim Oriental convidou a todos os visitantes e participantes do *Kirchentag*, uma espécie de encontro anual da Igreja Protestante, para que debatessem o tópico da homossexualidade e visitassem o grupo²⁸⁸. De maneira análoga, o *Lesben in der Kirche* se envolveu com atividades e eventos de outros movimentos, para além dos grupos homossexuais. Entre eles, destacam-se os círculos pacifistas, com os quais as lésbicas do *Lesben in der Kirche* mantiveram constante diálogo, montando stands do grupo em encontros e atividades do movimento²⁸⁹.

Por mais que a ausência de grandes protestos públicos possa dar a impressão de que tais grupos na RDA se mantiveram no espaço privado, é necessário ressaltar que as concepções de privado e público nessa sociedade diferiam bastante. Só o fato dessas pessoas se organizarem em grupos dentro da Igreja e se colocarem assumidamente como homossexuais e lésbicas já se tratava de uma quebra no silenciamento público sobre a homossexualidade. Como uma ativista lésbica desse momento atesta:

²⁸⁶ Beschlussprotokoll, 1988. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Sammlung Thomas Tunsch (n. 10a).

²⁸⁷ Erklärung der Koordinierungsgruppe von Arbeitskreisen und Klubs Homosexualität in der DDR, 2 dez. 1989. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Sammlung Thomas Tunsch (n. 10b).

²⁸⁸ Vertrauen Wagen zu Homosexuellen?, 1983. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Arbeitskreis Homosexualität in der Adventgemeinde Berlin (n. 1).

²⁸⁹ Stand auf einer Friedenwerkstatt, sem data. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Lesben in der Kirche (n. 2).

a Igreja era um pedaço da esfera pública, embora seus cômodos não fossem a esfera pública mais ampla, mas para mim era público. Ser capaz de reunir coragem para se levantar nas reuniões e dizer: 'Sou uma mulher lésbica e moro com minha namorada', fazer isso em público foi muito importante para mim e para construir minha autoconfiança (McLellan, 2011, p. 124, tradução nossa²⁹⁰).

Essa iniciativa de criar espaços de debate e diálogo públicos também era direcionada ao Estado, pleiteando pela continuidade de concessões e modificações nas atitudes oficiais das instituições e autoridades em relação aos grupos homossexuais. O *Arbeitskreis Homosexualität de Halle*, por exemplo, fez em 1988 diversas *Eingaben* e uma carta direta à Honecker sobre as dificuldades de eles conseguirem autorização da *Volkspolizei* para a realização de encontros e eventos envolvendo o tópico da homossexualidade. Após diversas insistências, a resposta oficial recebida remete àquelas que o HIB obtinha nos anos 1970: o argumento de que todos os cidadãos tinham os mesmos direitos e que a integração destes à sociedade não poderia ser realizada a partir da concessão de exceções às regras²⁹¹. Isso evidencia a continuidade de uma atitude paradoxal do Estado: mesmo que já estivesse em curso uma série de concessões, como veremos mais adiante, em muitos momentos o Estado parecia manter o mesmo posicionamento visto na década de 1970, negando que os homossexuais estivessem excluídos de certos direitos.

De qualquer forma, se compararmos ao movimento nos anos 1970 com o HIB, os grupos de 1980 desenvolveram uma atuação mais plural e que pressionava o Estado em diferentes instâncias e a partir de diversos canais. Assim, os grupos ligados à Igreja inauguraram no país um posicionamento muito mais político e estratégico se comparados ao HIB – algo que os encontros nacionais do grupo deixavam evidente. Enquanto a principal demanda do HIB era a disponibilidade de um centro de convivência homossexual, os grupos nos anos 1980 pressionaram as autoridades em pelo menos 7 reformas: mais publicações sobre a homossexualidade; uma educação sexual que incluísse as sexualidades dissidentes; espaços públicos para sociabilização homossexual; fim do parágrafo 151 e a igualdade entre heterossexuais e homossexuais; direito de casais homossexuais adotarem filhos e o de adquirirem apartamentos; tratamento igualitário no trabalho; e o reconhecimento da perseguição nazista aos homossexuais (Huneke, 2022a, p. 194).

Havia uma constante discussão sobre como promover a integração desses dissidentes na sociedade, colocando em pauta quais seriam as melhores estratégias a fim de promover tais

²⁹⁰ No original: “The church was a piece of the public sphere, although their rooms weren’t the wider public sphere, but for me it was public. To be able to gather up the courage to stand up in meetings and say, ‘I am a lesbian woman and live with my girlfriend’, to do that in public was very important for me and for building my self-confidence.”

²⁹¹ Carta do Ministerrat der DDR à Thomas Tunsch, 23 nov. 1989. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Sammlung Thomas Tunsch (n. 10a).

demandas. De forma geral, os grupos e ativistas adotaram uma posição que combinaria uma ofensiva contida junto de uma cooperação com o Estado. Assim, ainda que pressionassem as autoridades a partir de diversos canais e, às vezes, de forma coordenada, esses grupos se colocavam como prontos para cooperar com as instituições, havendo sempre grande cuidado e debate sobre exposições críticas mais ferrenhas contra o SED e o seu regime. Dessa forma, as *Eingaben*, assim como no caso do HIB, permaneceram sendo o principal veículo para fazer pressão junto ao Estado. No entanto, os grupos adotaram uma estratégia coordenada, em que o envio de diversas *Eingaben* ajudava a dissipar a morosidade das autoridades e contribuía para que o Estado ficasse ciente das demandas dos homossexuais na RDA (Huneke, 2022a, p. 196).

Além das *Eingaben*, talvez a estratégia mais ambiciosa tomada pelo movimento nos anos 1980 foi a insistência na memória de perseguição nazista aos homossexuais e as visitas e homenagens que fizeram em antigos campos de concentração na Alemanha. Esses grupos perceberam que tinham a chance de utilizar a retórica antifascista do Estado como um meio de obrigar as autoridades a reconhecerem a situação e as demandas das sexualidades dissidentes no país. Ao reconhecer a perseguição nazista sofrida pelos homossexuais, o Estado estaria observando esses sujeitos dentro de uma mesma tradição comunista de resistência ao Terceiro Reich. Dessa forma, as instituições se viriam obrigadas a tomar os homossexuais como partes da sociedade da RDA e, assim, olhar para os processos de exclusão que esses indivíduos ainda sofriam naquele momento, mesmo quatro décadas após a derrota dos nazistas e a liberação dos campos de concentração.

Para o *Gesprächskreis Homosexualität* de Berlim, por exemplo, a discussão sobre a perseguição nazista aos homossexuais estava entre os principais tópicos de interesse do grupo, tendo realizado 13 encontros apenas para discutir o tema junto de historiadores e pesquisadores (Dönitz, 2017, p. 120). No entanto, esses grupos não restringiram a discussão aos debates internos em suas programações, resolvendo atuar diretamente nos espaços de memória dos campos de concentração. Dessa forma, já em 1983, um grupo colocou uma coroa de flores como homenagem aos homossexuais no campo de concentração de Buchenwald e, logo em seguida, em março de 1984, foi a vez do grupo *Lesben in der Kirche* fazer o mesmo no campo de concentração de Ravensbrück. Tais ações levaram vários grupos a planejarem uma atividade conjunta em junho do mesmo ano a fim de realizar homenagens em diversos campos de concentração nazista de forma coordenada (McLellan, 2011, p. 124). A Stasi prontamente respondeu aos planos dos grupos, deixando claro aos organizadores e às direções dos campos que a questão da homossexualidade não poderia ser considerada como um problema separado

na história dos campos de concentração. Ou seja, utilizava-se da retórica estatal já conhecida pelos grupos: não seria possível abrir exceções às regras.

Os grupos, de qualquer forma, desrespeitaram as proibições oficiais e alguns deles conseguiram realizar pequenas homenagens, ainda que não explicitamente citando os homossexuais e sempre sob constante vigilância de oficiais e IMs. No entanto, algo peculiar dessa ação – e que, provavelmente, deixou as autoridades ainda mais inquietas com a iniciativa – foi a realização desta no mesmo dia do *Christopher Street Day* (CSD), dia em que na Europa Ocidental eram realizados cada vez mais protestos e desfiles, os quais deram origem ao que hoje conhecemos pelas paradas LGBTQIA+. Assim, havia uma clara interpolação entre “duas tradições políticas: o antifascismo do Estado alemão oriental e o ativismo da *gay liberation* do Ocidente” (McLellan, 2011, p. 126, tradução nossa²⁹²).

Portanto, percebia-se uma contínua integração do movimento a tendências e propostas políticas globais, mas que eram reintegradas às tradições e objetivos locais do movimento alemão oriental. Tais ações de junho de 1984 foram ainda acompanhadas da realização de uma celebração religiosa de homenagem feita por Stapel, que contou com a presença de 150 pessoas. Assim, a proibição da Stasi, a insistência dos ativistas, a realização das homenagens no dia do CSD e o sucesso da cerimônia de Stapel deixaram claro às autoridades que a recusa do Estado em dialogar e realizar concessões a tais grupos apenas os estava deixando mais determinados em seus propósitos.

3.5.1 Surge uma alternativa secular: o Sonntags-Club

Apesar das atividades programadas pelos grupos homossexuais e lésbicos ligados à Igreja Protestante terem se diversificado no decorrer da década, a presença de discussões religiosas sempre se manteve. Além disso, a própria utilização dos espaços da Igreja para a realização dos encontros e a circulação dos folhetos restrita aos círculos religiosos deixavam evidentes a dependência dos grupos à instituição. Assim, da mesma forma que as autoridades das congregações não possuíam uma posição unânime à presença de homossexuais nesses espaços, estes dissidentes da cisheteronormatividade também nem sempre concordavam com a construção de um movimento como este no interior de uma instituição que possuía um histórico de preconceito e repressão a tais sujeitos. É por isso que, durante os anos 1980, membros

²⁹² No original: “[...] two political traditions: the antifascism of the East German state and the gay liberation activism of the West.”

deixaram esses grupos e acabaram formando iniciativas seculares independentes, o que é o caso, principalmente, do *Sonntags-Club*.

A partir de 1986, formou-se em Berlim um grupo de amigos homossexuais e lésbicas que almejavam aderir à construção de um movimento homossexual no país, mas sem estarem atrelados à Igreja Protestante. Nesse ano o grupo começou a se reunir, principalmente, aos domingos de forma não oficial em um pequeno espaço que conseguiram alugar em Berlim Oriental. Pelo fato de realizarem os encontros sempre aos domingos, o grupo resolveu pelo nome *Sonntags-Club* em 1987 (Sillge, 1991, p. 100). Após uma série de dificuldades em relação ao fechamento de prédio e burocracias em locação de salas, o grupo conseguiu um lugar fixo em 1988 na região central de Berlim Oriental (Dobler, 2017, p. 103).

É interessante observar que o *Sonntags-Club* pode ser visto como uma continuação do HIB em dois sentidos. O primeiro deles é que alguns ativistas que já tinham experimentado algum tipo de ativismo com o HIB foram os mesmos que deram início ao *Sonntags-Club*, já que não viam nos espaços dominados pela Igreja a possibilidade de alcançarem as suas demandas. O segundo motivo é que o *Sonntags* desenvolveu uma atuação que intercalava o trabalho mais político evidente nos grupos ligados à Igreja e uma posição de maior alinhamento ao regime do SED, como era visto no HIB, com uma relutância grande a abertamente criticar o Estado (Huneke, 2022a, p. 202).

Em um primeiro momento, o grupo focou em pleitear por demandas específicas, como era o caso do fim da proibição de anúncios homossexuais (de relacionamento, sexuais, de amizade etc.) em jornais e revistas. Já nas atividades internas do grupo, a divisão das discussões e atividades se deu através de *Interessengruppen* (IG), ou grupos de interesse (Dobler, 2017, p. 104) – algo comum em grupos homossexuais ativistas nessa época em outros lugares, como no Brasil, por exemplo.

Entre os IG iniciados, o mais ativo era o *Interessengruppe Theorie*, o qual pretendia refletir sobre o lugar das sexualidades dissidentes no socialismo e propor estratégias para a integração de homossexuais e lésbicas na sociedade da RDA²⁹³. Um dos tópicos centrais pensados por esse grupo de trabalho era a relação entre o *Sonntags-Club* (assim como outros grupos seculares que surgiriam) e os grupos ligados à Igreja, sublinhando que havia uma grande desconfiança por parte dos grupos religiosos em relação a um diálogo mais aberto que membros do *Sonntags-Club* tinham com o Estado. Em 1988, por exemplo, uma das minutas de reunião desse grupo de trabalho registrava que uma das grandes necessidades do movimento

²⁹³ Vorbereitungsmaterial für die Diskussion in der IG Theorie, 1 out. 1988. Arquivo Schwules Museum, *Sonntags-Club*, *Interessengruppe Theorie* (n. 6).

homossexual na RDA era maior diálogo e colaboração entre os grupos fora e dentro das Igrejas²⁹⁴. Isso mostra que, se a Igreja Protestante foi, por um lado, essencial para a retomada do movimento homossexual e lésbico nos anos 1980, essas divergências ideológicas e estratégicas (maior diálogo com o Estado *versus* proteção provida pela Igreja) também atrasaram um trabalho mais coordenado entre os grupos que surgiram na década.

Apesar do trabalho teórico intenso, havia muitos outros grupos de interesse. Assim, em 1989, era divulgado que haveria encontros específicos para discutir tópicos como a relação de dissidentes da cisheteronormatividade e seus pais, filmes, fotografia, literatura, excursões na natureza, história da homossexualidade e, por fim, bissexualidade²⁹⁵. É interessante notar que, entre os grupos observados nos anos 1980 na RDA, apenas o Sonntags-Club mantinha discussões constantes sobre a bissexualidade e um grupo de interesse próprio sobre o tema, inclusive produzindo folhetos que almejavam apresentar o que seria a bissexualidade²⁹⁶. Percebia-se, dessa maneira, o estabelecimento e/ou reconhecimento de novas identidades, as quais se organizavam e pleiteavam por um espaço de organização e ação política.

O *Sonntags* também produziu pequenos folhetos, os *Infoblatt*, que anunciavam as atividades programadas, seus grupos específicos de interesse e também divulgavam outros grupos existentes na RDA²⁹⁷. Importante notar que esses folhetos do Sonntags divulgavam não apenas os grupos seculares e aqueles que começaram a se formar no final da década para lidar com a crise do HIV/AIDS, mas também anunciavam os grupos ligados à Igreja²⁹⁸. Esses materiais se voltavam também para questões específicas que circundavam a experiência dissidente da cisheteronormatividade, apresentando conselhos sobre tópicos como a necessidade ou não de se assumir²⁹⁹. Além disso, outros documentos eram produzidos a fim de oferecer trabalhos de educação e conscientização a instituições diversas em Berlim, como bibliotecas, escolas etc. Tais documentos sublinhavam os propósitos do grupo, a presença de pesquisadores, professores e sociólogos entre seus membros, bem como os debates que o grupo poderia oferecer às instituições, cobrindo tópicos como: informações aos pais com filhos homossexuais; como lidar com vizinhos homossexuais ou lésbicas; a homossexualidade na

²⁹⁴ Protokoll zur Zusammenkunft der IG „Theorie“, 27 ago. 1988. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Interessengruppe Theorie (n. 6).

²⁹⁵ Sonntags-Club Blatt, 1989. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

²⁹⁶ Gesprächskreis Bisexualität, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

²⁹⁷ Aufgaben und Wirkungsbereich des Sonntags-Club, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

²⁹⁸ Auf einen Blick: Clubs, Interessengemeinschaften und Gesprächskreise in der DDR, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

²⁹⁹ Information & Rat, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

história; discussão sobre filhos de pais homoafetivos; as sexualidades dissidentes na literatura, entre outros tópicos³⁰⁰. Assim, era visível não apenas a divulgação das atividades do grupo, mas uma tentativa de quebrar com o silenciamento público sobre a homossexualidade a partir do oferecimento de trabalhos sociais de esclarecimento e conscientização.

Outra característica interessante entre os engajamentos do Sonntags é que, com o seu propósito de pensar e promover a integração das sexualidades dissidentes na sociedade socialista, o grupo se voltou mais ao contato com outros grupos homossexuais e lésbicos da ECL. Nesse contexto, o grupo produziu pequenos informes que divulgavam círculos homossexuais e lésbicos que foram sendo criados em diversos países da ECL no fim da década de 1980. Em um desses documentos, o Sonntags anunciava o endereço do grupo *HOMERO-LAMBDA* em Budapeste e a abertura de uma discoteca – presumivelmente ao público homossexual – em Praga³⁰¹. Da mesma maneira, em outro informe constavam informações de novos grupos fundados em Varsóvia, Breslávia, Gdansk e Lodz, todas na Polônia³⁰².

3.5.2 Reações iniciais da Stasi e a adoção de uma política de concessões

Para as autoridades e, principalmente, a Stasi, o (re)surgimento de um movimento homossexual no interior da Igreja Protestante foi visto sob os maiores indícios de preocupação. Se a ligação com a Igreja já não bastasse, o rápido crescimento dos grupos e a expansão do movimento pelas grandes cidades da RDA intensificaram ainda mais a apreensão da *Stasi*. Talvez seja esse pânico inicial que fez com que os oficiais e IMs realizassem as primeiras avaliações desses grupos de forma bastante errônea: os primeiros relatórios dos grupos ligados à Igreja indicavam que eles eram uma continuação da experiência realizada pelo HIB, desconsiderando as diferenças que havia entre ambas as iniciativas (Huneke, 2022a, p. 198).

A Igreja Protestante nesse momento já acumulava sob seus prédios grupos ligados ao ativismo ambiental e pacífico na RDA, o que fazia com que a Stasi visse esses espaços religiosos como um receptáculo de dissidentes. Além disso, a crença difundida entre os oficiais do potencial conspirativo entre círculos homossexuais continuava, o que alimentava a concepção de que estes estariam envolvidos com espionagem. Nesse sentido, os IMs (cerca de 150) enviados pela Stasi para infiltrar os grupos ligados à Igreja estavam informados por uma

³⁰⁰ „Werte Kolleginnen und Kollegen“ – Infoblatt, 1989. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

³⁰¹ INFOS aus sozialistischen Ländern, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

³⁰² Sonntags-Club Informiert, sem data. Arquivo Schwules Museum, Sonntags-Club, Öffentlichkeitsarbeit (n. 2).

dissertação defendida por um oficial na Universidade Humboldt em 1983 e que, a partir de uma pesquisa em locais da subcultura homossexual de Berlim Oriental, procurou criar um guia de como identificar e infiltrar tais espaços, destacando uma série de preconceitos e clichês que reforçavam as preocupações da Stasi (Evans, 2010, p. 567).

Assim, a primeira reação das autoridades ao ressurgimento do movimento homossexual no país veio de forma descoordenada e a partir de iniciativas isoladas, como solicitar que IMs se infiltrassem nos grupos (Huneke, 2022a, p. 199). Em relatório da Stasi do início de 1984, por exemplo, há a cronologia de como as mulheres se envolveram em grupos homossexuais ligados à Igreja em Berlim Oriental e, posteriormente, se organizaram no *Lesben in der Kirche*. O documento ainda registra o diálogo constante dessas mulheres com os grupos ligados ao movimento pacifista, o que sublinha a preocupação que a Stasi tinha sobre o trabalho coordenado entre tais grupos sob a proteção da Igreja³⁰³.

Um exemplo evidente da ausência de uma reação coordenada das autoridades, em um primeiro momento, foram as diferentes medidas tomadas em relação à ação desses grupos nos antigos campos de concentração. Como já notado anteriormente, as tentativas de prestar homenagem aos homossexuais vítimas do nazismo aconteceram logo em 1983 e 1984, com os grupos planejando celebrações em diferentes campos de concentração na Alemanha. Ainda que a Stasi mantivesse contato com os diretores desses centros, orientando-os a não permitir nenhum tipo de manifestação pública desses grupos, eles haviam conseguido, até então, realizar suas atividades programadas, mesmo que de forma discreta e sem publicamente reconhecer os grupos que estavam prestando as homenagens. No entanto, isso mudaria com a visita ao campo de *Ravensbrück* programada pelo *Lesben in der Kirche* para abril de 1985.

Segundo documento produzido pelo próprio *Lesben in der Kirche*³⁰⁴, o grupo havia planejado uma visita até o campo de Ravensbrück para homenagear as mais de 132 mil mulheres e crianças que passaram pelo campo de concentração, dentre as quais estimava-se que 92 mil haviam sido ali mortas. Para tal ocasião, foi encomendada uma coroa de flores em uma floricultura, cujo dono foi o responsável por denunciar os planos do grupo à Stasi. Segundo relatório das autoridades em 19 de abril de 1985, a denúncia feita pelo dono da loja ocorreu pelo conteúdo impresso que deveria acompanhar a coroa de flores, trazendo menção ao termo

³⁰³ Stasi Bericht: Frauengruppe ‚Lesben in der Kirche‘ Berlin, 1984. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik (DDR), Staat und Politik Ministerium des Inneren (Stasi/Polizei) (n. 4).

³⁰⁴ Bericht der Lesben in der Kirche über Ravensbrück, sem data. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Lesben in der Kirche (n. 2).

*lésbica*³⁰⁵. Fica, portanto, evidente aqui o conceito de ditadura participativa do qual o regime do SED dependia para a sua estabilidade.

No mesmo dia em que a Stasi soube dos planos, a responsável pela encomenda da coroa de flores foi chamada a prestar depoimento, durante o qual foi sublinhado que elas não eram um grupo reconhecido oficialmente e que, dessa forma, a realização de uma atividade como aquela seria considerada ilegal. Mesmo assim, as mulheres resolveram manter os planos de visita, ainda que não publicamente se colocando como um grupo ou levando a coroa de flores. No entanto, como registram em suas lembranças do evento, elas foram seguidas por oficiais desde o momento que saíram de suas casas no dia 20 de abril e, finalmente, foram paradas pela polícia quando chegaram na estação de seu destino. Assim, segue o relato: “após cerca de 15 minutos, fomos cercadas por 30 policiais de choque uniformizados e conduzidas a um caminhão da polícia de choque com palavras abusivas, tapas e movimentos pesados das mãos”³⁰⁶. Ou seja, uma força policial de 30 oficiais foi mobilizada e interceptou violentamente um grupo de 11 mulheres que estava se dirigindo ao antigo campo de concentração a fim de realizar uma homenagem às vítimas do Terceiro Reich. Nem mesmo a inserção de suas demandas no cerne discursivo da RDA pôde defendê-las de tal truculência policial. Essas mulheres foram ainda detidas por horas, sendo agredidas verbalmente e obrigadas a depor individualmente.

Esse evento nos mostra dois aspectos centrais, o primeiro em relação à estratégia adotada por essas mulheres lésbicas, o segundo sobre o teor paranoico da Stasi. Há um claro jogo de escalas empreendido pelo *Lesben in der Kirche* ao programarem a visita à *Ravensbrück*. Essa homenagem – impedida de ser realizada – pretendia levar o ativismo lésbico para além de Berlim Oriental; conectar a situação das mulheres lésbicas na RDA àquela no Terceiro Reich; mostrar que suas demandas estavam de acordo com a retórica antifascista do Estado; e, por fim, apresentava um discurso e uma estratégia política em comum com grupos ativistas alemães ocidentais, que também tinham naquele momento a história da perseguição nazista aos homossexuais como uma chave política fulcral para o movimento (McLellan, 2017, p. 97). Tal insistência do movimento nos anos 1980 pela memória da perseguição nazista é também uma continuidade ao ativismo empreendido pelo HIB nos anos 1970, o qual, de formas distintas, também via nessa questão histórica um meio para obrigar o Estado a reconhecer suas demandas.

³⁰⁵ Kurzinstruktion, 19 abr. 1985. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik (DDR), Staat und Politik Ministerium des Inneren (Stasi/Polizei) (n. 4).

³⁰⁶ Bericht der *Lesben in der Kirche* über Ravensbrück, sem data. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, *Lesben in der Kirche* (n. 2), tradução nossa. No original: “Nach ungefähr einer Viertelstunde wurden wir von 30 uniformierten Bereitschaftspolizisten eingekreist und mit beleidigenden Worten, Puffen und festen Handgriffen zu einem Lkw der Bereitschaftspolizei getrieben.“

Em segundo lugar, o episódio de *Ravensbrück* mostra um temor especial e novo que a *Stasi* tinha agora em relação ao ativismo lésbico, talvez por quebrar com concepções de gênero e de sexualidade, mas também por ser avaliado pelas autoridades como mais politicamente ativo que os homossexuais naquele momento (Huneke, 2022a, p. 200), em especial o grupo *Lesben in der Kirche* e sua relação com outros movimentos sob a proteção da Igreja.

Dessa maneira, enquanto alguns grupos conseguiram realizar suas visitas em campos de concentração, em especial os grupos majoritariamente dominados por homens homossexuais, outros, como o das mulheres lésbicas, receberam medidas de controle e repressão mais severas. Isso sublinha não apenas uma reação inicial descoordenada por parte da *Stasi*, mas também um recorte de gênero importante e que usualmente é ignorado em relação à forma com que essas autoridades lidavam com o movimento em questão. De qualquer forma, uma reação nacional mais organizada não demoraria a ocorrer.

O impulso para uma reação mais coordenada veio de forma – mais uma vez – paradoxal. Este ocorreu não apenas pela intensificação das atividades da Igreja, mas, principalmente, pelos argumentos que indivíduos e grupos homossexuais e lésbicos seculares começaram a utilizar. No fim de 1983, o Ministério do Interior recebeu uma carta em que era requisitada uma audiência a fim de discutir a situação dos homossexuais na RDA, os quais, segundo a carta, queriam ter a possibilidade de encontrar outros sem que necessitassem ir às Igrejas. Completando o seu pleito, o autor atestava que, pelo fato de a Igreja Protestante ser a única instituição a aceitar tais grupos em seus círculos, o regime do SED estaria perdendo controle e influência sobre milhares de habitantes (Huneke, 2022a, p. 202). Isto é, a carta utilizava a própria paranoia e receio do Estado a fim de argumentar contra o posicionamento oficial em relação às demandas dos dissidentes de sexualidade até então. E isso surtiria efeito.

O rápido crescimento dos grupos ligados à Igreja Protestante, a expansão das atividades de seus membros para espaços públicos e, por fim, a percepção de que seria mais produtivo realizar concessões a tais grupos, a fim de controlar seus possíveis impactos políticos, fizeram com que mudanças na postura estatal comessem a se estabelecer rapidamente na metade da década de 1980. Ainda em 1984, por exemplo, memorandos da *Stasi* sobre o movimento homossexual e lésbico, ainda que contendo uma série de reafirmações das paranoias e preconceitos oficiais, passaram a reconhecer a situação precária dos dissidentes de sexualidade na RDA, em uma espécie de revisão da visão do Estado em relação a esses cidadãos e o reconhecimento da legitimidade de algumas de suas demandas (Huneke, 2022, p. 204). Nesse sentido, os oficiais reconheciam que haviam falhado em atender tais demandas, o que fez com que cidadãos politicamente e socialmente adequados e dóceis se voltassem ao ambiente

dissidente da Igreja Protestante. Isto é, a admissão de certas posições e demandas feitas por homossexuais no país ocorreu não por um genuíno zelo por tais cidadãos, mas era produto do pragmatismo desse regime, o qual se voltou de forma preocupada com esses cidadãos somente a partir do momento que passou a vê-los como uma ameaça real à estabilidade do regime.

A partir do junho de 1985, um documento começou a circular pelos diversos departamentos da Stasi e a também ser dividido com outras instituições. Nesse memorando, havia diversas sugestões para como melhor lidar com o crescente movimento homossexual. Por um lado, o documento reiterava medidas repressivas, notando a necessidade de intensificar a vigilância e a inserção de IMs nos grupos a fim de constatar se tais sujeitos estavam sendo instrumentalizados politicamente, se estavam infiltrados por forças ocidentais, entre outros pressupostos típicos da paranoia da Stasi. No entanto, a sugestão final do documento era a de resolver alguns dos problemas humanitários que os homossexuais enfrentavam na RDA a fim de confrontar as possíveis conotações políticas inimigas que o movimento poderia tomar (Huneke, 2022a, p. 206). Ou seja, entre as várias medidas de repressão e vigilância sugeridas, os oficiais decidiram também pela necessidade de realizar concessões a tais grupos, a fim de controlar o potencial desestabilizador político e social que poderiam alcançar, segundo a própria visão das autoridades.

Dava-se início, dessa forma, ao momento em que o regime do SED foi mais ambivalente: se, por um lado, sua vigilância e controle eram intensificados, uma série de concessões ao movimento homossexual começou a ser colocada em prática. A Stasi, dessa forma, não apenas expandiu as práticas de espionagem entre o movimento homossexual, mas passou a garantir que uma série de concessões a tais grupos. Ou seja, de forma paradoxal e irônica, “a paranoia da Stasi sobre a ameaça política representada por tal ativismo a transformou na maior defensora institucional na Alemanha Oriental para os interesses de gays e lésbicas” (Huneke, 2022a, p. 206).

Apesar do quão irônico e ambivalente o posicionamento estatal se tornava nos anos 1980, é importante sublinhar que tal ambivalência e, principalmente, a autorização de concessões não são atitudes do Estado exclusivamente ligadas ao movimento homossexual e lésbico, mas parte de uma estratégia que as autoridades passaram a adotar cada vez mais a fim de sobreviver às crises políticas e econômicas que se desenvolveram no decorrer da sua última década.

O fim da década de 1970 e o início da década de 1980 observaram a intensificação de uma atitude cada vez mais pragmática do Estado, não só na RDA, mas na ECL, em um período em que a região percebeu que sua população não abraçaria o socialismo apenas por preceitos

ideológicos (McLellan, 2017, p. 89). Dessa forma, a sociedade adentrou em um período em que o individualismo e o consumismo cresceram de forma exacerbada na região. É importante entender que tal consumismo se expandia fortemente dependente do Estado, assim como tudo na Alemanha Oriental. Ou seja, a utopia de uma sociedade socialista alemã foi dando lugar a um Estado de bem-estar social e que tinha na garantia dos bens de consumo a promoção do contínuo apoio de sua população à estabilidade do regime. Nesse sentido, a continuidade da ditadura participativa tinha seu preço.

Concomitantemente, como já vimos, a sociedade alemã estava inserida em tendências globais de consumo, cultura, moda e, certamente, econômicas. Isto é, em um momento em que o consumo era central na manutenção do regime, o Estado estava inserido também na crise econômica global que impactava não somente a ECL, mas também o mundo capitalista (Judt, 2008). Assim, no decorrer dos anos 1980, o Estado passou a ser mais receptivo a grupos e demandas com os quais jamais teria mantido diálogo anteriormente e a fazer uma série de concessões para uma sociedade que, não tendo todos seus desejos materiais supridos, estava caminhando para uma crise social e política cada vez mais eminente. É claro que tal processo foi acompanhado certamente de uma intensificação dos processos de espionagem e repressão. Isto é, por mais que as concessões fossem feitas, elas deveriam ser compartimentalizadas e, de alguma forma, controladas (McLellan, 2017, p. 90).

Esse cenário – com especificidades extremamente locais, mas integrado a tendências globais – significava que, ao contrário do que havia feito com o HIB, o regime do SED não poderia arriscar a continuar não dialogando com o movimento homossexual, deixando-o cada vez mais ligado ao ambiente dissidente da Igreja Protestante. Era necessário realizar concessões e, ao mesmo tempo, aumentar a vigilância.

3.5.3 O silenciamento público é (parcialmente) desestabilizado: concessões e transformações queers na Alemanha Oriental

Nos anos 1980, um visitante em Berlim Oriental poderia se dirigir ao bairro Prenzlauer Berg, não muito distante do centro histórico da cidade, a fim de observar a arquitetura e os novos prédios construídos pela rápida expansão da oferta de novos apartamentos na RDA – mas que estava longe de cumprir com a demanda recebida. De qualquer forma, esse visitante se depararia com algo além da arquitetura típica alemã oriental na região, e encontraria um novo centro da subcultura queer de Berlim Oriental nos anos que precederam a queda do Muro de Berlim (Jörgens, 2007, p. 118). A avenida principal do bairro, a *Schönhauser Alle*, viria a ser

chamada de “a esquina mais quente no Leste”, uma referência à centralidade do local para a sociabilização homossexual na capital da RDA nos anos 1980 (McLellan, 2017, p. 92). Assim, uma série de novos bares, discotecas, pontos de encontro, saunas, casas de festa, entre outros locais era receptáculo das transformações que as sexualidades dissidentes experimentariam nessa década.

Como resultado direto da pressão exercida pelos novos grupos homossexuais e de mulheres lésbicas, mas também das transformações estratégicas tomadas pela Stasi, um dos primeiros sinais de mudança na postura estatal foi a autorização da criação de um grupo interdisciplinar de pesquisa sobre a homossexualidade na Universidade Humboldt. A criação do grupo de pesquisa foi resultado de um debate que homossexuais e lésbicas tiveram com o governo de Berlim, o qual havia respondido negativamente sobre algumas demandas feitas pelo movimento através de *Eingaben* e sugerido que, antes de realizar grandes concessões, a questão social das sexualidades dissidentes deveria ser academicamente explorada, o que ficou ao cargo do grupo interdisciplinar da Humboldt (Sillge, 1991, p. 95). Apesar de, em alguns momentos, ter sido oferecido um canal de diálogo entre o grupo de pesquisa e representantes do movimento homossexual e lésbico, é relevante notar que a participação destes nos encontros e atividades de pesquisa foi negada, ficando restrita somente aos professores e pesquisadores participantes.

Um dos primeiros resultados do grupo de pesquisa foi a produção já em 1985 de um documento endereçado e distribuído a diversas instituições no país, em que os autores avaliavam as sexualidades dissidentes a partir de um ponto de vista psicológico e social, destacando a situação de exclusão desses sujeitos na sociedade e trazendo diversas sugestões de como melhorar esse quadro (Sillge, 1991, p. 149). O documento defende o direito dos homossexuais na RDA serem protegidos contra discriminação, reconhece a perseguição nazista e os preconceitos na sociedade da RDA, fala sobre a taxa alta de suicídio na comunidade homossexual e vê – assim como os grupos seculares – a entrada desses sujeitos nos grupos ligados à Igreja Protestante como resultado da negligência governamental. Assim, mesmo que utilizando uma linguagem conversadora e às vezes demasiadamente acadêmica, o documento conseguia entrecruzar sua análise às demandas colocadas pelos grupos ativistas (Huneke, 2022a, p. 207). É impossível constatar na historiografia ou nas fontes disponíveis até que ponto esse documento foi lido e utilizado, por exemplo, para a série de concessões realizadas pelo Estado, mas é justo presumir que o documento - com teor científico e sob o prestígio que a universidade mantinha no país - pode ter contribuído para a intensificação do processo.

O grupo da Humboldt foi bastante ativo, pleiteando mudanças em relação às políticas públicas e à forma com que as sexualidades dissidentes eram tratadas no país. A produção

científica do grupo também foi significativa. Um exemplo dessa produção expressiva foi o número de dissertações e teses que estavam sendo produzidas pelos participantes ou como resultados transversais das atividades do grupo. Em temas variados – que se voltavam desde a situação dos homossexuais no nazismo, à questão do HIV/AIDS na comunidade homossexual, ou às dificuldades enfrentadas especificamente pelas lésbicas na RDA – os trabalhos vinham de diversas áreas de conhecimento: História, Teologia, Pedagogia, Medicina, Psicologia, Filosofia, Estudos Culturais e do Departamento de estudos marxistas e leninista³⁰⁷. Em 1985, uma conferência sobre estudos da homossexualidade na área de Psicologia foi realizada em Leipzig (Evans, 2010, p. 566), tendo mais duas edições, sendo a sua terceira no começo dos anos 1990 na cidade de Jena³⁰⁸, o que evidencia que o grupo ainda estava ativo durante a reunificação e participando de eventos acadêmicos. No entanto, em 1991, em uma Alemanha já reunificada, o grupo se viu ameaçado de extinção e uma campanha foi feita pela comunidade acadêmica da Humboldt para que o trabalho do grupo não fosse interrompido³⁰⁹, o que aponta para uma das consequências inesperadas das políticas de reunificação. Não foi possível estabelecer se a iniciativa interdisciplinar sobreviveu a tal processo de reestruturação acadêmica com a reunificação do país. No entanto, seu trabalho evidencia que as transformações ocorridas na década de 1980 também adentraram as universidades.

Mudanças de ordem mais prática também se estabeleceram a partir de 1985. A mais imediata foi a liberação de publicação de anúncios homossexuais nos classificados de jornais e, principalmente, matérias e notícias que envolvessem o tópico das sexualidades dissidentes. Já em 1984, por exemplo, na seção de conselhos da *Für Dich*, revista de grande circulação na RDA, foi publicada uma carta (presumivelmente de uma mãe) preocupada com uma criança que era um ótimo aluno, mas que mostrava sinais de homossexualidade. A revista respondeu os temores da carta com uma resposta bem positiva, destacando que não se tratava de uma doença e que 5% da população – argumento utilizado pelos próprios grupos homossexuais e lésbicos – eram homossexuais³¹⁰. Essa seção da *Für Dich* continuaria tratando sobre o tema constantemente: em 1986, por exemplo, o tema continuava recorrente na coluna³¹¹.

³⁰⁷ Gegenwärtig bearbeitete Themen, sem data. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Wissenschaft und Universitäten Interdisziplinäre Arbeitsgruppe HU (n. 8).

³⁰⁸ Gemeinsame Erklärung, 1990. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Wissenschaft und Universitäten Interdisziplinäre Arbeitsgruppe HU (n. 8).

³⁰⁹ Ende der Homostudien an der Humboldt-Uni?, 1991. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Wissenschaft und Universitäten Interdisziplinäre Arbeitsgruppe HU (n. 8).

³¹⁰ GUTER Rat. *Für Dich*, n. 14, 1984.

³¹¹ GUTER Rat. *Für Dich*, n. 2, 1986, p. 46.

Essas seções destinadas à procura de conselhos nas revistas parecem ser onde o tópico mais foi abordado. Em outro exemplo de 1988, um jovem perguntou à revista *Junge Welt* – publicação estatal destinada à juventude alemã socialista – como deveria agir à seguinte situação: havia começado a trocar correspondências com um outro rapaz a fim de criar uma amizade, mas descobriu que se tratava de um jovem homossexual³¹². Tal presença significativa nessas seções de conselho se repetiriam pelo país, estando presente no berlinense *Wochenpost*³¹³ e no *Volkszeitung* em Leipzig³¹⁴.

É pertinente observar que publicações mais alinhadas às diretrizes do Estado, funcionando como uma espécie de porta-voz do regime do SED, também publicaram reportagens sobre a homossexualidade sob uma avaliação surpreendentemente positiva, como é o caso do *Berliner Zeitung* ou do *Neues Deutschland* (Huneke, 2022a, p. 208). Não há nenhum indício nos arquivos, até então, de como essas diretrizes eram repassadas de instituições como a Stasi para as redações desses jornais, mas é certamente perceptível que essa repentina mudança de postura nesses jornais ocorreu apenas após a mudança no tom oficial em relação às demandas do movimento homossexual.

No entanto, não apenas a seções de conselho ou cartas dos leitores ficou restrito o tópico sobre as sexualidades dissidentes. No fim dos anos 1980, momento em que o tópico do HIV/AIDS já estava sendo debatido com certa frequência, a revista *nl.intim* fez uma reportagem extensa intitulada: *Homosexuell sein – was bedeutet das?* (Ser homossexual – o que isso significa?), que não só examinava o tema trazendo depoimentos de pessoas que sofreram com o preconceito da sociedade, mas tentava também tirar o estereótipo de que o HIV/AIDS seria algo com o qual apenas os homens homossexuais deveriam se preocupar³¹⁵.

Nesse contexto ainda, a revista *Das Magazin*, uma versão oriental em formato e sucesso do que era observado com a *Der Spiegel* na Alemanha Ocidental, também dedicou inúmeras reportagens ao tópico da homossexualidade de forma bastante positiva. Enquanto em janeiro de 1989, por exemplo, a revista procurava mostrar em uma matéria que heterossexuais e homossexuais não viviam de forma tão diferente do que os estereótipos prescreveriam³¹⁶, logo no mês seguinte ela repetiria a temática discutindo a erótica homossexual como algo ainda escondido da sociedade e envolto de tabus³¹⁷.

³¹² UNTER vier Augen. *Junge Welt*, 3 fev. 1984.

³¹³ MEIN Sohn ist homosexuell. *Wochenpost*, n. 2, 1986.

³¹⁴ WENN einer einen Lieben möchte. *Leipziger Volkszeitung*, n. 17, 18 out. 1987.

³¹⁵ ARESIN, Lykke. Homosexuell sein – was bedeutet das? *nl.intim – das Magazin für zwei*, 1989.

³¹⁶ HAFRANKE, Ursula. Ungestraft anders? Der verstossene Mensch. *Das Magazin*, v. 36, n. 1, jan. 1989.

³¹⁷ HAFRANKE, Ursula. Ungestraft anders? Die versteckte Erotik. *Das Magazin*, v. 36, n. 2, fev. 1989.

Se as publicações observadas nas revistas despontam como um exemplo às vezes difuso das mudanças autorizadas pelo Estado, outras ações ilustram de forma mais evidente as concessões diretamente outorgadas pelo regime do SED. Um exemplo é a rádio oficial alemã oriental e que transmitiu uma série chamada “*Mensch Du! Ich bin homosexuell*” (Ei, você! Eu sou homossexual) ou “*Mensch Du! Ich bin lesbisch*” (Ei, você! Eu sou lésbica!) e que contou com alguns episódios feitos em cooperação com representantes grupo *Lesben in der Kirche* (McLellan, 2011, p. 13). Além desse caso, outros ligados diretamente à autorização estatal podem ser mencionadas, como a abertura da primeira discoteca homossexual na Alemanha Oriental, a *Busche*, e que foi inaugurada com a autorização e apoio do governo de Berlim (Huneke, 2022a, p. 210).

No ano de 1987, Reiner Werner publicou o livro "Homosexualität - Herausforderung an Wissen und Toleranz" (Homossexualidade – um chamado ao conhecimento e à tolerância). A publicação, comissionada pelo Estado direto a Werner, professor de Psicologia na Humboldt, foi a primeira monografia oficial sobre homossexualidade publicada em livro da RDA, tornando-se um sucesso de vendas (Huneke, 2022a, p. 209). No entanto, o conteúdo do livro pouco fazia jus ao seu título, analisando a homossexualidade a partir de uma visão patológica e tomada de preconceitos. O livro chegava a sugerir uma especial aptidão de homossexuais a postos como cabelereiros ou garçons sob a justificativa de que tais sujeitos almejavam compensar pela sua sexualidade. Além disso, a obra não mostrava tolerância alguma aos homossexuais considerados “afeminados”, as *Tunten*, analisando-as como um caso de derrota pessoal em relação às imposições do gênero (McLellan, 2011, p. 131). Assim, a publicação representa também os limites das concessões e transformações que a comunidade homossexual experimentava nessa década.

De qualquer forma, o livro foi divulgado largamente pela mídia, aparecendo entrevistas com o autor a fim de promover a obra nos jornais³¹⁸. Por exemplo, a revista *Deine Gesundheit* - a mesma que em 1978 tinha defendido a existência de uma cura para a homossexualidade – também destinou uma de suas edições em 1987 à divulgação do livro com uma entrevista com Werner³¹⁹. A divulgação junto ao tema polêmico – ainda pouco discutido abertamente em publicações no país – garantiu um sucesso ao livro, êxito esse confirmado um ano depois até mesmo pelo jornal *Neues Deutschland*, um dos mais alinhados ao SED³²⁰.

³¹⁸ MÜLLER, Fred. Wir wollen kein offizielles Ghetto für Homosexuelle. *Thüringer Allgemeine*, 5 set. 1987.

³¹⁹ MIELKE, Sigrid. Das Interview über Homosexualität. *Deine Gesundheit*, n. ½, 1987.

³²⁰ HANNES, Dieter. Wissen und Toleranz: Buch über Homosexualität vom Verlag Volk und Gesundheit. *Neues Deutschland*, 7 fev. 1988.

Se em mídias impressas, como livros, revistas e jornais, o tema das sexualidades dissidentes passava a ser mais recorrente, não seria diferente com a mídia que mais se popularizava naquele momento: a televisão. Em 1987 a televisão alemã oriental quebrou um silêncio de décadas em relação ao tópico da homossexualidade, abordando o tema em um programa sobre saúde chamado *Visite* e colocando a homossexualidade como uma variação natural da sexualidade humana (Hillhouse, 1990, p. 587). No entanto, seria no cinema que a maior demonstração de uma mudança no posicionamento oficial da RDA aconteceria.

No final da década de 1980 – e nos últimos anos de existência da RDA – um filme que abordasse o tópico da homossexualidade foi encomendado pelo Estado à DEFA (Deutsche Film AG), a estatal alemã oriental produtora de filmes e responsável pelo controle dos cinemas no país. Nascia, dessa forma, o filme *Coming Out*, lançado em 1989, e que pode ser considerado o ápice das transformações e concessões que a comunidade homossexual na RDA vivenciou no decorrer dos anos 1980. O título mantido em inglês pode ser traduzido como “se assumindo”, fazendo referência à expressão em inglês que designa o ato de assumir publicamente uma identidade de uma sexualidade dissidente. O roteiro segue uma história romântica de um professor morador de Berlim Oriental, seu processo de autoconhecimento de sua sexualidade e suas aventuras e percalços na subcultura homossexual da capital – cujos locais e frequentadores foram o pano de fundo para a película.

Duas particularidades devem ser apontadas e que sublinham o significado do filme e das transformações no posicionamento estatal. O primeiro aspecto se relaciona ao nome do filme, o qual não obteve uma tradução para o alemão, mantendo a expressão em inglês. As discussões sobre a necessidade ou não de “sair do armário” foram sempre muito presentes entre os grupos da *gay liberation* nos EUA (Sedgwick, 2007, p. 40). A manutenção do título em inglês, aproximando a obra de acepções sobre a homossexualidade em vigor nos movimentos homossexuais ocidentais, aponta para uma diferença expressiva em relação à repreensão estatal em 1984 quando os grupos homossexuais localizaram suas ações de homenagem em campos de concentração na data do *Christopher Street Day*.

A segunda particularidade diz respeito à forma com que a memória sobre a perseguição nazista aos homossexuais foi tratada no filme. Em uma de suas cenas finais, Philipp, o protagonista da trama, após uma confusão no bar onde se encontra, conversa com um homossexual idoso, o qual relata sobre o seu aprisionamento no campo de concentração de *Sachsenhausen* após uma denúncia anônima sobre sua sexualidade à *Gestapo*, polícia secreta da Alemanha Nazista. Segundo a narrativa, ele teria apenas sobrevivido com a ajuda dos seus camaradas comunistas que havia encontrado no campo de concentração. Por fim, o personagem

dirige uma crítica à sociedade naquele momento: ao notar a sua militância comunista desde o primeiro dia do pós-guerra, ele sublinha que o Estado da RDA teria alcançado o fim da exploração humana e que, assim, não importava mais se uma pessoa era ou não judia. Haveria, em suas palavras, apenas uma exceção: os homossexuais, os quais teriam de alguma forma sido esquecidos. Percebe-se, com essa cena durante o clímax do filme, que a narrativa oficial antifascista passou a reconhecer também o sofrimento e a luta dos homossexuais durante o Terceiro Reich.

Ao considerar que o Estado, até alguns anos antes, se recusava a reconhecer publicamente os homossexuais e suas demandas como pertencentes à sociedade socialista, é presumível que a produção de um filme como esse foi precedida por uma série de discussões e trocas de pareceres entre as instituições. A *Akademie der Wissenschaften der DDR* (Academia de Ciência da RDA) foi uma das principais responsáveis por opinar sobre o projeto, exercendo um protagonismo para que o roteiro chegasse até a DEFA e convencesse-a positivamente pela produção do filme³²¹. Para tanto, a instituição fez um parecer de 8 páginas listando as razões para que o filme fosse aprovado e produzido. Esse relatório é bastante interessante, pois mostra não apenas como o Estado estava ciente do significado da produção de um filme como esse, mas também a forma com que parte da retórica do movimento homossexual foi incorporada.

O documento³²² começa apontando a existência de ao menos 800 mil homossexuais na RDA – de uma forma bastante similar a que o HIB fazia em suas *Eingaben* nos anos 1970 – e chama a atenção para o fato de que, mesmo com o fim do parágrafo 175 em 1968, esses indivíduos ainda enfrentavam uma série de preconceitos e exclusões. A Academia vê nessa situação dos homossexuais não só o descumprimento de pontos importantes da Constituição como também uma afronta ao humanismo que seria uma característica desse Estado. Ao citar os artigos que são violados, o documento defende a produção do filme como uma forma de colocar a sociedade frente ao problema.

O relatório reconhece também a importância do diálogo do filme com o sobrevivente do campo de concentração a fim sublinhar que o caráter antifascista do Estado também abarcava as sexualidades dissidentes. Ao ligar a homofobia a uma Alemanha nazista, o texto coloca a RDA frente a obrigatoriedade de apresentar um socialismo que abraçasse esses indivíduos e que olhasse para seus próprios preconceitos. Para comprovar isso, o documento ainda cita a

³²¹ COMING-OUT der Gefühle: Diskussion über Heiner Carows Film in Ost-Berlin. *Der Tagesspiegel*, 1 dez. 1989.

³²² Gutachten zu den Film-Szenarium „Coming Out“, 27 abr. 1988. Arquivo Schwules Museum, „Coming Out“ Der Film, Gutachten (n. 2).

herança do apoio do KPD aos homossexuais durante a República de Weimar. Portanto, acontecia a introdução oficial e institucional de uma série de argumentos que vinha sendo colocada pelo movimento homossexual desde 1973.

O Estado também procurou o parecer médico para a produção do filme – o que deixa novamente evidente os limites das transformações na década de 1980, tendo setores estatais ainda enxergando a homossexualidade como uma questão médica. Uma representante da Clínica Central de Psiquiatria e Neurologia “*Wilhelm Griesinger*” em Berlim Oriental escreveu dando seu total apoio à produção do longa. A carta³²³ atesta que, apesar dos preceitos humanitários da RDA, os homossexuais continuavam enfrentando uma série de preconceitos e exclusões. O interessante desse parecer dado é que a médica se reconhece como parte de uma disciplina (a psiquiatria) que durante o nazismo teria produzido um saber que, em última instância, levou pessoas à morte nos campos de concentração. É perceptível, dessa maneira, como o apelo do filme à memória da perseguição nazista parece ter funcionado positivamente entre essas autoridades, promovendo uma junção dos ideais da RDA e do movimento homossexual.

A preocupação do Estado em relação às representações da homossexualidade na juventude – temor que havia produzido, por exemplo, o parágrafo 151 – também fez com que se buscasse o parecer do Instituto Central de Pesquisa Juvenil (*Zentralinstitut für Jugendforschung*). Nesse parecer há novamente a total aprovação do filme, citando o interesse crescente do tópico entre os jovens, e colocando como uma das principais causas desse interesse as discussões sobre HIV/AIDS³²⁴.

Inicialmente, grande parte da iniciativa para a produção do filme aconteceu a partir de seu futuro diretor Heiner Carow (Dennis, 2012, p. 66). Entretanto, com a série de pareceres positivos ao filme, o Estado logo se engajou no projeto, autorizando a produção do longa. Em entrevista em 1994, Carow confirmou que grande parte das cenas foi gravada em locais considerados da subcultura homossexual na RDA. Além disso, o diretor destaca que, antes do início das gravações, chegou a perguntar para a equipe contratada se havia alguém que se sentiria incomodado em trabalhar com homossexuais e lésbicas³²⁵ – já que grande parte dos figurantes era da própria cena. Segundo Carow, dois integrantes teriam deixado o projeto por

³²³ Gedanken zu „Coming Out“, 21 abr. 1988. Arquivo Schwules Museum, „Coming Out“ Der Film, Gutachten (n. 2).

³²⁴ Gutachten zum Treatment „Coming Out“ Witt/Richter, 5 abr. 1988. Arquivo Schwules Museum, „Coming Out“ Der Film, Gutachten (n. 2).

³²⁵ Interview ausgestrahlt im September 1994, Aufzeichnungsdatum nicht bekannt. Arquivo Schwules Museum, „Coming Out“ Der Film, Artikelsammlung (n. 2).

isso, o que mostra como, de forma geral, ainda permanecia um preconceito em relação a essas pessoas na RDA.

No dia 9 de novembro de 1989, estreava o filme *Coming Out* e, com isso, a RDA atingia o seu ápice entre as concessões e transformações que marcaram a comunidade dissidente em sua sexualidade nos anos 1980. A estreia estava sendo fortemente divulgada na mídia e cartazes do filme eram exibidos nos principais cinemas de Berlim Oriental. No entanto, no mesmo dia, aconteceria outro evento, de forma totalmente inesperada, e que eclipsaria muito do impacto e da discussão pública que o filme poderia ter alcançado. Assim, *Coming Out*, lançado na noite de 9 de novembro de 1989, marcava a queda de silêncio público sobre a homossexualidade no país e, ao mesmo tempo, a queda do Muro de Berlim que aconteceria naquela mesma noite, dando início ao processo de dissolução da RDA. Como um jornal alemão ocidental noticiaria meses depois, ao mesmo tempo que as fronteiras se abriam, uma série de tabus na RDA também era desestabilizada³²⁶.

A produção do longa significou não somente o Estado finalmente atendendo algumas demandas do movimento e concordando em partes com a retórica desenvolvida por esses ativistas, mas também é considerado um ápice na história queer alemã oriental. Todavia, com o seu lançamento acontecendo na noite da queda do Muro de Berlim, o filme passou também a simbolizar a ambivalência da RDA: concessões acompanhadas de vigilância e controle. O Estado poderia atender algumas demandas, mas elas deveriam ser controladas a fim de evitar seus possíveis efeitos políticos. É extremamente irônico, nesse sentido, que a forma de controlar os possíveis impactos sociais que *Coming Out* poderia promover tenha vindo do mesmo acontecimento que seria responsável pelo fim do regime do SED. Ao mesmo tempo que representava uma conquista enorme aos ativistas e um grande golpe contra o silenciamento público sobre a homossexualidade, os impactos que o filme poderia ter promovido foram obliterados pelos acontecimentos que marcaram o fim da Guerra Fria.

Mesmo assim, ainda que não gerando uma grande discussão pública, o filme foi definitivamente assistido e virou um legado queer da história alemã oriental. A produção já vinha sendo anunciado por diversas publicações. No jornal *Neues Deutschland*, por exemplo, o filme recebeu uma reportagem sobre a sua estreia, não apenas o anunciando, mas discutindo a situação dos homossexuais na sociedade³²⁷. Além disso, as publicações alemãs ocidentais divulgaram a produção, os detalhes e o lançamento do filme com grande entusiasmo, destacando o quão simbólico era um projeto como esse. Nesse sentido, não só o *Volksblatt* de

³²⁶ DDR schickte Film über Homosexualität in Berlin ins Rennen. *Nordsee-Zeitung*, 13 fev. 1990.

³²⁷ KNIETZSCH, Horst. Nachdenken über Wiederstreit der Gefühle. *Neues Deutschland*, 11 nov. 1989.

Berlim Ocidental³²⁸, mas publicações de cidades no interior da Alemanha Ocidental também reportaram sobre o projeto, como jornais em Klobenz³²⁹, em Coburg³³⁰, Hamm³³¹ e Nuremberg³³², locais que dificilmente – tirando Berlim Ocidental – teriam acesso ao filme em 1989, mas que se interessaram pelas mudanças em curso no vizinho socialista.

Apesar de os dias imediatos após a sua estreia – e a queda do muro – terem significado o desaparecimento do filme dos jornais, logo as publicações voltaram a falar sobre. No dia 16 de novembro de 1989, apenas poucos dias após a abertura das fronteiras, o jornal alemão ocidental *TAZ* discorria sobre o sucesso do filme, colocando que este passaria no sábado 3 vezes seguidas em um dos maiores cinemas de Berlim Oriental e destacando que fenômeno parecido só teria sido visto na Alemanha Ocidental com a exibição do filme do Batman³³³. O mesmo jornal, 8 anos depois, discutiria os impactos do filme e lembrava que a queda do Muro havia deixado os produtores preocupados, já que acharam que ninguém mais gostaria de assisti-lo e prefeririam gastar o presente monetário de boas-vindas – 100 marcos alemães, equivalentes à 50 euros - que cada alemão oriental recebia ao visitar Berlim Ocidental. No entanto, o jornal conta que muitos homossexuais do lado ocidental fizeram o caminho inverso das fronteiras e lotaram as salas de cinema para as sessões de Coming Out³³⁴.

O filme continuaria seu impacto no decorrer da década de 1990, mesmo com a dissolução da RDA e uma Alemanha reunificada. A produção foi premiada no Festival Internacional de Cinema de Berlim, a *Berlinale*, em 1990³³⁵; em 1991, já com o processo de reunificação completo, o filme foi exibido no *Schwule Filmfest* em Würzburg, evento destinado ao cinema queer, contando com um debate com o público e a presença do diretor Carow³³⁶. De forma semelhante, o filme foi exibido em 1997 nas comemorações em Berlim dos 100 anos do *Schwulenbewegung*³³⁷; e angariou atenção internacional, chegando a ser exibido em festivais em São Francisco, nos EUA³³⁸. O filme atingiu hoje um estado de *cult*, sendo reexibido na

³²⁸ IN der DDR entsteht der erste Spielfilm zum Thema Homosexualität. *Volksblatt Berlin*, 19 mai. 1989.

³²⁹ ERSTE DDR-Film über Homosexualität. *Rhein-Zeitung*, 10 jul. 1989.

³³⁰ ERSTE DDR-Spielfilm über Homosexualität. *Neue Presse*, 5 jun. 1989.

³³¹ ERSTE DDR-Spielfilm über Homosexualität. *Westfälischer Anzeiger*, 2 jun. 1989.

³³² MÄNNERLIEBE in der DDR. *Nürnberger Zeitung*, 18 mai. 1989.

³³³ HAWANNA, Hanna. Ganz Ost-Berlin im Coming-Out: die erste DEFA-Schwulenfilm. *Die Tageszeitung*, 16 nov. 1989.

³³⁴ WICHT, Holger. „Coming Out“ verband die Szenen. *Die Tageszeitung*, 6 jun. 1997.

³³⁵ „Silberner Bären“ für den besten Film der Berlinale 1990 im Zoo-Palast, 1990. Arquivo Schwules Museum, „Coming Out“ Der Film, Diverses (n. 5).

³³⁶ Carta do 9. Schwules Filmfest Würzburg para Heiner Carow, 9 jan. 1991. Arquivo Schwules Museum, „Coming Out“ Der Film, Diverses (n. 5).

³³⁷ HAWANNA, Hanna. Ganz Ost-Berlin im Coming-Out: die erste DEFA-Schwulenfilm. *Die Tageszeitung*, 16 nov. 1989.

³³⁸ RADTKE, Eckhard. Coming Out: ein coming out für Schwule oder mehr. *Schwule Filmtage*, 1990.

Alemanha em diversos festivais, principalmente para o público LGBTQIA+, e sendo utilizado pelos institutos Goethe mundo afora no ensino de alemão.

De forma mais tímida e menos divulgada que o filme *Coming Out*, o ano de 1989 também marcou o lançamento do livro “*Ganz normal anders – Auskünfte schwuler Männer*” de Jürgen Lemke (1989). O autor fez um trabalho etnográfico na RDA, entrevistando uma série de homens homossexuais no país e publicando as suas histórias, tornando-se uma das primeiras etnografias do tipo a ser publicada sobre a região da ECL (Dönitz, 2017, p. 126). Ao trazer relatos de diversas gerações na RDA, o autor registrou distintas experiências dissidentes de sexualidade, tendo observado trajetórias no imediato pós-guerra e fundação da RDA e outras que experimentaram uma sociedade alemã oriental já estabilizada desde que nasceram. O interessante é que, como já destacado anteriormente, a obra foi adaptada para uma peça de teatro, sendo interpretada no *Theater im Palast*, um dos principais teatros de Berlim Oriental e certamente o mais ligado ao SED. A peça recebeu cobertura também na Alemanha Ocidental³³⁹, destacando o seu pioneirismo ao trazer tais narrativas homossexuais de cidadãos da RDA para o palco. O livro de Lemke e a peça inspirada nele acabariam se tornando uma espécie de último suspiro das concessões estatais feitas aos grupos homossexuais e lésbicos, já que a peça ainda estava em cartaz pouco antes da reunificação. Seu legado continua e Lemke é ainda convidado para lembrar a produção e a recepção do livro, tendo em 2001, por exemplo, escrito um especial para a *Das Magazin* e conversado novamente com um dos seus entrevistados³⁴⁰.

A série de concessões não ficou restrita apenas ao âmbito da cultura, já que o Estado também acabou modificando a forma com que dialogava e se relacionava com os grupos homossexuais e lésbicos e suas demandas. Com a criação do *Sonntags-Club*, por exemplo, seus organizadores ansiavam por um reconhecimento oficial, o que facilitaria a organização e divulgação das atividades do grupo. No entanto, apenas após um longo período de *Eingaben*, idas às autoridades, entre outras tentativas, é que o Magistrado de Berlim concedeu o reconhecimento ao grupo. O reconhecimento, no entanto, não apenas facilitou a organização das atividades almeçadas, como também significou, de forma bastante inesperada, que o governo passou a utilizar o grupo para fins oficiais.

A partir de 1987, as autoridades resolveram que algumas instituições, inclusive a FDJ, deveriam realizar debates sobre as sexualidades dissidentes, algo que representava uma mudança positiva na relação do Estado com o tópico, mas que provocou um problema

³³⁹ BECKELMANN, Jürgen. Ein Leben auf der Kippe: das erste DDR-Schwulenstück im Ostberliner TiP. *Stuttgarter Zeitung*, 24 fev. 1990.

³⁴⁰ LEMKE, Jürgen. Ganz anders normal. *Das Magazin*, v. 8, n. 1, 2001, p. 42.

estrutural. Segundo os próprios ativistas, os grupos do movimento homossexual e lésbico não possuíam estrutura para atender às repentinas demandas promulgadas pelas autoridades e instituições como a FDJ, o que significou, de maneira irônica, que de repente havia filas para as atividades do *Sonntags-Club*, sem que este pudesse atender a todos (Huneke, 2022a, p. 211). A escolha pelo *Sonntags* presumivelmente ocorreu pelo fato de o grupo não manter relações com a Igreja Protestante e possuir um histórico de maior diálogo com o Estado.

Com a aproximação ao final da década de 1980, tornava-se mais urgente a questão do HIV/AIDS. Por isso, membros da *Volkskammer* junto ao SED resolveram delegar ao *Sonntags* em 1987 a divulgação de informações sobre o vírus. Esse tipo de trabalho de conscientização pelo *Sonntags* recebia aprovação de diversas autoridades e, em 1988, a partir de recomendações do grupo de pesquisa da Humboldt, o modelo de trabalho sobre HIV/AIDS pelo *Sonntags* foi indicado para ser replicado em outros centros de Berlim e outras cidades. Ou seja, a cooperação entre o grupo e o Estado pode ser vista não apenas como uma forma de combater o crescimento dos grupos ligados à Igreja, mas também uma maneira desse estabelecer novas concessões e, desse jeito, continuar fomentando a lealdade da comunidade homossexual e lésbica ao regime (Huneke, 2022a, p. 211). Isto é, havia algo de muito pragmático também nessa situação: a oficialização do *Sonntags* e a autorização para que tivesse seu próprio espaço foi justificada pelas autoridades a fim do grupo “poder ser mais bem controlado nessas circunstâncias e um influxo negativo poder ser detectado e influenciado em tempo hábil” (Dobler, 2017, p. 105, tradução nossa³⁴¹).

A partir do estabelecimento de relações profícuas com o *Sonntags*, o Estado acabou também se envolvendo na fomentação de grupos homossexuais e lésbicos seculares em outras cidades, à exemplo do *Rosa Linde* em Leipzig, o *Feliz Halle* em Weimar, o *Homosexuelle Aktion* em Erfurt, o *AUF-Anderes Ufer* em Gera e o grupo *HIP* em Potsdam³⁴². Além disso, atividades diversas passaram a ter o aval de instituições e autoridades policiais, como é o caso de eventos regulares destinados ao público homossexual em uma associação de atletas em Dresden (Huneke, 2022a, p. 212).

Tais grupos mais próximos às instituições estatais passaram a ser mencionados como referências autorizadas na questão da homossexualidade no país. Na revista *Neues Leben* em 1989, por exemplo, na seção de resposta às cartas dos leitores, a revista indicou a um jovem

³⁴¹ No original: “[...] unter diesen Umständen besser kontrolliert werden und ein negativer Zulauf rechtzeitig festgestellt und beeinflusst werden kann.“

³⁴² „Klub A-3“ Inflobatt Nr, 1, out. 1990. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Diverses (zu verschiedenen Arbeitskreisen Homosexualität in der DDR) (n. 7).

homossexual locais como o *Sonntags-Club* em Berlim e o *Rosa Linde* em Leipzig como centros de aconselhamento³⁴³. Já no começo de 1990, em janeiro, o jornal *Tribune* – o mesmo que havia respondido de forma irônica e debochada ao pedido de ajuda do HIB nos anos 1970 – realizou uma entrevista com membros do grupo *Courage*, que havia se formado a partir do *Sonntags-Club* e também apresentava um posicionamento próximo ao Estado. A entrevista pretendia mostrar que, apesar de descriminalizada, a homossexualidade enfrentava uma série de preconceitos no país e colocava tais grupos como centrais para a desconstrução dessa marginalização³⁴⁴.

Nesse entrecruzamento entre grupos ligados à Igreja em expansão, novos grupos seculares fomentados, concessões do Estado e aumento da vigilância por parte da Stasi, dissidentes de sexualidade continuaram a observar mudanças nos anos 1980. Por exemplo, se o filme *Coming Out* apresentava o ápice do reconhecimento da perseguição aos homossexuais durante o nazismo, já desde 1987 as homenagens desses grupos em campos de concertação passaram a ser oficialmente toleradas. Da mesma forma, documentos oficiais sobre o Terceiro Reich e a Segunda Guerra Mundial começaram a abordar a perseguição nazista aos homossexuais.

As relações entre as sexualidades dissidentes e a saúde pública também experimentaram impactos e mudanças na segunda metade da década. Já em 1985, por exemplo, o setor responsável pelas questões do casamento e da família no governo da RDA reformou o seu código de patologias, tirando a homossexualidade e a classificando como uma variante biofísica da sexualidade humana. Na área da saúde, no entanto, o tópico mais proeminente nesse período passou - mesmo que de forma relutante e morosa - a ser a discussão sobre o HIV/AIDS.

Como últimos exemplos da postura reformista do Estado em relação às atitudes com as sexualidades dissidentes na década de 1980, decisões legais podem ser mencionadas. Em agosto de 1987, a Suprema Corte proibiu a execução prática do parágrafo 151, o qual acabaria sendo totalmente rescindido em dezembro de 1988 pela *Volkskammer*, colocando fim a qualquer diferença legal entre homossexuais e heterossexuais na Alemanha Oriental (Huneke, 2022a, p. 214). Também em 1988, o exército passou a circular um decreto que proibia a recusa de pessoas assumidamente homossexuais. Ainda que fosse uma decisão realizada internamente e sem uma divulgação pública, a deliberação na RDA precedia em muitos anos – até mesmo décadas – a mesma atitude em diversos outros países no Ocidente.

³⁴³ HENRIK V., 17 Jahre. *Neues Leben*, n. 9, 1989.

³⁴⁴ HUTH, Carola. Couragierter „Courage“: Homosexualität im Alltag gesetzlich erlaubt, aber dennoch oft diskriminiert. *Tribune*, 31 jan. 1990.

Portanto, a comunidade homossexual e lésbica na RDA observou uma série de decretos e projetos que apontavam para uma mudança significativa na forma que o Estado lidava com as sexualidades dissidentes. No entanto, isso deve ser lido cuidadosamente, já que se tratava muito mais de uma decisão pragmática para a manutenção e estabilização do regime do que uma espontânea transformação no regime do SED. Isto é, “o governo adotou essas políticas em grande parte porque a Stasi acreditava que eram uma estratégia eficaz para suprimir a organização política de gays e lésbicas” (Huneke, 2022a, p. 215, tradução nossa³⁴⁵).

Outrossim, é necessário também ponderar as limitações dessas concessões realizadas pelo Estado. Até que ponto, por exemplo, o movimento homossexual conseguiu quebrar com a falta de espaço público de discussão sobre as sexualidades dissidentes? Sillge, uma das fundadoras do *Sonntags*, fala que a publicação de revistas, jornais e livros pelo movimento continuou proibida e que a divulgação de ideias e contatos era restrita apenas aos pequenos informes e folhetos (Sillge, 1991, p. 18). Ademais, será que a expansão da subcultura e a abertura de espaços destinados a essa comunidade atendiam homens homossexuais e mulheres lésbicas da mesma forma? Os locais destinados ao público lésbico, por exemplo, eram raros já que os bares e estabelecimentos que formavam essa subcultura eram majoritariamente reservados a homens homossexuais (Sillge, 1991, p. 37). Além disso, grande parte dos trabalhos realizados e das fontes disponíveis se concentra em Berlim Oriental e, em menor grau, em outras cidades de médio ou grande porte na RDA, como Leipzig ou Dresden. Mas e os dissidentes da cisheteronormatividade em cidades pequenas e na área rural? Será que as concessões realizadas pelo regime do SED os impactavam de alguma forma? Essas são questões ainda impossíveis de serem respondidas, mas que devem ser feitas ao observar as limitações das conquistas que o movimento homossexual e lésbico observou na década de 1980.

3.5.4 O caso de Frank Schüler, o estratégico fim do Parágrafo 151, a vigilância da Stasi e a fundação do Courage

Concomitante às concessões feitas pelo Estado, ocorria também uma escalada na vigilância da Stasi nos grupos homossexuais e de lésbicas, atividade essa que visava não apenas controlar o movimento LGBTQTIA+ em construção no país, mas também traçar as melhores estratégias e concessões a fim de assegurar a lealdade de uma comunidade parte de uma sociedade em crise econômica e com um volume crescente de pedidos oficiais de emigração.

³⁴⁵ No original: “The government pursued these policies in large part because the Stasi believed them to be an effective strategy to suppress gay and lesbian political organizing.”

A atratividade do Ocidente era algo que preocupava as autoridades, em especial no que dizia respeito ao contato entre grupos homossexuais na RDA e na Alemanha Ocidental. Nesse sentido, a circulação da revista alemã ocidental *Siegessäule* na subcultura homossexual da RDA, por exemplo, representava motivo de preocupação à Stasi. Com suas inúmeras propagandas de bares e estabelecimentos partes da subcultura *schwul* de Berlim Ocidental, a revista apresentava ao leitor homossexual da RDA o ‘Ocidente imaginado’ e suas promessas de diversão no capitalismo (Tammer, 2013, p. 52). Tal apreensão recebia até mesmo respaldo acadêmico, já que alguns trabalhos utilizados pela Stasi concluíam que a comunidade homossexual era mais propensa a querer sair do país.

É importante sempre manter em mente que a RDA tinha uma posição única na ECL: era o único país que havia sido dividido e tinha uma versão sua capitalista e em constante disputa dentro de um contexto de Guerra Fria. Por isso, essa proximidade que levava as pessoas a entrarem em contato com as ofertas que o capitalismo oferecia no Ocidente ficava ainda mais alarmante em um momento em que o país chegou a registrar 640 mil pedidos de emigração em um único ano (Hillhouse, 1990, p. 582). Nesse sentido, o caso de Frank Schüler ilustra bem as intersecções entre a concepção da Stasi sobre as sexualidades dissidentes, a crise dos pedidos de emigração, técnicas de vigilância e estratégias individuais de resistência.

Em 1979, Frank Schüler, morador de Calbe, uma pequena cidade próxima a Magdeburg, era reportado às autoridades por se recusar a ir à escola. Um caso aparentemente banal de um menino de 15 anos com problemas na frequência escolar acabou chamando a atenção da Stasi, isso porque a justificativa do aluno para não ir à escola era de que gostaria de sair da RDA e tentar a *Grenzübertritt*, ou travessia de fronteiras, o que não era só extremamente difícil, mas considerado um crime pela legislação alemã oriental. Ao ir ao encontro do aluno, as autoridades foram informadas por Frank de que ele havia deixado de ir às aulas pela péssima relação que mantinha com a professora e colegas³⁴⁶. Durante a visita, Frank assinou um documento atestando que estava ciente que a *Grenzübertritt* era ilegal e que poderia ser penalizado caso tentasse. Além disso, no documento assinado por Frank³⁴⁷, ele reconhecia que estava obrigado a relatar às autoridades caso soubesse de outras pessoas ou métodos para cruzar a fronteira. No mesmo ano, as autoridades registraram que Frank continuava com uma péssima relação escolar

³⁴⁶ Betreff Operativ-vorbeugendes Gespräch mit einem Schüler, 10 mai. 1979. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁴⁷ Belehrung, 10 mai. 1979. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

e que, portanto, teria sido oficializada a educação escolar em casa do jovem³⁴⁸. No entanto, os oficiais notaram em seus relatórios que, mesmo durante a visita das autoridades, Frank continuava assistindo programas da televisão a partir do sinal alemão ocidental³⁴⁹. Tal informação aparentemente banal parecia indicar que os problemas com o jovem estariam longes de serem resolvidos.

Em documentos de 1983, a percepção da Stasi de que Frank continuaria a se apresentar como um problema parece se confirmar. Há registros de que o rapaz, agora com 19 anos, havia sido preso em uma *Jugendhaus* – uma instituição específica para adolescentes e jovens adultos. No relatório, os oficiais descreviam o jovem como um detento concentrado em suas tarefas, mas destacavam sua total recusa em participar de qualquer discussão política sobre a RDA³⁵⁰. A prisão de Frank teria acontecido depois de uma série de denúncias de seus empregadores em 1983, em que relatavam o seu comportamento instável e sua performance irresponsável em relação às tarefas no trabalho³⁵¹. Assim, Frank foi detido por *Asozialität*, ou associalidade no ambiente laboral, uma violação prevista no parágrafo 249 do Código Penal alemão oriental³⁵². Pode-se estimar também que a condenação à prisão pode ter sido efetivada como resposta das autoridades à carta que Frank escreveu à Alemanha Ocidental entre 1979 e 1983. Na carta – sem data definida, mas antecedendo a sua prisão – o rapaz pede ajuda ao governo alemão ocidental em Bonn, protestando sua aversão ao regime do SED³⁵³. A carta provavelmente nunca chegou até o governo alemão ocidental, tendo sido interceptada pela Stasi. No entanto, o mero ato definitivamente pode ter pesado na condenação de Frank após as denúncias de seus empregadores.

O seu período na *Jugendhaus* parece não ter sido longo, já que, assim que solto ainda em 1983, Frank fez sua primeira solicitação – de muitas que seguiriam – para abdicar de sua nacionalidade alemã oriental e poder sair da RDA. Entre os motivos citados, ele destaca ser homossexual e que, por isso, era tratado como cidadão de segunda categoria na RDA. Ao trazer

³⁴⁸ Carta de Hensel Jugendfürsorfer à Diesing, 6 dez. 1979. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁴⁹ Betreff Operativ-vorbeugendes Gespräch mit einem Schüler, 10 mai. 1979. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁵⁰ Einschätzung über das Gesamtverhalten im Strafvollzug des Strafgefangenen Schüler, Frank, geb. am 30.05.64, 1983. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁵¹ Zur Einleitung eines Disziplinarverfahrens gegen den Kollegen Frank Schüler, 29 jun. 1983. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁵² Protokoll Ermittlungsbericht entsprechend bestehender Dienstvorschriften des Ministers der Innern und Chef der DVP zum Übersiedlungsantrag des Schüler, Frank, 18 set. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁵³ Carta de Frank Schüler às autoridades em Bonn na Alemanha Ocidental, 26 abr. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

exemplos que ilustrassem sua situação, o rapaz reconta que ao andar nas ruas de sua cidade natal, ele costumava ouvir xingamentos diversos, os quais, em suas palavras, faziam ele se sentir como um judeu na Alemanha em 1933. Assim, ao resgatar a memória fascista do cerne ideológico da RDA, Frank trazia para sua argumentação pessoal uma estratégia largamente utilizada pelo movimento homossexual na época. Além disso, ele ainda cita que, apesar da homossexualidade não ser mais criminalizada no país, faltavam jornais, livros, fotos, música, seminários, filmes e locais de encontros destinados a essa parcela da população³⁵⁴.

Presumivelmente procurando suprir a ausência de uma subcultura homossexual bem estabelecida e fugindo do preconceito que encontrava em sua cidade natal, Frank se muda para Berlim Oriental em 1984. A partir desse momento, começava o período mais turbulento dele com a Stasi, havendo uma intensificação da vigilância de Frank por oficiais e uma série de interrogatórios. A primeira destas conversas entre oficiais da Stasi e Frank se deu no verão de 1984, alguns meses após ele ter solicitado a abdicação de sua nacionalidade e seu pedido ser negado. A partir da solicitação e a contínua vigilância e espionagem da vida de Frank, a Stasi presumivelmente achou prudente intimá-lo a prestar um depoimento oficial a fim não apenas de entender as demandas de Frank, mas, principalmente, amedrontá-lo.

O relatório sobre a primeira conversa com Frank nota o tom desafiador e irônico utilizado pelo rapaz durante o interrogatório, especialmente em sua insistência sobre continuar a entrar em contato com pessoas e instituições de países não socialistas, ou seja, o Ocidente capitalista³⁵⁵. Ao ser informado sobre a manutenção da negação do seu pedido de emigração, Frank teria respondido de maneira provocativa, atestando: “Veremos isso”³⁵⁶. Ou seja, ele deixava claro que estava disposto a tentar de tudo para que conseguisse deixar a RDA e que não abandonaria o contato que tentava estabelecer com autoridades na Alemanha Ocidental. Após a sua correspondência à Bonn interceptada, Frank teria escrito uma carta a instituições em Berlim Ocidental relatando que suas solicitações de emigração haviam sido negadas e pedindo a ajuda de autoridades alemãs ocidentais para que fosse concedida a ele um passaporte da Alemanha Ocidental, já que ele desejava imigrar posteriormente aos EUA³⁵⁷. Ao ser questionado sobre essa sua insistência em entrar em contato com entidades de países não

³⁵⁴ Antrag auf Aberkennung der Staatsbürgerschaft und Ausreise aus der DDR in die BRD, 12 set. 1983.

Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁵⁵ Niederschrift über das Erstgespräch mit Frank Schüler, 23 ago. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁵⁶ Bericht zu Frank Schüler, 16 nov. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14), tradução nossa. No original: „Das werden wir sehen“.

³⁵⁷ Transcrição de carta de Frank Schüler à prefeitura de Berlim Ocidental, 22 ago. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

socialistas, o rapaz teria respondido em tom ameaçador à Stasi: “Mas vocês (ou seja, a RDA) devem ter medo mesmo”³⁵⁸. O teor provocativo das respostas de Frank provavelmente funcionava de forma desesperadora na visão oficial da Stasi, a qual, desde os anos 1970, observava com receio os contatos estrangeiros do movimento homossexual e, principalmente, via em qualquer dissidente da cisheteronormatividade uma maior propensão de colaboração com forças policiais e de espionagem ocidentais. Talvez não tão consciente do significado de seu posicionamento à Stasi, Frank estava utilizando uma estratégia argumentativa bastante perigosa, mas que era eficiente no sentido de incidir sobre os maiores receios da Stasi em relação às sexualidades dissidentes na RDA.

Como esse primeiro interrogatório com Frank não surtiu o efeito desejado - ou seja, o de amedrontá-lo em sua cruzada para deixar a RDA – a Stasi continuou a seguir e espionar a vida do rapaz. Assim, os oficiais realizaram relatórios até mesmo sobre a percepção que os vizinhos de Frank tinham dele, destacando que o seu apartamento recebia vários convidados e realizava diversos eventos, o que estaria atrapalhando o que a Stasi denominava de “convivência socialista” (ou *sozialistischen Zusammenlebens*). Ao realizar visitas frequentes ao prédio e ao apartamento de Frank, as autoridades também notaram que sua porta possuía algumas imagens de movimentos pacifistas ligados à Igreja Protestante³⁵⁹, algo banal, mas considerado pela Stasi tão relevante ao ponto de anexarem uma série de fotos da porta de Frank nos relatórios produzidos³⁶⁰. A relevância dessas imagens para a Stasi se dava, presumivelmente, pelo temor que os oficiais tinham do potencial subversivo dos grupos ligados à Igreja Protestante. Assim, a ligação de alguém como Frank a esse movimento era mais um respaldo para as suspeitas da Stasi.

Em setembro de 1984, um dos informantes relata que Frank havia confirmado a sua impaciência em relação às solicitações de emigração negadas e que, por isso, planejava visitar a embaixada da Alemanha Ocidental em Praga³⁶¹. Essa foi uma tentativa não exclusiva de Frank, já que muitos requerentes à emigração na RDA procuravam recorrer à embaixada da Alemanha Ocidental em Praga a fim de tentarem alguma forma de serem transportados para

³⁵⁸ Bericht zu Frank Schüler, 16 nov. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14), tradução nossa. No original „Sie (gemeint ist die DDR) müssen aber Angst haben“.

³⁵⁹ Protokoll Ermittlungsbericht entsprechend bestehender Dienstvorschriften des Ministers der Innern und Chef der DVP zum Übersiedlungsantrag des Schüler, Frank, 18 set. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁶⁰ Fotos diversas anexas do apartamento de Frank Schüler em Berlim Oriental, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁶¹ Bericht zu Frank Schüler, 16 nov. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

Berlim Ocidental. Dessa maneira, no fim de 1984, oficiais da Stasi e IMs estavam empregados em uma nova operação, denominada de *Praga*, e que vigiou Frank em diversos momentos e locais em Berlim Oriental, na expectativa de que confirmassem ou não a ida do rapaz até a embaixada alemã ocidental na capital checa. Assim, uma série de controles era feita no prédio de Frank a fim de confirmar a sua permanência em Berlim Oriental³⁶².

No entanto, a vigilância da Stasi parece não ter intimidado Frank, que conseguiu ir até Praga com um casal de amigos, mas não obtendo sucesso junto à embaixada da Alemanha Ocidental, a qual se encontrava tomada por outros tantos alemães orientais com a mesma esperança que ele³⁶³. Assim, de volta à Berlim, Frank foi levado novamente à interrogatório nas dependências da Stasi na capital. Mesmo observando que sua situação estava cada vez mais crítica, o rapaz manteve o tom irônico e provocativo em suas repostas. Pela sua ida à Praga, Frank teria pedido demissão do emprego e, dessa forma, foi obrigado a renunciar o seu apartamento. Ao ser questionado sobre a obrigatoriedade dos cidadãos na RDA terem um trabalho, Frank observou que a necessidade de estar empregado não se aplicava para ele, já que, em suas palavras, ele não era um cidadão da RDA, mas apenas alemão. Sobre o apartamento, ele frisou sua intenção de sair do país e, portanto, a dispensabilidade do imóvel³⁶⁴.

O ano de 1985 começou com a continuidade dos interrogatórios e o zigue-zague de Frank entre os prédios estatais a fim de prestar depoimentos ou solicitar novos pedidos de emigração. Em relação às ofertas de trabalho que recebia, o rapaz continuava as declinando, sublinhando a continuidade de sua luta para deixar o país³⁶⁵. Por isso, os serviços de espionagem da Stasi continuaram atrás de Frank, anotando suas atividades e tirando diversas fotos suas em locais variados de Berlim Oriental³⁶⁶. Os relatórios começaram a anotar uma maior frequência de Frank em bares da subcultura homossexual em Berlim Oriental e encontros que ele tinha nesses espaços e em outros lugares com homossexuais alemães ocidentais, como um que ele teve na região da Alexanderplatz, sendo observado durante o encontro todo³⁶⁷. O receio da Stasi com esse tipo de contato a obrigou a utilizar abordagens de espionagem mais intrusivas, tendo

³⁶² Beobachtungsbericht, 30 nov. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁶³ Erstmeldung/Verdachtsprüfung, 11 dez. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14).

³⁶⁴ Gesprächsprotokoll, 30 nov. 1984. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14)

³⁶⁵ Niederschrift über die Aussprache mit Frank Schüler, 8 jan. 1985. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14)

³⁶⁶ Fotos Kopie BStU, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14)

³⁶⁷ Volkspolizei - Information, 7 fev. 1985. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14)

recrutado um IM para que se envolvesse com Frank e descobrisse mais informações sobre suas intenções com tais conexões. Em uma dessas investidas, em fevereiro de 1985, Frank embriagado conheceu um IM para o qual ele contou que, apesar de não ser religioso, ia às vezes em grupos da igreja (sem especificar quais) e lá podia encontrar contatos com Ocidente e conhecer outros homossexuais que também tinham realizado solicitações para deixarem a RDA³⁶⁸. Apesar de nos relatórios a Stasi não indicar muito suas interpretações dos eventos relatados, pode-se presumir o significado lido a partir de tal diálogo do IM com o Frank. Ainda que os relatórios da Stasi devam ser observados com cuidado – já que eles contêm exageros e, muitas vezes, produtos da própria paranoia dos oficiais – caso Frank tenha falado realmente tudo isso, tais afirmações apenas serviam para confirmar o temor que a polícia tinha sobre o imaginado potencial subversivo dos grupos ligados à Igreja Protestante. Assim, esse tipo de documento servia não apenas para controlar Frank, mas também podia ser instrumentalizado para as autoridades (re)organizarem suas respostas ao movimento homossexual em expansão.

A partir desse ponto, os relatórios sobre as atividades de Frank em Berlim Oriental continuam, mas começam a diminuir. Da mesma forma, os relatórios sobre interrogatórios feitos pela Stasi com Frank não aparecem mais no decorrer de 1985. Estranhamente, há uma repentina ausência de documentos, o que leva a supor que a Stasi foi gradualmente perdendo o interesse no caso de Frank e, por fim, desistindo de impedir que ele continuasse sua tentativa de deixar o país. Coincidentemente ou não, essa diminuição nas investidas contra Frank acontece no mesmo momento em que o Estado e, principalmente, a Stasi resolvem modificar sua relação com as sexualidades dissidentes no país, dando início a uma série de concessões aos grupos homossexuais e lésbicos, como vimos. De qualquer forma, essa suposta desistência da Stasi em relação à Frank parece se confirmar, já que no fim de 1985 ele teve sua solicitação atendida, perdendo a sua cidadania alemã oriental e se mudando para Berlim Ocidental. No mesmo ano, há registro de Frank recebendo um *Einreisesperre*, ou uma proibição de entrada, que o impossibilitava de voltar à Alemanha Oriental. Surpreendentemente, o último registro oficial de Frank nos documentos da Stasi indica que ele havia tentado reingressar na RDA em 1987, tendo sido impedido³⁶⁹.

O caso de Frank Schüler é representativo, pois traz em um só enfrentamento com as autoridades dois problemas proeminentes que a Stasi vinha enfrentando nos anos 1980: o

³⁶⁸ Bezirksverwaltung für Staatssicherheit 000389, 28 fev. 1985. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ermittlung und Beobachtung durch die Stasi (n. 14)

³⁶⁹ Erfassungsbeleg 119019, sem data. Arquivo Schwules Museum, Bestand Frank Schüler, Ausreise in die Bundesrepublik (n. 2)

crescimento de um movimento homossexual, assim como o aumento da insatisfação popular sobre as condições de vida no país e a intensificação dos pedidos de emigração. É nesse entrecruzamento, portanto, que se deve sempre observar as concessões feitas pelo Estado ao movimento homossexual. Almejava-se, dessa forma, responder algumas de suas demandas ao mesmo tempo que intensificava a vigilância e a espionagem. Ou seja, no decorrer da década, o Estado dispôs das mais variadas estratégias para tentar produzir um equilíbrio entre concessão e repressão que garantisse mais alguns anos de estabilidade ao regime.

Entre tais estratégias relacionadas às sexualidades dissidentes, destaca-se o fim do parágrafo 151. Como já notado anteriormente, em 1988 a *Volkskammer* decidiu pela total abolição do 151, garantindo uma equidade legal entre heterossexuais e homossexuais no país. No entanto, de forma muito similar a que se deu o fim do parágrafo 175 em 1968, o encerramento do parágrafo 151 não foi precedido de uma vasta discussão pública sobre a questão e não recebeu divulgação na mídia. Isso, é claro, coloca mais questões sobre os limites dessas transformações observadas na década de 1980. Afinal, até que ponto o silenciamento público sobre as sexualidades dissidentes havia sido quebrado? A dissipação do parágrafo 151, portanto, parece muito mais uma estratégia do pragmatismo estatal ao realizar concessões que não demandavam mudanças práticas ostensivas. Em um momento de desestabilização do regime do SED e de intensificação da crise econômica, medidas como a reforma legal sobre as idades legais de consentimento parecem mais uma tentativa de evitar o desmoronamento da ditadura do SED (Taylor, 2014, p. 306).

Além disso, como observado no caso de Frank, o Ocidente continuava exercendo um papel atrativo à comunidade homossexual. Nesse sentido, o fim do parágrafo 151 pode também ser interpretado como resultado desse campo de concorrência entre dois Estados alemães e uma diligência do Estado da RDA em fazer do lado oriental algo mais atrativo e seguro à população homossexual (Tammer, 2013, p. 55), visto que uma versão reduzida do parágrafo 175 continuava em vigência na Alemanha Ocidental. Em um momento de desestabilização como esse, qualquer nuance disponível que pudesse sublinhar a suposta superioridade do Estado alemão oriental em relação ao seu vizinho ocidental seria bem-vinda. Entretanto, as autoridades em nenhum momento publicizaram essa medida, o que seria a ação presumível caso quisessem contrapor-la à conjuntura da Alemanha Ocidental (Taylor, 2014 p. 57). Ou seja, a Stasi estava ciente que, apesar da mudança legal não ter recebido tanta divulgação no cenário doméstico, parte da imprensa ocidental alemã havia divulgado a reforma – tendo registros dessas reportagens nos arquivos da Stasi. Ou seja, a publicidade gratuita recebida por tal ação presumivelmente foi bem recebida pelo regime do SED. De qualquer forma, ainda que o uso

dessa reforma nas disputas da Guerra Fria deva ser considerado, a interpretação do fim do 151 como mais uma medida entre as várias outras concessões feitas por esse Estado ambivalente faz mais sentido.

Analisar as atividades de repressão e vigilância da Stasi nesse momento nos auxilia a notar melhor a ambivalência e o pragmatismo de um Estado que passou a atender demandas do movimento homossexual ao mesmo tempo que intensificava medidas de controle. Havia uma média de 125 IMs infiltrados nos diversos grupos homossexuais e lésbicos na década de 1980. Em um grupo homossexual em Karl-Marx-Stadt, por exemplo, 11 membros informavam a Stasi sobre as atividades do grupo, o qual contava com uma frequência entre 20 e 30 membros. Tal proporção assombrosa indica que no mínimo 10% de todo os membros desses grupos estavam trabalhando a favor da Stasi (Huneke, 2022a, p. 216).

Na primeira metade da década de 1980, as informações providas pelos IMs se concentravam nas atividades e locais de sociabilização homossexual. Assim, em maio de 1984, um relatório registrou a realização de um encontro de jovens poetas em Berlim Oriental e que discutiam o tema da homossexualidade na literatura alemã oriental. Interessante é que o relatório dá especial destaque à presença de um jornalista britânico no encontro³⁷⁰. Da mesma forma, o IM sob o codinome Simnowski foi recrutado a fim de observar os frequentadores e as atividades realizadas no bar *Posthorn*, no qual havia um grande trânsito de homossexuais ligados à cena artística, como o teatro. O trabalho do IM nesse bar teria produzido uma lista de outros estabelecimentos em que predominava uma clientela homossexual, informação essa valiosa à Stasi³⁷¹.

Conforme novos grupos homossexuais e lésbicos surgiam e cresciam na RDA, as atividades de espionagem da Stasi passavam a se concentrar nas atividades promovidas por tais círculos. Assim, já em janeiro de 1985 há um relatório sobre uma festa de Réveillon com uma presença massiva de homossexuais e lésbicas. Interessante notar que o IM que registrou os acontecimentos dessa festa era o mesmo Simnowski do bar *Posthorn* e no relatório ele novamente cria uma descrição sobre uma série de bares e estabelecimentos de sociabilização homossexual em Berlim Oriental³⁷². Dessa forma, a Stasi expandia o seu conhecimento e vigilância sobre a comunidade homossexual berlinense. O mesmo se repetiria em fevereiro de

³⁷⁰Treffen Homosexueller Jungerwachsener, 1984. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

³⁷¹Bericht über die Ergebnisse des Einsatzes des IMS „Simnowski“ der AG XXII in der Homosexuelle – Szene in der Hauptstadt, 22 abr.1984. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

³⁷²Information Silvesterparty in der Atelier-Wohnung, 15 jan. 1985. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

1985 com o IM Simnowski relatando sobre uma discoteca homossexual que teria acontecido em Berlim e contado com uma restrita política de porta para impedir a entrada de desconhecidos³⁷³. Isso evidencia como a Stasi estava infiltrada nesses grupos, estando presente mesmo quando estes se prontificavam a impedir a entrada de elementos indesejados em seus eventos.

Mas não apenas as atividades recreativas desses grupos interessavam os IMs e os oficiais. Conforme maior estabilidade era atingido por tais grupos, suas demandas ficavam mais evidentes às autoridades. Dessa forma, em 1986 a Stasi fez um relatório preocupado sobre um grupo surgido em Berlim e ligado à Igreja Protestante e que pretendia lançar seu próprio candidato a uma vaga de representante para a *Volkskammer*³⁷⁴. No mesmo ano, um evento realizado em Magdeburg como encontro anual dos grupos homossexuais ligados à Igreja Protestante preocupou as autoridades, as quais enviaram seus IMs a fim de relatarem as atividades e deliberações realizadas pelos grupos³⁷⁵.

Tais indivíduos e grupos estavam cientes que havia a infiltração da Stasi em suas atividades já que casos de denúncias e discussões nos grupos sobre a descoberta de algum informante entre eles não eram raros (Huneke, 2022a, p. 215). No entanto, muitos desses membros só tiveram a real noção da abrangência da Stasi em suas atividades e suas vidas após a queda do Muro de Berlim e a dissolução do regime do SED, acompanhada pela abertura dos arquivos da espionagem. Já em abril de 1990, apareciam as primeiras suspeitas e acusações às autoridades da Stasi em relação aos grupos homossexuais e lésbicos. Em reportagem de um jornal de Leipzig, denunciava-se a existência de uma *Rosa Liste* (ou Lista Rosa) contendo nomes e informações sobre homossexuais e lésbicas na RDA compilados por oficiais e IMs da Stasi³⁷⁶. Rapidamente grupos homossexuais e lésbicos começaram a pressionar as autoridades para que a existência de tal lista fosse confirmada ou refutada. Nesse sentido, partidos como o *Die Grünen* – que passaria a dialogar com os grupos queer em uma Alemanha reunificada – pressionaram a polícia por uma explicação³⁷⁷. Apesar de uma negativa incisiva por parte da polícia alemã oriental, os rumores sobre a existência de uma *Rosa Liste* não cessaram. Em 1993,

³⁷³ Information Homosexuelle Szene, 26 fev. 1985. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

³⁷⁴ XX/3 Operativinformation, 23 mai. 1986. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

³⁷⁵ Information über geplante Aktivitäten von „Arbeitskreisen Homosexualität“ (AKHS) in der DDR, 13 fev. 1986. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

³⁷⁶ ZEHNLE, Jürgen. Viele ROSA SEITEN in den 100 Kilometer Stasi-Akten. *DDR News*, v. 18, abr. 1990.

³⁷⁷ Carta da Fraktion BÜNDNIS 90/GRÜNE/UFV ao Präsidium der Volkspolizei, 24 jul. 1990. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Stasi und Ministerium des Inneren (Polizei/Stasi) (n. 14)

por exemplo, a revista *Focus* falava sobre a relação da Stasi e as sexualidades dissidentes, destacando a provável existência de uma *Rosa Liste* contendo mais de 4000 nomes³⁷⁸.

A veracidade da suposta *Rosa Liste* nunca foi confirmada pelos documentos encontrados nos arquivos da Stasi. No entanto, a série de outras diversas operações e dados sobre as atividades desse órgão deixa a acusação sobre uma *Rosa Liste* ainda mais verossímil. Já em 1990, o grupo *AIDS-Hilfe* denunciou que cerca de 849 homens homossexuais moradores de Prenzlauer Berg teriam sido investigados e vigiados desde o fim da década de 1970³⁷⁹. A denúncia realizada pelo *AIDS-Hilfe* em 1990 parece ter procedência, visto que o historiador Samuel Huneke encontrou um mapa de Prenzlauer Berg feito pela Stasi destacando não apenas estabelecimentos de frequência homossexual no bairro, como também os apartamentos em que tais sujeitos moravam e até mesmo um banheiro público que, segundo as autoridades que fabricaram o mapa, era internacionalmente famoso como ponto de encontro homossexual (Huneke, 2022a, p. 217).

Em 1994 o historiador Günter Grau escreveu uma reportagem especial para o jornal *Der Tagesspiegel* sobre a descoberta dos detalhes de uma operação da Stasi denominada de *Homo* em 1986. O lavatório da Biblioteca Municipal de Berlim Oriental, a poucas quadras do Palácio da República, era um ponto de encontro homossexual na capital. Naquele ano, em uma de suas paredes surgiu a seguinte mensagem: “Pela justiça homossexual! Em 21 de abril, uma bomba será plantada no Palácio da República. Honecker deve morrer. Será a maior ação desde os protestos de 1953. Participem todos!”³⁸⁰. Era a combinação perfeita para ativar todas as paranoias que a Stasi tinha em relação à comunidade homossexual. Havia ali uma explícita ameaça ao Estado e à estabilidade do regime do SED estampada em um local de sociabilização homossexual, uma comunidade avaliada pelos oficiais como propensa a atividades de subversão. Dessa forma, a Stasi iniciou a operação a fim de descobrir o autor da mensagem, tendo investigado a vida e feito comparações de caligrafia com mais de 2500 homossexuais em Berlim Oriental. Tal escopo investigativo mostra a dimensão com que as forças de vigilância na Alemanha Oriental vigiavam, investigavam e se infiltravam na subcultura homossexual.

Entretanto, certamente as pessoas da comunidade homossexual mais observadas e vigiadas pela Stasi foram os principais articuladores dos grupos que surgiram na década de

³⁷⁸ CICHOS, Petra. Stasi setzte Tausende auf ‚Rosa Listen‘. *Focus*, v. 14, 1993.

³⁷⁹ WURDEN Schwule bespitzelt? Kriminalamt dementiert Vorwürfe der AIDS-Hilfe. *Berliner Zeitung*, 23 set. 1990.

³⁸⁰ GRAU, Günter. „Mach alle mit“ – Wie die Stasi die Homosexuelle observierte. *Der Tagesspiegel*, 12 jun. 1994, p. 4, tradução nossa. No original: „Für Homosexuelle Gerechtigkeit! Am 21. 4. wird im Palast der Republik eine Bombe gelegt. Honecker muß sterben. Es wird die größte Aktion seit dem Putsch 1953. Mach alle mit!“

1980. Em uma reportagem sobre um evento ocorrido em Halle em 1994 sobre a relação da Stasi com homossexuais e lésbicas na RDA, Ursula Sillge, uma das fundadoras do *Sonntags-Club*, observa que, a partir da consulta aos documentos referentes a sua vida nos arquivos da Stasi, ela pôde, até aquele momento, constatar que pelo menos 12 IMs teriam sido recrutados especificamente para vigiar e produzir relatórios sobre sua vida³⁸¹. Esse dado deixa evidente que mesmo os grupos mais próximos às instituições estatais, como era o caso do *Sonntags-Club*, não escapavam aos escrúpulos da Stasi.

Christian Pulz, um dos principais responsáveis pelas articulações do movimento homossexual naquele momento, também foi ostensivamente vigiado pela Stasi. Já em setembro de 1984, foi instalado uma escuta secreta da Stasi no apartamento de Pulz e de seu parceiro. Tal instrumento de espionagem foi bastante útil para suprir a curiosidade da Stasi, visto que o apartamento de Pulz era local de diversas reuniões para organização de encontros, festas e eventos. Assim, os oficiais tinham acesso direto a um dos principais espaços de tomada de decisão no movimento homossexual naquele período. Da mesma forma, através da escuta secreta e outras técnicas de espionagem, verificou-se que Pulz recebia cópias recorrentes da revista ocidental *Siegessäule* como também de materiais diversos do *Schwulenbewegung* da Alemanha Ocidental (Tammer, 2013, p. 38), informação que a Stasi considerava valiosa.

Todavia, o título de membro do movimento homossexual que mais foi vigiado na década de 1980 certamente pertence à Eduard Stapel, o fundador do primeiro *Arbeitskreis* ligado à Igreja Protestante de Leipzig em 1982. Em 1997, para uma reportagem no jornal *Mitteldeutsche Zeitung*, Stapel alegou que, até aquele momento, havia encontrado mais de 8000 páginas de documentos nos arquivos da Stasi que recontavam suas atividades, seus afazeres e diversas intervenções e planos para atrapalhar o seu trabalho, sua vida pessoal e a sua atuação junto ao *Arbeitskreis* homossexual em Leipzig e em Magdeburg³⁸². Durante os anos 1980, até mesmo um IM foi recrutado a fim de seduzir Stapel. No entanto, o informante acabou se apaixonando pelo ativista e contando sobre suas intenções iniciais, o que o fez perceber a extensão na qual a Stasi se infiltrava em sua vida. Isso teria produzido até mesmo uma espécie de autocensura, já que ele presumia que até mesmo a sua correspondência estaria sendo lida (McLellan, 2011, p. 132). A extensão da ação da Stasi no interior da vida do ativista e contra ele foi tanta que este chegou a produzir um relatório em que, a partir das fontes obtidas nos arquivos da Stasi, destaca alguns dos casos principais de espionagem envolvendo o seu nome (Stapel, 1999).

³⁸¹ SOUKUP, Jean. Zwölf IMs auf eine Lesbe. *TAZ*, 12 out. 1993.

³⁸² STEINBERG, Thomas. "Alle Schweinereien dieser Erder". *Mitteldeutsche Zeitung*, 22 set. 1997.

Portanto, a Stasi se infiltrou nos meios mais inesperados para vigiar e tentar intervir no desenvolvimento do movimento homossexual nos anos 1980. Se, por um lado, os ativistas eram conscientes dessa presença, por outro, muitos apenas foram compreender o escopo de espionagem após a queda do Muro e o acesso aos arquivos da Stasi. Interessante notar ainda que parcela desses ativistas, ao rememorem esse período do movimento, apresentam-se relutantes a falar da presença dos IMs e da Stasi. Esse é o caso dos entrevistados por Huneke, entre os quais alguns pareciam evitar os tópicos que rondavam a Stasi. Para o pesquisador, tal hesitação pode ser produto do constrangimento que tais descobertas promovem na percepção sobre si próprio, mas também pelo fato de muitos desses ativistas terem sido apoiadores do regime do SED, o que automaticamente faz da Stasi um tópico extremamente complexo (Huneke, 2022a, p. 218).

O que esses exemplos deixam em evidência também é que, mesmo com as concessões feitas à comunidade homossexual nos anos 1980, o Estado pouco mudou a sua concepção sobre esses indivíduos. Os grupos que se desenvolveram no período continuaram a ser tomados pelo seu suposto potencial desestabilizador do regime e tiveram suas atividades e membros vigiados, espionados e sofrendo interferências. A ambivalência estatal continuava com fôlego, exercendo um pragmatismo que avaliava em que momentos concessões deveriam ser feitas e em quais outros a repressão era a melhor estratégia. Tudo isso a fim de manter uma almejada estabilidade de um Estado que caminhava para a sua falência econômica e política.

Entre as diversas histórias de interferência estatal, uma que é bastante simbólica e talvez a de maior sucesso é a criação do grupo *Courage* em 1989. Simbólica, pois o *Courage* foi criado em Berlim a partir de um racha ocorrido no grupo *Sonntags-Club*. Assim, a criação do grupo *Courage* a partir de ex-membros do *Sonntags* teria acontecido, pois estes avaliavam o *Sonntags* como não suficientemente próximo ao Estado e viam nos fundadores pouca atividade política (Sillge, 1991, p. 105). Entretanto, existem relatórios da Stasi que mostram que o racha ideológico e a subsequente formação do *Courage* haviam sido também produto da intervenção da Stasi para desestabilizar o *Sonntags* e promover um grupo que agisse com maior conformidade ao Estado. Assim, em 16 de março de 1989, um memorando da Stasi notava que “a cisão do *Sonntags-Club* finalmente foi executada. O núcleo positivo do *Sonntags-Club* (membros do partido) [...] fundou seu próprio grupo de trabalho ‘*Courage*’” (Huneke, 2022a, p. 218, tradução nossa³⁸³). Isto é, mesmo que o *Sonntags-Club*, até aquele momento, apresentasse a maior disposição entre os grupos homossexuais e lésbicos na RDA para trabalhar

³⁸³ No original: “The schism of the Sunday Club has finally been executed. The positive core of the Sunday Club (party members) have [...] founded their own working group ‘*Courage*.’”

em conjunto com as instituições, isso não foi o suficiente para a Stasi, a qual provocou a divisão dos membros e a formação de um novo círculo a fim de controlar as aspirações do movimento.

Apesar de apresentar um curto período de atuação, já que a queda do Muro de Berlim e a conseqüente reunificação alemã logo ofuscariam maiores atuações do grupo, o *Courage* apresentou uma atividade intensa e diversa no fim da história da Alemanha Oriental. Essa possibilidade de um desempenho vigoroso pelo *Courage* se deu, presumivelmente, pela natureza de sua própria formação, sendo produto da intervenção estatal e, dessa forma, gozando de maiores regalias e espaço de ação pública na sociedade. Essa proximidade estatal não era, no entanto, sempre assumidamente mencionada pelo grupo³⁸⁴. As atividades, todavia, logo apontariam para essa maior comunhão com diversas instituições estatais. Já em março de 1989, por exemplo, no seu segundo folheto informativo, o grupo destacava que estava em contato com o Magistrado de Berlim e com o SED para ampliar as suas atividades, em especial junto de instituições como a FDJ³⁸⁵. Nesse sentido, percebe-se que uma das principais ações do grupo foi se direcionar a diversas instituições, inclusive escolas, a fim de oferecer serviços de conscientização sobre temas diversos relacionados às sexualidades dissidentes³⁸⁶. Essas investidas educativas também se traduziram em publicações educativas e que respondiam perguntas sobre o que era a homossexualidade, identidade e preconceitos na sociedade³⁸⁷.

Apesar desse relacionamento bastante próximo do *Courage* e o Estado, o grupo também dialogou com outros grupos homossexuais e lésbicos, inclusive aqueles ligados à Igreja Protestante. Além disso, em documentos, o grupo frisa a manutenção de diálogo com o *Sonntags-Club*. Se isso realmente era traduzido em práticas reais, não é possível confirmar. De qualquer forma, em muitos momentos há indícios de que o *Courage* realmente se inseriu nos diálogos já em curso entre os círculos homossexuais. Em março de 1989, por exemplo, o grupo registra que havia participado de reuniões de organização da ação *Rosa Winkel*, a qual pretendia conjuntamente entre os diversos grupos a instalação de placas comemorativas aos homossexuais nos campos de concentração de Buchenwald e Sachsenhausen³⁸⁸.

³⁸⁴ AG Courage gegründet, 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

³⁸⁵ Informationsblatt Nummer 2, mar. 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

³⁸⁶ Carta do grupo Courage aos diretores/as das Berliner Schulen, 31 out. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

³⁸⁷ Homosexualität Infoblatt, sem data. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

³⁸⁸ Informationsblatt Nummer 2, mar. 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

A maior proximidade do *Courage* ao Estado garantiu também uma divulgação ampla do grupo em diversos espaços midiáticos, em especial revistas e até mesmo a televisão. Isso também registra 1989 como um momento de intensificação da discussão pública sobre a homossexualidade. Nesse ano o grupo teve suas informações de contato divulgadas no jornal *Berliner Zeitung* e nas revistas *Neues Leben* e *Das Magazin*, o que garantiu que este recebesse cartas diversas requisitando mais informações sobre suas ações³⁸⁹. As atividades do *Courage* também foram divulgadas no programa de televisão *Hautnah*, o que gerou uma enxurrada de correspondências ao grupo, pedindo por mais detalhes do trabalho realizado³⁹⁰.

No começo de 1990, com uma RDA com suas fronteiras abertas com o Ocidente e vivendo intensas transformações políticas e sociais, o *Courage* continuou bastante ativo, talvez sendo um dos grupos mais atuantes nesse momento em que a incerteza sobre o futuro da Alemanha Oriental era soberana. Assim, divulgações de contato do grupo no *Tribune* e no *Junge Welt*, publicações de ampla circulação, garantiram um fluxo intenso de correspondências ao *Courage*. Interessante que o grupo recebe nesse momento cartas de reações ao filme *Coming Out*, com relatos diversos de identificação com a narrativa do filme. Além disso, nesse momento de abertura de fronteiras, o tópico HIV/AIDS tomou maior proporção e o grupo foi também procurado a fim de dividir os receios e as dúvidas sobre o vírus³⁹¹.

Ironicamente, por ser tão próximo às instituições mantenedoras do regime do SED, o grupo foi responsável por uma reportagem no *Berliner Zeitung* sobre os locais da subcultura *schwul* de Berlim Ocidental, o que gerou uma abundância de solicitações ao grupo de mais informações acerca dos locais de sociabilização homossexual na porção ocidental de Berlim. Isso evidencia como a queda do Muro de Berlim e a eminente reunificação alemã trouxeram novas demandas aos ativistas. A própria sobrevivência desses grupos e a pertinência da continuidade de seu ativismo já eram colocadas em xeque. Além disso, as novas possibilidades de entretenimento e de aventuras sexuais no Ocidente traziam renovadas incumbências aos grupos.

³⁸⁹ Lote cartas diversas ao *Courage*, 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8a).

³⁹⁰ Lote cartas diversas ao *Courage*, 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8b).

³⁹¹ Lote cartas diversas ao *Courage*, 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8c).

3.6 OS CONTATOS INTERNACIONAIS E O PROTAGONISMO NA ECL NOS ANOS 1980

Para além das atividades mais ligadas ao Estado e à própria comunidade homossexual, o grupo *Courage* também apresentou uma série de contatos novos com instituições no Ocidente e também um protagonismo do movimento homossexual alemão oriental no interior da ECL nesse período. Ou seja, assim como ocorreu com o HIB nos anos 1970, os grupos homossexuais e lésbicos surgidos na década de 1980 também mantiveram contatos com grupos estrangeiros, em especial da Alemanha Ocidental. Nesse sentido, os grupos ligados à Igreja Protestante apresentaram especial disposição para estabelecer e manter contato com outros indivíduos e associações no Ocidente. Pelo fato de serem mais críticos ao Estado da RDA e não receberem apoio estatal – ao contrário de alguns grupos seculares – esses grupos ligados à Igreja se encontravam mais desimpedidos para fomentar esse tipo de conexão.

O *Schwule in der Kirche* parece ter sido o grupo ligado à Igreja que mais estabeleceu trocas com outros grupos e associações homossexuais em outros países. Christian Pulz – um dos fundadores do grupo - mantinha contato com diversos círculos e indivíduos homossexuais no Ocidente, em especial de Berlim Ocidental. Esses contatos garantiram que um jornalista alemão ocidental publicasse já em 1983 uma reportagem na revista *Der Spiegel* sobre a situação dos homossexuais na RDA e o surgimento de grupos homossexuais ligados à Igreja Protestante no país³⁹². Isto é, a imprensa alemã ocidental reportou sobre os novos desenvolvimentos do movimento homossexual alemão oriental antes mesmo da própria imprensa da RDA seguir as concessões do Estado e intensificar uma discussão sobre as sexualidades dissidentes. Pulz garante que, depois da reportagem, o grupo passou a receber visitas de ativistas não só da Alemanha Ocidental, mas de outras localidades da Europa Ocidental e dos EUA (Tammer, 2013, p. 34). Nesse mesmo ano, o folheto do grupo *Allgemeine Homosexuelle Arbeitsgemeinschaft* de Berlim Ocidental também publicou sobre a situação dos dissidentes da cisheteronormatividade na RDA e o surgimento dos grupos ligados à Igreja³⁹³. Assim, tanto a imprensa hegemônica da Alemanha Ocidental quanto as publicações de pequeno porte do próprio *Schwulenbewegung* se beneficiaram das informações bastante recentes naquele momento e que atravessavam o Muro a partir de tais contatos indesejados pela Stasi.

Para Christian Pulz, a insistência em tais trocas se justificava pela importância de que todos os participantes do grupo estivessem, de alguma forma, conectados às discussões sobre a

³⁹² GREUEL, Sünde, Verführung. Homosexuelle in der DDR-Gesellschaft. *Der Spiegel*, n. 42, 16 out. 1983.

³⁹³ AHA Info, out. 1983. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik. Gesellschaft Sexualität, Homosexualität (Westpresse) (n. 22).

homossexualidade em seus diversos aspectos. Isso, no entanto, era dificultado pela carência de materiais e publicações. Enquanto na Alemanha Ocidental havia editoras e livrarias voltadas ao público homossexual, na RDA situação semelhante ainda não era possível. Para conseguir essas publicações, os caminhos disponíveis eram assegurados exatamente nessa manutenção de contatos diversos com o Ocidente. Dessa forma, a posse de publicações e materiais diversos sobre as sexualidades dissidentes por Pulz – como era sabido pela Stasi – ocorria através de canais ilegais de transmissão: esconder publicações embaixo do banco de carros de diplomatas, os quais não eram revistados no cruzamento das fronteiras e do Muro de Berlim; um aposentado do *Schwule in der Kirche* que tinha a permissão para ir a Berlim Ocidental e trazia diversas publicações em seu retorno; e através, é claro, dos próprios visitantes e contatos homossexuais moradores na Alemanha Ocidental e outros países (Tammer, 2013, p. 35).

Essa troca de publicações e materiais significou um leque de referências comum ao *Schwulenbewegung* da Alemanha Ocidental e ao movimento homossexual na Alemanha Oriental. Assim, um dos livros mais lidos e citados pelo grupo naquele momento foi o *Der gewöhnliche Homosexuelle* do Martin Dannecker e do Reimut Reiche, o mesmo que foi tão influente no *Schwulenbewegung* dos anos 1970. Ou seja, não só o documentário de Praunheim foi um ponto comum nos anos 1970 entre os movimentos da RDA e da Alemanha Ocidental, mas essa referência literária também os aproximava nos anos 1980. Isto deixa evidente que “as correspondências conceituais e também os pontos de referência comuns criaram uma conexão entre os ativistas homossexuais da Alemanha Oriental e Ocidental, apesar da separação espacial e das diferentes condições de enquadramento político” (McLellan, 2013, p. 37, tradução nossa³⁹⁴). Para facilitar a transmissão desses conteúdos teóricos, os folhetos manufaturados internamente pelos grupos foram um meio importante para tal divulgação, especialmente no que concerne às orientações sobre o HIV/AIDS.

Ainda que essa contribuição teórica e informativa seja percebida na interação Ocidente-Leste, um trabalho conjunto e coordenado entre grupos e ativistas dos dois lados não pode ser confirmado. Apesar da Stasi, em sua posição paranoica em muitos dos seus relatórios, ter sugerido um estreitamento de grupos da RDA com outros da Alemanha Ocidental, isso se tratava de um exagero estratégico das autoridades para justificar as investidas contra os grupos. Assim como nos anos 1970, o interesse do Ocidente pelo Leste era reduzido e restrito a contatos

³⁹⁴ No original: “Die begrifflichen Übereinstimmungen, aber auch die gemeinsamen Bezugspunkte stifteten daher trotz räumlicher Trennung und verschiedener politischer Rahmenbedingungen eine Verbindung zwischen den ost- und westdeutschen Schwulenaktivisten“.

e trocas furtivas. Além disso, os próprios ativistas da RDA tinham suas reservas e barreiras em relação à ajuda de pessoas de países não socialistas (McLellan, 2013, p. 39).

A visita de homossexuais estrangeiros foi constante na década de 1980, mas aumentou, principalmente, em 1987 com a divulgação dos pontos de encontro homossexual em Berlim Oriental pela rádio Eldorado, a primeira rádio *schwul* criada em Berlim Ocidental (McLellan, 2013, p. 40). Essa divulgação mostra como o contato entre ambos os lados ampliava não apenas o leque de informações disponibilizadas no lado oriental, mas também no lado ocidental. Dessa forma, nesse mesmo momento, diversos veículos midiáticos alemães ocidentais passaram e reportar os desdobramentos do movimento homossexual na RDA³⁹⁵. Interessante observar que muitas dessas reportagens contavam com detalhes que naquele momento ainda não eram discutidos pela imprensa da RDA, como o fim do 151. É presumido aqui que, da mesma forma que os grupos *schwul* ocidentais levavam informações sobre o Ocidente para os grupos da RDA, o contrário também acontecia, resultando em reportagens diversas.

Outro ponto de contato entre os ativistas dos dois lados do Muro se dava em relação às atividades de homenagem aos homossexuais vítimas do nazismo. As visitas e várias tentativas de homenagem aos homossexuais nos campos de concentração registravam a presença de visitantes ocidentais, o que aumentava ainda mais a apreensão da Stasi com esses eventos. Tais visitas a esses espaços de memória eram particularmente relevantes para o contato entre tais sujeitos, exatamente por significar um passado alemão comum a ambos os lados (Tammer, 2014, p. 41) e que suplantava qualquer divergência econômica, ideológica ou política entre os ativistas.

As conexões e trocas aconteciam também a partir de interesses mais específicos. Assim, o grupo *Gesprächskreis Homosexualität* de Berlim Oriental mantinha um diálogo rico com um grupo homossexual religioso de Berlim Ocidental a fim de discutir exatamente o lugar das sexualidades dissidentes na teologia (Tammer, 2014, p. 47). Já o *Sonntags-Club*, por exemplo, apresentava o interesse por escrever livros e artigos sobre a história do movimento homossexual alemão (e até mesmo uma biografia sobre Magnus Hirschfeld). Porém, não havia material suficiente disponibilizado na RDA. Por isso, por um grande período, rotas ilegais foram responsáveis por levar publicações da Alemanha Ocidental até o grupo. Até que em 1986, a partir de mais uma concessão feita pelo Estado, o grupo teve a autorização para receber algumas

³⁹⁵ Cf. IDER, Heinrich. Genosse Homosexueller. Staatliches ‚coming-out‘ zum Thema Homosexualität in der DDR. *Zitty*, 24 abr. 1989; SCHNEIDER, Rolf. Das Lächeln des André Gide. Geheuchelt Normalität? Die Homosexuellen in der DDR wollen kein Doppelleben führen. *Frankfurter Allgemein Magazin*, 16 abr. 1987; HEUTE in Funk: Homosexuelle in der DDR. *Frankfurter Rundschau*, 5 dez. 1989.

obras por correio a fim de escrever a biografia pretendida. Esse contato do *Sonntags* com ativistas ocidentais restrito a apenas um objetivo específico se dava sob o receio de que trocas mais intensas pudessem provocar muito a ira do Estado – com o qual o *Sonntags* mantinha uma relação mais próxima do que os grupos ligados à Igreja, por exemplo. Tal receio se potencializava pelo fato de o *Sonntags* não receber a proteção da Igreja, o que deixava o grupo mais propício às represálias estatais (Tammer, 2013, p. 48). No entanto, ainda que a aproximação ao Estado pudesse desencorajar a intensificação destes círculos, o grupo *Courage*, o qual era ainda mais ligado às instituições estatais, foi aquele que mais manteve contatos internacionais. Ou seja, de forma paradoxal, o grupo homossexual mais ligado ao Estado foi exatamente aquele que mais fomentou contatos estrangeiros e trocas globais. É importante frisar, no entanto, que o surgimento do *Courage* e sua atuação estrangeira só se deram a partir de 1989, em um momento que o Estado perdia a sua força econômica, política e popular, caminhando, em última instância, para seu término, fato que pode ter contribuído para uma atuação do grupo mais ousada para além das fronteiras da RDA.

Nas correspondências recebidas e enviadas pelo *Courage* em 1989, por exemplo, há uma carta do *National Museum of Lesbian and Gay History* de Nova York de outubro de 1989 e que pedia a todos os contatados que enviassem materiais produzidos sobre as comemorações dos 20 anos de *Stonewall* que teriam ocorrido naquele ano³⁹⁶. No entanto, não há registro algum de que o *Courage*, ou algum outro grupo alemão oriental, tenha comemorado os 20 anos de *Stonewall*. Ainda assim, a associação estadunidense incluiu o *Courage* em sua lista de possíveis interlocutores, o que aponta tanto para a disponibilidade do contato do grupo no exterior apenas meses depois de sua criação quanto para a suposição do círculo norte-americano de que aquela celebração teria já também sido abraçada pelos grupos homossexuais atrás da Cortina de Ferro.

Já nos folhetos informativos do grupo, há indícios de expansão de seu escopo territorial nos debates sobre as sexualidades dissidentes. Sendo assim, nos informes de outubro de 1989, o grupo indica que estava discutindo o contexto brasileiro, em especial a necessidade de o país suplantar a ignorância hegemônica sobre a homossexualidade e abolir o medo que tais dissidentes sentiriam no país³⁹⁷. Não é possível, no entanto, concluir pelos arquivos a partir de quais materiais ou interlocutores o grupo realizava tal discussão.

³⁹⁶ Carta do National Museum of Lesbian and Gay History ao Courage, out. 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Korrespondenz AGH Courage (n. 8d).

³⁹⁷ Infoblatt n. 6, 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

Todavia, o maior contato e atuação estrangeira se deram com a participação do *Courage* na ILGA. Como veremos com mais detalhes no último capítulo, a ILGA foi criada na década de 1970 a fim de fomentar o contato e a ação conjunta entre os diversos grupos homossexuais que surgiam naquele período. No decorrer dos anos 1980, em especial no fim da década, a associação também passou a se voltar para a ECL, encontrando no *Courage* um dos seus principais interlocutores. Assim, no decorrer de 1989, o grupo dialogou bastante com a ILGA e com outros grupos associados, concentrando-se no envio de informações sobre o grupo e a situação das sexualidades dissidentes na RDA³⁹⁸.

Vale lembrar que o ano de 1989 é marcado pelo acirramento da insatisfação popular com o regime, a intensificação na formação de grupos opositores às políticas do SED e a série de desdobramentos da crise econômica que o país vivenciava. Não coincidentemente, é também o período que o Estado mais faz concessões, observando-se o ápice da política de barganha com o lançamento do filme *Coming Out*. Em um período marcado por turbulências sociais e a realização de concessões para angariar apoio, o grupo *Courage* também usufruiu de tais dinâmicas. Nesse sentido, em julho de 1989 ocorreu uma conferência internacional da ILGA em Viena e que recebeu a participação de membros do *Courage*. Isso foi possível, pois, segundo relatório feito pelo grupo, a ILGA havia solicitado à FDJ o envio de uma delegação representativa da RDA à conferência. A FDJ pediu ao *Courage* quatro nomes entre os seus membros, os quais foram enviados para o encontro na capital austríaca³⁹⁹. É interessante aqui perceber certo privilégio experimentado pelo *Courage* na RDA: mesmo grupos como o *Schwule in der Kirche* possuindo anos de atuação e experiência, foi o recém-criado *Courage* que recebeu o convite e a autorização de viagem do Estado. Além disso, tal concessão é bastante relevante: concomitante ao temor constante da Stasi pelos contatos do movimento homossexual com o Ocidente, o Estado enviava alguns desses indivíduos exatamente para um local onde tantos grupos e círculos homossexuais estrangeiros estariam presentes. Se, por um lado, isso pode ser interpretado como um sinal positivo do engajamento estatal frente as demandas do movimento homossexual, por outro lado, pode-se certamente apontar o evidente esforço das autoridades por angariar suporte e estabilidade ao regime do SED entre tais grupos.

No relatório sobre o evento redigido pelo *Courage*, os participantes notam como a Alemanha Oriental se destacava entre os países presentes no encontro, entre os quais uma

³⁹⁸ Carta de Collin Sherman (*Courage*) à representante da ILGA, sem data. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Courage und ILGA (n. 9).

³⁹⁹ Comunicado do *Courage* sobre o convite oficial (Entwurf), sem data. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Courage und ILGA (n. 9).

grande parcela ainda apresentava legislações que criminalizavam a homossexualidade. Essa era uma observação relevante a ser notada pelos grupos, o que não apenas sublinhava aquilo que o Estado gostaria que os grupos homossexuais reconhecessem, mas que também se tratava de uma realidade prática, já que a legislação da RDA realmente se encontrava bastante avançada nesse quesito não apenas no interior da ECL, mas também em relação a muitos países capitalistas ocidentais. O grupo também destacou a surpresa dos participantes ao conhecerem o fato de que na RDA pudesse haver grupos homossexuais e lésbicos não controlados pelo Estado⁴⁰⁰. Certamente é presumível a ignorância que grande parte dos grupos homossexuais estrangeiros tinha sobre a situação das sexualidades dissidentes na RDA em um contexto de Guerra Fria. Portanto, a presença de uma delegação alemã oriental no evento pode ter chocado e criado um debate de conscientização bastante positivo. No entanto, é notável como nesse momento, o grupo se autoafirmava como totalmente independente do Estado. Ora, não apenas a formação do *Courage* – possibilitada pela intervenção da Stasi – mas o seu próprio privilégio em participar do encontro da IGLA apontam para o contrário do que o grupo gostaria de afirmar. De qualquer forma, o episódio representa não apenas o engajamento transnacional que o grupo tomou nos últimos anos de existência da RDA, mas aponta também para a abrangência das concessões que um regime ditatorial sufocado acabou aceitando.

Portanto, vimos nessa seção como, no decorrer dos anos 1980, os novos grupos homossexuais mantiveram contatos diversos com círculos e ativistas de outras localidades, em especial na Alemanha Ocidental. Esse contato – em alguns momentos mais intenso, em outros menos recorrente – foi uma das principais fontes para a recepção de publicações e materiais diversos sobre as sexualidades dissidentes, mas também, posteriormente, um canal de inserção do movimento alemão oriental em espaços internacionais de organização política, como é o caso da atuação do *Courage* na ILGA. Ainda que tais ligações alimentassem as paranoias da Stasi, mais para o final da década, tais trocas receberam até mesmo o aval oficial, como no caso do envio de uma delegação alemã oriental ao encontro em Viena.

Se, por um lado, a inconsistência desses contatos e, em muitos casos, seu caráter furtivo podem delegar tais empreendimentos apenas às notas de rodapé da historiografia desse movimento, tais contatos não devem ser subestimados. Eles não apenas provam a permeabilidade das fronteiras impostas pela Guerra Fria e a inserção do movimento homossexual (e da sociedade) da RDA em trocas e tendências globais, mas também foram canais essenciais para a divulgação transnacional das atividades desses grupos. Isso fica

⁴⁰⁰ Infoblatt n. 5, sem data. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Info Material (n. 5).

evidente na produção do *Eastern Europe Information Pool* (EEIP) pelo grupo *Homosexuelle Initiative Wien* (HOSI) e encomendado pela ILGA nos anos 1980. Os EEIP constituíram uma série de relatórios anuais sobre a situação das sexualidades dissidentes na ECL e que foram possíveis, em sua maioria, a partir desses contatos diversos entre grupos e ativistas através da Cortina de Ferro. Para a produção desses documentos, seus organizadores contaram, em grande parte, com a ajuda de ativistas e grupos locais que estavam dispostos a compartilhar uma visão geral sobre a situação política, social e do movimento em seus países (Szulc, 2018, p. 66).

Os EEIP foram publicados entre 1982 e 1989 e deram um grande espaço de cobertura à RDA. Apesar de os relatórios almejam a cobertura de toda a região da ECL, poucos países apareceram em todos os relatórios, o que é o caso do movimento homossexual e lésbico alemão oriental. Isso se deve, possivelmente, a dois motivos: o primeiro seria a maior proximidade territorial e linguística com os responsáveis pela publicação, o grupo HOSI de Viena; o segundo motivo diz respeito aos diversos canais de diálogo e troca de informações mantidos pelos grupos da RDA com círculos e ativistas em outros países, o que certamente facilitava a divulgação de informações sobre os últimos acontecimentos do movimento no país. Ao contabilizar os espaços destinados a cada contexto nos relatórios da EEIP, nota-se que à RDA teriam sido destinadas 16,5 páginas, seguida pelo contexto polonês com 15,5 páginas e em terceiro lugar a Hungria com 8 páginas. Países como Albânia e a Bulgária receberam, por exemplo, apenas o espaço de 1,5 páginas no decorrer dos relatórios (Szulc, 2018, p 64).

Já em sua primeira edição em 1982, o EEIP indicava o contexto alemão oriental como o mais tolerante à homossexualidade, ainda que sob um extenso silenciamento público⁴⁰¹. A publicação via no recente desenvolvimento de grupos sob a proteção da Igreja Protestante um sinal de que seria na RDA o local em que provavelmente se desenvolveria o movimento homossexual mais estabelecido na região, o que os documentos subsequentes confirmariam. Nesse sentido, o relatório de 1984⁴⁰² atualiza a fundação de novos grupos ligados à Igreja Protestante e suas atividades, dando destaque ao encontro nacional dos grupos e seu engajamento nas atividades nos antigos campos de concentração nazista. Tal engajamento seria atualizado no EEIP de 1985⁴⁰³, em que os problemas dos grupos alemães orientais com as autoridades dos campos de concentração e as do Estado foram divulgados pela publicação.

⁴⁰¹ HOSI. Report of the Eastern Europe Information Pool. Wien: HOSI Wien, 1982.

⁴⁰² HOSI. Report of the Eastern Europe Information Pool. Wien: HOSI Wien, 1984.

⁴⁰³ HOSI. Report of the Eastern Europe Information Pool. Wien: HOSI Wien, 1985.

As transformações que a RDA observaria na segunda metade da década foram percebidas também pelos EEIP, o qual, em seu volume de 1987⁴⁰⁴, constatou os desenvolvimentos significativos não apenas no estabelecimento de diversos grupos, mas também na discussão pública sobre as sexualidades dissidentes. A publicação vê essa atitude estatal como o resultado da pressão que os grupos teriam realizado sobre as autoridades em relação as suas demandas. Ainda que tal avaliação tenha sua veracidade, ela não considera o aspecto pragmático dessas mudanças nas atitudes oficiais no país, algo que ficaria apenas evidente anos depois da reunificação e com os estudos a partir dos documentos e relatórios da Stasi. Além disso, o EEIP desse ano notou uma crescente atenção da imprensa ocidental pelos desenvolvimentos recentes na Alemanha Oriental, citando notícias publicadas, por exemplo, em jornais do movimento homossexual britânico sobre o contexto alemão oriental. Tal atenção midiática é contraposta a uma ainda permanente geral falta de interesse dos grupos homossexuais ocidentais pelos desdobramentos no contexto das sexualidades dissidentes na RDA. Ao citar a mudança estatal em sua recepção às homenagens às vítimas homossexuais nos campos de concentração, o EEPI sublinha o quão significativo isso era, denunciando a negligência do Ocidente sobre tais desenvolvimentos.

De forma geral, portanto, os relatórios do EEIP atestam ao contexto alemão oriental o caso de maior sucesso no que concerne à formação de um movimento homossexual e lésbico na ECL. De certa forma, o teor da cobertura apresentada pelos relatórios aponta para a RDA como um ponto de referência para os outros países da região. Na sua edição de 1988⁴⁰⁵, por exemplo, o documento coloca o empreendimento alemão oriental como o de maior sucesso na região, chegando a afirmar que os homossexuais ocidentais certamente ficariam surpresos e contentes caso as imprensas capitalistas publicassem artigos tão positivos sobre as sexualidades dissidentes como aqueles observados na Alemanha Oriental.

No entanto, nem todo o teor da cobertura empreendida pelo EEIP pode ser avaliado de forma positiva. O EEIP seguia um teor imperialista da ILGA, destacando que seu engajamento pretendia também impulsionar os grupos da ECL aos moldes dos exemplos ocidentais⁴⁰⁶. Além disso, uma gramática anticomunista típica da Guerra Fria provocou um debate acirrado entre o grupo HOSI de Viena e Christian Pulz, fundador do *Schwule in der Kirche*, discussão que foi parar nas páginas da EEIP.

⁴⁰⁴ HOSI. Report of the Eastern Europe Information Pool. Wien: HOSI Wien, 1987.

⁴⁰⁵ HOSI. Report of the Eastern Europe Information Pool. Wien: HOSI Wien, 1988.

⁴⁰⁶ HOSI, 1983, p. 2.

Em 1984 o grupo HOSI publicou o livro *Rosa Liebe unterm roten Stern* (Amor Rosa sob a Estrela Vermelha) que, assim como os relatórios do EEIP, pretendia reportar a situação das sexualidades dissidentes nos países ligados à União Soviética em um contexto de Guerra Fria. Christian Pulz, após ter lido o livro, enviou uma carta de protesto que foi publicada na revista berlinense ocidental *Siegessäule* - a qual já foi mencionada aqui anteriormente e que confirma não apenas o acesso de Pulz a tal publicação, mas a sua utilização como canal de divulgação e protesto para seu grupo. A carta foi republicada pelo relatório da EEIP de 1985 e nela é possível notar a indignação de Pulz sobre o teor anticomunista observado no livro. Ao apontar para uma série de erros factuais e preconceitos que acompanhavam a representação dos grupos alemães orientais, Pulz atesta:

nós, lésbicas e gays dos grupos de trabalho da Igreja da RDA, estamos basicamente nos esforçando para ganhar a simpatia de nossa sociedade e de sua ordem socialista. Nossa luta pela superação da repressão aos homossexuais, que de certa forma se expressa aqui, só pode ser entendida nesse sentido. Concretamente: todos os problemas que nos dizem respeito só podem ser resolvidos em nosso contexto de governo ou não podem ser resolvidos. Portanto, não vemos razão para expor nosso debate interno no Ocidente. [...] Qualquer pessoa que queira relatar objetivamente sobre isso é sempre bem-vinda a visitar nossos grupos de trabalho. Engana-se quem espera encontrar sensacionalismo antissocialista. Essa pessoa deve esquecer de tentar nos procurar⁴⁰⁷.

Essa crítica feita por Pulz é essencial para entender a relação do movimento homossexual da RDA com o Ocidente. Apesar de manter contatos e trocas de informações e materiais com ativistas de outros países, esses grupos utilizavam das referências e diálogos na promoção de um ativismo e um projeto de atuação política alemã oriental que lidasse com as especificidades de seu contexto e, principalmente, relacionado às condições e à ideia de um Estado socialista. Isto é, mesmo os grupos ligados à Igreja e, dessa forma, mais críticos ao Estado, não necessariamente desejavam o fim da RDA. Muito pelo contrário, ao invés de replicarem uma proposta de emancipação aos moldes ocidentais, como esperava até mesmo o próprio EEIP, esses grupos viam seu engajamento como a promoção de um socialismo mais humano e que englobasse em seu projeto as sexualidades dissidentes.

A resposta do grupo HOSI, também publicada no EEIP de 1985, visava refutar qualquer acusação de anticomunismo, atestando um tratamento objetivo dos eventos e fatos na obra

⁴⁰⁷ HOSI, 1985, p. 4, tradução nossa. No original: We lesbians and gay men from the Church working groups o the GDR are basically endeavoring to win sympathy from our society and its socialistic order. Our fight to overcome the repression of homosexuals, which to a certain degree expresses itself here, can only be understood in this sense. Concretely: all problems concerning us can only be solved in our context of government or not at all. We therefore see no reason to air our internal debate in the West. [...] Anyone who would like to report objectively about it is always welcome to visit our working groups. Anyone who is expecting to find anti-socialistic sensationalism is mistaken. That person should forget even trying to look us up.

publicada. Nesse sentido, quando lembramos, por exemplo, da década de 1970, vemos o grupo berlinense ocidental HAW se distanciando do HIB pelo fato de não querer realizar críticas ao SED devido à majoritária adesão de seus membros a partidos socialistas na Alemanha Ocidental. Isso nos remete ao fato de que é impossível afirmar que tais grupos homossexuais e lésbicos no Ocidente fossem anticomunistas (Szulc, 2018, p. 70). No entanto, a gramática discursiva da Guerra Fria criava diferenças discursivas e ideológicas entre ambos os lados da Cortina de Ferro que, em muitos momentos, separavam mesmo aqueles que, a priori, dividiriam preceitos políticos comuns. Mais do que isso, a ideia de “atraso” do Leste em relação ao Ocidente permeava, em alguns momentos, as avaliações feitas pelos relatórios da EEIP. Na sua edição de 1983, por exemplo, os autores apontam que a situação das mulheres na RDA seria a mesma que aquela das mulheres no Ocidente há duas décadas. Isto é, é evidente que, em pontos diversos, mesmos esses grupos homossexuais e lésbicos no Ocidente subscreviam à concepção de “atraso” da RDA, vociferando “uma ‘narrativa de progresso ocidental’, que faz do presente ocidental o futuro oriental a ser alcançado: ‘o que quer que a ECL tenha se tornado/é/será, o Ocidente se tornou/já foi/terá sido’” (Szulc, 2018, p. 72, tradução nossa⁴⁰⁸).

Portanto, se os canais de contato que atravessam a Cortina de Ferro promoveram uma maior diálogo entre os projetos de emancipação homossexual e lésbica de ambos os lados e divulgação internacional de seus desenvolvimentos, esse contato também colocava em choque concepções díspares de emancipação e que sublinhavam que as conexões e trocas globais respondiam a contextos locais específicos, não caminhando para uma imprescindível convergência/homogeneização dos movimentos e grupos homossexuais.

Um último aspecto dessas rotas de interação é a intensificação que tais contatos observaram no imediato pós queda do Muro de Berlim. Os próprios relatórios do EEIP apontavam que, apesar de uma maior representação na mídia impressa ocidental sobre os desenvolvimentos observados na RDA durante os anos 1980, o interesse do Ocidente permaneceu, em grande parte, tímido em relação ao movimento homossexual na RDA. Essa situação se modificou bastante após a queda do Muro de Berlim em 1989, tendo diversos grupos, ativistas e setores da mídia ocidentais contatado alguns grupos da RDA a fim de obter informações sobre a situação das sexualidades dissidentes no país. Mais uma vez, pela sua atuação proeminente nesse período, o *Courage* coletou a maior parte dessa atenção.

Já em dezembro de 1989, grupos estadunidenses procuravam o *Courage* a fim de obter informações sobre o movimento homossexual e lésbico no país e sua situação com a abertura

⁴⁰⁸ No original: „[...] ‘Western progress narrative’, which makes the Western present the Eastern future to be achieved: ‘whatever CEE became/is/will be, West had become/has already been/will have been’“.

das fronteiras com o Ocidente⁴⁰⁹. Esse tipo de abordagem requisitando informações e se oferecendo para manutenção de contato com o grupo se repetiria muitas vezes nos primeiros meses de 1990. Por exemplo, em abril de 1990, uma organização holandesa sublinhava seu interesse pelos grupos da ECL⁴¹⁰, enquanto grupos de Londres e de Berna expressavam o mesmo desejo, tendo um deles até mesmo agradecido na carta aos acontecimentos de 9 de novembro de 1989, a noite da queda do Muro. Um grupo parisiense chegou a solicitar um representante do grupo para que participasse de um evento na capital francesa e pudesse relatar presencialmente as atividades do *Courage* e a situação na Alemanha Oriental⁴¹¹. De maneira análoga, revistas ocidentais passaram a solicitar com frequência declarações, relatos e esclarecimentos do grupo, tendo exemplos de revistas britânicas, norte-americanas e dinamarquesas⁴¹². Já outros viram na abertura das fronteiras uma oportunidade de negócio, tendo uma editora alemã ocidental sugerido um acordo com o *Courage* para a venda de materiais diversos em Berlim Oriental⁴¹³ e uma outra em Nova York solicitando a colaboração para a manufatura de um guia turístico gay da capital alemã oriental⁴¹⁴.

O movimento homossexual alemão oriental manteve canais de interação e trocas diversas com outros países do decorrer de toda a década de 1980. No entanto, o curioso a perceber é como uma intensificação dessas trocas, especialmente por parte do Ocidente, apenas ocorreu quando essa sociedade estava prestes a se diluir à Alemanha Ocidental. É claro que podemos ler tal mudança de foco através da natural curiosidade que a queda do Muro de Berlim provocou não só nas organizações homossexuais ocidentais, mas no mundo todo. No entanto, para muitos grupos e, principalmente, instituições comerciais, o movimento homossexual e lésbico alemão oriental – o mais desenvolvido dentro da ECL – apenas foi lido como existente e um ponto de contato a partir do momento que o perigo de sua extinção ficava explícito e seu contingente se apresentava como disponível para “caminhar ao Ocidente”.

⁴⁰⁹ Carta do *Courage* a correspondentes do movimento gay nos EUA, 28 dez. 1989. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

⁴¹⁰ Carta do COC Holland ao *Courage*, 1 abr. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

⁴¹¹ Carta do ARCL (Archives, Recherches et Cultures Lesbienes) ao *Courage*, 4 abr. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

⁴¹² Cartas do *Courage* a representante de revistas e organizações estrangeiras, 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

⁴¹³ Carta da Bruno Gmünder Verlag ao *Courage*, 27 mai. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

⁴¹⁴ Carta do Pam Brandt ao *Courage*, 14 mar. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, Korrespondenz AGH *Courage* (n. 8d).

3.7 A RESPOSTA DO ESTADO AO HIV/AIDS

Em março de 1992, durante a conferência nacional do *Deutschen Aids-Hilfe*, organização central na luta contra a epidemia em uma Alemanha reunificada, um dos presentes no evento disse a frase: “o Muro foi a camisinha da RDA”⁴¹⁵. A frase seria reproduzida em uma reportagem na revista *Der Spiegel*, difundindo uma noção que se tornaria emblemática na discussão sobre a crise do HIV/AIDS na RDA. Como tenho argumentado, o Muro certamente era permeável, passando por ele informações, publicações, tendências culturais e propostas políticas de emancipação e que fazem parte da história do movimento homossexual alemão oriental. No entanto, o Muro – representando o isolamento físico da RDA - foi responsável por frear e atrasar a propagação do vírus da AIDS pelo território alemão do Leste.

Logo que o vírus começou a ser detectado e os primeiros casos de AIDS apareceram na mídia, a Alemanha Ocidental assumiu um estado de pavor, enquanto na RDA reinou, por muito tempo, uma espécie de indiferença (Tümmers, 2014, p. 158). Essa alienação era, no entanto, mais uma recusa do Estado em falar sobre o problema do que uma total tranquilidade na população. Assim como as trocas entre os grupos homossexuais, informações sobre e epidemia atravessam o muro e atingiam de alguma forma a população alemã oriental. Ao perguntarem para alguns cidadãos sobre a sua relação com as informações sobre o HIV/AIDS, alguns respondiam que um pânico se instalava ao observar visitantes ocidentais desembarcando na estação de *Friedrichstraße* para visitar Berlim Oriental. Ou seja, o visitante ocidental, para muitos, virou significado de perigo da infecção pelo HIV.

Essa relação entre HIV e Ocidente era resultado da própria forma com que o Estado tinha tratado a epidemia nos primeiros anos. Logo no começo dos anos 1980, a diretriz oficial era de que não era ainda necessário informar publicamente a população sobre o vírus (Tümmers, 2014, p. 140), o que significou que, para a maioria, o seu primeiro contato com a notícia sobre o HIV havia sido provavelmente através da imprensa ocidental. Mesmo quando o Estado começou a perceber que deveria adotar políticas em relação ao HIV, o teor oficial das discussões era de que este seria uma preocupação mais do Ocidente. Tal concepção, entretanto, parece não ter sido restrita à RDA. A própria imprensa ocidental – muitas vezes sensacionalista – destacava que a RDA talvez não desenvolvesse o problema da forma que se observava nos países capitalistas – como é o caso da reportagem de 1985 no jornal alemão ocidental TAZ⁴¹⁶.

⁴¹⁵ DIE MAUER war das Kondom der DDR. *Der Spiegel*, n. 42, 1992, tradução nossa. No original: “Der Mauer war das Kondom der DDR“.

⁴¹⁶ AIDS ist jetzt auch in der DDR ein Thema. *TAZ*, 4 jan. 1985.

Muitas dessas reportagens destacavam a ausência de uma subcultura homossexual tão desenvolvida como na Alemanha Ocidental, em uma clara tentativa de reafirmar a associação entre homossexualidade e HIV/AIDS, discurso comum no período.

Assim, em um primeiro momento, o regime focou mais em medidas para contabilizar os casos no país do que qualquer tipo de projeto de conscientização. É assim que foi instituído o *Meldenpflicht*, a notificação compulsória de qualquer resultado positivo no país (Tümmers, 2013, p. 497). A instituição do *Meldenpflicht* foi recomendada por diversas autoridades no país, que produziram relatórios que circulavam entre as instituições defendendo a necessidade da prática⁴¹⁷. Isso já era um sinal que políticas de conscientização e sobre sexo seguro não marcariam as prioridades do Estado na luta contra o HIV/AIDS.

No decorrer dos anos 1980, ficou evidente que o Muro não protegeria totalmente o país do HIV, já que os primeiros casos apareceram, o que obrigou o Estado a estabelecer novas medidas. Centros de pesquisa e testagem foram abertos, principalmente nas universidades, e estrangeiros que quisessem ficar mais de 3 meses no país deveriam fazer um teste de HIV (Tümmers, 2014, p. 172). Além disso, gradualmente na segunda metade dos anos 1980, a mídia na RDA passou a falar sobre a questão. Em 1987, por exemplo, a revista *Deine Gesundheit* fez uma extensa reportagem entrevistando habitantes sobre as informações que possuíam em relação à AIDS, mencionando estratégias de prevenção e comentários de especialistas – inclusive destacando que não se tratava de um vírus restrito aos homossexuais⁴¹⁸. Ainda que reportagens como essas sejam um sinal de que na segunda metade dos anos 1980 houve uma maior pressa por minimamente informar a população, isso não deve ser visto como parte de um plano nacional de conscientização, como se observava na Alemanha Ocidental, por exemplo.

Apesar de exemplos positivos como o da revista *Deine Gesundheit*, outros acabavam transmitindo estereótipos sobre o vírus. O jornal *Wochenpost* em 1985 destacava que o epicentro da doença estaria na Europa Ocidental, nos EUA e na África, afastando o leitor dos perigos presentes no cenário doméstico⁴¹⁹. Da mesma forma, o *Neues Deutschland* em 1988, ao entrevistar uma especialista sobre HIV, fez questão de mostrar os números na Alemanha Ocidental, sublinhando que a situação sob o controle do SED estaria bem melhor⁴²⁰. Tal comparação realmente era válida, mas parecia adentrar muito mais uma tentativa de desmoralizar o Ocidente do que uma prática de conscientização da população. Já no final da

⁴¹⁷ Abschrift – Nur für den Dienstgebrauch, 17 jul. 1985. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik, Staat und Politik Gesundheitspolitik (u.a. AIDS) (n. 6).

⁴¹⁸ ANGST vor AIDS? *Deine Gesundheit*, nov. 1987.

⁴¹⁹ WOLFF, Sieglinde. AIDS – eine neue Infektionskrankheit. *Wochenpost*, out. 1985.

⁴²⁰ AIDS – Stand, Tendenzen und Wege zur Bekämpfung. *Neues Deutschland*, 2 jan. 1988.

década, em 1989, a revista *Die Zeit im Bild* reiterava a ideia de grupos de riscos, destacando homossexuais e usuários de drogas⁴²¹.

Se a tarefa de conscientizar permaneceu de forma difusa e diversa relegada à imprensa, o Estado continuou sendo obrigado a instituir novas abordagens para o controle do vírus no país pelo crescimento no número de casos. A partir de 1987, novas políticas foram colocadas em prática, especialmente um maior diálogo dos cientistas da RDA com grupos de colaboração internacional (Tümmers, 2014, p. 176). Não coincidentemente, na visita que Honecker fez à Alemanha Ocidental em 1987, o primeiro documento assinado entre ambos os Estados não era sobre nenhuma questão política ou econômica da Guerra Fria, mas um compromisso em intensificar a pesquisa conjunta sobre o HIV/AIDS (Borneman, 1987, p. 223). Isso não quer dizer que ambos os Estados adotaram políticas iguais para lidar com a crise, mas mostra que a questão do HIV/AIDS também faz parte da história de aproximação da RDA ao Ocidente durante os anos 1980 (Tümmers, 2014, p. 178).

Portanto, de forma bastante morosa, o regime do SED foi se voltando ao problema do HIV/AIDS. No entanto, ainda que tenha instituído esforços para controlar e lutar contra a disseminação do vírus, uma política ampla de conscientização não foi observada no país, o qual adotou uma postura muito mais disciplinar do que na Alemanha Ocidental, por exemplo. Samuel Huneke apresenta uma visão bem mais otimista das políticas alemãs orientais em relação ao HIV/AIDS. Enquanto muitos autores discutem a relutância do governo em realmente educar a população sexualmente e sobre o vírus, Huneke vê na RDA uma política muito mais proativa e progressista do que se observava naquele momento nos EUA. Para tanto, ele cita a abertura de centros de aconselhamento sobre HIV/AIDS em 1985 e o estímulo estatal aos cientistas e universidades para tratamento e pesquisa. No entanto, o próprio autor observa como a questão das fronteiras e a inexistência de uma cultura sexual com saunas e clubes de sexo – como havia na BRD – são pontos principais nesse aparente “sucesso” do Estado em frear as contaminações (Huneke, 2022a, p. 213). Considerando a falta de uma política estruturada de conscientização nacional sobre a epidemia e a insistência de que o vírus era muito mais um problema capitalista, acredito que, ironicamente, como recorrente na história queer da Alemanha Oriental, foi a sua política fronteira que ajudou nesse controle, não um caso de sucesso em lidar com a crise.

De maneira geral, a RDA enfrentou dois problemas centrais. O primeiro foi a falta de um espaço público de discussão. Ainda que cada vez mais publicações e outras mídias se

⁴²¹ HAUPT, Birgit. Denk an deinen Nächsten. *Die Zeit im Bild*, n. 45, 1989, p. 14.

voltassem para o tema, grande parte da população conheceu o vírus apenas na programação da televisão ocidental e enfrentava, em muitos níveis, a escassez de informações sobre a epidemia e que lidassem com o contexto específico da RDA. Isso explica, em partes, os contatos dos grupos homossexuais nos anos 1980 com grupos ocidentais, já que esse caminho era o principal para que tivessem acesso a informações e publicações acerca da epidemia. O segundo desafio estava nas próprias estratégias de profilaxia, em especial a camisinha, a qual era considerada de qualidade inferior na RDA, de difícil acesso e, por isso, seu uso não era difundido (Geissler, 2007, p. 94). Sob protestos da população, o regime procurou aumentar a produção de camisinhas nos anos 1980, uma produção que vinha defasada há anos (Tümmers, 2014, p. 176), mas ainda assim pouco deu conta da demanda em vigor. Uma ativista de um grupo alemão ocidental, que foi convidada à Berlim Oriental para um debate em um dos grupos homossexuais ligados à Igreja naquele momento, chegou a ser parada na fronteira pela quantidade enorme de camisinha que estava levando para a RDA – provavelmente a pedido do próprio grupo homossexual (Borneman, 1987, p. 226).

Mesmo com uma demanda crescente, a adesão à camisinha na RDA permaneceu bastante tímida. Entre os homossexuais – já no fim da década de 1980, quando ficava cada vez mais clara a impossibilidade de proteção total pelo Muro – o uso da camisinha permanecia baixo. Em pesquisa quantitativa realizada entre setembro de 1990 e janeiro de 1991 com 546 homens que moravam na RDA e que se identificavam como homossexuais ou, então, mantinham relações sexuais com homens, constatou-se que, em todas as modalidades de relação sexual que apareciam nos questionários, o uso de camisinha não chegava a 50% (Starke, 1994, p. 268).

Apesar dos problemas enfrentados, até a reunificação alemã, o lado oriental permaneceu com um número de casos significativamente menor em relação à Alemanha Ocidental. Ao observar a Tabela 1, percebe-se que, ao comparar os dados de Berlim Ocidental e Berlim Oriental, o lado da cidade governado pelo regime do SED manteve uma proporção de novas infecções muito menor, tendência que começou a mudar com a queda do Muro em 1989 e os impactos do evento na epidemia do HIV/AIDS, como discutiremos.

Tabela 1: novas infecções pelo HIV registradas em Berlim Ocidental e Berlim Oriental

Ano	Berlim Ocidental	Berlim Oriental
Antes de 1985	482	0
1985	1576	0
1986	1458	3
1987	1332	19
1988	1067	12
1989	717	12
1990	945	30
1991	841	40
1992	570	36

Fonte: adaptado de Deutsche (1993, p. 38)

É exatamente por essa prevalência tão baixa de casos na Alemanha Oriental, se comparada à vizinha ocidental, que a questão do HIV/AIDS não foi um tópico fulcral para os grupos homossexuais e lésbicos da RDA. Como lembra um dos ativistas daquele momento, devido às baixas taxas de infecção, a doença não parecia ser um tópico muito proeminente e acabou não provocando pânico na subcultura homossexual e nem grandes mudanças nas atitudes pessoais quanto à sexualidade (Huneke, 2022a, p. 213). Assim, apesar do medo em relação ao HIV/AIDS existir, esse medo não era algo geral e não foi traduzido em grandes modificações práticas na sociabilidade homossexual (Starke, 1994, p. 286). Em entrevista a um jornal alemão ocidental em 1987, um dos membros do grupo *Schwulen in der Kirche*, por exemplo, disse não conhecer ninguém portador do vírus HIV e que isso não era um tema discutido quase no grupo⁴²². Isso não quer dizer, no entanto, que os grupos não debatiam o tópico em suas atividades. O próprio grupo *Schwulen in der Kirche*, por exemplo, além de fazer discussões sobre, produziu um folheto falando sobre o problema de o HIV/AIDS ser tomado como um ameaça apenas aos homossexuais, propondo uma discussão mais ampla e consciente sobre o vírus⁴²³. Isto é, os grupos homossexuais e lésbicos acabaram sendo um canal para compensar a ausência de políticas públicas de conscientização por parte do Estado. A relegação dessa responsabilidade ao *Sonntags*, como já relatado, é o principal indicador dessa alienação pública que o Estado teve em relação ao HIV/AIDS.

⁴²² ROTH, Clara. Heimlich AIDS-Tests. *TAZ*, 14 mar. 1987.

⁴²³ Schwule in der Kirche – Kleines AIDS-Info, 17 jul. 1985. Arquivo Schwules Museum, Kirchliche Arbeitskreise Homosexualität, Schwulen in der Kirche (n. 3b).

3.7.1 Os impactos da queda do Muro de Berlim nas discussões sobre HIV/AIDS

Quando o Muro de Berlim caiu, logo o HIV/AIDS – que não tinha sido um tópico tão proeminente – se transformou em uma questão central entre os grupos homossexuais na RDA. Havia uma população que pouco tinha aderido às estratégias de profilaxia, não tinha recebido uma extensa educação sexual sobre o vírus e que estava extremamente curiosa para experimentar o que havia do outro lado do Muro. Nesse sentido, logo após a abertura das fronteiras, o *Zentralen Aids-Gruppe*, um grupo de trabalho sobre o HIV/AIDS montado pelos grupos homossexuais da RDA, lançou um panfleto intitulado *Aufruf an alle schwulen Männer!* (Chamado a todos os homens gays!) e que chamava a atenção para a curiosidade que os homens homossexuais teriam ao visitar o Ocidente, mas os cuidados que deveriam tomar em relação ao perigo colocado pelo HIV/AIDS⁴²⁴. Dessa forma, o aviso simboliza dois pontos: o primeiro era comprovado numericamente pela maior incidência de casos de HIV/AIDS na Alemanha Ocidental; o segundo demonstra como a ideia de que a RDA estava protegida do perigo do HIV/AIDS era disseminada, como se, antes da queda do Muro, não houvesse a emergência de utilizar estratégias de proteção.

Já em 1990, a revista *Freidenker* de Jena também alertava para os novos desafios colocados pela abertura das fronteiras em relação ao HIV/AIDS. Mas, procurando um tom conscientizador e sem sensacionalismo, a revista se colocava contrária aos discursos alarmistas que espalhavam histórias a fim de apavorar a população. Nesse sentido, a reportagem cita a seguinte narrativa que era repetida na RDA:

Dois jovens da 'província' passavam uma noite agradável no bar do Opera Café. Eles foram para o hotel próximo com suas duas vizinhas de mesa bem depois da meia-noite. De manhã - oh, rude despertar - as senhoras se foram. Elas apenas deixaram uma mensagem escrita com batom: 'AIDS manda lembranças. Duas infectadas de Berlim Ocidental'⁴²⁵.

A narrativa popular mostra como a ideia de que o HIV/AIDS era uma ameaça colocada apenas pelo Ocidente estava espalhada na população. Para lidar com essa situação, foi criado o grupo *AIDS-Hilfe DDR* – aos moldes de iniciativas parecidas em curso na Alemanha Ocidental

⁴²⁴ Aufruf an alle schwulen Männer, sem data. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik, Staat und Politik Gesundheitspolitik (u.a. AIDS) (n. 6).

⁴²⁵ STATKOWA, Susanne. AIDS – Gefahr-Grenzlos? *Freidenker*, n. 1, 1990, tradução nossa. No original: „Zwei junge Männer aus der 'Provinz' machten sich einen schönen Abend in der Bar des Operncafés. Mit ihren beiden Tischnachbarinnen zogen sie weit nach Mitternacht in das nahegelegene Hotel. Am Morgen – oh, böses Erwachen – waren die Damen fort. Sie hinterließen nur eine mit Lippenstift geschriebene Nachricht: ‚AIDS lässt grüßen. Zwei Infiziert aus Westberlin.‘“

nos anos 1980. Registrado em março de 1990⁴²⁶, o *AIDS-Hilfe DDR* foi uma de diversas outras iniciativas que surgiriam na RDA entre 1989 e 1990 para lidar com os novos desafios à luta contra o HIV/AIDS colocados pela abertura das fronteiras com a Alemanha Ocidental. Em seu documento fundador, o *AIDS-Hilfe DDR* sublinhava seu objetivo de conscientizar e aconselhar sobre o vírus HIV, assim como disponibilizar cuidado e suporte àqueles portadores do vírus⁴²⁷. Em matéria de abril de 1990, o jornal *Taz* narra a abertura de diversos grupos na RDA para o combate ao HIV, citando não apenas pontos de convergência e desacordo entre eles, mas também a possibilidade da fusão destes sob um único comando⁴²⁸. Nesse sentido, também em março de 1990 foi criado o *AIDS – Kreis*⁴²⁹, uma espécie de representante central de diversos grupos independentes trabalhando com questões sobre HIV/AIDS na RDA. Como justificativa para a criação do AIDS-Kreis, a organização citava, principalmente, os acontecimentos de 1989, o que teria, segundo o documento, aumentado realmente as chances de as pessoas sexualmente ativas contraírem o HIV.

Interessante notar que esse trabalho de conscientização iniciado pelos novos grupos na RDA aconteceu concomitante a uma contínua aproximação a grupos semelhantes na Alemanha Ocidental, como é o caso do *AIDS-Hilfe* de Berlim Ocidental⁴³⁰. Com essa aproximação, foi criada uma organização alemã única - antes mesmo da reunificação - responsável por representar todas as diversas unidades de trabalho com HIV/AIDS nos dois territórios alemães, a chamada *Deutsche AIDS-Hilfe*. Esses representantes da Alemanha Ocidental, no imediato pós-queda do Muro de Berlim, perceberam os desafios que a nova situação de fronteira trazia. No entanto, em documentos produzidos já em novembro de 1989, foi estabelecido que a aproximação com possíveis ativistas e grupos da RDA não deveria vir acompanhada de uma imposição de modelos de prevenção típicos da Alemanha Ocidental, mas de uma abertura de diálogo, troca de materiais e conscientização⁴³¹. Assim que começaram as trocas entre ativistas, tais diferenças ficaram já evidentes. Em correspondência em dezembro de 1989, dois ativistas – um da RDA e um da Alemanha Ocidental – dialogam sobre os materiais disponibilizados pelos já mais estabelecidos grupos no Ocidente. Entre os apontamentos sobre um dos panfletos

⁴²⁶ Präsidium der Volkspolizei Berlin - Information, 6 mai. 1988. Arquivo Schwules Museum, Deutsche Demokratisches Republik, Staat und Politik Gesundheitspolitik (u.a. AIDS) (n. 6).

⁴²⁷ Kurzfassung der AIDS-Hilfe DDR e. V., sem data. Arquivo Schwules Museum, AIDS-Hilfe DDR, Grundlagendokumente AIDS-HILFE DDR e.V (n. 3).

⁴²⁸ SÜSS, Peter. “Schlammschlachten und Tuntenintrigen”. *TAZ*, 18 abr. 1990.

⁴²⁹ AIDS-Kreis der DDR – Sitz Berlin, sem data. Arquivo Schwules Museum, AIDS-Hilfe DDR, Zentraler Arbeitskreis AIDS (n. 1).

⁴³⁰ Comunicado conjunto entre grupos de AIDS-Hilfe e AIDS-Kreise da RDA e da Alemanha Ocidental, 5 dez. 1989. Arquivo Schwules Museum, AIDS-Hilfe DDR, Zentraler Arbeitskreis AIDS (n. 1).

⁴³¹ Vorlag zur Vorstandssitzung, 25 nov. 1989. Arquivo Schwules Museum, AIDS-Hilfe DDR, Zusammenarbeit D.A.H./AIDS-Hilfe DDR e.V. (n. 2).

recebidos, o ativista alemão oriental chama a atenção que as medidas de prevenção destacadas pelo panfleto traziam elementos exclusivos da subcultura homossexual da Alemanha Ocidental, os quais não seriam inteligíveis ao público homossexual da RDA. Assim, enquanto em Berlim Ocidental os grupos precisavam se preocupar com práticas sexuais que envolviam uma série de produtos, clubes de sexo, entre outros, na RDA a maior urgência era a disponibilidade de camisinhas e de materiais que ensinassem o seu uso adequado⁴³². Ficava claro que ainda que mantendo um diálogo constante com os seus vizinhos ocidentais, a subcultura homossexual na RDA se desenvolveu de uma forma distinta e respondendo às especificidades e limites locais.

A questão do HIV/AIDS na RDA mostra três aspectos fulcrais na história queer do país: o funcionamento paradoxal e ambivalente do Estado; o contato constante para além do Muro de Berlim, em especial com a Alemanha Ocidental; e as especificidades locais não sendo uma tradução/adaptação de práticas ou demandas vistas no Ocidente. Assim, se o Estado, em um primeiro momento, optou pelo silenciamento sobre a epidemia, logo teria que voltar atrás e informar minimamente a sua população sobre o vírus HIV. No entanto, a taxa pequena de infecção no país não se deu por políticas públicas, mas, de forma irônica, foi garantida pelo isolamento físico de sua população sob as políticas de fronteira com o Ocidente. Já o trânsito constante de ideias através do Muro de Berlim possibilitou que a população tivesse acesso às informações sobre a epidemia aos moldes divulgados na Alemanha Ocidental, dividindo medos e preceitos comuns sobre a doença, e significou ao movimento homossexual da RDA a garantia de trabalhos de conscientização de sua comunidade sobre o vírus e medidas de profilaxia, ainda que de forma tímida. Por fim, mesmo com o contato constante com as narrativas do vírus vindas do exterior, a ausência de uma política estatal bem definida e a incidência baixa do vírus na sociedade fizeram com que o HIV/AIDS não se tornassem um tópico proeminente nos grupos e na subcultura homossexuais. Ou seja, a abertura de fronteiras e o trânsito intenso para a Alemanha Ocidental destacaram novos desafios ao combate ao HIV/AIDS e também realçaram as especificidades apresentadas pela comunidade homossexual de cada território. Assim, por mais que dividissem referências comuns e tivessem mantido um contato mais ou menos perene nas últimas duas décadas, ambos os locais haviam desenvolvido tipos específicos de sociabilização e relação homossexuais. Modelos esses que se chocariam e entrecruzariam com a eminência de uma reunificação do país.

⁴³² Carta de Dr. Rainer Herrn à Frank Becker, 7 dez. 1989. Arquivo Schwules Museum, AIDS-Hilfe DDR, Zusammenarbeit D.A.H./AIDS-Hilfe DDR e.V. (n. 2).

3.8 PREOCUPAÇÕES COM A REUNIFICAÇÃO ALEMÃ

Em um primeiro momento, a abertura das fronteiras significou um período de euforia e descobertas não só para os grupos homossexuais, mas toda a sociedade alemã oriental, em especial a de Berlim Oriental. Para os homossexuais que participaram da etnografia de Kurt Starke, por exemplo, mais de dois terços deles se aventuraram na subcultura *schwul* da Alemanha Ocidental entre a queda do Muro e a reunificação em 1990 (Starke, 1994, p. 217). No entanto, concomitante a esse período marcado por novas experiências e prazeres, logo se intensificou também a desestabilização econômica, política e social. Discussões acirradas sobre uma possível reunificação eram cada vez mais comuns e, com elas, as incertezas sobre o futuro apenas se multiplicavam. Para os dissidentes da cisheteronormatividade, indefinições específicas sondavam suas vidas. Se, como visto acima, o HIV/AIDS despontou como uma questão imediata em um primeiro momento, logo o futuro do movimento homossexual da RDA se tornaria questionável e a legislação alemã ocidental – que, em partes, ainda criminalizava a homossexualidade – despontaria como uma ameaça.

Conforme ficava claro que a RDA seria dissolvida à Alemanha Ocidental, a existência de muitos grupos homossexuais do país era cada vez mais questionada. Afinal, estes haviam passado a década de 1980 toda discutindo e demandando, em sua maioria, uma integração das sexualidades dissidentes no projeto de uma sociedade alemã socialista – projeto esse que agora se via em seu término. Ou seja, ao desestabilizar o regime do SED, ironicamente desestabilizou-se também as bases do movimento homossexual. Nesse sentido, grupos como o *Schwule in der Kirche* se dissolveram completamente (Tammer, 2013, p. 57), enquanto outros foram gradativamente diminuindo suas atividades e seus membros. Dos grupos fundados nos anos 1980, poucos sobreviveriam à reunificação alemã, que é o caso do *Sonntags-Club* tendo não apenas se reinventado em uma nova realidade econômica, política e social, mas permanecendo ativo até a atualidade, com um endereço fixo em Berlim e um programa diverso de atividades⁴³³.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que grupos já bastante estabelecidos eram encerrados no país, até a metade de 1990 cerca de 30 novos grupos homossexuais e lésbicos foram fundados na RDA (Tammer, 2013, p. 36), um sinal de que havia uma tentativa explícita desses indivíduos se reorganizarem em relação a uma nova realidade e lidar com o contato – agora ainda mais próximo e potente – com o movimento e a cena *schwul* da Alemanha Ocidental. Assim, em um momento em que grupos antigos se desfaziam e novos surgiam, que

⁴³³ Informações sobre o *Sonntags-Club* e detalhes sobre as atividades previstas podem ser acessadas em sua página: <https://www.sonntags-club.de/index.php>.

mudanças políticas e econômicas ocorriam rapidamente e que as sexualidades dissidentes se viam frente a uma nova realidade alemã com uma intensa mercantilização da subcultura homossexual, muitos temiam que o movimento alemão oriental perdesse suas especificidades e autonomia (Tammer, 2013, p. 58). É por isso que em março de 1990 foi constituída a *Schwulenverband in der DDR* (SVD), uma espécie de organização guarda-chuva, que almejava representar e reorganizar as diversas propostas e grupos em curso na Alemanha Oriental naquele momento sob o mote principal de pleitear pela emancipação, participação e integração dos homossexuais na sociedade⁴³⁴. Com sede em Leipzig e sob a tutela principal de Eduard Stapel – um dos principais articuladores do movimento nos anos 1980 – o SVD teria um protagonismo significativo na reorganização de um movimento LGBTQIA+ na Alemanha reunificada dos anos 1990. A associação – que ainda hoje é ativa⁴³⁵ – logo se engajou em atividades diversas e já conhecidas pelos grupos homossexuais anteriores, como é caso da publicação de folhetos informativos à comunidade, chamados de *miniSLIB*⁴³⁶. No entanto, a SVD teria que lidar com uma questão legal que o movimento homossexual e lésbico da RDA acreditava que estaria totalmente resolvida: a (re)criminalização da homossexualidade.

Como já exposto, a RDA havia excluído o parágrafo 175 em 1968, tendo criado o parágrafo 151 que acertava idades legais distintas para relações heterossexuais e homossexuais. Tal desigualdade foi resolvida na segunda metade dos anos 1980, quando o regime do SED suspendeu o uso do 151 até a sua total exclusão em 1988, não havendo mais nenhum tipo de legislação no país que criminalizasse a homossexualidade de alguma forma. No entanto, a Alemanha Ocidental não havia erradicado o parágrafo 175. Em 1969, o lado ocidental alemão havia reformado o parágrafo 175, descriminalizando a homossexualidade entre adultos, mas, assim como a RDA, mantendo diferenças nas idades legais entre relacionamentos heterossexuais e homossexuais. Essa versão revista do 175 permanecia em vigor na Alemanha Ocidental em 1990, o que significava que, com a reunificação e a adesão total da legislação ocidental – como era pretendido pelas autoridades -, a homossexualidade voltaria a um estado de desigualdade legal e, em última instância, sofreria uma espécie de recriminalização no território oriental alemão.

⁴³⁴ Protokoll der Konstituierung des Landesverbandes Berlin des Schwulenverbandes der DDR (SVD), 24 mar. 1990. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Gesellschaft Schwulenverband der DDR (n. 28).

⁴³⁵ Mais informações sobre a associação e suas atividades hoje podem ser encontradas em sua página: <https://www.lsvd.de>.

⁴³⁶ *miniSLIB – der infos der homosexuelleninitiative Leipzig*, n. 1, sem data. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Gesellschaft Schwulenverband der DDR (n. 28).

Em 1990, o movimento homossexual (ainda) alemão oriental se engajou em uma campanha intensa para impedir que a adesão do parágrafo 175 acontecesse com a reunificação. Nesse sentido, em agosto de 1990, por exemplo, o SVD convidava a todos para debater a questão e discutir possíveis ações de resistência⁴³⁷. Nesse contexto, a imprensa – que reportava minuciosamente sobre todos os aspectos polêmicos e confusos que a reunificação promovia – também divulgava a situação legal confusa e alarmante que o processo de reunificação engendrava. Durante os meses que antecederam a reunificação em outubro de 1990, jornais de grande circulação, como o *TAZ* e o *Wochenpost*, discutiam a possibilidade da volta do 175 para os alemães orientais⁴³⁸. No jornal *Berliner Zeitung*, a campanha do SVD contra a volta do 175 era largamente divulgada, inclusive com a transmissão dos contatos da sede do SVD na capital⁴³⁹. Já de forma menos pública, juristas também realizavam discussões internas sobre os caminhos para impedir que tal (re)criminalização ocorresse⁴⁴⁰.

As novas possibilidades de atuação pública que a dissolução do regime do SED promovia foram aproveitadas pelo SVD para divulgar e angariar suporte à campanha. Assim, em outubro de 1990, foi organizado um protesto na parte oriental de Berlim com a presença de mais de 100 mil pessoas que divulgavam sua aversão à possibilidade do 175 ser introduzida na Alemanha reunificada⁴⁴¹. Tal pressão popular – acompanhada por uma articulação política perspicaz por parte dos grupos homossexuais orientais – resultou em uma diferenciação legal entre os 5 novos estados orientais que se juntaram ao antigo território da Alemanha Ocidental e os antigos. Isto é, na Alemanha reunificada, o 175 passou a ser válido na parte ocidental do país, mas não na porção leste. Tal situação desigual continuou no país até 1994, quando o 175 foi finalmente totalmente excluído após 123 anos em ação (Tammer, 2013, p. 59).

3.9 O PARADOXO DA CONCESSÃO E DA REPRESSÃO: OS LIMITES E ALCANCES DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NA RDA

Em junho de 1990, Eduard Stapel, representando os homossexuais da RDA, e Volker Beck, uma figura importante no *Schwulenbewegung* ocidental, foram até Bonn, a capital

⁴³⁷ Carta do SVD ao Courage, 30 ago. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität Courage, Korrespondenz AGH Courage (n. 8d).

⁴³⁸ WIRD der Schwulenparagraph 175 StGB bei der Wiedervereinigung in der DDR wieder eingeführt oder in der BRD endlich abgeschafft? *TAZ*, 19 mai. 1990, p. 17.

⁴³⁹ WIEDER die “guten Sitten”. *Berliner Zeitung*, 20 jun. 1990.

⁴⁴⁰ Juristen gegen Paragraph 175 in der DDR, 1990. Arquivo Schwules Museum, Deutsches Demokratisches Republik, Staat und Politik 175 – vor der Wiedervereinigung (n. 2).

⁴⁴¹ WEG mit dem 175er. *TAZ*, 26 out. 1990.

administrativa da Alemanha Ocidental, a fim de expressarem a total reprovação à presença do parágrafo 175 em uma Alemanha reunificada. Para Becker, a manutenção do 175 após um século de sua existência representava o quanto a Alemanha Ocidental era um “país em desenvolvimento em suas políticas gays” (*schwulenpolitisches Entwicklungsland*) se comparada à realidade da RDA⁴⁴². A afirmação, para além de contrapor o caso alemão oriental aos desenvolvimentos legais observados em outros países naquele momento, sublinhava o caráter mais liberal da legislação da RDA em relação às sexualidades dissidentes. Assim, observa-se o paradoxo alemão oriental: um Estado que manteve, por um longo tempo, um silenciamento sobre as sexualidades dissidentes, onde havia grandes dificuldades para a promoção de uma subcultura e um movimento homossexuais e uma intensa vigilância e repressão desses grupos por parte da Stasi, mas que atingiu o período da reunificação apresentando uma série de concessões feitas aos grupos homossexuais e uma legislação sem qualquer discriminação em relação à sexualidade, constringendo o suposto Estado liberal alemão ocidental. Como avaliar essa ambivalência da vida homossexual na RDA? Ou melhor: o que significa essa mistura entre emancipação e repressão?

Alguns acadêmicos já procuraram realizar uma avaliação do saldo que o movimento homossexual da RDA encontrou próximo à reunificação alemã. Para Jennifer Evans, por exemplo, apesar de não se aprofundar muito nas concessões que o movimento experimentou na década de 1980, a Alemanha Oriental não teria experimentado uma robusta revolução sexual, já que o Estado teria se mantido homofóbico, com uma política que envolvia espionagem, vigilância e a ligação discursiva entre subversão e o desejo homossexual (Evans, 2010, p. 572). A crítica dela, apesar de válida, pouco leva em conta o cenário dos anos 1980, estando mais focada nas transformações legais que a homossexualidade teve no país. Assim, ainda que ateste uma real continuidade da repressão por parte do Estado, não lida com a ambivalência sublinhada pelas diversas concessões deste em seus últimos anos de existência.

Por outro lado, Josie McLellan chega a uma conclusão semelhante que a de Evans, mas levando em consideração uma coleção mais rica de nuances e olhares para a história desse movimento. A autora, apesar de reconhecer a ação ambivalente do Estado – repressão e concessão -, insiste na limitação do espaço público como o principal obstáculo para a real promoção de uma revolução sexual/gay na Alemanha Oriental (McLellan, 2011, p. 142). É evidente, como vimos, que nos últimos anos de existência do regime do SED, a imprensa e a televisão começaram a discutir cada vez mais sobre as sexualidades dissidentes. Mas isso não

⁴⁴² DDR-RECHT für Schwule retten. Protest gegen Kriminalisierung durch bundesdeutsches Gesetz. *Frankfurter Rundschau*, 30 jun. 1990.

se traduziu em um espaço público totalmente livre para discussão e, principalmente, de voz pública para tais indivíduos. Não foi possível, por exemplo, a publicação de uma revista ou jornal homossexual/lésbico que realmente colocasse em circulação um discurso próprio desses dissidentes. Dessa forma, a discussão, em sua maioria, se desenrolava de forma controlada e em espaços sancionados pelo Estado. No fim, nunca realmente o silenciamento público sobre esses dissidentes foi suplantado.

Um segundo aspecto muito relevante notado por McLellan – e que poucos trabalhos sobre a Alemanha Oriental consideram – é o fato de que as concessões e transformações observadas certamente não atingiam todos, especialmente aqueles que moravam em cidades menores ou em áreas rurais (McLellan, 2011, p. 140). A autora cita a declaração de uma mulher lésbica moradora do interior da RDA e que fala da ausência de espaços de sociabilização e possibilidades de contatos em sua região: “a terrível solidão começa quando seus colegas de trabalho se despedem todas as tardes e te destroem nas sextas-feiras com o último 'bom fim de semana'” (McLellan, 2011, p. 139, tradução nossa⁴⁴³). Nesse sentido, os trabalhos e as fontes aqui analisadas se concentram, de forma majoritária, nos contextos de grandes cidades alemãs orientais, como Berlim, Dresden, Leipzig e Magdeburg. Fenômenos como o surgimento de um aglomerado de estabelecimentos homossexuais em Prenzlauer Berg em Berlim ou a variedade de atividades programadas pelos grupos homossexuais e lésbicos de Leipzig certamente não ocorreram em municipalidades de pequeno porte e áreas rurais. Essa é uma extensão da historiografia queer da RDA ainda extremamente subdesenvolvida e que poderia contar com a História Oral para o seu desenvolvimento.

Sobre os limites dessas transformações e concessões experimentadas nos anos 1980, poderíamos ainda apontar a predominância de homens (em estabelecimentos, bares, grupos, festas, entre outros) homossexuais e cisgênero nesse movimento na RDA. Como já notado, a criação do *Lesben in der Kirche* ocorreu após as mulheres lésbicas se darem conta da permanência dessa predominância masculina homossexual nos espaços de sociabilização e na liderança do movimento. Ainda que as ações de ativismo lésbico e as possibilidades de sociabilização para essas mulheres tenham aumentado no decorrer dos anos 1980, essa discrepância permaneceu dominante – o que não difere muito do contexto dos movimentos queer em países capitalistas naquele momento. No entanto, se as lésbicas lutavam contra a sua invisibilidade, outros sujeitos permaneciam totalmente excluídos não só do movimento, mas

⁴⁴³ No original: “The terrible loneliness starts when your workmates say goodbye each afternoon and overwhelms you on Fridays with the last ‘have a nice weekend’”.

também das próprias políticas de concessão orquestradas pelas autoridades. Nesse sentido, em 1990 há indícios de que uma mulher trans havia iniciado um grupo de interesse em Berlim Oriental para suprir a necessidade não apenas de debate político, mas de sociabilização e aliança entre pessoas não cisgênero na RDA⁴⁴⁴. Assim, apesar de a Alemanha Oriental, mais uma vez, ter apresentado uma legislação bastante progressista na época em relação às pessoas trans, possibilitando a mudança do nome social dos documentos e a garantia do processo cirúrgico de redesignação de gênero (Klöppel, 2017), esses indivíduos sofriam um total silenciamento sobre suas demandas, suas identidades e sobre suas dificuldades para a promoção de espaços de sociabilização. Não há indícios de que o tema tenha ocupado destaque entre as discussões dos grupos homossexuais e, muito menos, entre as preocupações estatais e da Stasi. Isto é, esse movimento e as concessões que alcançou lidaram com dissidências em relação à sexualidade, mas ignoraram, em grande medida, as dissidências de gênero.

Já o historiador Samuel Huneke dá um parecer bem mais positivo às conquistas do movimento homossexual e, principalmente, às concessões realizadas pelas autoridades. Segundo o historiador, houve mudanças reais na política do Estado e que se traduziram em transformações práticas na vida desses sujeitos (Huneke, 2022a, p. 220). Quando observamos, por exemplo, a série de trocas de memorandos e relatórios da Stasi na metade da década de 1980 sobre os grupos homossexuais e lésbicos, realmente vemos que as autoridades recomendaram uma abordagem que dialogasse mais com as demandas desses indivíduos. No entanto, entre as diversas sugestões, as concessões faziam parte de uma abordagem entre várias outras que indicavam uma maior espionagem e intervenção nesses grupos. Ou seja, ao invés de apontar para uma real mudança na política do Estado com as sexualidades dissidentes, faz mais sentido observar a intensificação da ambivalência entre políticas de concessão e de repressão nos anos 1980. O Estado da RDA não passou a ver as sexualidades dissidentes de repente como parte da moral socialista, mas sim como um estrato da sociedade sobre o qual era necessário barganhar o suporte à estabilidade do regime e controlar o que acreditavam ser o potencial subversivo desses sujeitos. É claro que isso não exclui o fato de que tal pragmatismo realmente significou mudanças expressivas. Mas, da mesma forma que a narrativa de total repressão não enxerga a complexidade do regime, a constatação de uma real mudança política do Estado para com os homossexuais e lésbicas também parece simplificar o cenário. O pesquisador ainda atesta que as medidas repressivas da Stasi não funcionaram e que em 1989 mais de 21 grupos afiliados à Igreja e 3 seculares estavam debatendo em uma conferência nacional do movimento.

⁴⁴⁴ SO bin Ich um do will ich sein. Transsexuelle in Ost-Berlin. *TAZ*, 26 mai. 1990.

No entanto, tal afirmação também parece não considerar que a Stasi reconhecia a impossibilidade de acabar com tais grupos, especialmente aqueles sob a proteção da Igreja Protestante. Dessa maneira, a ação de intervenção e espionagem visionava não a dissolução do movimento, mas impedir a radicalização dos grupos, o que pode ser apreendido pelo material analisado como um objetivo alcançado pela Stasi. Ainda que críticos a muitas atitudes do regime, não houve o registro de nenhum grupo homossexual e lésbico abertamente pleiteando o fim do regime do SED ou apresentando um projeto político que se afastasse da sociedade alemã socialista. Além disso, se considerarmos que ainda em 1989 – momento de extrema instabilidade do Estado – a Stasi permanecia bem-sucedida em sua permanência dentro do movimento e até mesmo promovendo rachas internos e a criação de um novo grupo (o *Courage*), a atuação dela pode ser avaliada como conflitante ou pouco articulada, mas longe de não obter resultados.

Apesar de refutar aqui parcelas da avaliação feita por Huneke, outras partes de sua análise devem ser aqui confirmadas. Ao observar a ambivalência estatal, por exemplo, não é possível negar que as concessões feitas pelo Estado produziram certas medidas de representação e, principalmente, de cunho legal que seriam observadas em muitos países, como na porção ocidental alemã, apenas anos depois, em que a RDA nem mais existia (Huneke, 2022a, p. 221). Em relação aos países da ECL, por exemplo, os relatórios do EEPI acertaram ao apontar para o contexto alemão oriental como o mais bem-sucedido e favorável às sexualidades dissidentes. Fora a Alemanha Oriental, o contexto polonês foi o que mais apresentou iniciativas para a promoção de um movimento homossexual no país. No entanto, o Estado polonês reprimiu tais iniciativas de formas que não seriam observadas na RDA, chegando a promover uma operação policial específica, a Operação *Hyacinth*, a qual interrogou e intimidou centenas de homossexuais no país em 1985, produzindo cerca de 11 mil relatórios sobre os dissidentes da cisheteronormatividade no território (Szulc, 2018, p. 106). Já na conjuntura da Checoslováquia, empreitadas ativistas semelhantes no final dos anos 1980 não receberam uma repressão violenta como no caso polonês, mas o Estado em nenhum momento adotou um projeto político de concessões remotamente semelhante ao que ocorreu na Alemanha Oriental (Huneke, 2022a, p. 222).

Se o protagonismo do movimento homossexual da RDA na ECL é incontestável, sua comparação às sociedades ocidentais capitalistas realça ainda mais as peculiaridades e a ambivalência desse Estado. Como já apontado, as narrativas típicas da Guerra Fria – e que permearam e ainda invadem pesquisas em História – observam a ausência de um ativismo queer na ECL antes de 1989, principalmente aqueles trabalhos que possuem uma visão limitada sobre

ativismo e movimento social, considerando apenas modelos específicos e geralmente da Europa Ocidental ou da América do Norte. Esses trabalhos subscrevem às narrativas sobre o “retorno à Europa” da ECL, sugerindo a existência de projetos de emancipação queer na região apenas após a sua reintegração política e de fronteira nos anos 1990. No entanto, o caso alemão oriental é prova de um movimento homossexual desenvolvido bem antes da reunificação e que conseguiu lidar com as limitações impostas por um Estado ditatorial. Esse olhar fica ainda mais curioso quando vemos o desenvolvimento da questão a partir de um olhar jurídico, comparando o contexto da RDA com outros países no Ocidente. No que concerne ao aceite legal de homossexuais no exército e à equidade da idade de consentimento entre relações homossexuais e heterossexuais, a RDA precedeu em muitos anos vários países considerados hoje como os principais precursores de experiências de ativismo queer. Assim, enquanto a Alemanha Oriental aboliu o parágrafo 151 em 1988 – equalizando a idade de consentimento -, a Irlanda faria o mesmo apenas em 1993, a Espanha em 1995, Israel e Inglaterra em 2000, os Estados Unidos em 2003 e a Austrália apenas em 2016. Já a aceitação de homossexuais na carreira militar seria aprovada na RDA também em 1988, mas apenas em 1992 na Austrália e no Canadá, em Israel em 1993, na Inglaterra em 2000 e nos Estados Unidos em 2011 (Huneke, 2022a, p. 224).

Por que, então, esse Estado realizou tais desenvolvimentos legais e outras concessões ao movimento homossexual e lésbico, mesmo sendo considerado um dos regimes mais inflexíveis atrás da Cortina de Ferro e extremamente paranoico em relação à ameaça subversiva das sexualidades dissidentes? Primeiramente, os grupos homossexuais dos anos 1980 contavam com a experiência vivenciada pelos ativistas do HIB nos anos 1970. Além disso, nos anos 1980, parte desses grupos recebia o respaldo (ainda que parcial) da Igreja Protestante em uma sociedade em que o Estado estava tentando lidar com a crescente insatisfação frente uma crise econômica e política em efervescência. Isto é, o movimento homossexual nesse período soube aproveitar esse momento único e realizou suas demandas no interior da gramática discursiva política (e paranoica) do Estado. O *Sonntags-Club*, por exemplo, ao apontar para a sua disposição de trabalhar junto das autoridades e sublinhar que o Estado perdia apoiadores ao ignorar os ativistas que acabavam se dirigindo para os grupos na Igreja, estava exatamente instrumentalizando as preocupações estatais ao seu favor. De forma análoga, Frank Schuler estava ciente, por exemplo, do pavor das autoridades aos contatos entre homossexuais dos lados opostos do Muro de Berlim. Ao insistir nesses contatos e utilizá-los como ameaça ao Estado, Frank não inventava uma estratégia de resistência, mas utilizava da própria paranoia estatal para suas reivindicações. Isto é, nos anos 1980, as demandas do movimento homossexual foram colocadas para o Estado de uma maneira que fazia sentido para as autoridades naquele

momento (Huneke, 2022a, p. 223). Essas demandas não só confirmavam ao Estado alguns de seus temores, como despontavam como meios de realizar concessões e angariar suporte ao regime entre tais sujeitos, mantendo a estabilidade do país.

Em segundo lugar, há a contínua integração dessa sociedade a tendências culturais e econômicas globais. A crise econômica, a expansão da televisão (junto da maior audiência da programação ocidental), a intensificação da demanda pelo consumo de bens materiais e de entretenimento, a música, as vestimentas, entre tantas outras tendências apontavam para a integração da ECL em dinâmicas globais diversas e a permeabilidade do Muro de Berlim. Para o movimento homossexual, isso significou uma intensificação de contatos internacionais e da circulação de referências e materiais comuns nos dois lados da Cortina de Ferro. Isso não quer dizer, no entanto, que havia uma replicação de modelos ocidentais capitalistas de emancipação e ativismo homossexual, mas a promoção de um tipo específico de demanda para a transformação da sociedade socialista alemã. Assim, ainda que dividisse certas referências com o Ocidente, esses grupos lidavam com as suas possibilidades locais e, em sua grande parte, pretendiam promover um Estado alemão oriental mais humanitário e não entregue ao Ocidente. A indignação de Pulz ao grupo HOSI de Viena sobre uma representação supostamente anticomunista do movimento na RDA confirma que a integração desse movimento a trocas transnacionais e tendências globais não se traduzia na homogeneização de suas propostas e uma adequação aos modelos ocidentais. Essa dinâmica significou também que, em um contexto de Guerra Fria, a Alemanha Ocidental despontava sempre como um termômetro comparativo com a RDA. Nesse sentido, medidas como o fim do parágrafo 175 em 1968 ou a exclusão do parágrafo 151 em 1988 irrompiam como um sinal de progressismo da RDA, um Estado que almejou durante toda a sua existência sublinhar sua superioridade ao seu vizinho capitalista. Assim, as concessões estatais podem também ser interpretadas como uma maneira de garantir que esse movimento homossexual e lésbico – ainda que dialogando com o Ocidente – continuasse acreditando em uma proposta socialista para a Alemanha.

Em terceiro lugar, Huneke aponta que não é possível desconsiderar que os grupos homossexuais contavam com uma herança de ativismo alemão sobre as sexualidades dissidentes, como aquela da República de Weimar, sobre a qual tais grupos poderiam se inspirar e convencer a sociedade sobre o caráter alemão de suas demandas (Huneke, 2022a, p. 223). No entanto, mais do que essa herança – sobre a qual muitos não possuíam acesso na Alemanha Oriental -, destacaria a centralidade do sofrimento homossexual durante o nazismo. Sendo a retórica antifascista o cerne ideológico da RDA, a perseguição aos homossexuais durante o nazismo funcionava não apenas como uma afirmação das sexualidades dissidentes como parte

de uma mesma tradição antifascista, mas também podia ser utilizada para apontar e constranger o preconceito ao qual tais sujeitos estavam submetidos também na RDA. Assim, a insistências dos grupos nas homenagens em campos de concentração e a referência a esse passado alemão de perseguição e genocídio impossibilitavam as instituições de ignorarem essa comunidade, intensificando a imprescindibilidade das autoridades se voltarem às demandas desses grupos.

Isto é, a história queer alemã oriental apresenta uma conjuntura a qual não pode servir de inspiração ou modelo de ação ativista para nenhuma outra sociedade. A ação específica dos grupos homossexuais e lésbicos – como a sua associação a uma instituição como a Igreja – e a ambivalência estatal – que promoveu uma interação confusa entre concessões e repressão – formaram um produto extraordinário do seu tempo e do seu espaço.

Esse saldo totalmente paradoxal do Estado alemão oriental em relação às sexualidades dissidentes também fica evidente na própria memória de homossexuais e lésbicas que viveram o período e hoje recontam suas experiências. Nas entrevistas realizadas por Huneke, o autor encontrou a predominância de narrativas que sublinham a vivência paradoxal na Alemanha Oriental. Um de seus entrevistados – morador de Dresden e que tinha conseguido imigrar para a Alemanha Ocidental em 1988 – destacava seu ódio pela RDA, mas lembrava sua vida no país como “o período gay mais bonito” (Huneke, 2022a, p. 221, tradução nossa⁴⁴⁵). Já outro morador homossexual na RDA, que também havia sido bem-sucedido no seu processo de mudança para a Alemanha Ocidental nos anos 1980, lembrava suas experiências em Berlim Oriental de forma positiva, destacando a sua vida romântica homossexual na cidade. Por outro lado, McLellan, em suas entrevistas, esbarrou com uma série de apontamentos para o fato de que a homofobia havia permanecido de muitas formas intacta na Alemanha Oriental (McLellan, 2011, p. 121). Ou seja, as narrativas daqueles que cresceram, descobriram a sua sexualidade e procuraram assumir uma identidade homossexual na RDA mostram uma conjuntura que denota “nem a euforia da liberação nem o desespero da perseguição” (Huneke, 2022a, p. 221, tradução nossa)⁴⁴⁶.

O lançamento do filme *Coming Out* talvez seja a representação simbólica perfeita dessa ambivalência não resolvida na RDA. Na noite em que o país apresentava o principal produto de concessão estatal ao movimento homossexual – contendo, finalmente, o reconhecimento da perseguição nazista aos homossexuais – a queda do Muro de Berlim anunciava a perda do lado oriental na disputa com a Alemanha Ocidental na Guerra Fria. De maneira irônica, os

⁴⁴⁵ No original: “[...] the most beautiful gay time”.

⁴⁴⁶ No original: “[...] of neither the euphoria of liberation nor the despair of persecution.”

homossexuais e lésbicas na RDA teriam que decidir agora entre assistir o filme ou conhecer a subcultura *schwul* ocidental, a qual o capitalismo prometia ser uma fonte inesgotável de prazeres e possibilidades. O que tais indivíduos descobririam, no entanto, era quais direitos legais estariam garantidos ou não ao adentrarem esse novo mundo da suposta liberação gay/*schwul* – o que logo ficaria evidente com a ameaça do retorno do parágrafo 175. Em última instância, a noite de 9 de novembro de 1989 não significou apenas a queda do Muro de Berlim, mas a reiteração da disputa que percorreu toda a história queer da RDA: a atração da subcultura *schwul* no Ocidente ou a garantia de direitos legais em um Estado socialista. Mesmo quando o Estado resolveu celebrar a restrita subcultura homossexual do país e dar um grande passo para quebrar o silenciamento público sobre as sexualidades dissidentes, a tentativa foi impedida pelas suas próprias inconsistências: a população alemã oriental já não poderia mais ser satisfeita pelas ofertas da utopia socialista e, de certa forma, já não existia mais um Estado alemão oriental. De forma irônica e paradoxal, homossexuais certamente experimentaram desenvolvimentos significativos e um progressismo jurídico inegável na Alemanha Oriental, mas tais concessões não foram suficientes para produzir um espaço público justo de discussão ou o fim dos atos de vigilância e repressão. No fim, a Alemanha Oriental pouco conseguiu extirpar a visão que rondava a homossexualidade desde 1949: o símbolo da decadência capitalista.

4 CAPÍTULO 3 – O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO: UM PROTAGONISTA NA SOLIDARIEDADE GLOBAL

4.1 IDENTIDADES DESVIANTES E SOCIABILIZAÇÃO HOMOSSEXUAL NO SÉCULO XX

O grupo Outra Coisa recebeu em agosto de 1980 uma carta bastante preocupada do grupo Beijo Livre de Brasília⁴⁴⁷. Na correspondência, os membros do Beijo Livre alertavam o recebimento de uma carta-manifesto com um teor bastante ameaçador ao grupo. A carta-manifesto⁴⁴⁸ era assinada como Cruzada Anti-Homossexualismo Setor Litoral/Paraná e avisava ao grupo Beijo Livre da iminente chegada das atividades da Cruzada na capital federal e seu posicionamento veementemente contrário – e homofóbico – às atividades realizadas pelo MHB na cidade. Entre os 5 pontos informativos e ameaçadores, a Cruzada destacava: “Poderoso grupo internacional patrocina a Grande Abertura Erótica e Pornográfica neste país, objetivando prostituir a Sagrada Família Brasileira, enfraquecendo assim os alicerces da nação”.

O documento ameaçador recebido pelo Grupo Beijo Livre - em um momento em que o MHB se reestruturava e se expandia pelos grandes centros urbanos do país – respondia não somente indignado ao período de abertura da ditadura, mas reproduzia uma narrativa que havia embasado uma reação conservadora e preconceituosa às sexualidades dissidentes e que, apesar de ter origens bem anteriores à ditadura, havia sido mais estabilizada e parcialmente institucionalizada exatamente durante o regime militar. Em outras palavras, a Cruzada expressava em seu discurso a retórica da chamada “ameaça comunista”. Ao acusar um poderoso grupo internacional como responsável pelas mudanças nas atitudes morais e nos comportamentos sexuais da sociedade brasileira, os membros da suposta Cruzada faziam referência à crença de uma conspiração internacional comunista que enxergava na desestabilização da família – cisheteronormativa – uma das suas principais táticas de ataque às sociedades capitalistas no interior das disputas da Guerra Fria. Apesar desse discurso ter começado a se desenvolver muito antes do golpe que instituiu os militares no controle da nação,

⁴⁴⁷ Carta do Grupo Beijo Livre ao Outra Coisa, 22 out. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁴⁴⁸ Carta do Grupo Cruzada Anti-Homossexualismo Setor Litoral/Paraná ao Beijo Livre, 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

foi exatamente durante a ditadura que se passou a observar tal “ameaça comunista” não mais como um sinal externo, mas uma força já instalada no interior do país (Cowan, 2016, p. 128). Tal noção embasava um pânico moral e de reação conservadora e violenta às sexualidades dissidentes, suas expressões identitárias e, é claro, ao MHB.

Como vimos até agora, o contexto alemão oriental apresentava um tipo de conservadorismo calcado na ideia de uma decadência capitalista que pretendia colocar em perigo a juventude e, em última instância, o próprio projeto socialista vislumbrado pelo SED. De forma análoga, e sob um embrulho ideológico aparentemente contrário – mas com um efeito conservador bastante similar –, a ditadura militar brasileira vinculava seu pânico moral em relação às sexualidades dissidentes no preceito da ameaça comunista. Tal aproximação entre os dois contextos será realizada no próximo capítulo. No entanto, para que tal comparação e conexão possam ser promovidas, precisamos nos voltar primeiro ao contexto brasileiro de surgimento de um movimento LGBTQIA+ durante a ditadura militar – aqui representado pela sigla usual, mas limitada, MHB. Porém, da maneira como ficou evidente no caso da Alemanha Oriental, a construção de um projeto ativista em torno das sexualidades dissidentes é perpassada e precedida por uma série de desenvolvimentos sociais, identitários e políticos. Assim, se no contexto alemão há uma herança iniciada desde o final do século XIX e que demonstra transformações nas interpretações identitárias e nas estratégias políticas em relação a tais sujeitos, o mesmo deve ser sublinhado em relação ao Brasil. Portanto, de que forma tais indivíduos chegaram nos anos 1970 se identificando como homossexuais e quais experiências prévias e referências puderam dispor para a construção do MHB?

4.1.1 A República, os grandes centros e as disputas identitárias

O final do século XIX e a virada para o século XX são marcados por momentos de feroz instabilidade e mudanças importantes na sociedade brasileira, como a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Iniciava-se no país não apenas um longo período conturbado de experiências democráticas – interrompidas – diversas, mas também transformações profundas na sociedade brasileira. A nação experienciaria intensas migrações internas e externas para o país, uma urbanização pulsante, novos empreendimentos na economia e aspirações diversas para o projeto de uma nação brasileira. Nessa conjuntura, é claro que também se desenrolavam – ainda que não sempre perceptíveis aos olhos da sociedade hegemônica – o estabelecimento de novas oportunidades para sociabilidades sexuais dissidentes nos centros urbanos em expansão e atualizadas representações identitárias desses

sujeitos. Tais transformações não demorariam para atingir as artes, como a literatura. Assim, em 1885 era publicado na cidade do Rio de Janeiro o romance *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha (2019), o qual contava a história de um escravo negro fugido, Amaro, que se apaixona por um rapaz de quinze anos, Aleixo, durante seu período na Marinha e o leva para morar no Rio de Janeiro, onde aproveitam uma vida feliz em um pequeno quarto alugado por um tempo. Após um breve período longe de seu amado, o rapazinho se apaixona pela dona portuguesa do quarto que alugavam, fato que leva Amaro a se deixar enlouquecer pelo seu ciúme e assassinar o jovem Aleixo no meio da rua. Apesar do claro teor disciplinar da história, em que a relação homossexual estaria fadada à desavença e à tragédia, o livro foi recebido de forma bastante violenta por parte dos críticos da época, os quais alegavam que a narrativa era proveniente das próprias experiências pessoais de Adolfo Caminha (Howes, 2005, p.175). Tais acusações levaram o autor a sair em defesa do caráter disciplinar do livro e de sua própria moral e respeitabilidade na sociedade em um artigo publicado no ano seguinte. Nele o autor delegava a realidade das experiências relatadas na obra às suas próprias observações quando serviu à Marinha. Entretanto, após certo período de sucesso atingido pelo romance, a obra de Adolfo Caminha logo caiu no esquecimento, permanecendo assim ignorado por grande parte da primeira metade do século XX (Howes, 2005, p. 171). Seu prestígio seria recuperado apenas quando, principalmente, grupos e ativistas do MHB resgataram o livro como uma das primeiras obras literárias a retratar a homossexualidade no Brasil (Bezerra, 2006, p. 1).

De qualquer forma, mais relevante do que a polêmica em torno da obra e de seu sucesso de vendas seguido por um evidente apagamento, deve-se frisar o fato de que Adolfo Caminha havia escrito o romance a partir da sua posição de testemunha de práticas homoeróticas na Marinha brasileira perto da Proclamação da República. Devido às escassas fontes que lidam com as sexualidades dissidentes naquele período, *Bom-Crioulo* se torna um documento de valor histórico para o registro dos espaços de sociabilidade e das dinâmicas sociais em torno das práticas que escapavam a cisheteronormatividade no Brasil do fim do século XIX.

No momento de publicação de *Bom-Crioulo*, a homossexualidade em si não era um crime sob o ponto de vista legal, diferente do tempo do Brasil colonial. Sob o controle de Portugal, as leis coloniais definiam o crime de *sodomia*, podendo condenar o culpado à fogueira e ao confisco de seus bens (Mott, 1992, p. 171). Assim, os *sodomitas* aparecem nos processos da Inquisição, como mostra o registro de 44 casos de *sodomia* levados à julgamento nos estados da Bahia e do Pernambuco entre 1591 e 1620. Há indícios de que a prática persecutória teria

continuado por todo o período colonial, ainda que as fontes comprobatórias sejam raras, mas existentes⁴⁴⁹.

Com a proclamação da Independência em 1822 e a o início do período do Império do Brasil, o novo Código Penal promulgado em 1830 excluía qualquer referência à sodomia, em uma evidente inspiração e influência do Código Penal francês de alguns anos antes (Green, 2019, p. 6). Tal tendência a ignorar qualquer providência legal específica à homossexualidade se confirmaria com a promulgação do primeiro Código Penal republicano em 1890, em que, diferentemente de muitos países no Ocidente, como era o caso já visto da Alemanha, não constava parágrafo que se dirigisse às práticas homoeróticas. No entanto, quatro dispositivos legais presentes no Código Penal daquele ano deixavam brechas às interpretações que quisessem perseguir tais sujeitos e práticas dissidentes. Assim, enquanto o Artigo 266 versava sobre o crime de atentado ao pudor, sendo usado para enquadrar relações entre homens adultos e meninos, o Artigo 282 discorria sobre o atentado público ao pudor, colocando-o à disposição para o enquadramento de qualquer manifestação pública lida como sinal de homossexualidade. Da mesma forma, o Artigo 379 criminalizava o travestismo e o Artigo 399 definia o crime de *vadiagem*, relacionado àqueles vistos pela polícia como não praticantes do exercício de uma profissão, interpretação que recaía, principalmente, sobre os trabalhadores/as do sexo (Green, 2006, p. 77). Isso quer dizer que, a despeito de não haver uma criminalização direta das sexualidades dissidentes, suas manifestações estavam certamente passíveis de constrangimento policial e perseguição legal através dos dispositivos ambíguos do Código Penal.

Isso, no entanto, não impediu que os grandes fluxos migratórios – principalmente ao Rio de Janeiro e mais tarde à São Paulo -, as transformações culturais, a abertura de novos espaços de convivência urbana, entre outras tantas transformações do período, fossem acompanhados de uma crescente visibilidade desses sujeitos dissidentes e novos espaços de sociabilização homossexual nas cidades. As fontes para traçar um mapa significativo da sociabilidade homo no fim do Império e no começo da República são raras. No entanto, além de menções em jornais, relatos na literatura e limitadas fontes policiais, um dos principais vestígios dessa época está presente em trabalhos médicos. O trabalho *Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro*, de Francisco Ferraz de Macedo e publicado em 1872, apresenta um último capítulo intitulado de “Sodomia ou prostituição masculina” (Green, 2006, p. 28). Neste capítulo, além de descrever o comportamento do sujeito

⁴⁴⁹ Exemplar desse período é o caso do escravo Daniel Pereira, o qual foi levado no século XVIII para ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício em Lisboa e condenado pelos seus crimes de *sodomia* cometidos em terras brasileiras. Cf. Silva (2016).

o qual ele ainda denominava de sodomita, Ferraz de Macedo discorre sobre os locais em que as pessoas adeptas à sodomia mais eram encontradas na capital do Império (Green, 2019, p. 90).

A segunda metade do século XIX e o início do século XX observam o momento em que a homossexualidade é “criada” aos olhos da ciência, em especial a medicina, a partir de uma crescente preocupação higienista com as cidades e a sua expansão urbana. Se até o fim da época colonial as práticas sexuais se encontravam sob o domínio avaliador e punitivo da religião, no decorrer do Império e, principalmente, perto do início da República, estas foram restituídas ao domínio da ciência e seu desespero higienista. Assim, se antes eram denominadas de *sodomia*, tais relações passaram ao signo do *homossexualismo*, cujos praticantes deveriam ser analisados sob a tutela da “ciência médica, para curar, e da jurídica, para punir, em caso de resistência e reincidência” (Moreira, 2012, p. 256).

Não se trata de dizer que as práticas sexuais só a partir daquele momento é que passaram a ser vítimas de atenção, avaliação e punição. No período colonial há uma série de exemplos que registram a leitura de tais práticas como *sodomia*, seus praticantes como *sodomitas* e sua criminalização. Ou seja, se antes a Inquisição se via responsável por tal controle, agora “pretendia-se o exercício de um controle através e em nome da ciência, que a tudo presidia com uma suposta aura de neutralidade” (Trevisan, 2018, p. 170). Dessa forma, esse momento de efervescência política, social e cultural observou também o nascimento de noções ligadas àquilo que seria lido como *normal* e seu aposto, a *anormalidade* (Moreira, 2012, p. 262). Isto é, a medicina do final do século XIX produziu no signo da *homossexualidade* um sujeito *desviante*. Os médicos e os teóricos higienistas contribuíram para a reafirmação de uma ordem social regida por normas, as quais foram naturalizadas e que passaram a determinar que todos aqueles que as escapassem seriam classificados dentro da *anormalidade*, ou melhor, *desviantes* (Miskolci, 2005, p. 12).

Uma segunda fonte bastante usual para a descrição do período é um trabalho de um professor de direito criminal, Francisco José Viveiros de Castro, o qual embasava suas visões sobre a homossexualidade a partir dos principais sexólogos europeus da época (Green, 2019, p. 95). Publicada em 1894, momento em que o Brasil experimentava sua primeira década republicana, a obra intitulada *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* registrava locais no Rio de Janeiro em que *homossexuais* – ou *pederastas*, como muito comumente tais estudiosos passaram a nomear tais sujeitos no Brasil – circulavam e encontravam a possibilidade de encontros sexuais furtivos. Da mesma forma, já após a virada de século, um médico também carioca, José Ricardo Pires de Almeida, publicou o trabalho *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudo sobre as perversões do instinto*

genital em 1906, também se debruçando sobre a cartografia homossexual da capital brasileira (Green, 2019, p. 98).

A partir desses trabalhos, assim como produtos literários diversos, jornais, entre outros, sabe-se que enquanto a medicina, os juristas e os higienistas se intensificavam em suas classificações dos desviantes e clamavam por ações controladoras, os dissidentes sexuais enfrentavam a sociedade conversadora e forjavam novos espaços de sociabilidade nos centros urbanos. É o caso, por exemplo, da região da Praça Tiradentes, na época popularmente conhecida por Largo do Rossio, bem no Centro do Rio de Janeiro, e que reunia uma série de estabelecimentos culturais e alguns voltados às oportunidades sexuais. Assim, enquanto um visitante desatento logo percebia ali a presença de inúmeros cabarés, intensa prostituição feminina e uma cena cultural em efervescência, era necessário um olhar mais atento para perceber que era também uma região perpassada por oportunidades de sociabilidade homossexual e encontros furtivos entre homens. Dos adeptos às práticas homoeróticas, os *frescos* – termo usualmente popular, o que demonstra um descompasso entre os signos médicos e populares – talvez sejam os que recebiam mais atenção e, conseqüentemente, desaprovação popular. O termo era usualmente direcionado a homossexuais efeminados e que encontravam nessa área uma relativa seguridade para exibir traços de seu comportamento desviante, ainda que passíveis de represálias (Green, 2019, p. 74)

Com o decorrer das primeiras décadas do século XX e a intensificação nas transformações econômicas do país, que impulsionavam a urbanização, a imigração e as mudanças na paisagem urbana, a visibilidade dos *desviantes* homossexuais crescia nas cidades, assim como os espaços ocupados por sua sociabilidade. Conforme as cidades reestruturavam seus centros, os espaços de sociabilização homossexual também eram deslocados e se expandiam. Dessa forma, no Rio de Janeiro, se durante a virada do século a Praça Tiradentes era indiscutivelmente o ponto central dessa malha desviante urbana, no decorrer dos anos 1930 houve uma descentralização para as regiões da efervescente Cinelândia e da Lapa (Green, 2019, p. 157). Já São Paulo, que apresentara um crescimento aquém ao Rio de Janeiro até a virada de século, disparou nas primeiras décadas. Com o impacto da atividade cafeeira, a cidade recebeu um fluxo migratório intenso e o estabelecimento de uma atividade industrial pujante, o que, é claro, foi traduzido em um crescimento populacional exponencial (Lencioni, 1998, p. 30). Esse crescimento econômico e populacional foi acompanhado de uma efervescência cultural e transformações na paisagem urbana, em especial na região do Vale do Anhangabaú, marcada no início do século XX pela construção do Theatro Municipal de São Paulo, o qual era produto da imbricação entre a expansão econômica e as transformações demográficas (Oliveira, 2021,

p. 100). Sua edificação também ocorria concomitantemente às transformações da região central da cidade, com novas construções e funções para o espaço urbano se multiplicando na região. Esse novo cenário e um fluxo intenso de trabalhadores e imigrantes traçaram as condições para que pontos de sociabilidade homossexual também se estabelecessem nesse período, em especial no Vale do Anhangabaú e na Avenida São João (Green, 2019, p. 170).

A expansão econômica e dos postos de trabalho significavam um maior acesso aos espaços de entretenimento, situação que foi aproveitada pela popularização dos cinemas. Sendo os encontros em ambientes públicos, como os parques e banheiros públicos, suscetíveis às represálias do público e da força policial, os cinemas despontaram como uma alternativa acessível e mais segura aos encontros homossexuais (Green, 2019, p. 173). Isso explica, por exemplo, a concentração homossexual em regiões como a Cinelândia, no Rio de Janeiro, e na Avenida São João, em São Paulo, ambas aglomerando salas de cinema na primeira metade do século XX. Isso não quer dizer, no entanto, que locais públicos, como os parques e passeios municipais, tivessem perdido sua utilidade no forjar de sociabilidades desviantes no período. É o caso, por exemplo, do Parque Municipal de Belo Horizonte, local que surgiu no começo do século como um espaço simbólico da prosperidade da capital mineira. Um crime ocorrido em 1946, em que um homossexual foi encontrado assassinado no parque, sinalizou que ali se concentrava uma rede bem estabelecida de sociabilização homossexual na malha urbana belo-horizontina (Morando, 2008, p. 33). Isso aponta para um processo de expansão urbana e de locais para a sociabilização homossexual não restrito à São Paulo e ao Rio de Janeiro, mas ocorrendo de forma concomitante nos grandes centros urbanos do país.

Simultâneo à diversificação dos locais de circulação homossexual nas grandes cidades e à expansão geral econômica e populacional dessas urbes, a linguagem parecia se empenhar para registrar e compreender tais dinâmicas. Em relação às sexualidades dissidentes, novos termos entravam em uso, como é o caso das expressões *viado* e *bicha* (Green, 2019, p. 153). Tais termos, em especial o último, eram utilizados não apenas pela população como instrumento de injúria a tais sujeitos, mas também pelos próprios desviantes a fim de se reconhecerem, organizarem e interpretarem as dinâmicas observadas em seus pontos de encontro.

Assim como observado no Capítulo 1, o antropólogo Peter Fry observou os modelos taxonômicos na sociedade brasileira para interpretar as sexualidades dissidentes. Como o antropólogo observa a partir de sua etnografia na cidade de Belém, o modelo taxonômico hierárquico, centrado nos aspectos de gênero da relação sexual estabelecida e representado pelo binômio *bicha/bofe* (ou passivo/ativo), teria sido o predominante no Brasil por grande parte do século XX (Fry, 1982, p. 91). Assim, o que organizaria as dinâmicas dos encontros

homossexuais em seus espaços de sociabilidade estaria direcionado pela posição sexual assumida: aquele que desenvolvesse o papel esperado pela mulher, o de penetrado, o passivo, assumiria a posição de *bicha*; já aquele que penetrasse, sendo o ativo na relação, seria lido como *bofe* e não teria sua masculinidade questionada socialmente. No período até aqui apresentado, as primeiras décadas do século XX, o modelo taxonômico hierárquico parece ser o predominante, organizando não apenas as relações na malha urbana desviante homossexual, mas também influenciando em quais sujeitos acabavam sendo mais visíveis e passíveis de atenção pública, policial e médica.

Nos anos 1930, o novo chefe da polícia do Rio de Janeiro, Leonídio Ribeiro, instaurou o Laboratório de Antropologia Criminal, no qual realizou uma série de estudos mostrando correspondência com as últimas teorias da Europa na época e, obviamente, com uma propensão à visão higienista sobre a sociedade. Entre os estudados por Ribeiro estavam os homossexuais, os quais, nesse e em outros estudos, pareciam confirmar a existência dicotômica entre os efeminados e aqueles homens *verdadeiros*, ou seja, o binômio *bicha/bofe*. A prevalência de exemplos de homens considerados efeminados nos estudos policiais e médicos da época aponta também para uma discrepância em relação à represália e à violência entre os frequentadores desses espaços de sociabilização homossexual. Tanto os observadores e externos quanto os possíveis estudiosos buscavam pelos sinais considerados na época como os principais indicadores de homossexualidade, olhar que recaía naqueles que apresentavam um comportamento de vestimenta, de trejeitos e de linguagem lido como *efeminado* (Green, 2019, p. 184). Isso significa que estes estavam mais sujeitos a serem reconhecidos pela população e, conseqüentemente, por oficiais policiais, legistas e médicos.

É claro que indivíduos que escapavam às expectativas da organização identitária entre *bicha/bofe* existiam e desestabilizam não apenas as interpretações médicas e de estudiosos como também dos próprios frequentadores desses espaços de sociabilidade homossexual. É o caso, por exemplo, de Madame Satã, o nome popular e ficcional de José Francisco dos Santos, conhecido por enfrentar violentamente as forças policiais, tendo passado quase 26 anos de sua vida encarcerado (Welsh, 2021, p. 124). Apesar de ser considerado *bicha*, apresentava uma performance que mesclava e desestabilizava noções de masculinidade e homossexualidade, confundindo as especificações do binômio *bicha/bofe*. É claro que Madame Satã era um exemplo entre diversos outros que transitavam pela malha urbana homossexual e que desestabilizam as noções sobre a manifestação da homossexualidade na sociedade brasileira. No entanto, tais existências eram raras – ou ignoradas – pelos trabalhos da época, mostrando

não apenas uma maior visibilidade – e vulnerabilidade – daqueles homossexuais lidos como *bicha*, mas também escolhas questionáveis dos métodos utilizados pelos estudiosos.

De forma análoga, os recortes de pesquisa pouco diversos aparecem nas escolhas feitas por José Fábio Barbosa da Silva em sua monografia intitulada *Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário*. Publicada em 1958 sob a orientação de Florestan Fernandes e defendida em uma banca com a participação de Fernando Henrique Cardoso na Universidade de São Paulo (Green, 2005, p. 21), o trabalho de Silva pode ser apontado como o primeiro estudo acadêmico no país a ter pensado na homossexualidade como um grupo distinto na metrópole, mas longe do olhar médico ou policial. A monografia foi perdida do repositório da USP, possivelmente destruída a partir das ações dos militares em 1964 (Green, 2005, p. 47), e apenas encontrada no começo dos anos 2000. Além de apresentar um certo pioneirismo nos estudos sobre as sexualidades dissidentes no país, a pesquisa apresenta dados interessantes sobre o período estudado, contabilizando um percentual de 37% dos entrevistados como praticantes ativos e passivos nas atividades sexuais, o que seria um claro descompasse entre as crenças populares e as práticas reais (Green, 2005, p. 31).

Para além dos resultados que desestabilizam o essencialismo – irreal na prática – do modelo hierárquico taxonômico, a monografia de Silva é uma ótima fonte que foge dos recortes analíticos médicos e policiais e que também registra a cartografia de sociabilidade homossexual em São Paulo na metade do século XX. Ao se concentrar na *região moral* do encontro no centro da cidade, Silva destaca um punhado numeroso de estabelecimentos e espaços urbanos que apresentavam uma frequência homossexual expressiva na cidade (Silva, 2005, p. 72). Dessa forma, as possibilidades de encontro dissidente poderiam ocorrer nos cinemas, bares e cafés da região, mas também em ambientes menos controlados e de livre acesso, como algumas praças, ruas e estações de ônibus e trens (Silva, 2005, p. 74).

Essa expansão de tais espaços não deve ser lida, no entanto, como um processo pacífico e não receptor das represálias sociais, legais e médicas. Trabalhos como os de Leonídio Ribeiro, por exemplo, só eram possíveis pela intervenção direta nesses círculos de sociabilidade homossexual e no constrangimento desses indivíduos, os quais eram fichados, obrigados a responder questionários e, até mesmo, terem seu corpo examinado e seu físico fotografado (Green, 2019, p. 213). A entrada das teorias de eugenia no Brasil, em especial nos anos 1930, intensificaram o olhar médico e de legistas à questão das sexualidades dissidentes no país. Antes, o olhar higienista, ao preconizar uma proposta combativa às infecções e a adoção de bons hábitos considerados saudáveis, já vinha influenciando diversos estudiosos a olhar para a homossexualidade como manifestação de uma prática prejudicial à saúde da população. Com a

chegada da eugenia, esse interesse pelas práticas sexuais dissidentes se intensificaria ainda mais, já que agora o foco estaria em combater diretamente a degeneração social a partir de uma série de testes tomados como científicos e que buscavam pelo melhor método para purificar a sociedade brasileira (Green, 2019, p. 203) – em especial em relação ao seu aspecto racial. Se um dos principais objetivos dos adeptos à eugenia recaía no branqueamento da nação (Silva, 2013, p. 911), esse aspecto racial passaria a ser mesclado, por muito autores, com as preocupações em relação aos homossexuais.

É nesse entrecruzamento da expansão da malha urbana de sociabilidade homossexual e de uma intensificação da preocupação higienista e eugênica de muitos estudiosos e autoridades que temos um dos poucos registros de caso de homossexualidade feminina na época. Assim como ocorria no caso alemão, a homossexualidade feminina recebia menos atenção das autoridades e da sociedade, conseqüentemente aparecendo muito menos nas fontes disponíveis sobre a época. Os estudiosos confundiam o machismo que dificultava a circulação das mulheres pela urbe – e, conseqüentemente, inviabilizava o desenvolvimento de locais de sociabilidade lésbica na intensidade que ocorria entre os homens homossexuais – com uma suposta ausência ou menor ocorrência da homossexualidade feminina, colocando-a como um problema de menor urgência. No entanto, nos escritos de Antônio Carlos Pacheco e Silva, diretor do infame Hospício Juquery, há um registro de uma pessoa que não apenas apresentava o desejo homossexual, mas também desestabilizava noções de gênero ao se travestir (Green, 2019, p. 221). Em um exemplo clássico da visão eugenista, o trabalho relacionava causas endocrinológicas da homossexualidade junto da questão racial, já que o sujeito retratado era negro. Isto é, a leitura sugeria uma ligação entre raça e perversão.

Esse interpretação médica em voga na época promoveu conseqüências dramáticas a diversos sujeitos cuja homossexualidade fosse suspeitada. É o caso do Hospício de Juquery ou do Sanatório Pinel, os quais foram receptáculos de inúmeros homossexuais, estes enviados aos cuidados médicos da instituição a fim de que a degeneração pudesse ser combatida. Nesse contexto, algumas famílias recorriam ao Estado para evitar a continuidade da chamada *pederastia*; e, como resposta, a polícia, a justiça e a medicina trabalhavam em conjunto para conter e controlar o *desvio* (Green, 2019, p. 201). Assim, homossexuais enviados a tais instituições foram vítimas dos experimentos diversos, podendo ser expostos a tratamentos como a convulsoterapia, injeções de insulina ou até mesmo o tratamento de choque (Green, 2019, p. 239). Se a homossexualidade em si não era um crime, procurava-se, então, com a ajuda da medicina, psiquiatrizar e patologizar tais sexualidades vistas como anormais ou desviantes (Engel, 2008, p. 178). Aqueles que não se conformavam à normalidade esperada para um

projeto de sociedade ideal deveriam ser restituídos aos cuidados médicos, que prenderiam, puniriam e esconderiam os desviantes da norma vigente, eventualmente testando formas de livrar tais indivíduos de sua degeneração (Nascimento *et al.*, 2020, p. 17).

Com a derrocada do Estado Novo e o fim da Segunda Guerra Mundial – assim como o reconhecimento dos desdobramentos nefastos da eugenia na Europa – tais visões eugenistas foram se dissipando no território brasileiro (Silva, 2013, p. 901), o que não quer dizer que um olhar médico e policial tivesse sido perdido em relação à homossexualidade. Em relação às intervenções policiais nos locais de sociabilidade homossexual, foi certamente essa a estratégia preferida na sociedade brasileira para lidar e intervir com as sexualidades dissidentes na segunda metade do século XX. Ainda que visões médicas sobre a homossexualidade não deixassem de existir, um olhar que prezava uma certa moral sexual e que utilizava da violência policial seletiva passou a ser a dominante. Esse é o caso, por exemplo, das operações capitaneadas pelo delegado Raimundo Padilha no Rio de Janeiro no decorrer das décadas de 1950 e de 1960. As campanhas de prisão de homossexuais no Centro do Rio de Janeiro almejaram “limpar” o espaço público. Utilizando do dispositivo legal sob alegação de *vadiagem*, a polícia prendia tais indivíduos por estes terem supostamente ofendido a moral e os bons costumes da sociedade (Melo, 2022, p. 57)

Simultâneo às intervenções policiais, as redes e locais de sociabilidade homossexual continuavam a se expandir nas décadas de 1950 e 1960, em um momento não apenas de rápida expansão econômica, populacional e das grandes metrópoles, como também da rica massificação das influências culturais pelo rádio e, cada vez mais, pela televisão. Enquanto em São Paulo, a região do Vale do Anhangabaú e das Avenidas São Pão e Ipiranga continuava atraindo grande contingente homossexual, no Rio de Janeiro esse território se expandia para a área da Zona Sul da capital carioca, em especial Copacabana, a qual, já nos anos 1950, era apresentada pela popular revista *Manchete* como um reduto de permissividade sexual, estando a homossexualidade nesse leque (Green, 2019, p. 268). Assim, no decorrer da década de 1950, por exemplo, a faixa de areia da praia em frente ao Copacabana Palace foi eleita pelos homossexuais como um ponto para encontros, lazer e sociabilidade, ficando conhecida como a área da Bolsa de Valores (Green, 2019, p. 273).

Essa expansão dos territórios marcadamente frequentados por tais sujeitos desviantes era acompanhada também por uma maior visibilidade desse público fora desses locais, como se observava na seletiva tolerância ao protagonismo dos homossexuais nos bailes de carnaval e a cobertura dada pela imprensa. Isso criou condições favoráveis para que estabelecimentos comerciais, como cafés, bares e boates, vissem um grupo consumidor específico e não

relutassem tanto à identificação de seus empreendimentos com o público homossexual (Green, 2019, p. 272). Todo esse cenário criava uma conjuntura cada vez mais atrativa àqueles que se viam marginalizados em suas cidades de origem, mas encontravam acolhimento entre seus “iguais” nos grandes centros urbanos, incentivando-os a migrarem para as metrópoles.

O fluxo de homossexuais atraídos para essas regiões e sua inserção em uma malha urbana desviante até então desconhecida criavam a necessidade de redes de apoio e sociabilidade mais controladas e privadas. Dessa forma, em especial nos anos 1960, surgem as chamadas turmas, as quais eram grupos de amigos que desempenhavam a função de família a indivíduos que, por escolha própria ou exclusão forçada, se viam carentes de uma estrutura de apoio a fim de enfrentar uma sociedade hostil a sua existência. Entre tais grupos, destaca-se a Turma Ok, fundada em 13 de janeiro em 1961, formada por homens cis e homossexuais da classe média e que promovia encontros nos apartamentos de seus membros, ocasiões em que atividades diversas de sociabilidade, entretenimento e culturais eram desenvolvidas (Soliva, 2019, p. 65). Talvez a Turma Ok seja a mais emblemática do período por atualmente ainda estar em funcionamento no Rio de Janeiro com seu próprio espaço na Lapa para realização de festas, shows e eventos. Porém, a Turma Ok não foi a única estabelecida na década de 1960, sendo relevante citar nomes como Turma do Catete, Turma de Copacabana, Turma da Zona Norte, Turma do Leme, Turma OK, Turma da Glória, Turma da Mafalda, Turma de Botafogo e o Grupo Snob (Costa, 2010, p. 31). Este último grupo era responsável pela publicação *Snob*, uma das principais e primeiras publicações feitas por e para homossexuais no Brasil.

As atividades desenvolvidas por essas turmas alcançaram um tal grau de centralidade na vida desses sujeitos que uma publicação surgiria a fim apenas de noticiar os principais encontros e notícias dos grupos. Assim, aparecia em cena o *Snob* em 1963, uma publicação que logo expandiria seu escopo, passando a noticiar também fatos de interesse dessa rede de sociabilização homossexual, como as atividades culturais programadas e as fofocas referentes aos arranjos afetivos e/ou sexuais entre os membros das diversas turmas (Costa, 2013, p. 32). Dessa forma, o *Snob* funcionava como um ponto de integração não apenas entre os grupos homossexuais em atividade no Rio de Janeiro, mas também com outras localidades. Assim, o jornal conectava tais turmas a partir de sua identidade dissidente comum e seus interesses mútuos, em especial aqueles ligados ao cinema, à literatura, à moda, ao teatro e também às condições de exclusão social em que tais sujeitos se encontravam (Costa, 2013, p. 36). A publicação de o *Snob* se estenderia até 1969 com mais de 99 números publicados e servindo de inspiração para o surgimento de pelo menos outras 30 publicações de gênero semelhante –

algumas com duração extensa, outras mais furtivas - não apenas no Rio de Janeiro, mas em outros estados do Brasil (Green, 2019, 335).

O *Snob* também registrou uma disputa identitária e uma mudança na taxonomia interpretativa das sexualidades dissidentes nas grandes cidades no decorrer da década de 1960. Com as transformações sociais, econômicas e demográficas nas metrópoles brasileiras, surge nesse período uma nova lente interpretativa sobre as práticas homoafetivas, em especial nas classes média e alta (Fry, 1982, p. 95). Até então, como foi dito, havia a predominância de um sistema hierárquico de classificação, em que se prezava as noções de gênero, sublinhando a centralidade dos papéis ativos e passivos na relação, o que era traduzido pelo binômio bicha/bofe. A partir dos anos 1960, deixa-se gradualmente a preocupação com o gênero e eclode a noção de *homossexualidade*, em que não importa mais a condição passiva ou ativa, mas uma visão *igualitária* da relação (Fry, 1982, p. 94). Um aspecto interessante da ascensão dessa noção da homossexualidade é que ela ocorre por uma influência da medicina, a qual, ao se debruçar sobre as sexualidades dissidentes no século XX, se afasta da hierarquia ativo/passivo e passa a observar o comportamento homossexual como um todo. Há, dessa forma, uma relação entre a categorização médica do “homossexual” e a adoção dessa taxonomia pelos próprios sujeitos os quais ela pretendia descrever (Fry, 1982, p. 104).

A adesão ao modelo igualitário é acompanhada também de inovações linguísticas que surgiam a fim de dar inteligibilidade às novas interpretações sociais das práticas sexuais. Assim, o termo *entendido* passa a ser cada vez mais empregado, funcionando de forma semelhante ao uso inglês da palavra *gay*: ambas substituem o termo médico “homossexual” (Fry, 1982, p. 105), ainda que denotem a mesma noção igualitária sobre as práticas homoafetivas. É esse deslocamento entre um modelo hierárquico a um igualitário, e o surgimento da persona *entendida*, que aparece nas páginas de o *Snob*. Afinal, tais transformações dificilmente seriam desacompanhadas de resistências e discussões.

Nos primeiros anos de publicação de *Snob*, a prevalência do modelo hierárquico era notada, visto que a possibilidade de superação do binômio bicha/bofe despontava como um ataque à organização dos tipos de relação que os participantes das diversas turmas prezavam (Costa, 2010, p. 57). Dessa forma, as classificações entre bichas (passivos) e bofes (ativos) ocorria não apenas como preferência linguística dos grupos, mas organizava a forma com que relações eram estabelecidas e possibilitadas. Já nos anos 1965, 1966 e 1967, percebe-se um gradual crescimento do espaço destinado no jornal aos assuntos direcionados aos entendidos, os quais preconizavam uma identidade homossexual, em que todos do grupo deveriam ser vistos de forma igualitária, independentemente de suas técnicas sexuais (Costa, 2010, p. 66).

Portanto, a discussão identitária é intensificada na década de 1960, transbordando nas páginas de o *Snob*. Assim, se no primeiro número da publicação havia o semblante de uma mulher em sua capa, apontando para a valorização dos traços e características tidos como femininos – e relacionados à figura da *bicha* – o último número de *Snob* traz uma gravura de dois homens nus entrelaçados, dando ênfase à figura masculina e à igualdade dos corpos na cama (Costa, 2010, p. 50). Assim, a publicação registra esse deslocamento entre ambos os polos identitários. Isso não deve ser lido, no entanto, como um total desaparecimento da leitura hierárquica das práticas homoafetivas, já que ambos os modelos competiam e coexistiam (Fry, 1982, p. 91). O deslocamento para o modelo hierárquico deve ser visto de forma regionalizada e ligado a questões de raça, classe, faixa etária, entre outros marcadores. De qualquer maneira, a década de 1960 registrou a ascensão popular do modelo hierárquico e sua gradual prevalência entre os círculos homossexuais das grandes cidades brasileiras.

Essa transformação na leitura identitária feita sobre as práticas sexuais é registrada na dissertação *O Homossexual visto por entendidos*, de Carmen Dora Guimarães (2004), defendida em 1977. O seu trabalho etnográfico junto a uma dessas turmas de *entendidos* no Rio de Janeiro no início da década de 1970 detalha a partir de uma análise participativa a interpretação identitária feita pelos participantes de uma turma homossexual carioca, mostrando como se projetavam como *entendidos* e como essa leitura os guiava na organização de suas atividades e no entendimento de sua condição social. Guimarães percebe, a partir de suas observações, uma progressiva valorização da identificação *homossexual* em detrimento da *bicha* (Guimarães, 2004, p. 104).

O que observamos, então, é que no decorrer das décadas desde a Proclamação da República no Brasil até os primeiros anos da ditadura militar no país temos três dinâmicas principais em torno das sexualidades dissidentes. A primeira dela diz respeito ao espaço urbano, o qual, conforme se expandia, conjurava regiões diversas em que o encontro e a sociabilidade homossexuais eram possibilitadas, criando uma cartografia dissidente efervescente e sempre em transformação. A segunda dinâmica seria em relação à identidade, a qual, respondendo às transformações sociais, econômicas, políticas e demográficas, foi adotando novos contornos e se distanciando de uma leitura hierárquica para uma igualitária, chegando à preferência pela persona *homossexual*. Já a terceira dinâmica se relaciona à reação da sociedade hegemônica à maior visibilidade dos homossexuais nas cidades e ao aparecimento de regiões e estabelecimento específicos de significativa circulação desse público. Houve nas primeiras décadas do século XX uma predominância da medicina e, em menor grau, dos juristas sobre a preocupação com a sexualidade dissidentes. Inspirados por ideias higienistas e teóricos da

eugenia, trabalhos e teorias procuravam entender as causas da homossexualidade, os perigos que ela trazia à sociedade e as técnicas possíveis para combatê-la. Ainda que o olhar médico e patológico não tenha desaparecido por completo, após o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, a homossexualidade passa a ser tomada como um dado da realidade urbana e inserida no rol daquilo que deveria ser expulso do olhar e do espaço público – caindo, então, cada vez mais no domínio da arbitrariedade e da violência policiais.

Assim, ao passarmos para a análise da construção de um movimento homossexual durante a ditadura militar a partir dos anos 1970, devemos ter em mente que tais sujeitos não lidavam apenas com a conjuntura específica imposta pelos militares, mas herdavam décadas de uma preocupação social, médica e policial com a homossexualidade. Mais do que isso, esses sujeitos também contavam com os experimentos recentes e anteriores ao agravamento da repressão ditatorial a partir de 1969: as turmas e as publicações homossexuais desenvolvidas durante a década de 1960. Assim, suas atividades e suas motivações devem ser vistas como parte de um contexto em que se valorizava cada vez mais a individualidade. Dessa forma, as turmas procuravam demarcar a sua defesa pelo direito de viver e se relacionar conforme sua consciência (Costa, 2010, p. 11). Dessa maneira, se a historiografia não pode esquecer que antes de *Stonewall* houve, por exemplo, o movimento homófilo – assim como tantos outros precedentes -, a história do MHB não pode se iniciar apenas em 1978 com a criação do *Lampião da Esquina*, sem considerar que antes houve uma *Turma Ok* ou um *Snob*.

4.2 A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: A HOMOSSEXUALIDADE, A RETÓRICA ANTICOMUNISTA E O ATENTADO “À MORAL E AOS BONS COSTUMES”

A noção da memória como um campo de disputas talvez nunca tenha ficado tão evidente no Brasil como na última década. Tivemos, por exemplo, a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 16 de maio de 2012, pela ex-presidenta Dilma Rousseff, e que pretendia registrar e esclarecer “as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos” (Brasil, 2014, p. 20) durante a ditadura militar brasileira. A experiência bem-sucedida da CNV deu início a um fenômeno que ficou conhecido por *comissionismo* (Hollanda; Israel, 2019, p. 4), em que comissões de verdade sobre o período ditatorial apareceram em municípios, estados, órgãos não-estatais, universidades⁴⁵⁰ etc. Tais projetos objetivaram assinalar a consolidação de valores democráticos em nossa sociedade a partir do reconhecimento de um passado marcado

⁴⁵⁰ Sobre as universidades, vale destacar a Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina. Cf. Comissão (2018).

pela violação sistemática e estatal dos direitos humanos (Almeida, 2022, p. 12). No entanto, a experiência brasileira com a impunidade, em especial a partir da Lei da Anistia (Pereira, 2015a, p. 865), entre outras dinâmicas que mereciam um espaço além do aqui disponível, continuam sendo um obstáculo à discussão pública das atrocidades experimentadas durante o regime. É por isso que, apesar de engajamentos como os da CVN, vivenciamos nos últimos anos também a ascensão de discursos que não apenas colocam em questionamento a veracidade dos fatos apurados pelos relatórios diversos das comissões de memória e verdade, mas vão além disso, promovendo comemorações à atuação dos militares durante o regime ditatorial (Almeida, 2022, p. 13).

É nessa conjuntura que se faz necessário evidenciar o que a presente tese entende por ditadura militar, em especial em seu recorte sobre a história do MHB nesse período. Dessa forma, nessa seção, três eixos centrais serão apresentados: aspectos gerais da ditadura militar relevantes para a discussão; o anticomunismo como um fenômeno transnacional, mas atualizado às pretensões da ditadura militar; e o aspecto cisheteronormativo do regime que via as sexualidades desviantes como um atentado à “moral e aos bons costumes” e, por isso, em última instância, uma ameaça comunista.

4.2.1 Ditadura miliar e seus agentes de repressão

O golpe de Estado conduzido pelos militares na virada de março para abril de 1964 deu início a um período ditatorial que regeria e violentaria o país até 1985. A presente tese não pretende discorrer sobre os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais⁴⁵¹ que marcaram os 25 anos de ditadura militar no país. Tampouco é aqui almejado de maneira minuciosa discutir os diversos precedentes que entremeiam a conjuntura observada no período do golpe em 1964, entre eles: o apoio de parte da sociedade civil ao golpe, em especial através

⁴⁵¹ Os trabalhos que procuram promover uma narrativa geral sobre o período são muitos e impossíveis de serem sintetizados no escopo dessa tese. No entanto, destaco alguns trabalhos, acadêmicos ou de cunho mais jornalístico, que têm sido cada vez mais referenciados e popularizados. Sobre uma história concisa do golpe de 1964, o livro de Fico (2014) tem ganhado proeminência e recorrentes reimpressões. Entre os pesquisadores do período, Dreifuss (1981) desponta como uma espécie de cânone para a discussão sobre a conjuntura em que ocorreu a tomada de poder pelos militares. A partir de uma perspectiva bastante díspar, e cercada de polêmicas, D’Araujo, Soares e Castro (1994) apresentam uma coletânea de depoimentos dos próprios atores envolvidos no golpe. O volume dedicado ao período da ditadura militar na coleção sobre o Brasil Republicano (Ferreira; Delgado, 2019) também tem sido constantemente revisitado, contendo artigos de diversos autores que propõem discutir aspectos centrais do regime militar. Por fim, vale destacar talvez aquela que seja a obra que mais se popularizou ao falar do período, a coleção de Gaspari (2014), em especial o primeiro volume que discorre sobre o golpe em março e abril de 1964.

das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade⁴⁵²; o suporte político e militar dos EUA aos golpistas⁴⁵³; ou as explicações concorrentes que disputam confirmar ou refutar versões díspares sobre as motivações e a articulação do golpe de 1964⁴⁵⁴. No entanto, como já assinalado, o campo de discussão pública sobre a ditadura militar apresenta, cada vez mais, um acirramento, em especial promovido por aqueles que comemoram as ações dos militares durante o regime. Essa dinâmica do debate acadêmico sobre a ditadura sendo apropriada pela população, pela mídia, entre outros espaços públicos, é relativamente recente (Joffily, 2018b, p. 206) e exige das pesquisas um posicionamento cuidadoso e declarado não apenas em sua teoria, mas, especialmente, sobre suas escolhas linguísticas.

4.2.1.1 A ditadura militar e não civil-militar

A ditadura é considerada aqui uma ditadura militar. As discussões sobre a nomeação do período são diversas e não parecem ainda ter encontrado algum consenso. O debate sobre a oposição entre *ditadura militar* e *ditadura civil-militar* é resultado de uma historiografia rica produzida sobre o regime. Esse empenho científico resultou em uma compreensão mais complexa dos atores que estiveram envolvidos no golpe de 1964 e no regime ditatorial subsequente. O uso do termo *civil* viria marcar exatamente não apenas o apoio, mas também a participação direta de setores da sociedade civil na preparação e execução do golpe. Como já mencionado, acontecimentos como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade confirmariam a necessidade de uma nomeação do regime que marcasse tal envolvimento civil no processo. Um dos grandes defensores dessa perspectiva foi Daniel Aarão Reis (2012), o qual chegou a defender que continuar chamando a ditadura apenas de *militar* decorria de uma

⁴⁵² As marchas se iniciaram em 19 de março de 1964, com a sua primeira edição sendo feita na cidade de São Paulo, e eram uma oposição religiosa – mas também política e operacionalizada pela direita – contra o então presidente João Goulart (Fico, 2014, p. 60). Tais protestos, que ilustram o apoio civil recebido pelos militares naquele momento, já apontavam para um intenso clamor anticomunista em seus discursos (Cordeiro, 2021).

⁴⁵³ *Brother Sam* foi o nome como ficou conhecida a operação estadunidense para a desestabilização do governo Goulart e que colocava à disposição dos golpistas brasileiros ajuda militar dos EUA para a tomada do poder (Fico, 2014, p. 75). Alguns pesquisadores inclusive relatam esse apoio norte-americano ao golpe como uma das razões para a aparente ausência de resistência por parte de João Goulart (Fico, 2008, p. 72). O apoio dos EUA não somente à ditadura brasileira, mas também à chilena e à argentina, seria um tópico complexo na imagem externa estadunidense durante a Guerra Fria (Joffily, 2018a, p. 78).].

⁴⁵⁴ São várias as obras que tentaram sistematizar uma análise crítica das narrativas e posicionamentos diversos que recuperam os acontecimentos de 1964 e a ditadura militar que os seguiu. Nesse sentido, destacam-se o livro de Carlos Fico (2004a) sobre as controversas – tanto populares quanto acadêmicas – em torno do período, assim como a coletânea de artigos de diversos estudiosos do regime e organizada por Toledo (2014). Há também artigos que pretendem sintetizar vertentes interpretativas diversas sobre o regime. É o caso, por exemplo, de Delgado (2012), no qual a autora se debruça sobre um escopo rico de trabalhos, pesquisas e fontes para traçar narrativas concorrentes sobre a deposição de Goulart e o golpe de 1964.

espécie de “preguiça intelectual” (p. 83) que desconsiderava o apoio civil ao regime. Esse posicionamento foi analisado por Demian Bezerra de Melo, o qual parece subscrever à necessidade de alargar o termo *ditadura militar* a fim de sublinhar outras especificidades. Nesse sentido, Demian revisita o trabalho clássico de René Dreifuss (1981), chamando a atenção para o fato do autor, já na década de 1980, utilizar a expressão *ditadura empresarial-militar*, demarcando também um apoio civil ao processo ditatorial (Melo, 2012, p. 53) Mais de uma década após esses artigos, as escolhas linguísticas díspares entre os estudiosos sobre a ditadura ainda continuam. Em artigo recente sobre Constituição de 1988, Daniel Aarão Reis (2018) fala sobre os legados da ditadura *civil-militar*, marcando a continuidade de seu posicionamento.

Por outro lado, outros pesquisadores consagrados sobre o regime continuam adotando a nomeação *ditadura militar*. Em livro recente, que almeja discutir as principais controvérsias sobre os estudos desse período, o pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta (2021) adota apenas o signo *militar* para descrever o regime ditatorial. Nessa mesma lógica, mas através de um posicionamento mais escancarado e crítico, o professor Carlos Fico defende o uso da expressão *ditadura militar* como a mais pertinente para se escrever sobre o período. Fico se contrapõe diretamente ao debate feito por Daniel Aarão Reis, para o qual o uso do signo *militar* teria sido uma tentativa dos grupos de oposição da esquerda em restringir a caracterização do regime apenas como militar. Nesse sentido, Fico demonstra que não havia um consenso linguístico entre os próprios grupos opositores, em especial da chamada esquerda revolucionária. Assim, o pesquisador aponta para uma variedade de nomeações que continha expressões como: “ditadura de Castelo Branco”; “ditadura de fato”; “ditadura contra-revolucionária”; “ditadura militar neocolonialista”; “aparelho burocrático-militar”; “ditadura militar, expressão do poder burgês-latifundiário”; “ditadura das classes exploradoras”; “ditadura reacionária e entreguista”; ou apenas ditadura (Fico, 2017, p. 51). Fico também se dirige à defesa de Demian Melo de que a ditadura poderia ser nomeada a partir da proposta de Dreifuss, ou seja, *ditadura empresarial-militar*, a qual buscava marcar um aspecto de classe visto no regime. Segundo a crítica de Fico, essa nomeação exclui vários outros setores civis que teriam apoiado o golpe dos militares. Dessa forma, lançando mão da ironia, o autor aponta que caso escolhêssemos a insistência no que ele chama de “nominalismo”, a ditadura passaria a se chamar de “civil-militar-empresarial-midiática-católica” e assim por diante, determinando cada setor apoiador do regime (Fico, 2017, p. 52)

O presente trabalho subscreve à reflexão provida por Carlos Fico. Assim, caso não queiramos renunciar ao *civil-militar*, este signo deveria acompanhar apenas o *golpe*, o qual foi efetivamente apoiado e realizado – ou seja, não apenas defendido, mas materializado – por

militares e civis. Já o regime em si, a *ditadura*, foi algo controlada pelos militares (Fico, 2017, p. 53). Isso não se trata de uma imprecisão histórica ou uma “falha” de pesquisa, mas exatamente uma escolha linguística que traduz a abundância de trabalhos e pesquisadores que apontam para o caráter predominante militar da ditadura. Além disso, o termo *civil-militar* parece perigoso em um momento em que a sociedade se divide na disputa de memória sobre a ditadura, sendo palco de valorização de um regime autoritário, violento, torturador e assassino. Ou seja, em última instância, o termo *civil-militar* tem uma implicação política muito perversa, que é a “redução da responsabilidade dos militares” (Fico, 2017, p. 53). Essa “responsabilidade dos militares” pode ser interpretada a partir de diversos aspectos, mas, principalmente, em relação aos crimes e à violência cometidos através dos seus órgãos de repressão.

4.2.1.2 Os órgãos de repressão

Em janeiro de 1974, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a chamada para uma matéria com a seguinte manchete: “Em tudo o MEC vê subversão”⁴⁵⁵. Esta se baseava em um folheto intitulado “Como eles agem” e de autoria da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e da Cultura (Fico, 2001, p. 71). A reportagem via de forma jocosa a evidente paranoia do órgão de informação em relação às atividades estudantis nas universidades. Apesar de ter sido um episódio de constrangimento público aos responsáveis pela espionagem e a repressão no país, o panfleto deixa claro o grau de infiltração dessas instituições na população e o projeto de sociedade almejada pelo regime. Mas o caminho até o estabelecimento dos órgãos de repressão na ditadura militar brasileira foi relativamente longo e tais instituições apenas se consolidaram entre 1969 e 1970 (Fico, 2001, p. 18).

Entendemos aqui por órgãos de repressão, principalmente, os responsáveis pela espionagem e a polícia política. Apesar de sua consolidação ter ocorrido apenas cinco anos após o início do regime, isso não quer dizer que os primeiros anos da ditadura não foram marcados por períodos de intensificação da violência e do clamor por mais “liberdade” para perseguir e reprimir por parte da chamada *linha dura*. Os denominados de *linha dura* eram segmentos dos militares que, desde a consolidação do golpe, defendiam concessões de prazos mais extensos e de instrumentos legais (ou não) para que realizassem seus almejados expurgos respaldados em um discurso anticomunista e anticorrupção (Fico, 2001, p. 39). Seus anseios viriam ser atendidos significativamente apenas com a consolidação dos órgãos de informação e da polícia

⁴⁵⁵ ESTADO de São Paulo. Em tudo o MEC vê subversão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1974, p.1.

política na escalada da repressão a partir de 1969. No entanto, desde 1964 houve sinais de que o regime - ao contrário do que previam muitos envolvidos e, certamente, muitos apoiadores civis ao golpe – intensificava cada vez mais sua arbitrariedade legal, suas pretensões repressivas e a construção de novas ferramentas e instituições para auxiliá-lo em sua empreitada.

Nos primeiros anos do regime, os ditadores procuraram manter a imagem de algum aspecto democrático ao mesmo tempo em que encontravam caminhos para fortalecer a ditadura e pudessem atender certas demandas da linha dura. Consolidou-se, portanto, o que se pode nomear como uma “moldura institucional”, isto é, a concomitante existência entre constituições (como a de 1967) e legislações excepcionais (os atos institucionais sendo o maior expoente) (Fico, 2021, p. 45). Já no dia 9 de abril de 1964, por exemplo, o primeiro Ato Institucional foi expedido, garantindo que a linha dura pudesse continuar seus atos de perseguição política, mesmo após a posse de Castelo Branco (Fico, 2001, p. 36). Continuadamente, após a expedição de outras legislações excepcionais que pretendiam dar respaldo aos “excessos” do regime, a Constituição de 1967 foi aprovada, aglutinando várias das medidas arbitrárias que eram previstas pelos atos institucionais, o que, em última instância, possibilitou a aprovação de uma Lei de Segurança Nacional, com a institucionalização de preceitos como “segurança interna”, “guerra psicológica” ou “guerra revolucionária”, que seriam tão usados pelos subsequentes órgãos de repressão (Fico, 2001, p. 55).

Essa ascensão da linha dura e o atendimento do regime às pretensões desses militares acabaram se traduzindo no infame Ato Institucional 5 (AI-5), o qual pode ser lido como o resultado da maturação da linha dura do regime em seus primeiros cinco anos (Fico, 2001, p. 64). Em 1968, o país observa o crescimento da tensão entre a ditadura e seus opositores, em especial com o movimento estudantil e os protestos realizados naquele ano⁴⁵⁶. Tal conjuntura foi utilizada pelos militares como justificativa para a necessidade de um novo ato institucional. No entanto, o momento de instabilidade era alimentado também pelos próprios militares, os quais promoveram durante aquele ano uma série de investidas violentas, como a invasão de universidades, a fim de alimentar e sublinhar esse clima de oposição e tensão política. Em dezembro de 1968, Costa e Silva aprovou o AI-5, reestabelecendo a prática de cassação de mandatos e direitos políticos, a suspensão da garantia à *habeas corpus*, entre outras ferramentas

⁴⁵⁶ O ano de 1968 é conhecido de forma emblemática como o ano dos protestos e da ascensão de uma cultura jovem, questionadora e mobilizada. No Brasil essa geração de estudantes estaria envolvida, em especial, nos protestos contra a ditadura militar. São muitos os trabalhos que lidam com o período, seus movimentos, grupos e protestos. Destaco o livro ensaístico – e já clássico – de Zuenir Ventura (2018), além de um guia geral do período organizados por Regina Zappa e Soto Ernesto (2018). Já do campo acadêmico, destaco Dahás, Riberti e Joffily (2020) e Fico e Araújo (2008).

que materializaram o contexto ideal para que os sistemas de segurança e informações – os órgãos de repressão – se consolidassem (Fico, 2001, p. 66).

Com o AI-5, a efervescência da linha dura e a radicalização da oposição, era necessário aumentar a quantidade e o escopo das informações à disposição da ditadura e, em especial, a linha dura. A fim de atender essa demanda, consolidou-se, em especial a partir de 1970, o principal órgão de espionagem da ditadura militar brasileira, o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Essa instituição, capilarizada em vários sub-órgãos e colaboradores, era responsável pela produção de informações dos interesses mais heterogêneos possíveis. Dessa forma, eram produzidos relatórios que continham detalhamentos econômicos, políticos, assuntos administrativos, outros considerados como psicossociais e, é claro, sobre a subversão (Fico, 2001, p. 83). Esses órgãos de informação também produziam relatórios classificatórios civis. Ou seja, pessoas eram classificadas quanto sua posição ideológica, o apoio ou não ao regime, o indício de atividades subversivas, entre outros. Além de tais classificações estarem sujeitas à arbitrariedade dos funcionários e à falta de critérios bem estabelecidos, estas eram utilizadas até mesmo para a concessão de bolsas de pesquisa ou de intercâmbio no exterior. Isto é, tinham em suas mãos o destino de muitos e em diversas conjunturas. Dessa forma, esses sistemas de informação não devem ser interpretados apenas como produtores de relatórios e pareceres, mas, em essência, “um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (Fico, 2001, p. 100).

É interessante ressaltar que para instituições como o SISNI, tudo e todos estavam sujeitos a serem ideologicamente interpretados – de forma paranoica – como um sinal de subversão e/ou comunismo. Tal acepção ficará melhor explicada mais adiante. No entanto, por ora, deve-se frisar tal disposição paranoica, que muito nos lembra a atuação da Stasi na Alemanha Oriental, para a qual os menores detalhes da vida pessoal do cidadão poderiam ser evidências de oposição ao regime ou a ameaça capitalista. É claro que a Stasi e os órgãos de repressão na ditadura militar brasileira se diferenciam muito não apenas ideologicamente, mas em sua constituição, tamanho⁴⁵⁷ e funcionamento. Entretanto, é imprescindível destacar como

⁴⁵⁷ Como ficou evidente no capítulo anterior, a Stasi não se destaca apenas pela sua atuação, mas também pelo seu tamanho, apresentando uma proporção entre oficiais e habitantes talvez como a maior de toda a história. Em contrapartida, órgãos como o SISNI tinham um corpo de funcionário bastante reduzido em relação à extensão do território brasileiro. As estimativas são imprecisas, pois não conseguem estipular o total de funcionários presentes em todos os órgãos e suas subdivisões, mas, em relação à divisão central do SISNI, havia entre 2000 e 2500 funcionários (Fico, 2001, p. 88). Isso significa também que o escopo de atuação desses órgãos de informação era bem reduzido considerando o tamanho do país. Isso não deve, no entanto, subestimar o impacto danoso e violento que tais atividades tiveram na vida de muitos.

esses regimes autoritários na Guerra Fria desenvolveram uma aptidão pela espionagem e, em última instância, pela observação daquilo considerado “subversão” em qualquer ambiente.

A materialização da violência e da truculência dos órgãos de repressão era operacionalizada pelo Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN). Este sistema, que teve a Lei de Segurança Nacional em 1967 e o AI-5 em 1968 como seus pré-requisitos (Fico, 2001, p. 113), era desconcentrado em diversos órgãos. O SISSEGIN dividiu o país em Zonas de Defesa Interna (ZDI), as quais criavam um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI). Esses dois últimos ficaram conhecidos como o sistema CODI/DOI e a eles estão atreladas as principais denúncias de crimes de tortura, desaparecimento e assassinatos durante a ditadura militar brasileira (Fico, 2001, p. 120). Dessa forma, para o SISSEGIN, a sua principal estratégia de intimidação contra o que avaliavam como subversão foi a tortura, em especial na figura dos DOI. Apesar da prática de tortura ter sido considerada “apenas” uma licença implícita, havia um envolvimento direto dos oficiais-generais e comandantes na organização da repressão (Fico, 2001, p. 134). Isto é, por mais que hoje o revisionismo a-histórico da extrema direita pretenda relativizar a atuação dos órgãos de repressão observando a prática de tortura como excessos cometidos por oficiais de forma isolada, a tortura foi algo intrínseco à ditadura militar brasileira, pelo menos no fim da década de 1960 e no início da década de 1970 em que se deu o ápice da atuação desses órgãos de repressão no país.

4.2.1.3 A censura

Os órgãos de repressão eram os instrumentos da chamada “utopia autoritária”. Isto é, o projeto político, social e econômico militar para a nação estava “fundado na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral” (D’Araujo; Soares; Castro, 1994, p. 9). Os órgãos de repressão surgiram para impor tal visão – ou eliminar - àqueles que, por oposição política direta ou por não conformidade aos padrões valorizados, contradiziam ou se distanciavam dessa utopia autoritária. A utopia autoritária seria um direcionamento doutrinário, ou uma espécie de cimento ideológico (Fico, 2004b, p. 38), que direcionava as ações do regime e as da repressão. Juntando-se ao SISNI e ao SISSEGIN, deve-se destacar a ação da censura durante a ditadura militar, inscrevendo-a nesse conjunto de sistemas para a promoção do projeto revolucionário que o regime acreditava e divulgava ter.

A história da censura no Brasil não começa com a ditadura militar. No período da colonização, a Cora Portuguesa já eliminava obras que eram tomadas como atentados à moral valorizada naquele momento. Já nos primórdios do período republicano, a censura marcaria sua presença nos setores de entretenimento da população, quase sempre centrada em uma preocupação com os costumes e a moral. O aspecto considerado mais “político” da censura viria a tomar contornos mais observáveis durante o Estado Novo, em especial na figura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e ao qual estava delegado a responsabilidade pela censura (Pandolfi, 2018, p. 110). O funcionamento concomitante entre uma censura considerada política e outra moral aconteceria também durante a ditadura militar no país. Nesse sentido, destaca-se o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), em funcionamento no país desde 1940, e que foi transformado na Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCPC) em 1972 pelos militares (Quinalha, 2020, p. 1731).

Percebe-se no uso de censura política e censura moral uma tendência na historiografia recente em diferenciar a ditadura em dois grupos que teriam objetivos e dinâmicas distintas. Para Carlos Fico, por exemplo, há duas dimensões diferentes de censura em curso durante o regime militar. Enquanto na imprensa prevaleceria a censura de tópicos políticos, a preocupação com as diversões públicas vestiria um aspecto mais moral ou comportamental no processo censório (Fico, 2004a, p. 91).

Enquanto esse olhar diferenciador é abraçado por muitos pesquisadores, outros problematizam uma visão divisória muito estanque para a censura na ditadura. Para Renan Quinalha, essas visões desconsideram o aspecto político atrelado a qualquer escolha censória. Isto é, mesmo as preocupações dos censores morais seriam perpassadas por uma motivação política. Para defender sua contraposição, o pesquisador chama a atenção que mesmo os defensores dessa visão binária, como é o caso de Carlos Fico, reconhecem a impossibilidade de extirpar totalmente a censura moral de qualquer teor político (Quinalha, 2020, p. 1732). Assim, as justificativas apresentadas por esses teóricos para uma visão diferenciadora (entre censura política e moral) não devem ser desconsideradas, já que representam fatos importantes do funcionamento da censura no período. No entanto, são dinâmicas que devem ser relativizadas e observadas em sua fluidez e, muitas vezes, influência mútua.

A primeira relativização necessária sobre a visão extremamente estanque entre os dois tipos de censura é a de que houve certamente uma forte politização da censura moral. Ou seja, o DCPC não teria restrito sua atividade censória apenas aos temas moralmente inaceitáveis nas diversões públicas, por exemplo, como certamente dirigiu sua atenção para aqueles artistas, jornalistas, entre outros, que apresentavam um posicionalmente ideológico interpretado como

oposição aos militares. Portanto, o DCPC assumiu um “viés político-ideológico em sua atuação rotineira” (Quinalha, 2020, p. 1735). Além disso, por mais que realmente uma normatização legal se deu no campo censório moral, o que nem sempre ocorria na censura mais “política”, isso não quer dizer que a censura moral foi sempre implementada a partir de padrões de ações bem definidos. Os responsáveis pela censura moral também atuaram sob uma lógica de excepcionalidade em que a arbitrariedade era muitas vezes predominante nas decisões dos censores, o que “esvaziava normativamente a legislação censória, aproximando-a mais de uma legitimação do puro arbítrio do que de uma regulação efetiva do poder” (Quinalha, 2020, p. 1736).

Portanto, ao almejar entender mais um aspecto dessa rede de órgãos repressores que trabalhavam pela consolidação da utopia autoritária, a censura deve ser percebida em seus domínios político e moral, mas dialogando, alimentando um o outro e respondendo às necessidades e pretensões do regime. Assim, ainda que faça sentido um esforço analítico com o objetivo de distinguir os padrões, mecanismos, objetivos, alvos próprios e especificidades das censuras moral e política, é preciso bastante cautela para não se assumir, acriticamente, uma divisão que, em última instância, foi construída pela própria ditadura com o efeito – mais ou menos intencional – de “despolitizar” a censura moral, apresentá-la como a- histórica e, assim, terminar sustentando sua legalidade e legitimidade naquele contexto (Quinalha, 2020, p. 1736).

4.2.1.4 *O anticomunismo moral sexual*

Como apresentado, os órgãos de repressão se dividiam em uma polícia política (principalmente na figura do CODI-DOI) e nos serviços de informação e espionagem (em especial, o sistema do SISNI e suas ramificações). Juntava-se a esses órgãos a censura (muitas vezes analisada entre política e moral). Assim, temos duas dimensões no aparato repressivo: uma *saneadora* e outra *pedagógica* (Fico, 2015, p. 14). Enquanto a primeira se ocupava das prisões, interrogatórios, torturas, desaparecimentos e assassinatos, a segunda operacionalizava estratégias mais “sutis” de controle e repressão, dirigindo-se, em especial, àquilo que era visto como uma ameaça à moral e aos bons costumes. Ainda que com intensões, consequências e funcionamentos distintos, ambas devem ser vistas como repressão e parte constitutiva do já mencionado “cimento ideológico” e sua utopia autoritária.

A homossexualidade não foi uma razão central pela qual pessoas foram levadas aos porões da ditadura – sendo sujeitas à tortura ou a outras atrocidades. No entanto, essas dissidências eram tomadas como parte de um “conjunto de ansiedades sobre a ameaça, vaga e

supostamente difusa, da subversão” (Cowan, 2015, p. 36). Além disso, por mais que uma violência propriamente física não tivesse sido desprendida aos homossexuais pelos órgãos de repressão diretamente ligados ao regime, os discursos da ditadura militar tiveram resultados indiretos para essa população, como é o caso do recrudescimento da violência policial contra estes sujeitos, como veremos mais adiante. Para tal compreensão, é essencial entender o anticomunismo moral sexual que respaldava a interpretação dos militares – ao menos daqueles mais ligados aos órgãos de repressão ou responsáveis pela promoção ideológica do regime – sobre as sexualidades dissidentes.

Se no “cimento ideológico” da ditadura militar os órgãos de repressão atuavam como ferramentas para a materialização dessa utopia autoritária, há mais um aspecto importante para considerar nessa matriz: o anticomunismo. Por mais que tenha sido um dos argumentos centrais não apenas do golpe de 1964, mas também do desenvolvimento do regime e da intensificação do domínio da linha dura a partir de 1968, o anticomunismo não foi um discurso criado no contexto da ditadura militar. Assim, esse conjunto ideológico, político, econômico e também moral traduzido pelo signo do anticomunismo possui suas origens nas primeiras décadas do século XX. Rodrigo Patto Sá Motta, um dos principais pesquisadores sobre o anticomunismo no Brasil, observa que uma reação conservadora e de direita ao comunismo começou a se intensificar no país com a Revolução de 1930 e, em especial, a partir de 1934, momento em que no mundo se recrudescia a oposição entre fascismo e comunismo, e no Brasil aumentava a instabilidade política e a insatisfação de diversos setores trabalhistas (Motta, 2000, p. 224). Nessa conjuntura, havia também a atuação de atores como a Ação Integralista Brasileira, a qual mantinha o clamor anticomunista como um dos seus principais alicerces (Alves, 2008, p. 410). Durante os anos 1930 ocorreu o que Motta chama de uma primeira grande onda anticomunista, pela qual se deu um desfecho político golpista e a instituição do Estado Novo (Motta, 2010, p. 21). Esse ideário de luta contra o “perigo vermelho” permaneceria impetuoso durante todo esse regime autoritário. As relações diplomáticas com a União Soviética são ilustrativas nesse sentido. Se, de início, a ditadura varguista havia se aproximado da Alemanha Nazista, comercialmente e politicamente, a reorientação da política externa brasileira em 1942 e a subsequente entrada do país na Segunda Guerra Mundial não significou, entretanto, um estreitamente diplomático entre o Brasil e a sua aliada na Guerra, a URSS. Isso só viria a mudar em 1945 e, mesmo assim, tal reconhecimento diplomático não duraria muito tempo. Ou seja, o anticomunismo era pujante nas elites e na classe média brasileira naquele período (Motta, 2007, p. 236), o que ironicamente evitava que o Brasil estreitasse qualquer relação com sua aliada comunista, mesmo estando no mesmo lado da Guerra.

Uma segunda onda anticomunista no Brasil – em uma espécie de intensificação da promoção desse discurso e do número dos sujeitos que o subscreviam – aconteceria, na década de 1960 (Motta, 2000, p. 286), resultando em mais um desfecho golpista em 1964 e a instauração de uma ditadura militar no país. Em um momento em que a Guerra Fria já se via bastante estabelecida e atingindo alguns dos seus momentos mais tensos – como a construção do Muro de Berlim em 1961 e a Crise dos Mísseis em Cuba em 1962 – as condições externas pareciam propícias à adesão aos ideais anticomunistas na nação. Da mesma forma, as condições internas no país também efervesciam os temores, em especial a partir da posse de Jânio Quadros em 1961, sua política externa independente aos EUA e a subsequente crise política com a ascensão de João Goulart à presidência (Motta, 2000, p. 289).

Esses dois períodos de maior prevalência de um discurso anticomunista não devem ser interpretados como sinais de que o anticomunismo apenas circulou na sociedade e pelos escalões intelectuais e políticos nesses dois momentos específicos. No decorrer de grande parte do século XX, o anticomunismo foi uma matriz discursiva circulante e que se adaptou e se reestruturou às novas conjunturas políticas e às influências recebidas. O anticomunismo no Brasil foi se transformando através de vozes intelectuais e políticas diversas no decorrer da primeira metade do século XX e estava sendo interpretado, teorizado e divulgado aos militares pela Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos que precederam o golpe militar de 1964 (Cowan, 2016, p. 113).

Segundo Motta (2010), o anticomunismo apresentaria três aspectos essenciais e que o estruturavam: o cristianismo, o liberalismo e o nacionalismo (p. 10). Entretanto, é imprescindível reconhecer aspectos outros que foram incorporados pelos anticomunistas e que respondiam a uma sociedade com uma crescente urbanização, industrialização e transformações em suas práticas culturais e sexuais, observando *outros* corpos emergindo ao olhar público nos grandes centros urbanos. Isto é, ao refletirmos sobre as sexualidades dissidentes, faz-se necessário constatar o aspecto moral absorvido pelos discursos anticomunistas e que clamavam pela conservação de uma moralidade e sexualidade “tradicional” como uma estratégia para combater o que interpretavam como subversão, em especial a partir da década de 1960 e 1970 (Cowan, 2016, p. 94). Ou seja, para a ditadura militar, na qual o anticomunismo estava presente intrínseco ao seu projeto “revolucionário” e de sociedade brasileira, a homossexualidade – e qualquer outra expressão dissidente de sexualidade e/ou gênero – passou a ser interpretada como subversão, uma expressão de um complô comunista para atacar a família e a moral tradicional brasileira e, em última instância, depor o regime e instaurar o comunismo no país.

Um discurso que pretendia alertar a população sobre o perigo da “dissolução moral” que o comunismo apresentava ao país e colocava nos militares a salvaguarda da família tradicional brasileira e, em última instância, da própria nação já era observável nas semanas que se aproximavam do golpe em 1964. As manifestações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, por exemplo, articulavam seus valores cristãos junto de um ideal anticomunista e a defesa da família, a qual estaria sob ameaça (Lopes, 2020, p. 236). Após o golpe e a instauração de um regime ditatorial no país, o anticomunismo continuaria a ser disseminado entre os escalões militares e também para a sociedade. Se considerarmos que a linha dura passaria os 5 primeiros anos do regime pleiteando maior autonomia para realizar seus expurgos, naturalmente o discurso anticomunista despontaria como uma estratégia argumentativa bastante pertinente. Assim, ainda que, nesses primeiros anos do regime, o anticomunismo se concentrasse na oposição política e de esquerda mais direta ao regime, aspectos ligados à moral continuavam a ser gradativamente considerados dentro dessa matriz discursiva dos militares. Miguel Santanna Xavier, por exemplo, havia atuado no Ministério da Agricultura durante a presidência de João Goulart e veio a ser alvo dos expurgos empreendidos pela ditadura em seus primeiros anos. Já em 1966 houve a solicitação para a suspensão de seus direitos políticos por dez anos. Entre as razões computadas pelos militares responsáveis pelo caso, havia a denúncia de que Xavier era supostamente homossexual (Cowan, 2014, p. 183). Quer dizer, a sua presumível homossexualidade era reconhecida como indício para dar continuidade ao processo de seu expurgo e a cassação de seus direitos políticos.

Essa preocupação moral seria gradativamente adotada por intelectuais do regime, a linha dura e os órgãos repressivos. Na Constituição de 1967, por exemplo, o artigo 153, inciso 8º, o qual pretendia garantir liberdade de expressão à imprensa, tinha como ressalva os casos enquadrados como contrários à moral e aos bons costumes, sem especificar o que seria interpretado como em conformidade à moral e aos supostos bons costumes (Lopes, 2020, p. 237). Portanto, ficava evidente a preocupação moral - e arbitrária - que o regime internalizava.

A articulação entre o aspecto moral e o discurso anticomunista ficou cada vez mais inequívoco a partir da conjuntura turbulenta de 1968 e a vitória da linha dura nas disputas internas do regime. O congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) no interior de São Paulo em outubro de 1968, por exemplo, foi relatado pelos militares como um evento tomado por substâncias ilícitas e expressões do “amor livre” (Britto, 2019, p. 2), o que justificaria a ação repressiva que se deu em relação a esses estudantes. De maneira análoga, a invasão do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), pouco após a promulgação do AI-5 em 1968, foi narrada destacando os materiais encontrados pelas forças invasoras nos

domicílios, entre eles livros subversivos, armas, preservativos e remédios anticoncepcionais (Britto, 2020, p. 865). Dessa forma, subversão e aspectos morais, do sexo e da sexualidade, pareciam se confundir e se traduzir em sinônimos para justificativas de repressão e uso da violência.

Esses eventos ocorrem em um período em que uma geração de estudantes e jovens se baseava em novas propostas comportamentais, culturais e políticas, protestando contra a ditadura. Concomitantemente, ocorria o recrudescimento da oposição política ao regime e a subsequente proclamação do AI-5, com a vitória das demandas por parte da linha dura, obrigado muitos opositores à clandestinidade, à luta armada e o início dos anos mais violentos e repressivos da ditadura militar no país. É nesse momento, entre o fim dos anos 1960 e o começo dos anos 1970, em que se intensifica uma articulação interpretativa entre sexualidade dissidente e o desvio político. Isto é, “sexo, moralidade e a linguagem da ‘pornografia’, do ‘libertinismo’ e dos ‘desvios psicossociais’, vistos como riscos cruciais à segurança, adentraram o coração do governo” (Cowan, 2016, p. 147).

A geração de 1968, que encontrou na revolução dos costumes ou na recusa a qualquer tipo de proibição (Nunes; Wolff, 2019, p. 234) um artifício de resistência e de luta pela democracia, também observou os militares passarem a enquadrar a resistência armada e os aspectos morais como dois lados da mesma moeda: a subversão (Britto, 2019, p. 5). As diferentes práticas e discursos contestatórios, que hoje são referenciados como “contracultura”, passaram a ser um indício cabal de subversão (Kaminski, 2016, p. 469). A adesão de um jovem à cultura *hippie*, por exemplo, estaria suscetível à interpretação como estratégia subversiva, já que o *hippie*, sendo um comportamento que fugia à tradição valorizada pelo regime, passou a ser visto como um produto de Moscou e, dessa forma, uma ameaça comunista ao Brasil (Kaminski, 2016, p. 475).

O fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970 observaram a ação violenta dos órgãos de repressão e a guerra do regime travada contra a oposição e a luta armada no país. No entanto, mesmo com a evidente derrota da oposição naquele momento, isso não significou o encolhimento da retórica anticomunista que alertava constantemente sobre uma suposta ameaça comunista pairando sobre a nação. Se antes o anticomunismo respondia à evidente oposição ao regime por setores da esquerda política, após a repressão violenta desses grupos, o pânico moral e sexual parece ter despontado como um dos principais substitutos para a continuidade do discurso anticomunista (Britto, 2020, p. 869). Contemplava-se, dessa maneira, uma expansão da categoria acusatória *comunista*. Se antes a acusação dinamizava um sentido mais restrito do termo, ligando-o, em especial, a grupos políticos de esquerda de oposição ao regime, agora

abarcava um contingente diverso de sujeitos que, independente de suas convicções políticas, apresentavam práticas consideradas imorais ao regime. Essa matriz interpretativa continuaria se alargando e se diversificando no decorrer dos anos 1970 e durante o período de abertura política, em que o regime caminhava para uma controlada e gradual redemocratização. Portanto, houve uma espécie de compensação moral em relação a uma transição política: se no começo dos anos 1970 a preocupação com a moral e os bons costumes preenchia o vazio deixado pela derrota da luta armada, nos últimos anos do regime ela vinha compensar a perda de monopólio político e repressivo do regime (Quinalha, 2021, p. 29).

A ditadura militar não inaugurou uma preocupação homofóbica – ou intolerante às diversas dissidências da cisheteronormatividade – pelo Estado. Como foi destacado mais cedo, tal ansiedade estava presente já no período colonial e foi se transformando e intensificando conforme as transformações políticas, sociais e econômicas se desenrolaram no país e tais sujeitos interpretavam suas práticas e construíam identidades comuns, colocando-as cada vez mais em evidência nos grandes centros urbanos. No entanto, a ditadura exacerbou a combinação entre uma preocupação moral e o discurso anticomunista, passando a demonstrar um temor em relação à homossexualidade, em especial a masculina, que não era apenas moral, mas baseada de diversas formas na percepção de indícios de subversão comunista (Cowan, 2014, p. 188).

Uma ressalva importante feita por Quinalha é a de que não podemos reduzir toda expressão homofóbica – ou, de forma geral, intolerante e repressiva às sexualidades dissidentes – do período apenas à chave interpretativa do anticomunismo (Quinalha, 2017, p. 45). Para o autor, outros setores da sociedade civil dividiam também uma preocupação moral que recaía sobre corpos desviantes da cisheteronormatividade. No entanto, nem sempre tais anseio estavam pautados na premissa anticomunista presente no regime. Da mesma forma, Britto vai além da ressalva sublinhada pelo Quinalha, chamando a atenção para a necessidade de mais investigações e pesquisas para compreender a adesão ou não da centralidade do discurso anticomunista e do aspecto moral que o circulava pelos diferentes setores militares (Britto, 2020, p. 882). Ou seja, não se pode presumir que o anticomunismo e, principalmente, o teor moral que o respaldou tenham sido subscritos e propagados por todos os setores apoiadores do regime. Tais relevantes críticas parecem reverberar uma preocupação já expressa anteriormente por Carlos Fico: a de que a história do Brasil entre 1964 e 1985 não pode ser restringida à história da ditadura militar (Fico, 2004b, p. 38). Quando pensamos na promoção de um movimento homossexual/LGBTQIA+ no país naquele período e os obstáculos enfrentados por tais sujeitos, certamente nem tudo pode ser resumido à relação conturbada entre esse setor da sociedade e o regime militar. Da mesma forma, como bem mostra Quinalha (2022) em relação

aos órgãos de censura, muitas vezes materiais lidos como incondizentes à “moral e aos bons costumes” eram censurados a partir de acepções morais e conservadoras, que pouco levavam em conta o pressuposto anticomunista. De qualquer forma, reconhecer isso não deve excluir o fato de que, por outro lado, setores militares e ideológicos do regime certamente impulsionaram uma articulação entre o discurso anticomunista e as preocupações morais, o que abarcava a recusa sobre a crescente visibilidade dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade na mídia e nos grandes centros. Isso desponta ainda mais relevante em uma análise que propõe um olhar que considere o aspecto global da Guerra Fria, colocando o cenário brasileiro lado a lado da conjuntura antagonica nos conflitos ideológicos do século XX, a Alemanha Oriental.

Para marcar essa atenção sobre o discurso anticomunista, mas sem resumir toda preocupação moral apenas a uma reação do anticomunismo ditatorial brasileiro, a expressão cunhada por Britto parece resolver linguisticamente tal cenário complexo: o anticomunismo moral sexual (Britto, 2020, p. 882). Esse termo vai ser utilizado para dar nome a um discurso específico, dentre vários outros, que junto de leis, decisões judiciais etc. formavam a “política sexual” (Carrara, 2015, p. 324) durante a ditadura militar brasileira. Isto é, o anticomunismo moral sexual como constitutivo de um conjunto de diversas outras práticas, discursos e normas que delineavam as relações do Estado para com os dissidentes da cisheteronormatividade e vice-versa. Assim, apesar do presente trabalho se interessar pelas especificidades desse anticomunismo moral sexual, ele não representa uma visão uniforme da política sexual da ditadura militar, já que o período apresentou políticas oficiais diversas em relação aos temas morais (Quinalha, 2018, p. 32). De qualquer forma, o relevante a se destacar aqui é que houve uma política sexual institucionalizada a fim de controlar e censurar manifestações daquilo que era lido como “perversão”, “desvio”⁴⁵⁸, entre outros signos que marcavam um ataque à moral e aos bons costumes e, às vezes, também lidos como ameaça comunista.

As implicações dessa “política sexual”, da qual o anticomunismo moral sexual fazia parte, são diversas: algumas mais diretas e evidentes, como a censura e a perseguição inicial ao MHB, como veremos; outras são efeitos mais indiretos que, por mais que não fossem produzidos diretamente pelos órgãos de repressão do regime, ainda estão inseridos em um

⁴⁵⁸ Quinalha chega a propor uma designação linguística específica para demarcar essa preocupação moral durante o regime: *ditadura hetero-militar*. O termo tem um efeito discursivo e uma demarcação política bastante importantes, já que sublinham o caráter repressivo e violento da ditadura àqueles corpos dissidentes de sexualidade e/ou gênero, algo ainda pouco examinado pela historiografia. De qualquer forma, tal expressão já recebeu críticas por sua limitação, em especial a partir de Afonso-Rocha (2021), o qual aponta para a exclusão de sujeitos não cisgêneros, como as pessoas trans, a partir da expressão *ditadura hetero-militar*. Afonso-Rocha chega a propor o alargamento do termo, transformando-o em *ditadura cis-hetero-militar*. Ainda que a presente tese não adote tais propostas, elas representam o engajamento recente em compreender a ditadura militar brasileira a partir de suas políticas sexuais e como ela interpretou e lidou com aqueles corpos que fugiam à cisheteronormatividade..

contexto político e social cuja política sexual almejava o apagamento desses corpos do espaço público. Muitas dessas implicações ficarão evidentes na próxima seção ao abordarmos os desdobramentos do MHB. Cabe, nesse momento, destacar alguns exemplos do campo dos censores que ilustram essa junção confusa e diversa entre anticomunismo e apreensão moral.

No campo da literatura, por exemplo, são diversos os casos que ilustram essa pretensão controladora moralizante e censória. A preocupação com o sucesso de livros erótico-pornográficos – como eram interpretados pelos responsáveis pela censura -, por exemplo, marcou o período. Em 1975 um informe alertava sobre a circulação desses livros no Brasil, destacando que estes seriam parte da estratégia comunista de subversão, a qual teria se expandido para além da luta de classes e tinha agora na dissolução das tradições e da família uma de suas estratégias preferidas (Quinalha, 2017, p. 102). A motivação moral – às vezes conectada a uma preocupação anticomunista - dos censores contra livros que abordassem, de alguma forma, as dissidências da cisheteronormatividade é recorrente na história da censura da ditadura militar no Brasil. Há estimativas de que cerca de 30% de todos os livros censurados pelo regime sofreram tal proibição sobre acusação de atentado à moral e aos bons costumes, estando o “homossexualismo” no rol de tais acusações (Berg, 2002 *apud* Santos, 2017, p. 10). Nesse contexto, é imprescindível a menção à censura sofrida pela autora Cassandra Rios, considerada pioneira na literatura de ficção sobre lesbianidade no Brasil, e que teve 36 obras censuradas sob a acusação de que sua arte estaria “aliciando, corrompendo e encaminhando toda a juventude e a sociedade brasileira para a homossexualidade” (Fernandes, 2015, p. 127).

Se os exemplos da literatura são numerosos demais para serem tratados aqui em sua totalidade, a censura no audiovisual e respaldada na recusa de representações que fugissem da cisheteronormatividade também ocorreu em diversos momentos e sob díspares justificativas. A presença de personalidades homossexuais como Clodovil, Bornay e Denner nos programas de auditório da televisão brasileira nos anos 1970, por exemplo, incentivou não apenas uma proposta de lei na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) proibindo a apresentação de homossexuais em programas de TV, como também incitou que os ministros das Comunicações, da Justiça e da Educação se encontrassem a fim de discutir normas para uma programação televisiva que não exaltasse as chamadas “inversões sexuais” (Quinalha, 2017, p. 68). Essa preocupação moral com a televisão, e que via na expressão de dissidências de sexualidade e/ou gênero uma ameaça à sociedade, continuaria presente por todo o regime. Dessa forma, em 1985 – o que mostra que a censura e a preocupação moral continuavam ativas mesmo no iminente

fim da ditadura militar – uma carta reclame de um cidadão aos órgãos censores⁴⁵⁹ resultou na demanda à emissora Globo para que limitasse a expressão da homossexualidade representada pelo ator Ney Latorraca em uma de suas novelas (Quinalha, 2017, p. 70). De forma análoga, o cinema também foi alvo de censura sob a acusação de atentado à moral e aos bons costumes: cenas homossexuais entre homens ou entre mulheres eram motivos explícitos para a desaprovação dos censores, assim como a presença de outros corpos desestabilizantes da cisheteronormatividade, como era o caso das travestis (Quinalha, 2022, p. 216).

Os exemplos de casos de censura em que a premissa moral contra expressões da homossexualidade – entre outras dissidências de sexualidade e/ou gênero – foi central são diversas, atuaram em muitos setores e extrapolam o objetivo desta tese. Os trabalhos aqui citados relatam de forma mais detalhada tais casos, trazendo numerosos exemplos que registram essa preocupação moral do regime. Assim, almejou-se aqui demarcar que houve uma preocupação específica por setores da ditadura militar sobre aspectos morais da sociedade e que se colocava contrária à visibilidade de corpos fora da matriz cisheteronormativa nos centros urbanos e nas diversas mídias. Além disso, em muitos momentos, essa ansiedade moral se articulou ao discurso anticomunista, identificando na homossexualidade, por exemplo, não apenas um suposto mero atentado à moral brasileira, mas, em última instância, um ataque subversivo comunista contra a ditadura e a nação – o que chamamos aqui de anticomunismo moral sexual. Resta, por fim, observamos como se deu o desenvolvimento de um movimento homossexual/LGBTQIA+ no Brasil em um momento autoritário e repressivo como esse.

4.3 O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO NA DITADURA MILITAR

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) – como na época de sua formação era chamado o que hoje conhecemos por movimento LGBTQIA+ e suas variações – se consolidou quando uma abertura política controlada ocorria concomitantemente a uma intensificação da preocupação moral por setores do regime militar e de seu aparato repressivo. Entretanto, houve indícios de uma organização singular entre sujeitos que se identificavam a partir da sua dissidência de sexualidade e/ou gênero anteriores a esse momento. Os grupos e revistinhas dos “entendidos” nos anos 1960 são um exemplo desse precedente que, ainda que não tivesse uma

⁴⁵⁹ A participação popular no processo censório é uma dinâmica importante para entender em que medida a população civil continuou apoiando o projeto da ditadura militar. A preocupação moral de setores da população brasileira levou, em diversos momentos, muitos cidadãos se dirigirem aos órgãos de censura clamando por maior atuação e penalização. Cf. Fico (2002)

delimitada e assumida pretensão política, deve ser considerado como parte de um quadro de experiências e referências prévias na história desse movimento. Pode-se dizer, portanto, que uma consequência da violência política e da repressão que marcou o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970 foi um adiamento na consolidação do movimento homossexual no Brasil.

De qualquer forma, o fim da década de 1970, em especial o ano de 1978, marca o (re)surgimento de grupos e iniciativas que consolidam um movimento homossexual no país, em especial nas figuras do grupo Somos e do jornal *Lampião da Esquina*. Pretende-se nessa seção compreender como se deu o estabelecimento do movimento naquele momento ainda bastante repressivo e seus principais desenvolvimentos durante a década de 1980. Destaco que não se almeja aqui uma apresentação exaustiva e detalhada desses grupos e seus engajamentos – há inúmeros trabalhos já publicados que cobrem o período e tais círculos. Focarei, portanto, mais nas possíveis integrações globais desses atores e a circulação transnacional de ideias e projetos, visando contribuir sobre um aspecto ainda pouco elaborado pela historiografia.

4.3.1 Pacote cultural e oportunidade política: a consolidação do MHB

Se o contexto brasileiro já havia presenciado antes a formação de pequenos grupos e publicações, o ano de 1978 marca a consolidação de uma proposta politizada sobre a questão da homossexualidade (Facchini, 2003, p. 86). Isto é, não se tratava apenas de viabilizar espaços e canais de sociabilização, mas de tomar tal identidade sob uma pretensão política e que subvertesse o estigma e a violência que eram nela projetadas pela sociedade hegemônica. Uma questão importante é compreender como essa consolidação se deu nesse momento específico, em especial considerando que a sociedade saía do período mais violento da ditadura, mas ainda se encontrava sob a tutela moral do regime.

No campo da sociologia, compreender a consolidação do MHB no final da década de 1970 requer observar a oportunidade política do período e o pacote cultural em circulação, bem como a interação entre esses domínios. Assim, a chamada “abertura política” resumiria um período em que o crescente divisionismo no interior das Forças Armadas e o enfraquecimento do monopólio político da chamada “linha dura”, entre outros fatores, deram início a um relaxamento na repressão política e a consolidação de um projeto para uma redemocratização controlada pelos militares no país. Ocorre, a partir desse cenário marcado por novas oportunidades políticas, o surgimento de um ciclo de protestos no país, isto é, uma série de novos e retomados movimentos sociais que adentram ou retornam à cena política da nação, trazendo novas reivindicações e atualizando outras já antigas e suspensas pelos anos de dura repressão. Nesse contexto, essas novas oportunidades políticas possibilitaram a inserção da

questão homossexual na pauta dos movimentos sociais, concomitante a interpretações de outros sujeitos, como os do movimento negro e do movimento feminista, como identidades políticas (Souza, 2013, p. 52).

No entanto, o cenário de abertura política foi acompanhado, como já vimos, pela continuidade de setores dos órgãos de repressão, ainda que práticas como a tortura passassem a ser cada vez menos denunciadas. No caso das sexualidades dissidentes, a preocupação censória moral do regime representa muito bem os limites de tais oportunidades políticas. Dessa forma, uma segunda dinâmica em ação deve ser sublinhada, as oportunidades culturais, ou o pacote cultural. Assim, ainda que as possibilidades de ação política ainda fossem bastante limitadas, mesmo com a desestabilização da repressão pelo regime, esse novo clima cultural possibilitou também “um repertório de ativismo centrado na disrupção contracultural” (Souza, 2013, p. 68). Isto é, novas atitudes quando à vestimenta, à música, à literatura, ao cinema, ao sexo e à liberdade sexual – entre outros novos posicionamentos contestatórios – foram colocadas a dispor para que tais grupos organizassem a sua proposta ativista e também se projetassem ao público, desviando-se dos limites das novas oportunidades políticas.

Esse pacote cultural disponível à consolidação do MHB é constituído por uma série de circulações transnacionais que, mais do que apenas influenciarem esses ativistas, foram interpretadas e reformuladas às especificidades do contexto brasileiro. Já em 1976, antigos responsáveis pelo *O Snob* na década de 1960 e novos colaboradores começaram a produzir no Rio de Janeiro uma nova publicação destinada, em especial, ao público homossexual, a revista *Gente Gay* (Green, 2019, p. 431). Em 1977 surgiria também a revista *O Beijo*, dando grande destaque aos tópicos de discussão sobre a sexualidade (Souza, 2013, p. 67). Essas publicações, juntas das revistas paulistanas *Entender* ou *Mundo Gay*, formam um ciclo de projetos de curta duração de retomada de uma inserção da discussão sobre as sexualidades dissidentes em um momento de novas oportunidades políticas e culturais, antecedendo a criação do *Lampião da Esquina* em 1978. No entanto, deve-se atentar também para as escolhas linguísticas utilizadas por tais publicações: o termo *gay*. Como vimos, as interpretações identitárias sobre as sexualidades dissidentes no Brasil se afastaram de uma matriz hierárquica centrada na posição sexual para um olhar mais igualitário, representado pela figura do *entendido*. Na segunda metade dos anos 1970, no entanto, o *entendido* passa a ser substituído – ainda que não totalmente – pela figura do *gay*, mostrando não apenas a permanência e difusão de uma visão igualitária da matriz identitária sobre a sexualidade dissidente, mas também a circulação da identidade *gay*, a qual era cada vez mais adotada transnacionalmente, ainda que não uniformemente, sofrendo adaptações aos contextos locais, como no caso brasileiro *guei*.

Essa anedota sobre o uso da palavra *gay* sugere não apenas uma intensificação da circulação transnacional de informações sobre os movimentos e projetos homossexuais de diversos países, mas também a atuação de muitos profissionais ligados às artes, ao jornalismo e à academia, que voltavam ao Brasil após terem se autoexilado durante os anos de recrudescimento da repressão. Estes se aproveitariam das novas oportunidades políticas e culturais, instaurando um projeto político para o MHB que respondesse às peculiaridades regionais e nacionais, mas que também fosse introduzido em uma rede global de trocas e cooperação em torno de uma política de liberação sexual e da luta contra o preconceito e a violência sobre tais corpos. José Silvério Trevisan foi um desses nomes que, tendo se autoexilado nos EUA no início da década de 1970, entrou em contato com o cenário intenso de movimentação por uma política de liberação sexual por grupos homossexuais em São Francisco (Green, 2019, p. 437). Já em 1976, de volta ao Brasil, Trevisan iniciou encontros entre homossexuais universitários em São Paulo, almejando debater um projeto de organização política em torno da sexualidade dissidente no país. Sujeitos como Trevisan e outros que (re)ingressavam o país colocando em pauta novas formas de interpretar e politizar seus corpos e identidades atuaram como pontes entre futuros ativistas e novos repertório e práticas de ação política (Souza, 2013, p. 88).

É oportuno notar que esse trânsito transnacional de futuros ativistas homossexuais voltando para o Brasil não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro. Durante os anos 1960, podemos observar uma espécie de diáspora gay latino-americana (Encarnación, 2016, p. 42), muito decorrente dos efeitos repressivos e do clima político instável instaurado pelos diversos regimes autoritários instalados na região naquele momento. Quando estes sujeitos regressaram aos seus países no Sul Global carregaram experiências com movimentos homossexuais em outras regiões do mundo e um pacote cultural diverso e bastante ligado à proposta da liberação sexual. Essa dinâmica deve ser sublinhada, já que ela demonstra que possíveis influências provenientes do Norte Global ou outros países naquele momento chegaram não de forma direta e por atores daquelas regiões, mas acabaram sendo trazidas e mediadas por atores locais que agiram como filtros de influências externas (Encarnación, 2016, p. 41).

Nessa conjuntura, outros nomes juntos ao de Trevisan intensificaram uma discussão cada vez mais em voga de forma transnacional naquele momento, o da “liberação sexual” (Souza, 2013, p. 100), e também deram os pontapés fulcrais para a consolidação do MHB. Entre os vários envolvidos, destacam-se nomes como: Jean Claude Bernadet, James Green, Peter Fry, João Antônio Mascarenhas, Aguinaldo Silva, Darcy Penteadó e Francisco Bittencourt. Estes

sujeitos e tantos outros engrossam o pacote cultural junto às novas oportunidades políticas já em curso no país, marcando a consolidação do MHB.

Nesse contexto, João Antônio Mascarenhas se destaca não apenas no período, mas no trabalho aqui desenvolvido. Tendo sido o principal ator no MHB, durante a sua consolidação, preocupado em se inserir em redes transnacionais de trocas de informações e cooperações, Mascarenhas foi o nome que mais manteve contato com grupos de diversos outros países. Ele almejou inserir o MHB como parte constitutiva e ativa de projetos transnacionais de reflexão e atuação política. Já em 1972, momento em que o Brasil vivenciava um apagão nas redes e publicações homossexuais, Mascarenhas se interessou por publicações homossexuais internacionais, em especial a revista *Gay Sunshine*, uma produção do contexto do ativismo homossexual em São Francisco. Assim, ele se tornou o primeiro e único assinante na América do Sul naquele momento (Howes, 2003, p. 294). Em 1976 seu interesse em receber publicações destinadas ao público homossexual se mantinha intenso, visto que no Brasil ainda não havia uma publicação profissional destinada a essa comunidade. Assim, naquele ano, Mascarenhas oficializou a sua assinatura da revista *The Advocate*⁴⁶⁰, criada em 1967 por um grupo ativista gay na cidade de Los Angeles e ainda em funcionamento na atualidade. Além disso, passou a manter correspondência constante com colegas estrangeiros a fim de receber indicações de livros – principalmente teóricos – sobre as diversas propostas para uma liberação sexual.

Enquanto no Brasil afluíam-se novas oportunidades políticas (ainda que restritas) e um pacote contracultural efervescente, conexões transnacionais e de trocas de informações eram estabelecidas e intensificadas. Assim, a partir de 1976, Mascarenhas passou a manter sucessivas correspondências com Winston Leyland, um dos editores da revista *Gay Sunshine*. Em maio daquele ano, o editor escreveu à Mascarenhas sugerindo o envio de um artigo sobre a vida gay no Brasil e expressava sua surpresa pela inexistência de um grupo de “liberação gay” no Rio de Janeiro naquele momento⁴⁶¹. Mais notável do que o evidente desconhecimento por parte do editor sobre as condições políticas e autoritárias que os homossexuais no Brasil haviam enfrentado nos últimos anos⁴⁶², a carta ainda informa Mascarenhas que o grupo argentino *Frente de Liberación Homosexual* (FLH) se correspondia com a revista *Gay Sunshine*, endereço

⁴⁶⁰ Carta de Bill à Mascarenhas, 20 fev. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁶¹ Carta de Winston Leyland à Mascarenhas, 7 mai. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁶² Esse desconhecimento sobre a conjuntura social e política da América Latina não deve ser tomado como surpresa, já que as interpretações sobre o homossexual latino-americano eram, pelo menos naquele momento, perpassadas por uma constante alusão ao “exótico”. Dessa forma, mesmo que em alguns momentos vozes homossexuais latino-americanas tivessem conquistado espaço na revista *Gay Sunshine* e suas publicações relacionadas, a exotização desses atores não deixava de operar. Cf. Balderston e Quiroga (2003).

que era almejado por Mascarenhas. Percebe-se, dessa forma, mais uma das consequências da repressão e do clima autoritário vivenciado tanto na ditadura militar brasileira quanto na argentina – a qual recrudesceria a partir daquele momento, ao contrário da brasileira. Havia, uma dificuldade de estabelecer vínculos e trocas até mesmo com nossos vizinhos latino-americanos, muito provável pela dificuldade de manter publicações divulgadoras de iniciativas políticas homossexuais e o cuidado em relação aos órgãos de repressão. Essa situação de ausência de uma troca latino-americana em torno das sexualidades dissidentes e sua emancipação se transformaria nos anos seguintes, em especial a partir da atuação do MHB.

Pouco mais de um mês após a correspondência com o editor da revista, um membro da FLH respondeu à correspondência de Mascarenhas sobre o requisito de mais informações e materiais produzidos pelo grupo. O grupo argentino se colocava à disposição para estabelecer trocas e cooperações com grupos homossexuais brasileiros interessados, mas frisava a imprescindibilidade do cuidado para o endereço de correspondência da FLH não vir à público⁴⁶³. Nesse momento em que os brasileiros procuravam novas referências e correspondentes para impulsionar a consolidação do MHB no país, as relações com o movimento argentino eram bastante propícias. Assim, correspondentes do FLH argentino não apenas enviaram um histórico do grupo e da repressão que sofriam com o governo autoritário, mas também indicações bibliográficas, como a versão espanhol do livro *El homosexual y su liberación*, de George Weinberg, ou o livro *La revolución sexual* de Daniel Guerin. Da mesma forma, apresentaram-se interessadíssimos na pesquisa que Peter Fry desenvolvia na época sobre as taxonomias classificatórias da homossexualidade no Brasil⁴⁶⁴ e indicaram Mascarenhas a entrar em contato com a revista alternativa francesa *Arcadie* para que publicassem um informe sobre a situação dos dissidentes da cisheteronormatividade no Brasil⁴⁶⁵. Isto é, atores dos movimentos homossexuais latino-americanos estabeleciam uma rede de contato e troca de informações que visava não apenas o fortalecimento de seus respectivos projetos de ativismo político, mas também driblar as limitações impostas pelas censuras e órgãos de repressão em seus países. É a partir da correspondência perigosa – devido à situação cada vez mais violenta na ditadura argentina – com o FLH que Mascarenhas ampliou seu diálogo para além dos Estados Unidos, trocando cartas com, por exemplo, o *Front d'Alliberament Gai de Catalunya*,

⁴⁶³ Carta de FLH, 9 jun. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁶⁴ Carta de FLH, 1 ago. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁶⁵ Carta de FLH, 21 set. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

grupo da cidade de Barcelona, o qual enviou ao Mascarenhas uma série de recomendações de bibliografia em espanhol e de publicações e revistas homossexuais pelo mundo⁴⁶⁶. Deste modo, os contatos de Mascarenhas se estenderam, nesse momento, até a Austrália, mantendo correspondência com Dennis Altman, teórico da *gay liberation*, que naquela época começava a se consolidar como referência para diversos grupos homossexuais⁴⁶⁷.

O estabelecimento dessas redes de contato e troca de informações e de indicações deve ser observado como uma dinâmica importante nos momentos que antecedem a consolidação de iniciativas do MHB. Essas redes engrossavam o pacote cultural que era filtrado e (re)utilizado pelos atores locais homossexuais e também despontavam como estratégia para driblar as amarras ainda existentes impostas pelos contextos autoritários (não apenas no Brasil) ou a homofobia de modo mais geral. Há uma centralidade na troca de informações através dessas redes de contatos transnacionais (Keck; Sikkink, 1998, p. 10), o que contribuía para que grupos e sujeitos homossexuais recebessem indicações de bibliografia, publicações e outros grupos existentes e conhecessem propostas diferentes de se pensar, consolidar e operar um movimento homossexual. Nesse sentido, a correspondência com o FLH pareceu ser bastante produtiva, na medida em que apontou referências diversas daquelas centradas no contexto estadunidense. Alguns fundadores do grupo argentino relembram que as referências norte-americanas e de Stonewall pouco impactaram ou influenciaram a formação e o quadro de referências do grupo. Para eles, o contexto francês, em especial o grupo *Arcadie*, se destacava como uma fonte de informação e de contato muito mais proeminente que os grupos estadunidenses (Galeano, 2019, p. 614). Seja pela tradição argentina – não muito diferente da brasileira – da francofonia nos ambientes intelectuais, seja pela proposta anti-imperialista do grupo FLH, havia um quadro de referências mais amplo entre os homossexuais argentinos e que acabou também sendo transferido ao MHB.

Com a observação dessas trocas e contatos – que apenas se intensificaram no decorrer da história do MHB –, percebe-se uma rede descentralizada e com atores de diversos países em expansão, a qual possibilitava o intercâmbio de recursos, contatos e informações através de seus pontos nodais. Isto é, essas redes transnacionais

estão formadas por atores não tradicionais que conceituam e abordam uma nova problemática a partir de uma perspectiva internacional, com base em vínculos estabelecidos por meio de valores compartilhados, um discurso comum e trocas frequentes e estratégicas de informações e serviços que são o elemento definidor dessas redes. Os valores da liberdade sexual, as estratégias de resistência contra a

⁴⁶⁶ Carta de F.A.G.C. Barcelona à Mascarenhas, 2 out. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁶⁷ Carta de Dennis Altman à Mascarenhas, 29 abr. 1976. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

repressão do Estado e as informações sobre novas organizações e a deterioração dos direitos democráticos no contexto da Guerra Fria foram os elementos que moldaram a rede de solidariedade transnacional dos ativistas dissidentes sexuais latino-americanos da década de 1970 (Galeano, 2019, p. 616, tradução nossa⁴⁶⁸).

A partir dessa rede de contatos estabelecida, em especial no decorrer de 1976, Winston Leyland entrou novamente em contato com Mascarenhas em abril de 1977, relatando seu plano de visitar o Brasil mais tarde naquele ano a fim de angariar poemas e outros trabalhos literários que pudessem fazer parte de uma antologia de escritores homossexuais latino-americanos e que seria publicada sob o financiamento do *National Endowment for the Arts*, um órgão de fomento cultural ligado ao Congresso estadunidense⁴⁶⁹. Tal informe foi percebido por Mascarenhas, assim como seus correspondentes e amigos brasileiros, como uma oportunidade para inserir um debate sobre a homossexualidade na imprensa. Para isso, Mascarenhas prontamente convidou Leyland para que se hospedasse em seu apartamento no Rio de Janeiro⁴⁷⁰ e, tendo acertado os detalhes da visita, Mascarenhas e colegas deram início a uma campanha para divulgar a visita do editor para a imprensa brasileira. Nas palavras do próprio Mascarenhas:

Telefonei e escrevi a dezenas de pessoas, em vários pontos do País. Procurei contactar especialmente jornalistas e periódicos de grande circulação e escritores gueis. O grande trunfo, o que despertava a atenção [...] era eu dizer que ele havia ganho uma subvenção do Governo norte-americano para organizar uma antologia de escritores latino-americanos gueis. Isto, aqui, em 1977, era quase um escândalo⁴⁷¹.

Omitindo – ou talvez fruto de uma confusão - que o fomento não era propriamente do governo estadunidense, mas de uma agência ligada apenas ao Congresso norte-americano, Mascarenhas e seus correspondentes obtiveram significativo sucesso na divulgação da visita de Winston Leyland no país. Até novembro de 1977, a visita do editor estadunidense e seu projeto com escritores homossexuais na América Latina haviam sido noticiados 21 vezes por jornais e revistas de grandes circulação no país, abrangendo todas as regiões, com exceção da região Norte, como consta na Tabela 2.

⁴⁶⁸ No original: “[...] están formadas por actores no-tradicionales que conceptualizan y abordan una nueva problemática desde una perspectiva internacional, en base a vínculos establecidos por medio de valores compartidos, un discurso común, e intercambios frecuentes y estratégicos de información y servicios que son el elemento definitorio de las redes. Los valores de libertad sexual, las estrategias de resistencia frente a la represión estatal, y la información acerca de nuevas organizaciones y del deterioro de los derechos democráticos en el contexto de la Guerra Fría fueron los elementos que dieron forma a la red de solidaridad transnacional de los activistas sexo-disidentes latinoamericanos de los años setenta.”

⁴⁶⁹ Carta de Winston Leyland à Mascarenhas, 7 abr. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁷⁰ Carta de Winston Leyland à Mascarenhas, 31 mai. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁷¹ Nota de João Antônio Mascarenhas, 1 mar. 1989. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Dossiê Winston Leyland.

Tabela 2: Registros da visita de Winston Leyland na imprensa brasileira

	Publicação	Estado	Data
1	Última Hora	RJ	16 ago. 1977
2	O Globo	RJ	3 set. 1977
3	O Globo	RJ	9 set. 1977
4	Tribuna do Norte	RN	20 set. 1977
5	Folha de São Paulo	SP	20 set. 1977
6	Veja	SP	21 set. 1977
7	Isto É	SP	21 set. 1977
8	O Estado	PI	25 set. 1977
9	Tribuna do Norte	RN	27 set. 1977
10	Tribuna do Norte	RN	29 set. 1977
11	O Povo	CE	1 out. 1977
12	O Estado	PI	2 out. 1977
13	Folha de São Paulo	SP	3 out. 1977
14	Correio do Ceará	CE	3 out. 1977
15	O Povo	CE	15 out. 1977
16	Fatos e Fotos	RJ	17 out. 1977
17	Correio de Copacabana	RJ	29 out. 1977
18	Correio Braziliense	DF	30 out. 1977
19	O Pasquim	RJ	4 nov. 1977
20	Jornal de Brasília	DF	8 nov. 1977
21	Folha da Manhã	RS	24 nov. 1977

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth⁴⁷²

A década de 1970 é marcada pelo momento do eclodir do *desbum guei* (Trevisan, 2018, p. 268) – expressão que sinalizava um conjunto de propostas culturais sobre as identidades dissidentes de gênero e sexualidade e que acontecia dentro da conjuntura mais ampla da contracultura. No entanto, isso não significava que a imprensa delegasse um tratamento favorável/positivo aos homossexuais. Por isso, a cobertura da imprensa à visita de Leyland, ainda que presumivelmente apenas bem-sucedida por conta da narrativa do suposto

⁴⁷² Balanço parcial da cobertura dada pela imprensa escrita brasileira à viagem de Winston Leyland ao país, nov. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lâmpião da Esquina (Subgrupo 1), Dossiê Winston Leyland.

envolvimento do governo dos EUA, foi certamente uma vitória das aspirações desses sujeitos ligados aos projetos de intensificação do MHB naquele momento. No entanto, tal recepção positiva da grande mídia à visita de Leyland não pode ser generalizada. Como é evidente em uma das correspondências entre Mascarenhas e um amigo jornalista, o jornal *O Estado de São Paulo* não publicaria nada sobre o assunto, pois o tema não condizia com a linha editorial deste⁴⁷³. Ou seja, nem mesmo o atrativo produzido pelo suposto envolvimento do governo estadunidense convenceu que um dos jornais mais lidos no país naquele momento divulgasse uma notícia que envolvesse a homossexualidade fora do âmbito da denúncia e do preconceito.

4.3.2 Lampião da Esquina e os grupos do MHB: intensificação das conexões e trocas transnacionais

A divulgação das atividades de Leyland funcionou como uma espécie de catalisador para que os intelectuais, artistas e jornalistas, que junto de Mascarenhas se envolveram na divulgação, viabilizassem a criação de um jornal próprio e dedicado, principalmente, aos homossexuais, mas também à discussão sobre a sexualidade no geral, a discriminação racial, as artes, a ecologia, o machismo, entre outros tópicos (Green, 2019, p. 440). Nascia o *Lampião da Esquina*, o qual seria publicado entre 1978 e 1981, totalizando 37 edições, além de um número 0 e outras 3 edições especiais extras. Ainda que o jornal não se colocasse como porta-voz do MHB, foi essencial para a divulgação e a expansão dos grupos que surgiram nessa época. Além disso, o periódico funcionou como uma junção entre as novas oportunidades políticas, marcadas pelos ciclos de protestos, e o pacote cultural em voga. Isto é, nas páginas do *Lampião* se encontraram vozes dos novos ou retomados movimentos sociais, como o feminismo ou o movimento negro, além das propostas culturais que marcavam o período da contracultura. Ademais, as inúmeras reportagens traduzidas no jornal ou realizadas por correspondentes em outros países inseriam os leitores e, em última instância, o próprio MHB em conexões, debates e propostas políticas transnacionais em torno das sexualidades dissidentes.

Durante as reuniões que ocorrem no decorrer dos últimos meses de 1977 até a primeira publicação do *Lampião* em abril de 1978, os relatórios e as propostas que construíam o jornal marcavam a necessidade de fazer uma publicação voltada aos homossexuais, mas que não tratasse apenas de tópicos ligados à sexualidade⁴⁷⁴. Tal intenção era apresentada ao leitor logo

⁴⁷³ Carta de correspondente em Porto Alegre à Mascarenhas, 17 ago. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁴⁷⁴ Ideias sobre um projetado jornal gay, 11 dez. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Organização e Funcionamento (Série 1), Relatório de Reunião (Subsérie 4).

em seu primeiro número, de caráter mais experimental, a edição de abril de 1978. Nela o Conselho Editorial sublinhava que pretendia ir além dos tópicos relacionados à homossexualidade, dando “voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias”⁴⁷⁵. A representatividade plural e participativa almejada pelo conselho editorial do *Lampião* nem sempre se deu de forma satisfatória. A ausência de vozes de mulheres e lésbicas no jornal foi percebida em momentos diversos, chegando a ser um tópico endereçado no número 12 com, finalmente, uma série de reportagens escritas apenas por mulheres e representantes lésbicas do MHB⁴⁷⁶. Da mesma forma, o movimento negro também adentrou as páginas do jornal: já no número 4, por exemplo, a publicação trazia uma entrevista com representante do Movimento Negro Unificado⁴⁷⁷, enquanto a edição 15 pretendia responder à pergunta “Negros”: qual é o lugar deles?” com uma entrevista com Abdias Nascimento⁴⁷⁸, expoente do movimento negro naquele período⁴⁷⁹, e uma série de outras reportagens sobre o tema.

Concomitante à procura por diversificar as vozes e sujeitos, artigos sobre propostas artísticas diversas eram abundantes em todas as edições. Se a contracultura perpassava as reportagens e as experiências do conselho editorial, o *Lampião* trazia também referências artísticas específicas relacionadas às sexualidades dissidentes e que, mesmo na cena mais geral da contracultura, quase não encontravam espaço de divulgação na sociedade. Isto é, o jornal operou como um ponto nodal que articulava não apenas as novas oportunidades políticas e o pacote cultural em voga, mas que inseria as sexualidades dissidentes, suas representações e sua proposta política nessa matriz.

Para materializar o projeto almejado pelo Conselho Editorial, a estratégia inicial de divulgação do jornal para futuros assinantes foi a confecção de listas com nomes de 192 possíveis futuros assinantes nos estados do Rio Grande do Sul⁴⁸⁰, Santa Catarina, Paraná,

⁴⁷⁵ CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 0, abr. 1978, p. 2.

⁴⁷⁶ NÓS também estamos aqui. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 12, mai. 1979, p. 7.

⁴⁷⁷ A PRAÇA é dos negros. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 5, ago. 1978, p. 6.

⁴⁷⁸ QUAL é o lugar dos negros no Brasil? Abdias Nascimento responde. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 15, ago. 1979, p. 10.

⁴⁷⁹ Essa intersecção das discussões do *Lampião* junto ao movimento negro e a luta contra o racismo são sintomas de um diálogo que perpassou o MHB, de forma mais geral, em diversos outros momentos. No entanto, por mais que esse diálogo acontecesse, tais intersecções pouco foram fomentadas naquele momento. De diversas formas, a discussão sobre raça ficou em segundo plano nos grupos homossexuais e setores do movimento negro continuaram recusando uma cooperação com o MHB, destacando a homofobia presente. Cf. Pinto e Pedro (2022).

⁴⁸⁰ Eventuais assinantes do jornal “Esquina” (ou “Lampião”) no Estado do Rio Grande do Sul, 30 dez. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Controle de Distribuição de Exemplares (Subsérie 4).

Distrito Federal, Bahia, Pernambuco⁴⁸¹, São Paulo⁴⁸² e Rio de Janeiro⁴⁸³. Ademais, mais tarde uma lista especial com pessoas que deveriam receber sempre o *Lampião* de forma gratuita também foi produzida como estratégia de divulgação do jornal⁴⁸⁴. Entre todos esses nomes computados anteriormente ao lançamento do *Lampião* e nos meses subsequentes, percebe-se o predomínio de pessoas ligadas ao jornalismo, às artes e outras profissões intelectuais, presumivelmente partes da classe média ou classe média alta naquele momento. Isso é relevante, já que não apenas evidencia o público para qual o *Lampião* estava sendo orquestrado, mas é também um reflexo da própria formação do Conselho Editorial do jornal.

Com a publicação do número experimental 0 do jornal no primeiro semestre de 1978, um informe sobre o lançamento e sua proposta editorial foi encaminhado a cerca de cinco mil pessoas, as quais o Conselho Editorial considerava como preocupados e interessados na luta contra qualquer preconceito, como o próprio informe atestava⁴⁸⁵. Junto deste, havia um campo que possibilitava o seu retorno para solicitação de assinatura do jornal. Não há uma lista disponível no arquivo consultado que mostre todos os endereços e contatos para os quais essa divulgação foi enviada. No entanto, há registro de um morador de Massachussetts nos EUA reenviando a solicitação de assinatura do jornal⁴⁸⁶, o que presumivelmente mostra que a publicação, desde o início, se preocupou também em traçar conexões e divulgação transnacionais do *Lampião*.

O desenvolvimento da seção de *Cartas na Mesa* no jornal – a qual era destinada à troca de correspondência entre leitores e destes com o Conselho Editorial – marca o projeto bem-sucedido do *Lampião* em alcançar um círculo de leitores e de distribuição significativa no território brasileiro e também, em menor grau, no exterior (Bandeira, 2006, p. 55). No entanto,

⁴⁸¹ Eventuais assinantes do jornal “Esquina” (ou “Lampião”) em Santa Catarina Paraná, Distrito Federal, Bahia e Pernambuco, 30 dez. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Controle de Distribuição de Exemplares (Subsérie 4).

⁴⁸² Eventuais assinantes do jornal “Esquina” (ou “Lampião”) em São Paulo, 30 dez. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Controle de Distribuição de Exemplares (Subsérie 4).

⁴⁸³ Eventuais assinantes do jornal “Esquina” (ou “Lampião”) no Rio de Janeiro, 02 jan. 1978. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Controle de Distribuição de Exemplares (Subsérie 4).

⁴⁸⁴ Relação de pessoas que acredito que devam receber de cortesia regularmente um exemplar do Lampião, 17 jul. 1978. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Controle de Distribuição de Exemplares (Subsérie 4).

⁴⁸⁵ Essa estratégia não foi recebida positivamente de forma unânime. Muitos receptores do número 0 e do informe de lançamento do *Lampião* relataram a sua surpresa e/ou desagrado ao receberem aquele material. Tais reações foram relatadas pelo próprio jornal em seu número 1. Cf. SEM essa de entregação. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 1, mai. 1978, p. 9.

⁴⁸⁶ Informe do Jornal Lampião sobre o seu número 0 com pedido de assinatura por um morador de Massachussetts, sem data. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Controle de Distribuição de Exemplares (Subsérie 4).

não é apenas nessa seção que essa circulação e atenção do jornal para além dos limites nacionais são perceptíveis. As reportagens publicadas no *Lampião* registram a divulgação de um pacote cultural diversificado e promovido através de trocas e referências de diversas localidades. Estas adentravam as páginas do jornal a partir do filtro de seus editores e colaboradores, divulgando discussões que estavam em vigor em movimentos homossexuais distintos no mundo e que eram interpretadas – e muitas vezes criticadas – dentro do contexto de um projeto de ativismo homossexual no Brasil.

Entre as diversas referências e conexões estabelecidas com o Conselho Editorial do *Lampião*, destaca-se o contexto argentino. Se antes de haver o projeto de fundação do jornal, grupos como o FLH já encontravam em figuras brasileiras, como o Mascarenhas, um ponto de contato latino-americano a fim de driblar a repressão da ditadura na Argentina, essa relação se intensificaria conforme o MHB era consolidado. Em 1977, no desenrolar dos preparativos da campanha de divulgação da visita de Winston Leyland no Brasil, o FLH enviou carta a correspondente brasileiro, presumivelmente Mascarenhas, avisando da dissolução do grupo e o desejo de continuar mantendo contato com os brasileiros e receber materiais publicados através dos contatos exilados na Espanha⁴⁸⁷. O pedido teria sido prontamente atendido, visto as inúmeras vezes em que reportagens sobre o contexto homossexual na Argentina ou materiais produzidos por grupos argentinos fizeram parte das edições do jornal. Logo no número sete do jornal, uma reportagem produzida pelos participantes do extinto FLH e exilados na Espanha foi publicada no *Lampião*, contando a história do ativismo homossexual no país e a situação de repressão e violência perpetuada pela ditadura⁴⁸⁸. A experiência pioneira do FLH na América Latina seria relatada no jornal em outros momentos, como na edição de número 28, em que o artigo enviado pelos argentinos sobre a atuação do FLH permaneceu com a autoria em anonimato a fim de resguardar a segurança desses ativistas⁴⁸⁹.

As menções nas reportagens à Argentina, ao seu regime ditatorial e às atrocidades cometidas contra dissidentes de gênero e/ou sexualidade no país são numerosas demais para serem analisadas em sua totalidade aqui. No entanto, é profícuo observar como o discurso sobre direitos humanos encontrou uma porta de entrada nas páginas do *Lampião* a partir do terror vivido pelos homossexuais argentinos. O cientista político Omar Encarnación procura analisar

⁴⁸⁷ Carta de representante da Frente de Liberación Homossexual, 29 abr. 1977. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 4).

⁴⁸⁸ NA Argentina é assim: paulada nas bonecas. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 7, dez. 1978, p. 6.

⁴⁸⁹ FRENTE de Liberação Homossexual da Argentina: um histórico. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 28, set. 1978, p. 15.

o pioneirismo latino-americano na conquista de direitos e na promoção da cidadania LGBTQIA+, observando, particularmente, as narrativas centradas no Norte Global e que obliteram as especificidades e conquistas no Sul Global. Quando analisado o contexto argentino, o autor atesta que o movimento homossexual daquele país deve ser reconhecido como um dos primeiros a promover um discurso que conectava sexualidade aos direitos humanos no começo dos anos 1980, e bastante anterior a muitas democracias modelos do Norte Global (Encarnación, 2016, p. 6). Tal observação é riquíssima para uma história global queer da América Latina e a tese aqui defendida subscreve a ela. No entanto, propomos também dinamizar esse olhar centrado nos limites do Estado-nação argentino e talvez apreender uma dinâmica que se deu através não exclusivamente da iniciativa do movimento homossexual naquele país, mas perpassada por conexões e contribuições transnacionais latino-americanas. Isso fica evidente na reportagem publicada na edição 22 do *Lampião* em que um colaborador envia ao jornal relatos do terror ditatorial experimentado pelos homossexuais na capital Buenos Aires⁴⁹⁰. Na introdução feita por Francisco Bittencourt, membro do Conselho Editorial, a publicação atesta: “Nós acreditamos que o processo de destruição dos homossexuais argentinos é um caso flagrante de atentado aos direitos humanos [...]”. Dessa forma, mesmo que o discurso dos direitos humanos estivesse sendo produzido a partir da violência física e moral relatada, e não especificamente a partir da sexualidade dissidente em si, já é possível observar a intensificação de tal articulação, a qual ocorreria com mais afinco nos anos 1980 e 1990.

Com a cobertura jornalística sobre o drama dos homossexuais na ditadura argentina, a edição 25 publicou um pedido de socorro por parte dos argentinos. Após introduzir a nota destacando que os editores estavam cientes de que o jornal estava circulando até os homossexuais argentinos através de canais não oficiais, o *Lampião* publicou um texto enviado anonimamente por um correspondente do país vizinho. Nele, o/a autor/a atestava que:

Este é talvez o primeiro pedido de socorro anônimo da história, que não utiliza a clássica garrafa, mas sim o meio mais moderno do correio. É que os "náufragos" são tão, tão numerosos que seria impossível enumerar um por um, mas todos estão sob um denominador comum: são argentinos e homossexuais. [...] Por isso, em nome de todos eles lhes pedimos que, através de sua publicação, dê a conhecer nossa situação e que organismos de países como Brasil, Estados Unidos, Holanda, Canadá, Espanha, Inglaterra etc. nos prestem seu apoio solidário para que pelo menos não nos pisoteiem, nos respeitem como seres humanos que desejam viver tranquilos. Nem remotamente sonhamos com uma liberdade plena, mas sim com a mínima indispensável de que um homem necessita para poder subsistir⁴⁹¹.

⁴⁹⁰ LEICHT, Anton. The Buenos Aires Affair: roteiro guei de uma cidade em pânico. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 22, mar. 1980, p. 14.

⁴⁹¹ S.O.S. Argentina. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 25, jun. 1980, p. 14.

No trecho destacado fica evidente que o *Lampião* atuava como um vértice nodal para uma (re)transmissão transnacional do pedido de ajuda e do relato dos homossexuais argentinos. Ao publicar a mensagem, era esperado que, assim como o *Lampião* alcançava o território repressivo da ditadura argentina, essa mensagem chegasse até outros locais, inspirando sujeitos que pudessem, similarmente à publicação, divulgar a situação dos homossexuais argentinos e pleitear por atuação política e de auxílio. Dessa forma, a solidariedade transnacional atuou como mecanismo de proteção contra o silenciamento e apagamento das vozes argentinas dissidentes da cisheteronormatividade (Galeano, 2019, p. 610).

O pioneirismo do FLH e também as experiências que seus antigos membros tiveram durante o seu exílio colocaram o *Lampião*, através da correspondência com esse sujeitos, em contato com informações e referências culturais diversas. Reportagem sobre o “Dia Mundial do Orgulho Guei” em 1979 foi publicada, por exemplo, a partir dos relatos de dois membros do extinto FHL e que estavam exilados na Espanha. Esses endereçaram ao *Lampião* notícias de como o dia havia sido comemorado por diferentes grupos homossexuais na Espanha⁴⁹². De forma análoga, a dissolução do FHL impediu que o grupo desse continuidade na publicação de sua revista *Somos* – a qual influenciaria a nomeação do grupo homossexual de São Paulo em 1978, como veremos. Dessa forma, artigos que não puderam ser publicados na revista argentina foram enviados para serem traduzidos pelo *Lampião*. O jornal, então, pôde apresentar, a partir de tais fontes, um especial sobre a situação dos homossexuais em Cuba⁴⁹³.

O interesse do *Lampião* sobre a América Latina não ficou resumido ao contexto argentino. O México, por exemplo, também recebeu atenção do jornal. Já na sétima edição, uma matéria de uma revista mexicana de 1975 foi traduzida para o *Lampião*, com relatos sobre como era e o que significava ser homossexual no país⁴⁹⁴. Se nesta reportagem a centralidade da família e a supervalorização da postura do *el macho* foram realçadas, em outro momento o jornal destacaria a realização de uma manifestação de homossexuais no dia das comemorações do “Dia Mundial do Orgulho Guei” em 1979, sendo considerada a maior do tipo na América Latina naquele período⁴⁹⁵. De forma semelhante, o *Lampião* informou seus leitores sobre os grupos e publicações homossexuais e lésbicas que estavam se desenvolvendo e sendo

⁴⁹² GUEIS, um: polícia, zero. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 15, ago. 1979, p. 4.

⁴⁹³ CUBA: dez anos de caça às bichas. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 33, fev. 1981, p. 10.

⁴⁹⁴ MÉXICO: que viva *el macho*. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 7, fev. 1978, p. 8.

⁴⁹⁵ NO México, a vez dos “jotos” e “lésbianas”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 19, dez. 1979, p. 3.

produzidos na Colômbia no fim da década de 1970⁴⁹⁶ e reproduziu relato das implicações da ditadura chilena de Pinochet para aqueles dissidentes em sua sexualidade⁴⁹⁷.

O interesse da publicação em levar aos leitores depoimentos e referências sobre a situação e sobre movimentos homossexuais de outras localidades também se estendeu à Europa. Entrevista com um grupo homossexual do sul da França⁴⁹⁸ ou sobre a ação do movimento homossexual da Catalunha contra a repressão popular aos homossexuais na região⁴⁹⁹ são exemplos interessantes que não apenas atestam esse interesse diverso do *Lampião*, mas aponta também para contextos que não ficassem restritos às já mais conhecidas realidades das capitais, como seria o caso de Paris ou Madrid. Nesse contexto, informações e referências provenientes de países da Europa Ocidental apareciam em diversas edições, seja em reportagens mais extensas, seja em pequenas notas. Talvez o momento de interesse mais acentuado por informações dos grupos homossexuais daquele continente se deu em 1979, período em que Darcy Penteado publicou em três edições seguidas relatos sobre sua viagem a diversas capitais europeias e seu contato com grupos e publicações homossexuais.

Ao relatar seu primeiro destino, Lisboa, Darcy Penteado destaca seu interesse de não apenas conhecer organizações e publicações homossexuais, mas traçar contatos para o *Lampião*⁵⁰⁰. Após uma experiência um pouco frustrada em Portugal, pela ausência relatada de grupos organizados gays no país naquele momento, o viajante narra ter encontrado maior sucesso na Itália e na Espanha. Ao ter contato com a publicação italiana FUORI, Darcy conta a surpresa dos italianos ao saberem que o *Lampião* era vendido em bancas de jornal no Brasil e que apenas não expandia sua circulação por problemas de logística, mas não por uma resistência particular dos jornalistas. Isso teria chocado os interlocutores italianos, os quais eram obrigados a vender a publicação FUORI de maneira informal nas ruas. Sobre o contexto espanhol, Darcy visitou grupos que já mantinham um contato com o jornal brasileiro e com outros participantes do MHB. Seu relato mostra as dificuldades desses grupos frente a legislação espanhola, a qual ainda previa penalidades à homossexualidade. Interessante, nesse sentido, é que a reportagem termina sugerindo aos brasileiros o envio de cartas de protesto para a embaixada espanhola em relação ao tratamento dos homossexuais na Espanha. Além disso, o relato dispõe aos leitores os endereços de correspondência dos grupos e publicações

⁴⁹⁶ DA Colômbia para o mundo. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 12, maio. 1979, p. 12.

⁴⁹⁷ CHILE: denúncias da matança. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 7, fev. 1978, p. 7.

⁴⁹⁸ RIBONDI, Alexandre. O Movimento Louco-Lésbico da França. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 14, jul. 1979, p. 6.

⁴⁹⁹ RIBONDI, Alexandre. Espanha Quente. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 26, jul. 1980, p. 7.

⁵⁰⁰ PENTEADO, Darcy. Portugal: sem bacalhau, mas com muito panelheiro. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 13, jul. 1979, p. 3.

visitados⁵⁰¹. Para além da promoção de possíveis contatos entre pessoas e grupos brasileiros e aqueles da Itália ou Espanha, é interessante como a matéria marca uma suposta vantagem dos brasileiros em relação à circulação e venda de publicações homossexuais naquele momento. Além disso, Darcy propõe uma ação de protesto direta dos leitores contra a repressão na Espanha, ao sugerir a ideia de encaminhar cartas de repúdio ao governo espanhol.

A partir da série de viagens realizada por Darcy Penteado, as páginas do *Lampião* receberam notícias sobre o contexto Alemão Ocidental. Através de contatos com grupo homossexual de Berlim Ocidental, o autor pôde narrar também um pouco sobre a situação desses dissidentes na RDA, chegando a destacar as dificuldades que um suposto grupo de conscientização homossexual havia enfrentado em Berlim Oriental. Apesar de não nomear o grupo, Penteado se referenciava, presumivelmente, ao HIB⁵⁰².

O contexto alemão estamparia as páginas do jornal em outros momentos, em especial em discussões sobre história homossexual/LGBTQIA+. O parágrafo 175 foi mencionado várias vezes, especialmente por ser um caso emblemático de perseguição, criminalização e, em última instância, no caso do Nazismo, assassinato. Por exemplo, extensa reportagem discutia os desdobramentos da perseguição nazista aos homossexuais e seus desdobramentos⁵⁰³. A continuidade dessa repressão seria abordada em uma reportagem sobre a espionagem policial de um banheiro público em Hamburgo, na Alemanha Ocidental, notando a continuidade da perseguição, mesmo com a parcial reforma do parágrafo 175 naquele país⁵⁰⁴. Essa tendência de instrumentalizar a história do 175 como representativa da perseguição contra os homossexuais no Ocidente já aparecia na edição 1 do *Lampião*, na qual a associação da homossexualidade ora com fascismo, ora com comunismo, foi destacada como argumento para que os homossexuais comesçassem a contar a sua própria história e percebessem que eram rejeitados tanto pela direita quanto pela esquerda, segundo a reportagem⁵⁰⁵. Assim, é bastante significativo observar como o jornal discorria já em 1978 sobre a homossexualidade dentro de uma visão dual durante a Guerra Fria: de um lado, ela era comunista; do outro, ela representava o fascismo.

⁵⁰¹ PENTEADO, Darcy. Radicais: a mão fechada que. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 15, ago. 1979, p. 15.

⁵⁰² PENTEADO, Darcy. Londres, Amsterdam e Berlim: onde o ativismo é para valer. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 14, julho. 1979, p. 13.

⁵⁰³ DE Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 13, jun. 1979, p. 17.

⁵⁰⁴ LEICHT, Aston. Por trás do mictório, um policial. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 29, out. 1980, p. 4.

⁵⁰⁵ TREVISAN, João Silvério. O que o cinema nunca contou. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 1, mai. 1978, p. 12.

Ao debater sobre questões históricas envolvendo as sexualidades dissidentes, o *Lampião* adicionava ao pacote cultural de seus leitores e também do MHB um conhecimento que certamente não estava presentes nos livros didáticos e, muito provavelmente, pouco era abordado na literatura e nas mídias naquele período. Dessa maneira, ao indicar a perseguição dos homossexuais em momentos e locais diversos no século XX⁵⁰⁶ ou os impactos vivenciados por tais dissidentes na URSS⁵⁰⁷, o *Lampião* traduzia aos seus leitores as informações e narrativas que recebia a partir dos diversos fluxos e conexões transnacionais.

O jornal também trouxe notícias sobre a situação dos dissidentes de gênero/sexualidade em locais menos debatidos naquele momento, como era o caso de Israel⁵⁰⁸, e divulgou endereços postais para contato com grupos e publicações diversas, como era o caso do jornal do *Gay Freedom Movement* na Jamaica⁵⁰⁹. Entretanto, o *Lampião* também despreendeu páginas a contextos e referências já mais populares em publicações homossexuais, como era o caso dos EUA. Dessa forma, o jornal informava seus leitores - a partir de informações enviadas por publicações correspondentes estadunidenses - sobre os desenrolares recentes do movimento homossexual em São Francisco, como a “Passeata guei” de 1978⁵¹⁰ ou a morte do líder Harvey Milk⁵¹¹. Interessante notar essa atenção inicial no contexto de São Francisco não apenas pela relevância dos acontecimentos, mas presumivelmente também pelos contatos e correspondências que Trevisan ainda tinha após ter passado parte de seu exílio naquela cidade. Da mesma forma, o público era também informado sobre a comercialização do homossexual nos EUA: o surgimento de negócios comerciais voltados ao público gay⁵¹². É relevante notar que tais relatos não eram sempre apenas repassados ao leitor, mas muitas vezes interpretados e analisados. No caso da mercantilização da figura homossexual, Trevisan realizava uma ferrenha crítica ao processo, sublinhando a necessidade de “desmitificar” a homossexualidade como a única alternativa para que fosse evitado processo semelhante no Brasil⁵¹³.

⁵⁰⁶ CARNEIRO, João. Ninguém seguro o “ayatollah”? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 11, abr. 1979, p. 4.

⁵⁰⁷ TREVISAN, João Silvério. Trifonov, um poeta na Sibéria. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 11, abr. 1979, p. 4.

⁵⁰⁸ HOMOSSEXUAIS se reúnem em Israel. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 11, abr. 1979, p. 20.

⁵⁰⁹ BADALO. O nosso Jornal do Brasil. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 10, mar. 1979, p. 4.

⁵¹⁰ ACOSTA, Adão. Passeata guei reúne 240 mil. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 4, set. 1978, p. 3.

⁵¹¹ TREVISAN, João Silvério. Morte em São Francisco. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 8, jan. 1979, p. 2.

⁵¹² PESTANA, Paulo Sérgio. No paraíso do consumo guei. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 2, jun. 1978, p. 5.

⁵¹³ TREVISAN, João Silvério. Um produto novo na praça. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 2, jun. 1978, p. 5.

Isso quer dizer que, ao contrário de uma recepção e reprodução acrítica e unilateral de informações vindas do exterior, as trocas de informações e conexões eram (re)significadas a partir dos posicionamentos diversos que o Conselho Editorial possuía e também objetivando instrumentalizar tais conhecimentos para a promoção de um movimento homossexual que lidasse com as especificidades locais de seu desenvolvimento, e não marcado por qualquer impulso apenas replicador. Isso ficava ainda mais evidente no uso do termo *guei*.

Imediatamente na edição experimental de abril de 1978, a seção *Cartas na Mesa* trazia uma contribuição de um correspondente do Rio Grande do Sul sobre o uso no Brasil do termo “gay”. Após uma breve apresentação etimológica da expressão, o texto, usando uma grafia mais próxima do Português – *guei*, a qual apareceria no decorrer de toda a trajetória da publicação – marcava sua dúvida quando à aplicabilidade da expressão no contexto brasileiro. Sua hesitação ficava evidente ao atestar que: “tudo isto visto de perto não passa de gíria americana e não sei até que ponto vamos admitir, se vamos, a americanização de nossa homofilia, que a meu ver deveria ser bem verde amarela mesmo”⁵¹⁴. Ou seja, ainda que as conexões transnacionais colocassem esses sujeitos cada vez mais conectados e distribuindo referências comuns entre os dissidentes da cisheteronormatividade, a recepção e interpretação local nunca podem ser tomadas como uniformes, sem resistência, interpretações diversas ou adequações. Por exemplo, com a intensificação das atividades do MHB e a expansão e diversificação das conexões e contatos transnacionais, os grupos também passaram a se inserir nas comemorações do dia 28 de junho, que na época ficaria conhecida como o Dia Internacional do Orgulho Gay. No entanto, em reportagem da edição 26 do *Lampião*, era relatado que

várias bichas e lésbicas, presentes, entenderam que Orgulho Gay era algo muito abstrato e vago, e que não tinha nenhuma identificação com os homossexuais do Brasil. Foi aprovado então, que a data permaneceria devido à força dos acontecimentos e que apenas o nome seria mudado para Dia Nacional da Liberação Homossexual, ficando, portanto, descartada a proposta de uma comemoração nacional deixando a critério dos grupos realizarem ou não atividades neste dia⁵¹⁵.

Nesse trecho, fica perceptível que, assim como notado no desenvolvimento do FLH na Argentina (Galeano, 2019, p. 614), informações sobre o movimento estadunidense poderiam estar disponíveis aos grupos, mas nem sempre eram percebidas como úteis ou condizentes aos contextos e aspirações locais. Isto é necessário notar, já que as conexões e referências transnacionais aqui destacadas são relevantes, pois observam o MHB e, em última instância, os dissidentes de gênero e/ou sexualidade latino-americanos como vértices ativos de uma troca

⁵¹⁴ BONORINO, Paulo. Apelo ao jovem guei. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 0, abr. 1978, p. 15.

⁵¹⁵ MOREIRA, Antônio Carlos. 28 de junho: entre nessa festa. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 26, jul. 1980, p. 14.

global de referências e propostas para uma luta política contra a opressão desses sujeitos. No entanto, reconhecer isso não deve reproduzir a velha narrativa da imposição unilateral de valores e ideias do Norte Global para o Sul Global. Os grupos latino-americanos, pelo contrário, devem ser tomados como receptores e também distribuidores dessas informações e trocas, muitas vezes ressignificando e até mesmo recusando certos preceitos.

Isso quer dizer que, se parte da circulação de referências e propostas políticas sofria resistência, outra adentrou de forma profícua as discussões do *Lampião* e, também, do MHB. É o caso da proposta de “liberação sexual”, levada às páginas da publicação não apenas por membros do Conselho Editorial que haviam vivenciado um autoexílio durante a ditadura, mas também por meio dos contatos e referências provenientes de inúmeros grupos no mundo e, é claro, pela própria contracultura brasileira. Nesse sentido, um dos enquadramentos políticos favoritos para um ativismo homossexual nesse primeiro momento foi a proposta da “liberação sexual”, a qual tinha um aspecto liberacionista, ao enfatizar a liberdade comportamental, e também individualista, dando centralidade à subjetividade e agência individual como propulsores contra as amarras dos diversos tipos de dominação enfrentados.

4.3.3 Surgem os grupos do MHB

Concomitante ao desenvolvimento do *Lampião*, surgia outra referência canônica na história do MHB: o grupo Somos, o qual, já em seu nome, também marcava as ramificações transnacionais que acompanham o desenvolvimento de um movimento homossexual no país. Após menos de um mês da publicação do número experimental do *Lampião*, surgia em maio de 1978 o grupo Somos em São Paulo⁵¹⁶, considerado o primeiro grupo do MHB que tomou a dissidência de sexualidade no Brasil como um projeto político e de liberação. Inicialmente, o grupo foi nomeado de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, aproximando-se do formato visionado por José Silvério Trevisan desde 1976 (Green, 2019, p. 442). No entanto, logo discussões acerca da nomeação do grupo tomaram força, sendo sugerida a adoção do nome Somos, que homenageava a publicação de mesmo nome feita pela FLH argentina no começo da década de 1970. Além da referência explícita a um antecessor importante no movimento homossexual/LGBTQIA+ latino-americano, a escolha do nome traduzia a expressiva recusa, pelo menos naquele momento, da adesão ao termo *gay*, a fim de evitar qualquer sugestão que o MHB se trataria de uma replicação do movimento estadunidense (Trindade, 2018, p. 234).

⁵¹⁶ Histórico, jun. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Coordenação Geral (Grupo 1), Planejamento e Execução (Subgrupo 2), Histórico e Balanço de Atividades (Série 3).

O Somos guardava paralelos com vários outros grupos de movimentos sociais ligados à esquerda brasileira. Nesse sentido, havia, por exemplo, uma recusa generalizada a qualquer tipo de autoritarismo (Macrae, 2018a, p. 44), o que promoveu no grupo uma atuação horizontalizada, evitando a concentração nas mãos de membros específicos e dando preferência à escolha por coordenações rotativas (Facchini, 2003, p. 89). Em relação aos debates sobre a sexualidade, promovia-se uma identidade homossexual cujas relações afetivas e/ou sexuais eram projetadas de forma igualitária, procurando sobrepujar a dicotomia ativo/passivo e as relações desiguais de poder advindas desta. Para isso, procurou-se afirmar uma identidade cuja nomeação por “bicha” ou “lésbica” era realizada de forma a marcar essa igualdade e esvaziar tais signos de qualquer sentido pejorativo (Facchini, 2003, p. 90). Assumir-se publicamente como “bicha”, portanto, passou a ser uma estratégia política para o movimento, obrigando a sociedade a refletir a respeito da relação de opressão mantida sobre os homossexuais (Macrae, 2018a, p. 47). Essa postura bastante nova naquele momento na conjuntura brasileira era recebida com entusiasmo por alguns, mas desconfiança por outros (Facchini, 2018, p. 317), inclusive no interior do próprio MHB. Nas palavras do próprio Somos, o grupo almejava

possibilitar o encontro de homossexuais, fora dos costumeiros ambientes de badalação e pegação (boates, bares, saunas, cinema e calçadas), procurava-se com isso um conhecimento mútuo que fosse menos aleatório e a discussão de nossa sexualidade, de maneira franca e digna⁵¹⁷.

Percebia-se no Somos uma tática que utilizava a própria identidade homossexual como empoderamento (Borges; Zacchi; Zandoná, 2019, p. 220). Isto é, a dissidência homossexual não era mais para ser tomada sob o signo do segredo, hierarquizada ou mantida nos limites do gueto homossexual e seus ambientes comerciais privados. Assumir-se como tal despontava como ação fulcral desse primeiro momento de atuação do MHB.

Um dos primeiros eventos em que o Somos se apresentou publicamente como um grupo de afirmação homossexual foi em fevereiro de 1979, durante um debate promovido na Universidade de São Paulo (USP) contando com a participação de setores e movimentos sociais diversos, incluindo grupos feministas e do movimento negro. A participação do grupo naquele evento marcou não apenas um verdadeiro ato público de se assumir coletivamente como homossexual, mas também deu indícios de uma discussão que não apenas acompanharia a trajetória turbulenta do Somos, como também do MHB em seus primeiros anos. Após um dos participantes atestar que a repressão ao homossexual acontecia tanto em democracias liberais e regimes autoritários de direita quanto em países socialistas, a discussão ficou mais acirrada com

⁵¹⁷ GRUPO SOMOS: uma experiência. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 12, mai. 1979, p. 2.

interlocutores contestando aquele posicionamento e afirmando uma suposta liberação sexual no Leste Europeu⁵¹⁸. Essas narrativas conflitantes traduziam uma discussão fulcral para o MHB naquele período: se o movimento homossexual deveria – e teria lugar – para se articular com grupos políticos da esquerda ou se manteria uma autonomia a qualquer partido político.

De qualquer maneira, a participação no debate da USP não apenas introduziu o Somos e o projeto de afirmação homossexual por eles almejado, mas também intensificou o crescimento do grupo e a diversificação de suas atividades. Devido à centralidade dada à identidade e à ação do assumir-se, o Somos, entre suas diversas atividades, concentrava-se bastante na promoção de “grupos de identificação”, os quais eram destinados à discussão sobre a homossexualidade como identidade e todas as inseguranças e questionamentos que os participantes acabassem introduzindo nos encontros. Dessa forma, além de “grupos de trabalho” direcionados mais às questões burocráticas do grupo – como correspondência, financiamento etc. – grande parte das atividades estava distribuída em torno dos grupos de identificação⁵¹⁹. Nesse primeiro momento de atuação, era perceptível o anseio por compreender melhor o que significava a categoria *homossexual* a fim de pautar a ação do grupo (Macrae, 2018b, p. 185).

As atividades do Somos, no entanto, não eram restritas ao trabalho interno de identificação entre os membros. Divulgação do grupo em revisas, cartas de protestos enviadas a entidades diversas e distribuição do *Lampião* no Centro de São Paulo são alguns dos diversos exemplos das incumbências realizadas pelo Somos naquele momento⁵²⁰. Diversas festas promovidas pelo grupo e participação de seus membros em Congressos dos movimentos sociais ou científicos também adentraram o rol de atuação⁵²¹. Já em 1979, o grupo participou não somente no debate da USP, mas também em outro na Faculdade de Psicologia de Itatiba. Essa discussão foi importante, pois introduziu o Somos em uma campanha que visava o fim da patologização da homossexualidade por entidades e disciplinas da Psicologia no país⁵²². No decorrer da atuação e transformações passadas pelo grupo, esse seria um tópico persistente. Em 1981, por exemplo, o Somos estaria articulando, junto com outros grupos do MHB, campanha

⁵¹⁸ DANTAS, Eduardo. Negros, mulheres, homossexuais e índios no debate da USP: felicidade também deve ser ampla e irrestrita. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 10, mar. 1979, p. 9.

⁵¹⁹ Organograma, jun. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Coordenação Geral (Grupo 1), Planejamento e Execução de atividades (Subgrupo 2), Organograma (Série 3).

⁵²⁰ Atividades externas do Grupo de Atuação, mai. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Coordenação Geral (Grupo 1), Planejamento e Execução de atividades (Subgrupo 2), Relatório de Atividades (Série 8).

⁵²¹ Atividades SOMOS, 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Coordenação Geral (Grupo 1), Planejamento e Execução de atividades (Subgrupo 2), Relatório de Atividades (Série 8).

⁵²² SOMOS, Grupo. Eram os homossexuais astronautas? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 14, jul. 1979, p. 2.

pelo fim do código 302 do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o qual classificava a homossexualidade como desvio mental⁵²³.

O Somos foi responsável por viabilizar publicações, as quais raramente são consideradas na historiografia do MHB. Em dezembro de 1979, com estilo técnico editorial similar ao das publicações homossexuais na década de 1960, o grupo publicava o jornaleco *Suruba*, o qual teve poucas edições e divulgava ao público leitor as atividades do SOMOS e discussões que interessassem o MHB⁵²⁴. As dificuldades financeiras enfrentadas pelo grupo logo impediram a continuidade do *Suruba*, o qual foi substituído por boletins bastante sucintos e feitos por mimeógrafos, intitulados de *Leva e Traz*, com a sua primeira edição em maio de 1980⁵²⁵. Seria no final de 1980 que o Somos daria início à publicação de um terceiro projeto: o jornal *O Corpo*. Voltando aos moldes do *Suruba* – ou seja, uma produção caseira, mas no formato de um pequeno jornal/folheto – o grupo passou a publicar *O Corpo* com notícias do Somos e de outros grupos do MHB sem uma periodicidade definida. Depois de divulgado gratuitamente o seu número experimental a todos os grupos do MHB fora de São Paulo⁵²⁶ em dezembro de 1980, a publicação manteria um ritmo irregular. Em fevereiro de 1984, por exemplo, era publicada a sexta edição de *O Corpo*⁵²⁷. No entanto, essas, além do *Lampião*, não eram apenas as únicas publicações que marcam a consolidação do MHB no início dos anos 1980. Em junho de 1981, em folheto de apresentação de *O Corpo*, o Somos divulgava outras 7 publicações feitas pelo MHB naquele momento em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Aracajú, Olinda, João Pessoa e Brasília⁵²⁸. Isto é, não apenas se expandia o número de publicações, mas novos grupos surgiam no MHB. Tal diversidade que se firmava apareceu no I Encontro Brasileiro de Homossexuais, o qual contou com a organização e participação de diversos grupos em 1980⁵²⁹, contribuindo para a estabilidade do MHB e a criação de uma rede de cooperação e atuação entre os agrupamentos que eram fundados.

⁵²³ Comunicação, ago. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵²⁴ *Suruba*, dez. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Divulgação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), *Suruba* (Série 9).

⁵²⁵ *Leva e Traz*, mai. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Divulgação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), *Leva e Traz* (Série 5).

⁵²⁶ Modelo de carta enviada a todos os grupos fora de SP, dez. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵²⁷ *O Corpo*, fev. 1984. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Divulgação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), *O Corpo* (Série 7), Edição Publicada (Subsérie 2).

⁵²⁸ “*O Corpo*”: um delírio?, jun. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵²⁹ MÍCCOLIS, Leila. Ai, que São Paulo Gostoso. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 22, mar. 1980, p. 3.

Mesmo que o Somos houvesse criado publicações próprias para divulgar as suas atividades, o *Lampião*, mesmo que às vezes a contragosto, funcionou como um porta-voz do Somos e, de forma mais geral, do MHB. O grupo não apenas solicitava ao jornal a divulgação de seus dados de contato⁵³⁰ como também endereçava seus comentários e posicionamentos a diversas reportagens publicadas⁵³¹. Isso significa que o espaço de divulgação e a abrangência significativa proporcionados pelo *Lampião* foram aproveitados pelo Somos para instigar a criação de outros grupos homossexuais no país (Zanatta, 1996, p. 197). Foi nesse contexto que, a partir de uma convocatória publicada no jornal, Luiz Mott conseguiu fundar em fevereiro de 1980 o Grupo Gay da Bahia (GGB), o qual seria o primeiro na América Latina a adotar o nome *gay* como sua identidade (Mott, 2018, p. 213) e protagonizaria momentos decisivos do MHB no decorrer daquela década. Além disso, enquanto alguns grupos surgiam de forma mais autônoma, outros recebiam o apoio e instruções de grupos já mais estabelecidos, como era o caso de um documento intitulado “Como organizar um grupo gay?”, redigido pelo GGB e também disseminado pelo Somos a atores interessados na criação de grupos de afirmação homossexual⁵³².

Se em 1978 o Somos e o *Lampião* marcaram traços mais definidos do que seria o MHB, na virada para década de 1980 havia já uma acentuada dinamização com grupos surgindo em locais diversos no país. Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, passaria a contar com a atuação do *Libertos*, enquanto o estado do Rio de Janeiro com o Grupo de Atuação e Afirmação Gay (Rodrigues, 2018, p. 3), este iniciado por quatro mulheres lésbicas em Duque de Caxias⁵³³. Enquanto em 1982 a capital carioca já apresentaria também o Grupo Auê⁵³⁴, a cidade de Olinda era marcada pelo Grupo GATHO (Grupo de Atuação Homossexual) (Medrado *et al.*, 2022), a de Belo Horizonte pelo grupo Terceiro Ato, a de Brasília pelo Beijo Livre⁵³⁵, entre grupos e iniciativas diversas, alguns de duração considerável, outros mais efêmeros. Já em São Paulo, a hegemonia do grupo Somos logo seria contestada e novos grupos surgiriam, como é o caso do paulistano Eros e, em especial, a partir de disputas internas do próprio Somos.

⁵³⁰ Carta do SOMOS ao *Lampião* da Esquina, 19 dez. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵³¹ Carta do SOMOS ao *Lampião* da Esquina, 9 fev. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵³² Carta do SOMOS à correspondente em Porto Alegre, 9 set. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵³³ RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses. In: GREEN *et al.*, 2018, p. 181.

⁵³⁴ GRUPOS Brasileiros Gueis. *Paz y Liberación*, Houston, número 3, dez. 1982, p. 3.

⁵³⁵ ESCOLHA o seu grupo. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 25, junho. 1980, p. 8.

No período de abertura política, grupos e associações diversas surgiram a fim de discutir o espectro político daquele momento e as possibilidades de atuação à disposição, o que foi o caso da Convergência Socialista (CS). No interior do MHB, em especial do Somos, havia naquele momento uma intensa discussão sobre a autonomia do grupo. Dessa forma, para alguns, uma aproximação junto a algo como a CS significava uma ameaça a essa autonomia, enquanto para outros essa era uma atuação necessária politicamente. As visões díspares tinham seus fundamentos, especialmente ao retomarmos a relação pouco harmônica da esquerda brasileira com dissidentes de sexualidade e/ou gênero naquele momento⁵³⁶. De qualquer forma, tais discussões se relevariam inconciliáveis na metade de 1980, provocando um racha no Somos.

Esses dois posicionamentos díspares encontrariam em João Silvério Trevisan e James Green os seus dois mais famosos expoentes. Enquanto o primeiro, já no segundo número do *Lampião*⁵³⁷, discorria sobre sua desconfiança em relação a grupos como a CS, James Green defendia uma maior articulação entre o MHB e tais iniciativas da esquerda brasileira. Essa divergência ideológica interna do grupo impactava em sua atuação e atingiu seu ápice em maio de 1980, mês marcado por um encontro do grupo em que os membros não condizentes com o “sacrifício” da autonomia do SOMOS resolveram deixar o grupo sob a acusação deste ter sua imagem externa atrelada à CS e sua autonomia comprometida⁵³⁸. Algumas mulheres cis ali presentes também resolveram se desvincular das atividades do Somos, uma decisão que era menos uma resposta a essa disputa ideológica interna e mais uma reação a uma outra incoerência do grupo: o espaço reduzido para a atuação das mulheres e o julgamento que estas sofriam por se articularem mais com grupos feministas (Macrae, 2018, p. 289).

O afastamento do SOMOS foi um estímulo importante na consolidação do GALF (Kumpera, 2021), o grupo lésbico de atuação mais proeminente no MHB na década de 1980. Vale lembrar que as participantes do GALF não necessariamente se colocavam contrárias ao posicionamento dos membros restantes no Somos em relação à autonomia do grupo e ao envolvimento com a CS. Atestavam, dessa forma, apenas como uma coincidência o desprendimento em relação ao SOMOS ter se dado no mesmo dia⁵³⁹. Já outro resultado dessa disputa foi a criação do Outra Coisa, grupo formado exatamente pelos antigos participantes do SOMOS e que o deixaram em maio de 1980. Ainda naquele mesmo mês, tais sujeitos se

⁵³⁶ A narrativa de Herbert Daniel sobre a esquerda brasileira ilustra essa relação. Cf. Green (2018b).

⁵³⁷ TREVISAN, João Silvério. Estão querendo convergir? Para onde? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 2, jun. 1978, p. 9.

⁵³⁸ GUIMARÃES, Eduardo. O racha no SOMOS/SP. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 25, jun. 1980, p. 8.

⁵³⁹ A POSIÇÃO do GALF. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 27, ago. 1980, p. 5.

reuniram e formaram o Outra Coisa, prometendo ser um grupo que manteria sua autonomia frente aos partidos políticos, elegendo um estatuto para fundamentar seu posicionamento e focado em promover o diálogo e cooperação entre os diversos grupos que surgiam no MHB naquele momento⁵⁴⁰.

Ainda que o racha parecesse ter resolvido as trocas de acusações e disputas internas em relação à aproximação ou não do MHB a grupos e partidos políticos⁵⁴¹, esta discussão perduraria em diversos momentos da história do MHB e do movimento LGBTQIA+ brasileiro de forma mais ampla. Enquanto os membros que restaram no SOMOS tiveram que despender tempo enviando explicações e seu posicionamento sobre o racha ocorrido aos outros grupos do MHB⁵⁴², o debate continuava adentrando as páginas do *Lampião* e continuaria durante grande parte de sua existência. Sob pseudônimo, James Green acabou publicando artigo sobre seu posicionamento a respeito das relações do grupo com a CS⁵⁴³, o que lhe rendeu, posteriormente, uma crítica bastante contundente nas páginas do jornal. Sob o título “O que é bom para as bichas gringas é bom pras bichas do Brasil?”, Francisco Bittencourt publicava uma análise de um texto produzido pela Fração Homossexual da Convergência Socialista, que se tratava de uma tradução de um artigo produzido no contexto do movimento *gay* estadunidense. Acusando o texto de ser colonizador – uma indireta crítica à James Green, o qual é estadunidense -, a reportagem no *Lampião* denunciava que havia uma tentativa de replicar moldes do movimento nos EUA na conjuntura brasileira⁵⁴⁴. A parte da validade ou não dessas acusações, evidencia-se não apenas a permanência do debate, mas também uma suposta influência norte-americana sendo utilizada para deslegitimar os argumentos daqueles que defendiam uma maior articulação do MHB e a esquerda brasileira. De qualquer forma, tais divergências certamente não eram exclusivas do MHB e também foram (re)atualizadas no decorrer de suas mais de quatro décadas de existência. Certamente, o maior indicador disso é que, em coletânea de 2018 sobre a história do movimento LGBTQIA+ no país, James Green (2018c) e José Silvério Trevisan (2018b)

⁵⁴⁰ Carta do Outra Coisa ao Movimento Homossexual, 27 mai. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Comunicação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), Carta Aberta (Série 4).

⁵⁴¹ O recém-criado Grupo Gay da Bahia (GGB) expressou esse anseio ao grupo Outra Coisa, pedindo que o movimento em São Paulo retomasse um tom de conciliação e que o racha pudesse ser utilizado para uma ampliação e diversificação das áreas de atuação do MHB. Cf. Carta do GGB ao Outra Coisa, 5 ago. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁴² Carta do SOMOS/SP ao SOMOS/RJ, sem data 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo SOMOS, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵⁴³ GREEN, James. Autonomia ou não, eis a questão. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 26, jul. 1980, p. 10.

⁵⁴⁴ BITTENCOURT, Francisco. O que é bom para as bichas gringas é bom pras bichas do Brasil? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 31, dez. 1980, p. 13.

publicaram capítulos novamente expressando suas opiniões e versões desses acontecimentos na década de 1980 e, em especial, sobre o diálogo com a CS.

Em todo o caso, o MHB iniciou a década de 1980 se dinamizando a partir não apenas dos diferentes grupos e publicações que surgiram, mas também das propostas díspares sobre o que deveria ser e almejar um movimento homossexual no Brasil. Essa diversidade que estava sendo instalada no interior do MHB era percebida não apenas no desacordo ideológico entre os paulistanos, mas em iniciativas como a do Grupo *Adé Dudú – Grupo de Negros Homossexuais*, criado no início de 1981 no estado da Bahia. Este tinha como motivação fulcral interseccionar as discussões do MHB com as sobre raça e racismo. Para tal, o grupo participou do I Encontro de Negros do Norte e Nordeste do Brasil, em setembro de 1981 em Recife, durante o qual leu um manifesto que questionava os participantes sobre a homofobia entre os negros e também o racismo muitas vezes não questionado entre grupos e locais de sociabilização homossexual⁵⁴⁵. O *Adé Dudú* também realizou uma pesquisa e a produção de um relatório sobre vivências de homossexuais negros, destacando a interseccionalidade que investia sobre queles corpos não apenas a homofobia, mas o racismo⁵⁴⁶. Além disso, o *Adé Dudú* mandou circulares a vários segmentos do MHB cobrando a realização de discussões sobre racismo naqueles círculos e o compartilhamento de informações sobre os membros negros em cada grupo⁵⁴⁷. Dessa forma, o exemplo do grupo *Adé Dudú*⁵⁴⁸ mostra um dinamismo do MHB já no início dos anos 1980 e também uma descentralização geográfica, indo além do eixo Rio-São Paulo.

A diversidade na atuação do MHB ficaria marcada naquele período em dois momentos importantes de resistências e que impulsionaram não apenas a consolidação do movimento, mas também sua inserção em redes transnacionais de cooperação e de trocas de informação: a campanha em defesa ao *Lampião* e o protesto contra o delegado Richetti em São Paulo. A primeira atividade será analisada, em especial, a partir de seu aspecto transnacional, enquanto a segunda vai destacar um acontecimento bastante simbólico dessa primeira geração do MHB, mas que é bastante obliterado nas narrativas populares sobre o movimento. Além disso, ambos os episódios identificam as consequências práticas da concepção da ditadura militar em relação aos dissidentes da cisheteronormatividade.

⁵⁴⁵ I Encontro de Negros do Norte e Nordeste do Brasil – Manifesto do Adé Dudú, set. 1981. João Antônio Mascarenhas, Material de Apoio (Grupo 4), Material de Grupos Militantes Homossexuais (Dossiê).

⁵⁴⁶ Negros Homossexuais, Pesquisa realizada pelo grupo Adé Dudú, nov. 1981. João Antônio Mascarenhas, Material de Apoio (Grupo 4), Material de Grupos Militantes Homossexuais (Dossiê).

⁵⁴⁷ Carta do Adé Dudú, out. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Séria 2).

⁵⁴⁸ Segundo o historiador Ailton Carneiro (2023), o grupo abriu caminho para uma análise mais interseccional dentro do MHB, sublinhando os diferentes marcadores sociais que atravessavam os corpos dissidentes em gênero e/ou sexualidade.

4.3.4 Solidariedade transnacional ao *Lampião*

Sob o título “Sinal de Alerta”, a edição de *Lampião* de outubro de 1978 publicou uma nota sobre a perseguição judicial que jornalistas da revista *IstoÉ* estavam sofrendo pela publicação de uma matéria especial sobre a homossexualidade no contexto brasileiro. No fim da nota, a edição, de forma sutil, informava seus leitores de que o mesmo tipo de perseguição estava em curso em relação ao *Lampião*⁵⁴⁹. Dessa forma, o conselho editorial fazia referência à repressão que a ditadura operacionalizava indiretamente e diretamente sobre o jornal (Quinalha, 2021b, p. 4). De forma indireta, pois a ditadura produziu relatórios e dossiês que contavam com sugestões que almejavam restringir as atividades do *Lampião*. Já de forma mais explicitamente direta, o jornal seria alvo de um processo de investigação policial.

Imediatamente subsequente ao início das atividades do jornal, os órgãos de informação da ditadura militar circularam um documento sob a rubrica “Imprensa Gay-Lampião”. Ao expressar a preocupação sobre uma publicação como esta, o documento identificava um suposto “alto interesse comunista” nos temas abordados pelo *Lampião* (Quinalha, 2021b, p. 5). Ainda que, em diversos momentos, o conselho editorial tenha marcado seu distanciamento de qualquer vínculo com partidos políticos ou instituições de esquerda (ou de direita), a simples discussão sobre identidades dissidentes em gênero e/ou sexualidade trazia ao jornal a acusação de ser favorável ao comunismo e, automaticamente, uma ameaça à ditadura e à nação. Dessa forma, não podendo operar uma censura direta à publicação, vide as novas restrições à repressão trazidas pela abertura política, os órgãos de informação da ditadura optaram por aconselhar evitar qualquer tipo de dispêndio com propaganda oficial do governo em uma publicação como o *Lampião* (Quinalha, 2021b, p. 5).

No entanto, o incômodo gerado pelo jornal nos órgãos de informação e repressão logo se transformou em ações mais diretas de intervenção e intimidação. Aguinaldo Silva, membro do Conselho Editorial, foi obrigado a prestar depoimento em novembro de 1978 perante a polícia na capital carioca, momento em que ele tentou elucidar os propósitos da publicação e esquivar o jornal de futuras ações da ditadura. Nesse momento, João Antônio Mascarenhas, que já não fazia parte do Conselho Editorial, ainda que atuando como constante colaborador, foi também convocado a prestar depoimento sobre o surgimento do jornal. Ele notou o

⁵⁴⁹ SINAL de Alerta. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 5, out. 1980, p. 16.

constrangimento e relutância dos oficiais policiais ao terem que falar sobre a homossexualidade, ponto esse que Mascarenhas frisou que era exatamente o intuito de o jornal transformar⁵⁵⁰.

Apesar dos depoimentos e das explicações providas, em fevereiro de 1979 o *Lampião* denunciava aos seus leitores o processo judicial ao qual a publicação estava sendo submetida, sob a acusação de ter ido contra a Lei de Imprensa por “ofensa à moral e aos bons costumes”⁵⁵¹. Assim, a justiça utilizava desse decreto, baseado em uma suposta moral única e incontestável brasileira, para tentar intimidar projetos como o do *Lampião*, ou então a atuação dos jornalistas na reportagem da *IstoÉ* (Macrae, 2018, p. 228).

No decorrer do processo, os acusados, em sua maioria ligados ao Conselho Editorial, foram submetidos a constrangimentos e intimidações diversas. A edição 12 foi estampada, por exemplo, por fotos que os membros cariocas do jornal tiraram na delegacia, como parte da identificação dos acusados⁵⁵². Além disso, a prestação de depoimentos - aos quais foram intimados os responsáveis pelo jornal tanto no Rio quanto em São Paulo - foi acompanhada de confusões e constrangimentos por parte dos oficiais policiais responsáveis. Durante o interrogatório realizado com os editores em São Paulo, por exemplo, o departamento policial responsável chegou a confundir a razão pela qual aqueles homens estavam ali, pois não acreditavam que pessoas acusadas de formar uma publicação homossexual pudessem comparecer à delegacia vestidas formalmente e com ternos e gravatas (Quinalha, 2021b, p. 7). Isso representava evidentemente a concepção e as confusões que grande parte da sociedade brasileira tinha naquele momento em relação aos dissidentes da cisheteronormatividade.

As restrições impostas pela nova realidade política do país e o apoio da grande imprensa recebido pelo *Lampião* dificultavam o andamento do processo e da intimidação do Conselho Editorial. Por isso, a polícia requisitou os registros contábeis do *Lampião*. Almejando realizar uma devassa na contabilidade do jornal, a ditadura pretendia comprovar a incapacidade deste se manter financeiramente⁵⁵³. Ou seja, o regime militar lançava mão de alternativas para o controle da imprensa, visto o encolhimento do poder censório naquele momento (Macrae, 2018b, p. 229).

Após mais de doze meses de perseguição direta ao *Lampião*, o jornal publicou em novembro de 1979 o editorial intitulado “Somos todos inocentes”. Noticiando o arquivamento

⁵⁵⁰ Meu depoimento no Departamento de Ordem Política e Social, nov. 1978. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Correspondência (Série 2), Subsérie 1 (Artigo).

⁵⁵¹ SILVA, Aguinaldo. Para o Brasil do ano 2.000, os “bons costumes” do século XIX. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 9, fev. 1979, p. 5.

⁵⁵² Capa. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 12, mai. 1979, p. 1.

⁵⁵³ NOSSA pobreza é nosso maior charme. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 15, ago. 1979, p. 5.

do processo, a publicação recontava as tentativas de intimidação e banimento das atividades do jornal, realizando uma defesa explícita da liberdade de expressão e da imprensa⁵⁵⁴. O arquivamento ocorreu após a troca de Ministro da Justiça e de um parecer feito pelo Procurador da República Sérgio Ribeiro da Costa, no qual o conceito de moral foi socialmente relativizado, desconstruindo o principal argumento da acusação contra o *Lampião*.

O fim do processo também seu deu como resultado de uma atuação importante do MHB, o qual articulou um Comitê de Defesa do Jornal *Lampião*, contanto com vários membros do grupo *Somos*⁵⁵⁵, intelectuais, artistas, jornalistas, entre outros, que angariaram apoio ao jornal e protesto contra a perseguição sofrida (Quinalha, 2021b, p. 12). A solidariedade transnacional também se engajou na defesa e na proteção do jornal contra as investidas da ditadura, mostrando não apenas as conexões transnacionais do MHB, mas atuando também como uma divulgação massiva deste no exterior.

A solidariedade transnacional entre grupos homossexuais já foi observada anteriormente. No caso argentino, por exemplo, o *Lampião* atuou como um canal dos membros da FHL que se encontravam em exílio em Madrid. De forma análoga, o jornal agora necessitava de apoio para a sua resistência contra o processo ao qual estava submetido. Nesse sentido, a rede transnacional de conexões e contatos entre grupos homossexuais respondeu ao chamado de ajuda do *Lampião*, o qual foi disseminado, especialmente, por Mascarenhas.

Enquanto a experiência no exterior de membros do MHB, como é o caso de José Trevisan, colocava à disponibilidade diversos contatos de grupos estrangeiros, o diálogo com grupos internacionais - estabelecido por pessoas como o Mascarenhas - ampliou a lista de interlocutores do MHB, os quais podiam ser acionados para uma campanha de defesa do *Lampião*. E exatamente isso foi feito no segundo semestre de 1978 e no primeiro de 1979.

Robert Roth era um desses pontos nodais para o estabelecimento de uma rede transnacional entre grupos homossexuais. Advogado morador de Nova York, Roth manteve, especialmente durante os anos 1970, correspondência com diversos grupos latino-americanos, atuando como um encaminhador e receptor de mensagens e informações entre grupos da América Latina e dos EUA (Galeano, 2019, p. 617). Já em 1974, por exemplo, o advogado mantinha contato constante com os membros da FLH argentina. Apesar de não ter sido possível confirmar como ocorreu a aproximação entre Mascarenhas e Robert Roth, presumo que, da

⁵⁵⁴ SOMOS todos inocentes. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 18, nov. 1979, p. 2.

⁵⁵⁵ Segundo Macrae (2018b), as discussões no Grupo *Somos* sobre as melhores estratégias de apoio ao *Lampião* foram acompanhadas de diversas desavenças e disputas internas no grupo, o que apontava o acirramento de diferenças cada vez mais irreconciliáveis no grupo. Dessa forma, esse momento no interior do *Somos* funcionou como um prelúdio para o racha que aconteceria em 1980.

mesma forma que a FHL o colocou em diálogo com outros grupos, é possível que os dois tenham se conhecido através também dos interlocutores argentinos.

O nome de Roth acabou se tornando uma referência incontornável para aqueles interessados em se inserir nas redes transnacionais de informações e correspondências entre grupos e indivíduos engajados em movimentos homossexuais com propostas variadas. O advogado manteve o costume de produzir pequenos boletins que mandava para todos seus correspondentes com notícias de diversos grupos espalhados pelo mundo. No boletim de março de 1978, por exemplo, Roth divulgou o endereço de correspondência dos exilados argentinos em Madrid, informações sobre um grupo homossexual atuando na Índia, notícias de uma publicação gay surgindo na Colômbia, entre outros casos diversos⁵⁵⁶.

Em dezembro de 1978, quando ficou claro ao *Lampião* e ao MHB que as autoridades policiais da ditadura estavam decididas em dar procedência ao processo contra o jornal, o recrutamento de apoio internacional se tornou uma das estratégias de defesa do jornal. Assim, entre as festas de fim de ano em 1978, Mascarenhas enviou pedido de apoio ao *Lampião* a 24 associações e jornais homossexuais pelo mundo, dos quais todos responderiam, com a exceção da revista *Barazoku*, a primeira revista gay do Japão⁵⁵⁷. Esses endereços haviam sido repassados por Robert Roth, o qual colocou à disposição sua rede transnacional de contatos para promover o suporte ao *Lampião* contra a ditadura militar. Como ponto estratégico central, a campanha de defesa pedia para que as entidades enviassem cartas ao Ministro da Justiça brasileiro, explicitando o repúdio ao processo em curso. Isto é, uma ameaça de um escândalo internacional era instrumentalizada para pressionar pelo arquivamento do processo.

O apoio e a quantia de cartas enviadas ao Ministro da Justiça extrapolaram o número de grupos e publicações contactadas por Mascarenhas. Isso se deve ao reencaminhamento do pedido de ajuda endereçado a cada grupo/publicação. Ou seja, colocava-se em prática um processo que ampliava exponencialmente o alcance dessa rede de informações e grupos homossexuais naquele período. Aqueles mais conectados a uma rede de trocas globais encaminhavam a correspondência relevante que recebiam em direção às redes locais, difundindo ainda mais o alcance dessas informações. Nesse sentido, o *Lampião* registrou essa ação ao indicar aos seus leitores o contato de Robert Roth e mencionar que ele havia difundido,

⁵⁵⁶ Robert Allan Roth – Newsletter #5, mar. 1978. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁵⁵⁷ Carta-circular, em inglês, de 26-12-1978, sobre LAMPIÃO, dez. 1978. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião* da Esquina (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Controle de Correspondência Enviada (Subsérie 1).

através de seus boletins, a campanha de ajuda para diversos outros grupos nos EUA⁵⁵⁸. Nesse mesmo contexto, o *Comite Homosexual Latinoamericano* (COHLA), sediado em Nova York, confirmou o apoio ao *Lampião*, relatando o encaminhamento da campanha a pelo menos 70 outros grupos nos EUA⁵⁵⁹.

O resultado da campanha foi inegável: 54 grupos e indivíduos endereçaram cartas ao Ministro da Justiça brasileiro, repudiando a perseguição judicial ao jornal e pedindo o arquivamento do processo. Alguns, por iniciativa própria, também enviaram cartas cobrando posicionamento das embaixadas brasileiras em seus respectivos países, como foi o caso da embaixada brasileira em Haia, a qual respondeu aos protestos do grupo COC em Amsterdã, garantindo que o governo brasileiro trataria o *Lampião* conforme as formalidades legais⁵⁶⁰. Enquanto algumas cartas expressavam sua indignação ao processo contra o jornal e, de forma concisa, pediam uma mudança do tratamento depreendido pelo Estado brasileiro aos dissidentes de gênero e/ou sexualidade, outros enviaram cartas com uma argumentação mais desenvolvida: o grupo norueguês *Det Norske Forbundet av 1948*, por exemplo, utilizou o exemplo do governo de seu país, que prometia logo uma lei que criminalizasse a discriminação por orientação sexual, para sublinhar o caráter atentatório contra a cidadania e os direitos humanos no processo contra o *Lampião*⁵⁶¹. Tal carta é interessante, já que não apenas apontou estratégias argumentativas para a defesa do jornal, mas também intensificou o contato do MHB com um pacote cultural transnacional de discursos diversos sobre a homossexualidade e baseados na noção de cidadania e direitos humanos.

Como observável na Tabela 3 abaixo e nos mapas em apêndice, enquanto muitos grupos e indivíduos participantes que respondem ao chamado do *Lampião* eram provenientes de locais que já tinham maior contato com representantes do MHB, como os EUA e a Europa Ocidental, há a presença de associações localizadas em regiões que pouco tinham interagido com os grupos brasileiros. Nesse sentido, a atuação do grupo responsável pela publicação da revista *Out!* foi crucial para a massiva presença de cartas provenientes da Nova Zelândia: em fevereiro de 1979, por exemplo, vários grupos homossexuais naquele país receberam uma carta de convocação da

⁵⁵⁸ BADALO. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 10, mar. 1979, p. 4.

⁵⁵⁹ Carta do COHLA ao Mascarenhas, jan. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁵⁶⁰ Carta da embaixada brasileira em Haia ao grupo COC, jan. 1978. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 4).

⁵⁶¹ Carta da *Det Norske Forbundet av 1948* ao Ministro da Justiça, mai. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 4).

revista *Out!* para o repúdio à perseguição da ditadura militar brasileira ao *Lampião*⁵⁶². Além disso, o sistema de reencaminhamento e divulgação engajado nessa rede transnacional atingiu regiões que, originalmente, não foram contactadas por Mascarenhas: é o caso do grupo Samtökin, na Islândia⁵⁶³, ou o protesto individual de um morador de Pago Pago, capital da Samoa Americana⁵⁶⁴. É também presumível que o número de cartas de protesto enviadas seja maior, já que apenas possuímos as cópias das cartas encaminhadas ao Mascarenhas para seu controle pessoal.

Tabela 3: Grupos que responderam à campanha de defesa do Lampião

Grupo/Indivíduo	Cidade/Local	País
1. Allgemeine Homosexuelle Arbeitsgemeinschaft - AHA	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
2. Berliner Schwulenzeitung	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
3. Gay Journal	Bonn	Alemanha Ocidental
4. Thomas Schmidt	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
5. Thias Streit	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
6. Arbeitsgemeinschaft Lesben und Schwule	Hamburg	Alemanha Ocidental
7. Gay Liberation Front – Aktionsgruppe Homosexualität Bonn	Bonn	Alemanha Ocidental
8. NARGS	-	Alemanha Ocidental
9. Gay Union of Tertiary Staff (University of Sidney)	Sidney	Austrália
10. Dennis Altman	Sidney	Austrália
11. Federatie Werkgroepen Homofilie	Antuérpia	Bélgica
12. Pink Triangle Press	Toronto	Canadá
13. Forbundet af 1948	Aalborg	Dinamarca
14. FAGC - Front d'Alliberament Gai de Catalunya	Barcelona	Espanha
15. Comitê Homossexual Latinoamericano	Nova York	EUA
16. Gaysweek	Nova York	EUA
17. Gay Teachers Association	Nova York	EUA
18. Robert Alan Roth	Nova York	EUA

⁵⁶² Carta da revista OUT! aos grupos na Nova Zelândia, fev. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 4).

⁵⁶³ Letters of protest to the Brazilian Minister of Justice, 17 mai. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Controle de Correspondência Recebida (Subsérie 2).

⁵⁶⁴ Letters of protest to the Brazilian Minister of Justice, 1 ago. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Controle de Correspondência Recebida (Subsérie 2).

19. The New York Review of Books	Nova York	EUA
20. Gay Community News	Boston	EUA
21. Gleen Sitzman	Clarion	EUA
22. Illinois Gay Rights Task Force	Chicago	EUA
23. Kingmasters	Hollywood	EUA
24. Paz y Liberacion	Hollywood	EUA
25. National Gay Task Force	Washington D.C.	EUA
26. Gaie Presse	Paris	França
27. Centre du Christ Libérateur	Paris	França
28. Centre Homosexuel de la banlieu Ouest Parisienne	Paris	França
29. COC Nederland	Amsterdã	Holanda
30. Gay Left – A Gay Socialist Journal	Londres	Inglaterra
31. Gay Activist Alliance	Oxford	Inglaterra
32. E.M. Beckett	Londres	Inglaterra
33. Kenneth Brookfield	Londres	Inglaterra
34. Northern Ireland Gay Rights Association	Belfast	Irlanda do Norte
35. Campaign for Homosexual Law Reform	Dublin	Irlanda
36. National Gay Federation	Dublin	Irlanda
37. Campaign for Homosexual Equality	Londres	Inglaterra
38. Scottish Homosexual Rights Group	Edimburgo	Escócia
39. Sämtokin '78	Reykjavík	Islândia
40. Gruppo Parlamentare Radicale	Roma	Itália
41. FUORI!	Turim	Itália
42. Out Magazine	Auckland	Nova Zelândia
43. Budd, Perregaux & Associate Publishers	Auckland	Nova Zelândia
44. Otago Gay Equality Society	Dunedin	Nova Zelândia
45. National Gay Rights Coalition	Wellington	Nova Zelândia
46. Gay Society	Napier	Nova Zelândia
47. Campaign for Homosexual Equality	Christchurch	Nova Zelândia
48. Det Norske Forbundet AV 1948	Oslo	Noruega
49. EHGAM Euskal Herriko Gay-Les Askapen Mugimendua	Vitoria-Gasteiz	País Basco Espanhol
50. Roger Williams	Pago Pago	Samoa
51. RFSL	Estocolmo	Suécia

52. Homosexuelle Arbeitsgruppen Basel-Stadt	Basel	Suíça
53. Exilados do FLH Argentina na Espanha	Madrid	Espanha
54. Gay Liberation Sidney	Sidney	Austrália

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

A possibilidade de cartas enviadas ao Ministro da Justiça não terem sido encaminhadas como cópia para o controle de Mascarenhas fica ainda mais plausível pelo fato de a campanha de apoio ao *Lampião* ter sido publicada em diversos jornais e revistas, que nem sempre indicavam a possibilidade do envio de cópias da carta de protesto para representantes do MHB. Indícios sobre a divulgação da campanha de defesa no exterior apareceram no próprio jornal: em sua edição 11, por exemplo, correspondente contava à seção “Cartas na Mesa” sobre a reportagem que o jornal *Gay News* em Londres havia feito, convocando os leitores a encaminharem seus protestos ao Ministro da Justiça⁵⁶⁵. Entre vários casos, a edição de março de 1979 da revista *him-applaus*, na Alemanha Ocidental, já em sua capa destacava a reportagem que em seu interior ocupava 2 páginas com foto do *Lampião*, relatos sobre o MHB, sobre o processo judicial e, por fim, o chamado de protesto a todos os leitores⁵⁶⁶. Entretanto, não apenas na imprensa alternativa e direcionada ao público homossexual foi noticiada a campanha. Em janeiro de 1979, correspondente parisiense de Mascarenhas prometia tentar uma divulgação ou nota sobre a campanha no jornal *Le Monde*⁵⁶⁷, tentativa consumada, conforme noticiou o próprio *Lampião*⁵⁶⁸. De forma análoga, a revista *Arbeiterkampf*, ligada a partidos de esquerda na Alemanha Ocidental, publicou um reportagem em janeiro de 1979⁵⁶⁹ sobre o processo que o *Lampião* sofria e repetiu o chamado de protesto em março seguinte⁵⁷⁰. Portanto, como observado na Tabela 4 e nos mapas em apêndice, há o registro de pelos menos 22 jornais e revistas que noticiaram o processo e instigaram seu público a se juntar na campanha de protestos. Em momentos diversos, Mascarenhas nota em seus registros de controle que havia recebido menções de publicações que noticiaram a campanha do *Lampião*, mas que não chegou

⁵⁶⁵ CARTAS na mesa – Londres fervilhando. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 11, abr. 1979, p. 19.

⁵⁶⁶ GEGEN brasilianische Presse- und Polizei-Willkür – SOLIDARITÄT mit unseren Freunden in Rio de Janeiro und Aufruf zum PROTEST! *Him-applaus*, Hamburgo, Ano 3, mar. 1979, p. 6.

⁵⁶⁷ Carta de Jean Le Bitoux ao Mascarenhas, 8 jan. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁵⁶⁸ RAMOS, Nando. Enfim, um jornal maravilha. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 11, mai. 1979, p. 4.

⁵⁶⁹ SOLIDARITÄT mit der brasilianischen Schwulenbewegung. *Arbeiterkampf*, Hamburg, n. 146, 22 jan. 1979.

⁵⁷⁰ HILFERUF aus Rio de Janeiro. *Arbeiterkampf*, Hamburg, n. 149, 5 mar. 1979.

a recebê-las. Dessa forma, presume-se também que essa lista não é exaustiva, já que algumas revistas e jornais podem não ter circulado no Brasil.

Tabela 4: Revistas e jornais que publicaram sobre a campanha de defesa ao *Lampião*

Revista/Jornal	Cidade/Local	País
1. Le Matin	Paris	França
2. Libération	Paris	França
3. Le Gai Pied	Paris	França
4. Rouge	Paris	França
5. Man	Paris	França
6. The Advocate	Los Angeles	EUA
7. Gay Community News	Boston	EUA
8. Gaysweek	Nova York	EUA
9. Mandate	Nova York	EUA
10. Gaze	West Hollywood	EUA
11. Gay Teachers and Students Group Newsletter	-----	EUA
12. Campaign	Sidney	Austrália
13. Body Politic	Toronto	Canadá
14. Berliner Schwulenzzeitung	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
15. Gay Journal	Heidelberg	Alemanha Ocidental
16. Him-applaus	Hamburg	Alemanha Ocidental
17. Arbeiterkampf	Hamburg	Alemanha Ocidental
18. Gay News	Londres	Inglaterra
19. Revolt	Åseda	Suécia
20. Pan	Copenhague	Dinamarca
21. Sek	Amsterdã	Holanda
22. Fritt Fram	Olso	Noruega

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

A rede transnacional de contatos e trocas entre grupos homossexuais e suas estratégias de divulgação foram bastante profícuas na promoção de solidariedade ao *Lampião*, ainda que tenha às vezes fosse passível de leituras errôneas. As barreiras linguísticas, por exemplo, criaram algumas confusões no entendimento do desenrolar do processo contra o jornal. Por um erro de tradução, chegou a informação em janeiro de 1979 a correspondentes de Nova York de que Mascarenhas teria sido preso pela polícia brasileira. Por isso, grupos na metrópole estadunidense se mobilizaram rapidamente, contactando representação da Anistia Internacional e da *Associated Press* para tentar angariar maiores informações. Uma reportagem de primeira página para o jornal *Gaysweek* chegou a ser inicializada a fim de noticiar o suposto acirramento

da perseguição policial contra o MHB⁵⁷¹. De qualquer forma, salvo alguns percalços, tratou-se de um exercício de resistência transnacional bem orquestrado pelo MHB.

Os realizadores da campanha, em especial o Mascarenhas, estavam também cientes dos significados que tal atividade possuía para além da defesa do *Lampião*. Em um dos últimos relatórios de controle das cartas e reportagens recebidas, lê-se quatro objetivos principais que a campanha possuía. Para além de impressionar o Ministro da Justiça brasileiro e mostrar à polícia brasileira o apoio internacional que o jornal recebia, o documento atestava que a campanha procurava também

- i) sublinhar aos homossexuais brasileiros o apoio recebido no exterior; o que era justificado pelo “colonialismo cultural existente no Brasil que faz com que muitos brasileiros superestimem tudo que vem do exterior”⁵⁷² e;
- ii) enfatizar aos estrangeiros que, mesmo sob um regime ditatorial militar, havia “um grupo engajado com o desenvolvimento de um movimento brasileiro de *gay liberation*”⁵⁷³, sobrepujando a crença de que tais de tais projetos seriam exclusivos dos países considerados industrializados.

Ou seja, mesmo utilizando alguns conceitos e termos hoje já em desuso e problematizados, havia uma consciência de que tal rede transnacional era atravessada por desigualdades e relações de poder. A campanha poderia imprimir, nesse sentido, não apenas apoio ao jornal, mas divulgar aos próprios homossexuais brasileiros o valor de iniciativas como o *Lampião* e o MHB; e também constatar para o Norte Global a potência de movimentos homossexuais situados fora do eixo hegemônico, o qual era geralmente detentor de um maior capital político e financeiro para a promoção de iniciativas ativistas homossexuais naquele momento.

4.3.5 Resistência do MHB à violência policial

A demonstração interna da potência do MHB seria realçada ainda mais com a resistência dos grupos contra a violência empreendida pela polícia paulistana em espaços de sociabilização

⁵⁷¹ Carta de Robert Roth ao Mascarenhas, 22 jan. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁵⁷² Campaign to rally support for the Brazilian gay newspaper LAMPIÃO abroad, ago. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Lampião da Esquina (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Controle de Correspondência Recebida (Subsérie 2), tradução nossa. No original: “[...] the cultural colonialism existing in Brazil which makes many Brazilians overvalue everything from overseas”.

⁵⁷³ Ibid., tradução nossa. No original: “[...] a group which is concerned with the upsurge of a Brazilian Gay Liberation Movement”.

de corpos dissidentes da cisheteronormatividade. Em 25 de março de 1980, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou chamada para uma série de reportagens que lançaria no fim de semana com a seguinte manchete sensacionalista: “Perigo! A invasão dos travestis”⁵⁷⁴. O sensacionalismo prometido pela manchete seria confirmado no tratamento às travestis paulistanas disposto pelas reportagens que faziam parte do especial: o realce de um suposto perigo representado pela presença das travestis no centro da capital e o anseio por uma ação veemente da polícia contra tal cenário marcaram o texto dos jornalistas⁵⁷⁵.

Demonstrando presteza incomum nas forças de segurança, poucos dias após a publicação das reportagens, a polícia apresentou um plano de contenção das travestis paulistanas em uma região específica do centro da cidade (Quinalha, 2021, p. 67), almejando impedir a circulação destas nos bairros mais nobres. A execução do projeto policial orquestrado para esse controle do suposto perigo imposto pelas travestis foi conferido ao delegado José Wilson Richetti, o qual já se gabava por presumivelmente ter expulsado trabalhadoras do sexo de São Paulo no passado (Facchini, 2003, p. 51). Assim, iniciava-se a Operação Limpeza, projeto esse que foi se adaptando e transformando suas táticas e características, mas que, de forma constante, incidiu consideravelmente sobre dissidentes de gênero e/ou sexualidade, infligindo violência e abusos de autoridade por onde passava.

Ao atualizar sobre o andamento das ações da Operação Limpeza no decorrer de maio, Richetti declarava ao jornal *Folha de São Paulo* que em uma noite havia prendido mais de 700 pessoas, entre as quais estavam homossexuais, travestis e trabalhadoras do sexo⁵⁷⁶. Isto é, havia um declarado teor moral na Operação Limpeza: a presunção de prender criminosos no centro, na verdade, se transformou em uma evidente guerra e violação à cidadania e à liberdade de locomoção de pessoas LGBTQIA+ e trabalhadoras do sexo (Ocanha, 2015, p. 162).

A edição de maio do *Lampião da Esquina* trouxe uma extensa análise sobre os alertas feitos pelo jornal *O Estado de São Paulo* dois meses antes, refutando as acusações infundadas e preconceituosas do jornal, além de assinalar o potencial que tal operação tinha de se tornar uma violação a qualquer corpo dissidente de gênero e/ou sexualidade, e não somente às travestis⁵⁷⁷. Não só as declarações Richetti sobre a operação confirmavam o receio do *Lampião*, mas alguns membros do Somos foram impactados diretamente pela Operação Limpeza: dois

⁵⁷⁴ PERIGO! A invasão dos travestis. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1980, p. 35.

⁵⁷⁵ BARRETO, Efigênia; LOMBARDI, Renato. O perigo aumenta nas ruas de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 1980, p. 36.

⁵⁷⁶ KOTSCHO, Ricardo. Delegado quer botar para quebrar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1980, p. 11.

⁵⁷⁷ PENTEADO, Darcy. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam os travestis. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 24, mai. 1980, p. 2.

de seus membros, que se locomoviam no Centro até uma discoteca na região, foram detidos pelos oficiais de Richetti (Macrae, 2018b, p. 287). O artefato legal utilizado pela polícia naquele momento era a acusação sob a Lei de Vadiagem. No entanto, para muitos, como foi o caso do participantes do Somos, ter ou não os documentos que comprovassem vínculo empregatício pouco importava: bastava ser interpretado como dissidente em gênero e/ou sexualidade e o caminho à delegacia era certo.

Vigorou, então, um clássico exemplo de repressão dos transeuntes de uma região moral, esta sendo uma delimitação geográfica a partir de um estrato populacional específico em busca de contatos e prazer (Perlongher, 2008, p. 69). O centro da cidade era tomado como uma região moral a ser controlada e, em última instância, “limpa”, sendo os seus frequentadores, em especial os homossexuais, as travestis e as trabalhadoras do sexo, os alvos principais da ação policial. Além disso, devemos certamente observar a Operação Limpeza como a tradução prática da visão da ditadura militar sobre os homossexuais e outras identidades dissidentes em gênero e/ou sexualidade. Conforme foi dito antes, ainda que a avaliação moral sobre a sexualidade não tenha começado com a ditadura militar no Brasil, a interpretação da homossexualidade como um sintoma da ameaça comunista naquele momento respaldava, ainda que de forma indireta, o apoio de parte da imprensa e das classes média e alta àquele tipo de ação policial. E isso não foi apenas observado na cidade de São Paulo: na década de 1960, por exemplo, Belo Horizonte foi palco de um monitoramento policial violento de espaços de circulação de homossexuais e travestis no centro da cidade, sempre sob a justificativa da polícia estar atendendo aos reclames dos “moradores de bem” (Morando, 2015, p. 55). Assim como nas atividades de Richetti em São Paulo, a repressão policial na capital mineira visou apagar o desviante do espaço público, a fim de sanear a urbe e a convivência social (Morando, 2015, p. 79).

No caso da Operação Limpeza, logo denúncias de abuso e violência perpetradas pela polícia paulistana apareceram na mídia: primeiro na revista *IstoÉ* com fotos de uma travesti tendo seu corpo pressionado contra o asfalto⁵⁷⁸, depois na *Folha de São Paulo*, com relatos da violência que as trabalhadoras do sexo recebiam durante a detenção⁵⁷⁹. Tais denúncias apenas angariaram alguma comoção popular quando Vinícius Caldeira Brandt, homem cisgênero branco e na época pesquisador universitário, acabou sendo levado à delegacia em uma das ações de Richetti, onde pôde observar o tratamento desumano desprendido às travestis, igualando a

⁵⁷⁸ TREVISAN, 2018, p. 607.

⁵⁷⁹ DENÚNCIAS contra Richetti. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jun. 1980.

situação delas àquela de um campo de concentração⁵⁸⁰. Ainda que tal acusação fosse fulcral para despertar indignação popular, deve-se constar que foi necessário um homem cisgênero, branco e pesquisador denunciar a violência, não bastando as narrativas das travestis e dos trabalhadores do sexo (Quinalha, 2021, p. 77).

Membros proeminentes do meio artístico e político de São Paulo começaram a delatar publicamente a Operação Limpeza, como a atriz Ruth Escobar e o deputado Eduardo Suplicy, o qual redigiu uma carta à Assembleia Legislativa de São Paulo relatando o infringimento aos direitos humanos⁵⁸¹. No entanto, a maior resistência à truculência de Richetti foi acionada exatamente por aqueles que mais estavam expostos à arbitrariedade policial: os dissidentes de gênero e/ou sexualidade. O MHB, em cooperação com outros movimentos sociais, como feministas e grupos do movimento negro, marcou um protesto para o dia 13 de junho na escadaria do Theatro Municipal, exatamente na confluência central da cidade, onde ocorria grande parte da Operação Limpeza.

Apesar de declarações de repúdio contra a Operação Limpeza, no dia do protesto a ausência de políticos e outras personalidades públicas era evidente. Assim,

compareceram sim as bichas rasgadas que pouco têm a perder, além da vida. Mesmo debaixo de um certo clima de tensão, foram se abrigando algumas faixas que pediam a exoneração de Richetti, protestavam contra a prisão cautelar ali experimentada e exigiam o fim da violência policial, da discriminação racial e a libertação de putas e travestis⁵⁸².

De acordo com o relato posteriormente publicado pelo *Lampião*, 1000 pessoas se aglomeraram na frente do Theatro Municipal. Antes de se movimentarem pelas ruas, manifestos e declarações de repúdio à Richetti foram lidos, notando a presença signatária nos documentos de pelo menos 12 grupos (Ocanha, 2018, p. 84). Ao adentrarem as ruas do Centro, os manifestantes ecoavam gritos de ação, exigindo o fim da violência policial, mas também introduzindo temas transversais, como a demanda por mais emprego e o fim do racismo. Além disso, apesar de as trabalhadoras do sexo não terem participado em grande número do protesto, muitas moravam nos prédios da região e saíram em suas sacadas se juntando aos gritos dos protestantes. Segundo os relatos posteriores, alguns homossexuais de classe média e alta, que observavam a passeata sentados dentro de um bar-café, viam a ação de maneira incrédula e divertida⁵⁸³. Este dado é relevante, já que aponta para o caráter interseccional da Operação

⁵⁸⁰ LUPPI, Carlos. Detidos confirmam violência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1980, p. 11.

⁵⁸¹ Carta de Eduardo Suplicy – Sobre a violência policial na cidade, 29 mai. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁸² TREVISAN, José. São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 26, jul. 1980, p. 18.

⁵⁸³ Ibid.

Limpeza: ainda que qualquer corpo dissidente de sexualidade e/ou gênero pudesse ser vítima da truculência e apreensão policial, eram os negros e os mais pobres que se viam mais submetidos ao perigo das ações de Richetti. Não é apenas coincidência que foram exatamente estes os que mais estavam engajados no protesto.

A manifestação do dia 13 de junho de 1980 não apenas chamou atenção do público intenso que circulava o centro naquela sexta-feira chuvosa, mas também ganhou respaldo, ainda que tímido, de parte da grande imprensa: o que é o caso da *Folha de São Paulo*, que já vinha relatando as denúncias de abuso de poder contra Richetti e que também noticiou o protesto⁵⁸⁴. No entanto, resultados práticos pouco foram observados: vários comerciantes declararam apoio à Operação Limpeza e, apesar de Richetti ter sido intimado a prestar depoimento na Assembleia Legislativa de São Paulo, este recebeu apoio de diversos parlamentares (Ocanha, 2018, p. 87). Assim, ainda que se tornassem menos recorrentes, como no caso da Operação Limpeza, essas batidas policiais continuaram aterrorizando travestis, trabalhadoras do sexo, homossexuais e outros corpos dissidentes em diferentes locais da capital. Em uma carta agradecendo a cobertura de imprensa prestada pela *Folha de São Paulo*, o recém-instituído Outra Coisa atestou que aquele que havia testemunhado as ações da Operação Limpeza facilmente poderia presumir que o Brasil estava vivendo os horrores do fascismo italiano ou do nazismo na década de 1940, o que demandava que todos continuassem alerta para as futuras ações policiais na cidade⁵⁸⁵.

A preocupação do grupo Outra Coisa tinha fundamento, já que em novembro do mesmo ano, Richetti e seus capangas voltaram a aterrorizar locais de sociabilidade homossexual, dessa vez em especial as lésbicas. Em carta assinada pelo MHB, grupos feministas e o movimento negro, protestava-se contra a atitude truculenta da polícia paulistana com frequentadores de diversos bares na capital, em especial o Ferro's Bar, cuja clientela acabou sendo levada para os camburões sob os gritos de “Você é sapatão!” proferidos pelos agentes policiais⁵⁸⁶. Na delegacia, àquelas que queriam ser logo liberadas era apresentada a possibilidade de pagamento de propina aos policiais⁵⁸⁷. Isto é, as operações policiais, sob a justificativa de combater o crime em São Paulo, continuavam tendo como critério de prisão aqueles que fossem interpretados como dissidentes de sexualidade e/ou gênero.

⁵⁸⁴ COMERCIANTES apóiam rondas de Richetti. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1980.

⁵⁸⁵ Carta Antônio Carlos Tosta à Editor da Folha de São Paulo, 30 jun. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵⁸⁶ Carta aberta à imprensa e à população, dez. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Comunicação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), Carta Aberta (Série 4).

⁵⁸⁷ RICHETTI volta às ruas. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, Edição 31, dez. 1980, p. 16.

A resistência do MHB materializada no protesto de 13 de junho desponta relevante por dois motivos principais. O primeiro é que ela ocorreu concomitante a diversas crises internas em grupos homossexuais naquele período, em especial o Somos. No entanto, a violência e a repressão empreendida por Richetti contra tal comunidade instigou uma ação conjunta entre esses indivíduos, conectando-os também a outros movimentos sociais (Macrae, 2018b, p. 289), como o feminista e o movimento negro. É certamente profícuo observar a maneira que um movimento incipiente como o MHB sobrepujou, mesmo que momentaneamente, suas adversidades internas, promovendo um dos principais marcos de sua história (Santos, 2023, p. 30). O segundo realce que o episódio merece é a sua relevância para uma historiografia queer/LGBTQIA+ brasileira, visto que a ação marcou o que pode ser considerado a primeira manifestação pública homossexual no Brasil (Simões; Facchini, 2008, p. 112). No entanto, como evidenciado já no primeiro capítulo, no mês de junho há uma considerável repercussão sobre Stonewall na mídia brasileira e entre os próprios canais de diálogo atuais do movimento LGBTQIA+ no país. Isto é, há um quase completo esquecimento do episódio ocorrido no mesmo mês de junho, mas em São Paulo em 1980. Dessa forma, essa elipse deve ser interpretada como um sintoma das narrativas preponderantes em nossa sociedade, algo do qual a historiografia não pode renunciar sua responsabilidade.

Ao relatar o protesto do MHB em 13 de junho de 1980 como parte da resistência à Operação Limpeza, este episódio deve ser observado como um marco na memória LGBTQIA+ brasileira e também um chamado a todos os historiadores. Afinal, o que está em curso no apagamento dessa narrativa de parte da historiografia e da memória queer brasileira? Quais as narrativas que têm sido comemoradas, e quais são aquelas que são negadas a partir de um olhar que, em última instância, pouco se desprende do Norte Global? Basta apenas relatarmos uma maior diversidade de sujeitos, grupos e acontecimentos ou deveríamos questionar os próprios caminhos – teóricos, metodológicos e epistêmicos – pelos quais temos olhado para o passado?

4.3.6 Expansão das conexões transnacionais com o MHB

Enquanto no fim da década de 1970 o recém-constituído MHB ampliava sua inserção em uma rede transnacional de trocas de informações e solidariedade entre grupos homossexuais, tal dinâmica se intensificaria mais na primeira metade da década de 1980. Assim, o estabelecimento de conexões múltiplas e com diversas localidades junto de grupos do MHB significou não apenas a diversificação do pacote cultural disponível para a promoção de um ativismo dissidente da cisheteronormatividade, mas também o apoio solidário de grupos e

indivíduos de diversas localidades, que poderiam ser acionados caso o regime militar viesse a reprimir o movimento, como foi o caso com o *Lampião*.

A campanha transnacional de defesa do jornal garantiu uma gama de contatos aos grupos naquele momento, em especial ao Somos. Ainda em 1979, Mascarenhas - naquele momento o mais engajado em trocas internacionais - dispôs os contatos de grupos⁵⁸⁸ e publicações⁵⁸⁹ no exterior ao Somos, o qual começaria, a partir dali, a incentivar mais as sua inserção e trocas de informações em redes transnacionais. Almejando se inserir mais em redes transnacionais de trocas de informação e solidariedade entre grupos homossexuais, o grupo foi aprendendo e desenvolvendo novas técnicas para a manutenção dessas redes. Em cartas enviadas ao GGB em 1981, o grupo Somos explicava o método que estava sendo utilizado: havia três contatos fixos na Europa e outros três nos Estados Unidos, os quais recebiam informações e publicações do Somos e reencaminhavam para seus contatos; em troca, este se comprometia a fazer o mesmo no Brasil com as informações que recebesse do exterior⁵⁹⁰.

Como é possível observar na Tabela 5 e no mapa nos apêndices, o sistema de reencaminhamento de informações do Somos a partir de contatos específicos na Europa Ocidental e nos EUA colocou-o em diálogo com vários grupos dessas regiões e também da América Latina. Mas, mais interessante ainda que observar esse sistema de reencaminhamento, é fulcral perceber também que essas informações acabavam sendo reproduzidas em locais e atingiam indivíduos muito além do que se esperava a campanha de divulgação do Somos. Isso era observado até mesmo antes de 1981 – ano em que o grupo adotou uma estratégia mais uniforme para a disseminação de suas informações. Em 1980, por exemplo, um homossexual argentino soube da intensificação do MHB e da existência do Somos a partir de um intermediário alemão, que havia lido sobre os últimos desdobramentos do incipiente movimento homossexual na ditadura militar brasileira⁵⁹¹. De forma análoga, um correspondente de Ohio⁵⁹², nos EUA, entrou em contato com o Somos se colocando à disposição para algum auxílio que o grupo precisasse; um contato de Frankfurt emitiu seu

⁵⁸⁸ Carta de Mascarenhas para Glauco Mattoso, 28 abr. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁸⁹ Alguns periódicos estrangeiros gueis, 23 mai. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹⁰ Carta do Somos ao GGB, 27 ago. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Enviada (Série 1).

⁵⁹¹ Carta de correspondente argentino ao Somos, 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹² Carta de correspondente de Ohio nos EUA ao Somos, 25 fev. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

interesse em conhecer o grupo em sua iminente viagem ao Brasil⁵⁹³; e o National Gay Archives, localizado no estado da Califórnia, iniciou um acervo sobre o MHB e, por isso, requisitou ao Somos o envio de qualquer material publicado⁵⁹⁴; entre tantos outros exemplos.

Tabela 5: Contatos e cooperações estabelecidos pelo Somos

Grupo/Indivíduo	Cidade/Local	País
1. Allgemeine Homosexuelle Arbeitsgemeinschaft - AHA	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
2. Berliner Schwulenzzeitung	Berlim Ocidental	Alemanha Ocidental
3. Gay Journal	Heidelberg	Alemanha Ocidental
4. Forbundet af 1948	Copenhague	Dinamarca
5. Scottish Homosexual Rights Group	Edimburgo	Escócia
6. Revolt	Aseda	Suécia
7. S.O.H	Zurique	Suíça
8. Arcadie	Paris	França
9. CUARCH	Paris	França
10. Desormais, des femmes	Paris	França
11. Galho	Madrid	Espanha
12. Institut Lambda	Barcelona	Espanha
13. FUORI!	Torino	Itália
14. Lambda	Torino	Itália
15. G.I.R.	Braga	Portugal
16. Gay Left	Londres	Inglaterra
17. Advocate	San Mateo	EUA
18. Body Politic	Toronto	Canadá
19. C.L.D.	Cidade do México	México
20. C.H.I.S.P.A.	Austin	EUA
21. Entendido	Caracas	Venezuela
22. El Outro	Medellín	Colômbia
23. FAHR	Cidade do México	México
24. Giovanni's Room	Filadélfia	EUA
25. Gay Sunshine	São Francisco	EUA
26. Gaceta Informativa	Cidade do México	México
27. Financial Secretariat	Copenhague	Dinamarca
28. IGA Women's Secretariat	Amsterdã	Holanda
29. IGA Political Action Secretariat	-	-

⁵⁹³ Carta em francês de correspondente de Frankfurt na Alemanha ao Somos, 1 mar. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹⁴ Carta do National Gay Archives ao Somos, 18 fev. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

30. IGA American Liasion Office	Washington DC	EUA
31. Women's Shevls Journal	Washington DC	EUA
32. The Pepys Press	Nova York	EUA
33. T.B.P Network	Toronto	Canadá
34. Vox Populi Publication	Chicago	EUA
35. Gay Community's Center	Nova York	EUA
36. La Berdache	Montreal	Canadá
37. Demetrio Boniche	San Jose	Costa Rica

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

A partir de 1981, com uma inserção mais organizada do Somos nessa rede transnacional, o alcance do grupo se tornou mais abrangente. Nesse momento, concomitante ao lançamento de *O Corpo* pelo Somos, várias correspondências foram recebidas interessadas na compra da publicação: a divulgação de *O Corpo* na revista gay *Advocate*, por exemplo, rendeu diversos pedidos de leitores nos EUA, como de São Francisco⁵⁹⁵ e da Filadélfia⁵⁹⁶. No entanto, esse interesse não ficava restrito aos locais em que o Somos mantinha correspondência mais direta, como os EUA, atingindo regiões em que o grupo, originalmente, não possuía nenhum correspondente direto: em novembro de 1981, por exemplo, o Somos recebeu a correspondência de um interessado turco em assinar *O Corpo*⁵⁹⁷. Posteriormente, a atenção pela publicação feita pelo Somos chegaria também até Hong Kong⁵⁹⁸ e atravessaria a Cortina de Ferro, despertando interesse na antiga Iugoslávia⁵⁹⁹. Assim, a estratégia de reencaminhamento de suas divulgações a partir de contatos fixos nos EUA e na Europa Ocidental significava não apenas uma maior divulgação do MHB nessas regiões, mas também atingia outros países. Ademais, a divulgação de *O Corpo* significou a ampliação do interesse de acervos e bibliotecas internacionais pelos materiais produzidos pelo MHB: a biblioteca da Universidade de Michigan foi mais uma dessas instituições que requisitou o envio de publicações e outros materiais

⁵⁹⁵ Carta de morador de São Francisco ao Somos, 22 jul. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹⁶ Carta de morador de Filadélfia ao Somos, set. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹⁷ Carta de morador de Ancara ao Somos, 25 nov. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹⁸ Correspondente de Hong Kong solicitando cópia de *O Corpo*, 1984. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁵⁹⁹ Correspondente da Iugoslávia solicitando assinatura de *O Corpo*, 31 out. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

disponíveis do Somos⁶⁰⁰. Esse interesse transnacional por informações e divulgações impressas do MHB atesta um fluxo contrário: usualmente são constatadas as circulações de periódicos, livros e outras produções internacionais que adentravam o pacote cultural dos grupos homossexuais no Brasil. No entanto, a fluência contrária também ocorria, com locais diversos no globo interessados e recebendo o que era produzido pelo MHB.

Com o acúmulo de experiência nessa rede transnacional, outras técnicas eram estabelecidas. Através do apoio de Mascarenhas, o Somos obteve o que foi denominado de “pontes idiomáticas”: cinco contatos provenientes da Holanda, Dinamarca, Inglaterra, Suécia e França e que, por dominarem o Português, poderiam ser contactados mais facilmente e sem a necessidade de sempre traduzir os materiais enviados⁶⁰¹. Dessa forma, essas pontes idiomáticas funcionavam como pontos nodais para o MHB nessa rede transnacional: recebiam informações do movimento no Brasil, disseminando-as em suas respectivas línguas, e também reencaminhavam ao MHB dados e materiais de outros grupos estrangeiros. Outrossim, o MHB também foi introduzido ao *telephone snowball system* (ou sistema telefônico bola de neve) que consistia em contatos espalhados no globo que eram referências centrais a serem contactadas em caso de emergência: esses números centrais ficavam responsáveis por entrar em contato com suas redes locais de grupos homossexuais e assim por diante, criando uma forma rápida e eficaz para situações de gravidade⁶⁰². Vale destacar que a conexão do Somos a esse sistema foi estabelecida a partir da inserção cada vez maior da ILGA no MHB - e que será mais bem detalhada no capítulo seguinte.

A maior troca de informações e materiais nessa rede transnacional não foi um monopólio do Somos ou de Mascarenhas. O grupo Outra Coisa, que havia se originado do racha no Somos, também manteve uma expressiva troca com grupos e publicações estrangeiras. Já em 1980 ocorreu uma das primeiras publicações feitas pelo Outra Coisa: um guia sobre a subcultura e os espaços de sociabilização homossexuais na cidade de São Paulo. Contendo desde dados sobre grupos do MHB até informações sobre os locais de paquera na capital, o guia *O Bandeirante Destemido*⁶⁰³ fez bastante sucesso não apenas entre o público homossexual

⁶⁰⁰ Carta de Labadie Collection da Biblioteca da University of Michigan ao Somos, 9 mar. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰¹ Carta de Mascarenhas à Luzenário Cruz, 3 jul. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰² Carta/Informe do Financial Centre da International Gay Association, jun. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰³ Guia O Bandeirante Destemido, 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Comunicação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), O Bandeirante Destemido (Série 3).

brasileiro, mas também no exterior. Se antes da divulgação internacional do guia o Grupo Outra Coisa já recebia demonstrações de interesses estrangeiros em contactar o grupo, em especial de correspondentes na América Latina, como da Argentina⁶⁰⁴ ou do México⁶⁰⁵, esse intercâmbio se intensificaria com a divulgação do *Bandeirante*.

O guia produzido pelo Outra Coisa foi divulgado na *Spartacus*⁶⁰⁶, uma revista inglesa que, apesar de ser uma das primeiras abertamente homossexuais no país (Eingelstein, 2022), ficou conhecida internacionalmente pelo seu trabalho – muitas vezes criticado pelo seu teor eurocêntrico – de listar dicas de consumo e viagem ao público LGBTQIA+, em especial homens cisgênero e homossexuais. A exposição garantiu ao Outra Coisa o contato com correspondentes de diversas regiões, como o já conhecido bibliotecário da Universidade de Michigan interessado no MHB⁶⁰⁷, mas também de locais fora do eixo Norte Global, como foi o caso de um remetente da Malásia: este requisitava uma cópia do *Bandeirante Destemido*, assim como possíveis materiais do MHB, mas sublinhando diversas vezes o pedido de não envio de publicações que possuíssem material pornográfico e afins, já que estes eram estritamente proibidos na Malásia e os portadores sujeitos a processos legais⁶⁰⁸. Este caso em específico ressalta os limites dessa rede transnacional dissidente e que podem passar despercebidos: ainda que essa troca de informações e materiais almejasse integrar as diversas propostas ativistas homossexuais no globo e os indivíduos interessados, geralmente esse intercâmbio se dava quase que exclusivamente sob preceitos e noções legais do Norte Global, desconsiderando situações outras e específicas, como esta destacada pelo correspondente malaio.

A propaganda de seu guia colocou o Outra Coisa na rota transnacional de divulgação e interações diversas. Nesse sentido, um grupo situado em Tóquio se apresentou ao Outra Coisa na esperança de estabelecer novos canais de comunicação no exterior⁶⁰⁹. De forma semelhante, o GALF, também instituído a partir das divergências internas do Somos, nessa época intensificava seu trabalho de publicação do boletim *Chanacomchana*. O boletim foi divulgado

⁶⁰⁴ Carta de morador de Río Cuarto na Argentina ao Outra Coisa, 4 mar. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰⁵ Carta de morador da Cidade do México ao Outra Coisa, 13 jan. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰⁶ Carta da revista *Spartacus* ao Outra Coisa, 14 mar. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰⁷ Carta do bibliotecário da University of Michigan ao Outra Coisa, 7 abr. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰⁸ Carta de morador de Jor Baru ao Outra Coisa, 17 jan. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁰⁹ Carta do Tokyo Gay Support Group ao Outra Coisa, 1984. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

nos informes da organização *Paz y Liberacion* nos EUA, focada particularmente nas comunidades homossexuais latino-americanas⁶¹⁰.

Os exemplos aqui observados denotam parte de uma inserção crescente do MHB nessa rede transnacional e de conexões entre grupos, publicações e indivíduos homossexuais. Enquanto essas relações mantinham um caráter predominante de troca de informações e publicações ou de solidariedade contra repressão – como no caso do *Lampião* –, veremos no último capítulo relações de natureza distintas a partir da intervenção da ILGA. É importante, entretanto, ainda ressaltar que o estabelecimento dessas conexões não se deu de forma unânime e engajada entre todos os grupos e participantes do MHB. Por mais que documentos que registrem essas diferenças sejam escassos, há evidência nas correspondências entre o Mascarenhas e representantes do Somos: enquanto o primeiro defendia uma estratégia que desse preferência à aproximação com grupos mais bem estabelecidos – como os dos EUA ou da Europa Ocidental –, alguns membros do Somos pareciam antepor o diálogo latino-americano⁶¹¹. Por mais que tal predileção de Mascarenhas fosse defendida por ele sob a justificativa estratégica de que os grupos europeus e norte-americanos eram mais fortes e dispunham de mais recursos para alavancar o MHB (que em sua leitura já era o mais estabelecido na América Latina), seu posicionamento parece contradizer os objetivos traçados por ele durante a campanha de defesa do *Lampião*, momento em que criticava a superestimação pelos homossexuais brasileiros daquilo que provinha do Norte Global.

Ademais, a disponibilidade a um público maior do pacote cultural do MHB em expansão era dificultada pela repressão moral ainda em curso na sociedade brasileira da ditadura. Um dos primeiros contatos do MHB com personalidades influentes transnacionalmente foi o teórico australiano Dennis Altman. Já em 1979, a partir da articulação de nomes ligados ao MHB, a Fundação Carlos Chaga aceitou a proposta de receber Altman na instituição para uma palestra em São Paulo⁶¹², a qual também foi marcada para ser realizada no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Durante os preparativos para a chegada de Altman no país, um terceiro evento foi organizado: um workshop sobre repressão e identidade sexual na universidade Cândido Mendes na capital carioca. Quando o acadêmico já se encontrava em solo brasileiro, o terceiro evento foi abruptamente cancelado sob a ordem da diretoria da universidade, acusando que um tema

⁶¹⁰ Free Classifieds – Paz y Liberacion, 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶¹¹ Carta de Mascarenhas à Luzenário Cruz, 18 out. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶¹² Carta da Fundação Carlos Chagas ao Mascarenhas, 8 mai. 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

daquele não poderia ser debatido em uma universidade com tamanha honra⁶¹³. Esse evento pontual nota os limites impostos em solo nacional à disseminação do pacote cultural que o MHB expandia ao adentrar as redes transnacionais homossexuais.

4.4 NOVAS DEMANDAS E OPORTUNIDADES: O MHB SE REESTRUTURA

Num momento em que o Movimento Homossexual, aqui no Brasil, apresenta sinais de evidentes de esvaecimento, nós, do Grupo Outra Coisa – Ação Homossexualista, ficamos muito contentes em saber que vocês também manifestam preocupação quanto a esse fato⁶¹⁴.

O trecho da carta enviada pelo grupo Outra Coisa ao Adé Dudú em agosto de 1983 marca uma leitura específica e que também foi subscrita por parte da historiografia: a de que aquela década marcaria um momento de declínio do MHB. Em artigo bastante citado, James Green observa os anos 1980 como um período marcado pela crise imposta pelo HIV/AIDS e o aumento de casos de violência contra dissidentes de gênero e/ou sexualidade no país, obliterando uma série de conquistas e ações encabeçadas por grupos que surgiram e resistiram aos percalços daquela década (Green, 2015, p. 285). No entanto, o maior distanciamento temporal, o acúmulo de uma rica historiografia LGBQIA+ e a disponibilização de novos acervos possibilitam uma nova leitura: a de que essa década dever ser interpretada como um momento de reestruturação do MHB. Assumir tal posicionamento não significa, no entanto, desconsiderar que o período - que marcaria também a redemocratização brasileira - efetivamente foi impactado por crises diversas, seja financeira, como a crise econômica que assolou o Brasil durante aqueles anos, ou a epidemia do HIV/AIDS, por exemplo.

Logo em julho de 1981, ocorria o primeiro entrave: era publicado o último número do *Lampião*. Em uma carta endereçada aos assinantes, Aguinaldo Silva, representando o Conselho Editorial, informou o encerramento das atividades do jornal, *citando* os impactos da crise econômica como um dos motivos⁶¹⁵. O término das atividades do *Lampião* certamente abalou o MHB, em especial pela exclusão do papel de divulgação e comunicação exercido pelo jornal. Isso impactaria com mais veemência aqueles sujeitos e grupos fora do eixo Rio-São Paulo, os

⁶¹³ Comunicação “Homophobia in academia”, sem data. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Comunicação (Série 2), Artigo (Subsérie 1).

⁶¹⁴ Carta do Outra Coisa ao grupo Adé Dudú, ago. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Enviada (Série 1).

⁶¹⁵ Pleguei saúda *Lampião* e pede passagem, 27 jul. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), *Lampião da Esquina* (Subgrupo 1), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 3).

quais tinham no jornal um canal de conexão aos acontecimentos e desdobramentos do eixo onde, até aquele momento, estava concentrado grande parte dos grupos do MHB (Facchini, 2005, p. 104).

Para além dos três fatores já citados – crise econômica, fim do *Lampião* e a epidemia do HIV/AIDS -, uma quarta dinâmica é usualmente citada para explicar as crises impostas ao MHB: a consolidação do processo de redemocratização, concomitante a um abrandamento da censura e da proliferação de novos estabelecimentos de alternativas de consumo homossexual (Cruz, 2018, p. 256). Em 1983, por exemplo, o boletim do Paz y Liberación nos EUA noticiava o funcionamento em São Paulo de uma agência de turismo especializada no público homossexual que quisesse visitar o Brasil⁶¹⁶. Nesse sentido, as explicações que focam nessa dinâmica observam que a proposta antiautoritária e de oposição à ditadura, à censura e à repressão, marca das primeiras iniciativas do MHB a partir de 1978, teriam perdido o sentido com a iminência da redemocratização no país e da proliferação comercial destinada ao público homossexual nos grandes centros urbanos. Ainda que relevante, essa explicação pouco dá conta da complexidade das transformações e dos vários grupos que surgiram.

Tal elucidação é relevante ao observamos o fim das atividades do Somos e do grupo Outra Coisa, dois exemplos relevantes da atuação do MHB em São Paulo até os primeiros anos de 1980. Após marcarem os primeiros anos de estabilização do movimento homossexual no país, inclusive atuando na eleição de 1982⁶¹⁷, a crescente saída de muitos de seus membros e as dificuldades financeiras significativas se tornaram incontornáveis: o Somos foi encerrado em 1983; já o grupo Outra Coisa, também com desafios nas finanças e no pagamento de aluguel, terminaria suas atividades um ano depois (Simões; Facchini, 2008, p. 114).

As narrativas que são usualmente enunciadas sobre o fechamento desses e outros grupos no começo da década de 1980 costumam apontar para um declínio do MHB. Ainda que quantitativamente tenha realmente ocorrido uma diminuição no número de grupos naquele período, houve também o surgimento de várias outras associações e, principalmente, um deslocamento geográfico das iniciativas ativistas que antes estavam concentradas, em especial, no eixo Rio-São Paulo e no decorrer da década passariam a se apresentar com muito mais força

⁶¹⁶ Paz y Liberación, número 4, mar. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Paz y Liberación (Subgrupo 4), Boletim (Série 1).

⁶¹⁷ O ano de 1982 marca uma das últimas ações organizadas pelo MHB que envolveu estes grupos pioneiros do início da década de 1980. Nas eleições para deputados, governadores e senadores em 1982, os grupos estiveram envolvidos em diversas atividades relacionadas às campanhas de candidatos que se colocassem como favoráveis ao MHB, em especial em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Em outubro de 1982, por exemplo, o GALF e o Outra Coisa promoveram um debate entre 5 candidatos paulistas sobre as ações que cada um propunham em favor das reivindicações do MHB. Cf. Cruz (2018, p. 265).

no eixo Rio-Nordeste (Facchini, 2004, p. 154). Ou seja, o relevante declínio do movimento no estado de São Paulo não pode atestar um declínio em todo o país. Ainda que quantitativamente o MHB apresentasse dificuldades naquele momento, qualitativamente houve uma reorganização das propostas dos ativistas e do foco de ação dado pelo movimento.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), existente desde o início da década, e o carioca Triângulo Rosa, fundado em 1985, seriam as duas organizações de maior protagonismo naquela época. Além destes, podemos citar também o grupo Atobá, instituído em setembro de 1985 no Rio de Janeiro⁶¹⁸, o qual teria uma importante ação de conscientização sobre o HIV/AIDS. Esses três grupos conquistaram reconhecimento institucional, sendo registrados oficialmente como sociedades civis abertamente homossexuais (Simões; Facchini, 2008, p. 118). Isso aponta para uma diferença bastante relevante entre esses novos protagonistas do MHB e aqueles que marcaram o início da década, como o Somos ou os próprios colaboradores do *Lampião*: agora haveria uma menor oposição à ação no campo institucional (Simões; Facchini, 2008, p. 117). Enquanto na primeira geração de ativistas, como o Somos, havia uma maior ênfase comunitarista e antiautoritária, grupos como o GGB ou o Triângulo Rosa se mostrariam pouco envolvidos com posições ideológicas enquadradas usualmente como de esquerda e/ou anarquistas, e mais voltados à garantia do direito à diferença e estruturando suas organizações com um caráter mais formal (Facchini, 2005, p. 107). Isso se traduzia na maneira com que esses grupos se arquitetaram: em oposição à formação sem hierarquias e horizontal, como no caso do Somos, essa nova geração tinha uma liderança mais reconhecida, em especial na figura de Luiz Mott, no caso do GGB, e do Mascarenhas, com o Triângulo Rosa. Além disso, constituíram uma coesão grupal mais articulada e também com disponibilidade de recursos materiais e simbólicos (Simões; Facchini, 2008, p. 123).

Dessa forma, enquanto no Somos a discussão identitária, em especial a partir dos grupos de identificação e discussão, era um dos pontos fulcrais de sua ação, para essa geração de ativistas que tomava o protagonismo na metade da década de 1980, a homossexualidade despontava como uma identidade já consolidada pelos grupos anteriores. Assim, o foco ativista do GGB e do Triângulo Rosa foi consolidado a partir de um ideal mais pragmático, que tinha como principal objetivo a garantia e acesso a direitos civis, assim como a luta contra a discriminação e violência impostas aos dissidentes de gênero e/ou sexualidade na sociedade (Simões; Facchini, 2008, p. 120). Portanto, há uma transformação relevante no sentido dado à “política” no interior do MHB. Para as primeiras iniciativas, havia um grande valor político

⁶¹⁸ Folheto do Atobá, sem data. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Material de Apoio (Grupo 5), Material de grupos militantes homossexuais (Dossiê).

depositado no trabalho individual e em grupo sobre a identidade, em especial a partir das reuniões e rodas de reconhecimento no Somos: a consolidação da identidade homossexual era em si um ato de ativismo político e transformação social. Por outro lado, em grupos como o Triângulo Rosa e GGB, política assumiu um sentido mais pragmático, focado na ação institucional para garantir cidadania e proteção a tais sujeitos marginalizados, através de maior atuação no Legislativo e no Judiciário (Simões; Facchini, 2008, p. 125).

4.4.1 Continuidades: imprensa, publicações e expansão de redes transnacionais de solidariedade

No entanto, não apenas ações institucionalizadas eram mantidas por esses grupos, havendo continuidade nas atividades ligadas ao pacote cultural do MHB e também de diálogo desses ativistas com a sociedade, a imprensa e em redes transnacionais. Especialmente a partir da figura de Mascarenhas, o qual tinha essa tradição desde anteriormente à publicação do *Lampião*, o Triângulo Rosa manteve um diálogo constante com os grandes veículos da imprensa: fosse para parabenizar um jornal sobre reportagem de violência contra homossexuais⁶¹⁹, ou para rechaçar jornalista que via nos homossexuais os próprios culpados por sua desfortuna vivenciada nos grandes centros urbanos⁶²⁰. O grupo também manteve a publicação recorrente do *Boletim Triângulo Rosa*, o qual, assim como publicações anteriores do MHB, também despertou interesse de organizações no exterior, como foi o caso da estadunidense *Library of Congress*, a qual solicitava a assinatura do boletim e a compra de números antigos⁶²¹. Através dessa publicação, o grupo mantinha uma circulação de divulgação não apenas de suas atividades, mas de informações que recebia de grupos estrangeiros e a publicação de contatos internacionais para os interessados no ativismo homossexual⁶²².

Com uma década mantendo uma atuação constante e significativa nas redes transnacionais homossexuais de troca de informações e solidariedade, Mascarenhas estabeleceu uma comunicação profícua entre o Triângulo Rosa e entidades no exterior. Assim, o interesse

⁶¹⁹ Carta do Triângulo Rosa ao jornal O Globo, 4 jul. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶²⁰ Carta do Triângulo Rosa ao jornal Folha de São Paulo, 4 jan. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶²¹ Carta do Library of Congress Office ao Triângulo Rosa, 25 set. 1989. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶²² Boletim Triângulo Rosa, número 8, nov. 1987. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2).

pelo grupo foi despertado em locais diversos do globo, como na Cidade do México, em Seattle nos EUA ou em Málaga na Espanha⁶²³. Os vértices descentralizados dessa rede transnacional homossexual despertariam interesse pelas atividades do Triângulo Rosa até mesmo em São Petersburgo, na época Leningrado. Em 1986, através de um ponto de conexão com um contato finlandês, uma associação (anônima) de homossexuais soviéticos escreveu ao Triângulo Rosa interessados nas atividades do grupo e no MHB em geral⁶²⁴. Novamente a rede transnacional ligava o MHB para além da Cortina de Ferro.

Percebe-se nos registros do Triângulo Rosa uma intensificação também da troca de informações e de apoio e solidariedade entre grupos latino-americanos. O grupo MHOL-Perú com sede em Lima, por exemplo, manteve uma troca de informações, publicações e instruções sobre ações no campo institucional feitas pelo Triângulo Rosa⁶²⁵. Semelhantemente, uma solidariedade entre grupos argentinos e o MHB voltou a florescer nesse período. Após o diálogo intenso com os homossexuais portenhos na década de 1970, o movimento homossexual no país vizinho parecia se reestruturar e o diálogo com grupos brasileiros se intensificava na segunda metade da década de 1980. Vale lembrar que, assim como ocorria no Brasil, havia na América Latina, como também era o caso da Argentina, movimentos diversos de redemocratização, que ainda que com suas especificidades locais, mantinham uma diálogo com condições geopolíticas no continente e, mais uma vez, com a intervenção norte-americana, agora com um projeto neoliberal para a região⁶²⁶. Esses processos de redemocratização significaram um relaxamento nos aparatos repressivos contra dissidentes de gênero e/ou sexualidade, assim como uma maior margem para ação institucional e política para os grupos homossexuais. Dessa maneira, o grupo *Movimiento de Liberacion Homosexual*, com sede em Rosario, escreveu ao Triângulo Rosa solicitando que este enviasse publicações, relatos de experiências ativistas realizadas e os resultados obtidos⁶²⁷. Analogamente, em maio do mesmo ano, o Triângulo Rosa respondeu às solicitações de um outro grupo argentino, o San Telmo Gay, surgido em 1984 em Buenos Aires

⁶²³ Cartas diversas de indivíduos ao Triângulo Rosa, 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶²⁴ Cartas do Triângulo Rosa à correspondente em Leningrado, 9 jun. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶²⁵ Carta do mhol-Perú ao Triângulo Rosa, 14 mai. 1984. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶²⁶ FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Qual Democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina. *Revista Ameríndia*, v. 10, 2011, p. 45.

⁶²⁷ Carta do *Movimiento de Liberacion Homosexual* de Rosario ao Triângulo Rosa, 1 fev. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

e que também mantinha uma pequena publicação. Nesse sentido, Mascarenhas enviava diversas informações e materiais das principais campanhas e ações feitas pelo MHB, pedindo em troca o mesmo por parte dos correspondentes argentinos⁶²⁸.

Para além da solidariedade latino-americana, as redes de contato transnacional das quais o Triângulo Rosa participava também inflavam o pacote cultural do MHB e colocava à disponibilidade dos grupos uma nova gama de referências teóricas e culturais sobre as sexualidades dissidentes. Assim, a divulgação de tal pacote cultural a um público maior acontecia de forma mais trivial – como uma curta circular sobre o filme alemão *Taxi zum Klo*⁶²⁹ – ou exigia maior engajamento do grupo. Mascarenhas se empenhou em promover a publicação em português do livro *The Pinkle Triangle* (Triângulo Rosa), de Richard Plant, sobre os homossexuais nos campos de concentração nazista, pois acreditava que os brasileiros não sabiam desse fato⁶³⁰ e, portanto, seria uma boa estratégia de conscientização. Dessa forma, o Triângulo Rosa deu continuidade a algo que Mascarenhas se dedicava desde a década de 1970: o uso das informações e publicações que recebia de suas redes transnacionais a fim de fomentar o MHB (Howes, 2003, p. 298), diversificando as referências e o pacote cultural disponíveis.

Ao observar o interesse do grupo por publicar no Brasil o livro sobre os homossexuais nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, uma dinâmica deve ser destacada: a intensificação da utilização transnacional da memória da perseguição nazista aos homossexuais. Como discutido no capítulo anterior sobre o uso do triângulo rosa pelo movimento homossexual na RDA, esse símbolo deve ser compreendido como um engajamento discursivo e político dos grupos homossexuais no século XX e que encontrou no uso transnacional de referências à perseguição nazista uma narrativa política e de conscientização sobre o preconceito contra os LGBTQIA+ e suas demandas⁶³¹. Nessa conjuntura, a escolha do nome Triângulo Rosa para o grupo carioca se localiza no interior dessa dinâmica transnacional: cada vez mais este símbolo despontava como um signo da repressão vivida e da resistência empreendida pelos grupos LGBTQIA+. Com Mascarenhas no comando da fundação do grupo

⁶²⁸ Carta do Triângulo Rosa ao San Temo Gay, 5 mai. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶²⁹ “Taxi zum Klo”, 24 nov. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Comunicação (Série 2), Artigo (Subsérie 1).

⁶³⁰ Carta do Mascarenhas/Triângulo Rosa ao Richard Plant, 28 jan. 1987. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶³¹ Sendo o Holocausto uma narrativa incontornável para se discutir traumas e violências no século XX, é compreensível o tratamento político e ativista que os grupos homossexuais encontraram na memória da perseguição nazista. Cf. Schmidt (2022).

Triângulo Rosa e seu contínuo engajamento nas redes transnacionais homossexuais naquele período, não é coincidência a escolha por tal nomeação ao grupo.

Pesquisas que analisam a transnacionalização do uso do triângulo rosa usualmente restringem seu escopo analítico no Norte Global: as narrativas demonstram o a (re)apropriação do triângulo rosa por grupos homossexuais na Europa e nos EUA (Newsome, 2022), em especial na década de 1980 durante a crise do HIV/AIDS⁶³². No entanto, faz parte desse processo também o Sul Global: enquanto o triângulo rosa ficou conhecido nos EUA durante a década de 1980 com o grupo ACT UP, ao mesmo tempo no Brasil havia a iniciativa carioca Triângulo Rosa. De forma análoga, podemos citar outras iniciativas no Sul Global: é o caso do grupo Pink Triangle, de Kuala Lumpur, instituído na Malásia no começo dos anos 1990 (Offord, 2011, p. 142). Dessa forma, a memória de repressão e resistência denotada pelo uso do triângulo rosa é um fenômeno transnacional que também localiza o Sul Global como parte atuante nessas relações transnacionais.

4.4.2 O impacto do HIV/AIDS

Com as primeiras notificações de casos de AIDS na imprensa estadunidense no início da década de 1980 e o rápido estabelecimento de uma epidemia, o vírus HIV e a AIDS foram tomados por um discurso moralista e violento que nomeou a doença sob diversos signos como *câncer gay*, *peste gay*, entre outras variantes. Observar de forma crítica tal dinâmica não é ignorar a inicial preponderância de casos em homossexuais em países do Norte Global, mas observar que o discurso adotado visava culpabilizar a homossexualidade pelo HIV/AIDS. Mesmo logo o cenário se transformando, a epidemia atingindo grupos díspares e os novos casos mostrarem que não se tratava de algo atrelado a uma sexualidade dissidente, a relação instigada pela imprensa e também, em um primeiro momento, por profissionais da medicina se mostrou duradoura no imaginário social. Na sociedade brasileira, isso não seria diferente.

Mesmo que os primeiros casos da doença já tivessem sido confirmados em São Paulo logo em 1982 (Quadrat, 2023, p. 497), uma ação do Ministério da Saúde em âmbito federal apenas ocorreu a partir de 1985 (Souza *et al.*, 2010, p. 24), momento em que os casos cresciam exponencialmente no país e diversas vítimas perdiam suas vidas. Além disso, para muitos, inclusive alguns parte da comunidade homossexual, o HIV/AIDS continuou, por um

⁶³² O uso do triângulo rosa nesse período ficou especialmente reconhecido no imaginário popular pelo grupo Act Up de Nova York. Ao resgatarem o símbolo nazista para os homossexuais, o Act Up assinalava o poder genocida do Estado norte-americano em seu tratamento à epidemia do HIV/AIDS. Cf. Schulman (2021).

considerável período, sendo visto como algo exclusivo do Norte Global ou de homossexuais de classe média ou alta e que viajavam até esses locais (Parker, 1987, p. 156). No entanto, logo ficaria evidente ao MHB a necessidade de conscientizar sobre o vírus e propagar informações que estivessem desconexas de qualquer pressuposto moral sobre a epidemia.

Assim, as primeiras respostas ao surgimento do HIV couberam aos grupos do MHB, em especial ao grupo Outra Coisa, um dos primeiros a divulgar material de conscientização sobre a AIDS. Sob o título “Informe à comunidade homossexual de São Paulo”, o grupo traçava um breve histórico da epidemia e explicava os sintomas e o desenvolvimento da infecção. No entanto, o informe também acalmava a população frente aos relatos sensacionalistas sobre o vírus e iniciava o diálogo sobre uma relação sexual com cuidados profiláticos, mas que não deveriam significar a abstinência da prática homossexual⁶³³. Além disso, o grupo passou a repudiar o uso sensacionalista da epidemia por parte da imprensa, em especial sobre a estigmatização dos homossexuais em relação ao vírus⁶³⁴. No entanto, o subsequente desmantelamento do grupo Outra Coisa significou também o fim de suas ações contra o HIV/AIDS em São Paulo. Assim, outros grupos passaram a ser cada vez mais protagonistas no ativismo em relação à AIDS no interior do MHB. Ao contrário do Triângulo Rosa - o qual pouco se dedicou ao trabalho que envolvia a epidemia (Simões; Facchini, p. 127) - O GGB, que já em 1982 em seu boletim protestava contra o sensacionalismo da revista *Manchete* sobre os homossexuais e a crise do HIV (Quadrat; Tolentino, 2023, p. 505), se tornou uma das referências nacionais nessa luta. Além do vasto engajamento intelectual com publicações sobre a crise sanitária em português e em línguas estrangeiras, o GGB realizou diversos trabalhos de conscientização, de distribuição de preservativos e realização de testagem na região metropolitana de Salvador (Mott, 2018, p. 220). Além do grupo soteropolitano, associações como a Dialogay, em Aracaju, e o Grupo de Resistência Asa Branca, em Fortaleza, também tiveram protagonismo na luta contra o HIV/AIDS (Quadrat; Tolentino, 2023, p. 507). Vale ressaltar que foi do MHB, em especial do extinto grupo Somos e de outras associações homossexuais da capital paulista, que surgiram muitos dos articuladores que fundariam e atuariam no Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA) em São Paulo (Facchini; Simões, 2008, p. 130). A associação é considerada uma das primeiras repostas organizadas da sociedade civil ao HIV/AIDS. Formada, majoritariamente, por homossexuais, profissionais da saúde e

⁶³³ Informe à comunidade homossexual de São Paulo, jun. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Comunicação (Grupo 3), Produção Editorial (Subgrupo 1), Informativo (Série 6).

⁶³⁴ Carta do Outra Coisa à revista *Veja*, 5 jul. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

acometidos pelo HIV e seus familiares, o GAPA foi pioneiro na atuação civil de combate à epidemia no Brasil, tornando-se modelo para o surgimento de organizações do tipo em diversos outros estados no país (Grangeiro; Laurindo; Teixeira, 2009, p. 90).

Concomitante aos desafios impostos pela epidemia em si, esses grupos tiveram que enfrentar dois obstáculos capitais: a morosidade governamental e o sensacionalismo moralista da imprensa. Devemos lembrar que os primeiros casos da doença foram confirmados em um momento que, mesmo que já ocorresse a redemocratização, os militares ainda estavam no controle da nação. Isso quer dizer que, por mais que o abrandamento da censura e da repressão fosse perceptível, as instituições ainda ecoavam as duas décadas de domínio ditatorial e, certamente, não estavam aptas a lidar com um problema que, erroneamente, era atribuído apenas aos dissidentes homossexuais naquele momento. Para além da demora da resposta do Ministério da Saúde, os censores ainda ativos tiveram dificuldades para lidar com expressões artísticas sobre a epidemia. Uma música sobre a AIDS feita por Léo Jaime em 1983, por exemplo, caiu na malha dos censores, tendo alguns considerado a letra como promoção da homossexualidade e do vício às drogas (Quadrat; Tolentino, 2023, p. 502). Isso evidencia não apenas o despreparo e o teor moral com que o governo ditatorial recebia os novos desafios impostos pela epidemia, mas também a manutenção de uma censura moral até os últimos momentos da ditadura.

Vale um adendo sobre o contexto da redemocratização durante o qual esses novos grupos do MHB enfrentariam os principais desafios da epidemia do HIV/AIDS. Nos livros didáticos, na mídia e em parte da historiografia, usualmente se considera o fim da ditadura em 1985. No entanto, a redemocratização deve ser vista com um processo contínuo e sobre o qual qualquer tentativa de delimitação temporal certamente apresenta falhas e limites. Poderíamos assumir marcos díspares: a promulgação da Constituição em 1988, a eleição direta para presidente em 1989 ou até mesmo a consumada transição democrática para o mandato de Fernando Henrique Cardoso em 1994 (Chauí; Nogueira, 2007, p. 206). Isso porque a redemocratização pressupõe uma série de conquistas, as quais com certeza não foram todas atingidas automaticamente na década de 1980, e menos ainda em 1985. A permanência da censura ativa entre a posse de Sarney e a Constituição de 1988 (Quinalha, 2017, p. 76), por exemplo, é indício da permanência de ecos e efeitos do regime ditatorial para além de 1985. No que concerne aos dissidentes de gênero e/ou sexualidade e à epidemia do HIV/AIDS, o *modus operandi* da polícia paulistana observado durante a ditadura sobreviveu à 1985. A Operação Tarântula foi uma ação da polícia militar de São Paulo em 1987 e que, seguindo os moldes da Operação Limpeza, focou na perseguição e prisão de travestis na região central da cidade, mas

agora sob a justificativa de estarem combatendo a epidemia do HIV/AIDS (Cavalcanti; Barbosa; Bicalho, 2018, p. 180). Isto é, além da articulação discursiva entre a dissidência travesti e a epidemia, elas foram violentadas, presas e submetidas à testagem forçada, ainda que as autoridades negassem tal ato. Dessa forma, as autoridades policiais reagiram à epidemia ecoando uma perene matriz ideológica e operacional típica da ditadura militar.

A imprensa representou um segundo obstáculo com o qual o MHB e outros ativistas ligados à luta contra o HIV tiveram que enfrentar. O sensacionalismo empreendido por diversos veículos midiáticos imprimiu novamente no corpo homossexual uma aversão que o MHB tentava veemente desconstruir nos últimos anos: associava-se à homossexualidade uma culpa pela epidemia e reafirmava essa sexualidade dissidente como algo a ser reprimido (Maior, 2022, p. 6). Isso intensificou uma já costumeira violência sobre esses corpos na sociedade. Depoimentos daqueles que vivenciaram aquele momento nos grandes centros urbanos atestam para um aumento significativo nos xingamentos e ataques contra corpos interpretados como dissidentes nos espaços públicos. Além disso, houve também um impacto severo nos próprios ambientes, estabelecimentos e práticas de sociabilização homossexual, modificando até mesmo a forma com que o prazer sexual era experimentado na malha urbana (Trindade, 2004, p. 181).

A fim de se opor à tamanho moralismo, desinformação e violência, a estratégia principal adotada pelo MHB foi aquela já em prática desde as iniciativas do Outra Coisa: a de divulgação de informações profiláticas e de conscientização sobre a epidemia. Para sobrepujar a ausência de informes e acesso a fontes confiáveis, o contato com grupos homossexuais e outras entidades internacionais foi essencial (Bortolozzi, 2021, p. 185). Assim que os primeiros casos no mundo eram divulgados, o MHB teve acesso aos documentos de divulgação sobre o vírus feitos por grupos homossexuais no exterior: logo em 1981, por exemplo, circulava já entre os grupos brasileiros um folheto, produzido por um grupo sueco, sobre o que se sabia do HIV/AIDS naquele momento⁶³⁵. Assim, a inserção nas redes transnacionais homossexuais se mostrou mais uma vez bastante conveniente. Conforme avançava a epidemia, o câmbio de materiais e informações entre os grupos nacionais e estrangeiros também se intensificava. A promoção de uma solidariedade transnacional às vítimas da AIDS também aflorou a partir dessas redes: em 1987 associações feministas, homossexuais e de combate à epidemia convocaram a comunidade para participar de uma vigília em solidariedade às vítimas da AIDS e que

⁶³⁵ “AIDS FAKTA”, 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

aconteceria simultaneamente em diversas cidades do globo⁶³⁶. Além disso, o MHB passou a receber inúmeros convites e materiais de congressos científicos e de ativismo relacionados ao HIV/AIDS⁶³⁷. Por mais que não faça parte do escopo deste trabalho, é importante notar que a crise epidêmica intensificou o diálogo internacional não apenas do MHB, mas de grupos específicos de combate ao HIV/AIDS. Isso gerou uma série de acordos e contratos de fomento com instituições internacionais, observando a abertura de diversas ONGs, em especial nos anos 1990, e um trabalho institucional mais próximo desses grupos e o Estado (Facchini, 2005).

Mesmo para os grupos do MHB não constantemente engajados na luta contra o HIV/AIDS a demanda popular sobre informações do vírus e da doença era constante. Especialmente para aqueles que tinham receio de terem sua sexualidade dissidente exposta ao procurar informações sobre a epidemia, o envio de cartas a grupos homossexuais se tornou um canal informativo bastante importante⁶³⁸. No entanto, pelo estigma também que a sociedade hegemônica lidava com o assunto, esses canais de informação foram utilizados de forma jocosa por outros. O pioneirismo do Outra Coisa em 1983, por exemplo, foi utilizado por um cidadão para brincar com seus colegas de trabalho: aquele solicitou ao grupo o envio do folheto de conscientização sobre o HIV/AIDS aos seus amigos como forma de debochar deles e colocar sua heterossexualidade em dúvida entre os outros colegas⁶³⁹. Dessa forma, o HIV/AIDS foi instrumentalizado como justificativa para dar continuidade e intensificar a violência contra esses corpos dissidentes e para tentar vetar as conquistas almejadas pelo MHB. No entanto, este continuaria seu combate mesmo durante as adversidades da epidemia.

4.4.3 Campanha pela despatologização da homossexualidade e no Código de Ética dos Jornalistas

Concomitante ao caos instalado pela epidemia, o MHB se engajou em projetos que marcariam a história do movimento nos anos 1980. O primeiro deles foi a campanha pela despatologização da homossexualidade: como já citado, o código 302 do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) rotulava a homossexualidade como um

⁶³⁶ IV Vigília Internacional em Solidariedade às Vítimas da AIDS, 25 mai. 1987. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Material de apoio (Grupo 5), AIDS (Dossiê).

⁶³⁷ Convite da Académie de Paris para congresso “Homosexualité, Homosocialité et Urbanité”, 13 nov. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Material de apoio (Grupo 5), AIDS (Dossiê).

⁶³⁸ Carta de morador de Volta Redonda ao Triângulo Rosa, 1 jul. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶³⁹ Carta anônima de desculpas ao Outra Coisa, 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

desvio e transtorno sexual, em conformidade com classificação outorgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Entre 1981 e 1985 o GGB, a partir da iniciativa de Luiz Mott, se engajou junto a outros grupos do MHB em uma campanha para pressionar o Conselho Federal de Medicina pela anulação do parágrafo 302. A campanha começou logo em 1981 em uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e se desenrolou pela primeira metade daquela década. Foram várias as atividades durante a campanha, desde diálogo com o Ministério da Saúde, até um abaixo-assinado em nível nacional⁶⁴⁰. A circulação do abaixo-assinado desde o início da campanha garantiu o apoio de personalidades importantes, entre elas Fernando Henrique Cardoso⁶⁴¹, chegando a ser assinado por 358 políticos eleitos em 1982⁶⁴².

A campanha recebeu também um grande apoio de Mascarenhas, o qual fundaria o Triângulo Rosa no ano em que a campanha foi bem-sucedida. Interessante observar que o projeto pela despatologização da homossexualidade pode ser lido como um ensaio para a campanha bem maior empreendida pelo MHB durante a Constituinte, como veremos. Durante a luta contra o código 302, personalidades como Luiz Mott e Mascarenhas mostraram o novo ímpeto do MHB para atuar no campo institucional, recorrendo ao apoio de personalidades políticas, como Ulysses Guimarães, e às declarações favoráveis à despatologização feitas por Luiz Inácio Lula da Silva⁶⁴³. Os coordenadores da campanha também procuraram expor suas reivindicações na grande mídia: a futura deputada pelo estado de São Paulo, Marta Suplicy, por exemplo, na época contribuiu significativamente para a campanha, discorrendo sobre o projeto em entrevista na *Folha de São Paulo* e no programa TV-Mulher na Rede Globo⁶⁴⁴.

Novamente, as redes transnacionais em que estava inserido o MHB se mostraram prestativas para a campanha contra o código 302. Países como a Dinamarca, Finlândia, Suécia e Noruega também mantinham, como o Brasil, uma paridade com as classificações da OMS. No entanto, tais territórios tinham reconhecido o código 302 como inefetivo em seus países⁶⁴⁵.

⁶⁴⁰ Abaixo-assinado contra a discriminação sexual, 30 jun. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁴¹ Boletim do Grupo Gay da Bahia número 11, jun. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, Turma Ok, Correspondências e Circulares (Grupo 2).

⁶⁴² Comunicado 1/85 do Triângulo Rosa, 25 mar. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Organização e Funcionamento (Série 3), Comunicação Interna (Subsérie 4).

⁶⁴³ Comunicado 1/85 do Triângulo Rosa, 25 mar. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Organização e Funcionamento (Série 3), Comunicação Interna (Subsérie 4).

⁶⁴⁴ Carta do Triângulo Rosa/Mascarenhas à Marta Suplicy, 29 abr. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶⁴⁵ Comunicado 1/85 do Triângulo Rosa, *op. cit.*

Portanto, Mascarenhas recorreu aos grupos homossexuais dessas localidades a fim de compreender como havia ocorrido tal processo e angariar provas que mostrassem antecedentes de países que também eram signatários das classificações internacionais da OMS, como o Brasil, mas que haviam desconsiderado o 302. Em 1982 a associação homossexual sueca *Risikförbundet för sexuellt likaberättigande* escreveu à Mascarenhas explicando como o grupo havia durante 8 anos pleiteado a exclusão do 302 e as estratégias empreendidas⁶⁴⁶. Apesar de não ter recebido o pedido diretamente de Mascarenhas e tendo ficado sabendo da campanha brasileira através de terceiros, o grupo *National Gay Task Force* de Nova York também enviou uma série de documentos ao MHB: estes dissertavam sobre a decisão da Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 1973 de remover a homossexualidade de seu quadro de diagnoses⁶⁴⁷. A própria APA também encaminhou documentos ao Mascarenhas sobre a decisão ocorrida nos anos 1970⁶⁴⁸. Análogo à resposta da APA, outras instituições também foram consultadas, como foi o caso do *Royal College of Psychiatrists* no Reino Unido⁶⁴⁹ ou o Conselho da Europa⁶⁵⁰, ambos com visões favoráveis à despatologização. Assim, além dos outros exemplos, a rede transnacional ativada para a campanha dispôs ao MHB exemplos de atuação, argumentos científicos e também um quadro internacional de precedentes consumados.

Quando em 1985 o Conselho Federal de Medicina no Brasil considerou o código 302 como sem efeito em território nacional (Câmara, 2018, p. 194), foi a vez, então, do MHB colocar à disposição de grupos homossexuais argentinos informações e documentos sobre a campanha pela despatologização da homossexualidade. Em cartas endereçadas a associações portenhas, o grupo Triângulo Rosa ofereceu o pacote cultural que havia sustentado o projeto no Brasil⁶⁵¹. Percebe-se, dessa maneira, a solidariedade latino-americana em cena mais uma vez. Se nos anos 1970 os correspondentes argentinos haviam dividido seus contatos e informações estrangeiras com os incipientes grupos brasileiros, agora o MHB dividia os esforços de suas conquistas para o movimento homossexual argentino, o qual se reerguia.

⁶⁴⁶ Carta do *Risikförbundet för sexuellt likaberättigande* ao Triângulo Rosa, 20 out. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁴⁷ Carta do *National Gay Task Force* ao Triângulo Rosa, 9 nov. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁴⁸ Carta da *American Psychiatric Association* ao Triângulo Rosa, 18 out. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁴⁹ Carta do *The Royal College of Psychiatrists*, 6 jan. 1984. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Campanhas pela extinção do parágrafo 302.0 (Dossiê).

⁶⁵⁰ Ofício do *Concil of Europe*, 30 jun. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Campanhas pela extinção do parágrafo 302.0 (Dossiê).

⁶⁵¹ Carta do Triângulo Rosa ao *Movimiento Gay para la Liberación*, 8 mai. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

Simultâneo aos esforços pela despatologização, outra campanha estava em curso no MHB, de novo capitaneada pelo GGB, mas recebendo também o apoio importante de Mascarenhas: a inserção da proibição de discriminação por orientação sexual no Código de Ética dos Jornalistas (CEJ). Novamente, a campanha ocorreu através do diálogo e do pressionar órgãos de influência, assim como o engajamento de personalidades como apoio às demandas do MHB. Nesse trabalho burocrático e que envolvia uma linguagem bastante institucionalizada e, muitas vezes, própria do Direito, o conhecimento de Mascarenhas despontava como bastante útil, vide sua formação jurídica e seus anos de funcionalismo público (Howes, 2003, p. 300). Frente ao tratamento pejorativo empreendido por grande parte da imprensa aos dissidentes da cisheteronormatividade, o GGB desde 1982 circulava uma série de reivindicações referentes a esse tratamento desprendido pelos jornalistas aos homossexuais. Dentre tais pontos de protesto, engatou-se a inserção da previsão proibitiva de discriminação por orientação sexual no CEJ. No entanto, inicialmente, a campanha do GGB envolvia demandas diversas, incluindo o combate à propagação de informações “anti-científicas” sobre a homossexualidade (Lelis, 2021a, p. 65). É importante notar que, em um momento de pânico moral reforçado pela imprensa através das falácias em torno do HIV/AIDS, tais demandas eram mais urgentes do que nunca.

Para promover a campanha, um “Júri Popular dos Meios de Comunicação sobre o tratamento ao Homossexualismo” foi organizado em Salvador pelo GGB, contando com o apoio de setores políticos e de movimentos sociais diversos, como o diretório baiano do PT e o Movimento Negro Unificado (Lelis, 2021a, p. 66). No entanto, somente em 1986, durante o XXI Congresso Nacional de Jornalistas que a introdução de um novo artigo proibindo a discriminação por orientação sexual no meio jornalístico foi aprovada por unanimidade (Lelis, 2021b, p. 58). Dessa forma, o MHB, em especial a partir do GGB e do Triângulo Rosa, adentrava a segunda metade da década com uma experiência mais bem consolidada de uma militância institucionalizada. Isso, junto de sua rede transnacional de informações e contatos, deixava o MHB mais capacitado para a campanha que desenvolveria na Constituinte.

4.4.4 Campanha do MHB na Constituinte

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, o MHB viu uma oportunidade não apenas de promover o homossexual como parte do que se via como cidadão brasileiro, mas também promulgar uma proteção legal contra a violência e discriminação por orientação sexual. Dessa forma, durante aquele período, o GGB e o

Triângulo Rosa articularam uma campanha em nível federal pela inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição (Simões; Facchini, 2008, p. 122).

Entretanto, o início da campanha ocorreu antes de 1987. Em março de 1986, o *Boletim do GGB* noticiava o início do projeto ao público, apresentando 4 pontos de reivindicação do MHB à Constituinte, sendo o principal deles a previsão legal contra a discriminação por sexualidade⁶⁵². A publicação utilizava alternativamente as nomenclaturas “preferência sexual”, “orientação sexual” e até “estilo de vida”, entre outros sinônimos. Assim, ficava evidente um dos primeiros desafios da campanha: a nomenclatura que seria utilizada. A dúvida central era entre 3 expressões: “preferência sexual”, “opção sexual” ou “orientação sexual”. Em agosto de 1986, após consultar bibliografias e opiniões diversas, Mascarenhas produziu um documento em que comparava os 3 signos e defendia a escolha do último⁶⁵³. Para respaldar a sua decisão e também conseguir convencer os principais alvos, os deputados envolvidos na Constituinte, sobre a conveniência do termo “orientação sexual”, o artigo de Mascarenhas foi enviado para professores universitários, em especial antropólogos. Em outubro de 1986, um Professor Adjunto do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, por exemplo, respondeu Mascarenhas concordando com sua reflexão linguística e teórica, dando consentimento para o uso de seu nome como respaldo à escolha daquele termo⁶⁵⁴. Assim, estava consumado o emprego de “orientação sexual” na Constituinte, escolha que possui ecos até hoje. De qualquer forma, o desafio mais árduo ainda deveria ser vencido: convencer a Constituinte sobre a pertinência da demanda do MHB. Nessa conjuntura, a rede transnacional homossexual em que estava inserido o movimento mais uma vez foi solidária, sendo uma fonte essencial para o recolhimento de argumentos – políticos, científicos, entre outros – assim como de precedentes legais de países que haviam feito o que se almejava com a Constituinte.

Mascarenhas se dirigiu a seus pares no exterior, solicitando quaisquer previsões legais que instituíssem alguma forma de proteção a homossexuais, vendo nesses registros a possibilidade de um forte respaldo para a sua argumentação à Constituinte (Lelis, 2021b, p. 3). A embaixada do Canadá em Brasília⁶⁵⁵ e o parlamentar Svend Robinson, o primeiro no Canadá

⁶⁵² Boletim do Grupo Gay da Bahia número 12, mar. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, Turma Ok, Correspondências e Circulares (Grupo 2).

⁶⁵³ Orientação Sexual - Comentários, 30 ago. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Comunicação (Série 2), Artigo (Subsérie 1).

⁶⁵⁴ Carta de professor do Museu Nacional ao Mascarenhas, 6 out. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶⁵⁵ Carta da Embaixada do Canadá em Brasília ao Triângulo Rosa, 26 mai. 1987. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

a se assumir homossexual, enviaram ao Triângulo Rosa documentos sobre previsões legais variadas, inclusive uma lei na província de Ontário sobre direitos humanos e que proibia discriminação por orientação sexual⁶⁵⁶. Entre outros contatos estabelecidos, o caso norueguês chamou bastante a atenção dos articuladores da campanha: após entrar em contato para ter acesso a traduções do Código Penal da Noruega⁶⁵⁷, Mascarenhas produziu uma circular com a tradução de dois artigos que explicitamente mencionavam a proibição à discriminação da homossexualidade, relatando também casos em que a justiça na Noruega já havia utilizado diretamente tais artigos para justificar suas sentenças⁶⁵⁸. Ou seja, não era somente uma proteção formal, mas também já materializada.

Ao se engajar na campanha durante a Constituinte e ter acesso a projetos semelhantes consumados em outros países, percebe-se uma grande aproximação das reivindicações dos grupos homossexuais ao discurso sobre direitos humanos. Assim, ficou evidente para o MHB que reconhecendo o preconceito e a violência contra os homossexuais como um atentado aos direitos humanos, ficaria mais fácil convencer os deputados na Constituinte sobre a necessidade de um artifício jurídico de proteção (Howes, 2003, p. 300). Além dessa dinâmica assinalar as relações transnacionais que foram moldando o argumento do MHB na Constituinte, também aponta para uma aproximação do discurso dos direitos humanos e das reivindicações dos grupos homossexuais na década de 1980. Assim, se a retórica dos discursos humanos foi algo marcante do movimento homossexual/LGBTQIA+ nos anos 1990 (Anjos, 2002), tal aproximação começou antes.

Durante a atuação mais prática da campanha na Constituinte, um número expressivo de correspondências foi enviado a parlamentares que participariam das decisões para a nova Constituição brasileira. Concentrando-se, em especial, em políticos reconhecidos como de esquerda ou centro-esquerda, apenas em 1987 foram despachadas 475 cartas para 288 constituintes, enquanto no início de 1988 já tinham sido postadas 273 cartas (Lelis, 2021b, p. 65). Ademais, telefonemas foram feitos aos parlamentares, chegando ao número de 421 ligações ao Congresso Nacional (Howes, 2003, p. 303). Tais contatos não eram feitos sem que antes houvesse uma análise criteriosa do perfil dos políticos envolvidos na Constituinte. Nesse

⁶⁵⁶ Carta do parlamentar Svend Robinson ao Triângulo Rosa, 20 fac. 1987. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶⁵⁷ Carta do Embaixador da Noruega em Brasília ao Triângulo Rosa, 26 jul. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3)

⁶⁵⁸ Noruega: proibido odiar, 6 jun. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Comunicação (Série 2), Artigo (Subsérie 1).

sentido, além de atualizações constantes da lista de parlamentares favoráveis ou não às demandas do MHB, houve uma tentativa de aproximação especial com constituintes considerados de grupos também “minoritários”. Assim, um documento foi produzido, com o auxílio da ativista Lélia Gonzalez, sobre os interlocutores negros na Constituinte: a lógica era de que, estando sujeitos ao racismo na sociedade brasileira, estes poderiam ser mais propensos a acatar as reivindicações dos homossexuais (Lelis, 2021b, p. 63).

A maior vitória da campanha ocorreu com a fala em abril de 1988 de Mascarenhas no Congresso Nacional diante de duas Subcomissões da Constituinte. Respalhado pelos argumentos científicos angariados e os exemplos de legislações estrangeiras, Mascarenhas defendeu e foi interrogado sobre a proposta do MHB de inserir a proibição da discriminação por orientação sexual na nova Constituição (Howes, 2003, p. 304). Depois de duas décadas do autoritarismo militar, um civil abertamente homossexual conseguia expor as demandas do MHB em um evento crucial da redemocratização do país. Entretanto, as interpelações recebidas por Mascarenhas pelos ouvintes ali presentes mostravam que o pânico moral e o preconceito estavam longe de serem cessados juntos do fim da ditadura. Apesar de ter recebido respaldo de partes das alas dos constituintes de esquerda, o argumento religioso se mostrou presente em falas contrárias à proposta (Lelis, 2022, p. 249). Ademais, as falácias disseminadas pelos discursos sensacionalistas sobre o HIV/AIDS também se mostraram interpeladas nas indagações dos constituintes (Câmara, 2018, p. 203).

Em uma inquestionável vitória, mesmo com as reações preconceituosas, houve a aprovação do termo “orientação sexual” nas Subcomissões que o avaliaram, mas este foi derrubado pela Comissão de Sistematização (Howes, 2003, p. 305). A recusa da Constituinte permanece até a atualidade, com a Legislação brasileira ignorando qualquer previsão que garanta proteção aos dissidentes de gênero e/ou sexualidade e o fim da LGBTfobia, cabendo ao Judiciário traçar medidas que lidem, de forma provisória, com a omissão do Legislativo. De qualquer maneira, a campanha durante a Constituinte produziu ao MHB um repertório argumentativo e um pacote cultural que pôde ser utilizado na aprovação de leis municipais e estaduais que lidassem com a questão da orientação sexual.

4.4.5. MHB como promotor de solidariedade transnacional e o saldo da reestruturação nos anos 1980

A utilização da rede transnacional entre grupos e ativistas homossexuais não era apenas acionada de forma unidirecional: ou seja, grupos estrangeiros, em especial no Norte Global,

prestarem auxílio ao MHB. Como já ficou evidente nas relações com os vizinhos argentinos, os grupos homossexuais brasileiros também possuíam o interesse em colocar seus contatos, seu repertório político e seu pacote cultural à disposição das redes transnacionais. Concomitante às diversas campanhas a nível nacional nos anos 1980, o MHB se engajou também em projetos de resistência como solidariedade a outros países, como foi no caso da campanha contra a cláusula 28 na Inglaterra. Isto é, as conexões solidárias invertiam-se.

Durante o governo conservador de Margaret Thatcher no Reino Unido, foi introduzida em 1988 a denominada cláusula 28. Esta foi utilizada como sinônimo para uma série legislativa que visava proibir autoridades locais, em especial servidores públicos, de “promoverem a homossexualidade” ou ensinarem nas escolas a aceitação da homossexualidade como equivalente a uma estrutura familiar socialmente válida (Burrige, 2004, p. 328). Sob o pretexto de supostamente repelir a sexualização de menores, a cláusula 28 instituiu uma nova discriminação legal aos homossexuais na Inglaterra. Para evitar a sexualização de seus filhos, os parlamentares conservadores especificamente proibiam a “promoção” da homossexualidade, mas evidentemente excluíam menção a qualquer representação da heterossexualidade aos menores de idade (Buckle, 2015, p. 108).

No mesmo mês em que a cláusula 28 foi expedida no Reino Unido, o boletim publicado pelo Triângulo Rosa repudiou o ocorrido e o utilizou como uma convocação ao fortalecimento do MHB, visto que este deveria estar sempre preparado a retaliações conservadoras, como visto no território britânico⁶⁵⁹. O repúdio à cláusula 28 não estaria contida apenas no boletim: o grupo participou ativamente em uma campanha internacional de protestos ao governo britânico em relação à perseguição legal aos homossexuais (Howes, 2003, p. 302).

O Triângulo Rosa redigiu cartas de protesto a setores diversos do governo britânico, chegando a dirigir seu descontentamento com a cláusula 28 até mesmo ao Secretário de Estado inglês responsável pelo Meio Ambiente⁶⁶⁰. A principal correspondência, no entanto, foi direcionada à Primeira-Ministra Margaret Thatcher: o Triângulo Rosa expressou o seu incômodo com a aprovação da cláusula 28 e resgatou a trágica história de perseguição inglesa à homossexualidade de Oscar Wilde como exemplo de um ataque à reputação internacional

⁶⁵⁹ Boletim Triângulo Rosa, número 14, mai. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2).

⁶⁶⁰ Carta do Triângulo Rosa ao Secretary of State for the Environment, 20 jan. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

britânica, o que poderia acontecer novamente com as novas legislações em curso⁶⁶¹. O grupo também divulgou a campanha de protesto contra a cláusula 28 aos outros grupos do MHB, colocando à disposição a ida de Mascarenhas em um evento na Europa como canal para envio das cartas de protesto ao governo britânico⁶⁶².

Não há registros de quantos grupos se engajaram na campanha junto do Triângulo Rosa. De qualquer forma, observa-se, a partir desse exemplo, o MHB se envolvendo em uma campanha de solidariedade transnacional, de forma muito semelhante àquela em que muitos grupos defenderam o Lampião das investidas repressivas durante a ditadura. Há, portanto, uma inversão no fluxo de cartas e demonstração de solidariedade: um MHB agora consolidado - com um pacote cultural extenso e largamente parte de uma rede transnacional homossexual ampla - angariava apoio e direcionava seus protestos de solidariedade a grupos do Norte Global. Isso seria visto em outros momentos: como foi o caso, por exemplo, de um pastor francês abertamente gay e que estava sofrendo represálias institucionais na França, o que motivou grupos franceses a angariar suporte internacional, como o do Triângulo Rosa, como protesto e solidariedade ao movimento homossexual francês⁶⁶³; ou, ainda, o protesto emitido pelo Triângulo Rosa ao governo estadunidense em 1987 em relação à prisão sem o devido processo legal de quase 4 mil imigrantes cubanos nos EUA, dentre os quais, supostamente metade era homossexual⁶⁶⁴.

Portanto, ao chegarmos no fim da década de 1980, enquanto o movimento homossexual na Alemanha Oriental experimentava as novas possibilidades e se preparava para os novos desafios com a queda do Muro de Berlim e a iminente reunificação, o MHB estava prestes a adentrar uma nova década após ter se reformulado intensamente nos anos 1980. As importantes campanhas nas quais o movimento se engajou são certificados da continuação da força dos grupos na década de 1980. O declínio quantitativo dos grupos certamente não foi traduzido para um fracasso do MHB naqueles anos. Houve, certamente, desafios extremos, como o impacto do HIV/AIDS, mas o movimento encontrou a força de resistência em antigos e novos atores.

⁶⁶¹ Carta do Triângulo Rosa à Margaret Thatcher, 20 jan. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶⁶² Carta de Nívia Maria – Presidente do Triângulo Rosa aos outros grupos do MHB, sem data. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

⁶⁶³ Carta do grupo Centre du Christ Libérateur ao Triângulo Rosa, 25 ago. 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶⁶⁴ Carta do Triângulo Rosa ao Representative Gerry Studds, 17 dez. 1987. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Enviada (Subsérie 2).

Para além de todas as conquistas e atividades aqui já relatadas, devemos reconhecer a nova disposição geográfica do MHB naquele momento. Se o Sudeste do país obteve um monopólio do movimento em seus primeiros anos, durante a década de 1980 novos grupos surgiram em diversos estados do país, o que definitivamente não é atestado de declínio desse projeto homossexual ativista.

O boletim do GGB de junho de 1989 divulgou os seguintes grupos ativos naquele momento: o próprio GGB, Atobá (Rio de Janeiro), Triângulo Rosa (Rio de Janeiro), Dialogay (Aracajú), LAMBDA (São Paulo), GALF (São Paulo), Frente de Liberação Gay (Santo André), Turma OK (Rio de Janeiro) e o Grupo Free (Teresina)⁶⁶⁵. Apesar desses grupos não apresentarem todos que se desenvolveram naquela década, mas sim um recorte feito pelo GGB naquele ano, eles mostram, de qualquer forma, um MHB com grupos resistentes frente aos desafios que enfrentaram nos anos 1980.

Nesse sentido, a inserção dos grupos em redes transnacionais funcionou não apenas como um escudo do movimento contra investidas repressivas em solo nacional, mas o colocou como vértice ativo em projetos, trocas e solidariedades transnacionais entre grupos dissidentes da cisheteronormatividade, contribuindo para a resistência do movimento às adversidades e ajudando a moldar novas estratégias de ação. Assim, o MHB adentrou os anos 1990 com uma propensão maior à atuação institucional, algo maturado pelos grupos durante a década de 1980, em especial em campanhas como a contra o código 302 ou na Constituinte. Não é coincidência, portanto, o diálogo bastante intenso que o movimento viria estabelecer nos anos 1990 com ONGs – nacionais e internacional – e também instituições do Estado⁶⁶⁶. Além disso, a ascensão cada vez mais marcada do discurso dos direitos humanos no MHB (Marsiaj, 2011, p. 64) – junto das respostas ao HIV/AIDS e uma aproximação com o Estado -, apesar de ter se intensificado mais na década de 1990, certamente foi exercitada já durante os anos 1980.

⁶⁶⁵ Boletim Grupo Gay da Bahia, número 19, jun. 1989. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), Triângulo Rosa (Subgrupo 2).

⁶⁶⁶ O trabalho de Regina Facchini, em especial a partir do grupo paulistano Corsa, analisa bem o cenário observado no MHB durante os anos 1990. Cf. Facchini, 2005.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CENÁRIOS GLOBAIS E CAMINHOS DE PESQUISA

Quando o Muro de Berlim começou a ser construído, a confusão instalada entre os moradores ainda impedia prever as implicações que aquela construção teria em seus vidas e para a história. Isso mudaria em 24 de agosto de 1961, apenas 11 dias após o início da edificação da fronteira, data em que o mundo conheceu a primeira vítima do Muro de Berlim: Günter Liftin. Nascido e criado na capital, Günter era um dos milhares de berlinenses que, após a divisão da cidade em setores de ocupação no pós-guerra, cruzava diariamente os limites entre Ocidente e Oriente, fosse para o trabalho, ou para o lazer e visitas a familiares e amigos. Após perder o emprego, localizado no lado capitalista da cidade, com o início da construção do Muro, o jovem de apenas 24 anos resolveu atravessar o canal do rio *Spree* no centro da cidade a fim de alcançar a margem que pertencia à Berlim Ocidental. Sem crer nas ameaças que a polícia vinha realizando desde a edificação do muro, Günter presumidamente não acreditou que os oficiais poderiam realmente matá-lo por tentar atravessar a fronteira, algo que era, até 11 dias antes, um rito diário e banal para os moradores. No entanto, os tiros foram disparados assim que os oficiais de vigília avistaram que Günter quase estava alcançando a margem oposta. Dessa maneira, consumava-se a primeira tragédia parte de uma série de acontecimentos que transformaram o Muro de Berlim no mais conhecido símbolo da Guerra Fria.

Durante os conflitos da segunda metade do século XX, políticos, jornalistas, apoiadores, grupos de resistência, entre tantos outros segmentos, instrumentalizaram discursivamente e politicamente o Muro de Berlim. Enquanto atrás da Cortina de Ferro o Muro era promovido como uma ferramenta de proteção para população contra as forças capitalistas – colocadas como fascistas –, o outro lado apontava para a construção como um atestado da violência e do autoritarismo promovidos pelo comunismo. De qualquer modo, o Muro veio a se tornar um ícone, seja positivo ou negativo, na matriz discursiva de disputas na Guerra Fria (Drechsel, 2010, p. 17). O que é geralmente excluído das narrativas em torno do Muro de Berlim durante a Guerra Fria são as nuances *queer* dos impactos que os discursos sobre o Muro e a sua existência tiveram sobre dissidentes da cisheteronormatividade.

Provavelmente Günter possuía razões para além de seu emprego ao querer fugir para Berlim Ocidental. O rapaz era homossexual, tendo registros de um processo legal contra ele sob a acusação do parágrafo 175 na porção ocidental alemã (Rottman, 2023, p. 123). Dessa maneira, estima-se que ele tinha um círculo de sociabilidade homossexual em Berlim Ocidental, o que pode também ter sido considerado em sua decisão por tentar a fuga. De qualquer forma, para um Estado autoritário - e que não encontrava no projeto de sociedade almejado um espaço

para as sexualidades dissidentes -, a homossexualidade de Günter foi o artifício perfeito para descredibilizar as motivações de sua fuga e, principalmente, pintá-lo como uma espécie de delinquente a fim de desfocar a atenção midiática da monstruosidade de um regime disposto a atirar contra seus cidadãos. Os jornais da RDA passaram a informar a sociedade sobre os trejeitos *afeminados* de Günter – informação confirmada por supostos vizinhos de sua família -, discursos sobre a natureza *predatória* da homossexualidade do rapaz e sua aproximação com tipos *associais*, em especial trabalhadores do sexo em Berlim Ocidental (Rottman, 2023, p. 122). Tais acusações levavam o público a concluir que o desejo de Günter por fugir para Berlim Ocidental decorria do fato que a homossexualidade seria algo típico daquela sociedade e, em última instância, do capitalismo. De repente, o primeiro assassinato no Muro de Berlim não soava ao público como algo tão ultrajante, afinal, tratava-se de um corpo abjeto e que o tiro recebido não era a primeira violência a qual fora submetido.

Mais do que o assassinato de Günter, a descredibilização da vítima e a escusa estatal calcada em um discurso extremamente homofóbico denotam que o Muro de Berlim, para além dos significados macros da geopolítica da Guerra Fria, passou também a significar a reiteração da homofobia e a morte literal de corpos *queer* (Rottman, 2023, p. 130). Em 1961 ficou evidente para qualquer observador atento, em especial aqueles dissidentes da cisheteronormatividade, as medidas que o Estado estava disposto a tomar para manter seu poder. Como observado durante o presente trabalho, o movimento homossexual que se desenvolveria na RDA teve que enfrentar um Estado intransigente e homofóbico, o mesmo que matou Günter Liftin.

Observar esse aspecto sombrio da história da RDA não significa, entretanto, tomar parte de algum dos lados da disputa na Guerra Fria. Assim como para o regime que atirou em Günter, a homossexualidade era também indesejada no lado ocidental do Muro. Afinal, havia sido exatamente a sociedade capitalista que atuou judicialmente contra a dissidência de Günter e produziu os documentos processuais sob o parágrafo 175 que seriam utilizados pela RDA para descredibilizar sua vida. Isso nos aponta que, ao contrário da dualidade que as lentes discursivas e políticas tanto disseminaram na sociedade durante a Guerra Fria, as relações que os Estados mantinham com as sexualidades dissidentes eram complexas, com muitas nuances e, especialmente, vários entrecruzamentos, ainda que com resultados locais específicos. Portanto, almejar observar tais relações a partir da História Global é uma tentativa de derrubar esse Muro de Berlim simbólico (Davison, 2019, p. 124) que ainda determina nossas visões dualistas sobre o período e problematizar uma visão simplista e monolítica que, em especial, a academia ocidental tem produzido, até então, em relação ao passado *queer*.

Enquanto em 1961 o regime do SED instrumentalizava toda o aparato da imprensa para divulgar o passado acusatório homossexual de Günter a fim de impedir um escândalo maior em torno do primeiro assassinato no Muro de Berlim, o Brasil enfrentava o conturbado cenário político e econômico. Em um momento em que recrudescia o discurso anticomunista – em uma espécie de preparo discursivo e político para o golpe que se aproximava – Gustavo Corção, um dos maiores entusiastas do discurso anticomunista no Brasil, protestava em seus escritos em 1963 contra a *Ostpolitik* de Willy Brandt – uma tentativa de a Alemanha Ocidental neutralizar a instabilidade em suas relações com a RDA. Para ele, a aproximação de Brandt ao lado atrás da Cortina de Ferro era sinônimo de uma conspiração homossexual: “não somente uma pornografia individual, restrita, pessoal, mas também uma vasta homossexualidade planetária” (Corção, 1963 *apud* Cowan, 2015, p. 33). É interessante observar as escolhas linguísticas de Corção: não bastava associar uma suposta homossexualidade à Willy Brandt para desmoralizá-lo, era necessário ainda sugerir um teor conspiratório e global junto da homossexualidade.

Os discursos sobre as dissidências de sexualidade e/ou gênero foram, portanto, manipulados dentro das duas propostas ideológicas da Guerra Fria. Em um momento, a homossexualidade descredibilizava a vítima de um regime autoritário e apontava para o Ocidente como o local da decadência moral. Concomitantemente, indícios de homossexualidade poderiam ser encontrados em decisões políticas internacionais, conectando a dissidência *queer* ao comunismo. Em uma disputa global, a homossexualidade deixou de ser apenas um desvio moral que deveria ser corrigido, mas uma ameaça produto de um complô global, um verdadeiro risco de segurança de Estado (Schwartz, 2019, p. 215). Em última instância, se havia poucos pontos de acordo entre os blocos ideológicos em disputa na Guerra Fria, a aversão ao corpo dissidente e a leitura da homossexualidade como indício de um projeto de ataque maior fazia parte desse rol limitado.

Esse cenário de modalização do discurso homofóbico às ideologias em disputa na Guerra Fria não foi exclusivo do contexto brasileiro e da RDA. Ao focar nesses dois casos, almejou-se desconstruir preceitos simplistas e muitas vezes eurocêntricos sobre as sexualidades dissidentes no Sul Global e também na ECL. No entanto, podemos observar esse trabalho político e repressivo com a sexualidade em diversas conjunturas no período. Como já citado, se na própria URSS a homossexualidade era ostensivamente reprimida do espaço público, isso acontecia em suas nuances locais também em locais como a Polônia ou a Checoslováquia. É no lado capitalista, no entanto, que estão os maiores exemplos dessa instrumentalização da homofobia no cerne das disputas do período. Na América Latina, regimes ditatoriais como o brasileiro e o argentino sublinharam o lugar da homofobia em seus discursos anticomunistas.

Na Coreia do Sul, a campanha anticomunista se preocupou sobre uma moral sexual até mesmo em histórias de quadrinho (Jun, 2019, p. 159). Podemos presumir a preocupação anticomunista – e homofóbica – coreana como recebendo influências de seu maior aliado na Guerra Fria, os EUA. Aliás, nenhum outro país durante o período se engajou mais na perseguição contra a homossexualidade do que o expoente capitalista do conflito. Desde os primórdios da Guerra Fria, os serviços de inteligência norte-americanos empreenderam uma enorme atenção ao movimento homófilo (Charles, 2010, p. 263). E tal apreensão seria traduzida em medidas práticas de repressão e perseguição, como ficou evidente nas centenas de demissões realizadas no serviço público no país sob a acusação de homossexualidade (Johnson, 2004, p. 79). No Canadá, a situação não seria diferente, sendo o homossexual classificado pelos serviços de inteligência como “cidadão pouco confiável capaz de subverter os fundamentos da sociedade e dos códigos sexuais e de gênero que a sustentam” (Gentile, p. 53, tradução nossa⁶⁶⁷).

É interessante notar que nessa classificação canadense estão interrelacionadas duas das principais noções sobre as dissidências da cisheteronormatividade na Guerra Fria. A primeira diz respeito à ideia de que os homossexuais seriam cidadãos pouco confiáveis e, portanto, uma ameaça direta à segurança nacional, já que eram interpretados como mais predispostos a se alinhar com o lado apostado da disputa ideológica. Essa visão fica bastante óbvia na interpretação que a Stasi tinha sobre os frequentadores dos estabelecimentos homossexuais em Berlim Oriental: estes deveriam ser espionados devido aos seus contatos estrangeiros, mas também era necessário incentivá-los a prestarem serviços de informação para a RDA. Paradoxalmente, a crença de que os homossexuais eram uma ameaça ao Estado foi também a responsável pela Stasi ver uma utilidade nesses sujeitos: a paranoia em relação ao “homossexual traidor” fez com que a agência procurasse recrutá-los antes do Ocidente o fazer. A segunda noção é a de que as dissidências de gênero e/ou sexualidade representariam um ataque aos fundamentos da sociedade capitalista. Isso era notório na conjuntura da ditadura brasileira, na qual a crescente visibilidade de tais corpos dissidentes nos grandes centros urbanos era julgada como um sinal da ameaça comunista, um plano global de ataque à família e, em última instância, ao capitalismo e ao Estado.

Evidentemente, não eram apenas essas duas interpretações que informavam a ditadura militar e o regime do SED sobre as sexualidades dissidentes. Como notado no decorrer do trabalho, em muitos casos a questão puramente moral ou religiosa era suficiente para repreender tais corpos. No entanto, ambas as noções (e a forma como elas se entrecruzavam, como

⁶⁶⁷ No original: “As the unreliable citizen capable of subverting the foundations of society and the gender and sexual codes that sustained it.”

mostrado no exemplo canadense) expõem uma situação global comum na Guerra Fria na qual as dissidências de gênero e/ou sexualidade eram rejeitadas e instrumentalizadas como prova cabal do risco, do ataque e da degeneração provenientes do lado inimigo. Ao observar isso, podemos superar uma visão dualista típica da Guerra Fria e perceber como durante o conflito os dois polos ideológicos utilizavam uma gramática discursiva que, ainda que díspar em seus argumentos, promovia um impacto interpretativo bastante semelhante sobre os corpos *queer*. Tal visão ampla e que considera tal complexidade auxilia na compreensão das relações entre regimes autoritários, expressões dissidentes de gênero e/ou sexualidade e as resistências empreendidas.

Reconhecer esse contexto violento enfrentado por tais sujeitos não deve significar, entretanto, subscrevermos ao discurso totalitário, especialmente quando analisamos os Estados não democráticos do período, como é o caso da RDA e do Brasil. A explanação de que nesses ambientes apenas haveria repressão é mais um produto da hegemonia das narrativas provindas do Norte Global e que instauram uma avaliação entre desenvolvimento/atraso, liberdade/total repressão, entre outros binômios. Tal constatação não significa relativizar as atrocidades cometidas por esses regimes, mas observar que houve resistência por parte dos dissidentes, a qual, muitas vezes, obrigou os Estados a recuar em seu tratamento inóspito.

Possivelmente nada relativize e complexifique mais o contexto estudado do que o caso da RDA. Talvez o regime mais conhecido atrás da Cortina de Ferros depois da própria URSS, a ditadura do SED, ainda que extremamente homofóbica e ambivalente, realizou diversas concessões às demandas do movimento homossexual. A questão legal no país, como abordado no trabalho, escancara a necessidade de analisarmos a história LGBTQIA+ na Guerra Fria com maior atenção. Quando os alemães tinham a certeza de que não existiria mais uma Alemanha Oriental após os acontecimentos de 1989, a preocupação da população homossexual passou a ser a ameaça legal que o código penal alemão ocidental representava. Isto é, nas últimas duas décadas de sua existência, a RDA observou um Estado repressivo, mas ambivalente e extremamente pragmático, e um movimento homossexual resiliente e que aprendeu a operar suas demandas na gramática política – e paranoica – do regime do SED. Toda essa complexidade é materializada no lançamento do filme *Coming Out*: um lançamento que apenas acontece no dia em que a Guerra Fria conhece o seu vencedor, mas que, ao mesmo tempo, traduz um Estado que, mesmo ambivalente, respondeu à atuação corajosa de um movimento homossexual rijo atrás da Cortina de Ferro.

Estudar as conexões do movimento homossexual alemão oriental também contribui para desconstruir outras noções ainda perenes e típicas da Guerra Fria. A primeira é de que a

sociedade na RDA estaria isolada atrás do Muro de Berlim e completamente à parte de tendências globais. Por mais que a restrição física ocorresse, essa sociedade esteve culturalmente e economicamente interligada globalmente, sofrendo, de forma bastante semelhante, grande parte das transformações e desafios que as nações do Ocidente vivenciaram no período. Além disso, o próprio movimento homossexual apenas pode ser satisfatoriamente interpretado a partir das conexões que este manteve e que atestam um Muro de Berlim muito mais penetrável do que se imagina. Dessa forma, o movimento homossexual no país já existia muito antes do fim da Guerra Fria, foi um protagonista para iniciativas semelhantes atrás da Cortina de Ferro e desconstrói muitas das visões no Norte Global sobre a ECL.

Na ditadura brasileira, o desenvolvimento de movimento homossexual foi adiado pela violência que os militares operaram a partir de 1969. No entanto, com a abertura política, o novo ciclo de protestos e o enriquecimento do pacote cultural disponível, esse movimento rapidamente se consolidou, tornando-se um dos mais bem-sucedidos da América Latina e do mundo. No entanto, apesar do que muitas leituras ainda insistem, esse desenvolvimento não pode ser interpretado como uma simples replicação do modelo estadunidense a partir de Stonewall. O MHB certamente manteve relações, trocas e diálogo com o movimento da *gay liberation* e com o Norte Global como um todo, mas isso não foi uma especificidade do contexto brasileiro ou significa o atestado de que se tratava de uma tentativa de replicar um modelo. Assim como os próprios grupos homossexuais do Norte Global, o MHB era um vértice ativo e atuante em redes transnacionais de conexões e solidariedade homossexuais. A solidariedade latino-americana entre grupos homossexuais, por exemplo, é largamente ignorada nas narrativas em que predominam a influência de Stonewall. Além disso, é necessário perceber como o MHB soube instrumentalizar tais conexões transnacionais como forma de se proteger de um regime que em nenhum momento aceitou dialogar com as demandas desses grupos ou realizou concessões. Ao contrário do regime do SED, a ditadura brasileira, mesmo que já sem força política, manteve seu repúdio moral rijo contra as expressões dissidentes da cisheteronormatividade.

Pessoas LGBTQIA+ vivendo sob o regime militar e o regime do SED - dois contextos aparentemente tão díspares e distantes, além de ideologicamente contrários - experimentavam certamente desafios convergentes. Esses corpos eram atravessados por signos de repulsa que, ainda que sob justificativas díspares, operavam em uma situação global comum: a instrumentalização de corpos *queer* na Guerra Fria. Isso se articulava a um mundo cada vez mais conectado e com os dissidentes da cisheteronormatividade produzindo rotas e conexões solidárias. Dessa forma, em uma situação global complexa e interconectada, tais dinâmicas

tiveram seus efeitos locais, os quais eram interpretados e manuseados pelos respectivos movimentos homossexuais. É por isso que, quando o boletim brasileiro *Chanacomchana*⁶⁶⁸ do GALF encontrou uma entrevista em inglês sobre a vida lésbica na Alemanha Oriental, a publicação resolveu traduzi-la e publicá-la: essas mulheres lésbicas, ainda que geograficamente distantes e sob domínios ditatoriais concorrentes, sofriam a estigmatização generalizada de suas identidades e lutavam não por um dos lados da Guerra Fria, mas pelo seu direito à vida e à dignidade humana.

5.1 CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA GLOBAL LGBTQIA+

Desde o início da tese, o objetivo central foi exercitar a aproximação dos Estudos de Gênero e Sexualidade e a História Global. Como argumentado, analisar a história dos movimentos e das resistências LGBTQIA+ a partir de uma perspectiva de História Global promete não apenas compreendermos melhor o próprio objeto da pesquisa, mas contribuirmos para pretensões fulcrais da História Global, em especial a revisão das grandes narrativas eurocêntricas, o nacionalismo metodológico, entre outros pressupostos monolíticos e violentos que ainda dominam várias áreas do saber. Nessa direção, pretendo agora apontar para alguns caminhos específicos para se pensar a História LGBTQIA+ sob uma perspectiva global.

Em primeiro momento, é fulcral uma breve análise da ação da ILGA no contexto estudado, observando não apenas as relações que os movimentos homossexuais (em especial, o brasileiro) mantiveram com a associação, mas como a atuação dela deve ser criticamente analisada pelo seus preceitos eurocêntricos e na qual, em muitos momentos, predominava uma gramática típica da Guerra Fria.

Em um relatório sobre a primeira conferência anual da ILGA realizada em 1979, lia-se:

Não há países do Terceiro Mundo representados entre as organizações membros da IGA. Conhecemos apenas algumas associações homossexuais no Terceiro Mundo e a informação sobre a posição das mulheres lésbicas e dos homens homossexuais nesses países é severamente limitada e, na verdade, quase inexistente⁶⁶⁹.

Além do evidente desconhecimento sobre os grupos homossexuais fora do Norte Global, a gramática discursiva típica da Guerra Fria é facilmente percebida no uso do signo “Terceiro Mundo”. A ILGA foi criada em 1978, a partir de grupos britânicos, escandinavos,

⁶⁶⁸ AMOR de Cartas. *Boletim Chanacomchana*, n. 5.

⁶⁶⁹ International Gay Association, 1st Annual Conference, 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5). Tradução nossa. No original: “There are no Third World countries represented among the member organizations of the IGA. We know only of a few gay associations within the Third World and the information on the position of lesbian women and gay men in those countries is severely limited, indeed mostly non-existent.”

holandeses e italianos, que estavam convencidos da proficuidade de um ativismo transnacional para conquistar novos direitos (Paternotte; Seckinelgin, 2015, p. 211). No entanto, como já discutido, um engajamento transnacional em torno da identidade sexual e conquista de direitos não começou na década de 1970. Desde pelo menos o período entreguerras, articulações transnacionais diversas entre grupos homossexuais ocorria, algo que se intensificou com os grupos homófilos na década de 1950. A partir da iniciativa do grupo holandês *Cultuur en Ontspanningscentrum* (COC), foi instaurado em 1951 o Comitê Internacional para Igualdade Sexual (ICSE – International Committee for Sexual Equality). Dessa forma, intensificava-se um ativismo dos dissidentes da cisheteronormatividade que era focado na difusão do movimento através das fronteiras e na mobilização internacional (Rupp, 2011, p. 1014).

Com o surgimento de novas propostas para um movimento homossexual e a fundação de outros grupos na Europa, os homófilos perderam protagonismo, assim como a ICSE. Portanto, no final da década de 1970, havia uma geração disposta para uma renovada incursão transnacional articulada entre os grupos ativos na Europa Ocidental. Esses ativistas propuseram uma plataforma através da qual pudessem promover suas demandas para além das fronteiras nacionais, a partir de uma comunidade sociopolítica imaginada (Ayoub; Paternotte, 2015, p. 231): isto é, supunha-se uma identidade homossexual a todos os dissidentes da cisheteronormatividade e, automaticamente, demandas comuns.

Assim que inaugurada, a ILGA adotou uma dinâmica de ativismo transnacional que ficou conhecida como “tática boomerang”. Esta é uma estratégia pela qual as demandas do movimento, mesmo que em nível local/nacional, são promovidas a nível transnacional, envolvendo atores dispersos e estratégias difusas (Keck; Sikkink, 1998, p. 20). O funcionamento desta tática foi observado no capítulo anterior em diversos momentos, em especial na defesa do *Lampião da Esquina*: um desafio local que é operado a nível transnacional, envolvendo grupos e associações diversas de forma descentralizada.

Essa tática ativista operada pela ILGA – não exclusiva dela, mas bastante característica dessa associação – auxiliou e inspirou diversos grupos e movimentos estrangeiros - como ficou evidente no caso da defesa do *Lampião*. No entanto, a projeção das ações da ILGA a nível global deve ser problematizada. Ao atuar em escala transnacional e imaginar uma comunidade sociopolítica homogênea entre todos os dissidentes da cisheteronormatividade, a ILGA operou o que denomino de eurocentrismo cauteloso.

Uso a expressão “eurocentrismo cauteloso”, pois, desde o início de suas atividades, a associação marcou sua preocupação em considerar as diversas nuances políticas, sociais, econômicas e identitárias com as quais sua atuação transnacional se depararia. Se voltarmos,

por exemplo, ao mesmo documento do qual a citação sobre o “Terceiro Mundo” foi retirada, o autor do relatório expressa a imprescindibilidade de atuar com respeito às condições políticas específicas dos países com os quais a ILGA entraria em contato para angariar informações sobre grupos e iniciativas homossexuais no “Terceiro Mundo”⁶⁷⁰. A própria escolha linguística e geopolítica representada pelo termo “Terceiro Mundo” denota que a ILGA atuou em um escopo transnacional a partir de propostas políticas que eram, em última instância, europeias. Apesar de sua atividade global, as prioridades da ILGA se mantiveram concentradas na Europa (Ayoub; Paternotte, 2015, p. 233), algo que promoveu uma disparidade até mesmo no Norte Global: a ILGA pouco cooptou os grupos estadunidense, os quais permaneceram com uma atuação tímida na associação.

Quando a atuação da ILGA é observada na Ásia, na África e no Oriente Médio, seus pressupostos eurocêntricos ficam ainda mais marcados. As classificações identitárias e as suposições políticas que a ILGA fez sobre a Ásia costumam partir de uma visão que toma a realidade europeia ocidental como universal. Recentemente, críticas têm sido direcionadas à leitura que a ILGA tem produzido sobre o contexto da Somália, sendo acusada de propalar visões racistas sobre o país (Ali, 2017, p. 7). Talvez mais evidente que em qualquer outra região, as relações entre a ILGA e o Oriente Médio despontam como eurocêntricas e violentas. Críticas apontam para a forma com que a associação supõe que categorias como homossexual e lésbica sejam universais, não apenas demandando a adesão de políticas que dialoguem em específico com essas identidades, mas colocando países que não respondem às demandas da associação sob os holofotes internacionais de pressão política e de acusação (Massad, 2002, p. 363).

Apesar das críticas direcionadas à ILGA serem válidas e fundadas, sua atuação transnacional não pode ser totalmente desvalorizada. Os grupos e indivíduos empenhados nas funções e campanhas da ILGA construíram um campo heterogêneo de disputas políticas, ideológicas e estratégicas. Ou seja, a atuação dos envolvidos dinamizou os objetivos da organização, transformando as relações da associação com outras comunidades e instituições (Thoreson, 2014, p. 61). Durante a Guerra Fria, por exemplo, membros italianos da ILGA buscavam lançar uma campanha com teor anticomunista, a qual sublinharia as condições opressoras enfrentadas por homossexuais na URSS. No entanto, disputas internas na associação garantiram a derrota da proposta e a ascensão de uma postura crítica não só ao comunismo, mas também aos efeitos do capitalismo nos dissidentes de gênero e/ou sexualidade (Ayoub; Paternotte, 2015, p. 238).

⁶⁷⁰ International Gay Association, 1st Annual Conference, 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5).

Outra observação que problematiza – mas não isenta a ILGA – as acusações contra a associação é sua incontestável contribuição para a escalada global do uso político do discurso dos direitos humanos com as demandas dos movimentos homossexuais (Paternotte; Seckinelgin, 2015, p. 213). Desde a década de 1980, a associação incluiu em suas estratégias e campanhas transnacionais a defesa dos direitos humanos como seu principal argumento nas demandas dos grupos homossexuais. Talvez o principal reconhecimento pela sua adesão e sucesso no uso discursivo sobre os direitos humanos tenha sido a sua admissão como ONG na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993 (Massad, 2022, p. 363).

Dessa forma, é imprescindível notar as facetas da atuação da ILGA como não uniformes e também ambíguas. Ainda que cautelosa em sua leitura das nuances internacionais, muitas vezes acabou reafirmando preceitos eurocêntricos – em um permanente eurocentrismo cauteloso. Por outro lado, certamente colaborou com a defesa de grupos homossexuais e na promoção da instrumentalização dissidente do discurso dos direitos humanos.

No caso da América Latina, as relações com a ILGA se mostram também paradoxais. Ao focarmos no período aqui observado, em especial a década de 1980, percebe-se que as trocas entre a ILGA e a América Latina ocorrem, principalmente, através do MHB. Muito antes mesmo da associação se voltar aos seus vizinhos europeus da ECL, o que ocorreria de forma mais intensa apenas com a queda do Muro de Berlim, os grupos homossexuais brasileiros já mantinham trocas e cooperações com a ILGA. Ainda que tal cooperação tenha, muitas vezes, garantido ao MHB o acesso a um pacote cultural diverso e a uma solidariedade transnacional, em alguns momentos as dificuldades locais latino-americanos não foram compreendidas pelos interlocutores europeus e, em última instância, a América Latina permaneceu um projeto de extensão da associação, não sendo central para suas pautas.

De qualquer forma, pode-se apontar momentos em que houve uma aproximação mais significativa entre o MHB e grupos membros da ILGA. Na Ciência Política, o aparecimento de redes transnacionais de defesa – ou solidariedade – ocorre geralmente a partir de três requisitos contextuais: os canais de diálogo entre os grupos domésticos e seus governantes são inexistentes ou inefetivos; os ativistas acreditam que as conexões podem ajudar a promover suas demandas e campanhas; e formas diversas de contato internacional criam arenas para forjar e fortalecer conexões e redes (Keck; Sikkink, 1998, p. 20). O primeiro requisito era verdade para todo o MHB, o qual não tinha no Estado ditatorial militar um interlocutor possível. Os dois últimos requisitos foram considerados não de forma unânime pelos grupos do MHB: alguns desconsideraram totalmente as conexões internacionais, enquanto outros as utilizaram de forma esporádica, como foi o caso do Somos ou do GGB, por exemplo. Já para Mascarenhas, os três

requisitos pareciam ser extremamente válidos, o que o levou, desde a fundação da ILGA, a cooperar com a instituição.

Em 1979 o Somos recebeu a notícia da fundação da ILGA e do programa preparado para a sua primeira conferência⁶⁷¹, atestando um contato, mesmo que mínimo, entre o MHB e a ILGA desde pelo menos o segundo ano de existência da associação. Essa troca começaria a se intensificar a partir da conferência realizada em 1979: entre as resoluções do encontro, constatava-se o plano de fortalecer a correspondência e as relações com possíveis grupos homossexuais já existentes ou sujeitos dispostos a iniciá-los no “Terceiro Mundo”⁶⁷². Não é coincidência, portanto, que a partir desse momento, as correspondências registradas no arquivo de Mascarenhas comecem a se acentuar em direção à Europa, em especial à Escandinávia, com destaque para o grupo norueguês DNF 48, o qual havia sido designado durante a conferência como o ponto de contato com grupos e correspondentes brasileiros. Assim, naquele ano, não apenas a campanha de defesa ao *Lampião* expandiu a inserção do MHB em redes transnacionais homossexuais, mas também os contatos diversos através da ILGA.

No ano seguinte, um grupo holandês representante da associação cobrou do MHB a continuidade do envio de cópias do *Lampião* e que a ILGA esperava que algum representante brasileiro comparecesse ao congresso que seria realizado em 1981 na cidade italiana de Turim⁶⁷³. Observando este interesse da associação pelo MHB, Mascarenhas intensificou as relações junto da ILGA a partir de 1981. Para melhor compreender como poderia ser orquestrado um diálogo que fosse útil ao MHB, Mascarenhas circulou entre fevereiro e março de 1981 um questionário sobre o interesse dos grupos homossexuais em uma possível aproximação com a ILGA e de que maneiras distintas a associação poderia ajudar o Brasil e vice-versa. Apesar de terem sido enviadas para 18 grupos, apenas 4 responderam as questões de Mascarenhas⁶⁷⁴, o que pode apontar para uma ausência de interesse no estreitamento de laços naquele momento. Vale ressaltar que os grupos brasileiros mostravam ressalvas variadas àquilo proveniente de grupos do Norte Global no começo dos anos 1980. No entanto, tal desinteresse inicial também pode ser amparado pela ausência de um plano fundamentado de como a ILGA

⁶⁷¹ Press Release COC, 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁷² International Gay Association, 1st Annual Conference, 1979. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5).

⁶⁷³ Carta do grupo COC à Darcy Penteado, 9 nov. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁷⁴ Cooperação com a International Gay Association – Opinião de grupos brasileiros de liberação homossexual – Resultados de levantamento feito através de distribuição postal de formulários. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), International Lesbian and Gay Association (Subgrupo 3), Comunicado de Imprensa (Série 1).

poderia contribuir frente as especificidades enfrentadas pelos grupos brasileiros. De qualquer maneira, os quatro grupos que responderam Mascarenhas frisaram o desejo de ampliarem seu pacote cultural, recebendo informações, materiais teóricos e de divulgação, assim como livros. Em troca, ofereceriam o envio de informações em português aos grupos estrangeiros interessados e se dispunham a hospedar possíveis membros da ILGA em visita no Brasil. Entre os grupos que demonstraram interesse, o GALF expressou um entusiasmo especial pelo ensejo da ILGA colocar o grupo em contato com outras iniciativas lésbicas no mundo⁶⁷⁵.

Após colher esses interesses do MHB, Mascarenhas confirmou sua presença na conferência em Turim, ação que teria efeitos importantes. Nesse sentido, sua participação na conferência em Turim e sua posterior viagem às sedes de grupos homossexuais holandeses e escandinavos determinaram a maneira pela qual grande parte das interações entre o MHB e grupos estrangeiros ocorreria na década de 1980. A participação de Mascarenhas na conferência foi marcada pela sua proposta aprovada para a realização de *workshop* sobre temas do “Terceiro Mundo” – designação usada por Mascarenhas e pela ILGA. Apesar da abrangente nomeação, o workshop durante a conferência foi marcado pela presença única de representantes latino-americanos, os quais focaram seus esforços durante a reunião nos depoimentos sobre o contexto político e dos dissidentes de gênero e/ou sexualidade em seus respectivos países, o que consternou Mascarenhas, o qual pretendia um esforço mais deliberativo na reunião. Por isso, este seguiu viagem aos países os quais considerava os mais influentes na ILGA, os escandinavos e a Holanda. Foi no decorrer dessas excursões pelo norte europeu que Mascarenhas firmou suas principais alianças internacionais para o MHB naquele momento. Alicerçou-se, dessa forma, uma parceria entre grupos estrangeiros ligados à ILGA e grupos do MHB, a qual era focada, em especial, na troca de pacotes culturais – informações, publicações etc. A partir do estabelecimento dessas parcerias, as relações podiam ir além do envio de materiais informativos e também ocorrer um auxílio financeiro direta ou indiretamente (seja com o envio de fundos ou de compras de assinaturas de impressos, pagamento de taxas da ILGA, entre outros). Tal prática ficou conhecida como *twinning*, definida por Mascarenhas como “geminar-se, no sentido de, como irmão mais forte, ajudar fraternalmente o mais fraco”⁶⁷⁶.

⁶⁷⁵ Carta do GALF à Mascarenhas, 9 nov. 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁷⁶ Carta-circular de Mascarenhas sobre ações na Europa, 4 jul. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

O primeiro a receber esse tipo de apoio foi o GGB: em junho de 1981 o grupo berlinense ocidental AHA requisitou ao grupo soteropolitano o envio de informações e publicações produzidas por este a fim de votar um orçamento para *geminação* do GGB⁶⁷⁷. A proposta foi aprovada por unanimidade em deliberação no AHA, o qual passou a enviar frequentemente a revista francesa *Gai Pied* ao GGB, além de instituir um fundo para a compra de livros ao grupo e o pagamento de sua taxa anual de adesão à ILGA⁶⁷⁸. Além da *geminação* do GGB – inclusive com um aumento orçamentário em 1982⁶⁷⁹ – o AHA ainda construiu um pequeno fundo para envio de publicações ao grupo carioca Auê e se engajou em uma das principais demandas nas relações entre MHB e ILGA: o compartilhamento de publicações. Para isto, de forma coordenada com Mascarenhas⁶⁸⁰, o grupo alemão ocidental produziu 200 cópias de um boletim com um compilado de notícias e informações que recebiam de diversas publicações e grupos internacionais e que foi endereçado a grupos na América Latina - em especial, os brasileiros⁶⁸¹. Como retribuição, o GGB enviava seus boletim e notícias sobre suas atividades realizadas. A partir de tal material, o AHA produzia compilados que eram divulgados em suas publicações domésticas destinadas ao público homossexual de Berlim Ocidental – o qual, segundo a própria AHA, estava acompanhando os desdobramentos principais do MHB naquele período⁶⁸².

Apesar do evidente engajamento do grupo AHA no comprometimento com a *geminação* do MHB, nem todos os acordos acertados por Mascarenhas eram concretizados. Um grupo homossexual de Zurique, por exemplo, respondeu às cartas insistentes de Mascarenhas, o qual cobrava a promessa feita pelos suíços de auxílio financeiro. Os correspondentes suíços, no entanto, negaram o comprometimento e se prontificaram apenas a manter maior contato e troca de publicações com o MHB⁶⁸³. Já outros grupos, que inicialmente já haviam expressado a impossibilidade de fundos financeiros, procuravam conhecer as demandas do MHB por informações e publicações e chegaram a acordos com Mascarenhas sobre qual melhor forma

⁶⁷⁷ Carta do AHA ao GGB, 10 jun. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁷⁸ Carta do AHA ao GGB, 5 jul. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁷⁹ Carta do AHA ao GGB, 14 jan. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁸⁰ Carta do AHA ao Mascarenhas, 21 ago. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁸¹ Carta do AHA ao Mascarenhas, 1 jan. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁸² Carta do AHA ao GGB, 22 nov. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁸³ Carta do SOH ao Mascarenhas, 8 dez. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

de ajudar: o grupo inglês Campaign for Homosexual Equality (CHE), por exemplo, deliberou pelo envio do jornal *Gay News* ao MHB⁶⁸⁴.

Um importante acordo para viabilizar a *geminção* entre membros da ILGA e grupos brasileiros ocorreu junto dos grupos escandinavos. Em reunião de final de 1981, representantes da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia ficaram responsáveis por manterem relações de trocas e solidariedade com os seguintes grupos brasileiros: Somos/SP, GATHO, Somos/RJ, Auê, Dialogay, GGB, Nós também, Outra Coisa e o GALF. Não há evidências concretas – como as observadas no AHA – da forma que se desenrolou tal contribuição entre tantos grupos. É possível presumir, pelo próprio arquivo consultado, que enquanto algumas dessas ligações tenham ocorrido, outras provavelmente não foram colocadas em prática. É relevante ressaltar também que o MHB adentrava uma fase de intensa reestruturação, o que pode ter inviabilizado algumas parcerias, seja pelas dificuldades enfrentadas pelo MHB, seja pela própria subsequente exclusão de alguns grupos. Embora desde o início tais representantes escandinavos não se dispusessem a contribuir financeiramente no processo de *geminção*, o interesse pela troca de informações e publicações era válido, segundo Mascarenhas,

porque os grupos escandinavos poderão informar melhor sobre as conquistas que obtiveram, no campo da legislação, para proteger os “direitos gueis” e, apesar da Escandinávia ser em variados aspectos muito diferente do Brasil, os direitos humanos (e os “direitos gueis” incluem-se entre eles) são idênticos em qualquer parte do mundo; varia, e muito, é o respeito a esses direitos⁶⁸⁵.

A atenção em torno da discussão dos direitos humanos e da legislação escandinava é particularmente relevante. Como foi observado nas campanhas contra o código 302 ou durante a Constituinte, os projetos de leis aprovados em países escandinavos e calcados na defesa dos direitos humanos serviu como um argumento fulcral na defesa feita pelo MHB, em especial o GGB e o Triângulo Rosa. Dessa forma, ainda que essas conexões com membros da ILGA não tenham sido todas consumadas e parecido frutíferas para todos os grupos, certamente funcionaram como precedentes importantes no incremento do pacote cultural do MHB, o qual passou, cada vez mais, a observar a defesa dos direitos humanos como seu argumento mais forte nas conquistas de direitos e previsões legais.

Com a intensificação dos câmbios entre membros da ILGA e do MHB, foi almejada também uma maior solidariedade latino-americana. Nessa conjuntura, o país que, junto do Brasil, mais desenvolveu o diálogo latino-americano com a ILGA naquele período foi a

⁶⁸⁴ Carta do CHE ao Mascarenhas, 3 set. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁸⁵ Carta-circular de Mascarenhas, 26 dez. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

publicação homossexual venezuelana *Entendido*⁶⁸⁶. No entanto, um dos obstáculos para a promoção dos laços entre a ILGA e a América Latina era de natureza econômica. Por exemplo, interessados brasileiros, venezuelanos, mexicanos, jamaicanos e porto-riquenhos não conseguiram arcar com os custos de participar da conferência anual da ILGA em 1982, o que deixava a América Latina sem representação oficial no evento⁶⁸⁷. Somente o preço de registro para a participação dos congressos da ILGA nos anos 1980 podia ultrapassar 100 libras esterlinas⁶⁸⁸, valor que ajustado segundo a inflação e o câmbio em 2023 corresponde a cerca de R\$1650. A taxa anual de inscrição como membro na ILGA também não era modesta: 75 dólares, ou R\$1036 na cotação e inflação de 2023⁶⁸⁹. Um outro obstáculo importante na inserção de mais grupos latino-americanos nas relações com a ILGA era de natureza linguística: desde o seu início, o funcionamento ILGA privilegiou o Inglês como língua oficial em suas atividades e correspondências (Ayoub; Patternote, 2015, p. 248).

Mesmo com a ausência de uma representação massiva latino-americana na conferência da ILGA em 1982, houve uma deliberação pela criação de um *Latin America Information Pool* (LAIP)⁶⁹⁰. Tal projeto foi semelhante ao que a ILGA também realizou em relação à ECL, com a criação dos relatórios produzidos pelo *Eastern Europe Information Pool*, como discutido no segundo capítulo. Na conjuntura latino-americana, o projeto foi coordenado inicialmente pelo grupo *Surinaamse Werkgroep Homoseksualiteit*, localizado na capital surinamês, Paramaribo. No entanto, no ano seguinte, essa liderança mudaria para o GGB. Embora tenha demonstrado relutância a aceitar a coordenação do projeto – particularmente por conta das limitações linguísticas dos participantes do grupo⁶⁹¹ - o GGB acabou assumindo o LAIP⁶⁹². Dessa maneira, Luiz Mott, fundador do grupo soteropolitano, participou na conferência da ILGA em Viena em 1983⁶⁹³. No decorrer da primeira metade dos anos 1980, percebe-se, a partir das conferências

⁶⁸⁶ Carta de Mascarenhas aos editores de *Entendido*, 28 set. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, Correspondência e Recepção (Grupo 2), Correspondência (Subgrupo 1), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁸⁷ Carta de Edgard Carrasco ao Mascarenhas, 6 jul. 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁸⁸ Carta da DNF-48 ao Mascarenhas, 17 mai. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), International Lesbian and Gay Association (Subgrupo 3), Comunicado de Imprensa (Série 1).

⁶⁸⁹ Carta da ILGA ao Mascarenhas, fev. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Ativismo Homossexual (Grupo 4), International Lesbian and Gay Association (Subgrupo 3), Comunicado de Imprensa (Série 1).

⁶⁹⁰ Carta do CHE ao Mascarenhas, 1 ago. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁹¹ Carta do GGB ao AHA, 2 fev. 1982. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Correspondência (Grupo 6), Correspondência Recebida (Série 3).

⁶⁹² Conference Report, 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5).

⁶⁹³ Conference Report – Worskhop 9 – Latin America, Africa and ASIA, LAAA, 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5).

da ILGA, um aumento das atividades da associação em relação ao Sul Global e também cai em desuso o termo “Terceiro Mundo”, com a predileção pela sigla LAAA (América Latina, Ásia e África). No entanto, por mais que a América Latina conquistasse um espaço maior nas conferências, com o seu próprio workshop e financiamento para a realização da LAIP, de forma geral as demandas específicas da região permaneceram marginais às deliberações principais dos congressos, ficando restritas às atividades concentradas do workshop.

Para realizar as atividades da LAIP atribuídas ao GGB, o grupo encaminhou questionários em espanhol para correspondentes por toda a América Latina, angariando informações sobre a existência de grupos ativistas homossexuais, a situação política dos países, características da sociabilidade dissidente na região etc.⁶⁹⁴. Como forma de viabilizar tais atividades, a ILGA delegou ao GGB em 1983 a soma de 1660 dólares⁶⁹⁵ – 5100 dólares ajustado à inflação ou aproximadamente R\$25360 na cotação de 2023. Esse montante foi doado pelo *European Committee for Human Rights* e utilizado pelo GGB não apenas nas atividades de pesquisa para o LAIP, mas também como fomento à publicação dos boletins do grupo.

Portanto, eventuais fomentos financeiros entre a ILGA e o MHB não ocorreram apenas nos processos de *geminção*, havendo também transferências diretas de recurso entre a associação e grupos na América Latina, ainda que não frequentemente. A partir de uma visão macro, no entanto, a ILGA pouco se engajou no findar das obstáculos que impediam que o Sul Global se envolvesse mais nas atividades da associação. Ainda que no decorrer da década de 1980 taxas diferenciadas de adesão à associação fossem determinadas para cada região, representantes de grupos asiáticos, por exemplo, viam a prática de *geminção* - encabeçada de forma independente por grupos brasileiros e europeus - como um modelo essencial que poderia ser seguido de forma institucionalizada pela ILGA a fim de sobrepujar o domínio apenas de grupos da Europa Ocidental nas conferências realizadas⁶⁹⁶. Não há, entretanto, indícios de que isso tenha sido expandido de forma institucionalizada pela ILGA. Além disso, no decorrer da segunda metade dos anos 1980, não somente as práticas de *geminção* entre grupos brasileiros e estrangeiros, mas também um maior interesse da ILGA pela América Latina, parecem ter encolhido. Mesmo que o Triângulo Rosa tenha continuado uma relação intensa de contato e

⁶⁹⁴ Carta-questionário em espanhol do GGB, 9 dez. 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Outra Coisa, Correspondência (Grupo 4), Correspondência Recebida (Série 2).

⁶⁹⁵ Conference Papers – IGA Annual Conference – Latin America Information Pool, 1984. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5).

⁶⁹⁶ Conference Report – Workshop 9 – Latin America, Africa and ASIA, LAAA – Workshop 10 - Racism, 1983. Arquivo Edgard Leuenroth, Grupo Somos, IGA (Grupo 5).

cooperação com grupos membros da associação⁶⁹⁷, o GGB, por exemplo, resolveu se afastar de atividades de cooperação internacional na segunda metade da década de 1980⁶⁹⁸.

O aparente cessar das práticas de *geminção* e um relativo afastamento entre a ILGA e a América Latina na segunda metade da década de 1980 podem ser interpretados de maneiras diversas. No cenário doméstico, por exemplo, a realidade política colocava os grupos frente a novas oportunidades, como na atuação durante a redemocratização. De forma paradoxal, isso pode ter significado, concomitantemente, um declínio do interesse por manter relações de *geminção* com membros da ILGA, mas um uso profícuo do pacote cultural proporcionado por essa aproximação durante a primeira metade da década: o discurso dos direitos humanos e os exemplos legislativos escandinavos foram basilares na construção argumentativa durante a Constituinte. Outra interpretação dessa mudança reside na crise do HIV/AIDS, já que tanto os grupos brasileiros como aqueles no centro das decisões da ILGA agora enfrentavam demandas domésticas políticas e econômicas para combater a epidemia. Além disso, como ficaria mais evidente na década de 1990, as respostas civis ao HIV/AIDS colocariam grupos ativistas diversos, inclusive o MHB, em contato com diferentes organizações e instituições internacionais, dando início a outras dinâmicas de cooperação e de fomento.

No final da década de 1980, a ILGA possuía um novo campo de atuação possível: ainda que um interesse pela ECL tivesse se desenvolvido concomitante ao pela América Latina, somente com a queda do Muro de Berlim é que a associação pôde, finalmente, intensificar seus contatos com a região leste da Europa, em especial a RDA. Como já relatado no segundo capítulo, a comunicação principal da ILGA com a RDA se deu através do grupo *Courage*, o qual recebeu suporte, inclusive financeiro, para participar de conferência promovida pela ILGA na ECL em março de 1990⁶⁹⁹. Além disso, pouco menos de 4 meses após a abertura das fronteiras entre RDA e Alemanha Ocidental, a ILGA começou planos para a realização de uma conferência em ambos os lados de Berlim⁷⁰⁰, agora uma única cidade.

O acelerado contato entre a ILGA e a ECL no fim da década de 1980 e início dos anos 1990 não se deu, entretanto, sem assimetrias. Assim como discutido, as relações entre a Europa Ocidental e a ECL no que concerne aos direitos LGBTQIA+ foram permeadas por um ideal

⁶⁹⁷ Carta de Mascarenhas à diretoria do Triângulo Rosa, 5 mai. 1986. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Organização e Funcionamento (Série 1), Comunicação Interna (Subsérie 4).

⁶⁹⁸ Carta do GGB ao Triângulo Rosa, 22 abr. 1988. Arquivo Edgard Leuenroth, João Antônio Mascarenhas, Triângulo Rosa (Subgrupo 2), Correspondência (Série 3), Correspondência Recebida (Subsérie 3).

⁶⁹⁹ Carta da ILGA ao grupo *Courage*, 11 mar. 1990. Arquivo Schwules Museum, Arbeitsgemeinschaft Homosexualität *Courage*, *Courage* und ILGA (n. 9).

⁷⁰⁰ DDR NEWS, Aufgabe 18, abr. 1990. Arquivo Schwules Museum, DDR, Staat und Politik Ministerium des Inneren (Polizei)/Stasi (n. 4).

ocidental de “desenvolvimento” que deve ser presumivelmente alçando pelos países da ECL (Ayoub; Paternotte, 2015, p. 216). De forma análoga, o mesmo pode ser dito sobre as relações entre a ILGA e o Brasil. Ainda que operando um eurocentrismo cauteloso, a ILGA sempre processou suas demandas a partir de uma base que, em última instância, pouco conseguia se desprender dos parâmetros políticos e econômicos da Europa Ocidental. Isto é, mesmo que sua rede de contato e atuação se inclinasse para todos os continentes, o projeto transnacional da ILGA se manteve e ainda se mantém, majoritariamente, construído sob os moldes europeus ocidentais. Assim, produziu-se uma ideia do que significa direitos LGBTQIA+ que é pouco receptiva à atenção interseccional que uma projeção transnacional demandaria.

Por mais que tais ressalvas sejam extremamente relevantes para qualquer trabalho que pretenda observar as relações globais na projeção de grupos e movimentos homossexuais/LGBTQIA+, não podemos desconsiderar os benefícios e conquistas operados pela ILGA. Para o período observado, esta atuou como um intensificador na inserção do MHB em redes transnacionais diversas, no fomento de grupos através da *geminção* e na expansão do pacote cultural disponível, particularmente referente aos direitos humanos e estratégias legislativas. Isso não quer dizer uma influência unilateral por parte da ILGA no MHB, visto que este não era nem mesmo unânime em relação à aproximação com a associação. Outrossim, as conexões e trocas culturais operadas nas redes transnacionais foram instrumentalizadas e transformadas de formas diversas pelos grupos e sujeitos ligados ao MHB, o qual atualizava as referências e solidariedades recebidas ao contexto no qual operava, como também retribuía tal solidariedade, em especial em direção às redes latino-americanas. Ou seja, ao observar tais dinâmicas, reconhecemos não apenas um MHB inserido em redes transnacionais, como a ILGA, mas com uma postura ativa na promoção de sua visão ativista e na instrumentalização do pacote cultural e da solidariedade externos em campanhas locais pelos direitos LGBTQIA+ durante a redemocratização. Ainda que as relações assimétricas de poder estejam presentes nessas redes, o Sul Global não desponta como um receptáculo inerte às influências globais.

Se em 1990 a ILGA ambicionava marcar sua inserção mais ativa na ECL com a cooperação com grupos homossexuais e a realização de conferências na região, em 1995 a 17ª Conferência Internacional da ILGA foi realizada no Rio de Janeiro (Facchini, 2003, p. 109), em mais uma intensificação das atenções da associação para a América Latina e também para a Ásia. Isso demonstra interesses intermitentes, com focos da associação que são deslocados de tempo em tempo, até mesmo para dar conta do almejo global que a ILGA possui. Apesar desses deslocamentos, é interessante, por fim, também observar como, em um primeiro momento, a ILGA conseguiu traçar laços muito mais rapidamente com o MHB do que com grupos do

movimento homossexual na RDA. Algumas hipóteses devem ser consideradas nesse cenário. Primeiramente, em 1978, no ano de fundação da associação, a RDA vivia um declínio em seu movimento homossexual, o qual, após o HIB, se reorganizaria para retomar seus projetos no início da década de 1980. Já no Brasil, o MHB se intensificava rapidamente, com grupos surgindo nos principais centros urbanos e uma expansão do *Lampião*. Ademais, a manutenção de contatos estrangeiros desde pelo menos a metade da década de 1970 e a campanha de defesa do *Lampião* certamente colocaram o MHB no radar da ILGA e parte de redes transnacionais comuns aos membros da associação. Por fim, a natureza dos próprios regimes autoritários que cada país vivia designava possibilidades díspares de aproximação com a ILGA. Por mais que a proximidade geográfica fosse muito mais evidente com a RDA, esta proibia seus cidadãos de viajarem para a Europa Ocidental – onde grande parte das conferências ocorria – além de promover um controle censório – sobre correspondências, encomendas, entre outros – infinitamente mais teso do que a ditadura militar. É claro que tais limitações dificultavam maiores trocas com iniciativas atrás do outro lado da Cortina de Ferro. Já o caso brasileiro não possuía tais limitações: além do livre movimento de fronteiras, o censura não atuou sobre as correspondências e/ou encomendas recebidas pelos grupos homossexuais.

Não se pode afirmar que algum desses contextos – o movimento homossexual no Brasil e o da RDA - se encontrava isolado. Aliás, espera-se que a presente tese tenha conseguido demonstrar exatamente o contrário: ambos se desenvolveram se relacionando com dinâmicas e redes transnacionais, ainda que em intensidades desiguais. No entanto, as especificidades de cada regime autoritário significavam obstáculos específicos nas relações com influências e possíveis atores de solidariedade no exterior, como no caso da ILGA.

5.2 OUTROS CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA GLOBAL DIVERSA

Ao focar na atuação específica da ILGA, podemos introduzir novas informações na historiografia sobre o MHB, mas também observar dinâmicas globais desiguais e marcadas por conexões diversas em torno das redes de solidariedade e trocas LGBTQIA+. Gostaria de apontar para mais três eixos que considero potentes para uma aproximação entre a História Global e os Estudos de Gênero e Sexualidade:

- a) A circulação de periódicos e publicações: como a tese apresentada e os arquivos consultados mostram, a circulação de jornais, revistas, boletins etc. era sempre presente nas conexões transnacionais mantidas entre os grupos homossexuais. Uma História

Global que se debruce sobre tais materiais pode traçar outras rotas de trocas e informações entre esses movimentos, além de entender a complexa relação entre identidades e globalização.

- b) A questão dos direitos humanos: como já mencionado, o discurso que entrelaçava as demandas dos dissidentes de gênero/sexualidade e a defesa dos direitos humanos ficava cada vez mais recorrente no interior dos anos 1980. Muitos trabalhos feitos sobre o uso global dos direitos humanos focam na década de 1990 e no contexto do Norte Global. No entanto, analisar esse tópico no Sul Global pode complexificar tal entendimento e, principalmente, ver um protagonismo latino-americano nesse processo.
- c) Epidemia do HIV/AIDS: os impactos do HIV, ainda que díspares e dialogando com as condições locais, possuem diversas conexões globais, em especial no que concerne ao preconceito em torno do vírus. O HIV foi instrumentalizado como argumento homofóbico, ataque político na Guerra Fria, sinal de superioridade moral no cenário internacional, justificativa para políticas LGBTfóbicas, entre muitos outros discursos. Pelo seu impacto global, muitas dessas dinâmicas foram operacionalizadas a nível transnacional e com conexões e influências em direções variadas. É um cenário extremamente profícuo para ampliarmos nosso entendimento global em uma historiografia queer.

As três indicações feitas são originadas das observações realizadas durante a pesquisa aqui realizada. Ou seja, não são os únicos caminhos possíveis para a História Global aqui proposta. Apesar de serem tópicos potentes, não foram nesse trabalho desenvolvidos por prescindirem de um espaço muito além do disponível. De qualquer forma, considero as três indicações como úteis a uma diversificação dos escopos considerados pela História Global. Caso realmente pretenda combater as hegemonias e exclusões que dominam a historiografia, espera-se que História Global deixe de ignorar um dos pontos mais diversos da experiência humana: as suas expressões de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Barry. Globalization and the Mobilization of Gay and Lesbian Communities. *In: HAMMEL, Pierre. et al. Globalization and Social Movements*. New York: Palgrave, 2001.
- AFONSO-ROCHA, Rick. E havia uma ditadura cis-hétero-militar? *Revista Periódicus*, v. 2, n. 16, 2021.
- ALBUQUERQUE, Isabela. A História Cruzada e os Limites do Comparativismo Histórico. *Fronteiras e Debates*, v. 5, n. 2, 2018.
- ALI, Muna-Udbi Abdulkadir. Un-Mapping Gay Imperialism: a postcolonial approach to sexual orientation-based development. *Reconsidering Development*, v. 5, n. 1, 2017.
- ALMEIDA, Karina Avelar. A ditadura civil-militar brasileira em disputa no tempo presente: lugares de memória e datas comemorativa. *Faces de Clio*, v. 8, n. 15, 2022.
- ALQAISIYA, Walaa. Decolonial Queering: The Politics of Being Queer in Palestine. *Journal of Palestine Studies*, v. 47, n. 3, 2018.
- ALTMAN, Dennis. Rupture or continuity? The internationalization of gay identities. *Social Text*, v. 14, n. 3, 1996.
- ALTMAN, Dennis. Global Gaze/Global Gays. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 3, n. 4, p. 417-436, 1997.
- ALTMAN, Dennis. *Global Sex*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- ALTMAN, Dennis.; SYMONS, Jonathan. *Queer wars*. Cambridge: Polity, 2016
- ALVES, Cristiano Cruz. O Integralismo e a sua influência no anticomunismo baiano. *Antítese*, v.1, n. 2, 2008.
- ANJOS, Gabriele. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, n. 7, 2002.
- ARMSTRONG, Elizabeth. CRAGE, Suzanna. Movements and Memory: The Making of the Stonewall Myth. *American Sociological Review*, v. 71, n. 5, p. 724-751, 2006.
- AYOUB, Philipp; PATERNOTTE, David. Challenging Borders, Imagining Europe: Transnational LGBT Activism in a New Europe. *In: NAPLES, Nancy; MENDEZ, Jennifer Bickham. Border Politics: Social Movements, Collective Identities, and Globalization*. New York: New York University Press, 2015.
- AYOUB, Phillip M.; PATERNOTTE, David. L'International Lesbian and Gay Association (IGLA) et l'expansion du militantisme LGBT dans une Europe unifiée. *Critique Internationale*, v. 70, n. 1, 2016.
- BACCHETA, Paola. Rescaling Transnational "Queerdom": lesbian and "lesbian" identity-positions in Dheli in the 1980s. *Antipode*, n. 34, 2002.

BALCELLS, Núria; TARRÉS, Joan. Homonacionalismo en Cataluña: una visión desde el activismo LGTBI. *Universitas Psychologica*, v. 14, n. 5, p. 1809-1820, 2015, p. 1810.

BALDERSTON, Daniel; QUIROGA, Jose. A Beautiful, Sinister Fairyland: Gay Sunshine Press Does Latin America. *Social Text*, v. 21, n. 3, p. 85-108, 2003.

BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. *Será que ele é? sobre quando Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

BARROS, José D’Assunção. História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, n. 13, 2007.

BARROS, José D’Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Secuencia*, n. 103, 2019.

BAZINGER, Irene. Ein Gespräch mit der Schauspielerin und Regisseurin Katharina Thalbach. Wir im Osten hatten mehr Sex und mehr zu lachen. *Frankfurt Allgemeine Zeitung*, 21 nov. 2008. Disponível em: <https://www.faz.net/aktuell/feuilleton/medien/im-gespraech-katharina-thalbach-wir-im-osten-hatten-mehr-sex-und-mehr-zu-lachen-1725320.html>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BEACHY, Robert. *Gay Berlin: Birthplace of a Modern Identity*. New York: Vintage, 2014.

BENEDICTO, Bobby. The Haunting of Gay Manila: Global Space-Time and the Specter of *Kabaklaan*. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 14, n. 2, 2008.

BERDAHL, Daphne. ‘(N)Ostalgie’ for the presente: Memory, longing, and East German things. *Ethnos*, v. 64, n. 2, p. 192-211, 1999.

BETTS, Paul. *Within Walls: private life in the German Democratic Republic*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BEZERRA, Carlos Eduardo. Bom-Crioulo: um romance da literatura gay made in Brazil. *Revista de Letras*, v. 1, n. 28, 2006.

BINNIE, Jon. *The Globalization of Sexuality*. London: Sage Publications, 2004.

BORGES, Luiz; ZACCHI, Lara; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, C.S.; ZANDONÁ, J.; MELLO, S.C.(Org.). *Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

BORNEMAN, John. AIDS in the Two Berlins. *Cultural Analysis/Cultural Activism*, v. 43. 1987.

BOROWSKI, Maria. *Parallelwelten: lesbisch-schwules Leben in der frühen DDR*. Berlin: Metropol Verlag, 2017a.

BOROWSKI, Maria. Erste Erkenntnisse zum lesbischen und schwulen Alltagsleben in der frühen DDR. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. *Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017b.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. Entre trapos e colchas: vestígios da memória LGBT sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/Aids. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

BORTOLUCI, José H. Formas e categorias do pensar eurocêntrico. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 5, p. 170-201, 2008.

BOURCIER, Sam. Les politiques de l'archive vive. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v.3, n. 12, p. 7-21, 2020.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: volume I*. Brasília: CNV, 2014.

BRITTO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*, v. 26, 2019.

BRITTO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo. Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. *Varia História*, v. 36, n. 72, 2020.

BROWN, Timothy. “1968” East and West: Divided Germany as a Case Study in Transnational History. *The American History Review*, v. 114, n. 1, 2009.

BROWN, Wendy. Wounded Attachments: late modern oppositional political formations. In: RAJCHMAN, John. *The Identity in Question*. New York: Routledge, 1995.

BRÜHL, Olaf. Sozialistisch und schwul: eine subjektive Chronologie. In: SETZ, Wolfram. *Homosexualität in der DDR: Materialien und Meinungen*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2006.

BRÜNING, Steffi. Prostitution in der DDR: Eine Untersuchung am Beispiel der Städte Rostock, Berlin und Leipzig von 1968 bis 1989. Berlin: Bebra Verlag, 2020.

BUCKLE, Sebastian. *The way out: a history of sexuality in Modern Britain*. London: I.B. Taurus, 2015.

BUFFINGTON, Robert. *et al. A Global History of Sexuality: the modern era*. Wiley Blackwell, 2014.

BURGI, Martin. *Rehabilitierung der nach § 175 StGB verurteilten homosexuellen Männer: Auftrag, Optionen und verfassungsrechtlicher Rahmen*. Nomos, 2016.

BURRIDGE, Joseph. ‘I am not Homophobic But . . .’: Disclaiming in Discourse Resisting Repeal of Section 28. *Sexualities*, v. 7, n. 3, 2004.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo G. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 2, 2018.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In: GREEN, James N. *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

CARDOSO, João G. *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do Kit Gay*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

CARNEIRO, Ailton. “Além de preto, bicha!”: a atuação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais em Salvador (1978 -1985). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso. (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil. Maceió: Edufal, 2023.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 28, 2007.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, 2015.

CARRILLO, Héctor. Cultural Change, Hybridity and Male Homosexuality in Mexico. *Culture, Health & Sexuality*, v. 1, n. 3, p. 223-238, 1999.

CARTER, David. *Stonewall: the riots that sparked the gay revolution*. New York: St. Martin's Griffin, 2004.

CERVINI, Eric. *The Deviant's War. The Homosexual vs. The United States of America*. New York: Picador, 2021.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova*, v. 71, 2007.

CHARLES, Douglas. From Subversion to Obscenity: The FBI's Investigations of the Early Homophile Movement in the United States, 1953-1958. *Journal of the History of Sexuality*, v. 19, n. 2, 2010.

CHAUNCEY, George. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World, 1890-1940*. Nova York: Basic Books, 1994.

CHIANG, Howard. *Global Encyclopedia of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer (LGBTQ) History*. Gale, 2019.

CHURCHILL, David S. Transnationalism and Homophile Political Culture in the Postwar Decades. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 15, n. 1, p. 31-65, 2009.

COMISSÃO Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina, Relatório Final da Comissão Memória e Verdade, *Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*, 2018.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

CONRAD, Sebastian. Memórias entrelaçadas: versões do passado na Alemanha e no Japão, 1945-2001. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 44, 2020.

CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *História*, n. 180, a01720, 2021.

COSTA, Rogério da Silva Martins. *Sociabilidade Homoerótica Masculina no Rio de Janeiro na Década de 1960: Relatos do Jornal O Snob*. Monografia (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

COSTABILE-HENNING, Carol. The reconstructed City Palace and Humboldt Forum in Berlin: restoring architectural identity or distorting the memory of historic places? *Journal of Contemporary European Studies*, v. 25, n. 4, 2017.

COWAN, Benjamin. A Passive Homosexual Element: Digitized Archives and the Policing of Homosex in Cold War Brazil. *Radical History Review*, 120, October 2014.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015.

COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. University of North Carolina Press, 2016.

CROSSLEY, Pamela K. *O que é história global?* Petrópolis: Vozes, 2015.

CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James N. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D’EMILIO, John. *Sexual Politics, Sexual Communities: the making of a homosexual minority in the United States, 1940-1970*. Chicago: Chicago University Press, 1983.

DAHÁS, Nashla; RIBERTI, Larissa; JOFFILY, Mariana. *1968: perspectivas desde o tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

DARSEY, James. From “Gay is Good” to the scourge of AIDS: The evolution of gay liberation rhetoric, 1977–1990. *Communication Studies*, v. 42, n. 1, p. 43–66, 1991.

DAVISON, Kate. The Sexual (Geo)Politics of Loyalty: Homosexuality and Emotion in Cold War Security Policy. In: BRADY, Sean; SEYMOUR, Mark. *From Sodomy Laws to Same-Sex Marriage*. London: Bloomsbury Academic, 2019.

DAS LEBEN der Anderen. Direção: Florian Henckel von Donnersmarck. Produção de Quirin Berg. Alemanha: Sony Pictures, 2006. Streaming.

DEHESA, Rafael de la. Global Communities and Hybrid Cultures: Early Gay and Lesbian Electoral Activism in Brazil and Mexico. *Latin American Research Review*, v. 42, n. 1, 2007.

DELGADO, Lucilia. O governo João Goulart e o golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Grafia*, v. 9, p. 175-191, 2012.

DENNIS, David B. Coming-out into Socialism: Heiner Carow's Third Way. In: GINSBERG, Terri; MENSCH, Andrea. *A Companion to German Cinema*. New Jersey: Hoboken, 2012.

DEUTSCHE, Aids-Hilfe. *Band XII – Aspects of AIDS and AIDS-Hilfe in Germany*. Berlin: DAH, 1993.

DICKINSON, Edward. Policing Sex in Germany, 1882-1982: A Preliminary Statistical Analysis. *Journal of the History of Sexuality*. v. 15, n. 2, 2007.

DINSHAW, Carolyn, et al. Theorizing Queer Temporalities: A Roundtable Discussion. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 13, n. 2, 2007.

DOBLER, Jens. *Von anderen Ufern. Geschichte der Berliner Lesben und Schwulen in Kreuzberg und Friedrichshain*. Bruno Gmünder Verlag, 2003.

DOBLER, Jens. Schwulen Lesben. In: PRETZEL, Andreas; WEISS, Volker. *Rosa Radikale. Die Schwulenbewegung der 1970er Jahre*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2012.

DOBLER, Jens. Ausstellungen, Archiv, Bibliothek – Das Schwule Museum in Berlin. *Sexuologie: Zeitschrift für Sexualmedizin, Sexualtherapie und Sexualwissenschaft*, v. 20, n. 1-2, p. 66-69, 2013.

DOBLER, Jens. Saat im Aufbruch. Der Sonntags-Club. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. *Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017.

DÖNITZ, Lothar. 31 Jahre Schwulen-Urania in (Ost-)Berlin? Zur Geschichte des Gesprächskreises Homosexualität der Ev. Advent-Zachäus-Kirchengemeinde Berlin-Prenzlauer Berg. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. *Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. Discussion: the futures of global history. *Journal of Global History*. v. 13, n. 1, 2018.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DRECHSEL, Benjamin. The Berlin Wall from a visual perspective: comments on the construction of a political media icon. *Visual Communication*, v. 9, n. 1, 2010.

DRUCKER, Peter. "In the tropics there is no sin": sexuality and gay-lesbian movements in the Third World. *New Left Review*, v. 218, p. 76-201, 1996.

DUARA, Prasenjit. The Cold War as a historical period: An interpretive essay. *Journal of Global History*, v. 6, n. 3, 2011.

DUBERMAN, Martin. *Stonewall: the definitive story of the LGBTQ rights uprising that changed America*. New York: Plume, 2019.

DUECK, Cheryl. The Humanization of the Stasi in 'Das Leben Der Anderen.' *German Studies Review*, v. 31, n. 3, p. 599–609, 2008.

EINGELSTEIN, Gil. *Spartacus* magazine and the commercial-political nexus of Gay Liberation. *Contemporary British History*, v. 36, n. 2, 2022.

ENCARNACIÓN, Omar. *Out in the periphery. Latin America's Gay Rights Revolution*. New York: Oxford University Press, 2016.

ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditadas: loucura e gênero masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.15, Supl., 2008.

EPPLE, Angelika: Globalgeschichte und Geschlechtergeschichte: Eine Beziehung mit Zukunft. *L'homme: Zeitschrift für feministische Geschichtswissenschaft*, v. 23, n. 2, 2012.

EVANS, Andrews. The Last Gasp of Socialism: economics and culture in 1960s East Germany. *German Life and Letters*, v. 63, n. 3, 2010a.

EVANS, Jennifer. Bahnhof Boys: Policing Male Prostitution in Post-Nazi Berlin. *Journal of the History of Sexuality*, v. 12, n. 4, 2003.

EVANS, Jennifer. The Moral State: Men, Mining, and Masculinity in the Early GDR. *German History*, v. 23, n. 3, 2005.

EVANS, Jennifer. Decriminalization, Seduction, and "Unnatural Desire" in East Germany. *Feminist Studies*, v. 36, n. 3, 2010.

EVANS, Jennifer. *Life among the Ruins: Cityscape and Sexuality in Cold War Berlin*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual e construção de identidades coletivos em tempos de AIDS. In: UZIEL Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard Guy. *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de aids*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamound, 2005

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James N. *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. *O Tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Qual Democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina. *Revista Ameríndia*, v. 10, 2011.

FEUERLICHT, Ignace. A New Look at the Iron Curtain. *American Speech*, v. 30, n. 3, p. 186-189, 1995.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 251-286, dez. de 2002.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004b.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. *1968, 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, 2017.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro. *História, histórias*, v. 9, n. 17, 2021.

FINARDI, Kyria Rebeca; FRANÇA, Cláudio. O Inglês na Internacionalização da Produção Científica Brasileira: evidências da subárea de linguagem e linguística. *Revista Intersecções*, v. 9, n. 19, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade do saber*. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FRANÇA, Isadora Lins. “Made in Brasil”: homossexualidade, diferença e desigualdade num circuito global de mercado. *Maguaré*, v. 29, n. 2, p. 143-173, 2015.

FRINK, Helen. *Women After Communism: The East German Experience*. Lanham, MD: University Press of America, 2001.

FRITZ, Judith. *An der Schnittstelle von Konsum und Sexualität: eine Diskursanalyse ostdeutscher Briefe an Beate Uhse im Jahr 1990*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universität Wien, 2011.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Zahar, 1982.

FULBROOK, Mary. *The People's State: East German Society from Hitler to Honecker*. New Haven: Yale University Press, 2005.

FULBROOK, Mary. Reframing the Past: Justice, Guilt, and Consolidation in East and West Germany after Nazism. *Central European History*, v. 53, 2020.

FUNDER, Anna. *Stasiland*. Frankfurt: Fischer Verlag, 2006.

GALEANO, Javier Fernández. Cartas desde Buenos Aires: El movimiento homosexual argentino desde una perspectiva transnacional. *Latin American Research Review*, v. 54, n. 3, 2019.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GEHLER, Michael. STEININGER, Rolf. *17. Juni 1953: der unterdrückte Volksaufstand*. München: Olzog Verlag, 2018.

GEISLER, Erhard. „Lieber AIDS als gar nichts aus dem Westen!“. Wie Partei- und Staatsführung der DDR mit dem AIDS-Problem umgingen. *Zeitschrift des Forschungsverbundes SED-Staat*, v. 22, 2007.

GENTILE, Patrizia. Queering subversives in Cold War Canada. In: MUEHLENBECK, Philip. *Gender, Sexuality, and the Cold War: a global perspective*. Nashville: Vanderbilt University Press.

GHODSEE, Kristen. *Why Women Have Better Sex Under Socialism: And Other Arguments for Economic Independence*. New York: Nation Books, 2018

GIESEKE, Jens. *The History of the Stasi: East Germany's Secret Police, 1945-1990*. New York: Berhahn Books, 2014.

GILES, Geoffrey. The Denial of Homosexuality: Same-Sex Incidents in Himmler's SS and Police. *Journal of the History of Sexuality*, v. 11, n. 1/2, 2002.

GOECKEL, Robert. The GDR Legacy and the German Protestant Church. *German Politics & Society*, n. 31, 1994.

GOLTZ, Anna. Making sense of East Germany's 1968: Multiple trajectories and contrasting memories. *Memory Studies*, v. 6, n. 1, 2013.

GOMES, José; ZENAIDE, Maria. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 8, n. 1, 2019.

GRANGEIRO, Alexandre; LAURINDO DA SILVA, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. *Rev Panam Salud Publica*, v. 26, n. 1, 2009.

GRAU, Günter. Return of the Past. The Policy of the SED and the Laws Against Homosexuality in Eastern Germany Between 1946 and 1968. *Journal of Homosexuality*, v. 37, n. 4, 1999.

GRAU, Günter. *Homosexualität in der NS-Zeit: Dokumente einer Diskriminierung und Verfolgung*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 2013.

GREEN, James N. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, p. 13-44, 2003.

GREEN, James.; TRINDADE; Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GREEN, James.; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos. Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GREEN, James. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n. 15, 2015.

GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade. São Carlos: Edufscar, 2015.

GREEN, James N. *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

GREEN, James. *Revolucionário e gay: A extraordinária vida de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018b.

GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos em São Paulo. In: GREEN *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018c.

- GREEN, James. *Além do Carnaval. A Homossexualidade Masculina do Brasil do Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren. Global Identities: theorizing transnational studies of sexuality. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 7, n. 4, 2001.
- GUIMARÃES, Carmen D. *O Homossexual Visto por Entendidos*. Santa Tereza: Garamond, 2004.
- HALBERSTAM, Jack. *Female Masculinity*. Duke University Press, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HANCOCK, Eleanor. "Only the Real, the True, the Masculine Held Its Value": Ernst Röhm, Masculinity, and Male Homosexuality. *Journal of the History of Sexuality*, v. 8, n. 4, p. 616-41, 1998.
- HARSCH, Donna. Between State Policy and Private Sphere: Women in the GDR in the 1960s and 1970s. *Clio. Women. Gender. History.*, v. 41, n. 1, 2015.
- HEALEY, Daniel. The Russian revolution and the decriminalisation of homosexuality. *Revolutionary Russia*, v. 6, p. 26-54, 1993.
- HEALEY, Daniel. Homosexual Existence and Existing Socialism: New Light on the Repression of Male Homosexuality in Stalin's Russia. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 8, n. 3, p. 349-378, 2002.
- HEKMA, Gert. Sodomy, Effeminacy, Identity: mobilizations form same-sexual lovers and practices before the Second World War. In: PATERNOTTE, David; TREMBLAY, Manon. *The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism*. New York: Routledge, 2015.
- HENZE, Patrick. *Schwule Emanzipation und ihre Konflikte: zur westdeutschen Schwulenbewegung der 1970er Jahre*. Berlin: Queerverlag, 2019.
- HERZOG, Dagmar. *Sex After Fascism: Memory and Morality in Twentieth Century Germany*. Princeton Univeristy Press, 2005.
- HERZOG, Dagmar. East Germany's Sexual Evolution. In: PENCE, Katherine; BETTS, Paul. *Socialist Modern. East Germany Everyday Culture and Politics*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
- HILLHOUSE, Raelynn. Out of the Closet behind the Wall: Sexual Politics and Social Change in the GDR. *Slavic Review*, v. 49, n. 4, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1992*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Cristina; ISRAEL, Vinícius. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 70, e006, 2019.

HOLY, Michael. Jenseits von Stonewall – Rückblicke auf die Schwulenbewegung in der BRD 1969-1980. In: PRETZEL, Andreas; WEISS, Volker. *Rosa Radikale – Die Schwulenbewegung der 1970er Jahre*. Hamburg: Männerschwarm, 2012.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, p. 287-314, 2003.

HOWES, Robert. Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. *Graphos*, v. 7, n. 2/1, 2005.

HUNEKE, Samuel Clowes. *States of Liberation. Gay men between dictatorship and democracy in Cold War Germany*. Toronto: University of Toronto Press, 2022a.

HUNEKE, Samuel Clowes. The Surveillance of Subcultures: Gay Spies, Everyday Life, and Cold War Intelligence in Divided Berlin. *Journal of Social History*, v. 56, n. 3, 2022b.

HUYSEN, Andreas. The voids of Berlin. *Critical Inquiry*, v. 24, n. 1, 1997.

ICH bin meine eigene Frau. Direção: Rosa von Praunheim. Produção de Renée Gundelach. Alemanha, 1992. DVD.

JACKSON, Julian. The Homophile Movement. In: PATERNOTTE, David; TREMBLAY, Manon. *The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism*. New York: Routledge, 2015.

JACKSON, Peter A. Capitalism and Global Queering: national markets, parallels among sexual cultures, and multiple queer modernities. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 15, n. 3, 2009.

JEFFERIES, Matthew. ‘For a Genuine and Noble Nakedness’? German Naturism in the Third Reich. *German History*, v. 24, n. 1, 2006.

JENSEN, Erik. The Pink Triangle and Political Consciousness: Gays, Lesbians, and the Memory of Nazi Persecution. *Journal of the History of Sexuality*, v. 11, n. 1/2, 2002.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. *Topoi*, v. 19, n. 38, p. 58-80, 2018a.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, 2018b.

JOHNSON, David. *The Lavender Scare. The Cold War Persecution of Gays and Lesbians in the Federal Government*. Chicago: The University Chicago Press, 2004.

JÖRGENS, Frédéric. “East” Berlin: Lesbian and Gay Narratives on Everyday Life. In: KURAR, Roman; TAKÁCS, Judith. *Beyond the Pink Curtain: everyday life of LGBT people in Eastern Europe*. Mirovni Institut, 2007.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUN, Jeenee. Representations of Anti-Communism and Sexuality in Popular Culture during the Yushin Regime in South Korea: Aspects of 1970s Reading Culture as seen through Anti-Communist Adult Comic Books. *Korea Journal*, v. 59, n. 1, 2019.

JÚNIOR, João Júlio Gomes dos Santos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, p. 483-502, 2017.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, v. 9, n. 18, 2016.

KAPPE, Stefan. Die Fabrikation des Abnormen: Der § 175 StGB als Endpunkt der Geschichte rechtswirksamer Vorurteile gegen Homosexuelle. *Kritische Justiz*, v. 24, n. 2, 1991.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: advocacy networks in international politics*. London: Cornell University Press, 1998.

KEMPE, Frederick. *Berlim: 1961: Kennedy, Khruschov e o lugar mais perigoso do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KINSMAN, Gary. *The Regulation of Desire*. Montreal: Black Rose, 1996.

KLERES, Jochen. Gleiche Rechte im Sozialismus: die Schwulen- und Lesbenbewegung der DDR. *Forschungsjournal Soziale Bewegungen*, v. 13, n. 4, 2000.

KLÖPPEL, Ulrike. Die „Verfügung zur Geschlechtsumwandlung von Transsexualisten“ im Spiegel der Sexualpolitik der DDR. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. *Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017.

KOCKA, Jürgen. Global History: Opportunities, Dangers, Recent Trends. *Culture & History Digital Journal*, v. 1, n. 1, 2012.

KRAMER, Mark. The Collapse of East European Communism and the Repercussions within the Soviet Union (Part 1). *Journal of Cold War Studies*, v. 5, n. 4, p. 178-256, 2003.

KRELL, Gert. West German Ostpolitik and the German Question. *Journal of Peace Research*, v. 28, n. 3, p. 311-323, 1991.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. “O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979- 1990). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, v. 4, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

LELIS, Rafael Carrano. Despatologização, Ética Jornalista e Constituinte: elementos da articulação política do MHB na luta pela cidadania sexual na década de 1980. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 4, n. 14, 2021a.

LELIS, Rafael Carrano. *A Orientação Sexual na Constituinte de 1987-88: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021b.

LELIS, Rafael Carrano. Interpelações parlamentares a um homossexual na Constituinte de 1987-88: reações à fala de João Antônio Mascarenhas na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 60, 2022.

LEMKE, Jürgen. *Ganz normal anders. Auskünfte schwuler Männer*. Ost-Berlin: Aufbau Verlag, 1989.

LENCIONI, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 12, 1998.

LEVSEN, Sonja. Sexualität und Politik um 1968: Eine transnationale Geschichte? *Journal of Modern European History*, v. 17, p. 98-115, 2019.

LIBRARY, The New York Public. *The Stonewall Reader*. Penguin Books, 2019.

LOPES, Rodrigo Cruz. Da Censura ao Camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira. *Temáticas*, v. 28, n. 56, 2020.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHTAN, Lothar. *The Hidden Hitler*. New York: Perseus, 2001.

MACÍAS-GONZÁLEZ, Víctor M. The Transnational Homophile Movement and the Development of Domesticity in Mexico City's Homosexual Community, 1930-70. *Gender & History*, v. 26, n. 3, p. 519-544, 2014.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018a.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “Abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018b.

MAHLSDORF, Charlotte. *Ich bin meine eigene Frau*. München: dtv Verlagsgesellschaft, 2004.

MAIOR, Paulo Soto. Enquadramentos da confissão da homossexualidade masculina durante a epidemia de aids no Brasil (1985-1995). *Anos 90*, v. 29, 2022.

MANALANSAN, Martin. In the Shadows of Stonewall: Examining Gay Transnational Politics and the Diasporic Dilemma. In: LOWE, Lisa; LLOYD, David. *The Politics of Culture in the Shadow of Capital*. Duke University Press, 1997.

MANALANSAN, Martin. *Global Divas: Filipino Gay Men in the Diaspora*. Durham: Duke University Press, 2003.

MARHOEFER, Laurie. *Sex and the Weimar Republic: German homosexual emancipation and the rise of the nazis*. Toronto: University of Toronto Press, 2015.

MARSI AJ, Juan. Brazil: from AIDS to Human Rights. In: TREMBLAY, Manon; PATERNOTTE, David; JOHNSON, Carol. *The Lesbian and Gay Movement and the State Comparative Insights into a Transformed Relationship*. London: Routledge, 2011.

MASSAD, Joseph Andoni. Re-Orienting Desire: The Gay International and the Arab World. *Public Culture*, v. 14, n. 2, 2002.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Rev. Estud. Fem.*, v. 16, n. 2, 2008.

MCLELLAN, Josie. *Love in Time of Communism: intimacy and sexuality in the GDR*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MCLELLAN, Josie. Glad to be Gay Behind the Wall: Gay and Lesbian Activism in 1970s East Germany. *History Workshop Journal*, n. 74, 2012.

MCLELLAN, Josie. From Private Photography to Mass Circulation: The Queering of East German Visual Culture, 1968-1989. *Central European History*, v. 48, n. 3, 2015.

MCLELLAN, Josie. Lesbians, Gay Men and The Production of Scale in East Germany. *Cultural and Social History*, v. 14, n. 1, 2017.

MCLELLAND, Mark. Is There a Japanese ‘Gay Identity’? *Culture, Healthy & Sexuality*, v. 2, n. 4, p. 459-472, 2000.

MELO, Demian Bezerra. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios no tempo presente. *Espaço Plural*, n. 27, 2012.

MELO, Iran F. Sociabilidades iniciais e primeira onda dos ativismos LGBTQIA+. Contribuições para a constituição do movimento social no Brasil. In: MEIRA, Célio S.; FERREIRA, Lucas Aguiar T. *Gênero, Sexualidade e Identidade em suas Diferentes Análises*. Belo Horizonte: Poisson, 2022.

- MEDRADO, Benedito *et. al.* Conexões e Alianças do Movimento LGBT em Pernambuco na Década de 1980: memórias do GATHO. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, v. 3, p. 935-957, 2022.
- MEEKER, Martin. Behind the Mask of Respectability: reconsidering the Mattachine Society and male homophile practice, 1950s and 1960s. *Journal of the History of Sexuality*, v.10, n.1, p. 78-116, 2001.
- MEYEN, Michael; NAWRATIL, Ute. The viewers: television and everyday life in East Germany. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 24, n. 3, 2004.
- MISKOLCI, Richard. Do Desvio às Diferenças. *Teoria & Pesquisa*, v. 1, n. 47, 2005.
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Ao Sul da Teoria: notas sobre teoria queer e a geopolítica do conhecimento”. In: LEWIS, Elizabeth *et al.* *Queering Paradigms IVa: insurgências queer ao sul do Equador*. Bern: Peter Lang, 2017.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017.
- MONTEATH, Peter. Narratives of fascism in the GDR: Buchenwald and the “myth of antifascism”. *The European Legacy*, v. 4, n. 1, 1999.
- MORANDO, Luiz. *Paraíso das Maravilhas. Uma história do Crime do Parque*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.
- MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015.
- MOREIRA, Adailson. A homossexualidade no Brasil no século XIX. *Bagoas – estudos gays: gênero e sexualidade*, v. 6, n. 7, 2012, 256.
- MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial. *Revista de Antropologia*, v. 35, 1992.
- MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N. *et al.* *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. *Locus*, v. 13, n. 2, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. *Locus*, v. 16, n. 1, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Zahar, 2021.

MÜHLBERG, Felix. *Informelle Konfliktbewältigung: zur Geschichte der Eingabe in der DDR*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Philosophischen Fakultät, Technischen Universität Chemnitz, 1999.

NASCIMENTO, F. A.; LIMA, L. de M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Homossexualidade masculina nos prontuários do Sanatório Pinel, 1920-1940: um estudo de compreensão dos dispositivos de controle social. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 30, n. 1, 2020.

NEILL, William. Memory, collective identity and urban design: The future of Berlin's Palast der Republik. *Journal of Urban Design*, v. 2, n. 2, 2007.

NEWSOME, Jake. *Pink Triangle Legacies: Coming Out in the Shadow of the Holocaust*. Ithaca: Cornell University Press, 2022.

NUNES, Alina; WOLFF, Cristina Scheibe. A Todo Vapor: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN *et al.* *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

OFFORD, Baden. Singapore, Indonesia and Malaysia: Arrested Development! In: TREMBLAY, Manon; PATERNOTTE, David; JOHNSON, Carol. *The Lesbian and Gay Movement and the State Comparative Insights into a Transformed Relationship*. London: Routledge, 2011.

OLIVEIRA, Beatriz Fernandez Oliveira. São Paulo em dois tempos (1911-1954): o papel do edifício do Theatro Municipal de São Paulo na gênese das modernidades paulistas referentes à virada do século XX e à comemoração do IV Centenário da Cidade. *Revista de Investigação Histórica*, v. 17, n. 1, 2021.

OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

OOSTERHUIS, Harry. The “Jews” of the Antifascist Left. *Journal of Homosexuality*, v.29, n.2-3, 1995.

OSANG, Alexander. Ihre Dossiers schwollen gewaltig an. *Berliner Zeitung*, 22 set. 1990.

OSWIN, Natalie. Decentering queer globalization: diffusion and the ‘global gay’. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 24, p. 777-790, 2006.

OWCZARZAK, Jill. Introduction: Postcolonial Studies and Postsocialism in Eastern Europe. *Focaal – European Journal of Anthropology*, v. 53, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. *Concinnitas*, n. 33, 2018.

PARKER, Richard. Acquired Immunodeficiency Syndrome in Urban Brazil. *Medical Anthropology Quarterly*, v. 1, n. 2, 1987.

PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PATERNOTTE, David; SECKINELGIN, Hakan. “Lesbian and gay rights are human rights”: Multiple Globalizations and LGBTI Activism. In: PATERNOTTE, David; TREMBLAY, Manon. *The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism*. New York: Routledge, 2015, p. 211.

PECK, Jeffrey M; LEMKE, Jürgen. Being Gay in Germany: An Interview with Jürgen Lemke. *New German Critique*, v. 52, 1991.

PEDRO, Joana M.; VERAS, Elias. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6, n. 13, 2015.

PEDRA, Caio Benevides. *Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova Direita? Guerras de Memória em tempos de Comissão da Verdade. *Varia História*, v. 31, n. 57, 2015a.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer decolonial: quando as teorias viajam*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 5, n. 2, 2015.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do Michê*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PINTO, Rhanielly P; ALVES, Jorge. L. Historiografia e homossexualidades: o caso brasileiro. *Albuquerque: revista de história*, v. 11, n. 21, 2020.

PINTO, Rhanielly. PEDRO, Joana Maria. Políticas de aliança: o movimento homossexual e o movimento negro no Brasil (1981). *Projeto História*, v. 74, 2022.

PIONTEK, Thomas. *Queering Gay and Lesbian Studies*. Chicago: University of Illinois Press, 2006.

PLUMMER, Ken. *Modern Homosexualities: fragments of lesbian and gay experience*. London: Routledge, 1992.

POIGER, Uta. Jazz, Rock, and Rebels *Cold War Politics and American Culture in a Divided Germany*. Berkeley: University of California Press, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POON, Maurice K. *et al.* Queer-friendly nation? The experience of Chinese gay immigrants in Canada. *China Journal of Social Work*, v. 10, n. 1, p. 23-38, 2017.

POVINELLI, Elizabeth A.; CHAUNCEY, George. Thinking Sexuality Transnationally: An Introduction. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 5, n. 4, p. 439-449, 1999.

PRETZEL, Andreas; WEISS, Volker. Die Schwulenbewegung der 1970er Jahre. Annäherungen an ein legendäres Jahrzehnt. In: PRETZEL, Andreas; WEISS, Volker. *Rosa Radikale – Die Schwulenbewegung der 1970er Jahre*. Hamburg: Männerschwarm, 2012.

PUAR, Jasbir. *Terrorist assemblages: Homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press Books, 2007.

QUADRAT, Samantha. TOLENTINO, Marcos. Resistência e solidariedade: a epidemia do HIV/aids no Brasil da transição democrática. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso. (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil. Maceió: Edufal, 2023.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. *et al.* *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 3, 2020.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes. A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Lâmpião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. *Cadernos Pagu*, n. 61, 2021b.

RAUSCH, Peter. Seinerzeit, in den 70ern. In: SETZ, Wolfram. *Homosexualität in der DDR: Materialien und Meinungen*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2006.

REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira: o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 83, 2012.

REIS, Daniel Aarão. A Constituição Cidadã e os legados da ditadura. *Locus: revista de história*, v. 24, n. 2, 2018.

RICHMOND, Yale. *Cultural Exchange and the Cold War: raising the Iron Curtain*. The Pennsylvania State University Press, 2003.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses. In: GREEN, James N. *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

RÖNICKE, Katrin. *Beate Uhse: ein Leben gegen Tabus*. Salzburg: Residenz Verlag, 2019.

ROTTMANN, Andrea. *Queer Lives across the Wall. Desire and Danger in Divided Berlin, 1945–1970*. Toronto: University of Toronto Press, 2023.

RUPP, Leila. Toward a Global History of Same-Sex Sexuality. *Journal of the History of Sexuality*, v. 10, n. 2, p. 287-302, 2001.

RUPP, Leila. *Sapphistries: a global history of love between women*. New York: New York University Press, 2009.

RUPP, Leila. The Persistence of Transnational Organizing: The Case of the Homophile Movement. *The American Historical Review*, v. 116, n. 4, 2011.

SAID, Edward. *Beginnings: Intention and Method*. New York: Basic Books, 1975.

SANTOS, Claudiana Gois. Sapatão é revolução: Censura, erotismo e pornografia na obra de Cassandra Rios. *Periódicus*, v. 1, n. 7, 2017.

SANTOS, Henrique Cintra. “Ostalgie” e a República Democrática Alemã: as disputas sobre as memórias das homossexualidades. *Revista Outros Tempos*, v. 18, n. 31, 2021.

SANTOS, Henrique Cintra. “Acting out of Fear”: Queer Resistance During the Military Dictatorship in Brazil. *Suomen Queer- tutkimuksen Seuran lehti*, v. 17, p. 16-32, 2023.

SAXE, Facundo. Apuntes para una historia de la mitancia LGBTIQ alemana en los años setenta. *Uni(+di)versidad*, n.2, 2014.

SCHNABL, Siegfried. Plädoyer für eine Minderheit. *Das Magazin*, n. 12, 1973.

SCHULMAN, Sarah. *Let the Record Show: A Political History of ACT Up New York, 1987-1993*. Toronto: Picador, 2021.

SCHMIDT, Benito. Pode o triângulo rosa falar? O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n. 21, 2022, p. 67.

SCHMIDT, Kristine. Vom Suchen und Finden. Der Archivbestand zur DDR im Schwulen Museum in Berlin. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. *Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017.

SCHRÖDER, Ricard; SCHNEIDER, Deborah. The Role of the Protestant Church in German Unification. *Daedalus*, v. 123, n. 1, 1994.

SCHWARTZ, Michael. *Homosexuelle, Seilschaften, Verrat. Ein transnationales Stereotyp im 20. Jahrhundert*. Berlin: Walter de Gruyter, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, 1990.

SCOTT, Joan. AHR Forum: Unanswered Questions. *American Historical Review*, v. 113, n. 5, 2008.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p.19-54, 2007.

SILLGE, Ursula. *Un-sichtbare Frauen: Lesben und ihre Emanzipation in der DDR*. Berlin: LinksDruck, 1991.

SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 71, p. 193-210, 2018.

SILVA, José Fábio Barbosa. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James.; TRINDADE; Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SILVA, Mozart Linhares. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 8, n. 4, 2013.

SILVA, Ronaldo Manoel. Duplamente segregado: Daniel Pereira, um escravo sentenciado pelo crime de sodomia (1740-1752). *Temporalidades*, v. 8, n. 3, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, 2014.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Sobre afetos e resistências: Uma análise da trajetória da Turma OK (Rio de Janeiro, Brasil). *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 31, 2019.

SOUZA, Bruna Maria Bezerra *et al.* A Política de AIDS no Brasil: uma abordagem histórica. *Journal of Management and Primary Health Care*, v.1, n.1, 2010.

SOUZA, Rafael. “*Saindo do Gueto*”: *O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

STAPEL, Eduard. *Warme Brüder gegen Kalte Krieger: Schwulenbewegung in der DDR im Visier der Staatssicherheit*. Magdeburg: Landesbeauftragte für die Unterlagen des Staatssicherheitsdienstes der ehemaligen DDR Sachsen-Anhalt, 1999.

STAPEL, Eduard. *Ankunft in Deutschland – Reflexionen nach fast 25 Jahren*. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. *Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR*. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017.

STARKE, Kurt. *Schwuler Osten: homosexuelle Männer in der DDR*. Berlin: CH Links, 1994.

STEINLE, Karl-Heinz. *Homophiles Deutschland – West und Ost*. In: STERNWEILER, Andreas; HANNESEN, Hans Gerhard. *100 Jahre Schwulenbewegung*. Berlin: Rosa Winkel Verlag, 1997, p. 200.

STOCK, Ulrich. *Endlich Sex! In Leipzig eröffnete der erste Pornoladen der DDR*. *Die Zeit*, 22 jun. 1990. Disponível em: <https://www.zeit.de/1990/26/endlich-sex>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v 30, n 60, 2017.

SZULC, Lukasz. *Transnational Homosexuals in Communist Poland: Cross- Border Flows in Gay and Lesbian Magazines*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

TAMMER, Teresa. *Schul bis über die Mauer: die Westkontakte der Ost-Berliner Schwulenbewegung in den 1970er und 1980er Jahren*. Dissertação (Mestrado em História) – Institut für Geschichtswissenschaft, Humboldt Universität zu Berlin, 2013.

TAYLOR, Greg. *The East German Contribution to Equal Gay and Lesbian Rights in Germany*. *American Journal of Legal History*. v. 54, n. 3, 2014.

THORESON, Ryan. *Transnational LGBT activism: working for sexual rights worldwide*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro. *1994: visões críticas do golpe – democracias e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

TREMBLAY, Sébastien. *Rosa Winkel et Pink Triangle. Comprendre la mémoire collective homosexuelle de la répression nazie dans une perspective transatlantique*. *Revue d'Allemagne et des pays de langue allemande*, v. 53, n. 2, 2021.

TREVISAN, José Silvério. *Devassos no Paraíso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TREVISAN, José Silvério. *Somos o quê mesmo?* In: GREEN *et al.*, GREEN *et al.* *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018b.

TRINDADE, José Ronaldo. *Construção de identidades homossexuais na era AIDS*. In: UZIEL Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard Guy. *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de aids*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James N. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

TÜMMERS, Henning. „GIB AIDS KEINE CHANCE“ Eine Präventionsbotschaft in zwei deutschen Staaten. *Zeithistorische Forschungen*, n. 10, 2013.

TÜMMERS, Henning. AIDS und die Mauer. Deutsche-deutsche Reaktionen auf eine komplexe Bedrohung. In: THIESSEN, Malte. *Infiziertes Europa: Seuchen im langen 20. Jahrhundert*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2014.

VENTURA, Zuenir. *1968 O Ano Que Não Terminou*. São Paulo: Objetiva, 2018.

WALTER, Leo. Schwule in der DDR. *DU & ICH*, 5 mai. 1982.

WEEKS, Jeffrey. Gay Liberation and Its Legacies. In: PATERNOTTE, David; TREMBLAY, Manon. *The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism*. New York: Routledge, 2015.

WELSH, Marcus. Cross-dressing and Transgressing: The Queer Body in Madame Satã. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 2, 2021.

WESENBERG, Denise. *Unter „operative Kontrolle“: Die Weltfestspiele der Jugend und Studenten 1973 in Ost-Berlin*. Erfurt: Landeszentrale für politische Bildung, 2007.

WHISNANT, Clayton. *Male Homosexuality in West Germany Between Persecution and Freedom, 1945–69*. Palgrave Macmillan, 2012.

WIESNER-HANKS, Merry. Crossing borders in transnational gender history. *Journal of Global History*, n. 6, 2011.

WIESNER-HANKS, Merry. Gender Intersections. In: CURTIS, Kenneth R.; BENTLEY, Jerry H. *Architects of World History. Researching the Global Past*. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

WOLFGANG RÖLL, M.A. Homosexual Inmates in the Buchenwald Concentration Camp, *Journal of Homosexuality*, v.31, n.4, p.1-28, 1996.

WOLLE, Stefan. *DDR – Eine kurze Geschichte*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 2004.

WOLLE, Stefan. *Der Traum von der Revolt*. Berlin: Ch. Links, 2008

WRIGHT, Les. From outsider to insider: queer politics in German film, 1970-94. *European Journal of Cultural Studies*, v.1, n.1, jan. 1998.

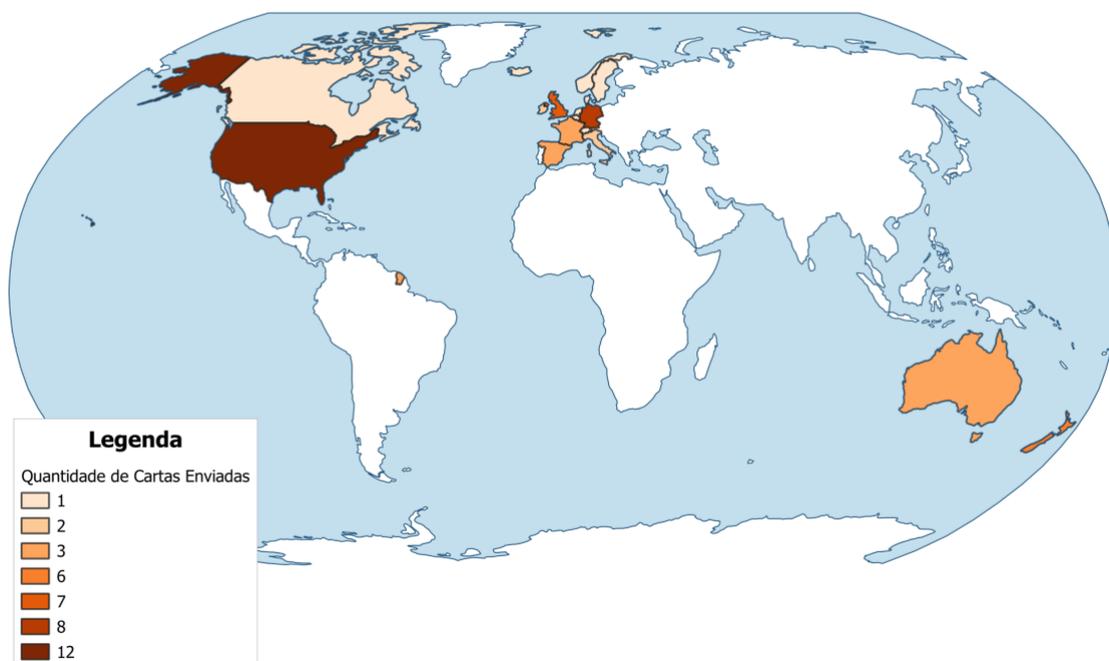
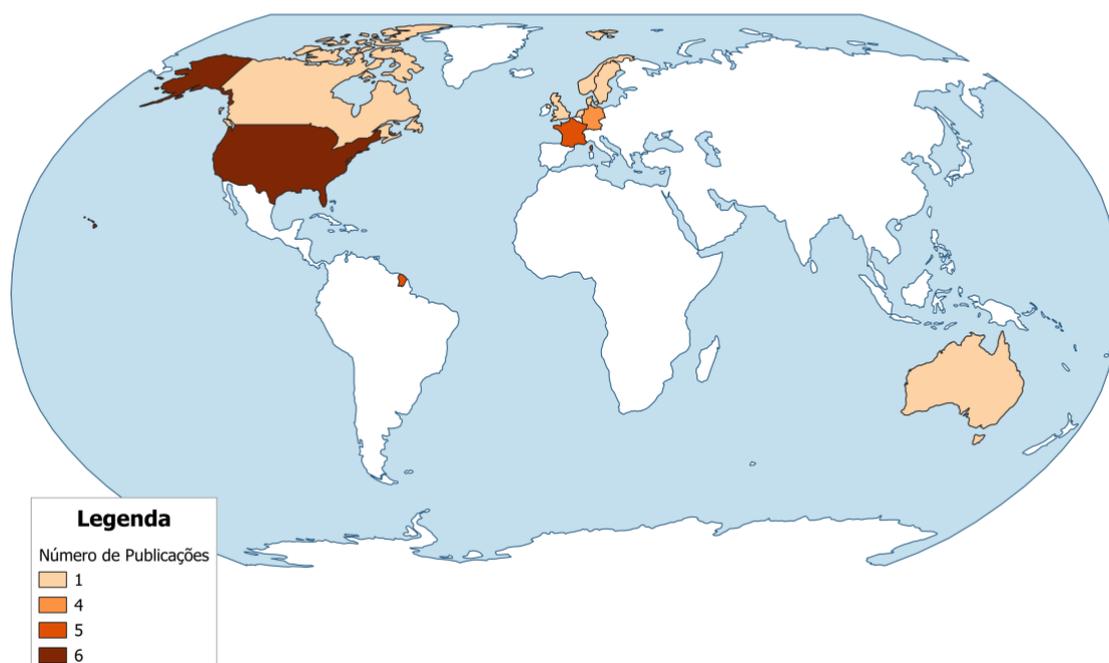
ZACCHI, Lara L.; BORGES, Luiz A. Espaços de resistência: o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil. *Ventilando Acervos*, v. especial, 2020.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o movimento homossexual na década de 80. *Cadernos AEL*, n. 5/6, 1996.

ZAPPA, Regina; ERNESTO, Soto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. São Paulo: Zahar, 2018.

ŻUK, Piotr; PLUCINSKI, Przemyslaw; ŻUK, Pawel. The Dialectic of Neoliberal Exploitation and Cultural-Sexual Exclusion: From Special Economic Zones to LGBT-Free Zones in Poland. *Antipode*, 2021.

APÊNDICE A – Mapas

Cartas enviadas em solidariedade ao Lampião da Esquina**Publicações em solidariedade ao Lampião**

Contatos internacionais estabelecidos a partir do sistema de encaminhamento de informações do Somos

